

Sertório de Castro

A REPÚBLICA QUE A REVOLUÇÃO DESTRUIU



www.eBooksBrasil.org

A República Que a Revolução Destruiu
Sertório de Castro

Versão para eBook
eBooksBrasil.com

Fonte Digital
Digitalização de edição em papel
s.m.e. - Rio de Janeiro, 1932

© 2002 — Sertório de Castro

ÍNDICE

Nota do Editor —	5
Solicitação ao leitor —	8
A República Que a Revolução Destruiu —	10
Capítulo I —	11
Bailes revolucionários	
Capítulo II —	26
O panorama da propaganda	
Capítulo III —	42
Da proclamação à substituição do primeiro ministério republicano	
Capítulo IV —	67
A ação e a palavra da Constituinte	
Capítulo V —	87
A constituição e a eleição do primeiro presidente	
Capítulo VI —	115
O golpe de Estado, suas conseqüências, fatos e episódios que se lhe seguiram	
Capítulo VII —	146
Uma revolta dentro de uma revolução	
Capítulo VIII —	176
O custo da consolidação da ordem civil	
Capítulo IX —	224
A reconstrução financeira e a edificação da política dos governadores	
Capítulo X —	261
A campanha vitoriosa contra a febre amarela, o motim da vacina obrigatória e a transformação da	

cidade; Rio Branco e sua obra
Capítulo XI — 321
O Jardim da Infância
Capítulo XII — 342
A campanha civilista
Capítulo XIII — 386
O fogo purificador das salvações
Capítulo XIV — 476
O quadro político da sucessão do presidente
governado
Capítulo XV — 500
O Partido Liberal
Capítulo XVI — 510
O quadriênio da paz que levou o Brasil à guerra
Capítulo XVII — 533
A delegação do Brasil à Conferência de Versailles
e a morte de Rodrigues Alves
Capítulo XVIII — 556
A forja de onde saiu a surpresa de uma
candidatura inesperada
Capítulo XIX — 585
Do cortejo real ao tiro precursor das incoerências
revolucionárias
Capítulo XX — 648
Fora da lei, para defender a legalidade
Capítulo XXI — 747
O lenço vermelho, epílogo incruento da hora H
Notas — 851

Nota do Editor

A primeira batalha que os vencedores que têm que vencer, e a mais importante, depois de “conquistar o poder” é a de reescrever a história, apresentando o passado como uma era de erros e pecados e a si mesmos como os redentores. Complexo de Cristo, talvez.

O fato é que os “vencedores” têm sempre a vã pretensão de definir horizontes históricos... e não é por nada que, muitas vezes, chegam até mesmo a começar uma nova contagem do tempo, apresentando a tomada do poder como o ano 1º de uma nova era.

No Brasil, como temos uma história coalhada de rupturas, temos também diversos recomeços! O Império, durante a era a primeira república, tinha que ser apresentado como um período de despotismo absoluto. Para os golpistas de 30, a primeira república tinha que ser apresentada como de absoluta corrupção eleitoral... E assim vão reescrevendo a história.

A importância do título que ora publicamos é a de revelar o quanto de permanência existe nas “rupturas”. De repente, não mais que de repente,

os travestis políticos aparecem, lançando petardos às suas antigas opções... como se nada tivessem a ver com o passado de que eram coautores, cúmplices e lambe-botas.

Dóceis serviçais da Coroa Portuguesa se tornaram pais da pátria brasileira. Áulicos travestiram-se de republicanos de primeira hora. Comensais de ditaduras acham-se habilitados a darem lições de democracia.

Sertório de Castro, em seu *A República que a Revolução Destruiu* flagra os golpistas de 1930 no próprio momento em que praticavam o transformismo e começavam a reescrever a história.

O golpismo deles, e o que acima foi dito, é atestado no site da Presidência da República, onde, na galeria de presidentes, devidamente, encontrar-se-á o retrato de Júlio Prestes [*NE], último presidente constitucional da República golpeada, indevidamente irmanado com o chefe do Estado Novo, generais à paisana... Todos presidentes!

Este título, escrito antes da Revolução Constitucionalista e da implantação do “Estado Novo”, foi publicado em fevereiro de 1932 por iniciativa do autor, sendo sua distribuição confiada à Freitas Bastos & Cia.. Na década de 80 do século passado teve uma reedição, em papel,

feita pela Editora Universidade de Brasília, que tanto tem contribuído para resgatar a memória nacional e enriquecer nossas bibliotecas e nossas mentes. Uma pesquisa nas livrarias virtuais revelou que o título só está mencionado (como não disponível) no submarino.com. O leitor que se interessar por um exemplar em cola e papel, poderá conferir sua disponibilidade no site da Editora da UnB: www.editora.unb.br [em reformulação, no momento em que escrevo].

Com mero propósito documental, reproduzo a errata que acompanhava os exemplares da primeira edição. Os erros apontados foram devidamente corrigidos, mas não com caneta-tinteiro:).

Com tantos erros novos para cometer, porque repetir os mesmos, não é?

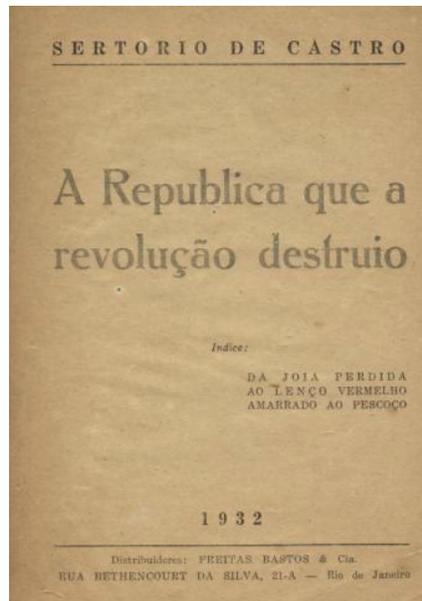
Infelizmente, erros e costumes políticos dos povos não são tão fáceis de corrigir como os tipográficos...

Teotonio Simões
Julho 2002

SOLICITAÇÃO AO LEITOR

Seja o leitor bastante indulgente para deferir uma solicitação do autor. Tome sua caneta-tinteiro e faça neste volume, antes de iniciar sua leitura, algumas correções indispensáveis à clareza de certos trechos. É que ocorreram na impressão deste livro várias daquelas incorreções sempre inevitáveis nos trabalhos tipográficos mais cuidadosamente revistos. À parte os erros apreensíveis a uma simples observação, reclamam essa corrigenda os que se seguem, correspondendo os números indicados às páginas onde figuram: 128, linha 14, em vez de “insuava-se”, “...era um mito, insinuava-se”; 131, 2.º l., está “comandados”, em vez de “comandante”; 159, 2.º l., “êxito”, e não “existo”; 169, embaixo, “era a indústria, era a imprensa que clamavam”, e não “aclamavam”; 211, 2a. l., “interviesse”, onde está “intervisse”; 253, 16a. l., está “o barão”, em vez de “o bastão de leader”; 278, ante-penúltimo período, corrija-se “procedera-o” para “precedera-o”; 279, na mesma altura, “intensa atividade”, e não “intena”; 281, 4a. l., “dos grupos”, em vez de “os grupos”; 282, quase no fim, “23”, e não “3 de novembro”; 301, 5a. l., “onde se travava o combate”, e não “onde travava”; 311, no meio, “e

fez-se respeitado”, em vez de “respeitando”; 365, penúltimo período, corrija-se para “não pode haver pensamento sem órgãos”; 403, riscar no 3.º período as palavras que uma simples leitura mostra estarem repetidas; 431, final, “a política”, e não “a polícia pernambucana”; 447, l. 17, “que a revelação continua”, emende-se para “que eram a revelação”; 495, l. 17, “fidelidade”, e não “felicidade”; 544, começo do penúltimo período, “observava”, e não “observara”.



SERTÓRIO DE CASTRO
índice:
DA JÓIA PERDIDA AO LENÇO VERMELHO AMARRADO AO
PESCOÇO
1932

Distribuidores: FREITAS BASTOS & Cia.
RUA BETHENCOURT DA SILVA, 21-A — Rio de Janeiro

I

Bailes revolucionários

“Baile na ilha Fiscal — Perdeu-se uma corrente de ouro com os hábitos do Cruzeiro e Rosa, e duas medalhas de campanha. Pede-se à pessoa que o achou o favor de entregar no escritório desta folha”.

Gente honesta, a daquele tempo! Nem ao menos vigorava ainda a prática, que no correr dos anos deveria tornar-se usual, de fazer acompanhar — ainda assim inutilmente — anúncios desta natureza da promessa de uma gratificação.

Dever-se-ia presumir, é certo, que entre os convivas de um baile como aquele, não haveria quem fosse capaz de achar uma jóia qualquer e guardá-la cautelosamente para si, forçando depois a polícia, em suas diligências para encontrá-la e restituí-la a seu dono, a fazer uma visita meticulosa a todas as casas de penhores da cidade...

Mas também — que diabo! — a gente que uns quarenta anos depois freqüentava os bailes do

Copacabana Palace Hotel e de outros grandes centros sociais não era menos honesta, nem menos distinta, e no entanto...

Não sei se a jóia foi restituída. Não havia, nas gazetas daquela época, uma seção consagrada a noticiários de natureza tão íntima, e para saber que do pescoço de um nobre do império, condecorado com as insígnias do Cruzeiro e da Rosa, havia-se desprendido aquela corrente preciosa cuja restituição tanto o inquietava, tive que pousar um olhar pesquisador na coleção amarelecida do “Jornal do Commercio” do mês de novembro de 1889.

Era do dia 12.

Os jornais velhos, que guardamos nas nossas gavetas e prateleiras, ou que buscamos um dia para satisfazer uma curiosidade ou avivar uma reminiscência, nos arquivos e nas bibliotecas, são como páginas de nossa própria existência que já viramos e ficam por aí, sofrendo como nós as pungentes transformações fisionômicas produzidas pela ação inexorável do tempo, para nos gritarem sempre, ainda que seja apenas aos nossos ouvidos, o número exato de anos que contamos...

Naquele ano eu aspirava o incenso das novenas e das missas conventuais, e inebriava-me com o aroma do rosmaninho que meus pés

tritavam nas naves das igrejas de minha amada cidadezinha mineira, pelas festas da Semana Santa. Aprendia latim e vivia, lá longe, ardendo na tentação pertinaz que sobre meu espírito e sobre meus sonhos juvenis exercia o Rio de Janeiro, onde reinava S. M. o Imperador D. Pedro II.

Eu ainda não sabia bem o que era ser republicano. Tinha, no entanto, a idéia de que havia de ser alguma coisa de muito grave e de muito sério. Só não chegava a pensar que pudesse ser um crime porque meu pai era republicano. E eu, que bem lhe conhecia o caráter e a austeridade, não o reputava sequer capaz de poder ser um delinqüente. Tinha paixão pela idéia. E lá havia, também, uma meia dúzia de homens respeitados e estimados por toda a população, que partilhavam do mesmo credo político.

E foi sob a influência daquele ambiente que eu comecei a cortar da “Revista Ilustrada” de Ângelo Agostini — a crônica caricatural mais interessante dos vultos e das coisas da política que já tem existido no Brasil — as figuras de republicanos como Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Francisco Glicério, para as ir pregando nas paredes da oficina onde ele tinha sua pequena indústria. E todos aqueles republicanos da cidade que o iam visitar sempre,

para com ele trocarem idéias e impressões, e comentar os artigos de Quintino no “Paiz” — único jornal que assinava e lia — deleitavam-se com a minha galeria. Punham os óculos diante dela, examinavam-na com interesse, comentavam-na, sorriam.

Eu completava aquela homenagem à idéia republicana e aos sentimentos do grupo de homens austeros da cidade — um dos quais tomava rapé, abrindo com uma pancada na mão espalmada uma boceta de ouro, e tirando do bolso traseiro da sobrecasaca um lenço de alcobaça para se assoar com estrépito — decorando pacientemente a longa e exaustiva poesia heróica “O cura Santa Cruz”, em que Gonçalves Crespo descreve com o mais intenso colorido a figura sinistra do implacável guerrilheiro carlista que incendiava a Navarra com os horrores da guerra, levando-lhe do sul ao norte “o ódio, a perseguição, o incêndio, o estrago, a morte”, e que um dia varou tranqüilamente o crânio de um jovem soldado somente porque este, recusando-se a ajoelhar-se diante do pendão realista, e a secundá-lo no brado “— Viva el Rei!” que erguia diante de suas tropas, declarou-lhe resolutamente: “... ao teu rei não me curvo! Eu sou republicano!”

A arte da declamação ainda não era, sequer, uma vaga ameaça da calamidade social que

deveria ser num futuro felizmente ainda muito distante. Estava ainda muito afastada a simples hipótese da aparição da Sra. Bertha Singerman — a mais contagiosa de quantas mulheres eu deveria conhecer um dia — no horizonte das artes artificiais.

Do que eu nunca perdi a memória, porém, foi do pungente momento em que tive de parar no meio do recitativo, com uma senhora gorda tocando a “Dalila” ao piano, e o salão em que eu fazia a ousada tentativa declamadora cheio de meninas da cidade... Eu havia esquecido o resto!

Chegou um dia à minha S. João d’El-Rei o propagandista audaz cujo nome enchia naquele tempo o Brasil. Acabava de praticar uma verdadeira façanha a que os jornais consagravam comentários variados. Sabendo que S. A. o conde d’Eu — o marido da princesa Izabel a quem se atribuía a prática de atos de pouca humanidade como despejar sem nenhuma tolerância os inquilinos dos cortiços de sua propriedade que não estivessem em dia com os aluguéis — estava para empreender uma viagem ao norte, tomou passagem no mesmo navio, e foi por aí afora, em sua companhia, num desafio insólito, pregando, em conferências que fizeram época, o ideal de que se constituíra apóstolo.

Silva Jardim deveria guardar, em toda sua agitada e dramática existência, motivos para nunca mais esquecer-se de sua visita à minha bela cidade, onde canta uma canção nostálgica um riozinho manso e cristalino, que rola num leito de areias brancas por baixo de duas pontes venerandas, e onde se erguem aqueles monumentos de arquitetura colonial que são as igrejas buriladas no granito pelo gênio do Aleijadinho.

É que a minha cidade, que sendo tão pequena encerra dentro de seu seio recordações tão grandes, perdeu naquele dia o governo de si mesma. Esqueceu, lamentavelmente, a tradição de sua encantadora hospitalidade, e não pensou que ia, com seu ato quase selvagem, comprometer gravemente a nomeada, que em toda Minas havia conquistado, de ser um de seus centros sociais mais interessantes, primando pelas boas maneiras, pela cordura e pela boa educação, e sendo, como era, além do mais, profundamente religiosa.

Ou seria esta última razão que a levou a proceder tão mal com seu hóspede, uma vez que a religião, as autoridades eclesiásticas, os padres em geral, combatiam com tenacidade a idéia republicana, procurando fortalecer com todo o seu apoio o trono contra o qual ela investia?

O padre João Manuel havia escandalizado a classe respeitável a que pertencia, lançando numa sessão da antiga Assembléia Geral, naqueles dias, sua ruidosa exclamação: “Abaixo a monarquia e viva a República!”

Silva Jardim não conseguiu realizar sua conferência em S. João d’El Rei. O hotel onde se hospedara — gênero de comércio que não fazia, naquele tempo, na minha querida cidade, a fortuna de ninguém, porque não o permitiam os excessos de sua hospitalidade, abrindo todas as suas casas aos visitantes que de outros lugares a buscavam — foi cercado por uma multidão exaltada que vaiava com estrépito o tribuno, num estranho concerto de assobios e latas vazias. Todas as portas e janelas haviam sido fechadas. Os vidros eram reduzidos a estilhaços pela chuva de projéteis que caía sobre a fachada do sobrado. Os republicanos que se achavam lá dentro, cercando o propagandista, sentiam a iminência de um ataque de conseqüências mais sérias, e nada podiam fazer para evitá-lo.

A exaltação, que chegara ao seu paroxismo, já havia sugerido à turba a idéia demoníaca de lançar fogo ao hotel. E já uns panos embebidos em querosene estavam sendo postos, para esse fim, junto à porta da entrada, quando um sacerdote varou resolutamente a multidão, e num gesto cheio de enérgica decisão anulou os

preparativos do atentado selvagem. Era o padre João de Castro, um apóstolo, um justo, um bom, que durante toda sua existência, tão serena e tão calma, deveria entregar-se ao mister elevado de ensinar a juventude num colégio que era também um asilo, transmitindo-lhe seu saber, a soma de seus conhecimentos, a graça de seu espírito e as belezas de sua inteligência, sem outro interesse senão o de fazer o bem...

Evitou que o hotel fosse incendiado e conseguiu, com uma mediação suasória e cheia de autoridade, que Silva Jardim pudesse sair, na madrugada do dia seguinte, para ir tomar o trem em que deveria prosseguir em sua peregrinação corajosa, em sua missão de semeador do ideal democrático...

Mas como teria corrido aquele baile onde um fidalgo da corte, que era também, por certo, um bravo soldado que conquistara na campanha do Paraguai, contra o inimigo estrangeiro, as medalhas que faziam companhia às insígnias honoríficas daquelas duas ordens, perdeu tão preciosa jóia?

Fora num sábado — 9 de novembro. Três dias antes do anúncio.

O “Jornal do Commercio”, procurando satisfazer com uma profusão de minúcias digna de nota o interesse com que a sociedade deveria

estar esperando a crônica do grande acontecimento, narrava em sua edição de segunda-feira o que fora o baile. E como a vaidade e o exibicionismo ainda não dominavam tanto naquele tempo, detinha-se muito mais o noticiário na descrição da ilha do que no registro de nomes ou nas indicações dos trajes com que compareceram ao baile as damas da aristocracia carioca. Também não é fácil afirmar, numa fiel reprodução histórica, se já estava em moda a prática de pedir convites para as festas daquela época...

O baile era uma homenagem do governo imperial à República do Chile. Estava ancorado no porto o encouraçado chileno “Cockrane”, e a grande demonstração visava seu comandante e oficialidade.

Reproduzamos a descrição da ilha Fiscal naquela noite festiva. Era de êxtase a impressão que produzia a vista daquele grande foco de luz. Destacava-se na baía a ilha fantástica, iluminada por milhares de luzes e fogos cambiantes, refletindo em vidros de variadíssimas cores, batida constantemente pelos jatos da luz elétrica projetada dos encouraçados “Cockrane”, “Riachuelo” e “Aquidaban”. Da torre do edifício fiscal um poderoso holofote projetava sobre o mar e em terra uma luz da intensidade de 60.000 velas. “Impossível descrever o mágico encanto que

ofereciam a ilha, os encouraçados, as lanchas e botes sem conta com fachos iluminativos que coalhavam o mar e cruzavam em todas as direções”. A barca “Ferry”, que conduzia os convidados, estava garbosamente enfeitada e iluminada “a giorno”, o cais Pharoux repleto de povo. Tocava aí a banda de música do Corpo Policial do Rio de Janeiro em grande uniforme. Às 8 1/2 partia a “Primeira”, fazendo depois cinco viagens, e chegando à ilha Fiscal, na última, às 11 1/2. Havia conduzido cerca de quatro mil pessoas, número aumentado pelas que tinham ido em outras embarcações.

SS. MM. Imperiais dirigiram-se para a ilha na barca que partiu às 9 1/2, e SS. AA. a Sra. Condessa e o Sr. Conde d’Eu na seguinte, que deixou o cais pouco depois das 10 horas.

A ilha estava deslumbrante. “Em volta, número avultado de bandeiras chilenas e brasileiras em mastros e hastes, e nas janelas, portas do edifício, terraços, pátio, e dependência, número extraordinário de lanternas venezianas de variadíssimas cores e feitios. Em frente ao cais de desembarque destacava-se um lindo bosque”. Nunca se havia visto festa igual! Dançava-se em seis salas. As duas maiores eram forradas de tapetes encarnados, e estavam ornadas com bandeiras chilenas e brasileiras. As quatro menores estavam mais simplesmente ornadas,

mas também com muito gosto. “Nelas havia festões, coroas, âncoras de flores e ornatos”. Todas as portas e janelas tinham preciosíssimas cortinas. A sala reservada à Família Imperial, “e em cujas portas havia amplas cortinas, estava ricamente mobiliada, luxuosamente ornada e profusamente iluminada”. “Havia no interior do edifício bem servido “bufet”. Todo o serviço de iluminação “a giorno” e elétrica foi muito bem feito pela casa Leon Rodde. Era superior a 10.000 o número de lampiões venezianos e copos de cores”. “Era avultadíssimo o número de senhoras, ostentando umas riquíssimas e luxuosas toilettes”. (Indicação de ordem geral que deveria inspirar as particularidades das crônicas futuras). O imperador — não o relata o jornal, mas convidados do festim — passou durante muito tempo no salão, de um lado para outro, apresentando-lhe nessa ocasião o visconde de Ouro Preto os novos deputados, recentemente reconhecidos. Figurava entre estes, contando 27 anos de idade, o representante do Espírito Santo, Sr. Moniz Freire, que iniciava sua carreira política. Suas Majestades e Altezas retiraram-se pouco depois de meia-noite, “tendo penhorado os nossos hóspedes pela afabilidade e delicadeza com que os trataram”. S. A. o príncipe D. Pedro, que tinha ido com Suas Majestades — jovem e belo, como o mostravam as fotografias — demorou-se ainda algum tempo. “O cardápio era

variadíssimo (o decano já não usava a palavra “menu”, preferindo o neologismo de Castro Lopes) e havia em profusão as mais delicadas iguarias”.

Ao servir-se o champagne, o visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho, recordou os serviços prestados ao Brasil pelo almirante Cockrane, dirigindo-se depois “em termos os mais afetuosos” ao ministro e oficiais da nação amiga, “levantando um viva à República do Chile”. O comandante Bannem respondeu à saudação, “mostrando-se grato e reconhecido pelas gentilezas dispensadas”. Eram 6 horas da manhã quando se retiraram os últimos convidados da memorável festa, “impossível de descrever com minúcias pela sua invejável grandiosidade”. Foi seu organizador o barão de Sampaio Viana “que depois a entregou ao Sr. Comendador Hasselmann”.

Não registra o grande órgão que naquela mesma noite, enquanto a corte, o governo e a sociedade dançavam na ilha Fiscal, estavam reunidos secretamente no Club Militar os chefes e organizadores de uma outra grande festa — essa de natureza cívica — que seis dias depois deveria realizar-se no campo de Sant’Ana.

O baile terminara na madrugada de 10 de novembro. A 1.º de novembro ocorria a revolução que substituiu o império pela república.

9 de agosto de 1930. Baile no palácio Itamarati. Festa deslumbrante. Nenhum anúncio de jóia perdida no dia seguinte... Inauguravam-se as novas dependências, e o palácio da rua Marechal Floriano Peixoto apresentava aspectos empolgantes. Cerca de cinco mil convivas para ali se transportaram em automóveis de todas as marcas. Alguns até em táxis e em máquinas já fora da moda... Haviam sido impressos apenas dois mil convites, mas a necessidade de atender aos pedidos teve de elevar esse número para mais do dobro. À cerimônia da inauguração haviam comparecido, à tarde, S. Ex. o Sr. Washington Luís, presidente da República, ministros, altas autoridades, membros do corpo diplomático, deputados e senadores. Entre os convivas do baile achava-se um ancião de nobre aspecto, trazendo cruzado sobre a alvura do peitilho da camisa, um fitão vermelho e branco. Insígnia honorífica que ninguém procurou saber o que era. Admirável democracia que acolhia numa de suas festas — das mais brilhantes e suntuosas de quantas se realizaram nos últimos tempos no Rio de Janeiro — entre suas autoridades, e como hóspede do ministro das Relações Exteriores, o Sr. Otávio Mangabeira, o último dos netos do imperador deposto a 15 de novembro — o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, cercado de todas as deferências a que tinha direito pelo seu passado e por sua antiga hierarquia.

S. A. demorou-se, dessa vez, muito mais do que no baile da ilha Fiscal, tendo-lhe sido reservado um lugar na mesa especial destinada às altas autoridades, em que pouco depois de 1 hora era servida a lauta ceia oficial no salão da Biblioteca, recentemente inaugurado. Para os outros convidados havia um profuso e bem servido “bufet”. Os jornais oposicionistas consagravam uma referência especial, na crônica desse baile, à abundância do champagne que ali se havia consumido.

Festa deslumbrante, também difícil de descrever! Nos inúmeros e amplos salões, decorados com requinte de gosto e de arte, correram animadas as danças até de madrugada.

Madrugada de 10 de agosto. Cinqüenta e três dias depois, a 3 de outubro, o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Paraíba do Norte, com seus governos, suas polícias militares, seus tesouros, e dizem que também com suas populações, desencadeavam no país a revolução que deveria destruir a República constitucional, depondo o Sr. Washington Luís, o regime da lei e a ordem jurídica dominantes...

Registremos, na crônica desses fatos, a influência, ou a simples coincidência desses dois bailes no destino.

Aqui, não é somente a história que se repete.
São também os bailes. Bailes revolucionários!

II

O panorama da propaganda

A Primeira República — pois que as vamos tendo agora numeradas em ordem cronológica — foi conduzida a um pretório singular. Sobram-lhe acusadores, e faltam-lhe defensores.

Privaram-na do direito de falar, e expuseram-na aos olhos da turba como uma criminosa responsável pela prática dos mais feios e indefensáveis delitos.

Não houve, por isso, Assistência Judiciária bastante audaz na compreensão de seus deveres sociais que se animasse a prestar-lhe o socoro de um patrono generoso.

Valha-lhe ao menos o consolo de que a turba, a princípio enfurecida e revoltada contra a grande ré, acabou, mesmo debaixo da ação desse estímulo violento, envolvendo-a na carícia piedosa de uma intensa simpatia, reconhecendo, é certo que um pouco tardiamente, que embora assim ferreteada, com o estigma infamante da flor de lis a marcar-lhe o colo nu, seu malsinado domínio de

quarenta e um anos deixou cheia de saudades a alma torturada de toda a nação.

E a nação, diante da figura macerada, mas cheia de dignidade, da República Velha entregue à lapidação punitiva dos tribunais especiais, das comissões de sindicâncias e das juntas de sanções, é como uma imensa caudal de duas correntes diversas que se vão misturando numa impressionante confluência: a dos “saudosistas”, e a dos arrependidos que pegaram em armas para derrubá-la de seu pedestal, ou que apenas se limitaram a amarrar um lenço vermelho ao pescoço e vieram para a rua gritar...

Penitenciam-se estes, e teriam aqueles motivos de sobra para se sentirem vingados, se a grande vítima não fosse o Brasil!

E diante da fúria iconoclasta, chega-se a pensar que seria muito mais para constituir objeto de um processo póstumo de responsabilidades — mais um belo capítulo para os grandes processos da história que Henri Robert, o famoso “batonnier” de Paris, reuniu na sua interessante coleção de livros — do que para uma glorificação, arremessando seus autores à rocha Tarpéia em vez de os coroar no Capitólio e render-lhes a consagração do bronze imortal, o grande episódio a que ligaram imperecivelmente

seus nomes Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant.

Qual dos dois tem parte maior no crime de haverem fundado no Brasil uma República que quarenta e um anos depois teria de ser inteiramente destruída, para que sobre seus destroços fumegantes se edificasse uma outra democracia que fosse a expressão fiel do governo do povo pelo povo? Tal seria o libelo.

O império da força — eis a verdade eterna na vida do Brasil. Sob a imposição das tropas revoltadas, Pedro I abdicou a 7 de abril de 1831. A força deveria constituir o argumento supremo que a 15 de novembro destruía o trono de Pedro II. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto deveriam, um a 23 de novembro, outro a 6 de setembro — aquele caindo vencido, este alçando-se vencedor — enfrentar o mesmo fator das grandes transformações nacionais. Quatro presidentes civis que se lhes seguiram no governo deveriam encontrá-lo no caminho, e dar-lhe combate. Venceram-no três, foi vencido o último.

Mas com que melhor defesa poderia pleitear a República Velha o respeito da história e o julgamento sereno e definitivo do futuro, do que com sua simples crônica?

Tentemos fazê-la com um pouco daqueles sentimento que levou J. J. Rousseau, no

propósito de convencer da sinceridade de suas memórias, a depor um volume de sua obra no altar de Notre Dâme, aos pés da Virgem.

Insubordino-me um pouco, porém, contra a lei segundo a qual um trabalho de feição histórica tem de ser grave e austero. Deixemos esse preceito para Taine, que segundo a observação de François Coppé, em sua grande obra, “As origens da França contemporânea”, expurgou seu estilo de toda a imaginação e de toda a eloquência, reduzindo-o a uma secura toda científica.

Mas prometo, igualmente, ter sempre distante de mim a observação que Anatole France põe numa frase de “La Buche”: — “os livros de história que não mentem são todos muito sem graça...”

Qual era o quadro que nos oferecia o panorama brasileiro nas vésperas de 15 de novembro?

O poder imperial estava sensivelmente enfraquecido. Concorriam para isto, entre outros fatores, as questões militares, que de dia para dia mais preparavam o ânimo do exército para um movimento de reação, e sobretudo a desorganização em que lançou o trabalho agrícola do país a libertação dos escravos. Ato humanitário da maior elevação, tornou-se, entretanto, pelas suas conseqüências ruinosas,

uma arma de considerável poder ofensivo voltada contra o próprio governo que o havia praticado. Aliás, não escapou essa visão à princesa Izabel. Bem compreendeu a regente que, apagando com esse ato uma mácula vergonhosa da face do país, e com o qual, emancipando uma raça infeliz, ganhava direito a um monumento em cada coração brasileiro, lavrava ao mesmo tempo a sentença condenatória do próprio trono em que se sentava. Apenas não podia imaginar que, entre o aviso de seu instinto e a dura realidade dos fatos, teria de mediar o pequeno espaço compreendido entre o dia da lei áurea — 13 de maio de 1888 — e a alvorada revolucionária de 15 de novembro de 1889. Um ano, seis meses e dois dias para que as flores e as alegrias da glorificação tivessem de transformar-se nas lágrimas amargas e tristes da deposição e do exílio!

Mas, no fundo de seu coração — grande e piedoso coração — deveria florir um pálido e doce sorriso de consolo: o Brasil conseguiu dar liberdade a uma raça desventurada sem ter assistido ao derramamento de uma gota de sangue irmão.

Quatro anos de guerra sangrenta — paralelo confortador! — entre os filhos de uma mesma nação retalhada haviam sido, nos Estados Unidos da América do Norte, o preço dessa conquista que

ela outorgou pacificamente a sua pátria, assinando sem relutância o decreto da abolição que naquele dia inesquecível — prelúdio da revolução que deveria derrubar o trono que já era em grande parte seu — apresentou-lhe, genuflexo diante de Sua Alteza Sereníssima, o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, chefe do gabinete conservador que governava o império do Brasil.

A economia nacional não tardava a desorganizar-se por completo. Privava-se do braço escravo a lavoura, quando não buscava ainda nossas terras o emigrante colonizador, e quando não existiam ainda a charrua, o trator e as outras máquinas agrícolas que os progressos da mecânica deveriam entregar aos que lavram a gleba.

Cessava o trabalho das fazendas, estancavam as fontes da produção. Nenhuma medida pusera em prática o governo imperial para corrigir esses danos incalculáveis. Ganhava com isto, a coroa, legiões de antagonistas.

A própria propaganda abolicionista, que havia lançado em campo os homens de inteligência mais cintilante, havia concorrido para o desprestígio do poder. Estavam vivas no seio do exército as feridas abertas pelos graves episódios Madureira e Cunha Matos. O general Deodoro da Fonseca, comandante das armas e presidente da

província do Rio Grande, colocara-se, numa atitude de frança rebeldia, à frente do movimento de protesto de sua classe contra o governo, que pretendia tolher aos militares o direito de se defenderem pela imprensa de imputações consideradas ofensivas aos seus brios, formuladas da tribuna parlamentar. Recusava-se, por outro lado, o exército, a dar cumprimento à missão humilhante de perseguir o escravo fugido para capturá-lo no mato, e essa rebeldia, que não ousavam as autoridades militares reprimir, ia afrouxando cada vez mais os laços que ligavam a classe ao poder imperial, e aniquilando o espírito de obediência.

Dentro de ambiente tão propício, era natural que ganhasse vulto progressivo a propaganda republicana. A grande classe da lavoura, profundamente ferida nos seus interesses, dava-lhe dia a dia um número cada vez mais crescente de adesões. Naquele tempo não tinha ainda o Brasil uma indústria. Era, sem nenhuma derivação para qualquer outra atividade, o país essencialmente agrícola da frase mil vezes repetida. E se faltava ao trono o apoio da força, e se dos domínios de sua influência ia desertando a lavoura inteira — com que outro sustentáculo poderia contar para se manter de pé?

Silva Jardim era a alma, o sopro animador, o espírito dinâmico da propaganda. Era, na

expressão de Rangel Pestana, “o homem da revolução”, onde quer que aparecesse. No jornalismo, doutrinava Quintino Bocaiúva. Da Escola Militar da Praia Vermelha, toda infiltrada de doutrina positivista, bebendo fé religiosa e lições de matemática em Comte e em Descartes, Benjamin Constant irradiava para o exército inteiro, com o prestígio de seu vasto saber, o apostolado das idéias democráticas. Acendia, pelo veículo da mocidade ardorosa que era a grande brigada de seus discípulos, a flama revolucionária que ia lavrando dominadora no seio da corporação armada, que dele havia feito seu ídolo.

Da extensão da propaganda democrática, e da influência que sobre esse movimento exerciam as condições econômicas decorrentes da abolição, basta recordar que até 13 de maio havia, organizados no país, sessenta clubs republicanos. Dessa data até dezembro esse número já estava acrescido de mais oitenta! A propaganda contava, na corte, vultos como Quintino, Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Aníbal Falcão, Lopes Trovão, Sampaio Ferraz. Rui Barbosa não tardou muito a prestar-lhe o concurso invencível da sua palavra falada e escrita. Aderiu à causa pelas colunas do “Diário de Notícias”. Assim explicou, mais tarde, aquela sua conversão:

— Eu era federalista antes de ser republicano. Não me fiz republicano senão

quando a evidência irrefragável me convenceu de que a monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à federação.

Desligara-se, com efeito, do partido liberal, porque no congresso que este realizou, havia sido rejeitado o projeto, que lhe apresentou, para se processar uma grande reforma — a substituição do governo unitário, então dominante, por uma monarquia federativa. E não foi por outra razão que recusou a pasta de ministro que no gabinete de 7 de junho ofereceu-lhe Ouro Preto.

Na sessão da Câmara dos Deputados em que fazia a apresentação de seu ministério, ouviu-se esta exclamação: “É o começo da República!” Prontamente replica o presidente do Conselho: “É a inutilização da República!” Foi nessa mesma sessão que o padre João Manuel soltou o seu brado revolucionário, e que Cesário Alvim, deputado liberal por Minas, fez, numa eloqüente oração, sua profissão de fé republicana.

Aos comícios da praça pública, que deram notoriedade ao largo de S. Francisco de Paula, enchendo-o de tradições, bem se podia aplicar, tanto para o trono, como para a idéia em marcha, aquilo que Esopo disse da língua — o instrumento da palavra, que é o veículo do pensamento: — “É a melhor coisa do mundo. É também a pior!”

Recordemos, nesta reconstrução histórica da época da propaganda republicana, que as formas de governo que mais condenáveis tornaram-se aos olhos da evolução progressiva e liberal dos povos, têm tido grandes e eloqüentes defensores.

Renan — possuidor da arte de ensinar com graça que Anatole France considera divina — combateu as democracias, condenando seu princípio fundamental, que é a igualdade de direitos. Preferia uma oligarquia onipotente de homens sábios. Balzac diz no seu prefácio à “Comédia Humana”: — “Escrevo à luz destas duas verdades eternas: a religião e a monarquia.” Vivesse o grande analista da humanidade o bastante para assistir à transformação do mundo, posterior à maior das guerras da história, e com que tristeza haveria de observar que a segunda de suas verdades eternas quase não existe mais, porque vai desaparecendo aos poucos, para dar lugar à mentira das democracias!

Charles Benoist consagrou um livro às enfermidades da democracia. Deputado, ministro plenipotenciário, estadista de vasta doutrina e de ação constante no regime, aconselha para a França uma mudança de sistema — a substituição da forma democrática pela forma

monárquica. Esse homem dos nossos dias, que vive num contato imediato com todos os problemas da atualidade, combate sobretudo o sistema parlamentar, que considera um começo de enfermidade. Entre as enfermidades que, segundo seu diagnóstico, ameaçam o regime democrático, figura em primeiro lugar esse sistema, considerando que nos congressos modernos o poder não reconhece limites, nem dentro do país, nem nas relações exteriores. Surge uma tirania amorfa e acéfala de seiscentos deputados — caso da França — que não encontram freio para sua ação, e irritam-se ante as objeções e as críticas. Na própria Inglaterra, onde governavam dois partidos conservadores — os “tories” e os “whigs” — e o sufrágio era restrito, com a extensão do corpo eleitoral e com a multiplicação das leis, o cargo de representante vai se convertendo em profissão, decaindo o pessoal dos parlamentos. Só se cogita de eleições, constituindo estas a essência, a lei constante da forma republicana. No parlamento francês — acrescenta — domina a improvisação sonora, a superficialidade loquaz.

Ia o Brasil entrar no regime democrático. Iria também praticá-lo com sinceridade?

Mas eis o que continua a dizer desse regime Charles Benoist:

Produz-se na democracia “uma incessante infiltração de incompetências”. “Democracia eqüivale a mediocracia, império do número, temor invencível à personalidade, à superioridade, ao valor”. A comissão é o órgão exterior das democracias, que não podem viver sem a ação desses grupos menores.

Chama-lhes Louis Barthout os olhos dos parlamentos.

Em resumo: a democracia sacrifica constantemente os menores, erige o despotismo do número, deixa-se dominar por uma crescente mediocridade. Observa que, histórica e psicologicamente, a Itália e a Espanha se encaminhavam para a ditadura, desquite do gênio latino contra um tipo que não se podia aclimatar nessas nações: o parlamentarismo anglo-saxão.

E como se daria o Brasil com a ditadura, que nem merece classificação entre os sistemas de governo, porque é um mero acidente na vida das nações?

Era o que somente o porvir poderia encarregar-se de responder.

O regime federativo, porém, havia ganho todas as preferências dos “leaders” que preparavam o advento republicano. O manifesto

de 1870, de que foi autor Quintino Bocaiúva, acolheu esse princípio como artigo de fé.

“As revoluções feitas no interior do país abortam todas — dizia Silva Jardim, e o deixou escrito em suas memórias. O Rio de Janeiro monopolizou a vida nacional”.

Preparava-se, por isso, a revolução na capital do país, embora sem se descuidar de alimentar nas províncias o interesse pela causa. O mesmo espetáculo teria de se reproduzir sempre, no futuro.

O trono parecia não compreender, nem adivinhar, os perigos que o cercavam. Parecia encará-los com desdém. Havia organizado, como processo para desmoralizar e perturbar a ação da propaganda, a famosa Guarda Negra, composta de libertos — iniciativa do gabinete João Alfredo, mantida pelo ministério liberal que se lhe seguiu.

João Alfredo, desafiando a onda crescente da idéia republicana, exclamava depois da abolição, naqueles dias agitados, tirando uma fumaça de seu inseparável charuto, precursor de um cigarro famoso:

— Cresçam e apareçam!

É certo, porém, que na primeira entrevista que celebrou com o imperador, depois de haver

aceitado o encargo de organizar o ministério que deveria substituir o gabinete João Alfredo, acentuou o visconde de Ouro Preto a necessidade de inutilizar a propaganda republicana, o que faria sem violências, mas empreendendo, “com ousadia e firmeza” a execução de um vasto programa de reformas eminentemente liberais. Enunciou-as, mas na verdade nunca se mostrou disposto a pô-las em prática.

O imperador, entretanto, empreendia uma viagem a Minas, seguindo o exemplo de seu pai em outro período agitado da existência de sua dinastia, e mandava o conde d’Eu em excursão pelo norte. Iam tentar, com o prestígio de sua presença, levantar o entusiasmo pelo trono, neutralizar a ação da propaganda. Tentativa inútil!

A propaganda visava, sobretudo, evitar o terceiro reinado, que teria de ser exercido por uma princesa — mulher boa e generosa, mas uma quase fanática — casada com um príncipe estrangeiro. Foi o brado com que São Paulo, no memorável congresso de 1888, convidou a nação à resistência, num magnífico manifesto de que fora relator Rangel Pestana, datado de 24 de maio. “Queremos a República como solução mais pronta à crise social” — exclamava. À frente desse movimento em S. Paulo achavam-se, entre outros grandes vultos do ideal republicano, Campos

Sales, Francisco Glicério e Bernardino de Campos.

A propaganda revelava ao país um sem número de nomes que iam se gravando na memória geral: no Pará, Pais de Carvalho e Justo Chermont; no Ceará, João Cordeiro; no Rio Grande do Norte, Pedro Velho; em Pernambuco, Martins Júnior, Anibal Falcão, Maciel Pinheiro; em Sergipe, Felisbello Freire, Silvio Romero, Cyro de Azevedo; na Bahia, Virgílio Damasio; no Estado do Rio, Francisco Portela, João Clap, Thomaz da Porciuncula, Alberto Torres, Nilo Peçanha; em Minas, João Pinheiro, Aristides Maia, Antônio Olyntho; no Rio Grande do Sul, Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Cassiano do Nascimento, Barros Cassal, Homero Batista. Do centro, a cabeça pensante do país, partiam a palavra e a ação dos grandes chefes que dali orientavam o movimento.

Ia se realizar, afinal, o sonho dos inconfidentes de Minas; ia ter confirmação o ideal das revoluções pernambucanas de 1817 e 1824; ia converter-se em objetivação o pensamento rio-grandense que em 1835 havia-se concretizado na efêmera República do Piratini. Tiradentes, Frei Caneca, Bento Gonçalves, iam ressurgir glorificados, ao clarão da espada que no campo

de Sant'Ana proclamava a República a 15 de novembro de 1889.

III

Da proclamação à substituição do primeiro ministério republicano

Os alunos da Escola Militar, aos quais se juntaram numerosos oficiais e inferiores do 22º batalhão de infantaria, haviam feito uma calorosa manifestação de apreço a Benjamin Constant.

Puniu um e outros o governo imperial, mandando o ministro da Guerra repreender aqueles, e ordenando a transferência do corpo para o Amazonas.

Benjamin Constant convocou, então, por esses dois motivos, o Club Militar para uma reunião, que se prolongou por duas noites. Iniciando-se a 8, só terminou a 9, quando se efetuava o baile da ilha Fiscal.

Na primeira dessas reuniões ficou Benjamin Constant incumbido de fazer junto do ministro da Guerra, o visconde de Maracajú, uma tentativa com o fim de demover o governo de prosseguir nas perseguições que movia contra o exército.

Pronunciou então o evangelizador do ideal democrático, entre demonstrações entusiásticas, estas palavras:

— Tenhamos confiança nos nossos próprios esforços! E, se nestes oito dias, o governo não nos tiver feito justiça, cessando de nos perseguir, então abandonarei a família e irei cumprir o meu dever na praça pública, ao vosso lado!

Na madrugada em que os convivas do baile faustoso saltavam no cais Pharoux e tomavam as carruagens, que enchiam o largo do Paço, para regressarem às suas casas, terminada a festa inesquecível, ali chegava o batalhão que deveria embarcar para o cumprimento da pena disciplinar que lhe havia sido imposta.

É então que Benjamin Constant, dominado por uma incontida indignação, estabelece com o marechal Deodoro da Fonseca, chefe militar de grande autoridade e vasta influência no seio de sua classe, os primeiros entendimentos para a revolução.

Era a grande figura capaz de arrastar a tropa para esse movimento, desde que se colocasse à sua frente.

Bem o compreendia o gabinete João Alfredo que, no intuito de afastá-lo da corte, como no propósito de harmonizá-lo um pouco com o

governo imperial, havia-lhe confiado, por decreto de 15 de dezembro de 1888, ao mesmo tempo que o nomeava comandante das armas da província de Mato Grosso, a missão de fazer respeitar a neutralidade do Brasil num incidente de fronteiras que abalara as relações de amizade e de boa vizinhança da Bolívia com o Paraguai. Era uma comissão particularmente rendosa da qual, não havia muito, havia regressado o valoroso soldado, dando irritadamente cumprimento à ordem intempestiva que lhe enviou para isto o ministro da Guerra do gabinete Ouro Preto, logo depois de se haver empossado no governo.

O marechal Floriano Peixoto, ajudante-general do exército, funcionário de confiança do governo, estava inibido de assumir essa posição. Ouvido, aconselhou prudência. Talvez ainda fosse possível, antes de se chegar a esse extremo, um entendimento com o ministério... Não precipitassem os acontecimentos... “Vamos ver o que se pode fazer para evitar tão grave resolução... Em todo o caso, sabe V. que sou soldado e seu companheiro...” Propôs demitir-se para acompanhar seus camaradas, tendo sido dissuadido desse propósito, pois despertaria suspeitas que poderiam prejudicar o movimento. Mas acentuou bem que se o exército, associado ao elemento civil, viesse a empenhar-se na luta, contasse resolutamente com seu concurso.

Benjamin Constant, em conferências sucessivas com o marechal Deodoro, acaba conseguindo seu compromisso formal com o movimento. Em seu respeito e em sua estima pelo imperador, porém, não mostrava o grande chefe militar desejar a substituição do regime. Queria, sim — e rudemente o declarava — dar uma lição ao Sr. Afonso Celso. O próprio Benjamin Constant era de parecer que não se deveria fazer a República por meio de uma revolução, e sim por um plebiscito, certo como se achava de que por ela se pronunciaria a nação.

Há uma narrativa fiel da última dessas conferências, efetuada na residência de Deodoro, no campo de Sant'Ana. Ouvindo a exposição do estado de ânimos do país, e da necessidade de uma revolução radical, que nada tivesse de uma sedição, perguntou meditativamente:

— E o velho?

A resposta foi concludente. A revolução não poderia deter-se diante de um trono.

— Se vencermos, porém, o imperador há de ser tratado com todas as atenções devidas ao seu estado de saúde, e à sua idade. Também sua família será dignamente tratada. Partirão incólumes, para onde entenderem, com a subsistência garantida.

Além do mais, não era realmente ele quem governava o país, e sim uma camarilha sem escrúpulos, com o olhar fito no 3.º reinado...

No fim de uma pequena vacilação, e concordando que “o velho já não regulava”, pois do contrário não consentiria em todas aquelas perseguições que se exerciam contra o exército, concordou.

— Pois venha a República!

E sublinhou esta exclamação final com um gesto de quem lava as mãos, igual àquele com que Pôncio Pilatos procurou eximir-se de toda e qualquer responsabilidade na condenação de Jesus.

Uma reunião celebrada na noite de 11 de novembro congregou na casa do campo de Sant’Ana, além dos chefes militares comprometidos no movimento, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Aristides Lobo. Altas patentes da armada — notadamente o almirante Eduardo Wandenkolk — achavam-se igualmente comprometidas, estando o centro em constantes comunicações com os chefes republicanos de S. Paulo.

Não estavam, entretanto, inteiramente concluídas todas as combinações na noite de 14, quando circulou por alguns corpos da guarnição

a notícia, aliás inexata, de que haviam sido presos o marechal Deodoro e o tenente-coronel Benjamin Constant.

O tenente-coronel Silva Teles reuniu logo sob seu comando todos os corpos da 2a. brigada, aquartelados em S. Cristovão, e preparou-se para iniciar a revolução. Saiu a força para vir em busca dos dois chefes, os quais, informados do movimento, já iam ao seu encontro, montados a cavalo. O marechal, que havia passado uma noite má, com fortes dispnéias, ergueu-se prontamente do leito ao ser avisado do que se passava, e com seu companheiro de jornada, uma escolta e outros oficiais que se lhes foram reunir, partiu para jogar a grande cartada. Em frente à casa de Benjamin Constant já se achava alinhado, pronto para cumprir suas ordens, o Corpo de Bombeiros.

Eram 4 horas da madrugada. Ainda escuro, o céu era um vasto manto estrelado.(1) A débil claridade dos combustores da iluminação a gás das ruas despovoadas de S. Cristovão começava a empalidecer ligeiramente, com a lenta aproximação da alba.

A esse tempo, porém, já o governo estava informado da rebelião que lavrava em S. Cristovão. D. Pedro II estava em Petrópolis, onde passava o verão com a família imperial. Os ministros foram logo convocados pelo presidente

do Conselho. Depois de ordenadas várias providências urgentes, foram reunir-se todos no gabinete do visconde de Maracajú, no Quartel General. Faltava apenas o da Marinha, barão do Ladário. Tinha ficado no Arsenal de Marinha, dando várias ordens reclamadas pela gravidade da situação.

Daí a pouco desembocava na praça a brigada revoltada, tendo à frente, cavalgando seu brioso ginete branco, espada desembainhada, porte ereto e marcial, o marechal Deodoro da Fonseca. A seu lado, a cavalo, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant.

A força fez alto, alinhando-se em frente ao quartel. O tenente-coronel Silva Teles, apeando de seu cavalo, penetrou no largo portão que lhe foi aberto, subiu as escadarias e apresentou-se diante do ministério ali reunido. Num lance dramático em que a emoção fazia pulsar fortes todos os corações, declarou que em nome do marechal Deodoro da Fonseca ia intimá-los a que se rendessem. E perguntando-lhe o visconde de Ouro Preto, com voz firme e cheia de altivez, que é que pretendiam, respondeu-lhe com firmeza: a retirada do ministério!

Volta-se então o presidente do Conselho para o marechal Floriano Peixoto, postado a seu lado:

— Sr. ajudante-general, faça retirar o general Deodoro! Em que caráter vem ele aqui com força armada? Disponha da força que aí está!

O ajudante-general não se mostra disposto a acudir ao apelo. Vacila. Volta-se então o visconde de Ouro Preto para o general Almeida Barreto. A mesma imobilidade. Também não o atende o barão do Rio Apa.

Torna, então, o olhar enérgico para Floriano. Lembra-lhe, numa exortação aos seus brios, que já no Paraguai era ele um oficial valente que tomava bocas de fogo ao inimigo.

— Faça outro tanto, tomando aquelas que ali estão!

— As bocas de fogo do Paraguai — replica-lhe com firmeza o ajudante-general — eram inimigas. Aquelas que V. Ex. ali está vendo — e aponta por uma janela — são brasileiras! E eu sou, antes de tudo, soldado da nação brasileira! Estas estrelas que trago nos punhos — acrescentou — foram ganhas nos campos da batalha, e por serviços prestados à nação, e não aos ministros!

Falhavam assim, ao trono, quaisquer elementos em que pudesse apoiar sua defesa. Outras forças, encabeçadas por outros chefes de prestígio, iam chegando ao campo, tomavam posição, e colocavam-se sob as ordens do

comandante supremo. Três corpos que se achavam formados dentro do pátio do quartel-general fizeram, prontamente, causa comum com a revolução. Não fez exceção a essa unanimidade o Corpo de Polícia.

Eram 8 horas da manhã, e já uma grande multidão popular, que afluía de todos os pontos da cidade, começava a aglomerar-se nos espaços que a tropa deixava livres na amplidão da praça. Nessa ocasião aproxima-se um carro ministerial. Era o barão do Ladário que vinha reunir-se aos seus companheiros. Intimado a entregar-se preso, recusa-se. Tira do bolso um revólver e aponta-o para o oficial que detivera seu carro — o tenente Pena Filho. A arma nega fogo. Três estampidos. Deodoro grita e acena de longe. Galopa, põe-se à frente do piquete e reitera a ordem. Não o matassem! O ministro cai ferido. Daí o conduzem para o palácio Itamarati. Socorrido, era algum tempo depois levado, num bonde fechado, para sua residência na rua das Laranjeiras.

Era a República vitoriosa!

Num telegrama urgente expedido para Petrópolis, o ministério “sitiado no quartel-general da guerra”, dava conta da situação ao imperador. “... e diante das declarações dos Srs. generais visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio Apa, de que não inspira confiança a força que

têm, não havendo possibilidade de resistir com eficácia à intimação de exoneração feita pelo marechal Deodoro, vêm depor nas mãos de V. M. o seu pedido de exoneração”.

Floriano sai à rua e informa Deodoro dessa resolução. Deodoro, penetrando no pátio do quartel com seu estado-maior, é recebido com aclamações pela força ali formada. Regressa ao campo. Novas aclamações. Sobe, então, ao gabinete onde se acham os ministros, e em palavras repassadas de gravidade expõe as queixas que levaram o exército àquela atitude extrema. Dá ordem de prisão ao visconde de Ouro Preto e ao ministro da Justiça, conselheiro Cândido de Oliveira, recomendando que sejam recolhidos ao estado-maior e tratados com a máxima consideração. Logo acede, porém, a um apelo que lhe faz Floriano, e retira a ordem.

Lá fora troa a artilheria, salvando com 21 tiros a aurora republicana. Daí partem então as tropas com seu chefe à frente, e acompanhadas pela multidão, fazem uma passeata triunfal pelas ruas centrais, recolhendo-se em seguida aos seus quartéis. Não excediam de dois mil homens as tropas que acabavam de derrubar um trono que se tornara brasileiro desde o dia 7 de setembro de 1822.

Às 3 horas da tarde, orando o vereador José do Patrocínio perante o povo ali reunido, foi lavrada no edificio da Câmara Municipal uma ata em que se declarava que os presentes haviam resolvido que se proclamasse a República. Em uma das janelas do palácio foi içada uma bandeira com o barrete frígio, emblema do ideal vitorioso.

De um trem especial procedente de Petrópolis desembarcava à 1 hora, na estação de S. Francisco Xavier, D. Pedro II, acompanhado da imperatriz e demais membros de sua família. Dirigiram-se todos para o paço da cidade, onde já os aguardavam a condessa e o conde d'Eu.

Ali chegou em seu coche, sem nenhuma escolta. Não conseguia dissimular a angústia que o dominava. Vergava-lhe o corpo alquebrado pela idade e pela doença, numa intensa emoção. Izabel, muito calma e serena, dominava como um homem forte aquele quadro melancólico. Cercavam o imperador e a imperatriz camareiros, damas do paço e alguns políticos do império. Pelo general Miranda Rosa mandou chamar o visconde de Ouro Preto, que momentos depois chegava ao paço. Defrontando com aquele que já não era mais, de fato, o imperador do Brasil, mas que ainda imaginava, ilusoriamente, poder salvar sua dinastia, renovou verbalmente o pedido que lhe havia enviado em seu telegrama. Recusou-lho

Pedro II. Insistiu, porém, o presidente do Conselho, declarando-lhe não mais poder governar, por não contar com força alguma. Solicitou-lhe então o imperador que indicasse quem deveria substituí-lo, declinando Ouro Preto o nome do conselheiro Silveira Martins!

O presidente do Rio Grande, de viagem para o Rio de Janeiro, com a representação parlamentar de sua província, que vinha tomar parte nos trabalhos legislativos, recebeu na cidade do Desterro, onde tocou o navio a cujo bordo se achava, o telegrama de Ouro Preto. Informado, por outros despachos, de quanto se passava na capital do país, pronunciou esta frase:

— A história repete o gesto do duque de Saldanha. O presidente do Conselho é o general vitorioso!

E em vez da alta investidura, em vez do poder que em tais circunstâncias se lhe oferecia, foi desembarcado e recolhido preso a um quartel.

Manifesta então o imperador o desejo de avistar-se com Deodoro. Partem emissários seus — os senadores Dantas e Corrêa. Não tardam a voltar com uma declaração peremptória: sem terem podido falar ao marechal, souberam que já estava constituído o governo provisório, e nomeadas as principais autoridades. Várias províncias já haviam aderido ao movimento

revolucionário. Dava o governo provisório todas as garantias ao imperador e sua família. Apresenta-se, com efeito, daí a momentos, no paço — a Repartição Geral dos Telégrafos de hoje, com o mesmo aspecto da grande e nobre casa secular — um contingente de quarenta praças de linha cujo comandante declara a um camarista que o vai guardar.

Era o epílogo; era o irremediável.

Ali passou a família imperial todo o resto daquele dia histórico, e a noite que lhe sobreveio. No dia seguinte, às 2 horas da tarde, chegava ao paço acompanhado de uma praça, o major Frederico Solon. Indo à presença do imperador, leu a intimação que lhe mandava o governo provisório para deixar, com sua família, o território nacional dentro de vinte e quatro horas. Declarava-se, nesse documento, que lhe seriam asseguradas a dotação que percebia, e também a posse de todos os seus bens, até que a constituinte tomasse, a propósito, qualquer deliberação. Concluía com um apelo: esperava que procedesse, naquela ocasião, como o fizera seu pai a 7 de abril de 1831. Como única resposta, declara o soberano destronado que cede à imposição, retirando-se desta pátria a que

serviu por mais de meio século, e desejando-lhe todas as felicidades.

Durante o dia, e grande parte da noite, uma multidão ardente de curiosidade postara-se no largo do Paço. Depois, um triste e pesado silêncio. O abandono. Apenas o tropel das montadas das patrulhas de cavalaria que rondavam o largo, o tilintar de uma espada, o rumor de uma coronha que feria o calçamento. A curta distância, sentinelas perdidas. Luzia melancolicamente o gás nos combustores. Chegara a madrugada de domingo, e toda a cidade dormia sob a impressão dos sucessos com que a surpreendera o dia anterior. As sentinelas, que isolavam de contato com o exterior quantos se achavam recolhidos ao paço, permaneciam estáticas em todas as suas portas. A guarda foi reforçada. Uma linha de baionetas estendia-se pelas calçadas do paço convertido em prisão. A vigilância tornava-se cada vez mais rigorosa. Alguns curiosos contemplavam de longe, postados nas vizinhanças do mercado, nas pontes das barcas, na rua da Misericórdia, na rua Fresca, na esquina de Primeiro de Março. Mas não tardou que dali os desalojassem as patrulhas. Alguma cena grave e solene deveria estar iminente. A luz vermelha de uma embarcação lançou um ponto na treva que subia do mar. Dir-se-ia uma ferida de fogo. Era a lancha que deveria conduzir o soberano destronado e sua família para bordo. Rodava daí

a minutos, dentro do silêncio e da escuridão da praça, um coche negro. Na frente, caminhando a pé, duas senhoras de preto. Atrás, um grupo de sombras masculinas. Um piquete de cavalaria cerrava o cortejo melancólico, que caminhava vagarosamente para o cais. Ali desceu da carruagem o vulto impressionante do chefe da dinastia deposta. E os vultos foram todos, um a um, desaparecendo na lancha. Um apito, a volta do piquete, e de novo o silêncio.... O tenente-coronel Medeiros Mallet havia-se apresentado no paço às 2:45, com o penoso encargo de acompanhar a família imperial ao seu embarque.

Era o fim silencioso e pungente de uma dinastia, e também de um reinado de meio século. A corveta “Parnahyba” transportava-os, a seguir, para bordo do paquete “Alagoas”, que zarpava nessa mesma madrugada escoltado pelo “Riachuelo”, conduzindo para o exílio o monarca, a imperatriz, e todos os membros da casa até então reinante no fausto e nas pompas da última das cortes existentes no novo mundo, dentro da liberdade americana.

Num regime que se baseava na igualdade, não havia lugar para os privilégios de um soberano coroado. O soberano — pelo menos na bela teoria das fórmulas democráticas — passava a ser indistintamente o homem, a soberania o direito.

O povo — dizia-o pouco depois Aristides Lobo — assistira bestializado àquela transformação radical.

Deodoro começava a governar. A seu lado, todas as grandes figuras da propaganda do ideal vitorioso: Rui Barbosa, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Benjamin Constant, Demétrio Ribeiro. Iam, afinal, conhecer as pesadas responsabilidades do poder. Iam, também, começar as decepções e as divergências.

O Sr. Demétrio Ribeiro só assumiu a pasta da Agricultura, que lhe fora reservada no governo provisório, no dia 7 de dezembro. Havia chegado do Rio Grande dois dias antes, e logo na primeira reunião do gabinete, em que tomou parte a 9, apresentou o projeto, imediatamente adotado, da separação da igreja do Estado.

Dias depois, era Campos Sales, ministro da Justiça, quem apresentava o projeto instituindo no país o casamento civil.

Iniciavam-se, assim, as grandes reformas sociais e políticas, que deveriam ir operando a transformação quase completa do país, e foi então que este começou a compreender o alcance da grande jornada de 15 de novembro, entrando a

interessar-se, mais de perto, pela obra de seus autores e colaboradores.

Seguindo o pensamento que ditou sua organização, era o governo provisório uma junta com responsabilidade coletiva na gestão dos negócios públicos. E se não existia a responsabilidade individual de cada ministro, não havia propriamente, tampouco, um ditador à frente do país, e na reunião que a 15 de fevereiro seguinte celebrou o gabinete, insistia o ministro da Justiça em deixar bem definido esse caráter do governo.

Nessas reuniões, em que se debatiam todos os assuntos administrativos e eram resolvidos os atos do governo, produziram-se os choques iniciais, como os de maior repercussão, que determinaram as dissensões irremediáveis abertas, sem demora, entre ministros e chefe.

As primeiras divergências separaram Aristides Lobo de Deodoro. Determinou-as uma questão referente a algumas nomeações para a secretaria do interior. E na reunião daquele mesmo dia, já Cesário Alvim tomava parte nos debates e deliberações como novo titular da pasta do Interior.

Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, havia partido para Montevideu com o fim de assinar com o seu colega do governo

argentino, Estanisláo Zeballos, o tratado de limites que deveria pôr termo ao litígio secular do território das Missões. Esse ajuste diplomático havia sido negociado no Rio de Janeiro com o ministro plenipotenciário da nação limítrofe, Sr. Henrique Moreno. Havia partido juntamente Quintino Bocaiúva, viajando a bordo, do encouraçado “Riachuelo”. Motivo de uma grande agitação nacionalista, duramente atacado pela imprensa o tratado, havia o governo provisório, em nota oficial redigida pelo ministro da Justiça, empenhado toda sua solidariedade a todos os atos que o mesmo praticasse.

Nessa primeira reunião a que comparecia, observava o novo ministro do Interior não convirem manifestações hostís do povo a Quintino Bocaiúva, que naquele mesmo dia já deveria desembarcar, de volta de sua ingrata missão.

Declarou Campos Sales saber que o ministro das Relações Exteriores ia ser vaiado no momento de desembarcar. Analisando o tratado, acentuou que este ficava dependendo do voto da primeira assembléia brasileira. Caso não fosse por esta aprovado, voltaria a questão ao estado primitivo, isto é, seria sujeita a arbitramento. Terminava pedindo ao tenente-coronel Benjamin Constant e ao almirante Eduardo Wandenkolk que, como ministros da Guerra e da Marinha,

providenciassem para que o desembarque fosse cercado do máximo respeito. O ministro das Relações Exteriores que fosse dar conta de seus atos ao governo. Se sua conduta tivesse sido boa, fosse aprovada; se não, que fosse punido. Observação do ministro da Marinha: — “O que o irritava era o fato de estar o Sr. Quintino Bocaiúva passeando no Rio do Prata sem atender a quatro chamados que lhe haviam sido feitos!”

A repressão policial à famosa malta de desordeiros que eram os capoeiras — uma vez que o “jiu-jitsu” japonês ainda não nos havia sido revelado para que nós pudéssemos compreender que aquilo que estava sendo combatido deveria ser estimulado como uma das mais admiráveis manifestações de agilidade e de ginástica futura — repercutiu intensamente no seio do ministério, pondo-o por muitos dias em crise. A 17 de abril apresentava Quintino Bocaiúva seu pedido de demissão porque o chefe de polícia, Sr. Sampaio Ferraz, cumprindo aliás instruções do governo, havia prendido um capoeira graduado. Pois que também os havia de classificação social elevada... Tratava-se de José Elísio dos Reis, irmão do conde de Matosinhos, seu grande amigo e proprietário do “Paiz”, o jornal em que o ministro das Relações Exteriores, seu redator-chefe, fizera a propaganda republicana. Acrescentou que no dia seguinte ao de sua deportação para Fernando de Noronha deixaria a pasta. (Essa deportação,

atenuada com a permissão de poder o graduado capoeira seguir daí para a Europa, deu lugar a que o conde de Matosinhos transferisse a propriedade do “Paiz” ao conselheiro Paula Mayrink, deixando em seguida o Brasil para sempre. Quintino Bocaiúva conformou-se com a atenuação da pena, e não se exonerou). A 26 de abril era Benjamin Constant, a quem se atribuía pouca energia para o cargo, delicadamente transferido da pasta da Guerra para a da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, recentemente criada, substituindo-o no gabinete da praça da Aclamação o marechal Floriano Peixoto.

O Sr. Demétrio Ribeiro, anti-emissionista, contrário à ação de Rui Barbosa na pasta da Fazenda, resolvia pouco depois deixar o governo, indicando Francisco Glicério para substituí-lo. Deu-se esse fato na agitada reunião de 30 de janeiro, em que o ministro da Fazenda, sustentado por Deodoro, defendeu vigorosamente sua ação perante seus colegas. Acentuou o Sr. Demétrio Ribeiro que a crise não era motivada tanto pelo decreto da reforma bancária em si, como pela nota oficial publicada, na qual se declarava que o ato do ministro da Fazenda era inalterável. Declarou nessa reunião Benjamin Constant que o ato desse seu colega era grave, mas que Rui Barbosa o discutia com tal convicção que abalava os mais fortes.

Benjamin Constant foi sempre conciliador, tudo fazendo para harmonizar os divergentes e discutindo os problemas, mesmo nos seus aspectos técnicos, com grande elevação. Declarou, afinal, considerar o decreto profícuo, tal a confiança que tinha em Rui Barbosa.

No dia seguinte já não era ministro o Sr. Demétrio Ribeiro, tomando parte na reunião seu sucessor na pasta.

Na sessão de 22 de junho era lido o projeto da constituição, fazendo então o chefe do governo provisório um apelo a Rui Barbosa para continuar no ministério, fossem quais fossem as exigências em contrário, apesar de que o comércio, segundo lhe constava, pretendia oferecer-lhe um banquete logo que deixasse a pasta da Fazenda. Todos os demais ministros, secundando o apelo de Deodoro, declararam não poder consentir em sua retirada.

Na sessão de 9 de agosto declarava Cesário Alvim que, opondo-se a maioria do conselho à volta do Sr. Américo Lobo ao governo do Paraná, propunha para substituí-lo o major Serzedelo Corrêa. A essa indicação se opôs no primeiro momento o chefe do governo, por achá-lo incompatível com tais funções, pois sendo um simples major, ficaria em situação superior ao comandante das armas, que era um general de

brigada! A 29 de agosto era aprovado um novo decreto de emissão de papel-moeda contra o voto de Cesário Alvim e Wandenkolk, os quais apresentaram desde logo pedido de exoneração das pastas que ocupavam, sendo-lhes negado.

O novo ministro da Instrução teve, na sessão de 27 de setembro, um grave incidente com Deodoro a propósito de promoções. Declarou que repelia as insinuações afrontosas do chefe do governo, o qual dizia haverem sido promovidos muitos oficiais que estiveram bem longe do teatro da proclamação. Acrescentava Benjamin Constant não o achar com força bastante para manchar-lhe a reputação de homem de bem. Tão dramático foi o episódio, que chegaram cá fora os rumores de um quase duelo na sala do palácio Itamarati, onde se realizavam as reuniões do ministério.

A primeira grande crise do ministério resultou do assalto que sofreu o jornal “A Tribuna”, que segundo testemunhos generalizados foi planejado e dirigido por oficiais do exército intimamente vinculados ao chefe do governo. Glicério apresenta sua demissão e a de todos os membros do ministério, considerando muito grave o momento, e reclamando severa e enérgica punição para os autores do atentado. Nega Deodoro a exoneração e dá ao gabinete plena autonomia para agir. E acrescenta, muito

comovido, que se os membros do ministério insistirem no pedido, deixará também o governo. Quintino Bocaiúva assinala a responsabilidade do governo no fato. Vota contra o inquérito que se propõe. Será uma comédia, pois foram membros do exército os autores do atentado. A renúncia coletiva do ministério esteve quase resolvida.

Veio, afinal, a crise irremediável. Na sessão de 17 de janeiro de 1891 era lida uma carta de Rui Barbosa contendo seu parecer, inteiramente contrário à concessão, com grantia de juros, requerida pelo Sr. Trajano de Medeiros para a construção do porto de Torres, que Deodoro havia pedido ao ministro da Fazenda. Insistiu nessa concessão o chefe do governo. Caso achassem que interpretava mal os verdadeiros interesses nacionais, chamassem quem o rendesse naquele posto. Campos Sales subscreve o parecer, achando que a questão deveria ser submetida ao Congresso. Deodoro discorda, sendo apenas apoiado por Quintino, ainda assim com algumas restrições. Wandenkolk opina pelo adiamento proposto pelo ministro da Justiça, observando o chefe do governo que ficaria numa posição falsa, pois desde muito reclamava aquele melhoramento. Insiste na garantia de juros. Nega-lhe seu voto Glicério, declarando dá-lo no Congresso ordinário. Cesário Alvim manifesta-se igualmente contrário à garantia de juros. Diante da atitude dos ministros, declara Deodoro que no

dia seguinte estaria à frente do governo o marechal Floriano Peixoto. Observa Glicério que se o melhoramento é tão urgente, deveria ser feito por conta do Estado. Aconselha a organização de uma companhia, à qual está pronto a dar a concessão. Prolongava-se a crise, ficando resolvido que o ministério se conservaria no poder apenas até a promulgação da constituição. Rui Barbosa e Glicério tudo haviam feito, anteriormente, para demover Deodoro de sua insistência por aquela concessão, A nada atendia, chegando a declarar naquela agitada reunião que não assinaria ato algum antes que se decidisse a questão. Dez vezes seguidas pediu-lhe Rui Barbosa exoneração de seu cargo.

A 20 de janeiro reuniam-se os ministros na Quinta da Boa Vista e decidiam por unanimidade que, uma vez aprovada a constituição em 1ª. discussão, efetivariam sua renúncia. Floriano, que não havia comparecido a essa reunião, declarava-se logo depois, por um telegrama, de inteiro acordo com a decisão tomada. Naquela mesma tarde enviaram a Deodoro uma carta em que declaravam que, tendo apresentado sua demissão na última conferência em consequência da oposição que ofereciam à concessão com garantia de juros para as obras do porto de Torres, aguardavam a designação de seus sucessores. Respondeu-lhes Deodoro concedendo a demissão, lamentando apenas que tivesse

servido de pretexto para essa atitude a garantia de juros à concessão do porto de Torres, obra urgentíssima “de elevado alcance político e econômico”.

Naquela mesma noite se organizava o novo gabinete, tarefa de que fora incumbido o barão de Lucena.

Benjamin Constant estava afastado de toda aquela agitação, porque jazia no leito onde não tardaria a ir buscá-lo a morte. A 22 de janeiro ocorria seu passamento.

Vejamos o que se passava, a esse tempo, no seio da grande assembléia política que era o Congresso Nacional Constituinte.

IV

A ação e a palavra da Constituinte

Com dez meses exatos de existência, dava a revolução ao país o direito de eleger os constituintes republicanos. Convocado para esse fim por decreto de 21 de dezembro — portanto trinta e seis dias depois da proclamação — havia ocorrido às urnas, senão com entusiasmo, ao menos com uma clara consciência de seu dever. Não se poderia pretender mais rápido regresso ao regime da legalidade. Eleita a assembléia, convocou-a o governo provisório por decreto de 22 de junho para o dia 15 de novembro.

Minas parecia haver lançado, logo no início da constituinte, os fundamentos de um sólido prestígio no regime novo. Parecia predestinada ao predomínio.

Suas primeiras eleições republicanas, por outro lado, podiam ser consideradas um índice seguro de que seus pleitos eleitorais processar-se-iam, sempre, dentro de um ambiente de completa liberdade e de um respeito absoluto pelo voto.

Seus três primeiros senadores, que a representaram na constituinte, foram Felício dos Santos, Cesário Alvim e Américo Lobo — três grandes nomes. Este, o menos votado, reuniu 41.072 sufrágios, conforme a apuração feita pela respectiva comissão.

Seguiam-se-lhe três candidatos monarquistas, cada um dos quais apresentando uma votação considerável, atestado da liberdade que ali cercou esse primeiro pleito, e também uma afirmação de que o regime destruído pela revolução de 15 de novembro ainda contava, no alto das montanhas mineiras, adeptos em número muito elevado. Os dois partidos monárquicos ainda se mantiveram organizados por algum tempo em Minas, por uma influência natural do prestígio do visconde de Ouro Preto na província de que era a mais ilustre figura política, e onde derramara favores durante sua gestão como chefe do gabinete até então no poder. Basta verificar as cifras que alcançaram tais candidatos: Diogo de Vasconcelos, 22.305 votos; visconde de Lima Duarte, 22.278; barão de Santa Helena, 15.180.

Depois de Minas, somente a Bahia deu exemplo igual, elegendo deputado o conselheiro José Antônio Saraiva, o qual, no império, fora o chefe do gabinete que tomou seu nome.

As eleições para a Constituinte, realizadas a 15 de setembro de 1890, correram, aliás — pelo menos nos Estados de maior cultura e de educação mais adiantada — dentro de uma ordem e de uma liberdade dignas de louvor, processando-se embora sob um regime eleitoral imperfeito que favorecia todas as fraudes, como era o regulamento Alvim, a que deu seu nome o segundo ministro do Interior do governo provisório, seu autor.

Entre os senadores da constituinte figuravam, predestinados para exercerem uma grande soma de influência nos destinos da República, os portadores dos nomes ilustres que se seguem: Amaro Cavalcanti, Campos Sales, Cesário Alvim, Pinheiro Machado, Prudente de Moraes, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral, Floriano Peixoto, Eduardo Wandenkolk, José Higino, Joaquim Murтинho, Rangel Pestana, Saldanha Marinho.

Entre os deputados, era ainda maior a constelação de nomes expressivos: Alcindo Guanabara, Adolfo Gordo, Anfilóbio de Carvalho, Anibal Falcão, Antão de Faria, Antônio Azeredo, Paula Argolo, Aristides Lobo, Aristides Milton, Artur Rios, Assis Brasil, Augusto de Freitas, Barbosa Lima, Bernardino de Campos, Bueno de Paiva, Carlos Garcia, Cassiano do Nascimento, Rodrigues Alves, Coelho e Campos, Costa

Rodrigues, Custódio de Melo, Demétrio Ribeiro, Dionísio Cerqueira, Epitácio Pessoa, Erico Coelho, Felipe Schmidt, Felisbello Freire, Francisco Glicério, Furquim Werneck, Gabino Bezouro, Guimarães Natal, Homero Batista, João Barbalho, Tasso Fragoso, João Pinheiro, José Mariano, Júlio de Castilhos, Justiniano de Serpa, Lauro Müller, Leopoldo de Bulhões, Lopes Trovão, Moniz Freire, Mena Barreto, Nilo Peçanha, Pereira Barreto, Pedro Velho, Paula Guimarães, Rosa e Silva, Sampaio Ferraz, Seabra, Serzedelo Corrêa, Vitorino Monteiro, César Zama, Rodolfo Miranda, Alfredo Elis, Rubião Júnior.

Na primeira sessão preparatória da Câmara, reunida ao meio-dia de 4 de novembro de 1890, na sala do Casino Fluminense — o grande centro social que foi, durante longos anos, a sede brilhante do famoso Club dos Diários — Francisco Glicério, ministro da Agricultura, que com seus colegas de gabinete Rui Barbosa, Cesário Alvim, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Eduardo Wandenkolk e Campos Sales, havia sido eleito membro da Constituinte, agitando na mão um impresso, declarou que ali estava o projeto de regimento que o governo provisório submetia “a uma discussão oportuna”.

Fundado nesse projeto — acrescentou — aclamava o representante de Minas, Sr. Gonçalves Chaves, para presidir os trabalhos que

assim se iniciavam. Feita a aclamação, ocupou o deputado mineiro a cadeira presidencial, formando logo a mesa provisória da qual fazia parte, como 2.º secretário, o constituinte fluminense Nilo Peçanha.

Nesse mesmo dia, às onze e três quartos, nucleava-se o Senado da República. No antigo paço do conde d'Arcos, sede do Senado do império, realizava-se sua primeira sessão preparatória. Coube ali ao representante do Piauí, Sr. Eliseu Martins, propor que fosse aclamado presidente interino o senador por Minas, Sr. Felício dos Santos.

Esboçava-se assim, para Minas, um predomínio que entretanto não permitiria o futuro que se consolidasse tão depressa.

Da primeira mesa provisória do Senado republicano fazia parte, como 3.º secretário, o representante do Rio Grande do Norte, Sr. Amaro Cavalcanti.

A primeira voz que se fez ouvir no recinto republicanizado da casa histórica da rua do Areal foi a do Sr. Pinheiro Guedes, que em sua oração defendeu a perfeita legalidade — já então posta em dúvida — das eleições de Mato Grosso, a cuja representação pertencia, combatendo o ponto do parecer da respectiva comissão de inquérito que

alterava a classificação dada pelas autênticas aos diplomados.

No salão da casa elegante da rua do Passeio, cerrado temporariamente para os “cotillons”, para as quadrilhas francesas e para os lanceiros que ali havia dançado a aristocracia do segundo império, e tinha de continuar a dançar a elite da Primeira República, a voz que antes de qualquer outra levantou-se para iniciar os debates a que durante quarenta anos seguidos deveria entregar-se a assembléia popular da nova democracia brasileira, foi a do representante de Minas, Sr. Chagas Lobato. Fê-lo para apresentar uma preliminar. Não lhe parecia regular que a Câmara estivesse procedendo à verificação de poderes de seus membros separadamente do Senado. E isto porque o pleito eleitoral havia sido simultâneo, podendo suceder que a Câmara reconhecesse como válida uma eleição que pelo Senado fosse anulada. Além do mais, como não houvesse ainda um regime constituído, não existia um Senado. Daí a incongruência que fazia objeto de seu reparo.

Era, realmente, o exórdio dos debates que deveriam estender-se pelos anos afora. Levantou-se a seguir seu colega de representação Sr. Aristides Maia — observe-se a preponderância de Minas — para se declarar em desacordo com essa preliminar, porque o governo provisório, ao

convocar a constituinte, decretou logo a divisão das duas câmaras.

A controvérsia foi então elucidada por um brilhante discurso do Sr. José Avelino, deputado pelo Ceará, o qual sustentou a regularidade da separação das duas casas no seu trabalho de verificação de poderes. Seguiram-se-lhes na tribuna os Srs. João Pinheiro, Nilo Peçanha — uma esplêndida promessa para o futuro — Mata Machado e Costa Machado.

A indicação, que apresentou o Sr. Chagas Lobato, convidando o Senado a vir reunir-se à Câmara para conjuntamente verificarem seus poderes as duas casas, foi rejeitada.

O projeto de regimento da Câmara foi oferecido à sua deliberação pelo ministro do Interior e representante do Distrito Federal, Aristides Lobo. Foi aprovado mediante requerimento de urgência apresentado pelo deputado fluminense Alcindo Guanabara.

O projeto de regimento do Senado foi igualmente aprovado em sua primeira sessão preparatória.

Foram apenas sete as reuniões preparatórias desse ramo legislativo. Na última, foi-lhe apresentado pelo senador paulista Prudente de Moraes, relator da comissão mista, o projeto de

regimento comum provisório, pedindo que fosse o mesmo submetido às duas casas para ser aprovado também provisoriamente, visto como no dia seguinte — 15 de novembro — primeiro aniversário da revolução, deveria instalar-se o Congresso Constituinte.

A aprovação definitiva — ponderou em resposta a objeções levantadas — só poderia, ser feita pelo Congresso, e não pelos seus dois ramos separadamente.

A comissão mista que elaborou o projeto de regimento comum ficou composta dos deputados Almeida Magalhães, José Avelino e Manhães Barreto, e dos senadores Prudente de Moraes, Eliseu Martins e João Pedro.

Celebrou a Câmara onze sessões preparatórias, sendo ambas as casas, em sua última reunião, convocadas para a instalação solene dos trabalhos do Congresso Constituinte naquela data festiva.

A sessão deveria realizar-se na sede provisória da Constituinte, que era o palácio da Quinta da Boa Vista, até bem pouco a casa de residência da família imperial, e que para esse fim fora convenientemente preparado.

Foi solene a cerimônia. O povo afluiu aos jardins até então vedados ao seu acesso,

animando-se festivamente o bairro de S. Cristovão com o movimento de carros que rodavam sem cessar através de suas ruas conduzindo os representantes da nação, os membros do corpo diplomático com suas fardas vistosas, ministros com seus coupês escoltados pelas duas ordenanças a cavalo, figuras evidentes da nova situação, jornalistas e as pessoas gradas de todos os tempos.

Já se observava, como fruto natural da timidez provinciana, uma pronunciada aversão à casaca recomendada aos constituintes para a cerimônia, resultando daí aquela diversidade chocante de trajes que deveria tornar-se a nota dominante de todas as futuras sessões inaugurais de cada 3 de maio.

Pois que ainda não havia um estatuto político em vigor, o termo de compromisso lido pelo presidente da solene assembléia — o Sr. Gonçalves Chaves — tinha de ser igualmente provisório: “Prometo guardar a constituição federal que for adotada, desempenhar fiel e lealmente o cargo que me foi confiado pela nação e sustentar a união, a integridade e a independência da República”.

Feita a chamada pelo 1.º secretário, Sr. Eliseu Martins, todos os presentes solenemente de pé, num ambiente impregnado de respeito,

seguidamente iam se pronunciando os novos constituintes:

— Assim o prometo!

Estava, mudados apenas, mais tarde, os termos de seu texto, estabelecida a fórmula compromissal que deveria vigorar para o porvir parlamentar do Brasil.

Muito perjúrio, é certo, mas também algumas boas intenções que deveriam ser honestamente confirmadas...

O secretário do governo provisório, Sr. Fonseca Hermes, penetrava daí a pouco no recinto com as mesmas medidas que também deveriam tornar-se habituais, acompanhado pela comissão do estilo; depunha nas mãos do presidente a mensagem; retirava-se com as mesmas formalidades; os secretários revezavam-se na leitura do documento que passava, dali por diante, a substituir a fala do trono; cá fora, sob a copa das árvores frondosas do grande parque imperial, entre a multidão que o espetáculo novo atraía, um batalhão de infantaria em primeiro uniforme prestava ao poder legislativo que se constituía para formar, com o executivo e o judiciário, a estrutura do regime, as continências devidas à soberania da nação, da qual, desde então, considerava-se emanação direta...

Também naquele dia se inaugurava uma prática que nunca mais teria de ser abandonada: a demonstração de solidariedade dos dois poderes, ou, se preferirmos, da perfeita subordinação política a que ia espontaneamente condenar-se o legislativo em face do executivo.

Consistia essa prática no comparecimento do Congresso no palácio do governo com o fim de apresentar suas saudações ao chefe deste, logo depois da sessão inaugural do ano legislativo.

Inaugurou-se a prática por meio de uma comissão nomeada para esse fim. Mais tarde, ficava automaticamente a mesa do Congresso com esse encargo gentil, que posteriormente toda a maioria parlamentar teria de ir desempenhar coletivamente.

Essa primeira comissão, nomeada por proposta do Sr. Seabra, ficou constituída pelos senadores Amaro Cavalcanti, Eliseu Martins, Almeida Barreto e Ramiro Barcelos, e deputados Jacques Ourique, Teófilo dos Santos, Serzedelo Corrêa e Custódio de Melo, além do representante da Bahia, autor da indicação.

Na sessão seguinte fez o Sr. Amaro Cavalcanti a crônica da cerimônia, relatando, numa oração pela ordem, a maneira por que se

exonerou de seu encargo a comissão. Reproduziu o discurso com que saudou o chefe do governo e a resposta com que este agradeceu a homenagem, e da qual consta este período: “Quanto ao Congresso, direi: educado na aritmética positiva do Conde de Lippe, quer como soldado, quer como homem de governo, jamais desconheci a necessidade de respeitar a lei, o direito e a justiça, e qualquer que seja d’ora em diante a minha posição, hei de manter e cumprir a constituição dos Estados Unidos do Brasil.” Acrescentou que aproveitava também o ensejo “para declarar ao Congresso e dizer à imprensa e ao povo que nunca tive nem terei pejo de emendar ou reparar qualquer erro cometido nos misteres da pública administração (já começava a firmar-se o estilo do Sr. Fonseca Hermes) desde que me for indicado ou reclamado pelos meios convenientes.”

Em sua mensagem declarava o chefe do governo provisório que restituía à nação “na pessoa de seus eleitos, o tesouro de seus destinos” do qual se constituira depositário, ficando-lhe a consciência “sem sombra de remorsos e o coração sem as mágoas que geram os deveres não cumpridos.”

Assim, o primeiro ato do novo Congresso, na sessão ordinária que efetuou a 18 de novembro, consistiu em aprovar uma moção que importava,

mais ou menos, em conferir um mandato legal ao marechal Deodoro.

Fizeram-se com esse fim, para se chegar a uma fórmula conveniente e aceitável, quatro tentativas. A primeira moção, de iniciativa do Sr. Amaro Cavalcanti, propunha, “como meio de assegurar sem interrupção, mas com legalidade, a marcha dos negócios públicos, e como uma prova de merecida confiança”, que o marechal Deodoro continuasse a exercer temporariamente todas as atribuições concernentes à administração do país, até à aprovação da constituição e a eleição do primeiro presidente da República.

Propunha a moção do Sr. Américo Lobo que o Congresso, instalado para decretar a constituição e eger o presidente e o vice-presidente da República, aprovasse “a delegação feita ao governo provisório em nome e com assenso da nação” e se reconhecesse desde logo “o único competente para exercer o poder legislativo.”

Outra, do senador alagoano Sr. Leite e Oiticica, confirmava-o no caráter de presidente da República até que o Congresso decretasse a Constituição e egesse seu sucessor.

O senador pelo Paraná, Sr. Ubaldino do Amaral, redigiu a moção preferida, e que contava, entre outras assinaturas além da sua, as

seguintes: Nilo Peçanha, Alcindo Guanabara, Júlio Frota, Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Cassiano do Nascimento, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria — as figuras dominantes da bancada rio-grandense — Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa, Anibal Falcão, Aristides Lobo e José Higino.

Dispunha que, considerando urgente necessidade dar consagração legal ao poder executivo “resolve apelar para o governo atual, a fim de que por seu patriotismo se mantenha na direção dos negócios públicos, aguardando a constituição que deve ser votada e a organização do governo definitivo.”

O mandato do Congresso era, portanto, conferido ao governo, em sua expressão coletiva, e não individualmente a seu chefe.

Também nesse começo da vida da grande assembléia política já se iniciavam as queixas e os clamores contra a falta de liberalismo dos regimentos internos. O Sr. Américo Lobo declarava, na mesma sessão, que uma tristeza profunda se apoderava dele ao ver que o regimento comum era uma mordança para a palavra “e a mutilação de nossa soberania, visto reduzir-nos, em um horário de estrada de ferro, a atribuições meramente constituintes.”

Foi, pois, já dentro desse regimento, que começaram as atividades da constituinte. E seus primeiros prélios oratórios, que giraram em torno dessas moções, foram vivos e animados, ocupando a tribuna, para justificá-las e demonstrar os fundamentos em que se apoiavam para as tornar preferidas, os autores de todas quatro.

Diante do interesse suscitado pelo assunto, foi a votação da moção Ubaldino feita pelo processo nominal, a requerimento do Sr. Serzedelo Corrêa.

Os Srs. Anfilóbio de Carvalho, Custódio de Melo e Santos Pereira, porém, julgaram necessário opor-lhe uma restrição, e acentuaram, numa declaração de voto, que a aprovação que lhe deram não importava em outra delegação que não fosse das funções de poder executivo, encarregado da administração da República.

O Congresso — segundo conceito que enunciou o Sr. Ramiro Barcelos — desde que o poder de fato, o poder revolucionário, tinha ido ao seu seio depor em suas mãos todos os poderes de que se apossara em um momento de salvação nacional, assumiu perante o país um papel de imensa responsabilidade e insuperável importância. Assumiu um papel de ascendência ainda maior, nos destinos da nação, do que

aquele que lhe cabe nos países onde impera o sistema parlamentar.

Que existia em face da nação desde esse momento? — perguntava Aristides Lobo, ouvido então, e sempre que falava, no meio de um grande interesse, tanto por motivo de sua viva inteligência, como pela sua preponderância no novo regime. O Congresso — respondeu com ênfase — tornou-se desde então a única autoridade, a soberania legal do país. “Contestar que o Congresso tem em suas mãos todas as faculdades soberanas da nação — acrescentou entre aplausos — por força solene e normal da investidura de seu mandato, é negar a existência deste e pôr em dúvida o pronunciamento da consciência nacional.”

Foi ainda além, aduzindo a esses conceitos a afirmação de que a Congresso era o único poder existente, ou o era até o momento em que de sua própria autoridade o investiu o poder executivo, desmembrando provisoriamente de si essa faculdade. E tanto compreendeu que lhe cumpria constituir todos os poderes transitórios ou definitivos, de que quisesse dotar o país, que se apressou em constituir o governo, investindo o poder revolucionário, ou suas entidades, de atribuições que estes já não possuíam.

Equivalia, pois, a moção aprovada, a uma delegação pela qual transferia ao governo as faculdades soberanas que lhe haviam sido reconhecidas pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Também se cogitou, nesse período de nossa formação constitucional, de convertê-lo numa Convenção Nacional, mas tal não mais era exeqüível depois dessa transferência de seus poderes para o governo provisório.

Para aqueles que contestavam suas faculdades de legislar ordinariamente, invocava-se o argumento de que, conseqüentemente, não poderia outorgar a delegação que outorgou ao executivo, constante da moção aprovada.

O ministro do Interior pronunciou esta frase que deveria ter, por certo sem que o pretendesse, o dom de uma profecia: “Ai daqueles que desconhecem as faculdades soberanas deste Congresso, e a intenção de seu mandato, porque então abrir-se-ia de novo o período revolucionário!”

Sentia-se, assim, que logo nas primeiras horas da existência da assembléia legislativa, já se formava o fermento que deveria criar o conflito insanável que um dia converteria em triste realidade essa advertência do grande vidente.

O projeto da constituição, de que fora um dos obreiros principais o ministro da Fazenda, estava assinado por todos os membros do governo. Foi ampla e livremente debatido, tendo sido objeto de uma crítica irrestrita e sofrendo, por meio de emendas, não poucas alterações de importância.

Continha, por exemplo, um dispositivo pelo qual deveria o Congresso encampar todos os atos do governo provisório, transformando-os em lei. Veementemente combatido, foi esse artigo — o 2.º das disposições transitórias — eliminado do projeto.

Assim procedendo, afastava de si o Congresso Constituinte, numa expressiva manifestação de independência que era, ao mesmo tempo, uma enérgica defesa de sua autonomia, toda e qualquer responsabilidade pela prática de atos que nem sequer conhecia.

Há, aliás, um grande número de episódios interessantes, referentes à Constituinte e ao estatuto político de 24 de fevereiro, que ainda não teve uma divulgação muito ampla. Sua simples narrativa, desacompanhada de qualquer comentário, bastaria para documentar a preocupação de independência que animou sempre aquela assembléia.

Recordemos alguns, pois que na simples exposição dos fatos que constituem a história da

Primeira República estão encerrados, não raro, os mais incisivos argumentos de sua defesa. Recordemos também aqueles que podem ser indicados pelo julgamento sereno da história como a semente daninha que germinou para produzir os exemplos maus que deveriam bastar para sua condenação, esquecidas as numerosas atenuantes de seus atos acertados e bons.

Um mal que vinha de longe, e tinha de pregar-se como um dardo no flanco do regime, fez sua primeira sortida no recinto do Casino Fluminense na sessão preparatória de 18 de dezembro. Observava nesse dia o Sr. Barbosa Lima a propósito da protelação do reconhecimento do barão de Vila Viçosa, diplomado pela Bahia e um tanto suspeito à nova forma de governo, que um dos defeitos vergonhosos das tricas partidárias dominantes no regime imperial “consistia na célebre teoria do 3.º escrutínio”, na norma adotada pela maioria de algumas câmaras “que se inspiravam servilmente” na palavra de ordem vinda do alto, procurando servir à má vontade de certos gabinetes contra representantes legitimamente eleitos, que vinham contrariar as idéias aceitas pelo poder então dominante. Acrescentou que não precisava citar casos em que distintos representantes da nação “foram indignamente esbulhados dos diplomas que haviam legitimamente conquistado”.

Esse primeiro ameaçado da prática hereditária salvou-se graças a defensores como o representante de Pernambuco e o Sr. Artur Rios, que se lhe seguiu com a palavra para “defender a causa da justiça” pedindo à Câmara que houvesse de declarar deputado aquele que a Bahia tinha elegido.

Com outro se iniciava a má prática que deveria florescer, frutificar e enraizar-se na República. Entre protestos gerais — sinais de reação que aliás nunca deixaram de manifestar-se — e o primeiro tumulto que assinalou uma sessão parlamentar no Brasil republicano, foi proclamado eleito e reconhecido o candidato contestante Sr. Prisco Paraíso com sacrificio do diplomado, Sr. Salvador Pires.

Ficou assim prejudicada a conclusão do parecer da comissão, vingando a emenda substitutiva do Sr. Artur Rios, o mesmo que dias antes concorrera de modo tão eficaz para evitar o sacrificio de um eleito.

Registrava-se também a primeira derrota de uma comissão.

Estava aberta a porta...

V

A constituição e a eleição do primeiro presidente

Sendo o projeto da constituição de iniciativa do governo provisória que assumiu o poder com a revolução triunfante, é de notar que no dia de sua aprovação definitiva estavam substituídos todos os seus membros, sendo já de quase franca oposição a Deodoro a atitude de alguns destes.

Rui Barbosa referia, em suas palestras, a luta que travou com o chefe do governo para fazê-lo aceitar o projeto de que foi, sem embargo de quaisquer afirmações em contrário, autor principal. Era-lhe, com efeito, Deodoro tão infenso, que na sessão do gabinete, realizada a 14 de novembro — véspera da instalação da Constituinte — pediu aos ministros que lhe fossem feitos alguns retoques, embora sem positivar quais fossem estes. E acrescentou, com uma irritação mal contida, que debalde já havia feito esse pedido ao ministro da Fazenda. Formulou, então, uma ameaça mal velada, declarando que no primeiro ano da ditadura tinha

tido brando e conciliador, mas desde que se tornasse preciso ser enérgico, saberia sê-lo, guardando embora a necessária calma. Insistiu sempre, sem que nisso aquiescesse Rui Barbosa, em que lhe fosse outorgada pela constituição a faculdade de poder dissolver o Congresso.

A primeira e a segunda discussões do projeto foram encerradas mediante requerimento aprovado entre protestos. Aristides Milton, positivando esse movimento de rebeldia, declarava ter votado contra o encerramento na segunda discussão porque, estando inscrito para falar, como igualmente o estava na primeira, não podia concordar em que de novo fossem privados de um direito respeitável os membros do Congresso, “com os quais a mesa não foi bastante gentil...” E a acusação de estar impondo a “rolha” aos que pretendiam e não conseguiam exercer esse direito, aparecia a cada momento em orações e em apartes, sem prejuízo do grande respeito e da estima que no seio da constituinte conquistava dia a dia Prudente de Moraes, seu presidente.

Os debates políticos animavam particularmente as sessões, sendo que três questões por muito tempo os dominaram. A primeira dessas questões versou precisamente sobre o que eu prefiro considerar o processo das responsabilidades pela revolução de 15 de novembro, que implantou no país a República.

O papel do marechal Deodoro da Fonseca naquele movimento começou a ser diminuído por alguns de seus adversários, e esse julgamento, que se tentava processar por forma definitiva no calor das paixões, num ambiente que de momento para momento mais se impregnava de exaltação partidária, não podia ser considerado definitivo para o pronunciamento da história. Nem nenhum outro que se pretenda formular em circunstâncias idênticas pode ser aceito como um aresto inapelável. A figura de Pedro II, o monarca deposto, que não podia deixar de ser a objetivação direta da revolução que se ergueu para destruir um regime acusado de tirano e de déspota, já repousa serenamente no juízo da história. É hoje considerado um de seus vultos mais beneméritos e mais dignos de respeito, tendo já sido perpetuado na consagração do bronze. Também para a purificação dos grandes vultos que se agitam no cenário político das nações, faz-se mister um processo que pode suportar um paralelo com o da canonização dos santos, no qual o fator tempo intervém como um elemento de importância essencial.

César Zama, tribuno vigoroso que de tantos lauréis cobriu a Bahia nos prêlios da oratória parlamentar, foi dos primeiros a enfrentar esse debate.

O primeiro fator da República — sustentava na sessão de 29 de janeiro — foi Benjamin Constant; o segundo, a mocidade das escolas; o terceiro, o marechal Floriano Peixoto. Este — acrescentou — na posição que ocupava, com as simpatias que seu nome inspirava ao exército, e com os recursos de que dispunha, poderia, se o tivesse querido, ter feito abortar a revolução. Sem seu auxílio a República não teria sido proclamada.

Era a oposição ao chefe do governo que se ia esboçando a traços fortes quando já não tinha a seu lado os ministros do gabinete revolucionário, e quando seus amigos mais se empenhavam no trabalho para fazê-lo eleger primeiro presidente constitucional da República.

“Sempre procurei isentar o general Deodoro da Fonseca — prosseguia o deputado baiano — da responsabilidade moral pelos erros e faltas cometidos pelo governo de que era chefe. Homem de espada e tendo vivido sempre afastado do cenário político, eu convictamente asseverava que a culpa deveria recair toda sobre os ministros civis que, como supunha, o dirigiam.”

Confessou que a 16 de novembro — portanto na primeira reunião ordinária da constituinte — fora à sessão levando no bolso uma moção escrita (seria a quinta daquele gênero) em que investia

desde logo Deodoro no cargo de presidente, com os poderes e pelo tempo que a constituição determina. Demonstrava, assim, que não o movia a paixão na opinião que emitia, segundo a qual a parte do generalíssimo no resultado da revolução e na proclamação da República era “apenas perceptível”.

É certo que foram de uma grande veemência os protestos a que deu lugar esse conceito, prolongando-se por alguns minutos o tumulto no recinto.

Pensava — contiuiu com sua bravura habitual — que qualquer que fosse o general que se pusesse à frente do movimento, seria o mesmo o resultado. E acusando-o como responsável por todos os erros praticados durante os quatorze meses de governo até então decorridos, fez esta declaração sensacional:

— Tenho, portanto, o dever de declarar do alto da tribuna à nação que me julgo na obrigação rigorosa de não votar no general Deodoro, que reputo incompetente para tão elevadas funções!

E registram os anais que dois representantes, cujos nomes não consignam, secundaram-no um em seguida ao outro, declarando que também não votariam em Deodoro.

Com o debate que assim buscava definir as responsabilidades, ou dividir os quinhões de glória que teriam de caber aos chefes a quem o país devia o novo regime, já se entrava num combate franco à candidatura de Deodoro à presidência, concretizando aos poucos a corrente oposta, que se formava em torno do nome de Prudente de Moraes.

Nesta corrente tomou prontamente lugar o jovem constituinte fluminense Nilo Peçanha. Pronunciando-se, nessa mesma sessão, contra a eleição de Deodoro, observou que apesar de todos os serviços que este havia prestado à causa pública, entendia que lhe falhavam qualidades de governo. Não queria para si a responsabilidade dos futuros desastres nacionais, dos desvios administrativos, da política de apostasias que o chefe do Estado traçara, despedindo do poder o Partido Republicano antes de se instituir a República.

Era uma alusão à retirada dos ministros do gabinete revolucionário — a segunda das questões que tanto agitaram os debates da assembléia constituinte.

O deputado paulista Costa Júnior afirmou, tomando parte nesse torneio oratório, que aqueles ministros fizeram em pouco mais de um ano reformas que muitas nações em um século não

conseguiram realizar. Os ministros de 15 de novembro — disse textualmente — “têm para si a glória de ter constituído a República respeitando quase que absolutamente todos os direitos da velha monarquia!”

É que aqueles ministros eram vultos das proporções de Rui Barbosa, Benjamin Constant, Cesário Alvim, Campos Sales, Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva — para citarmos apenas os astros de primeira grandeza daquela constelação de nomes brilhantes...

O Sr. João de Siqueira falava, numa das sessões imediatas, “no modo de proceder irrepreensível dos ministros que deixaram o poder”, acrescentando que eles entravam para a história “mais engrandecidos do que quando assumiram o governo”. E explicava, defendendo-se de uma insinuação de Aristides Lobo, que esteve no campo de Sant’Ana ao lado do general Almeida Barreto muito antes de ali comparecer Deodoro, acompanhado de suas forças. “Nessa ocasião — completava a narrativa — o 7.º e o 1.º batalhões estavam dispostos a bater-se pela causa da República, mas também ali já estava um contingente de polícia, do lado esquerdo do quartel-general, que se decidiu no último momento, porque se viu diante do argumento irrespondível dos canhões.”

Aristides Lobo, respondendo ao discurso em que fez essa afirmação o representante de Pernambuco, disse textualmente que “o governo revolucionário impôs-se pela força das circunstâncias; não houve, pois, aclamação popular ao acontecimento que acabava de se realizar”. “O governo provisório não foi proclamado por ninguém. Nós decidimos em torno de uma mesa, por acordo comum; não houve outro processo”. E observou, aliás entre apoiados e contraditas veementes, que Deodoro, sendo mais velho, e tendo assumido a responsabilidade da última hora, devia naturalmente ter o primeiro lugar. Não foi, pois, a Deodoro que o Congresso investiu de autoridade, e sim ao governo provisório.

Trecho de uma oração do Sr. Carlos Garcia: “O governo revolucionário de 15 de novembro quase que está desaparecendo da opinião pública. Está desmembrado, e não sei se antes de completarmos a obra grandiosa da constituição não teremos de ver, também, que com o governo revolucionário naufragaram nossas idéias em algum porto fatídico...” Replicando a um aparte do Sr. Espírito Santo, nega que tenha descrença e sim pressa, “muito trabalho para evitarmos catástrofes maiores”. “Lanço um voto de pesar pela queda dos ministros de 15 de novembro, dos ministros da revolução”. Sustenta, então, que o governo revolucionário deveria permanecer no

poder até que o Congresso entregasse a constituição ao país.

O Sr. Oliveira Valadão, replicando na sessão do dia seguinte a uma insinuação que fizera ao seu nome o Sr. João de Siqueira, declarou que teve a felicidade de conduzir a 15 de novembro o Corpo Policial do Rio de Janeiro para o teatro das operações. É certo que não ia ele disposto a fazer a República. Ia, porém, disposto a confraternizar com seus companheiros do exército, acompanhando Deodoro em qualquer terreno. Chegando ao quartel general, dividiu-se o corpo em duas alas, ficando uma no interior, e outra fora, sob seu comando, como parte da brigada às ordens do general Almeida Barreto para ir ao encontro de Deodoro. E quando este, à frente de uma brigada do exército, desfilava no campo de Sant'Ana, foi a força policial a primeira que lhe prestou continência.

Interveio nesse debate o Sr. Gabino Bezouro, oficial do exército, com esta afirmação:

— Se não fosse a propaganda, não teríamos vencido, ainda mesmo que se triplicassem as baionetas — conceito cheio de bom senso e de observação, que importa em converter a revolução num instrumento da opinião pública.

Aparte elucidativo do Sr. Costa Júnior:

— Desde 1831 que se implantou no país o espírito republicano. Ficou adormecido até que em 1870 um grupo de verdadeiros patriotas, com sacrifício de seu futuro, lançou ao país o manifesto cujos autores foram, sem dúvida, os fatores da República.

Mas não pensava assim o Sr. Zama, que insistiu na sua versão histórica. Para o representante da Bahia, “quem fez a República foi Benjamin Constant, com a rapaziada.”

O Sr. Costa Júnior:

— Dizer que o povo brasileiro aceitou a República bestializado é uma enorme injustiça!

Réplica de Aristides Lobo, autor da frase que se tornou célebre:

— O acontecimento deu-se no meio de uma população surpresa pelas oscilações revolucionárias.

O Sr. Zama:

— Não supunha que fosse tão fácil banir um rei!

O Sr. Garcia Pires, condenando a atitude dos ministros do governo provisório que abandonaram suas posições, declarava parecer-lhe que o Congresso, reunido para votar a

constituição, tinha o direito de conhecer os motivos por que assim haviam procedido. Em nome da Bahia exigia uma explicação franca por parte dos membros do gabinete que se demitira.

Campos Sales, num aparte nervoso, elevando a voz acima do normal, observa que o representante da Bahia “não precisa perguntar uma coisa que o país já sabe.”

— Isto não é digno nem nobre!

Replica-lhe com azedume o Sr. Garcia Pires que não aceita lições de dignidade, e menos ainda que fosse o ex-ministro da Justiça quem lhas quisesse dar. Soam os tímpanos, reclamando ordem, e o orador prossegue observando que os ministros criaram com esse ato de tamanha gravidade um regime novo — uma ditadura que não existia, que a revolução de 15 de novembro não havia proclamado, e que o chefe do governo não havia assumido. Traíram os deveres do patriotismo, abandonando a posição que a nação lhes havia confiado.

Em apartes que a confusão torna pouco perceptíveis, mas que o representante de Minas, Sr. Astolfo Pio, repete incisivamente, observam vários constituintes que diante da divergência que se estabeleceu entre os membros do governo e o chefe deste, não havia outra solução.

— O ministério todo naufragou no porto de Torres! O aparte era do Sr. Aquilino do Amaral, senador matogrossense.

Na mesma sessão em que ocorria esse incidente, fazia o Sr. Serzedelo Corrêa uma calorosa apologia do ministério que deixara o poder. Entre aplausos e apartes declarou que o governo que caiu não era semelhante ao que subira, pois aquele “representava em larga parte a revolução de 15 de novembro”, refere-se com encômios calorosos ao ex-ministro da Justiça, Campos Sales, ao da Agricultura, Francisco Glicério, ao da Marinha, Eduardo Wandenkolk, ao das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, ao da Guerra, Floriano Peixoto, ao da Fazenda, Rui Barbosa.

A revolução — acrescentou — faz ruir o velho trono quase secular, cercado de mais respeito e veneração pelos que o derrubaram, do que de dedicação e de amor pelos que à sombra dele tinham vivido.

O Sr. Demétrio Ribeiro, que já começava a encabeçar o movimento de oposição que deveria criar todas as futuras e insanáveis incompatibilidades entre Deodoro e o Congresso, exclamava na mesma sessão:

— A mesma força invencível que immortalizou Tiradentes e o padre Caneca, e fez de Benjamin

Constant um ídolo, há de guiar-nos, quer queiram quer não os déspotas, na larga estrada do progresso!

E o representante do Ceará, Sr. Theodureto Souto, assim terminava a oração com que justificava suas emendas ao projeto da constituição: “... somos um parlamento com poderes soberanos, absolutos, ilimitados, salvos os direitos anteriores e superiores do cidadão, que não delegámos a ninguém, pois que o governo que existe é um governo de fato e nós somos a assembléia constituinte, representante de todas as forças soberanas da nação, que aqui está organizando sua constituição, e que não pode ser dissolvida em condições nenhuma, a não ser pela força!”

Outro vidente que falava...

Na sessão de 12 de fevereiro, numa rápida oração, Quintino Bocaiúva contesta formalmente a afirmação, que fizera o Sr. João de Siqueira, de que os ministros demissionários haviam solicitado ao barão de Lucena que aceitasse a incumbência de organizar o novo gabinete. “Na organização do novo gabinete não tive ocasião de intervir, nem junto do chefe do Estado, nem junto aos cavalheiros que o formam, quer por informações, quer por conselhos, e muito menos por solicitações.”

A 16, era lida uma declaração firmada por Floriano Peixoto, Eduardo Wandenkolk, Glicério, Campos Sales e Rui Barbosa, na qual diziam que, não estando presentes na sessão em que o Sr. João de Siqueira fez aquela afirmação, “cumprenos declarar que não interviemos de modo algum, direta ou indiretamente, na organização que sucedeu ao ministério de 15 de novembro, do qual fizemos parte. Devemos igualmente declarar, em contestação ao referido aparte, que a propósito de tal organização não tivemos a honra de formular pedidos ou indicações ao nobre marechal Deodoro, nem a qualquer dos honrados cavalheiros que atualmente ocupam as pastas de ministros.”

A terceira das questões que mais animaram os debates da grande assembléia foi o de que se ocupou, em primeiro lugar, o Sr. Antão de Faria: — o tratado de reciprocidade comercial celebrado entre o governo e os Estados Unidos da América do Norte.

Lembrou o deputado rio-grandense, a propósito, que contra seu voto e o de outros constituintes, havia o Congresso aprovado uma moção pela qual reservara para si “apenas as atribuições de poder constituinte, delegando ao governo provisório, que era uma junta governativa, todas as outras.”

Esse governo provisório, porém, havia desaparecido. Dissolveu-se a junta. Conseqüentemente, cessara a delegação. Assim, o governo que deixara de ser o delegado da representação nacional, não mais tinha legalidade, carecendo, portanto, de competência para celebrar tratados.

Combatendo o tratado, referia-se também o Sr. Sampaio Ferraz à situação do novo governo, observando que sua formação havia escapado a todas as previsões, porque o gabinete de 15 de novembro não podia ter sido dissolvido, visto como era uma parte de um todo. O procedimento do governo assinando o tratado era o de todos os governos prepotentes que não dão satisfação, nem à consciência de seus representantes, nem à consciência do país. O ministério não existia para o Congresso. O que existia era apenas o representante de uma revolução. Portanto, não existindo coisa alguma constituída, não existiria até o próprio chefe do governo provisório, se porventura o Congresso tivesse a força consigo. O governo que se constituiu vinha trazer a perturbação, o pânico a todas as relações, sacrificando os interesses da nação.

Palavras do Sr. Serzedelo Corrêa na mesma sessão: “Mas a verdade é que estamos numa situação completamente anormal; a verdade é que não sabemos se realmente este governo

existe, ou não; a verdade é que não sabemos que atitude mantém ele diante deste Congresso, porque nem ao menos soube cumprir o comezinho dever de participar sua organização a este mesmo Congresso, que é o poder soberano, que é a própria nação.” Aparte do Sr. Leite e Oiticica: “O governo existe sem se lembrar que o Congresso existe também.” O Sr. Serzedelo Corrêa: “Pois comete um erro, um crime; esquece-se de seu dever, divorcia-se da nação.”

Na mesma sessão era apresentada esta moção pelo Sr. José Avelino: “O Congresso recomenda ao governo a conveniência de trazer ao seu conhecimento, na sua próxima reunião ordinária, a correspondência e documentos relativos ao convênio aduaneiro celebrado com a República dos Estados Unidos da América do Norte, a fim de que em devido tempo sejam apreciadas e estudadas as desvantagens do dito convênio.”

Outra moção, essa assinada pelos Srs. Demétrio Ribeiro, Erico Coelho, Custódio de Melo, José Simeão, Antão de Faria, Moniz Freire, Anibal Falcão, Alcindo Guanabara e Barbosa Lima, assim terminava: “... que os deputados e senadores aqui reunidos em assembléia constituinte não corresponderiam à confiança pública e mal compreenderiam os deveres superiores das funções que desempenham,

silenciando sobre ato tão inconveniente, e não impedindo suas prejudicialíssimas conseqüências; O Congresso resolve recomendar ao chefe provisório do governo que faça imediatamente declarar suspenso em seus efeitos o referido tratado, até que sobre ele decida a representação nacional.”

Por sua vez justificava da tribuna o Sr. Assis Brasil esta moção, de sua autoria: “O Congresso Nacional conta que o governo provisório não assinará tratado algum internacional sem a cláusula de referenda do poder legislativo, e quanto ao recente convênio com os Estados Unidos da América, se não convier tal cláusula, espera que o governo providenciará no sentido de ser ela admitida e de não ter execução o dito convênio, antes de pronunciar-se, a respeito, o Congresso ordinário.”

Sua impugnação ao tratado foi secundada por muitas vozes, em apartes incisivos: Um: “Felizmente foi feito por um governo que não é republicano.”

O Sr. Assis Brasil, que já se comprazia muito em citar anedotas e referir confidências graciosas, terminou com esta frase que declarou ter ouvido de um colega: “O governo foi tão infeliz, que até escolheu para começar a ter execução seu tratado o dia 1.º de abril.”

Entre as várias assinaturas que recebeu sua moção figuravam estas: Borges de Medeiros, Mena Barreto, Júlio Frota, Júlio de Castilhos, Cassiano do Nascimento, Lauro Müller, Ramiro Barcelos, Pinheiro Machado, Homero Batista, Fernando Abbot, além das de outros representantes do Rio Grande.

Entrando em discussão essas moções, tomou o Sr. Seabra a defesa do tratado, observando-lhe o Sr. Leite e Oiticica, em aparte apoiado por muitas vozes, que o governo excedera suas atribuições. Contesta-o, prosseguindo, o representante da Bahia, o qual acentua que o Congresso era apenas uma assembléia constituinte, estando os poderes legislativo e executivo nas mãos da ditadura até que fosse aprovada a constituição. O Sr. Batista da Mota, um tenente que se sentava na bancada fluminense, e que quarenta anos depois ainda não havia subido de posto: “Ditadura com o Congresso?” O Sr. Barbosa Lima: “Onde já se viu isto?” Mas, mesmo assim, terminava sua oração o Sr. Seabra negando seu voto às moções, sob o fundamento de que o país precisava de calma e de paz para levar a bom caminho a obra patriótica iniciada a 15 de novembro.

Também o Sr. Nilo Peçanha combate o convênio, lamentando que o Sr. Seabra fizesse sua defesa. “É a mesma política! — exclamava. O

Brasil esgotado pelos impostos, o Brasil sangrado pelos empréstimos, o Brasil humilhado pelos tratados.” Termina requerendo a convocação de uma sessão secreta para se resolver, não o tratado, que como tal não o considerava, mas o contrato, a simples convenção aduaneira não assinada pelo ministro das Relações Exteriores, mas pelo da Fazenda.

Seguiu-se-lhe o Sr. Amaro Cavalcanti, propondo que fosse em melhor ocasião discutida a matéria com os esclarecimentos de que careciam todos, com prudência e respeito pelos alheios interesses nela envolvidos, e também com respeito pela nação ligada ao convênio.

Submetida a votos a moção, empatou o resultado: 80 votos a favor, 80 contra.

Intervindo no debate, pensa Aristides Lobo que o Congresso não devia demorar nem adiar a solução da questão, pois tratava-se de negócio grave, de um convênio que se ligava aos maiores interesses do país, e que se filiava às suas relações exteriores.

O discurso do ex-ministro do Interior é de rude oposição. Combate com energia o argumento de que o Congresso havia abdicado de suas atribuições investindo o governo — não o de então, mas o passado — das faculdades legislativa e executiva. Isso seria a abdicção do

Congresso, sua anulação. Achava, além do mais, difícil entrar o Congresso em relações com o governo, pois que este se organizara sem lhe haver comunicado sua existência. Optava pela solução constante da proposta do deputado fluminense. Se o governo se recusasse a exhibir-lhe o tratado, não lhe dando esclarecimentos, estaria então o Congresso no pleno direito de assumir a posição resoluta e franca de analisar e discutir todos esses atos, quebrando assim o açaimo que o amordaçava até aquele momento.

O Sr. Antão de Faria, lendo um grande número de reclamações, procedentes de várias praças do Rio Grande, dá uma resposta inflamada a quantos tentam fazer a defesa do convênio aduaneiro. É também — acrescentava — uma reclamação que dirige ao Congresso e “a esse poder que aí está, e que se diz governo da República.”

O Sr. Marciano de Magalhães declarava negar seu apoio ao convênio, pois não podia admitir aquele governo, que nem sabia de onde havia saído, e que pretendia dirigir os destinos do país em transformação radical. “Desconheço este governo! — exclamava. Pois então os nossos inimigos de ontem são os encarregados de nos traçar o caminho do futuro?” Mas a indignação do irmão de Benjamin Constant provinha sobretudo — ele, um positivista avançado — da

informação, que tivera, de que se achava no “Diário Oficial”, pronto para ser publicado, um decreto do governo concedendo honras militares “aos santos do catolicismo”. Afirmava que o decreto lá estava. Adiantava o Sr. Batista da Mota que o ato estava assinado pelo ministro da Guerra. “E eu afirmo — diz num aparte o Sr. Lauro Müller — que não existe tal decreto.” Mas o Sr. Marciano de Magalhães prosseguiu em sua expansão por esse mesmo motivo...

O Sr. Leite e Oiticica, numa longa oração de combate ao convênio, faz votos para que o governo “coronelize mais o país, mas não lhe arruine o crédito”, concitando-o a revogar aquele tratado funesto.

Alguns dias depois, mandava o Sr. Cesário Alvim à mesa uma declaração em que referia, a bem da verdade, que “conversando por vezes com o digno Sr. barão de Lucena sobre a possibilidade de nos retirarmos antes de concluída a obra da organização legal da República, apelei sempre para o seu patriotismo a fim de induzí-lo a não recusar seu concurso ao nobre chefe do governo, caso, como a todos nós parecia, dele carecesse e o exigisse no governo.”

Aí estava a origem da referência do Sr. João de Siqueira. Apenas o ministro que substituiu

Aristides Lobo na pasta do Interior confessava haver feito esse apelo ao barão de Lucena.

Ainda na sessão de 23 de fevereiro agitava-se no seio da Constituinte a questão do porto de Torres. Declarava o Sr. Vitorino Monteiro que contra a escandalosa concessão feita ao Sr. Trajano de Medeiros protestava energicamente a representação rio-grandense em peso. E acrescentava: “O que não resta dúvida é que a saída do ministério passado foi pela solidariedade que desejava manter para com a representação rio-grandense.” E referia que o Sr. Trajano de Medeiros, “o filho mais dileto da República”, no dia da proclamação desta, retirou-se para uma chácara próxima a Porto Alegre, “e lá foi chorar sobre o túmulo da monarquia”. Diante de tantos fatos — concluía — em que o chefe do governo parecia visar mais os interesses de seus amigos do que os da nação, “o que demonstra, axiomáticamente, sua incapacidade administrativa” declarava terminantemente que não votaria no marechal Deodoro da Fonseca para presidente da República. “Um Sr. representante: — Mas foi ele quem fez a República. (Contestações). O Sr. Barbosa Lima: — Quem fez a República foi Benjamin Constant. (Há outros apartes).” O Sr. Barbosa Lima pronunciava, nessa mesma sessão, um vigoroso discurso de combate ao governo. Assim terminava: “O momento é grave. É preciso

escolhermos um cidadão que seja capaz de fazer a República, de exercer o governo. E como repilo as sugestões que promanam do meu instinto de conservação própria, e porque devo dar uma lição a quem supôs que a pusilanimidade pôde ter entrada em um coração republicano, digo: Nós não podemos votar para Presidente da República no general Deodoro da Fonseca!”

Véspera de dois grandes acontecimentos: a última votação do projeto da constituição e a eleição para primeiro presidente da República, que deveria efetuar-se um dia depois.

A sessão corria num ambiente de intensa exaltação. Perguntava o Sr. Zama que pretendia o governo com esse convênio. Executá-lo por deliberação própria depois de promulgada a constituição? Essa constituição seria violada por aqueles que estavam de posse do poder? “Mas se contam violá-la com esta sem cerimônia, devem contar que ainda existem homens que lhes hão de tomar contas, porque não fizemos uma República para sermos escravos de poder algum, e menos de ministros representativos da vontade do ditador, sem intervenção da vontade nacional”. Sua linguagem era de rara violência para com o marechal Deodoro. Considerava-o “um homem morto”. Qualquer que fosse o resultado da eleição — concluía — deixando de ser eleito presidente, era “um cadáver político” que não surgiria

“porque há erros tão graves, tão cruéis, que uma vida inteira não seria bastante para fazê-los perdoar a uma nação”.

Chegava, afinal, a sessão de 24 de fevereiro. O primeiro orador do dia, o Sr. Leopoldo de Bulhões, declarava no seu discurso que a constituição não podia satisfazer o país, acrescentando: “... e sinto profundamente que, antes de assiná-la, veja-me forçado a declarar que ela carece de revisão”. Parecia-lhe que continuava de pé o problema da federação, “impondo a necessidade da discriminação de rendas e a da autonomia legislativa dos Estados”.

Aliás, das discussões que se travaram anteriormente acerca desse ponto, haviam observado vários oradores que o princípio federativo não era, como então sustentavam Júlio de Castilhos e seus companheiros da representação rio-grandense, a discriminação de rendas e de impostos. “É muito mais amplo esse princípio, que se baseia na independência e na autonomia dos poderes locais”.

O representante de Goiás, que já se revelava a grande autoridade futura da ciência das finanças, criticando o programa de Rui Barbosa, observara anteriormente que este deveria ter feito a conversão do nosso ouro circulante, combatendo desde então as emissões como

ruinosas. O ministro da Fazenda do governo provisório deveria ter estabelecido a circulação metálica. Pleiteava na última sessão da constituinte esse revisionista prematuro, entre outros pontos que deveriam ser consagrados “a liberdade de legislação, isto é, o direito de cada Estado decretar suas leis civis, comerciais e criminais”, princípio que na véspera havia sido “sumariamente executado”.

Observava em seguida o Sr. Amaro Cavalcanti que, vencendo inúmeras dificuldades “eis-nos, enfim, chegados ao Capitólio da lei e da liberdade”. Fazia uma calorosa apologia do monumento que era a constituição, e excluía a hipótese de vir o Congresso a eleger um presidente “que estabelecesse uma conduta governamental em divergência com seu eleitor”, e desrespeitasse a constituição. Requereu que se consignasse na ata um voto de solene reconhecimento ao presidente e mais membros da mesa “pelo modo condigno, leal e patriótico” por que soube esta dirigir os trabalhos do Congresso, e terminou observando que de nada valeria o “grande padrão da lei e da liberdade” se fossem os primeiros a deixá-la desde logo ao abandono, “ou confiar sua guarda a indivíduos menos aptos ao aspecto das circunstâncias, ou menos dignos aos olhos do patriotismo”.

E, depois de assinarem todos os presentes os autógrafos, solenemente se levantam, e Prudente de Moraes, com sua voz cheia de gravidade, profere estas palavras: “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso constituinte para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte constituição”.

Terminada a leitura desta, ouvem-se aplausos prolongados e vivas à República.

Depois de quinze meses de governo revolucionário, entrava o Brasil no regime da ordem constitucional.

E observava o Sr. Serzedelo Corrêa: “Boa ou má, a verdade é que, hoje, só nos cumpre um dever: o de respeitá-la, o de acatá-la, o de defendê-la à custa de nossa própria vida”. Apresentava em seguida uma moção, aprovada entre aplausos, pela qual o Congresso decretava de festa nacional o dia 24 de fevereiro “o mais extraordinário de todos”.

A sessão terminara entre manifestações de grande entusiasmo cívico, e no dia seguinte, na ordem do dia, era anunciada a eleição do presidente e do vice-presidente da República, mas antes desse ato apresentava o Sr. Quintino Bocaiúva uma moção em que propunha fosse lançado na ata o seguinte: “O fundador da

República Brasileira, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, passou da vida objetiva para a imortalidade a 22 de janeiro de 1891, tendo nascido a 18 de outubro de 1837. O povo brasileiro, pelos seus representantes no Congresso Nacional Constituinte, se desvanece de lhe ser facultada a glória de apresentar este belo modelo de virtudes aos seus futuros presidentes”.

A eleição dava este resultado: Deodoro da Fonseca, 129 votos; Prudente de Moraes, 97. Floriano Peixoto obteve 3 votos, Saldanha Marinho, 2, José Higino, 1, havendo duas cédulas em branco. Para vice-presidente: Floriano Peixoto, 153; Eduardo Wandenkolk, 57; Prudente de Moraes, 12; Coronel Piragibe, 5; Almeida Barreto, 4; Custódio de Melo, 1.

Seguiram-se, audazmente, várias declarações de votos. Todos quantos haviam sufragado o nome de Prudente de Moraes declaravam-no com desassombro.

Na sessão de 26, última do Congresso Constituinte, nomeadas duas comissões para introduzirem no recinto os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, um em seguida a outro ali penetram e prestam o compromisso constitucional.

O primeiro foi objeto de um acolhimento quase glacial. Alguns de seus partidários fizeram

uma tentativa inútil para aplaudí-lo. A aparição do segundo, no fundo da sala repleta, desencadeou um coro de aclamações, reinando durante algum tempo no recinto um entusiasmo verdadeiramente delirante. Deodoro assistia com a fisionomia carregada àquela consagração, que equivalia, para ele, a uma condenação pública.

Prudente de Moraes, o grande chefe republicano, que já na véspera, ao reassumir a cadeira presidencial, que deixara no momento de se proceder à apuração do pleito, havia recebido uma clamorosa demonstração, saía daquela assembléia como uma figura dominante no cenário político nacional, sobre o qual lançava uma intensa projeção, feita de respeito, veneração e estima pública.

Deodoro da Fonseca voltava ao poder com sua investidura integrada na lei. Mas voltava ferido e cheio de ressentimentos. Via no seu eleitor um inimigo nato.

Inaugurava-se desse modo, emergindo de uma luta intensa, de um forte entrechoque de paixões, e partindo para um porvir desconhecido, a era constitucional do Brasil republicano.

VI

O golpe de Estado, suas conseqüências, fatos e episódios que se lhe seguiram

Estabelecia uma disposição transitória do novo estatuto político que, cessadas as atribuições constituintes do Congresso, passaria este a funcionar como assembléia ordinária, dividindo-se, para irem trabalhar separadamente, Câmara e Senado.

Voltou este, então, para o paço da rua do Areal, indo aquela instalar-se na Cadeia Velha, a prisão de onde saiu para o suplício José Joaquim da Silva Xavier, o grande inconfidente mineiro.

Não lograra êxito a emenda do Sr. Zama, que com grande dose de bom senso — talvez mesmo um pouco incompatível com os ardores oposicionistas do deputado baiano, um dos principais animadores dos irremediáveis antagonismos criados entre o chefe do governo e a assembléia constituinte — propunha a dissolução desta, uma vez terminada sua tarefa.

O marechal Deodoro, sem educação política, afeito ao hábito de mandar e ser obedecido, e, além do mais, estimulado pelos maus conselheiros que em tão grande número o cercavam, havia assistido com irritação ao trabalho, que se processara dentro do Congresso, para a anulação de sua candidatura à presidência, levantada pela corrente de seus amigos que assim pretendiam dar-lhe uma demonstração do reconhecimento nacional pelos serviços que lhe deviam o país e as novas instituições.

A simples possibilidade de vir a triunfar o nome de Prudente de Moraes no pleito de 25 de fevereiro, havia lançado sobre a nova República uma grave e sombria ameaça. Tornou-se corrente, com efeito, que se tal se desse, tomaria o exército a deliberação ousada de dissolver o Congresso a baionetas. Numa declaração pública, relatava mais tarde o almirante Custódio de Melo que havia comparecido armado àquela sessão, tendo antes tomado várias providências para que a esquadra sustentasse o ato da assembléia constituinte, pois as estatísticas, muito incertas, não excluía, de todo, a hipótese de sair vitorioso do prélio o candidato civil.

Sendo esse o quadro nacional dentro do qual encetava suas atividades o poder legislativo ordinário que assim se constituía, claramente se

percebe que eram as menos tranqüilizadoras as perspectivas dos dias que teriam de sobrevir a esses acontecimentos. O conflito, em vez de arrefecer, inflamava-se cada vez mais. Sucediã-m-se nas duas casas as moções, os requerimentos, os pedidos de informações, com os quais buscava a oposição, força aguerrida progresivamente mais numerosa, conhecer de atos administrativos do governo, para criticá-los, corrigí-los, não raro para os anular. A lei de responsabilidade do presidente da República, por exemplo, foi acolhida pelo chefe do poder executivo como uma medida de caráter pessoal.

Ao barão de Lucena, pela influência que exercia sobre o espírito de Deodoro, o qual, na sua grande boa fé, e na cegueira de sua amizade pelo antigo político do império, parecia ter-se colocado sem nenhuma resistência sob seu domínio, não pôde deixar de ser atribuída, no julgamento e na análise dos fatos dessa hora tormentosa do novo regime, uma soma considerável de responsabilidade pelo que se preparava. Não faltou mesmo quem se julgasse habilitado a afirmar que, logo no dia seguinte ao da promulgação da constituição, lançou ele no espírito do valoroso soldado a idéia da dissolução, sob o fundamento de que o Congresso exorbitava de seu mandato prorrogando-o por três anos, para se converter em poder legislativo ordinário. Confessou mais tarde, com efeito, que o

aconselhou a não entreter relações com tal assembleia, que considerava “inconstitucional”. E também aconselhou a dissolução, o “ato patriótico”, como o qualificava o Sr. Badaró, deputado mineiro, na sessão de 26 de novembro de 1890.

Estávamos já em meados de 1891, e surgiu a primeira idéia da formação de um partido político que se organizasse para promover a defesa dos princípios constituintes contra as violências e o personalismo do governo.

Foi de Aristides Lobo a iniciativa, e em torno do Partido Constitucional Republicano formou toda a corrente parlamentar oposicionista, já considerável.

Porque o certo é que os homens que haviam participado da construção das novas instituições políticas, talvez porque “se deixassem embriagar pelo perfume forte da vitória, haviam lamentavelmente esquecido o elemento essencial de que haviam de depender sua verdadeira consolidação e sua completa integração na opinião pública — a formação de partidos com programas e idéias definidas, já que as dissensões, as divergências e as desagregações conseqüentes deveriam ser inevitáveis.”

Antes da proclamação, havia no país três partidos organizados: os dois monárquicos que se

revezavam no poder — o Liberal e o Conservador — e o Republicano, que realizava o grande empreendimento da propaganda.

Triunfante a revolução, desapareceram todos três.

A luta entre o Congresso, ou mais particularmente, daí por diante, entre o novo partido e o governo do marechal Deodoro; verdadeiro gabinete que tinha como chefe onipotente o barão de Lucena, havia chegado aos seus paroxismos, criando um ambiente de completa intranqüilidade no país, e foi então que o valoroso soldado, perturbado pelos conselhos e obedecendo aos seus impulsos e às constantes solicitações do espírito de classe, lançou o decreto incendiário de 3 de novembro, dissolvendo o Congresso Nacional.

É fácil reconstruir a impressão, o abalo, a emoção com que recebeu esse ato a nação aturdida. Com o ímpeto marcial de um soldado e de um guerreiro, rasgou o chefe do governo, de meio a meio, o estatuto político, de tão curta existência, que havia jurado respeitar e cumprir. Dissolvida a assembléia que havia dado ao país o código de sua emancipação política, foram logo os pontos principais da cidade guarnecidos por numerosos contingentes de força armada. Começaram os rigores policiais, efetuando-se

numerosas prisões. Entre os presos graduados figurava Quintino Bocaiúva, que foi transportado de sua residência para o quartel de um batalhão de infantaria.

Era o Sr. Bernardino de Campos o presidente da Câmara dos Deputados. Dirigindo-se, à hora habitual, para a Cadeia Velha, pretendia penetrar no edifício, quando nisto o obstou o oficial que comandava a força de ocupação. Insistiu um no seu propósito, reiterando outro sua proibição formal.

— Mas eu sou o presidente da Câmara! exclamou uma vez mais.

— Se V. Exa. insistir — acrescentou o oficial — serei obrigado a impedi-lo, à força, de penetrar no edifício!

— Era a declaração que eu desejava ouvir. À vista disso — concluiu serenamente — retiro-me, lavrando contra a violência o meu protesto.

O mesmo ocorria no Senado com o Sr. Prudente de Moraes.

Quase todos os membros de maior evidência das duas casas legislativas que combatiam o governo sentiram-se na necessidade de ocultar-se, para melhor poderem fugir da cidade, iminentes como se achavam os atos de violência.

Por toda a parte viam-se agentes secretos da polícia entregues ao serviço de espionagem, que visava principalmente o chamado grupo dos generais. Generais honorários eram, com efeito — excluindo desta relação Cesário Alvim, que aplaudiu e apoiou o golpe de Estado — os ex-ministros do governo provisório Campos Sales, Rui Barbosa, Francisco Glicério e Quintino Bocaiúva.

A voz do senador baiano — segundo sua própria expressão — foi “sufocada pela violência que nos dispersou”. Ministro do governo que presidiu a eleição da Constituinte, declarou não poder ter como válido seu mandato de senador depois da lei que considerou inelegíveis seus membros. Legalmente, nada o obrigava a esse procedimento. Moralmente, achava que sua incompatibilidade era manifesta. Apenas defendeu da tribuna sua administração na pasta da Fazenda, e renunciou. Sua exposição, de uma clareza impressionante, e de um invencível poder de persuasão, foi interrompida pelo decreto da dissolução quando pronunciava o terceiro discurso da série.

Os generais paulistas, acompanhados de outros membros da bancada, como notadamente os Srs. Prudente de Moraes, Alfredo Elis, Bernardino de Campos, Adolfo Gordo e Carlos Garcia, fugiram pela forma por que lhes foi

possível, embarcando alguns em Cascadura, outros em estações mais afastadas, como meio de se subtraírem à espionagem policial e às perseguições do poder que de novo assumia a ditadura.

Devido à censura que pesou logo sobre a imprensa, impedindo-a de dar divulgação aos fatos contrários aos interesses e à causa má do governo, somente ao chegarem a S. Paulo tiveram conhecimento dos sucessos que ali haviam ocorrido em consequência do ato presidencial.

Dera-lhe seu imediato apoio o chefe do governo paulista, Américo Brasiliense, mas essa sua atitude encontrou franca reação.

Tendo feito apresentar na Câmara estadual, pelo deputado Aureliano Coutinho, na sessão de 11 de novembro, uma moção de solidariedade com o governo, foi esta veementemente impugnada. Estava assim redigida: “A Câmara dos Deputados, posto que em princípio contrária a todas as violações da legalidade, continua a prestar apoio ao Sr. presidente do Estado e ao governo federal, por entender que essa atitude é reclamada pelo interesse da manutenção das instituições republicanas e da paz e ordem públicas”.

Surge nesse momento, no cenário político, uma figura a que já se podia vaticinar um futuro

vitorioso. Ergue-se o jovem deputado Cincinato Braga — pouco mais de vinte anos, aspecto de adolescente, um ligeiro buço, ar tímido, gestos discretos e comedidos, voz pausada e cheia de meditação — e a impugna num discurso incisivo, sublinhado por apartes, entrecortado de aplausos partidos do recinto e das galerias. Seguem-se-lhe na tribuna, para secundá-lo no seu combate à moção, e na justificação dos votos contrários que lhes vão dar, os Srs. Eduardo Guimarães e Júlio Mesquita, este um orador tímido, mas cheio de argumentos e de lógica. Acompanham esses seus colegas nessa atitude os Srs. Gonçalves Bastos, Bueno de Andrada, Paula Novais, Rivadávia Corrêa — o qual, só muito mais tarde, deveria ir militar na política de sua terra natal, o Rio Grande — e Vicente de Carvalho. Quanto nome irradiante, quanta promessa para o porvir brasileiro!

No dia 22 realizava-se na casa do Sr. Adolfo Gordo uma reunião secreta em que tomaram parte todos os membros da bancada federal que se mantiveram contrários ao golpe de Estado e à atitude do Sr. Américo Brasiliense apoiando-o e os dissidentes estaduais.

Era francamente revolucionário o pensamento coletivo, concordando todos em que se deveria promover em S. Paulo, em colaboração com os chefes que no Rio de Janeiro se haviam

colocado contra o governo, uma reação armada que restabelecesse no país o domínio da lei violada.

Constituiu-se, para esse fim, um comitê revolucionário composto de três membros, e nessa mesma reunião ficou decidido que partiria para a Capital Federal um emissário com a delicada incumbência de comunicar aos referidos chefes a decisão em que se achava S. Paulo para a luta. E esta se apresentava desde logo, naquele setor, apoiada por elementos de valor, porque contava com as simpatias do coronel Morais Jardim, comandante das armas, com as do general Joaquim Mursa, também deputado federal, e com adesões de valor no seio da Força Pública.

Por ser o mais jovem, ser solteiro, e pretender que lhe fosse confiada uma missão que parecesse mais perigosa, e ainda pela circunstância de não ser conhecido no Rio de Janeiro, recaiu no Sr. Cincinato Braga a escolha do comitê. Foram-lhe por este dadas duas cartas: uma, endereçada a Aristides Lobo, que deveria aproximá-lo dos demais chefes, outra ao marechal Floriano Peixoto.

Recebido com suspeitas na casa do ex-ministro do Interior, o qual, aliás, ali não se achava quando o procurou, foi levado à presença

do general José Simeão, do deputado goiano Sr. Leopoldo de Bulhões, e mais tarde à residência do vice-presidente, no Rio Comprido. Perguntou-lhe este pela credencial que trazia, e mostrou-lhe o emissário paulista uma carta mutilada, a que logo a seguir juntou dois fragmentos, até então cuidadosamente escondidos, que a completavam: o que continha o nome do destinatário, e o que trazia as assinaturas.

Era uma medida de previdência para a hipótese de vir a ser preso.

Acabou o vice-presidente confiando no emissário de S. Paulo, a quem deu conta dos preparativos em andamento para o movimento revolucionário, autorizando-o a telegrafar, na cifra combinada, essa informação ao comitê.

O Sr. Cincinato Braga dormiu essa noite no porão da casa do vice-presidente, o qual não o deixou sair, finda a entrevista, por haver observado, ao chegar da rua, que o estavam seguindo secretas, estando também vigiada sua residência.

A variabilidade dos amos e das situações a que têm de servir os secretas!

A revolução estava resolvida, devendo romper simultaneamente na Capital Federal, em S. Paulo e em outros pontos do país.

O Pará, por exemplo, tendo à frente seu governador, o Sr. Lauro Sodré, ainda um oficial muito moço, insurgiu-se contra o golpe de Estado, e seria, no norte, o núcleo da resistência.

A revolução, porém, não chegou a desencadear-se. O almirante Custódio de Melo, a 23 de novembro, de bordo do encouraçado “Aquidaban”, capitânia da esquadra revoltada, enviou pela manhã ao presidente que se havia colocado fora da lei o “ultimatum” em que se lhe concedia o prazo de quatro horas para renunciar, sob pena de romperem as hostilidades.

Deodoro foi, então, nobre e digno de admiração. Reuniu todos os seus ministros no palácio Itamarati, e examinou detidamente a situação. À luta que teria de seguir-se à sua resistência — muito aconselhada, aliás, por alguns de seus auxiliares e companheiros de aventura — preferiu penitenciar-se do grave erro que cometeu, praticando um ato de desprendimento e de patriotismo. Renunciou quando ainda faltavam duas horas para extinguir-se o prazo da intimação. No manifesto com que comunicou essa decisão ao país, declarava que circunstâncias extraordinárias, para as quais não concorreu, haviam encaminhado os fatos para uma situação “excepcional e não prevista”. Julgou conjurar a crise pela dissolução do Congresso “medida que

muito me custou a tomar, mas de cujas responsabilidades não me eximo”. Fala amargamente na ingratidão “daqueles por quem mais me sacrifiquei”, acrescentando que “o desejo de não deixar atear-se a guerra civil em minha cara pátria aconselha-me a renunciar o poder nas mãos do funcionário a quem incumbe substituir-me”.

Esse funcionário, que era o marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República, assumia nesse mesmo dia o governo do país.

E dos lábios de Deodoro saiu, ao firmar sua renúncia, esta frase que a história recolheu:

— Assino o decreto de alforria do derradeiro escravo do Brasil!

Esse ato, que poderia ter equivalido a uma lápide cobrindo o túmulo da nova democracia brasileira, lançou o país em convulsões. Produziu-se um fenômeno que bem definia o estado de ânimos dominante: uma revolta dentro da revolta.

As situações estaduais iam sendo revolvidas por um sopro de agitação que tinha alguma coisa de anárquico. Sucediam-se, umas em seguida a outras, tornando-se um quase espetáculo

comum, as deposições de governadores, que se consumavam a pretexto de haverem apoiado o golpe de Estado. Os que os substituíam, dissolviam as assembléias legislativas e os tribunais judiciários, e apeavam todas as autoridades, para substituí-las por outras de suas facções locais. Em janeiro, somente permaneciam de pé os governadores de S. Paulo e Bahia. Todas as demais unidades tinham à sua frente novos governantes. A situação que subia era em toda a parte, invariavelmente, adversa à que anteriormente ocupava o poder.

Rui Barbosa definia nestes termos, em manifesto que então publicou, a situação que assim se formava: “De uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra, que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso apreciável”.

Não há erro algum na afirmação de que desse golpe, e das transformações perturbadoras que ele ocasionou, resultaram todos os males e todos os danos que deveriam constituir a pesada herança legada ao futuro do Brasil republicano.

Além dessa agitação política que abalava de norte a sul o gigante, sofria este, pungentemente, os efeitos ruinosos da política econômico-financeira dos primeiros dias da nova ordem de

coisas, não porque não fosse planejado com muita sabedoria e grande inteligência o programa de ação de Rui Barbosa, mas porque a súbita transição de um regime para outro, e os insucessos que são, não raro, a contingência natural de uma experiência, não podiam deixar de influir nos resultados de sua prática.

O encilhamento havia marcado uma época de recordação duradoura na vida do país.

As impressões que se amontoavam em todos os espíritos no trágico quarto de hora sobre que se detém esta narrativa, provinham da experiência financeira das emissões imoderadas, do jogo desenfreado da bolsa, das aventuras bancárias, do abuso do crédito, da situação artificial em que repousou a estrutura econômico-financeira da República nascente. Tão depressa surgiam como desapareciam os bancos, as companhias e as empresas de toda a espécie. O Rio de Janeiro exercia sobre o país duas ditaduras: a do governo provisório e a dos negócios aventureiros. Atraía, com a força dessa sedução perigosa, como se fosse uma outra Califórnia pejada de veios auríferos, gente de todos os pontos do território nacional, e até dos vizinhos países sul-americanos. Os próprios fazendeiros, que continuavam a travar a grande luta com a falta invencível de braços, abandonavam as lavouras e vinham tentar

fortuna no centro. A figura do conselheiro Francisco de Paula Mayrink, o *leader* desse movimento febril de negócios, emergia dominadora, com o prestígio de um potentado a que ninguém ousava fazer sombra. As economias do povo eram arrojadas a mancheias na voragem, atraídas pela miragem dos lucros que prometiam as ações, os títulos rendosos das companhias que diariamente lançavam subscrições públicas. Passada a vertigem, sobrevieram as liquidações, a ruína coletiva, o colapso, a amargura das decepções incuráveis.

Tal era o estado do organismo nacional quando se desencadeou sobre o país aquele violento furacão político.

Ateava-se no Rio Grande a centelha revolucionária de que teria de nascer a grande pira em que quase se consumiu a nação inteira. Surgia nos pampas, sob a forma de uma reação ao golpe de Estado, adensando-se de momento a momento, o maior de quantos perigos poderiam pesar sobre as instituições. Ali, mais ainda do que em outro ponto do território nacional, aproveitaram-se do tumulto os descontentes, os que tinham sede de poder e os que guardavam motivos íntimos para prejudicar o regime novo no conceito nacional, aceitando com prazer um lugar nas hostes que se formavam para promover a agitação, na qual somente os sinceros entravam

com o propósito de defender a constituição golpeada.

Surgia também nesse momento, numa grande projeção marcada por um revés inicial, a figura de Júlio de Castilhos, que estava à frente do governo rio-grandense.

Havia sido advertido, desde o dia 1.º de novembro, do propósito de Deodoro. Incumbiu Pinheiro Machado, sem resultado, de aconselhá-lo e dissuadí-lo de seu propósito alucinante, e quando o golpe foi desfechado, compreendendo que o que mais havia a preservar era a ordem, sustentou-o com abnegação.

Foi deposto por uma sublevação de corpos e por um motim de rua. Passou o governo, sem nenhuma resistência, à junta que lho quis tomar — um triunvirato efêmero composto destes nomes: Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil. Não tarda a ir parar a outras mãos. O Sr. Assis Brasil iniciava a vida de suas interinidades intermináveis, passando o poder a Barros Cassal e indo para o posto, que lhe parecia predestinado, nas horas em que devia ficar em outros lugares, de ministro plenipotenciário em Buenos Aires. Chamaram-lhe, na época, apóstata do partido e traidor do amigo.

O Partido Republicano, organização de que era alma Júlio de Castilhos, seu verdadeiro

fundador, entra em preparativos para oferecer uma reação à rebelião que havia triunfado pelo inopinado e pela surpresa. Numa reunião celebrada a 13 de março na cidade argentina de Caceros, prevalece a proposta de Pinheiro Machado: o apelo às armas para anular a vitória passageira. Reúnem-se, desde então, elementos para a ação. Desencadeia-se esta, restabelecendo a autoridade do chefe constitucional do governo a 17 de junho. Castilhos renuncia, transferindo o poder ao vice-presidente Vitorino Monteiro. Sobrevém uma pequena luta, estimulada por Barros Cassal. A flotilha sob o mando do capitão-tenente Cândido Lara, em conflito com o comandante do distrito, subleva-se e bombardeia Porto Alegre. Restaurava-se sem maior demora a legalidade, mas ficava o fermento da agitação. A sombra da revolução federalista, fantasma tétrico da guerra civil, avizinjava-se como uma ameaça quase inevitável.

Em fevereiro, com efeito, convulsionava-se de novo o Rio Grande. Era o revide dos adversários de Júlio de Castilhos. Para justificarem a luta em que se lançavam, invadindo-o por vários pontos da fronteira, apresentavam o fundamento de que a organização do Estado era inconstitucional. Acudindo ao apelo do governador, pôs o governo central à sua disposição toda a força federal ali destacada. A luta era feroz e impiedosa, e travava-se em guerrilhas que deveriam prolongá-

la por muito tempo. Tinha dois chefes militares de extraordinário valor: Silva Tavares e Gumerindo Saraiva. Este acabou absorvendo toda a direção do formidável movimento, que obedecia à inspiração de um chefe supremo — Gaspar da Silveira Martins, o grande tribuno do império, fundador e animador indômito do Partido Federalista, que aspirava implantar no país o sistema parlamentar.

No centro, o Partido Constitucional Republicano tomava posição para a defesa do estatuto político violado. Floriano, logo ao assumir o poder, havia considerado nulo o decreto da dissolução, levantando o estado de sítio na Capital Federal e em Niterói, e restabelecendo todos os direitos e garantias constitucionais. O Congresso trabalhava na elaboração das leis ordinárias que reclamavam as necessidades da vida coletiva e os interesses da ordem jurídica do país, mas não eram muito diferentes, pouco depois da ascensão do novo chefe do Estado, os aspectos políticos que apresentava. A oposição, que sofrera Deodoro, explodiu com a mesma intensidade contra seu sucessor, reclamando o cumprimento do artigo 42 da Constituição, batendo-se pela realização de novas eleições, pois que este era o meio que se lhe afigurava mais prático para afastá-lo do poder.

Corria por culpa de Floriano toda a subversão dos Estados, e o chefe do poder executivo, em mensagem, defendia-se dessa responsabilidade, que se lhe atribuía, explicando que se limitara a intervir “simplesmente para acautelar quanto possível a ordem pública, visto como reintegrar ao peso das armas os governadores depostos poderia arrastar o país a uma conflagração geral” oriunda da luta entre os chefes dos governos regionais partidários do golpe de Estado e “as classes sociais que concorreram para reivindicação dos direitos da nação”.

Desse estado de coisas surgiram a revolta das fortalezas de Santa Cruz e Lage, a 20 de janeiro, e as arruaças de 10 de abril de 1892, promovidas por partidários de Deodoro. Floriano, enérgico, resoluto e forte, dominou a situação com mão de ferro, fazendo desterrar para vários pontos do território nacional, notadamente Cucuhy e Tabatinga, “sala de espera do inferno” como lhe chamava mais tarde o Sr. José Carlos de Carvalho, generais, oficiais de altas patentes, membros do Congresso, jornalistas e outras figuras de representação que formavam entre seus adversários. Tão veemente já se havia tornado a oposição ao seu governo, que se pronunciou uma tentativa, no seio do Congresso, para que não fosse por este aceita sua mensagem por ocasião da inauguração dos trabalhos legislativos a 3 de maio de 1892, sob o

fundamento de que emanava de autoridade ilegítima. Não vingou essa tentativa, mas a agitação política crescia, reinando uma grande exacerbação contra o Sr. Serzedelo Corrêa e o almirante Custódio de Melo, aquele ministro da Fazenda — sucessor do conselheiro Rodrigues Alves na pasta — este da Marinha, apontados como autores da sugestão, que o vice-presidente em exercício aceitou, dos desterros que ordenava.

Foi nesse momento já tão delicado — a 5 de abril — que os treze generais dirigiram a Floriano seu ruidoso manifesto intimando-o a mandar proceder às eleições presidenciais em nome do preceito constitucional. Observavam nesse documento que, a continuar por mais tempo tal estado de coisas, a obra de 15 de novembro acabaria numa completa anarquia. Acrescentavam seus signatários estarem convencidos de que uma eleição livre, sem pressão de força armada, poderia restabelecer prontamente a confiança, o sossego e a tranqüilidade da família, como também o conceito da República no exterior. Foi enorme a sensação causada pelo manifesto, considerado um preâmbulo da revolução. A resposta, que lhe deu o vice-presidente, foi o decreto pelo qual reformou os generais de terra e mar que o firmavam, sob o fundamento de que altas patentes investidas do dever de zelar pela honra da pátria, e defendê-la, eram as primeiras a animar a desordem no país e

a levar seu descrédito ao estrangeiro, onde se poderia acreditar que havia chegado para o Brasil a época desgraçada dos pronunciamentos e de sua completa ruína. O Club Militar, numa completa solidariedade com Floriano, reunia-se logo depois e, reprovando a atitude dos treze generais, tomava a deliberação de os expulsar de seu seio. O ato do chefe do governo exacerbou ainda mais a oposição, tanto no Rio de Janeiro como nos Estados. A 27 de abril deixavam o governo o Sr. Serzedelo Corrêa e o almirante Custódio de Melo. O ministro demissionário da Fazenda enviara um memorial a Floriano, no qual afirmava que o país estava em bancarrota, e não podia sustentar uma luta armada. Pretendia o da Marinha, com o apoio de seu colega, que o governo expedisse um telegrama ao general Silva Tavares perguntando-lhe o que pretendia a revolução no sul, que ardia como um incêndio de proporções colossais. Floriano esbarrou na greve dos almirantes. Convidou vários para proverem a pasta vaga, sem que nenhum a quisesse aceitar, e foi depois de um grande e demorado trabalho que conseguiu confiá-la ao almirante Firmino Chaves.

Nunca se fez uma crônica exata das razões que levaram o antecessor do Sr. Serzedelo Corrêa a deixar a pasta que lhe coube na formação do

governo do vice-presidente, quando este assumiu o poder a 23 de novembro.

Rodrigues Alves vinha do Império. Militava no partido conservador, exerceu vários mandatos legislativos tanto provinciais como gerais, governou S. Paulo.

Tendo aderido ao novo regime com o sincero propósito de servi-lo, foi logo eleito deputado à Constituinte, indo retirá-lo Floriano de sua bancada para lhe confiar a mais importante das pastas de ministro.

Como se trata de uma figura que deveria, de então por diante, representar no cenário nacional um papel da mais alta relevância, e de um incidente que deve ficar registrado na história, cabe aqui um lugar para essa narrativa.

Entre os fatores, já expostos, da intranqüilidade reinante, acentuava-se, numa contínua exacerbação de ânimos, as rivalidades existentes entre o exército e a marinha.

Vinha de longe essa discórdia existente entre as duas classes. Fundava-se em razões que bem merecem o qualificativo de históricas, determinadas por uma questão de diferenciação de classes sociais.

A marinha era aquela das classes armadas para onde as grandes famílias do império, cheias de preconceitos nobiliárquicos, encaminhavam seus filhos. Da Escola Naval daqueles tempos podiam não sair oficiais devidamente preparados para a profissão que haviam abraçado. Como regra geral, quase não saíam, porque outras pareciam ser, pela simples razão de sua procedência social, as preocupações que os animavam. Saíam, por isso mesmo, jovens bem fardados, elegantemente enluvados, falando o francês, aprendendo boas maneiras em seus cruzeiros pelos mares que os punham em contato com civilizações mais avançadas, e tornando-se, por força de todos esses predicados, magníficas figuras ornamentais dos salões e de todos os centros sociais.

Os alunos da velha Escola Militar na Praia Vermelha eram, ao contrário disso, jovens de origem mais modesta e de classes menos brilhantes. Eram, também em regra geral, filhos de oficiais do exército, e matriculavam-se naquele instituto muito mais por motivos de ordem econômica — pois que nenhuma despesa tinham a satisfazer, sendo entretanto grandes as que reclamava a escola da ilha das Enxadas — do que mesmo por inclinação para a carreira das armas.

Por essa razão, e ainda porque, se o não fizessem, sabiam que os esperavam o

desligamento e a incorporação nos batalhões como simples soldados, estudavam com uma dedicação muito maior, e adquiriam um grau muito mais elevado de conhecimentos e de cultura.

Se não conseguissem, nas provas dos exames de madureza que se realizavam, pelas médias, no meio de cada ano, pelo menos 6 graus e meio, eram irrecorrivelmente desligados. Muito mais simples era, em vez disso, a exigência do regulamento da Escola Naval, onde bastava a aprovação com 2 graus e fração, para que o aspirante prosseguisse em seu curso.

Verifica-se, assim, que a rivalidade, que se manifestava com freqüência, e assim teria de subsistir ainda por muitos aímos, tinha fundamentos muito sérios e de remoção nada fácil.

Foi no começo das primeiras manifestações daquela grave situação que os colegas de ministério do almirante Custódio de Melo incumbiram-no de procurar conhecer o pensamento de Floriano acerca da conveniência de se proceder a novas eleições, pois que da legalidade duvidosa de seu mandato — para cuja conclusão faltava ainda muito mais de dois anos — emanava toda a inquietação latente.

Floriano não disfarçou a contrariedade com que ouviu a consulta, e declarou, em resposta, que como se tratava de uma questão de interpretação de textos legais e de direito, coisa de que confessava não entender, pedia que a estudasse seu ministério, prometendo ao mesmo tempo acatar a conclusão a que chegasse. E tinha tanto mais confiança no conselho que este lhe desse, quanto faziam parte do mesmo dois juristas da autoridade dos Srs. José Higino — ministro da Justiça — e Rodrigues Alves.

Reuniu-se então o ministério, pois que mais se agravava de momento a momento a situação. O ministro da Fazenda manifesta-se francamente pela necessidade de novas eleições. Estava convencido de que a argüida ilegalidade do mandato do vice-presidente, causa determinante de toda a agitação, poderia trazer dias muito aflitivos para o país e para a própria segurança do regime. Cumpria, portanto, afastá-la por todos os meios possíveis. O ministério inteiro concordou com essa opinião, ficando o mesmo almirante Custódio de Melo incumbido de levar ao vice-presidente esse pensamento coletivo dos membros de seu governo.

Rodrigues Alves procurou então Campos Sales e Francisco Glicério, este deputado e “leader” da maioria parlamentar, aquele senador, para lhe comunicar a decisão, em que se achava,

de se exonerar do governo. Um e outro, porém, aconselharam-no a que não o fizesse, no que acedeu sem relutância, pelo motivo que se segue.

O “leader” da maioria, sem dúvida um dos políticos de mais atilada inteligência do país em sua época, encontrou logo um meio de remediar a incompatibilidade que assim se criava entre Floriano e seus ministros. Logo depois, com efeito, apresentava e justificava na Câmara, que a aprovava, uma moção que equivalia a uma ratificação do mandato suspeitado de ilegal. Sustentava, com efeito, aquele pronunciamento da assembléia eminentemente política do país que, tendo sido eleitos pelo Congresso Constituinte, e não pelo sufrágio direto, presidente e vice-presidente da República os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, a este cabia sua substituição no poder, desempenhando até o fim do período administrativo o mandato que lhes havia sido conferido, no caso de se vagar o primeiro dos cargos, por morte ou renúncia de seu depositário. O primeiro período presidencial — acrescentava — devia ser excepcionalmente regido pelas disposições transitórias da Constituição.

Ora, Deodoro havia renunciado seu mandato nas circunstâncias conhecidas. Assim sendo, não mais encontrou fundamento o ministro da Fazenda para persistir naquela convicção. O

mandato do vice-presidente parecia-lhe perfeitamente legalizado, e por assim pensar contiuiu no desempenho das funções de seu cargo.

Outra foi a causa de sua renúncia, se é que esta não deva ser atribuída às seguidas divergências que teve com o chefe do governo, por questões de natureza administrativa.

Julgava necessário, por exemplo, efetuar uma operação financeira de grande vulto, considerando-a de relevante conveniência para os altos interesses nacionais, e reclamada para o desempenho do programa que pretendia realizar em sua pasta. Tratava-se de um projeto que envolvia enormes responsabilidades, parecendo-lhe então conveniente apoiar-se na autoridade de alguns homens experimentados e ilustres do antigo regime, de notório saber em questões financeiras e econômicas, tais como o visconde de Ouro Preto e os conselheiros João Alfredo, Cândido de Oliveira e Andrade Figueira.

Escreveu, por isso, uma carta a cada um dos quatro, pedindo-lhes que manifestassem sua opinião a propósito da conveniência da planejada operação. Responderam-lhe os três primeiros, deixando de fazê-lo apenas o último.

De posse das respostas, que conduzia em sua pasta, tentou trazer Floriano para o exame da

questão no primeiro despacho que com ele celebrou depois de as ter recebido. Mudou de conversa o vice-presidente, passando a ocupar-se de matéria diferente. Nova tentativa fez no segundo encontro que teve com o chefe do governo, para novo despacho. Adotou este a mesma tática, mudando de conversa. Na terceira investida tomou o ministro da Fazenda a deliberação de não consentir na repetição do acolhimento das duas vezes anteriores, e falou com decisão e energia, provocando-o a encarar de frente o assunto. Em ministro daquele porte e daquela autoridade não se deveria estranhar tal atitude.

Floriano, depois de uma pequena pausa, perguntou-lhe com mal disfarçada segunda intenção:

— Por que razão não consulta V. Ex., a respeito do assunto, alguns homens do império? Eles sabem tanto e têm tanta experiência...

Compreendendo, sem dúvida, onde queria chegar o vice-presidente, falou-lhe sem reservas.

— Eu ainda não havia querido referir-lhe isto. Também eu venho do império. Sou conselheiro... Não queria que V. Ex. pudesse imaginar que pretendia apoiar-me na opinião de antigos correligionários para lhe propor essa operação, mas já que V. Ex. me faz esta pergunta, devo

declarar-lhe que já os consultei, porque são efetivamente homens de saber e experiência inegáveis, cujo parecer, no caso, só poderia ser de utilidade para os interesses nacionais. Aqui ficam as respostas que me enviaram.

E retirou-se, deixando sobre a mesa de despachos a pasta em que, pela terceira vez, levava aqueles documentos para lhos mostrar.

Nesse mesmo dia pedia e obtinha exoneração, mas sem que suas relações pessoais com Floriano houvessem sofrido qualquer alteração.

Quase todos os ministros que serviram com Floriano foram presos durante a revolta da esquadra, que se avizinhava. Rodrigues Alves foi, talvez, o único de cuja leal estima nunca duvidou. O Sr. Serzedelo Corrêa foi dos primeiros a serem presos. Atendendo a um apelo aflitivo que lhe fez pessoa da família de seu sucessor, apresentou-se um dia no gabinete do vice-presidente, no palácio Itamarati, para lhe pedir, com empenho, que restituísse o preso à liberdade. Floriano, depois de uma veemente expansão contra o político paraense, deu-lhe esta resposta:

— Vou mandar soltá-lo com prazer, porque assim atendo a um pedido seu. Mas saiba que foi ele quem o intrigou no ministério, privando-me assim do prazer de poder continuar a contar com sua colaboração em meu governo.

Parecia ficar explicado, por essas palavras, como havia Floriano chegado a saber, antes de ouvir deste a comunicação que três vezes seguidas pretendia fazer-lhe, que Rodrigues Alves havia consultado os quatro políticos do antigo regime acerca da conveniência da projetada operação financeira.

VII

Uma revolta dentro de uma revolução

O que claramente denunciava a marcha dos acontecimentos era que o país caminhava aceleradamente para uma agitação militar dos mais graves aspectos.

De dentro dos salões do Itamarati, impressionando pela singeleza e pela austeridade de seus hábitos, contemplava Floriano o quadro ameaçador com seu olhar frio, sereno e penetrante.

Atribuía-lhe à oposição aguerrida — força parlamentar considerável, constituída por todos os membros das duas casas que se mantiveram fiéis a Deodoro, e por muitos daqueles próprios que combatiam o ex-presidente — a responsabilidade pela revolução que talava os campos do sul, encharcando de sangue da mesma gente seu solo generoso, e já com repercussões sensíveis em Santa Catarina, cujo governador, o Sr. Lauro Müller, acabava de ser

deposto, e por todos os outros males sob cujo peso vergava a nação acabrunhada.

Iam se acentuar, em manifestações alarmantes, as velhas rivalidades existentes entre a marinha de guerra e o exército.

No setor propriamente político, a exaltação dos espíritos manifestava-se sob formas delirantes.

Na Câmara, o Sr. Justiniano de Serpa apresentava um projeto de lei que estava destinado a suscitar os debates mais veementes. Autorizava o governo a nomear para o Rio Grande uma autoridade que convocasse as municipalidades que funcionavam antes de 15 de novembro, a fim de que estas elegessem uma junta provisória que ficasse com a incumbência de organizar o Estado de acordo com a constituição federal. Avivaram-se as controvérsias em torno da proposição, sustentando seus impugnadores, em cuja vanguarda, como é natural, figurava exaltada toda a bancada rio-grandense, que o Estado já estava organizado. Por sua vez, sustentavam aqueles que apoiavam a iniciativa, com uma veemência e uma tenacidade que deveriam durar por cerca de quarenta anos, que a constituição rio-grandense, inspirada no positivismo, feria de frente o estatuto federal!

A intervenção que se pedia para o Rio Grande anulava o mandato do governador e o da Assembléia dos Representantes. O projeto foi rejeitado por uma pequena maioria: 72 votos contra 56. Mesmo naquele período anormal de sua existência, lograva o Rio Grande subtrair-se a uma intervenção constitucional para poder ficar, mais tarde, com o poder de ministrar esse remédio, sob uma forma muito mais drástica, a todas as demais unidades do país...

A 23 de maio lançava a oposição, pela mão do Sr. Seabra, uma seta ervada com que imaginou poder ferir de morte o vice-presidente. Era a denúncia oferecida contra o chefe do governo por delitos constitucionais, apoiando-se sobretudo no relatório do Sr. Serzedelo Corrêa. A comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o deputado paulista Júlio Mesquita, aconselhou em seu parecer que a denúncia não fosse julgada objeto de consideração, e assim o decidiu com o peso de seu voto a maioria.

Continuava a ferver o fermento da agitação. Os alunos da Escola Militar vieram postar-se incorporados na rua da Misericórdia, numa ruidosa manifestação hostil àquele órgão da soberania nacional, depois de já haverem vaiado estridentemente o deputado Benedito Valadares, por motivo de um discurso em que o representante de Minas, discutindo o orçamento

da guerra, fizera algumas críticas consideradas ofensivas aos brios da classe. Esse episódio criou uma situação que parecia insustentável, e só desapareceu do domínio das agitações quando o governo resolveu punir o ato de indisciplina.

Poucos depois desses fatos, a 4 de julho, o almirante Eduardo Wandenkolk fazia armar em guerra, no porto de Buenos Aires, o paquete nacional “Júpiter”, e a seu bordo vinha tentar a deposição do governador do Rio Grande. Repellido em sua investida ao porto da cidade do Rio Grande, ruma para o de Desterro, onde é aprisionado pelo cruzador “República”, e transportado para o Rio de Janeiro.

Preso embora em flagrante, obtém Rui Barbosa do Supremo Tribunal uma ordem de “habeas corpus” em seu favor, e Floriano, num gesto de desdém para com o mais elevado órgão judiciário do país, nomeia para sentar-se em seu seio, como um de seus juizes, um médico — o Sr. Barata Ribeiro!

Sobrevém o manifesto dos treze generais, e a 4 de setembro veta Floriano o projeto de lei, que enviara o Congresso à sua sanção, e em cujo artigo 5.º se dispunha o seguinte: “é inelegível para os cargos de presidente ou vice-presidente da República o vice-presidente que suceder ao presidente, verificada a falta deste”. Parecia-lhe

uma lei de feitio ostensivamente pessoal, que visava impedir a possibilidade de vir a ser, ele próprio, eleito presidente para o quadriênio constitucional imediato, e esse seu ato pareceu bastar como uma gota d'água lançada numa taça já inteiramente cheia. Provocou o transbordamento imediato, pois na madrugada seguinte estalava a revolta.

Manhã de 6 de setembro. Sublevada no porto a totalidade da esquadra. O almirante Custódio de Melo, de novo a bordo do "Aquidaban", intima o vice-presidente a render-se. Era a reprodução do movimento de 23 de novembro, sem mudança do autor, nem da nau de guerra de que se servira como arma para vibrar aquele golpe fulminante.

Unicamente as circunstâncias haviam sofrido uma transformação radical, porque nem o depositário do poder era o mesmo, nem havia ele violado a constituição. Se o fizera, havia tido sempre o cuidadoso empenho de coonestar suas infrações, vestindo-as habilmente com as roupagens de uma boa aparência de legalidade.

Era, sem dúvida, agindo sempre de conformidade com as tendências naturais dos governos militares que emanam da força, e nesse argumento supremo se apóiam muito mais do que no da lei e no do direito, um governo de índole absorvente, vigoroso e enérgico, de

resoluções prontas, caráter imperativo. Mas era respeitado, e cada vez tinha de o ser mais!

Objetivo da revolta, o mesmo que animava o almirante Wandenkolk ao iniciá-la pelo sul — a deposição de Floriano. Para conquistar simpatias, fazia divulgar que, uma vez vitoriosa, entregaria o governo ao presidente do Senado, Prudente de Moraes.

Embora estivesse ainda muito distante a grande guerra, e quando ainda não conhecia a mesma intenção manifestada por Guilherme II em relação a Paris, em setembro de 1914, havia o chefe da revolta anunciado aos seus comandados que naquele mesmo dia jantaria no Itamarati... A população, que tão vivo tinha na lembrança o episódio de 23 de novembro, não alimentou dúvida alguma, nos primeiros momentos, em que o exemplo de Deodoro ia ser repetido naquele mesmo dia, acreditando que a vitória dessa segunda sublevação da esquadra seria imediata.

De bordo do capitânia havia mandado o almirante rebelde entregar a Floriano, na noite de 5, o manifesto que expunha os fins da revolta.

Esta, porém, nem encontrou o apoio material das adesões prontas, nem o moral das simpatias públicas. As fortalezas da barra, por exemplo, declararam-se imediatamente fiéis ao governo. Em terra, a mesma coesão das tropas em torno

do poder constituído. Uma greve do pessoal da Central do Brasil foi prontamente abafada. Pretendia levantar os trilhos e suspender o tráfego dos trens. A fortaleza de Villegaignon declarou-se neutra. O Sr. Francisco Portela, que se achava à frente do governo fluminense, resistiu à intimação que lhe foi feita para aderir. Também posta sob a pressão de uma intimação, negou-se a apoiar o movimento a fortaleza de Santa Cruz, de que era comandante o valoroso tenente-coronel Pedro Alves.

O governo, que desde os primeiros minutos da sublevação começou resolutamente a adotar todas as providências reclamadas pela situação, nunca deixou de manter uma firme disposição de oferecer ao motim uma resistência compatível com o arrojo do golpe.

Nos primeiros dias, nenhuma ação desenvolveram as unidades revoltadas. Uma tentativa de assalto, levada a efeito contra Niterói, na tarde de 7, foi vantajosamente repelida por um pequeno contingente, que operou nessa ação sob o comando do coronel Fonseca Ramos.

Ficara resolvida a saída de alguns navios para os mares do sul. A expedição, às ordens do capitão de mar e guerra Frederico de Lorena, forçou a barra na madrugada de 16. Os vários políticos da oposição que haviam ido para bordo

do “Aquidaban” na noite de 6, redigiram um manifesto, dirigido à nação, no qual pugnavam pela restauração da constituição. Entre outras assinaturas, continha as dos deputados Seabra, Francisco de Matos, Augusto Vinhais, Jacques Ourique e Anfrísio Fialho.

A esquadra rebelada compunha-se do encouraçado “Aquidaban”, do cruzador “República”, da corveta “Trajano”, do monitor “Javary” e do navio mercante “Júpiter”. No próprio dia 6 foram retirados de seus ancoradouros, e levados para a luta, os navios “Sete de Setembro”, “Marajó”, “Amazonas”, “Madeira”, os vapores mercantes “Palas” e “Venus”, os torpedeiros de alto mar “Aragnary” e “Marcílio Dias”, cinco menores, vários rebocadores, o cruzador “Tamandaré”, a corveta “Guanabara”, o antigo iate imperial, as unidades mercantes “Alagoas”, “Laguna”, “Vitória” e outros. Estavam na Europa, em consertos, o encouraçado “Riachuelo” e o cruzador “Benjamin Constant”.

O porto ficou sob o completo domínio da revolta, interrompendo-se as comunicações entre a capital e Niterói.

A população, presa de grande angústia, acompanhava interessadamente o desenrolar dos fatos, dentro de uma calma relativa até o dia 13,

quando foi rudemente quebrada, para dar lugar a um pânico indescritível. Nesse dia havia mandado o chefe rebelde uma mensagem a Floriano intimando-o a render-se, sob pena de ser a cidade bombardeada. E foi quando, de fato, operou-se o primeiro canhoneio entre as naus rebeldes, as fortalezas e a artilheria postada no morro de São Bento, na colina histórica do Castelo e em toda a extensão do litoral. Os trens partiam repletos, conduzindo para as localidades mais afastadas dos subúrbios, do território fluminense e de Minas, multidões de retirantes.

Aqueles que não dispunham de uma casa amiga onde se recolher naquela zona, armavam barracas, improvisavam abrigos no mato, O ribombo do canhoneio ecoava sinistramente, tombando nas ruas as primeiras vítimas. Ao longo das estradas, caminhavam sem destino certo mulheres e crianças, homens de todas as idades, conduzindo às costas trouxas de roupa, objetos de necessidade mais imediata. Era o espetáculo de uma cidade sitiada, um quadro vivo dos horrores da guerra.

O chefe do poder executivo, numa nova mensagem ao Congresso, comunicando-lhe os fatos, declarava-se forte e devidamente aparelhado para manter a ordem. O Congresso, numa manifestação expressiva, assegurava-lhe sua inteira solidariedade. Acolhendo a mensagem

em que lhe dava o vice-presidente conta da situação, e pedia-lhe essa providência, havia decretado o estado de sítio em sua sessão de 10 de setembro, e mesmo na vigência dessa medida de exceção, que compreendia apenas o Distrito Federal, o território fluminense e os Estados do sul, inclusive S. Paulo, fazia declarar o chefe do governo que seriam respeitados a liberdade de locomoção e o sigilo da correspondência.

Também esse movimento nasceu condenado pela insinceridade inicial, pois fundando-se toda a campanha movida contra Floriano num protesto contra a política intervencionista que havia promovido a deposição global de quase todos os governadores, tornou-se notoriamente sabido que o almirante Custódio de Melo foi dos que mais a estimularam no seio do ministério de que fizera parte. Ela surgia, antes e acima de tudo, como um fruto do militarismo que dominou o país nos primeiros tempos da República, e como um surto mais violento das inquietações sem freio, produzidas pela ambição, mais tarde aproveitadas pelo espírito restaurador, pelo sebastianismo ainda bastante vigoroso naqueles dias de tantas incertezas, se bem que muito bem escondido numa hábil dissimulação.

O almirante Custódio de Melo, que havia apressado a marcha dos acontecimentos com sua retirada do governo, tornara-se, desde então, a

maior das esperanças dos revolucionários do sul, cujos chefes mandavam-lhe sucessivos emissários, portadores de apelos, a que ele respondia com uma segurança que os enchia de ânimo para o prosseguimento da luta. E esta tomava, sem demora, o aspecto que logo veio dar-lhe a revolta de 6 de setembro: um movimento central contra Floriano, outro no sul contra Júlio de Castilhos.

Ao sul havia sido enviado, como emissário encarregado pelo governo federal de fazer uma tentativa em prol da paz, o senador Cunha Júnior. Fracassou sua missão, ativando-se a luta. A expedição naval que havia-se destacado da esquadra rebelde para ir operar no sul, forçava a barra do Desterro na noite de 26 de setembro, sob o fogo das fortalezas. Com a complacência do governo legal de Santa Catarina, francamente simpático à revolução, ficou o Estado sob o domínio desta. A guarnição federal capitulou, fugindo generais, rendendo-se chefes, numa dissolução que lançava o desânimo no espírito dos mais resolutos partidários da causa da legalidade. Em dezembro estava instalado na capital catarinense o governo provisório da República, sob a chefia do capitão de mar e guerra Frederico de Lorena, que se comunicava audazmente com as chancelarias argentina e uruguaia, pretendendo ser reconhecido pelos dois países limítrofes.

Florianópolis, porém, não permitia que o desânimo substituísse a resolução e o espírito de decisão reclamados pelas circunstâncias, e afirmava-se a cada momento um chefe de predicados excepcionais, que ia levantando no país inteiro entusiasmos exaltados. Alargava cada vez mais seus meios de defesa, organizando forças novas com o concurso da mocidade das escolas, da Guarda Nacional, das legiões de patriotas que acorriam em defesa da legalidade. O bombardeio, duelo encarniçado que se travava todos os dias entre as fortalezas e a artilharia legal de um lado, e de outro lado as unidades rebeldes e as ilhas onde dominava a revolta, ia se tornando um espetáculo comum a que a população buscava assistir cheia de interesse e curiosidade, afluindo para o litoral e para os pontos culminantes da cidade, de onde melhor podia presenciá-lo.

A ação da revolta visava principalmente Niterói, tendo por objetivo constante a Armação e a Ponta d'Areia. O bombardeio castigava impiedosamente a cidade fronteira, cuja população refugiava-se no interior. A resistência que opunha a esses ataques valeu-lhe o qualificativo honroso que bem lhe definia a heroicidade — a invicta. A artilharia de seus morros e fortes, as metralhadoras e os fuzis de seus defensores do litoral, obravam prodígios de valor.

A 5 de outubro, por iniciativa do corpo diplomático, firmava-se um acordo pelo qual se comprometia a esquadra a não mais bombardear as duas cidades, mas de bem pouco alcance foi essa mediação. Não somente tiveram seus efeitos uma duração muito curta, como não mostraram os próprios agentes diplomáticos que o promoveram um interesse maior pela sua fiel execução. No porto estavam ancorados vários navios de guerra estrangeiros despachados pelos governos de seus países para protegerem os interesses das colônias, ameaçadas pela gravidade crescente da situação. Um dia deliberaram seus comandantes promover o desembarque de destacamentos que deveriam formar no largo do Paço com o intuito de proteger bancos e casas comerciais estrangeiros contra o saque e a anarquia, ameaça que lhes parecia iminente. O governo fez, então, espalhar um boletim em que assegurava dispor de todos os elementos necessários para manter a ordem, declarando que faria fuzilar imediatamente todo aquele que atentasse contra a propriedade particular.

Floriano foi, nessa ocasião, interpelado pelo seu ministro da Guerra. Como receberia o desembarque, se este viesse a efetuar-se? E sua resposta eletrizou a multidão de seus adeptos, que já lhe iam consagrando uma espécie de fanatismo:

— À bala!

O número de mortos e feridos era diariamente grande em toda a cidade, onde explodiam granadas cujos estilhaços colhiam vítimas ao acaso, espalhando o luto e a desolação.

A fortaleza de Vilegaignon quebrava pouco depois a neutralidade, fazendo causa comum com a revolta.

O deputado Nilo Peçanha apresentava na sessão de 18 de setembro, na Câmara, um projeto de lei considerando piratas os navios rebeldes. Mesmo sem lei, porém, baixou o governo um decreto, elaborado pelo ministro das Relações Exteriores, que assim os qualificava e ordenava fossem tratados. O corpo diplomático estrangeiro, porém, continuava a considerá-los como simples naus rebeldes, gerando essa atitude as primeiras manifestações de caráter nacionalista que mais tarde deveriam apresentar tão graves aspectos, convertidas no jacobinismo violento e rubro.

Uma noite foi a baía teatro de um episódio dramático. O vapor “Uranus”, armado em guerra, tentava sair barra a fora com a missão de levar a Santa Catarina a notícia da preciosa adesão da fortaleza de Villegaignon, quando foi descoberto pelo holofote do morro da Glória. Sobre a nau rebelde abriram fogo as fortalezas legalistas.

Atingido por uma granada, rebentou esta no depósito de munições em que estava convertido seu porão, produzindo-se então uma explosão formidável que deu, por momentos, a impressão de um grande vulcão dentro da baía. O navio, que se diria perdido, sem governo, prestes a soçobrar, mesmo assim salvou-se, cheio de mortos e feridos, conseguindo transpor a barra. A 24 era posto a pique um batelão que conduzia um canhão para a esquadra. Três dias depois afundava um patacho rebelde, alvejado pelo canhoneio, e era uma vez mais repellido um ataque lançado contra a Armação, insucesso que de novo se repetia na noite de 29. Das forças que defendiam com tamanho vigor a cidade fluminense, faziam parte dois oficiais a quem o destino reservava um grande futuro: o tenente Tasso Fragoso e o alferes Leite de Castro.

O Rio de Janeiro, poupado por uns dias, voltava a ser fortemente bombardeado. Mortos, feridos, ruínas, luto... Era a guerra, com todo o seu séquito de calamidades,

Nas velhas cidades de Minas buscavam abrigo e proteção, desenvolvendo ao mesmo tempo uma intensa propaganda contra Floriano, políticos do império como o conselheiro Andrade Figueira e o Sr. Carlos de Laet. Para Buenos Aires havia emigrado Rui Barbosa. Abandonavam cautelosamente a cidade quantos tinham motivos

para temer a vigilância incessante da polícia do coronel Presciliano Valadão. Regorgitavam as prisões. O governo apertava o rigor das repressões. Eram suspensos jornais e impostas restrições à entrada de estrangeiros.

A 12 de outubro partia para o sul, a bordo de um transatlântico, acompanhado de vários oficiais de marinha fiéis ao governo, e de uma força do exército, o almirante Jerônimo Gonçalves, com a incumbência de organizar a esquadra legal, tomando os cruzadores “Bahia” e “Tiradentes”, que se achavam em águas platinas.

Havia sido organizado no sul, por Silveira Martins e pelo coronel Oliveira Salgado, um plano de ação para bloquear os portos do Rio de Janeiro e Santos, e o governo apressava providências para evitar sua realização.

O “Aquidaban” havia forçado a barra a 1.º de dezembro, impedindo assim que aquele chefe legalista pudesse sair de Montevideu para dar combate ao cruzador “República”, restringindo desse modo sua projetada ação, pois as forças navais que ali estava reunindo eram insuficientes para enfrentar aquele encouraçado.

Em novembro eram quase diárias as hostilidades, num tremendo duelo das artilherias

adversas. A 22, sofrendo um violento canhoneio, era posto a pique o monitor “Javary”.

O almirante Saldanha da Gama era, na época, a mais brilhante das figuras superiores da armada, onde gozava de um vasto e sólido prestígio. Diretor da Escola Naval, exercia sobre a mocidade da marinha uma verdadeira fascinação. Solicitado reiteradamente para intervir na luta, negou-lhe sempre sua adesão, até que no dia 8 de dezembro pronunciou-se pela revolta, marcando o início de sua segunda fase. Fê-lo lançando um manifesto no qual declarava que “o respeito que se deve à vontade nacional livremente manifestada aconselha que ela mesma escolha solenemente, e sob sua responsabilidade, a forma de instituições sob que deseja envolver seus gloriosos destinos”.

Assumiu, desde então, a direção de toda a ação militar. Seu manifesto desperta um novo movimento de adesões à causa da legalidade, sucedendo-se as manifestações de solidariedade à República e ao governo, tanto nas capitais dos Estados como nos municípios. Não podia ser pior a impressão causada no país por aquele documento, passando Floriano, desde então, a ser considerado a própria personificação da República, objeto de um intenso entusiasmo nacional. Eram os mesmos os intuitos que se atribuíam a Silveira Martins, isto é, submeter a

um plebiscito a forma de governo que se deveria estabelecer no país, eufemismo que mal disfarçava a tendência restauradora que desde aquele momento manifestava o movimento subversivo da esquadra, em colaboração com a revolução do sul.

O almirante Custódio de Melo, já desmoralizado pelo insucesso de seu golpe, mergulhou numa espessa penumbra desde o momento em que aquele seu colega assumiu a direção do movimento.

O programa de ação da revolta foi completamente mudado. Em vez do bombardeio da cidade, entrou a ser hostilizado um determinado trecho do litoral — o que está compreendido entre a Alfândega, o Arsenal de Marinha e a Saúde, zona onde se localizavam os estabelecimentos comerciais de maior importância. O primeiro tiroteio, alimentado com metralhadoras e fuzis, realizava-se às 10 horas, quando os empregados dirigiam-se para os estabelecimentos em que trabalhavam; o segundo, às 4, quando os deixavam finda a tarefa quotidiana; o terceiro às 8 da noite, quando começavam a funcionar os teatros. Visavam essas manobras afugentar a população do centro urbano, e obrigar o comércio a fechar suas portas, criando para o governo uma situação embaraçosa. Essas hostilidades partiam da ilha

das Cobras, onde operavam o batalhão naval e outras forças que a guarneciam. O novo capitânia da esquadra, onde Saldanha da Gama fizera hastear seu pavilhão, era o cruzador “Liberdade”.

Uma expedição de forças legais à ilha do Governador, no dia 13 de dezembro, foi coroada de insucesso em sua primeira investida, porque seu chefe, o valoroso coronel Silva Teles, foi mortalmente ferido, sucumbindo logo depois. Somente numa segunda tentativa, dirigida pelo coronel Moreira César — um dos nomes mais famosos da história militar daqueles tempos agitados — foi tomada aquela base de abastecimento das forças rebeldes.

A 21, um contingente de forças de Niterói tomava a ilha de Mocanguê, num violento combate corpo a corpo, sendo essa posição pouco depois reconquistada pelos rebeldes. A 30 era a ilha do Engenho assaltada e ocupada por tropas legais, sendo igualmente retomada.

Assim, o quinto mês da revolta apresentava-se com uma série de desastres para a causa da legalidade.

No sul, era ainda mais sombria a situação, sofrendo as forças legais reveses sucessivos. Tomada Santa Catarina, lançavam-se as tropas rebeldes sobre o Paraná, numa ameaça direta a S. Paulo. O governo paulista, de que era chefe o

Sr. Bernardino de Campos, desempenha nesse momento um papel de grande importância, mobilizando forças e recursos de toda a espécie para preservar seu território, e com ele a própria causa da República, dos perigos que tão imediatamente ameaçavam um e outra. Itararé, ponto de convergência de todas as vistas, concentração de forças paulistas e alvo visado pelas hostes aguerridas de Gumerindo Saraiva, entrava desde então para a história do Brasil republicano como uma de suas páginas mais curiosas. Itararé esteve naquele momento, como deveria estar de novo, muitos anos depois, incumbida de um grande papel, pronta para representá-lo no jogo dos destinos do Brasil, mas impedida de fazê-lo, pela força das circunstâncias, no instante exato em que ia começar a desempenhá-lo...

Caíam cidades. Ambrósio e Tijuca eram tomadas pelas forças revolucionárias, com uma intensa impressão no país inteiro. Registravam-se traições e debandadas vergonhosas. Apenas a cidade da Lapa oferecia o exemplo de uma resistência de proporções homéricas. Resistiu heroicamente, com uma guarnição composta de cerca de mil homens, a um cerco prolongado, feito por uma força de duplo efetivo, bem armada e disposta para a luta. O heróico comandante da praça, coronel Gomes Carneiro, salvou-a com

sacrifício de sua vida, e com o de metade da força que tinha sob suas ordens.

A situação do porto, entretanto, tornava-se particularmente delicada. Os vasos estrangeiros ali ancorados, principalmente os americanos, deliberaram não permitir na continuação das dificuldades que Saldanha da Gama estava criando para que os navios mercantes pudessem atracar no cais da Alfândega, e ali carregar e descarregar. O conflito que assim se estabelecia, entre a esquadra estrangeira e os navios rebeldes, concorria para enfraquecer cada vez mais a ação destes.

Eram, com efeito, até então, de muito pequeno vulto os resultados conseguidos pela esquadra. Podendo ter bloqueado os portos principais do país, impedindo a navegação e a cabotagem, não logrou esse resultado porque o poder ofensivo da artilheria do litoral era, em toda a parte, muito eficaz, sendo grande o entusiasmo com que se batiam em sua defesa as tropas legais postadas nessas posições. A ação dos navios ficou, assim, consideravelmente diminuída. O porto de Santos, por exemplo, nunca sofreu um ataque vigoroso de nenhum dos vasos rebeldes, apesar de continuamente ameaçado por estes. O “República”, acompanhado do “Palas”, penetrou uma única vez em sua enseada para atacá-lo,

mas encontrou uma defesa tão bem organizada que retrocedeu.

No duplo propósito de levantar o moral deprimido de suas hostes, e conseguir algum triunfo que lhe assegurasse qualquer resultado de caráter mais prático, deliberou Saldanha da Gama, num apelo supremo a todas as energias que ainda lhe fosse possível despertar, promover uma ação de grande envergadura nos dias sombrios de fevereiro.

Cumpria adiantar-se um pouco à projetada ofensiva naval do governo, e as notícias que chegavam do norte informavam que os navios procedentes do exterior, destinados à esquadra legal, haviam encalhado em Pernambuco e na Bahia.

Deliberou, então, lançar um vigoroso ataque sobre Niterói, marcando essa ação para a noite de 8 de fevereiro. Em terra — tanto no Rio de Janeiro como naquela cidade — contava a revolta com adeptos que se haviam reunido para lhe proporcionar uma cooperação eficaz na realização de um plano de proporções ainda maiores, que consistia num ataque simultâneo, e de surpresa, às duas capitais.

A um sinal convencional produzir-se-ia um motim generalizado que surpreenderia as forças, atacando-as, ao mesmo tempo que as tropas navais efetuariam um desembarque na Capital Federal e na vizinha cidade! Estava tudo combinado, e vários navios achavam-se fundeados às 3 horas da tarde de 5 em frente dos trapiches da Saúde e da Gamboa. Em sua passagem para aquele ponto, travou o “Aquidaban” um combate com as baterias de Niterói e da ilha do Governador. Atingido por alguns projéteis Krupp, ficou bastante danificado. O governo, porém, recebeu em tempo um aviso do que se projetava, e a cooperação planejada em terra não mais pôde ser levada a efeito.

As guarnições dos navios haviam caído num grande desalento, repetindo-se com um vigor crescente os ataques do litoral, dos morros e fortalezas. Nenhuma conquista decisiva havia assinalado a ação da esquadra. O “Aquidaban” voltara do sul, transpondo novamente a barra numa operação muito admirada pela audácia e destemor de que uma vez mais dava prova seu comandante, o capitão de mar e guerra Alexandrino de Alencar, mas trazia sua tripulação reduzida à metade, e presa de profundo desânimo. O governo provisório, que se instalara em Santa Catarina, estava cindido por divergências insanáveis, enfraquecendo sensivelmente a causa. As forças revolucionárias

que haviam invadido o Paraná, sob o comando do coronel Oliveira Salgado, diante da resistência que as esperava em Itararé — a predestinada — voltavam para o Rio Grande, diminuindo assim os temores de uma invasão em S. Paulo. Na armada havia falta de munições e escassez de víveres, representando o projetado assalto a Niterói, por todas essas razões, uma grande esperança.

Na noite de 7 estavam concluídos todos os preparativos para o seu desencadeamento. Cinco colunas de forças de desembarque haviam sido constituídas nas ilhas da Conceição e do Caju. Deveriam desembarcar em Toque-Toque e na Ponta d'Areia, lugares cujos nomes ficaram lendários. Saldanha da Gama dirigia pessoalmente todo o serviço de formações. As colunas deveriam transportar-se em batelões artilhados, sendo o desembarque protegido por unidades da esquadra que hostilizariam o litoral, cruzando em frente ao local das operações. Os navios maiores bombardeariam à distância as posições visadas. À meia-noite de 8 iniciou-se o embarque, no meio do maior silêncio. A primeira coluna desembarcava surpreendendo as forças legais. Logo depois estrugia o combate, troando a artilheria e sibilando as balas da fuzilaria e das metralhadoras. Quando desembarcava a última coluna, já o combate havia-se generalizado, e era dos mais encarniçados. Os assaltantes assinalavam suas posições com tigelinhas

brancas que luziam tragicamente na escuridão da noite, no fragor da luta. Assim se facilitava o bombardeio procedente do mar. As últimas vagas de assaltantes já tropeçavam nos cadáveres e nos feridos, correndo pelo solo caudais de sangue. Haviam sido tomadas duas baterias. Saldanha da Gama desembarcara com sua tropa. Era horrível a carnificina. Bravura indomável de lado a lado. As forças legais, diante do assalto inopinado, debandavam em vários pontos. Outras baterias eram tomadas a arma branca. O capitão de mar e guerra Alexandrino de Alencar dirigia o bombardeio do mar às posições assaltadas. Na madrugada de 9 as forças legais, sob o comando do general Paula Argolo, reagiam em alguns pontos. Reforços chegavam com urgência, organizando-se pela manhã o contra-ataque, que logo se desencadeou com ímpeto e grandes manifestações de bravura. Os oficiais que comandavam o assalto, todos jovens, que haviam saído da Escola Naval sob o influxo de seu amado chefe, jaziam mortos ou feridos. A maruja, em grande parte já embriagada, lutava sem ordem, numa grande confusão. Resolveu então o chefe da revolta abandonar as posições que haviam perdido. Saldanha da Gama viu-se momentaneamente cercado. Lutou heroicamente, salvando-se com três ferimentos. Embarcou em uma lancha — a famosa “Lucy” — indo recolher-se ao hospital da ilha das Cobras. As forças

navais haviam sofrido mais de 250 baixas. Além do chefe, haviam sido feridos, entre muitos outros, os seguintes oficiais: guardas-marinha Heráclito Belfort e Durão Coelho e aspirantes Alexandre Messeder e Frederico Vilar. Das forças legais que participaram da ação, distinguiu-se particularmente o Batalhão Acadêmico, que tinha como comandante o tenente-coronel Tomás Cavalcanti. A fortaleza de S. João bombardeava, durante as operações, os navios que hostilizavam as posições legalistas por ocasião do desembarque. Era seu comandante o capitão Moreira Guimarães. Havia durado o combate — o maior da revolta — quase nove horas seguidas.

Logo depois desse tremendo embate, eram as forças rebeldes que ocupavam Magé desalojadas daquele localidade, numa luta igualmente muito encarniçada, dirigindo as operações o coronel Joaquim Godolfim, um bravo autêntico.

No dia 20, aparecia na barra o cruzador “República”, fazendo sinais ao “Aquidaban”, para irem juntos dar combate à esquadra legal no norte. A poderosa nau de guerra força de novo a barra no dia seguinte, sob o intenso fogo das fortalezas. Esse esforço final foi, porém, coroado de insucesso. Custódio de Melo estava no Desterro, dirigindo-lhe Saldanha da Gama, nessa hora extrema da revolta, apelos reiterados, mas vãos, para que lhe prestasse socorro. De

Montevideu havia partido diretamente o almirante Jerônimo Gonçalves para o norte, indo reunir-se às demais unidades que o aguardavam em Recife e na Bahia. Dali, então, rumou com destino ao Rio de Janeiro. A esse tempo estava o “Aquidaban” ancorado impassivelmente na ilha dos Porcos, à vista de Ubatuba, próximo de Santos. O estado de suas caldeiras não mais permitia que se aventurasse a uma luta, pois não davam senão uma pressão mínima. Em Montevideu havia o almirante legalista encontrado os cruzadores “Tiradentes” e “Bahia”, e os vapores “Santos” e “Itaipú”, armados em guerra naquele porto por ordem do ministro do Brasil, Sr. Vitorino Monteiro, em cumprimento de instruções do governo. Havia sido adquirido nos Estados Unidos o contra-torpedeiro “Aurora”, que tomou o nome de “Gustavo Sampaio”. Na Bahia estavam os cruzadores “Niterói”, “Parnahyba” e “Primeiro de Março”, a canhoneira “Braconot”, o brigue “Pirajá” e o patacho “Caravelas”, e em Recife o cruzador “Andrada”, as torpedeiras “Sabino Vieira”, “Destroyer”, “Pedro Ivo”, “Pedro Afonso” e mais duas americanas — “Tamborim” e “Greenhalg”. Pouco depois, chegavam as torpedeiras “Silvado” e “Silva Jardim”, esta adquirida ao governo chileno. Da Bahia zarpuu a esquadra a 1.º de março com destino a Cabo Frio, tendo como capitânia o “Niterói”, a cujo bordo achava-se também o almirante Coelho Neto,

ministro da Marinha. Ali foram reunidas as três divisões em que havia sido fracionada a poderosa força naval, voltando para o Rio de Janeiro à noite, no rebocador “Audaz”, o ministro da Marinha. No dia 9, às 4 horas da tarde, saía a esquadra na certeza de que viria travar com as naus e com as fortificações rebeldes a luta decisiva que deveria pôr termo ao movimento subversivo, que já durava seis meses. A 11 notificava o ministro das Relações Exteriores a todos os agentes diplomáticos dando-lhes o prazo de 48 horas, duas vezes prorrogado a pedido dos mesmos, a fim de que providenciassem para a segurança de seus nacionais, visto como iam se realizar as operações finais. Saldanha da Gama, desde muito numa situação sem esperanças, considerava a causa inteiramente perdida, e antes da terminação do prazo enviou um de seus ajudantes de ordens à corveta “Mindelo”, com a missão de declarar ao almirante Augusto de Castilhos, comandante da esquadra portuguesa surta no porto, que se sentia exausto de recursos, impossibilitado de aceitar um combate que importaria num suicídio. Havia sido abandonado e atraído pelo almirante Custódio de Melo, e pedia asilo para si e para seus oficiais e alguns médicos civis — ao todo umas 70 pessoas. Entendeu o almirante português que era seu dever conceder o asilo pedido, mandando o chefe rebelde entregar-lhe logo depois as bases para a

capitulação. Obteve naquele mesmo dia o chefe da divisão lusitana uma audiência do vice-presidente, a quem fez a comunicação do que se passava. Limitou-se Floriano a ouvi-lo em silêncio, quanto ao asilo, mas declarou, formal e energicamente, que não receberia proposta alguma de capitulação, porque o governo “não tratava com militares rebeldes”. A 13 de março entrava no porto, sem encontrar nenhuma resistência, e depois de ter estado por algum tempo ancorada na Praia Vermelha, a esquadra legal do almirante Jerônimo Gonçalves. Estava finda a luta. As fortalezas e os navios rebeldes haviam sido evacuados, refugiando-se também suas guarnições nos demais vasos portugueses. Surgiu, então, a delicada questão diplomática. O governo reclamava a entrega dos vencidos para submetê-los a julgamento. Durou 15 dias a troca de notas entre o ministro das Relações Exteriores e o encarregado de negócios de Portugal, conde de Paraty, e antes que o incidente estivesse resolvido, deixa a divisão Augusto de Castilhos o porto, conduzindo os rebeldes asilados. O governo rompe suas relações diplomáticas com Portugal, mandando entregar os passaportes ao conde de Paraty e a todo o pessoal da legação. Nasceu, então, entre contínuas agitações populares, o jacobinismo feroz que deveria passar, como uma herança de ódios e paixões sem freio, ao governo de Prudente de Moraes. Floriano saía da peleja

admirado, engrandecido, forte, cercado de admirações e de ódios, encarnando para a grande maioria da nação o princípio da lei e da autoridade, símbolo da própria República, que com tão firme e exemplar energia soube defender e fortalecer. Sua divisa ardia como uma flama de perene entusiasmo no coração da mocidade: “Defender a República, ou morrer com ela, amortalhado em seu pavilhão”.

No sul, continuava a crepitar a grande fogueira da guerra civil.

VIII

O custo da consolidação da ordem civil

A escolha de Prudente de Moraes para candidato das forças políticas dominantes no país foi uma resultante de seu valor pessoal e da expressão política de seu nome. Desde a Constituinte que sobre a grande figura republicana pousava o olhar confiante de toda a nação, dominada pela aspiração ardente de um governo de paz e de concórdia que sem demora promovesse sua completa reintegração na ordem civil, fatigada como se achava de tantas agitações militares.

Floriano, influenciado sobretudo pelo trabalho pertinaz de Glicério, havia-se desinteressado por completo do problema de sua sucessão, no qual não quis influir, nem direta, nem indiretamente. A política federal carecia por completo de unidade naquele momento. Em cada Estado formava-se uma agremiação partidária com o objetivo exclusivo de pleitear pela posse do poder. A primeira tentativa de organização

partidária havia desaparecido. Com os elementos heterogêneos que constituíam o grupo parlamentar que tinha apoiado Floriano durante a revolta de setembro, até o fim de seu governo, havia Glicério fundado em meados de 1893, sob a influência das eleições de 1.º de março, o Partido Republicano Federal. E este, que como base de seu programa adotou igualmente os princípios da constituição, achou-se na plenitude do poder com a eleição de Prudente de Moraes. “Leader” da maioria parlamentar, tornou-se seu chefe o general poderoso e forte que tinha sob seu comando as vinte e uma brigadas, que tantas eram as unidades em que se divide a federação. Viam nessa organização os vencidos da revolta o partido vencedor, e não tardaram a nuclear-se em força oposicionista, combatendo-o pela tribuna, pela imprensa, nos comícios e reuniões.

Estava muito longe de criar-se no país aquilo a que se pode denominar a ordem política. O germe que subsistia das agitações anteriores era de uma grande virulência, sendo, por outro lado, apenas aparente, a unidade do Partido Republicano Federal, composto como era de radicais e moderados. “Uma catedral aberta a todos os credos” — definiu-o com inteira propriedade o Sr. Belisário de Souza.

Nas vésperas da posse de seu primeiro presidente civil, mostrava a República que as

feridas abertas em seu flanco necessitavam ainda de muito tempo para cicatrizar. A cidade estava inquieta, a população intranquã. Corria, com insistência, a versão alarmante de que Floriano não entregaria o poder ao seu sucessor constitucional. E tal era, com efeito, o estado de espírito da tropa, que se aquele pensamento houvesse realmente animado por instantes a mente do vice-presidente, talvez não lhe faltasse o necessário apoio material para efetivá-lo. Não somente lho assegurariam as baionetas do exército, como uma grande parte da população, que naquele mesmo momento em que desfilava pelo campo da Aclamação e pela rua Larga de S. Joaquim o carro conduzindo o novo presidente, entre alas de soldados em grande uniforme apresentando armas ao som do hino nacional e da marcha batida, vítorava em transportes de entusiasmo, não o nome de Prudente de Moraes, mas o do marechal Floriano Peixoto.

Empresa difícil a que tomava sobre seus ombros o eleito da nação a partir do momento em que recebia das mãos fortes de seu antecessor, no salão resplandecente do Itamarati, o supremo mandato que lhe fora confiado em hora tão delicada!

O próprio Floriano se enganava, sem dúvida, ao declarar em sua última mensagem ao Congresso que lhe entregava, “vencedora e forte”,

a República que imaginava haver consolidado, mas que apenas conseguiu preparar para melhor poder resistir aos embates que a esperavam em dias vindouros.

Não passava ainda o regime de uma experiência que se ia processando entre agitações infiltradas de perigos, no meio de choques tremendos de paixões exaltadas, que a falta de educação política cada vez mais estimulava. O nativismo, que se criara à margem dos episódios principais da revolta, e que havia degenerado no jacobinismo destruidor, era como uma caudal enfurecida que um dique muito frágil apenas continha momentaneamente, porque não tardaria a vir estuar nas ruas em catadupas. Esse o espírito que dominava as multidões incultas, indisciplinadas, refratárias à obediência e às imposições da ordem.

Na mente das classes superiores não era menor a agitação, se bem que de caráter diferente. A disciplina mental do positivismo influiu de modo tão direto na formação da República, que lhe imprimiu, nos primeiros tempos de sua existência, dadas as tendências ortodoxas de alguns de seus homens principais, e à mentalidade sectária da parte mais culta do exército, um vinco odioso e irritante.

Dir-se-ia que o novo sistema de governo era mais uma seita do que um estado social. E a demonstração dessa diátese de feição doutrinária estava na luta fratricida que prosseguia sem tréguas no Rio Grande, cuja organização como unidade federada havia obedecido àquela influência, constituindo a causa determinante, publicamente confessada no seu início como justificativa capaz de coonestá-la aos olhos da nação, da guerra civil que devastava o patrimônio acumulado pelo trabalho naquele torrão tão rico e tão próspero.

Paradoxo, que aparece como um sorriso irônico no meio daquele quadro sombrio de calamidades: Benjamin Constant, que foi o criador de tal espírito, e debaixo de cuja influência exerceu o Apostolado Positivista, de que foi fundador, juntamente Miguel Lemos, Teixeira Mendes e outros, em 1876, a grande e conhecida preponderância que lhe coube no começo da República, iniciou sua vida de professor de matemáticas em 1862 no Instituto dos Meninos Cegos, que deveria mais tarde tomar seu nome. Com a propaganda política da idéia republicana, iniciava também a do positivismo — embora não como religião, mas como sistema filosófico — cujo lema, divisa que impera na rigidez política da organização partidária instituída no Rio Grande por Júlio de Castilhos, é “viver às claras!”

Tal era o predomínio dessa religião, e tal a reação que começava a ser oposta a essa influência estreita, que um deputado, aliás militar, o Sr. Oliveira Valadão — imitado, no futuro, por muitas outras tentativas iguais — chegou a propor à Câmara, por uma indicação, que o pavilhão com o lema Ordem e Progresso fosse substituído “por uma bandeira nacional”.

Por outro lado, os erros do governo provisório lançaram o país em tão grandes dificuldades de ordem econômica e financeira, que somente o tempo e a ação cautelosa e serena dos governos legais, cuja série se iniciava naquele dia, poderiam ter a virtude de ir corrigindo.

E aquele governo provisório era composto dos melhores homens, dos mais aptos e esclarecidos de que podia dispor o novo regime para o encargo de promoverem sua organização!

Que seria então do Brasil no dia em que dele se apossasse um outro governo provisório que, num paralelo com o gabinete de 15 de novembro de 1889, composto de gigantes, teria de aparecer, sob as projeções fortes da história, como um punhado de liliputianos ousados passeando impunemente, de botas, esporas e lenço vermelho amarrado ao pescoço, sobre o ventre de Gulliver adormecido?

Disse um dia Herculano de Freitas, com grande propriedade, que o campo de batalha da República foi o Rio Grande. Prudente de Moraes assumiu o governo com o espírito voltado para o grave problema, que no seu período mais violento chegou a envolver os próprios destinos do regime, porque se se tornasse vitoriosa aquela revolução, à qual tinham ido incorporar-se Saldanha da Gama e todos os remanescentes da revolta de setembro, estaria implicitamente triunfante a solução plebiscitária aventada pelos manifestos dos dois movimentos paralelos. E o povo, sem dissimular muito sua decepção, ia verificando que nem a vida barata, nem a ordem, nem a paz de que tanto carecia, logravam proporcionar-lhe as instituições que substituíam a monarquia por força de uma revolução em que não intervieram, e feita também em seu nome...

E foi nas lutas formidáveis que se travavam nos pampas, entre as hostes revolucionárias dirigidas por chefes como Gumerindo Saraiva e Silva Tavares, reforçadas por adesões de oficiais do exército do prestígio militar dos coronéis Artur Oscar e Oliveira Salgado, e as forças patrióticas e a tropa federal que defendiam as instituições e a ordem legal, que emergiu para vir ocupar no cenário nacional o papel que lhe reservava o destino, a figura viril de um guerreiro civil — Pinheiro Machado. Serviu, muito jovem, como voluntário, nas tropas imperiais que se bateram

nos campos do Paraguai, e em sua estância de rico criador foi buscá-lo o eleitorado de seu partido, com o qual fez a propaganda republicana, para lhe conferir o mandato de senador à Constituinte. Seu nome ficou estreitamente ligado aos maiores feitos d'armas daquela rude peleja, nascendo daí, sem dúvida, a grande soma de influência que lhe estava reservada no futuro brasileiro.

É certo que a luta se tratava em proporções muito menores e em setores menos dilatados quando Prudente de Moraes assumiu o poder, mas o braseiro continuava ainda a crepitar como uma ameaça permanente para a nação inteira. A 10 de agosto daquele ano havia perecido num mortífero combate com a divisão do norte, comandada pelo general Rodrigues de Lima, o valente caudilho Gumercindo Saraiva, lançando esse fato, e a derrota de suas tropas, o desânimo entre as forças federalistas; mas não tardou que se reorganizassem sob a direção de outros chefes.

Eram estes Aparício Saraiva e Guerreiro Vitório, que por longo tempo mantiveram o território rio-grandense em guerrilhas fatigantes e sangrentas. Saldanha da Gama preparava, no território uruguaio, uma nova invasão que se efetuava a 22 de abril de 1895, e na luta que trava a 24 de junho com a vanguarda de que é comandante o coronel João Francisco — nome

cuja simples enunciação provocava arrepios de terror — perece entre lances de heroísmo e de desprendimento. Foi o combate de Campo Osório, e a força a cuja frente marchava não excedia de 700 homens, a maior parte dos quais sucumbiu na impetuosidade da carga de cavalaria dirigida pelo general Hipólito Ribeiro, ou na tentativa de transpor o arroio Invernada, que transbordava.

Continuavam em armas, porém, as forças de Aparício Saraiva, e a luta iria sem dúvida recrudescer, findo o armistício que se ajustou para as preliminares da pacificação, se esse patriótico ideal de Prudente de Moraes não chegasse a converter-se em fato.

Para negociá-la foi nomeado comandante do 6.º distrito militar e de todas as forças em operações no Rio Grande o general Inocêncio Galvão de Queiroz, que em carta datada de 28 de maio dirige o primeiro apelo ao general Silva Tavares, o qual se achava, aliás, afastado da revolução havia mais de um ano. Convidava-o para uma conferência em Bagé, declarando-lhe em sua resposta o chefe revolucionário aceitar em princípio a pacificação, e comunicando-lhe haver dado ordem para a suspensão das hostilidades e discussão das bases do ajuste.

A atitude do negociador da pacificação é severamente criticada pelo próprio Júlio de

Castilhos, o qual, entretanto, não cria embaraço algum à sua ação, sem embargo de o considerar um adversário interessado em diminuí-lo e desprestigiá-lo. Na ata que se lavra a 10 de julho, assinada pelo comandante do distrito e pelo general Silva Tavares, declara este que “está pronto a depor as armas perante o governo da União, desde que este lhe garanta, e a seus companheiros, efetiva posse de todas as garantias e direitos que a Constituição confere a todo o cidadão brasileiro”. Estabelece como condicional que o Rio Grande seja reconstituído de acordo com o estatuto federal, ficando-lhes o direito de requerer indenização por prejuízos que sofreram com o abastecimento das forças do governo e outros em suas propriedades.

O ministro da Guerra, general Bernardo Vasques, comunicava em ofício de 31 de julho ao comandante do distrito que o presidente da República, depostas as armas pelos rebeldes, com sua submissão à lei, cumpriria o dever de lhes assegurar o livre exercício de todos os direitos e garantias que a constiuição lhes conferia. Quanto à segunda condição, não podia aceitá-la. O governo federal não poderia assumir o compromisso de intervir na reconstituição do Rio Grande, porque o único poder competente para reconstituir um Estado era “o seu poder constituinte, sem intervenção de autoridade estranha”. Aceitas as demais condições, surgiram

entre o general Galvão de Queiroz e os poderes estaduais outras pequenas divergências que foram afinal resolvidas. Assim é que, juntamente o general Silva Tavares, firmava ele um telegrama dirigido ao Congresso Nacional, com o qual se congratulavam pela pacificação, acrescentando o seguinte: “Dependendo a consolidação da paz, o conagraçamento da família rio-grandense, a efetividade e permanência no gozo dos direitos e garantias que o governo da República prometeu aos que depuseram as armas, da revisão da constituição do Estado, que é indubitavelmente contrária à lei federal, esperam do patriotismo e justiça do Congresso Nacional que essa revisão seja tomada na devida consideração”.

A Câmara dos Deputados, porém, negou-se a tomar conhecimento desse despacho, que num pequeno discurso pela ordem o “leader” da maioria considerou um “atentado à autonomia dos Estados, ameaçada pela espada do general legal, de mãos dadas com o chefe rebelde!”

Júlio de Castilhos, ao ter conhecimento desse despacho, declarou rotas as relações de seu governo com o comandante do distrito. Foram, igualmente, pouco cordiais suas relações com o general Tomás da Cantuária, que o sucedeu naquele posto, mas o tempo, com sua ação sedativa, serenou essas agitações suscitadas por melindres passageiros.

Prudente de Moraes lograva, afinal, converter na desejada realidade sua grande aspiração. E a obra da pacificação do Rio Grande era consolidada naquele mesmo ano pela anistia, concedida pela resolução do Congresso de 11 de outubro, a todos os revolucionários que haviam empunhado armas contra a autoridade constituída e contra o princípio soberano da lei.

Infelizmente, porém, de muito pouca duração teria de ser a tranqüilidade assim conquistada.

Já naquela época se chamava reacionários àqueles que se batiam pelo fortalecimento do princípio da autoridade. Esse é, com efeito, o qualificativo com que figura na história do regime a corrente conservadora que se formou para prestigiar a ação administrativa e política do primeiro presidente civil da República, protegendo-o, como elemento social, contra a demagogia do jacobinismo que o ameaçava num perigo crescente. Com o desaparecimento de Floriano, tornou-se Júlio de Castilhos, objeto de um culto cada vez mais exaltado, a figura de maior ascendência do cenário nacional. Nos discursos que pronunciava na Assembléia dos Representantes, referia-se sempre a Prudente de Moraes em termos de grande exacerbação, tornando-se assim o Rio Grande a verdadeira

base de operações da oposição com que teria de bracejar o novo governo, desde o seu advento.

A agitação política, com o pensamento e o olhar voltados para o chefe rio-grandense, de cujo nome parecia ter feito uma bandeira, andava outra vez rondando os quartéis, numa sucessão de conspirações e de tentativas subversivas que traziam o espírito público numa inquietação constante. Prudente de Moraes não queria aceitar o domínio que pretendiam impor-lhe os exaltados. Estes lutavam inutilmente para convertê-lo em instrumento de suas paixões. E logo no dia 13 de março, ou sejam três meses depois de sua posse, já se sublevava contra sua autoridade, na inconsciência de seus anos juvenís, pronta sempre a prestar ouvidos atentos à sereia da política, dominada pela ilusão dourada de que lhe cabia uma grave e pesada missão na República, envaidecida de sua farda azul turquesa, desdenhando do mísero paisano que não podia vesti-la nem ostentar o espadim deslumbrante que trazia preso ao talabarte, a mocidade daquela inquieta e gloriosa Escola Militar da Praia Vermelha debaixo de cujas arcadas parecia-nos ver desfilar a desoras — pois que lá vivi também, naquele ambiente impregnado de exaltação — para nos virem falar e incitar-nos ao fiel cumprimento daquele dever, as sombras de Benjamin, Polidoro, Floriano, nomes que nós evocávamos como se fossem de semi-deuses.

Como que temíamos vir a esquecer, por um momento que fosse, que do corpo de alunos havia feito Floriano uma quase sua guarda pessoal, a tropa de elite em que mais confiava, e que mais amava, e que Benjamin legara-nos, a cada um de nós, o encargo superior de prosseguir no seu apostolado cívico...

— Influência da vizinhança da rua do Ouvidor — observavam algumas autoridades militares. É preciso mudar a escola para o Realengo, sem mais demora...

Os amotinados, que vaiaram com estrépito o comandante do estabelecimento, general Ourique Jacques, e saíram para a rua carregando, como um pendão de guerra, o retrato de Floriano arrebatado da secretaria, foram todos presos e eliminados do exército, porque se contavam com algum apoio prometido à insensatez de seu ato, falhou-lhes por completo no momento preciso.

Canudos tornava-se, desde os últimos dias de abril a grande ferida aberta na carne da nação angustiada. Desde o dia em que o governador da Bahia, Sr. Luís Viana abandonando, afinal, os fúteis escrúpulos em que se detinha pelo respeito à autonomia estadual, dirigiu ao governo central seu apelo aflitivo, impotente como se sentia para extinguir, com a simples ação da força policial, o foco de agitação que havia criado naqueles ínvios

sertões a influência mística de Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Bom Jesus Conselheiro”, começou a opinião pública a compreender que não se achava diante de um episódio puramente local, mas de alguma coisa de bastante grave que representava um perigo premente para o país. Foram lidos com um começo de inquietação os telegramas que davam notícia de que a expedição de 104 praças e três oficiais, comandada pelo tenente Pires Ferreira, fora atacada a 11 de novembro, no arraial Uauá, por um bando de jagunços enfurecidos e dotados de um tal ardor combativo, que obrigou a colúma a retroceder, ficando aquele lugarejo cheio de mortos e feridos. Serviu aquela violenta refrega de advertência, organizando-se, então, a primeira expedição regular contra Canudos, esta já mais numerosa e mais bem aparelhada, composta de 543 praças do exército e da polícia baiana, sob o comando do major Febrônio de Brito. E as informações da luta em que se empenhou essa força na estrada do Cambaio, a duas léguas do arraial visado, tendo sido compelida a uma retirada precipitada para não ficar toda estirada debaixo das tocaias armadas nas caatingas, já produziram uma grande emoção coletiva, despertando um clamor de imprecações contra o governo. Canudos avultava de dia para dia na imaginação popular, que começava a aceitar a versão de que por trás daquelas emboscadas, e no meio

daqueles bandos de sertanejos retardados, para quem a civilização era um mito, insinuava-se, dirigindo-lhes a ação e inspirando-lhes os movimentos, o espírito da restauração monárquica que, não podendo acometer de frente as instituições republicanas, havia deixado os centros civilizados das capitais e das grandes cidades, para preparar a guerra sertaneja. Com esta lograria enfraquecer o regime, esgotando-lhe as energias, aniquilando-lhe as forças, desmoralizando-o.

A antena sensível da cidade, que era a rua do Ouvidor, entrou a vibrar nervosamente.

Prudente de Moraes, que já sofria os primeiros golpes da exaltação partidária, resultantes da resistência que opunha às intimativas para que governasse com a chamada facção legalista, sentiu no começo de 1896 que se agravava seu estado de saúde, abalado por uma antiga enfermidade. Foi-lhe imposta a necessidade de uma intervenção cirúrgica imediata, e a 11 de novembro passava o governo ao vice-presidente Manuel Vitorino, recolhendo-se ao próprio nacional da ladeira do Ascurra, de onde pouco depois transportava-se para Teresópolis, a fim de convalescer.

Um de seus últimos atos fora mandar chamar ao Rio de Janeiro o coronel Moreira César,

juntamente o corpo que comandava — o 7.º batalhão de infantaria. Foi durante a gestão interina do vice-presidente que se consumou o desastre da expedição Febrônio, mas já se lhe havia afigurado conveniente tomar algumas providências de maior vulto para acudir aquela agitação ameaçadora. Coube a Manuel Vitorino organizar, já sob as vistas do general Paula Argolo, ministro da Guerra que nomeou para prover a pasta interinamente ocupada pelo general Dionísio de Cerqueira, a expedição Moreira César. O vice-presidente não deixou de aceitar a corte que lhe fez, durante sua passagem pelo poder, a facção radical que combatia o presidente. Dir-se-ia que alimentava a esperança de ocupar por um espaço muito mais dilatado de tempo o palácio Fríburgo — o Catete de hoje — que lhe coube inaugurar como nova sede do governo, tal a orientação que imprimiu à política deste, a começar pelo ministério, que reorganizou quase por completo. Foi, pois, uma surpresa geral o regresso de Prudente de Moraes, a 3 de março. No dia 6 reassumia o poder; a 8 confirmava-se o fragoroso desastre da expedição Moreira César.

Canudos havia-se tornado uma fornalha. Convertera-se, a seguir, numa nevrose nacional. Clamava-se por providências, exigia-se um desagravo para os três desastres sucessivos. Os fanáticos, providos de recursos bélicos que ninguém sabia de onde vinham, tornando-se, por

isso mesmo, objeto das mais fecundas fantasias, haviam feito de seu reduto, e das estradas batidas pelo sol duro e áspero que lá iam ter, uma vasta e sinistra sucessão de tocaias motíferas.

À frente daquela expedição, como seu comandante em chefe, havia sido posto um dos oficiais de mais comprovada energia e de maior bravura, e essa circunstância concorria para aumentar, ainda mais, o efeito moral do fracasso. Seguida pelo olhar confiante da nação, havia partido para o campo de operações a numerosa força das três armas que se nucleou com presteza, composta de um efetivo de 1.281 homens, fartamente municada e provida de todos os recursos de que foi possível aparelhá-la. A 1.º de março travava-se o choque tremendo. Canudos foi tomado, mas dali foi varrida toda a expedição debaixo do fogo aterrorizador das avalanches fantásticas. Tombaram mortos no embate o valoroso comandante da expedição, o coronel Pedro Tamarindo, que o sucedeu nesse posto, o bravo capitão Salomão da Rocha, a cujas ordens obrava prodígios uma bateria de artilheria, juntando-se a essas perdas de tão grande expressão moral a fuga desordenada de toda a numerosa força, que deixou ao abandono, ao longo das estradas, carabinas, sabres, cunhetes de munição, fardamento, proporcionando por essa forma ao inimigo, para melhor e mais

facilmente poder escapar à sua perseguição e ganhar de novo Monte Santo, um farto e vantajoso reabastecimento de material bélico, eficiente e moderno, para sua ação futura.

Diante de fato de tamanha gravidade, chamou Prudente de Moraes o ministro da Guerra e manifestou-lhe quanto se sentia contrariado com aquela sucessão de desastres. Cumpria pôr termo a tal situação, que tanto refletia sobre o governo como sobre o próprio prestígio do exército, que não podia continuar a passar por incapaz para dominar um bando de sertanejos desprovidos de recursos de guerra e de educação militar, que sobravam à tropa regular. Determinou-lhe, então, que organizasse uma nova expedição numerosa e eficiente, dotada de todos os elementos considerados necessários para dominar aquele movimento alarmante.

Havia compreendido o presidente que com a exploração política a que estavam dando lugar os acontecimentos, o que pretendiam seus adversários era expô-lo como um inimigo do exército, animado por um íntimo interesse em enfraquecê-lo e desmoralizá-lo. E tanto porque alimentava o vivo desejo de desfazer essa impressão, como porque o julgava um chefe apto, aceitou o conselho que lhe deram alguns de seus amigos, e conservou na pasta da Guerra o ministro que o vice-presidente havia escolhido. O

general Paula Argolo era inteiramente insuspeito à corrente extremista que tanto hostilizava o governo, pois havia sido um dos comandantes de forças legais que maiores serviços prestaram a Floriano.

Deu o ministro da Guerra um desempenho cabal às instruções recebidas, e ao serem informados da organização da nova expedição, confiada ao general Artur Oscar, vários oficiais do exército, que haviam recebido ordens para aguardá-la na Bahia a fim de se lhe incorporarem e seguirem juntos para o sertão, enviaram um telegrama de congratulações ao general Argolo, aludindo nesse despacho, em termos mal velados, ao desinteresse que até então havia manifestado pela sorte do exército o chefe supremo do poder público. Não lhe citava o nome, mas consagrava-lhe uma referência transparente. O ministro, não somente agradeceu num outro despacho a essas congratulações, como mandou uma cópia dos dois telegramas ao “Paiz”, que os inseriu em sua edição imediata. Realizava-se, nesse mesmo dia, o despacho coletivo. Ao chegar a vez de exhibir-lhe o ministro da Guerra os atos que dependiam da assinatura do presidente, abriu este uma pasta e, desdobrando o número do jornal em que figuravam, assinalados a lápis, os dois telegramas, falou-lhe com calma e firmeza:

— Com sua resposta e com esta publicação, Sr. general, coloca-me V. Ex., não a mim, mas à autoridade do presidente da República, que eu encarno e defendo, debaixo de sua bota...

Os demais ministros assistiam calados ao penoso incidente. O general Argolo, perplexo, manteve-se igualmente calado por um momento, e depois murmurou:

— Vejo, Sr. presidente, que V. Ex. não aprova meu ato... À vista disso, peço-lhe exoneração...

Nem esperou o presidente que a frase estivesse terminada, para lhe dizer pronta e resolutamente:

— E eu lha concedo!

Retirou-se, então, num ambiente de geral constrangimento, e mal voltou ele as costas, apertou o presidente um botão elétrico e ordenou ao contínuo que se apresentou:

— Chame o coronel Mendes de Moraes!

Recebeu logo o chefe de sua casa militar a ordem, que se apressou em cumprir, de despachar vários emissários em procura do marechal Machado Bitencourt.

Este, que não foi encontrado em nenhum dos pontos onde foi buscado, passava casualmente

pela frente do palácio do governo em um bonde, quando o viu um oficial que regressava, num tálburi, da infrutífera diligência. Pediu-lhe que se apresentasse imediatamente em palácio, onde o chamava o presidente. Rogou-lhe que desistisse do propósito de ir a sua casa fardar-se, pois que se tratava de um caso urgente. Imaginou logo o marechal Machado Bitencourt que ia ser investido do comando da nova expedição a Canudos, e daí a momentos estava em frente do presidente, de cujos lábios ouviu, com surpresa e espanto, o convite para ser o novo ministro da Guerra.

— Peço licença para lhe declarar, Sr. presidente, que não me sinto capaz de exercer esse cargo. Sou um oficial que vem da antiga Escola Central, atrasado, sem os conhecimentos modernos...

Não o deixou terminar. Reiterou-lhe o convite em termos formais.

— É um convite, ou uma ordem? — inquiriu, afinal.

— É uma ordem!

— Cumpre-me então obedecer!

E sentando-se à mesa dos despachos, tomou parte no resto da reunião, dali saindo para ir

assumir seu novo posto no gabinete do quartel-general.

As agitações populares que se seguiram ao tremendo desastre da expedição Moreira César assumiram um caráter de verdadeiro pânico nacional, tanto em suas proporções como na violência de que se revestiram. A imprensa animava este sopro cálido de anarquia, dando corpo à impressão de que Canudos era uma emboscada preparada contra a República, obra satânica que visava a restauração, pois que ninguém queria, nem podia admitir, que sem contar com um apoio invisível e poderoso, conseguissem aqueles misteriosos sertanejos desbaratar uma expedição forte e bem armada como aquela que fracassara por forma tão pungente. E isto aumentava ainda mais as sinistras proporções da tragédia de Canudos, que ameaçava tragar com uma volúpia cheia de ferocidade todas as energias nacionais, impondo ao país sacrifícios incalculáveis. A calma havia abandonado todos os espíritos. Os assaltos a que então se entregou a turba exacerbada bem podiam ser equiparados, pela sua selvageria e pelo espírito de fanatismo que também revelavam aos crimes que na inconsciência de sua mente retardatória praticavam contra a nacionalidade os jagunços de Antônio Conselheiro. “A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela

civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confiava num recanto da Bahia. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros por ventura mais perigosos.” Tal era, com efeito, a natureza da psicose que acusou naqueles dias sinistros e turvos de março a multidão que atacava jornais, destruía tipografias e redações, e carregava os detroços desses assaltos como troféus de uma vitória legitimamente ganha, para amontoá-los no largo de S. Francisco de Paula, juntando-lhes bobinas de papel arrebatadas aos depósitos das empresas assim arruinadas, para com tudo isso atear enormes fogueiras que crepitavam como autênticos autos de fé inquisitoriais. Era o desagravo. Era a desafronta pela derrota das forças legais dentro da barbárie do sertão. Dois jornais foram assim destruídos no dia 8, quando se confirmava a notícia do desastre, sem que a polícia, tal qual sucedia às expedições regulares no sertão baiano, lograsse conter a fúria demolidora da turba embriagada pelos vapores do civismo. E no centro civilizado, segundo parece, nem mesmo tentou fazê-lo... Como se não bastassem os danos materiais e o fogo purificador, na civilização da capital tornava-se necessário sangue. E o jacobinismo sem freio, depois de haver assaltado a casa de sua residência, dali arrebatando móveis e utensílios

para queimá-los na rua, correu à estação de S. Francisco Xavier e ali trucidou o coronel Gentil de Castro, diretor de um daqueles jornais monarquistas — a “Gazeta da Tarde” — crivando-lhe o corpo de punhaladas. É que o “República” tinha-o acusado de haver feito uma remessa de armas para os jagunços...

Compunha-se a nova expedição de seis brigadas. Para constituí-las, haviam confluído para a Bahia batalhões de todos os pontos do país. Arrastava para os sertões as bocas de fogo de um regimento de artilheria de campanha, além dos canhões de duas baterias. A ação contra Canudos, que se iniciara com uma expedição de uma centena de soldados sob o comando de um tenente, ia se realizar dessa vez quase que com um corpo de exército inteiro, tendo como comandantes, além do chefe supremo, mais três generais. Ao todo quatro. Ia consumir a destruição. Ia vingar. Ia salvar a República ameaçada.

Mas que é que havia em Canudos? Que era Canudos? Nada mais e nada menos do que a ignorância, a cegueira do fanatismo, a ebbriez mística capaz de todos os arrebatamentos, capaz de atos sublimes, capaz de todos os crimes. De permeio com os fanáticos, os facínoras que são os heróis prestigiosos dos sertões. Para estes, talvez se justificasse a força. Para o fanatismo, porém,

para aqueles que lutavam entoando preces e carregando estandartes do Divino e a cruz, em vez de soldados, teriam dado melhor e menos funesto resultado, alguns mestres-escola; em lugar dos canhões e das baionetas irradiantes, mais humano e mais acertado teria sido aplicar a cartilha do A.B.C.. Guerra humilhante! Degradante carnificina! Vitória dolorosa! O que a nacionalidade procurava fazer com aquelas expedições — observa Euclides da Cunha — era levar o jagunço “para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através o clarão das descargas”.

E Canudos, no meio de seus horrores, de seus desalentos e de seus paroxismos, tinha também sua política...

O país agitava-se dentro de um quadro de paixões alucinantes. Cada momento que se passava prometia um crime; planejavam-se atentados, sucediam-se as conspirações; a polícia tinha de cercar a pessoa do chefe da nação de uma vigilância tal, que por vezes parecia exagerada e excessiva.

Aquela mesma mocidade da Escola Militar que uma anistia votada numa perfeita unidade de

vistas com o governo havia de novo admitido à matrícula, reabrindo às suas aspirações um porvir que parecia anulado, outra vez se insurgia a 25 de maio. Dessa vez, porém, não se limitou a sublevação a um simples desacato a superiores. Foi muito além, empunhando armas, montando canhões nos baluartes, e preparando-se para oferecer resistência à brigada de infantaria — sempre na ilusória esperança de que esta não a hostilizaria, e faria causa comum com a insurreição — que o novo ministro da Guerra havia mandado marchar para a Praia Vermelha, sob o comando do coronel Tomé Cordeiro.

Foi pronta e enérgica a ação repressiva do governo. A Escola Militar foi desarmada; oficiais e alunos praças de pré foram todos presos, desligados e mandados servir nos corpos aquartelados nas mais longínquas regiões do país. Muitos tinham de ir perecer nos sertões da Bahia, abatidos pelas balas dos jagunços.

Deveria essa sublevação oferecer o ensejo, tantas vezes retardado, para um fato político da maior importância.

Desde muito se sabia que eram apenas aparentes, e de um consistência muito precária, aqueles laços de estreita solidariedade que deveriam prender o presidente da República ao Partido Republicano Federal, e mais

particularmente ao chefe deste, que era o “leader” todo poderoso da política do governo. O fato, porém, é que Prudente de Moraes não cessava de mostrar que estava saturado da influência de Glicério em seu governo. Ao assumir o poder, tratou-o com a maior deferência, e com uma cordialidade muito acentuada. O general das 21 brigadas, porém, pretendeu dominá-lo com tamanha insistência, e por processos tão impertinentes, que começaram a tornar-se freqüentes as divergências entre um e outro. Muitas vezes atribuía ele ao presidente opiniões e pontos de vista que eram exclusivamente seus. Prudente de Moraes, por seu turno, várias vezes chamou a palácio deputados eminentes para lhes declarar que não tinha órgão algum oficial na Câmara. Glicério, porém, cheio de inteligência e astúcia, ia alimentando aquela situação artificial, fazendo crer que tão grande era seu domínio sobre o presidente, que se sentia farto de influência... Estava cansado de aturar presidentes...

Durante os três meses e meio em que exerceu o poder Manuel Vitorino, sim, foi sua ascendência realmente muito grande. Predominou sem contraste.

Na sessão do dia 26, que se seguiu aquela sublevação, propôs o Sr. Seabra a nomeação de uma comissão que fosse levar ao presidente da

República as congratulações daquele ramo legislativo “pela manutenção da ordem pública e prestígio da constituição.” O Sr. Serzedelo Corrêa viu logo na moção o desejo de “querer dar vulto e gravidade ao que se passou na Escola Militar”. A situação não tinha absolutamente o alcance que se lhe queria emprestar. “A Escola Militar — acrescentou — sustentáculo da República, não ameaçou, nem jamais ameaçará a ordem pública; é incapaz de aliar-se a qualquer movimento sedicioso contra a autoridade constituída”. O deputado por S. Paulo, “leader” do governo, chefe supremo da maioria, secunda as palavras do representante do Pará, acrescentando que o presidente da República era inteiramente estranho à moção Seabra. “A Escola Militar é o reduto de nossas glórias!” exclama com ênfase. Aconselha o silêncio, vendo na proposta o intuito de dividir “a grande força política que tem por assim dizer a direção exclusiva da União e dos Estados”. Condenando, embora, qualquer movimento de indisciplina, e pensando que o presidente da República se houve com correção legal e soube manter a ordem, negava seu voto ao requerimento. E o requerimento é rejeitado por 86 contra 60 votos. No dia seguinte o “República”, órgão de Glicério, considerava a proposta “um ardil, uma exploração, uma armadilha.”

No dia 28, porém, publica o “Jornal do Commercio” uma “vária” sensacional. Declara-se

autorizado a informar que o Sr. Francisco Glicério não havia traduzido o pensamento do governo na questão da Escola Militar. Era um desafio. Ao abrir a sessão do dia seguinte, declara o Sr. Artur Rios que, em virtude da divisão da votação da moção Seabra, renunciava o lugar de presidente da Câmara. A bancada baiana, de que fazia parte, votara toda pela proposta, e seu dever era reunir-se a seus colegas de representação. Aconselha o “leader” que seus amigos aceitem a renúncia. E a renúncia é aceita por 79 contra 71 votos.

Prudente de Moraes, declarando tudo ter feito para evitar a cisão, conforma-se com a separação. Campos Sales, presidente de S. Paulo, vem ao Rio de Janeiro, nessa ocasião, com o fim especial de tentar uma reconciliação entre os dois veteranos da propaganda, mas volta sem nenhum resultado favorável.

Quatro dias depois deveria efetuar-se a eleição para o preenchimento da cadeira vaga, de presidente da Câmara. Dois candidatos se apresentam, sustentados pelos dois grupos em que se divide a casa: de um lado o próprio Glicério, de outro lado o mesmo Artur Rios. Resultado: é reeleito o deputado baiano por 88 votos, reunindo o até então “leader” do governo 76 sufrágios. Votaram neste as bancadas do Rio Grande, Amazonas, Ceará e Distrito Federal.

Sufragaram Artur Rios as maiorias das bancadas de S. Paulo, Minas, Pernambuco e Rio de Janeiro, e a totalidade da baiana. Prudente de Moraes era, no dia seguinte, acusado de haver intervindo nessa eleição para auxiliar a derrota do líder todo poderoso da véspera. Em um de seus discursos de combate ao chefe da nação, pronunciados na Assembléia dos Representantes, referia-se Júlio de Castilhos à sua “intempestiva e anômala interferência na composição da Mesa da Câmara dos Deputados.”

Abria-se, assim, a cisão que colocava no campo oposto ao governo seu “leader” da véspera, chefiando uma corrente de rara impetuosidade no ataque a seus atos e à sua política, tendo como rubros arautos na imprensa o “Paiz” e o “República”.

O Club Militar manifestava, logo, sua íntima solidariedade com essa corrente radical, elegendo na assembléia geral de 9 de junho seu presidente e vice-presidente honorários Júlio de Castilhos e o almirante Jerônimo Gonçalves.

Glicério tentou reorganizar como força política os remanescentes de seu desmantelado partido, convocando para isso uma convenção que se realizou a 22 daquele mês. Compareceram a essa assembléia os Srs. Artur Rios e Paulino Júnior, definindo cada qual sua atitude em

discursos que pronunciaram, e retirando-se a seguir.

A memória de Floriano passou a servir de instrumento a cada momento lançado contra Prudente de Moraes, em vivas que se erguiam nas cerimônias e atos públicos a que comparecia.

As notícias procedentes do sertão convulsionado da Bahia — e nisso consistia a política de Canudos — serviam de estimulantes cada vez mais fortes para agitar a opinião pública contra o governo. Não as deixavam passar despercebidas, para esse efeito, nem a oposição parlamentar, nem a imprensa oposicionista.

Não tardou que fosse convenientemente aproveitado nessa campanha um outro fator de grande importância no momento: o general Artur Oscar. Acusavam-no ostensivamente de estar trabalhando para depor Prudente de Moraes em favor do vice-presidente. Em editorial que causou sensação, assegurou o “República” que o governo havia de morrer. Com Glicério estava ostensivamente Manuel Vitorino. Constituíam o estado-maior do chefe dessa rubra corrente oposicionista mais os Srs. Alcindo Guanabara, Barbosa Lima, Serzedelo Corrêa, Coelho Lisboa e Nilo Peçanha.

O general Artur Oscar não mandava informação alguma ao presidente, mas

comunicava-se com o jornal de Quintino Bocaiúva e com inimigos do governo. E as notícias que mandava nada tinham de tranqüilizadoras. Exacerbavam cada vez mais o nervosismo da rua do Ouvidor.

Assim é que, num despacho expedido a Nilo Peçanha, dizia, entre outras coisas, que os jagunços, “sem nunca oferecerem alvo e mostrar número que, segundo confissão dos prisioneiros, agora é superior às nossas forças”, acrescentava: “Usam de armas aperfeiçoadíssimas, manejando habilmente o emprego do tiro. Desde 25, em Cocorobó, consomem munição que não se esgota, máxime de projéteis explosivos. Quem fornece essas armas e munições em tamanha abundância? Por onde transitaram para chegar a Canudos? O assalto à cidadela foi reclamado pela maior parte dos chefes, alguns dos quais entendiam fazê-lo só com dois batalhões. Resistindo-lhes, empreguei 3.349 homens, dos quais, em 3 horas de fogo, vi 961 fora de combate, apesar de todas as precauções aconselhadas na arte de guerra. De 25 de junho até hoje tenho tido 2.148 baixas”.

A expedição estava, a 19 de julho, já ocupada uma grande parte de Canudos, reduzida a 2.500 homens em frente aos jagunços, e mais 900 que guarneciam a Favela. O general Artur Oscar pediu então, ao governo, um reforço de mais

5.000 homens, constituindo-se com urgência uma nova coluna que partiu para a Bahia, sob a chefia do general Miguel Girard, comandante da Escola Militar por ocasião de sua última revolta. O Amazonas, o Pará, a Bahia, S. Paulo, enviaram para a trágica fogueira batalhões de suas polícias militares. Levantava-se em armas a nação, de norte a sul.

O próprio ministro da Guerra foi dirigir, da base de operações em Monte Santo, os serviços de transporte, feitos até então com grandes deficiências, que deixavam as forças à mingua de recursos de toda a espécie, e tomar pessoalmente as providências reclamadas para que nada mais lhes faltasse nessa nova fase da ação militar, que para prestígio do próprio governo deveria ser definitiva. E foi, sem dúvida, esse seu concurso pessoal naquela dura contingência, que salvou a situação. Pouco depois, encerrava-se a pungente epopéia. Era 5 de outubro de 1897. A 1.º, realizara-se a carga final dos batalhões que tomaram de assalto a cidadela sertaneja, mas aos ouvidos da nação deveria ecoar ainda por muito tempo o estrépito sinistro daquelas saraivadas de tiros certos das terríveis emboscadas sob as quais caíam ceifados os soldados da civilização e da lei. Cada uma daquelas catástrofes, a que assistia a nação coberta de luto e vergonha, era um novo fator para que mais se acirrassem os ânimos contra o governo. E quando este pôde

cumprir o doloroso dever de esmagar a insurreição, estava o país tão acabrunhado, que os hinos da vitória tinham a cadência e os acentos graves das marchas fúnebres...

Quase um ano de agonia! 5.000 vidas arrebatadas ao exército e às milícias estaduais; uma fonte ebuliente de intrigas políticas; a nação exausta pelos sacrifícios financeiros que teve de realizar para alcançar aquele resultado — eis um rápido inventário da tremenda campanha. Eis, numa síntese de algumas palavras, o mais trágico e humilhante dos capítulos da história nacional.

Mas faltava-lhe ainda o epílogo.

No dia 12 de outubro começara a retirada dos corpos da expedição, que regressavam, ferida a dura peleja, às suas paradas.

A 5 de novembro deveria aportar ao Rio de Janeiro, juntamente dois batalhões da coluna que operava sob seu comando, o general Silva Barbosa. Este, com seu estado-maior, deveria desembarcar no cais do Arsenal de Guerra, para onde às primeiras horas da manhã começou a afluir uma grande multidão. Às 10 horas ali se achavam, aguardando a chegada do chefe da nação, o vice-presidente, o ministro da Guerra, autoridades civis e militares, oficiais de várias

patentes. Tocavam no cais duas bandas de música, e o povo se mostrava tranqüilo, sob uma impressão de alívio. Chegou o presidente, recebido no portão por todas as autoridades, acolhido pela multidão com aclamações. Dirigiu-se logo para o cais, onde tomou, em companhia do ministro, do chefe e de outros membros de sua casa militar, um escaler em que se transportaram todos para uma lancha postada a uma pequena distância, não permitindo a resaca reinante que esta atracasse. Ia a bordo do paquete “Espírito Santo” apresentar seus votos de boas vindas ao chefe expedicionário, à oficialidade e soldados que regressavam. Depois de uma pequena demora, salvando a artilheria dos navios de guerra, e tocando as bandas militares o hino nacional, de novo desembarcou, abrindo alas a multidão, que aguardava o general, cujo escaler se avizinhava, seguido de outros.

Ao entrar o presidente numa estreita passagem entre o cais e uma parte da ponte de comunicação, um pequeno grupo ali postado prorrompeu em vivas à memória do marechal Floriano Peixoto. Ao atingir a alameda central, começou a multidão a aclamá-lo com calor. Caminhavam à sua direita o ministro da Guerra, à esquerda o chefe de sua casa militar. O presidente trazia a cartola na mão direita; as bandas tocavam o hino nacional. Foi quando surgiu-lhe de súbito à frente, num salto de felino,

um soldado apontando-lhe ao peito uma pistola. Desviou-se num gesto rápido para à direita, afastando com a cartola o cano da arma. Desembainhando prontamente sua espada, lançou o coronel Mendes de Moraes um golpe na frente esquerda do soldado, ao tempo em que o marechal Machado Bitencourt buscava dominá-lo com as duas mãos, e enquanto sobre ele se erguiam nervosamente várias bengalas. Estabeleceu-se um momento de grande confusão. O presidente era envolvido num círculo de oficiais e pessoas do povo. Gritam senhoras, corre gente atropeladamente em direção ao portão. Cai ao solo o soldado, com a cabeça por baixo de um canhão, mas ergue-se, de súbito a meio corpo, sob os golpes das espadas que empunham vários oficiais da casa militar do presidente. Ouviam-se brados revoltados: “Mata! mata!” E a voz de Prudente de Moraes ordenava: “Não o matem! não o matem!”. Também exclamava o ministro da Guerra: “Não o matem!” Prosseguia a luta e o presidente, arrebatado do local pelos coronéis Tomé Cordeiro e Soares Neiva, atravessa o pátio entre aclamações cada vez mais calorosas, tomando, sob a pressão de insistências, seu carro postado junto ao portão e logo se dirigindo, seguido de seu piquete de cavalaria, para o palácio Friburgo. Ia pálido, comovido, aflito.

A luta prosseguia. O alferes Cunha Moraes conseguira, com grande custo, arrebatado a pistola

da mão do soldado. Este, como um tigre acuado, já sem boné e com os botões da farda arrebatados, tornava-se cada vez mais furioso. “Defenda-se, senão morre!” — adverte o ministro ao oficial. Tenta o soldado arrancar da bainha o sabre que trazia, mas arrebatam-lhe nesse momento o cinturão. Escorregando, caindo e levantando de novo, o criminoso e oficiais atracavam-se, lutando com ele corpo a corpo, a socos, a ponta-pés, herculeamente. Já não podiam atingí-lo as espadas, porque o círculo tornava-se cada vez mais estreito. Desvencilhando-se num salto, arranca de dentro da farda uma faca, e entra a desferir golpes tremendos. Crava a arma no peito do ministro da Guerra, renovando-lhe golpes; fere o coronel Mendes de Moraes, e em seguida os alferes Mendes de Faria e Oscar de Oliveira. Subjugam-no, afinal, sendo-lhe a arma arrebatada, abrindo nessa ocasião um profundo golpe na mão do alferes João de Garcia.

Ferido com três facadas, uma das quais atravessara-lhe o pulmão, é o ministro transportado em braços para uma sala, ali expirando.

O criminoso, ofegante, desvairado, ferido, é recolhido ao xadrez. Marcelino Bispo tinha 22 anos, era alagoano e anspeçada do 10.º batalhão de infantaria.

O presidente recebe consternado em palácio, dominado por uma intensa emoção, a notícia do sacrifício do marechal Machado Bitencourt. Convoca imediatamente o ministério, informando-se das providências que competiam a cada qual. Ordena que os funerais sejam feitos por conta do Estado, recomenda providências em relação aos feridos, e recebe com serena dignidade as manifestações de solidariedade e pesar que começam a ser-lhe tributadas. Nesse mesmo dia redige o manifesto em que dá conta à nação do trágico acontecimento, e a mensagem em que pede ao Congresso a decretação do estado de sítio. Declara, naquele documento, que “o precioso sangue de um marechal do exército brasileiro derramado heroicamente na defesa da pessoa do chefe do Estado dá a certeza de que os incumbidos da sustentação da autoridade pública e das instituições não hesitam no cumprimento do dever, ainda mesmo quando levados ao sacrifício”.

E quando convidou todos os ministros para acompanharem os funerais, comunicando-lhes ao mesmo tempo a deliberação, que havia tomado, de prestar-lhe também essa derradeira homenagem pessoal, cada um desses seus auxiliares buscou convencê-lo de que deveria desistir desse propósito, acentuando os perigos a que não poderia deixar de ficar exposta sua vida preciosa, que já naquele dia tanto havia sido

ameaçada. Mas o presidente repeliu com dignidade todas essas insinuações, chegando a declarar-lhes que, nesse particular, pedia licença para não aceitar conselhos, que não havia solicitado. Não se sentiria digno de si mesmo se deixasse de acompanhar até a sepultura o homem que, para salvar-lhe a vida, sacrificara estoicamente a sua própria.

E acompanhou o féretro à necrópole de S. João Batista, indo, através a multidão compacta, até o túmulo onde deveria ser sepultado o grande mártir do dever.

A manifestação de apreço público, a demonstração de respeitosa admiração que lhe fez então o povo ao sair do cemitério, cujas alamedas, como as imediações, estavam inteiramente tomadas por uma multidão incalculável, constituiu um espetáculo indescritível. “Não foi entusiasmo, foi delírio” — noticiava no dia seguinte o “Jornal do Commercio”. “... representantes de todas as classes sociais, das mais elevadas às mais modestas, repetiram os vivas e as aclamações durante um quarto d’hora, querendo até alguns tirar os cavalos da carruagem”. “Não houve ainda aqui exemplo de tão sincera e estrondosa manifestação”.

Era uma grande explosão dos sentimentos ordeiros e conservadores da coletividade brasileira, que desde aquele momento se colocava integralmente, na solenidade daquele protesto e daquela manifestação de solidariedade, ao lado do varão austero que, como guardião da lei, defendia as instituições e a sociedade contra as investidas da anarquia.

Como era natural que sucedesse, foram envolvidos pela suspeita, nas diligências policiais e no inquérito que se seguiram ao atentado, as figuras mais expressivas da oposição. Praticaram-se excessos, consumaram-se abusos. A tudo isso era propício o ambiente, impregnado de paixões, da hora pesada que passava. Foram logo presos os Srs. Alcindo Guanabara e Barbosa Lima, na ocasião em que procuravam fugir a bordo de um navio inglês. O feroz “leader” do jacobinismo que era o Sr. Deocleciano Martyr foi apontado como o autor principal da conspiração que visava a eliminação do chefe da nação. Não escapou das suspeitas o próprio vice-presidente, indicado como um dos cúmplices do atentado. As conclusões do inquérito policial davam como responsáveis, entre outros, portadores de nomes menos conhecidos, os Srs. Manuel Vitorino, senador João Cordeiro, deputados Francisco Glicério, Torquato Moreira, Irineu Machado, Alcindo Guanabara e Barbosa Lima, vários oficiais do exército e um da armada, e numerosas

figuras da vanguarda jacobina. Dos denunciados, em número de dez, foram sete pronunciados e três impronunciados. Entre estes estava Manuel Vitorino. Para Fernando de Noronha foram desterrados os Srs. João Cordeiro, Alcindo Guanabara, Barbosa Lima, major Thomaz Cavalcanti, barão de Sant'Ana Nery e José de Albuquerque Maranhão. Libertou-os uma ordem de “habeas-corpus” concedida pelo Supremo Tribunal. O júri, depois de uma série de incidentes para classificação do delito, condenou os pronunciados a penas maiores ou menores. Como uma das conseqüências do inquérito, foi fechado o Club Militar, que havia-se convertido numa agremiação de caráter político.

Não teve o governo de lutar apenas com as agitações de caráter interno, que nunca deixaram de apresentar um quadro de intensa gravidade, pois foi igualmente fecundo em incidentes diplomáticos. A ilha da Trindade foi, um dia, ocupada por uma força naval inglesa, que ali se instalou e começou a praticar atos de soberania. O governo brasileiro reclamou imediatamente contra esse fato, que produziu uma agitação facilmente compreensível. Patenteou-se de modo singular, nessa emergência, o notável ministro das Relações Exteriores que ocupava o Itamarati — Carlos de Carvalho. Na defesa do direito do Brasil, não conheceu sua intransigência nem um momento de desfalecimento. Recusou-se,

resolutamente, a aceitar todas as propostas feitas para dirimir o incidente: a restituição condicional, ficando a Inglaterra com o direito de se utilizar daquele penhasco plantado no meio do oceano para fazer amarrar ali um cabo submarino, o arbitramento, a mediação. Concordou, afinal, em aceitar apenas os bons ofícios oferecidos pelo governo português, ao qual foi fácil fazer uma demonstração líquida de que a ilha pertencia indubitavelmente ao Brasil. E uma vez removido o incidente, com a restituição pura e simples do pedaço de território nacional temporariamente usurpado, ofereceu por sua vez o governo britânico sua mediação para que se restabelecessem as relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, rôtas em conseqüências do asilo concedido a bordo das naus de guerra lusitanas ao chefe, oficiais e marujos revoltados na baía do Rio de Janeiro, o que se fez com alegria geral.

Entretanto, a principal das questões que havia a resolver para que ganhássemos, nessa esfera, um pouco de tranqüilidade, era o velho litígio das Missões. O tratado celebrado em Montevidéu fora a primeira das grandes questões que dentro do novo regime agitaram a opinião pública. Foi, também, o primeiro dos grandes erros da República. A imprensa, refletindo esse estado de ânimos, e mais estimulando, com sua crítica impiedosa, nem sempre justa, apressada e

feita sempre sem um conhecimento exato do ajuste, afirmava que havia sido cedida uma grande extensão de terras brasileiras à Argentina.

O império legara esse litígio ao novo regime, sem solução. Na pasta do ministro dos Estrangeiros, a 5 de novembro de 1889 — dez dias antes da proclamação — havia sido assinado um decreto pelo qual ficava estabelecido que, se a questão não pudesse ser resolvida amigavelmente dentro de noventa dias, sê-lo-ia por arbitramento. Daí a necessidade, em que se encontrou o governo provisório, de enfrentar o problema logo nos primeiros momentos de sua constituição, partindo Quintino Bocaiúva para Montevideu, com aquele fim, juntamente o ministro plenipotenciário argentino acreditado no Rio de Janeiro.

Numa das reuniões do gabinete de 15 de novembro propusera ele que o tratado fosse submetido à apreciação do Congresso, a isso se opondo seus colegas, no intuito de evitar que se interrompesse a tarefa da assembléia constituinte. O assunto, segundo um discurso que pronunciou mais tarde, havia sido explorado “da maneira a mais pérfida e violenta pelos adversários do governo e da República”. Diante de sua insistência, acabaram seus colegas em concordar que o tratado fosse submetido àquele poder. Havia sido celebrado “ad referendum” do

Congresso Constituinte, com a cláusula de só ter valor e eficiência depois de aprovado por este. (Esta cláusula foi, aliás, estabelecida pelo governo provisório para todo e qualquer tratado de natureza idêntica). Ocupou o ex-ministro das Relações Exteriores, senador pelo Estado do Rio, a tribuna na sessão de 17 de fevereiro para pedir que o assunto fosse submetido ao conhecimento do Congresso.

O tratado foi, afinal, rejeitado por este, conforme o parecer da comissão especial nomeada para estudá-lo. Pediu ele próprio a rejeição, falando a propósito todos os dois dias em que durou a sessão especial convocada para aquele fim. Pediu-a em nome da República, que precisava consolidar-se e fortificar-se na opinião. E por ocasião da aprovação do parecer foi objeto de uma demorada e calorosa demonstração do Congresso, que lhe fez uma verdadeira ovação. Foi aprovada entre aclamações uma moção que assim concluía: “... consagra um voto solene de respeito e profunda admiração ao benemérito negociador do tratado, o cidadão Quintino Bocaiúva”.

Pretendendo impôr-lhe uma solução nacional para o problema que tanto apaixonava a opinião, chegou a reunir-se o Club Militar, criando momentaneamente para aquele órgão de

soberania nacional uma situação de indefinível constrangimento.

Tal foi a questão a que o laudo arbitral do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, pôs remate em janeiro de 1895, terceiro mês do governo Prudente de Morais. E foi essa vitória do Brasil que revelou a habilidade diplomática do afortunado patrono a quem, pela bem inspirada escolha do ministro das Relações Exteriores, havia sido confiada a defesa dos interesses nacionais naquele grande prélio — Silva Paranhos, barão do Rio Branco, cônsul em Liverpool.

Dess'arte, parecia removida a causa secular das desinteligências que tanto turbavam as boas relações de cordialidade entre as duas nações que eram as fiadoras naturais da paz do continente sul-americano.

Todos esses episódios, a que se juntou, passageiramente e sem outras conseqüências que as de uma agitação nacionalista de grande repercussão, logo resolvida pacificamente, a famosa questão dos protocolos italianos, haviam trazido contingentes preciosos à inquietação geral reinante no país.

Precisava o governo, portanto, manter-se sempre dentro de uma energia moderada, mas

inflexível, e essa foi sua norma até à conclusão do tumultuoso quadriênio.

A crise financeira, que não podia deixar de decorrer desse estado latente de agitação, parecia insolúvel. Invocava-se a cada momento, como conseqüência inevitável, a figura da bancarota. Diminuía a arrecadação, baixava o preço do café; continuava a pronunciar-se a depressão das taxas cambiais, tornando impraticável a compra de letras para acudir aos pagamentos externos.

Não tinham os dois grupos em que se cindiu a política outro objetivo mais do que a conquista do poder, para a qual se preparavam, iminente como se achava o momento da escolha do candidato à sucessão presidencial. Mas, em vez de preparativos para uma campanha eleitoral, o que se sentia eram os rumores de uma vigília de armas. Depois da cisão, Júlio de Castilho havia-se colocado resolutamente no campo agitado da oposição. E ele, que havia acusado Prudente de Moraes de se arvorar pessoalmente em chefe de facção política, e mais tarde de intervir ostensivamente na escolha de seu sucessor, tomava, ao aproximar-se a terminação de seu mandato de primeiro presidente constitucional do Rio Grande, a iniciativa individual de indicar, para substituí-lo naquele posto, o Sr. Borges de Medeiros, encetando este, com a eleição de 25 de novembro, o domínio ininterrupto de vinte e cinco

anos que somente um movimento armado que deveria empolgar a alma daquele povo varonil teria de substituir por um regime mais tolerante, menos individualidade e menos absorvente.

E a 15 de novembro, encerrado afinal o tumulto daqueles quatro anos de angustioso cumprimento de um dever que tinha alguma coisa de um martírio cívico, descia Prudente de Moraes as escadas do Catete dentro de uma apoteose.

O povo, num comovente impulso de justiça, havia recolhido as urzes em que sangraram seus pés na trajetória penosa, para convertê-las nas flores de uma glorificação.

IX

A reconstrução financeira e a edificação da política dos governadores

Tornaram-se de tal modo violentos e agitados os debates parlamentares que se seguiram à sessão, que o recinto da Câmara oferecia, com freqüência, aspectos de um verdadeiro campo de batalha.

As escarradeiras, não raro, voavam pelos ares visando adversários enfurecidos.

A parte mais numerosa que se desagregou do P.R.F., mantendo-se ao lado do governo, constituiu a Concentração. E foi esta que tomou a iniciativa de lançar a candidatura vitoriosa.

Numa daquelas tardes, e quando não mais podia ser adiada a solução do problema, realizava-se, numa casa da rua Silveira Martins, uma reunião de grande importância. Era a residência do deputado paulista Alfredo Elias, e achavam-se presentes, entre outros, os Srs. Bernardino de Campos, Aristides Lobo, Severino

Vieira, Ubaldino do Amaral e Thomaz da Porciuncula, presidente do Estado do Rio de Janeiro. Era o estado-maior da Concentração, que então passava a denominar-se, pura e simplesmente, Partido Republicano.

Prudente de Moraes talvez preferisse, naquele momento, ver triunfante, para receber o legado de sua agitada sucessão, a candidatura de seu grande amigo, ministro da Fazenda de seu governo. E Porciuncula deveria conhecer esse seu pensamento íntimo, porque o manifestou aos seus correligionários logo no começo da reunião. O fato, porém, é que apesar de todas as acusações que se lhe irrogaram, não procurou o presidente intervir com o peso e a força de sua autoridade, nem na escolha, nem tampouco na eleição de seu sucessor. Campos Sales havia-se tornado um candidato natural àquele posto, dada a excepcional situação que lhe advinha do passado, do grande valor pessoal, da confiança que despertava seu nome, da influência que exercia sobre a opinião nacional, do prestígio que havia consolidado em S. Paulo.

Assim sendo, o que se decidiu naquela reunião foi apenas dar sanção a um pronunciamento que já se exprimia por manifestações reiteradas.

Campos Sales era, além do mais, um homem de envergadura; tinha a fibra de lutador e a energia combativa que as circunstâncias exigiam, certo como parecia que os adversários de Prudente de Moraes não deixariam de envolvê-lo na mesma veemente oposição com que combatiam este, dadas as estreitas afinidades que os ligavam.

Severino Vieira saiu daquela reunião para o Telégrafo, onde expediu um despacho cifrado para o conselheiro Luís Viana. No dia seguinte levantava a Bahia a candidatura Campos Sales. Idêntico procedimento tinha naquele mesmo dia Minas, à testa de cujo governo se achava o Sr. Silviano Brandão. E alguns dias depois já se apoiava sua candidatura em S. Paulo e em Minas, na Bahia, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, que tinha um único chefe poderoso e dominador, de autoridade política indivisível — o senador Augusto de Vasconcelos.

O grupo oposicionista, tendo como figuras principais os Srs. Pinheiro Machado, Francisco Glicério, Lauro Sodré, Alcindo Guanabara, Lauro Müller e Vicente Machado, negou seu apoio a essa indicação. Sustentada pelo Rio Grande, pelo Paraná, por Santa Catarina e pelo Pará, era logo a seguir levantada uma outra candidatura de combate — a do Sr. Lauro Sodré.

O senador rio-grandense, que centralizou esse movimento de resistência, tinha até então a superar-lhe a influência aquela que exerciam juntos, fortalecidos pelo apoio do governo, os dois chefes preponderantes que eram o general derrotado pela moção Seabra e Aristides Lobo. Este, aberto a cisão, continuou solidário com o governo.

O Sr. Lauro Sodré, que fizera no Pará um governo notável, tornara-se a figura mais sugestiva dos militares políticos. Nenhum outro nome congregava em torno de si uma soma tão avultada de simpatias, nem gozava de maior e mais sólido prestígio no seio da mocidade do exército, que parecia haver transferido para ele uma grande parte daquele culto que tributava a Benjamin Constant.

Desde, porém, que apareceu o programa do Sr. Campos Salas, que tinha como companheiro de chapa o Sr. Rosa e Silva — a grande expressão política do norte — entraram as duas organizações partidárias num período inicial de decomposição.

Nesse elevado documento declarava ele ser candidato, não desta ou daquela facção, mas do Partido Republicano histórico, que havia pregado e implantado no país as instituições vigentes.

A candidatura Lauro Sodré foi, como conseqüência, mantida apenas até o dia da eleição, ainda assim como uma homenagem pessoal ao candidato. O Sr. Fernando Lobo, senador por Minas, seu companheiro como candidato à vice-presidência, era um republicano austero e de bom nome. Tão diminuído se considerou com a derrota eleitoral, em seu próprio Estado, da chapa de que fazia parte, que logo depois renunciava sua cadeira senatorial. Campos Sales e Rosa e Silva foram reconhecidos por unanimidade, sem nenhuma contestação.

Dessa vez, sim, parecia ter-se feito uma completa conciliação política. E não parece possível consagrar maior elogio ao espírito tolerante de Campos Sales do que recordar — ao mesmo tempo que também se aviva a lembrança de seus erros — que foi sob seu governo, e sob o calor de sua influência, que começou a avultar a figura política de Pinheiro Machado, ganhando em força e em prestígio, e que Vicente Machado foi seu “leader” no Senado.

É que se observou, sem grande demora, um fenômeno não raro em política. A facção que tomou a iniciativa de sua candidatura pretendeu, com uma insistência que lhe pareceu impertinente e perigosa à tranqüilidade de sua administração, partilhar com ele o poder. Daí a pouco disputavam-lhe as graças aqueles que o

havam combatido. Declarou, então, em sua primeira mensagem: “Isento das paixões do espírito de partido, a autoridade que vou exercer será posta ao serviço exclusivo da nação”. E uma das primeiras reconciliações a que assistiu o país foi a do Rio Grande, com os Srs. Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado à frente, com o presidente que seu eleitorado se recusara a sufragar a 1.º de março, em cumprimento de deliberação em que assentaram esses seus chefes.

Uma vez eleito, empreendeu uma viagem com o fim especial de negociar em Londres, com os agentes financeiros do Brasil, Srs. Rotschild & Sons, o acordo para a celebração do “funding loan”. Tem uma pequena história essa viagem. O Sr. Rodrigues Alves, cuja saúde reclamava um pouco de repouso e tratamento, deixou a pasta da Fazenda do governo de Prudente de Moraes, sendo substituído pelo Sr. Bernardino de Campos. Os encargos financeiros impostos ao governo pela necessidade de manter a ordem e a tranqüilidade no interior, haviam criado para o erário público uma situação insustentável. As despesas ouro daquele exercício (1898) elevaram-se a £5.000.000, além de £1.000.000 em prestações mensais pela emissão de letras feitas em Londres no ano anterior. Sucediã-se os déficits, que se acumulavam de exercício para exercício. O orçamento para aquele que corria havia sido

votado com um déficit confessado de 30.000.000\$, atingindo a 155.000.000\$ a verba diferença de câmbio para os pagamentos normais. Essa diferença deveria elevar-se à soma de 186.000.000\$, em consequência do acréscimo necessário ao resgate do empréstimo de £1.000.000\$. Em resumo: de uma receita de 300.000.000\$, eram absorvidos por diferenças de câmbio 186.000.000\$! A taxa cambial havia caído, em consequência de todas aquelas perturbações, a 5 3:4 d. Esta a situação do último ano do quadriênio. Havia realizado o governo várias operações de crédito com que lhe foi possível acudir às necessidades mais prementes da administração pública: £ 7.000.000 em 1895 e £2.000.000 em 1896. Dois empréstimos internos haviam igualmente sido feitos: um de 100.000.000\$ em 1895, outro de 60.000.000\$ em 1896. 100.000.000\$ custara a reconvenção em 5% papel dos títulos de 4% ouro do empréstimo de 1889. E o governo devia preparar, ainda, a soma necessária para pagar o *coupon* da dívida externa que se vencia em junho daquele ano.

Foi quando o ministro da Fazenda manifestou ao presidente a impossibilidade absoluta, em que se achava o Tesouro, de acudir aquele compromisso. Já lhe havia custado esforços indefiníveis o pagamento do *coupon* anterior, aditando, então, que a única providência que se lhe afigurava viável era propor aos credores

estrangeiros um acordo para a suspensão temporária dos pagamentos da dívida externa. E a palavra moratória foi timidamente enunciada. Combatido, hostilizado como se sentia, ponderou desde logo o presidente que não lhe seria possível tomar a responsabilidade daquela delicada providência, que por certo causaria uma péssima impressão à opinião pública, estimulando ainda mais a corrente nacionalista, já tão acirrada.

Foi pedida então a presença de Rodrigues Alves no Rio de Janeiro para dar sua impressão, e aconselhar. Deixando sem demora seu repouso temporário em Guaratinguetá, reunia-se no mesmo dia de sua chegada ao presidente e a seu sucessor na pasta, não vacilando em aconselhar a medida extrema.

E uma vez que esta era considerada inevitável, cogitou-se desde logo da escolha do emissário que deveria ir a Londres promover o entendimento com os credores estrangeiros. Dois nomes foram lembrados pelo próprio Sr. Rodrigues Alves: o do Sr. Cincinato Braga e o do Sr. Augusto Montenegro. Ficou resolvido ouvir acerca do assunto Campos Sales, que se achava em S. Paulo. Opinou então o presidente eleito pela escolha do primeiro daqueles deputados para o desempenho da incumbência. E sob as vistas diretas deste iniciaram-se os trabalhos para o levantamento de um relatório que fosse um

reflexo exato da situação do Tesouro. E quando a tarefa se achava quase concluída, veio ao Rio de Janeiro o presidente eleito para comunicar a Prudente de Moraes que havia resolvido empreender, ele próprio, aquela viagem a Londres, pois que deveria caber a seu governo a execução do acordo que acaso conseguisse celebrar. Pobre, com sua fazenda hipotecada, teve de concordar em que sua viagem fosse custeada pelo governo. Partiu para o desempenho de sua missão, sem saber o resultado que lhe estava reservado, e quando já se achava em viagem, foi o ministro da Fazenda procurado em seu gabinete pelo Sr. Tootal, diretor do London and River Plate Bank, portador de uma proposta espontânea dos nossos credores para a moratória que lhes ia pedir o presidente eleito!

Pediam em sua proposta os banqueiros ingleses, como garantia de um empréstimo de £10.000.000, as rendas de todas as alfândegas do país, a Estrada de Ferro Central do Brasil, e o serviço de abastecimento d'água da Capital Federal, obrigando-se mais o governo a retirar da circulação, ao câmbio de 12 d., uma soma de papel-moeda equivalente à emissão do "funding", a qual seria depois incinerada. Propunha, mais, que o governo se compromettesse a não contrair empréstimo externo algum enquanto vigorasse o acordo. Eram compreensíveis todas essas exigências. O jornal londrino "Standart" havia

feito, naqueles dias, esta rude mas incontestável afirmação: “estamos intervindo nos negócios do Brasil porque estamos intervindo em nossa casa: temos lá £84.000.000”.

Mesmo diante da declaração categórica dos Srs. Rothschild, de que essa era a única fórmula viável no momento, sem ocultarem o mau conceito em que era tido o crédito do Brasil, considerou Campos Sales inaceitáveis as condições propostas quanto às garantias pedidas. E acabou conseguindo que só ficassem especificadas como garantia as rendas da Alfândega do Rio de Janeiro, admitindo-se as das demais apenas como subsidiárias. Conseguiu, mais, que perdesse o caráter imperativo da proposta a condição de incineração do papel-moeda, medida que aliás já constava de seu programa de governo, e também que fosse elevada para 18 a taxa cambial estabelecida para sua retirada da circulação. E foi sob a garantia do futuro presidente, e também como uma conseqüência da confiança que ele soube comunicar com sua presença, que se firmou aquele importante ajuste, graças ao qual pôde o Brasil conseguir um longo período de tranqüilidade para promover, ajudado pela ação do tempo, o reerguimentô de seu crédito, tão aviltado naquela hora angustiosa de nossa história. Era uma ajuda poderosa para que o país

tentasse, folgadoamente, vencer a tremenda crise financeira, econômica e política que atravessava.

Não foi pequeno, em Londres, o êxito pessoal do presidente eleito. Entreteve boas relações com o príncipe de Gales, o futuro Eduardo VII, pedindo-lhe amistosamente este que enquanto fosse presidente conservasse como ministro plenipotenciário do Brasil junto à corte britânica o Sr. Souza Corrêa, que durante muitos anos manteve ali uma situação privilegiada.

Elegante, vestindo-se às vezes com certas demasias de requinte, amando as cores vistosas — donde o apelido “Pavão”, com que o marcou a clássica irreverência do espírito carioca — conservava sempre Campos Sales, segundo o depoimento de seus íntimos, um bom humor comunicativo e equilibrado.

Sua posse no governo, a 15 de novembro de 1898, serviu de ensejo para que o Brasil se tornasse objeto de manifestações até então inéditas. Naus de guerra estrangeiras vieram salvar naquela data o pavilhão nacional, mandando várias nações européias e americanas suas homenagens ao novo presidente por missões diplomáticas especiais. Valiam também essas manifestações por uma prova de confiança nos destinos do Brasil e na sua forma de governo, que

parecia haver se consolidado definitivamente à sombra da lei soberana.

Da restauração financeira, baseada na execução do acordo firmado com os credores estrangeiros, ia o novo governo fazer o ponto culminante de seu programa de ação.

Haviam cessado as lutas, e o ambiente de paz e tranqüilidade, que afinal se criara no país, facilitava-lhe a execução.

Aquela cisão política, que prometia a formação de novas organizações partidárias, nada produziu nesse terreno. Ambas as facções adotaram como seu próprio o programa que o novo presidente formulou para governar, começando a desaparecer, como entidades separadas, o P.R.F. e o Partido Republicano.

Pôde assim o novo presidente, no propósito elevado de reorganizar o país, lançar os fundamentos de um vasto plano a que logo começou a dar execução. As duas facções parlamentares mantinham-se em atitude contemplativa, votando por unanimidade todas as medidas que lhe pedia o governo. Avizinhavam-se as eleições para a renovação da legislatura, e o próprio instinto de conservação ditava a necessidade e a conveniência de tal atitude.

Temiam-se duplicatas de diplomas. Prevalencia a convicção de que coubesse a vitória às parcialidades que contassem, nos Estados, com a força invencível dos governos locais. Foi quando o “leader” da maioria, Sr. Augusto Montenegro, quase nos últimos dias da sessão, e quando a elaboração dos orçamentos ia se processando dentro da mais completa ordem, tomou a iniciativa de promover uma reforma do regimento interno, na qual se estabelecia que o presidente das reuniões preparatórias passasse a ser, em vez do mais velho dos candidatos diplomados, o presidente da sessão anterior. Também se definia, nessa reforma, o que se devia compreender por diploma: a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal competente para apurá-la. Caberia, então, a um presidente que já se sabia quem fosse, o ato da nomeação da comissão “dos cinco”, que com um critério assim preestabelecido consideraria líquidos os candidatos que apresentassem diplomas revestidos de tais predicados, e com os quais se constituíriam as comissões de inquérito encarregadas do julgamento de todas as eleições litigiosas. Era o começo de uma tentativa mais larga. Iniciava-se, assim, o deslocamento da política eleitoral, tranferindo-se para os poderes locais, que em regra se resumiam no governador, as funções de verdadeiro árbitro dos pleitos. Cada parcialidade que pretendesse vencer, deveria

tratar de conseguir, como passo inicial e indispensável ao êxito almejado, a maioria das juntas apuradoras. Desde que estas rejeitassem as contestações, e fornecessem ao candidato um diploma isento dessa mácula, estavam-lhe franqueadas as portas da Câmara...

Resolveu então o presidente falar aos sentimentos conservadores dos Estados, dirigindo-lhes um apelo. Fez, para isso, uma visita a Belo Horizonte, flor sertaneja que começava a abrir ao sol sua grande corola. Recebeu-o num banquete no palácio da Liberdade o Sr. Silviano Brandão, e no discurso com que o saudou, fez-lhe um penhor humilhante: assegurou ao seu governo “o apoio incondicional do Estado de Minas Gerais”.

Contava então Campos Sales quatro meses de governo, e declarou, em sua oração de agradecimentos, que a maior parte dos nossos males provinha “do encarniçamento em lutas por divergências que não se referem a pontos capitais”.

O fato, porém, é que aquele apoio incondicional deveria chumbar Minas durante largos anos, como uma grilheta, aos pés de todos os governos — bons ou maus — que viesse a ter a República.

Aquelas eleições foram o que deveriam continuar a ser em toda a parte — em Minas, em S. Paulo, no Rio Grande, na Paraíba, em Mato Grosso: o simples preenchimento, feito por processos mais ou menos grosseiros, de uma formalidade com a qual se dava ao povo a ilusão de que se cumpria a lei escrita, conferindo-se-lhe a franquia de um direito soberano. Eram eleitos, diplomados e reconhecidos os candidatos que as comissões executivas dos partidos dos governadores houvessem indicado em seus boletins. Seções eleitoraes, ao abandono; livros, manipulados nas casas dos coronéis que dirigiam a política municipal; no dia seguinte, cada jornal inseria um resultado. Uma exceção aqui e ali abria nesse quadro turvo umas raras clareiras.

Perante o poder verificador, apresentavam-se às duas, e mesmo às três, as turmas de candidatos. Aqueles que não haviam conseguido maioria de vereadores da Câmara Municipal existente, trataram de arranjar duplicatas desse poder.

Foi então que Campos Sales julgou conveniente definir com clareza sua política eleitoral, apenas esboçada pela reforma regimental votada por proposta de seu “leader”.

Iam ser lançados os fundamentos da política dos governadores. Como, e em que circunstâncias?

Acompanhemos, sublinhando-a com algumas observações, a narrativa que, com a força de um depoimento pessoal, faz desse fato o Sr. Bueno de Andrada. E não lhe falta autoridade para fazê-lo. Seu nome está estreitamente vinculado a vários capítulos interessantes e agitados de nossa história política, nos últimos trinta anos de seu desdobramento. Foi, além do mais, parte no episódio.

Já estavam bem adiantados os trabalhos da verificação de poderes, tendo sido reconhecidas, sem contestação, as bancadas paulista e rio-grandense, e um ou outro deputado avulso de outras representações. Os deputados paulistas compreenderam a necessidade de apoiar sem reservas os Srs. Campos Sales e Rodrigues Alves, este nas vésperas de assumir a presidência de S. Paulo, e que era o primeiro dos estadistas do império, aderentes, a quem o regime conferia posto de tamanho relevo. Composta, em sua quase totalidade, de republicanos históricos, pareceu-lhe de bom efeito dar-lhe uma demonstração de confiança, oferecendo-lhe um banquete. No dia seguinte a esse festim, convidava o presidente eleito de S. Paulo os membros da bancada para uma reunião em sua

residência. Devendo partir para assumir o poder, tinha que lhes fazer uma importante comunicação de caráter governamental.

— O Sr. Campos Sales — declarou em resumo — na tarefa de dirigir a República, enfrenta um árduo problema: o das finanças, agravado agora pela dureza da moratória. Para esse objetivo, precisa organizar uma Câmara de toda sua confiança, assunto sobre o qual já se entendeu com a maioria dos governadores estaduais, qua apóiam seu propósito.

Esperava ele, portanto, que também a representação de seu Estado adotasse o critério de reconhecer como deputados os candidatos dos governadores, seus adeptos.

A comunicação foi acolhida pela bancada com um espanto desconcertante. Depois de um pesado silêncio, quebrou-o com algumas palavras repassadas de emoção o Sr. Adolfo Gordo. Era um republicano histórico que falava. E era, também, além de um grande amigo do ex-presidente, seu cunhado. Acentuou as divergências radicais que não podiam deixar de se estabelecer entre a anunciada orientação e a fé republicana.

Rodrigues Alves voltou logo a falar para insistir na necessidade de uma perfeita harmonia

entre o chefe do poder executivo e o Congresso. E acrescentou:

— As divergências passadas têm que desaparecer. O governo atual não herda as paixões do quadriênio extinto.

Compreendeu a alusão o autor da objeção, e calou-se.

Coube, porém, a outro republicano histórico, a vez de secundá-lo em suas restrições: o senador Paula e Souza, bela inteligência, mas minguido prestígio eleitoral. (Acessório de quase todas as grandes figuras mentais da política, não somente em S. Paulo, naquele tempo, como em todo o país e em todos os tempos). E, não foi, sem dúvida, por outra razão que observou a seguir o quase presidente de S. Paulo:

— Além dos cuidados inerentes ao seu cargo, também carrega o presidente da República as responsabilidades de preponderante chefe eleitoral em nossa terra... Acha-se, pois, a par de nossas necessidades regionais, que ele defende há longos anos. Consciente de seus passados serviços, ele espera agora provas de confiança.

Também emudeceu o Sr. Paula e Souza, cabendo então a vez de falar, com um cunho mais forte de independência, do Sr. Bueno de Andrada.

— Não partilho da herança de paixões ou de ressentimentos do quadriênio findo — começou com vivacidade. Suspeita dessa natureza não me atinge, pois fui o único deputado paulista que por vezes divergiu de atos do Sr. Prudente de Moraes. Não mereço a pecha de ignorar as necessidades de S. Paulo, quer de ordem moral, quer de natureza material. Lá ganho minha vida desde moço em trabalhos técnicos, e sempre me imiscuí em lutas políticas e pleitos eleitorais. Republicano declarado em pleno regime monárquico, em comícios e na imprensa, no ensino, e sobretudo ante o eleitorado, defendi os ideais de liberdade e implantei as esperanças de igualdade. Conheço bem, portanto, o elemento popular que sustenta a República. A ninguém peço meças na dedicação à fórmula republicana e aos interesses paulistas. Reconheço, no entanto, no Sr. Campos Sales, um chefe político de alto valor. Posso, sem constrangimento, pedir-lhe conselhos para me guiar na organização da nova Câmara. Mas não creio que ele, premido na prensa financeira, disponha agora de tempo para examinar a regularidade de atas eleitorais.

Falando clara e pausadamente, fez então Rodrigues Alves esta formal declaração:

— Não se trata de verificação de poderes pelo estudo de atas. O presidente da República deseja o compromisso da bancada paulista para

reconhecer todos os candidatos dos governadores dos Estados. Eu concordo com o presidente da República na sua nova orientação política!

Rompeu, de novo, o pesado silêncio que caiu na sala, o Sr. Bueno de Andrada.

— Por fim, declaro não acompanhar o poder executivo em tão errado caminho. Hostilizarei esse novo regime sempre que puder, e como puder.

Estavam lançados os fundamentos da resistência. O deputado Miranda Azevedo, signatário do manifesto de 1870, homem culto e de altivo caráter, falou com energia combatendo a orientação que assim se pretendia traçar à bancada, classificando-a como “uma desmascarada empresa de apóstatas interesseiros”.

Secundou-o o Sr. Cincinato Braga, o qual, na crua análise a que submeteu a proposta, lembrou as promessas da propaganda e as doutrinas de liberdade pregadas ao povo. Acrescentou não ter dúvida, sobre os grandes males que adviriam para o Brasil, no caso de sair vitorioso daquela sala aquilo que denominava um “plano autocrático”.

Ficaram sem eco, e sem nenhuma impugnação, as palavras de um e de outro.

Ia se iniciar o regime das execuções nos reconhecimentos de poderes — ou das degolas, segundo um termo mais adequado à técnica parlamentar — processo que deveria criar a incompatibilidade cada vez mais crescente em que viveriam daí por diante Congresso e povo. De nada teria de servir, para impedi-lo, o protesto de cinco representantes de S. Paulo, que de pronto, e sem nenhum entendimento prévio, manifestaram com tão elevada altivez a repugnância que lhes despertou o doloroso programa, tão funesto ao novo regime em seus resultados futuros.

A noite dessa reunião ficou marcada sob maus augúrios nos fastos republicanos — 24 de abril de 1900.

Outros deputados aumentavam, no intervalo de horas, o número dos dissidentes — os Srs. Antônio Cajado, Edmundo Fonseca, Álvaro de Camargo e Alfredo Pujol. O presidente eleito de S. Paulo partia no dia seguinte para assumir o governo, e o Sr. Cincinato Braga para se entender com os chefes do partido acerca das tendências do Sr. Campos Sales. Contra estas manifestaram-se logo os Srs. Prudente de Moraes, Cerqueira César, Manuel de Moraes Barros, Júlio Mesquita, Cesário Bastos, Carlos Guimarães, Cunha Canto, Francisco Alves dos Santos, Alfredo Guedes, Mário Guedes, Souza Ferreira, Prudente de

Morais Filho — quase todos dispondo de numeroso eleitorado. Aderiram outros chefes. Estava formada a Dissidência Paulista, que em manifesto coberto de assinaturas de homens influentes e cheios de responsabilidades definiu seu programa. Foi escolhido para chefe da nova organização partidária — sem dúvida uma das mais fulgurantes do país pela expressão, sobretudo mental, de suas figuras principais — Júlio Mesquita.

A pena que escreve estas linhas é, por certo, das mais suspeitas para traçar o perfil desse homem. Mas nem por isso detém-se diante da tentativa. É que ninguém sofreu, mais do que eu, a influência do encanto que irradiava daqueles olhos verdes, grandes, inquietos e com uns aspectos meio agressivos para quem pela primeira vez os fitasse, mas na realidade o mais expressivo e fiel dos espelhos de uma alma. E essa alma era igual ao espírito: bela, cálida, placa sensível que refletia todas as vibrações do coração, de uma delicadeza feminina. Como jornalista, tinha de se afirmar, no correr de sua vida, um verdadeiro príncipe. Não havia idealista mais enamorado do ideal. Entrava nas campanhas com o olhar fito nele, despreocupado das objetivações materiais, indiferente aos resultados práticos, aos êxitos imediatos, pensando apenas nos aspectos belos que o haviam seduzido para a causa. E dava-lhe, uma

vez com ela identificado, todo o esforço de sua inteligência fascinante, todas as energias de seu temperamento combativo, toda a dedicação de sua lealdade. Não é verdade que esse chefe de partido tivesse tido uma grande influência eleitoral. Pode-se mesmo avançar que quando maiores eram seu prestígio e sua autoridade de chefe — pelo menos nessa ocasião — era virtualmente nulo o eleitorado de que dispunha. Como e porque, então, era chefe? Era-o porque conduzia seus comandados com o coração e com o espírito. Era-o, e grande, e de um poder incontrastável dentro de sua pequena família política, dentro de sua sociedade partidária, porque não havia quem não se sentisse bem em segui-lo, em orientar-se pelos seus conselhos e por sua palavra de ordem. E mesmo quando, muitos anos depois, já estava desfeito o partido, e ele havia restituído a liberdade de ação a seus chefiados, ainda muitos destes persistiam em não querer outro chefe... Continuavam a segui-lo. Era, e sempre foi, um chefe de elite, porque na realidade não é possível reunir numa facção que diverge do poder para se lançar nas aventuras de uma campanha de oposição, tantos homens ilustres, tantas mentalidades superiores, tantas e tão formosas inteligências, tanto talento, tanta cultura, como aqueles que formava a Dissidência de S. Paulo, nascida no momento que alcança a narrativa deste episódio. Era o segredo do chefe...

O sorteio pôs na 3a. comissão de inquérito os Srs. Bueno de Andrada, Alfredo Pujol, Júlio de Melo, (oposicionista pernambucano), Xaxier de Almeida (independente goiano) e Landulfo Magalhães, governista intransigente de Minas. Foi eleito seu presidente o Sr. Bueno de Andrada, e cabiam à comissão as eleições do Distrito Federal e do Estado do Rio. Decidiram travar a luta, e por certo sentiram-se particularmente animados com aquele poderoso auxílio que lhes havia prestado o critério cego do sorteio, reunindo numa mesma comissão tantos legionários do mesmo ideal. Ali estavam, com inteira propriedade da expressão, os primeiros reacionários que contava o Brasil para as futuras campanhas em prol da verdade eleitoral, contra a qual deveria investir em arremessos impetuosos durante longos e duros anos de predomínio pessoal, um chefe rio-grandense que estava nas vésperas de implantar seu domínio no país. A luta que se ia iniciar tinha por objetivo imediato a defesa dos diplomas legítimos, princípio da verdade dos sufrágios.

Realizou-se uma reunião na casa do deputado pernambucano Sr. Brício Filho. Era um convite do Sr. Seabra, e tinha por fim o estudo do assunto. Presentes este, o dono da casa e os Srs. Rosa e Silva, vice-presidente da República, Bueno de Andrada e Aristides Milton, deputado pela Bahia.

Fala nessa ocasião aquele que era, na época, o chefe supremo da política pernambucana e a maior figura política do norte.

— Eu nunca concorreria para espoliar de seus diplomas candidatos regularmente eleitos...

Acrescentou que do mesmo modo pensavam todos os membros da representação pernambucana. Os pernambucanos — disse mais — poderiam contar com a solidariedade dos maranhenses chefiados pelo íntegro Sr. Benedito Leite.

Pela atitude da representação baiana responderam logo os Srs. Seabra e Milton.

Outros deputados independentes filiaram-se à resistência, e esta se tornava tanto mais expressiva quanto servia para deixar bem demarcadas as linhas divisórias que de certo modo já separavam o presidente do vice-presidente da República, seguindo-se assim, numa coerência digna de começar, daí por diante, a ser assinalada, a discórdia política em que antes já se haviam empenhado Prudente de Moraes e Manuel Vitorino. Causou entusiasmo a notícia, vinda de S. Paulo, de que o ex-presidente, de sua tranqüila Piracicaba, havia prestado toda sua solidariedade ao belo movimento de resistência. Programa de ação traçado e concertado: estudar com escrúpulo a legitimidade

das atas, e trabalhar pertinazmente pelos candidatos que, vitoriosos nas urnas, estivessem condenados ao sacrifício em holocausto aos caprichos dos dominadores regionais. Com tais elementos formava-se a primeira barreira para se opor aos abusos do poder. Cada ata fraudulenta constituiu um ruidoso caso político, dando lugar a debates arduos e brilhantes. A opinião pública, tomada de grande interesse, acompanhava-os em todas as suas particularidades. Regorgitavam as galerias da Câmara. Campos Sales vencía nas votações, mas perdia progressivamente a popularidade.

Com a bancada rio-grandense contou sempre numa unanimidade maciça. Era o poder! Minas havia-lhe assegurado tudo quanto era possível dar-lhe: o apoio incondicional. A Paraíba não apresentava divergência alguma à ordem procedente do Catete, que ia sendo passivamente cumprida pela maioria.

O futuro pequeno mas heróico Estado mandou, nessa legislatura em formação, duas turmas de candidatos reputados eleitos: uma, a do governador, com mais de 5.000 votos; outra, a do ministro da Justiça (o Sr. Epitácio Pessoa) com cerca de 1.000 sufrágios. Oposição apenas local; todos, num apoio fervente ao poder central. Campos Sales, comprimido entre as duas facções, adotou a tranqüila solução da neutralidade.

Tanto lhe servia, no caso, o governador, como o ministro...

A patrulha vigilante procedeu a um exame sereno e imparcial das atas e das circunstâncias do pleito, verificando que as eleições oficiais eram uma farsa. O Sr. Almeida Barreto — marechal, homem de espírito, paraibano notável — demonstrou por meio de uma justificação judicial, feita nas vésperas do comício, que o governador havia dado ordem a todas as intendências para negarem aos oposicionistas quaisquer certidões referentes às eleições. No dia da apuração, os candidatos oposicionistas encontraram fechadas todas as repartições onde deveriam reunir-se as juntas. Ninguém sabia do lugar onde eram forjadas as atas. Dias depois apareceram duas edições do órgão oficial, contendo cada qual uma apuração diferente. As atas do distrito de Piedade mostravam que haviam votado os alistados vivos, presentes, mortos e ausentes, e mais 104 de quebra! As eleições da facção do Sr. Eptácio Pessoa, embora somando muito menos votos, apresentavam características de legalidade. Pelo menos! Foram, por isso, seus candidatos amparados pelos dissidentes em atividade na verificação de poderes. Foram reconhecidos por influência direta do ministro da Justiça. Todos os oposicionistas foram sacrificados na composição das bancadas, salvando-se dois ou três pelo

amparo da amizade pessoal do presidente, mas o fato é que a corrupção eleitoral encontrou, nessa ocasião como em toda a existência da República, a resistência de muitos homens honestos. E cumpre assinalar que Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Rosa e Silva, José Mariano, rivais, nunca lesaram adversários eleitos. Onde, porém, tinha de se tornar impossível a vitória de um opositorista, era nas chamadas satrâpias do norte. A não serem as exceções da Bahia e de Pernambuco, a verdade eleitoral tinha de consistir, naquela região, na vontade que emanava dos palácios dos governadores. Estes, por sua vez, teriam por longos anos de cumprir as que lhes eram transmitidas de um certo morro do Rio de Janeiro que as crônicas políticas da República teriam de imortalizar.

Com efeito, daí a pouco mais de um ano, era o general Pinheiro Machado quem assumia o comando em chefe de todas as operações dessa natureza.

O pobre general das vinte e uma brigadas nem força tinha conseguido para se fazer reeleger deputado!

Campos Sales era, como administrador, a formiga da fábula. Não fosse a previdência de seu

trabalho incessante, e por certo não poderia o país conhecer os dias de prosperidade tranqüila pelos quais tão justamente aspirava. Nem lhe importava o sacrifício voluntário da popularidade. A execução de seu programa tinha de impor encargos pesados à coletividade, para o bem comum. Precisava de ordem e paz, e pouco lhe importavam os caminhos por onde teria de chegar a esse remanso que não conhecera o Santo Varão. Para isso estrangulou toda e qualquer veleidade que poderia alimentar a nação para exercer o sèberano direito do voto, com a certeza de fazê-lo em eleições mais ou menos honestas, puras e verdadeiras. Precisava, apenas, de um Congresso que lhe desse, sem embaraços e sem lutas, as leis financeiras de que carecia para governar. Realizassem outros, para o futuro, a empresa do saneamento do voto. Quanto a ele, contentava-se em sanear o crédito nacional, extinguir os déficits, aumentar as rendas de que precisava para solver os compromissos do país, honrando-lhe a palavra empenhada, reabilitando-lhe o nome nos mercados de dinheiro. A criação dos impostos de consumo começou a levantar a maré de descontentamentos. Era o comércio, era a indústria, era a imprensa que clamavam. Recebeu um dia uma numerosa comissão do comércio que lhe foi levar as reclamações da classe contra as novas tributações. Acolheu-a com esta frase incisiva:

— Quando não possa obrigá-los a ser patriotas, saberei fazê-los cumprir a lei!

Rugia uma revolta impotente e surda contra o selo. O próprio nome do presidente sofria-lhe os assaltos. Já não era Campos Sales. Chamavam-lhe todos Campos Selos... Os boatos tornavam irrespirável a atmosfera da cidade. A rua do Ouvidor assemelhava-se ao corredor de um vulcão... Marcavam-se dia e hora para um movimento subversivo. Definiu-se uma conspiração monarquista chefiada pelo conselheiro Andrade Figueira, que foi preso e processado. Depois de tudo isso, uma nova bonança que durou dois anos — 1899 e 1900. No começo de 1901, já não se ouviam queixas. Tinham-se conformado todos com as novas tributações. Dir-se-ia que todos haviam concordado em fortalecer patrioticamente a ação do governo, ajudando-o na tarefa de satisfazer os compromissos nacionais representados pelo “funding”. E quando se reabriam as duas casas legislativas, comunicava o presidente à nação, em sua penúltima mensagem, que a 1.º de julho daquele ano seriam recomeçados os pagamentos do serviço de juros da dívida externa. E, de fato, quando chegou aquela data, dava o governo fiel cumprimento àquele dever imperioso. Campos Sales tinha a seu lado, ajudando-o na tarefa ingente, um ministro da Fazenda que se chamava Joaquim Murтинho, e esse simples nome era como

que um outro programa paralelo ao seu programa de governo, traçado sob as inspirações de uma vontade inflexível que não sabia o que era prometer para faltar.

Aproximava-se o momento em que o problema da sucessão presidencial poderia propiciar novas agitações, e estas foram tentadas na trama de uma nova conspiração, mas Campos Sales nunca perdeu sua serenidade habitual, e prosseguiu confiante em sua árdua tarefa. O certo, porém, é que a última sessão legislativa não poderia correr com a mesma tranqüilidade das anteriores. E ele sofreu, com efeito, da tribuna parlamentar, uma lapidação impiedosa.

Mas não se limitou à tarefa ingente da restauração financeira a ação de seu governo. Eliminou o déficit e realizou saldos orçamentários, numa política de estreita e rigorosa economia, mas volveu seu olhar vigilante para outros setores da administração pública. Dotou o exército de grandes melhoramentos, concluindo as obras da fortaleza da Lage e do forte de Imbuhy, na baía do Rio de Janeiro; aparelhou com elementos eficazes a defesa do porto de Santos; intensificou estudos e construiu trechos novos de estradas de ferro, ampliando redes telegráficas. Dotou com duas novas unidades os encouraçados, “Floriano” e “Deodoro” — a marinha de guerra nacional. O ministro da

Justiça do governo provisório, que já havia incumbido o jurista Coelho Rodrigues de elaborar um estudo para servir de base ao futuro Código Civil, voltou todo o seu interesse, como chefe da nação, para o mesmo elevado assunto. Era ministro da Justiça de seu governo o Sr. Epitácio Pessoa, já portador de uma brilhante credencial de inteligência e cultura. Coube-lhe dar execução aos intuitos do presidente, escolhendo o Sr. Clovis Beviláqua, autoridade sem contraste na matéria, para elaborar o projeto que deveria servir de base para a futura obra do Congresso, iniciada sob os auspícios de seu governo.

Dispensou igualmente um interesse muito solícito, tendo como seu ministro das Relações Exteriores o Sr. Olinto de Magalhães, às delicadas questões de política internacional que enchiam de preocupações o Itamarati. Tantas agitações internas sucessivas, agravadas pelas conseqüências de natureza financeira que haviam trazido ao crédito do país todo o conhecido cortejo de danos, não podiam proporcionar ao Brasil um conceito muito favorável no concerto internacional.

Em agosto de 1899 vinha o general Júlio Roca, o notável presidente da República Argentina, trazer ao Brasil, numa visita de excepcional sinificação internacional, a

segurança dos sentimentos que tributavam ao seu aliado nas guerras contra as ditaduras humilhantes o povo e o governo de que era chefe. Em outubro do mesmo ano ia Campos Sales, com um séquito de grande brilho, viajando a bordo do encouraçado “Riachuelo”, retribuir a inesquecível visita. E esses dois fatos valiam pela solene afirmação de que haviam, com efeito, desaparecido todos os antigos ressentimentos decorrentes do litígio secular das Missões, conformando-se a Argentina, digna e serenamente, com o laudo que havia restituído ao Brasil o território que ele reclamava com a força do direito e da razão.

A constituição de 24 de fevereiro havia erigido em recurso normal para solução de todas as pendências internacionais do país o princípio do arbitramento, e para dirimir o nosso litígio de fronteiras, igualmente muito antigo e disputado, com a Guiana Francesa, foi pelas duas nações escolhido árbitro o Conselho Federal suíço. E a 1.º de dezembro de 1900 era recebido no Rio de Janeiro, entre manifestações públicas de intenso e caloroso júbilo, o telegrama portador da notícia de que estava resolvida a questão do Amapá com o laudo que consagrava e reconhecia os direitos do Brasil. Era a segunda vitória de Rio Branco.

Atraindo por essa forma às fileiras dos servidores das novas instituições a grande e

luminosa figura do regime extinto, que sem embargo da fidelidade que guardava para com o seu ideal político deveria tornar-se, daí por diante, um dos mais preciosos colaboradores da causa impessoal e superior da pátria, confiou o governo de Campos Sales a Joaquim Nabuco a defesa dos interesses do Brasil numa outra questão de limites seriamente agravada naquele momento, e que o laudo arbitrai do rei da Itália, não representando embora uma vitória integral para o nosso direito, resolveu satisfatoriamente — a da Guiana Inglesa.

Mudou também, preparando-lhe com inteligência a solução futura que coroou o mais sério de quantos litígios internacionais dominaram seu quadriênio, o rumo da questão de limites com a Bolívia, que já havia criado, no território do Acre, o perigoso foco de agitação de que por bem pouco não resultou uma guerra destinada, talvez, a convulsionar toda esta parte do novo continente.

As representações de Pernambuco e Maranhão, a que se aliaram algumas vozes avulsas e os dissidentes paulistas, estavam, no começo daquela sessão legislativa, em franca oposição a Campos Sales. Eram os pródromos da agitação política que precedia sempre a escolha

do candidato à sucessão presidencial. Agitavam-se de novo os ânimos, pretendendo opor a um terceiro candidato paulista da mesma corrente política de Campos Sales o nome de Quintino Bocaiúva, que ia sendo hasteado em vários pontos do território nacional como uma flâmula de guerra. O candidato que reunia todas as preferências das forças políticas congregadas em torno do presidente era o Sr. Rodrigues Alves, que se achava à frente do governo de S. Paulo. A Convenção de setembro, composta de 38 delegados com poderes dos governadores — os quais eram, afinal, os grandes eleitores de quem tudo dependia — escolhia-o seu candidato, completando a chapa, indicado para vice-presidente, o Sr. Silviano Brandão.

Iniciava-se assim a aliança com que S. Paulo e Minas deveriam assegurar ao Brasil tantos anos de paz fecunda. Pois que não havia motivo algum, de natureza concreta, para se invocarem princípios e ideais, tratando-se apenas de cooperar para a conquista pacífica do poder, não veio do Rio Grande, nem veio de Minas, impugnação alguma para essa solução, e uma comissão composta dos Srs. Pinheiro Machado, Vicente Machado, Coelho e Campos, Seabra e Francisco Tolentino, fez, por meio de um manifesto, a apresentação dos candidatos.

Realizava-se, alguns meses depois, o banquete do Casino Fluminense, que deveria tornar-se uma cerimônia clássica, para que o candidato procedesse à leitura de sua plataforma, e a 1.ª de março as urnas republicanas sancionavam, com a mais dócil das obediências, a acertada resolução daquela assembléia política, atrás da qual completava tranquilamente Campos Sales a construção da política dos governadores...

Pernambuco e Maranhão contentaram-se com um protesto inofensivo, negando-se apenas a aceitar o candidato à vice-presidência, para sufragarem o nome do Sr. Justo Chermont. O Estado do Rio de Janeiro, acudindo a um apelo de natureza sentimental de Nilo Peçanha, sufragava o Sr. Silviano Brandão para vice-presidente, mas substituía o nome do Sr. Rodrigues Alves pelo do chefe de seu governo, Quintino Bocaiúva.

Este confessava ser, naquele momento, o síndico de uma massa falida...

A impopularidade que Campos Sales acumulou durante seu governo, com a política de sacrifícios que teve de impor à nação, explodiu na noite daquele mesmo 15 de novembro de 1902 em que transmitiu o poder a seu sucessor. Durante todo o trajeto que percorreu para ir tomar o trem em que regressava a S. Paulo, foi

estrepitosamente vaiado. Para proteger-lhe o embarque, foi mobilizada quase toda a Brigada Policial. O trem foi apedrejado no subúrbio. A multidão que regressava da praça da República para o centro da cidade estendeu a manifestação hostil aos jornais que haviam sustentado aquela política.

Campos Sales, mais do que nenhum outro, deveria esperar pelo julgamento imparcial e sereno do dia de amanhã.

É que a justiça tarda, mas quase sempre falta...

X

A campanha vitoriosa contra a febre amarela, o motim da vacina obrigatória e a transformação da cidade; Rio Branco e sua obra

O quatriênio Rodrigues Alves foi uma grande sinfonia de trabalho, animado por um sopro renovador cheio de audácia americana e pelo mais atrevido espírito de iniciativa.

Marcou, para o Brasil, uma era que pode figurar em nossa história como o quatriênio do Renascimento.

Mas, antes de empreender a transformação miraculosa, e mesmo antes de a comunicar ao país como uma resolução que dentro de muito breve iria entrar na fase concreta das realizações, havia um problema muito mais grave e mais sério a acudir. Tinha de ser como que o prelúdio da sinfonia. Sem essa etapa preliminar, seria inexecutável o programa grandioso. Cumpria, antes de mais nada, preparar o ambiente de que

carecia o homem para poder viver, trabalhar e produzir no centro urbano que era a metrópole brasileira. Tornava-se indispensável, antes de tudo, promover sua reabilitação, dar-lhe a liberdade de que necessitava para aspirar um lugar dentro da civilização e no convívio do resto do mundo.

Somente depois do remate dessa tremenda empreitada seria possível preparar a cidade para progredir, crescer, civilizar-se, ataviar-se como uma mulher jovem e moderna que pretende agradar e dominar.

Havia um inimigo impiedoso e tenaz a combater. Ele havia estabelecido, com o seu séquito de horrores, o bloqueio do Brasil desde o ano de 1847. Isolara-o como se fosse um penhasco inóspito e rude no meio do oceano, fincando em seu ápice uma sinistra bandeira amarela.

E seus danos, as conseqüências de seu poder destruidor, eram de proporções tão vastas no terreno material, como no domínio puramente moral. O presidente que a 15 de novembro de 1902 subia as escadas do palácio do Catete no meio de uma quase indiferença pública, havia erigido em ponto capital do programa com que se comprometeu a governar o país, a extinção da febre amarela.

Trouxe para o poder esse propósito, e com ele a deliberação inflexível de sair vitorioso do áspero combate que ia travar, e acerca de cujas tremendas dificuldades não se permitia o direito de alimentar ilusões.

Não havia, com efeito, deliberação de maior alcance para o país. Dir-se-ia que estávamos separados do resto do mundo por um cordão de isolamento que bem raros ousavam transpor. Os navios passavam ao largo, em suas viagens entre a Europa e os portos platinos. As belezas incomparáveis da baía de Guanabara, que mais tarde haviam de converter cada viajante num poeta, lançando-o em torneios de inspiração para melhor as descrever nas suas impressões, em vez de as seduzir, afugentava para o largo, transidas de terror, as naves que singravam os mares em suas rotas contínuas sobre a imensidade líquida.

Menos as atemorizavam os dois infinitos por onde caminhavam dias e noites sem fim — o que contemplavam no alto, e o de profundidade insondáveis que lhes ficava por baixo — do que a enseada tranqüila, resplandecente de luz, recamada de esplendores, que encerrava dentro do ergástulo de suas montanhas de granito o monstro mortífero cuja fama sinistra andava, numa ronda sem repouso, pelas terras e pelos oceanos do mundo inteiro.

De que valia qualquer esforço na propaganda dos tesouros inesgotáveis com que o Brasil convidava o capital e a iniciativa estrangeira, com um mundo de promessas de reprodução infalível, se ali estava numa atalaia contínua, para anular esse trabalho, a hidra de mil cabeças que não cessava de devorar vidas humanas, armando-lhes a mais insidiosa das ciladas?

E dir-se-ia que se comprazia em escolher suas vítimas. Pois se não respeitara a imunidade de diplomatas acreditados junto ao governo brasileiro e nem se detivera diante dos deveres de hospitalidade que tínhamos para com marinheiros de naus de guerra de nações amigas, ancoradas no porto como mensageiros do afeto e dos sentimentos de cordialidade que mandavam testemunhar ao Brasil! Sucumbiram à epidemia inclemente, e a notícia desse fato doloroso, transmitida pelos fios telegráficos para o resto do mundo, vinha tornar ainda mais alarmante o perigo que representava o Rio de Janeiro, como outros portos do país — notadamente o de Santos — para o viajante estrangeiro que acaso se animasse a pisá-los por algumas horas que fosse. E era o nosso descrédito no mundo que cada vez maior se tornava.

Anulava-se virtualmente, por essa dolorosa contigência, o ato com que D. João VI, rasgando o

porvir comercial do país nascente onde fixara seu reinado, abriu os portos brasileiros à navegação.

Tal era a situação, que em 1891 chegou a ser sugerido, como contingência extrema imposta pelas nossas insustentáveis condições sanitárias, o alvitre de trancarmos à imigração estrangeira, de que tanto carecia nossa lavoura incipiente para poder desenvolver-se, e que nossas terras ferazes e imensas reclamavam para seu povoamento, os portos do Rio de Janeiro e Santos.

Os médicos da cidade não tinham repouso. Conquistavam, perdiam, ou consolidavam nomeadas, de acordo com o êxito ou com o insucesso que tinham com os doentes de febre amarela que lhes eram confiados. Era uma especialização clínica que os tornava particularmente úteis à população, que vivia sob o domínio de uma aflição permanente. Foi nessa hora angustiosa do Rio de Janeiro, numa das mais virulentas explosões da terrível endemia, quando em torno de mim, sucumbindo nas pensões, nos hotéis e nas “repúblicas” de estudantes iam tombando, um por um, todos os companheiros que comigo haviam deixado Minas para a aventura audaz da luta pela existência, animados por uma esperança e por uma fé na vitória que assim ruíam sob a ceifa da morte, que conheci aquela grande figura da medicina,

homem de coração e de saber, que já caminhava para o ápice de onde deveria doutrinar como o mestre de sua classe. Já seu nome, juntamente o daquele outro ilustre médico e professor que era Azevedo Sodré, havia-se recomendado por forma notável nesse ramo difícil e ainda precário da medicina experimental, escrevendo para uma grande enciclopédia científica de Viena uma obra, considerada clássica, acerca da profilaxia e da terapêutica da febre amarela, de intensa repercussão nos centros médicos do universo.

Como conheci o professor Miguel Couto? Fui chamá-lo um dia para ver um doente querido. O deputado Gastão da Cunha, que acabava de surgir no cenário parlamentar cercado de uma aura fulgente de mentalidade, havia caído enfermo, na solidão de um quarto de hotel, e o horror da febre amarela assaltou logo quantos para ali acorreram ao terem notícia do fato.

O catedrático de propedêutica, cujo nome andava na boca dos estudantes de medicina como o da maior autoridade no tratamento da febre amarela, estava dando sua aula de alemão na pequena e modesta casa de aluguel que ocupava na rua Senador Dantas. Verificou prontamente, logo ao examinar o doente, tratar-se efetivamente de um caso de febre amarela dos de maior gravidade, e vi-o disputar aquela vida à morte lutando com tamanha prudência, com tanta

doçura, com tão grande firmeza nos meios de combate, e mantendo-se por tal forma reservado nos seus conceitos, medindo-os sempre tanto para não lançar o desespero no lar angustiado, como para não alimentar esperanças que talvez as primeiras horas seguintes não pudessem confirmar, que aprendi a estimá-lo e admirá-lo. Salvou aquele, como salvou um sem número de outros enfermos acometidos do mal impiedoso.

Havíamos alcançado o ponto extremo de nossa extrema penúria sanitária.

Na primeira mensagem com que, a 3 de maio de 1903, na sessão solene de abertura do ano legislativo, estabelecia seu primeiro contato com a nação, enunciava o presidente o propósito de se lançar à tarefa gigantesca, assim se manifestando:

“Os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo será o início de uma vida nova, o incitamento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas e explorações remuneradas para todos os capitais.”

E acrescentava: “O que convém — e o governo vai fazê-lo — é iniciar o serviço e não mais abandoná-lo, embora nos custe avultados sacrifícios.”

Profundo observador que lançava o olhar e pousava com firmeza a mão sobre o ponto mais vulnerável do caráter brasileiro, que é a inconstância, a falta de tenacidade! Por isso mesmo é que essa anunciada decisão foi acolhida com um sorriso misturado de ceticismo e de incredulidade, sem embargo do acento peremptório com que a quis formular. Mas que grata desilusão aguardava, dessa vez, a descrença doentia de que sofríamos sempre que um governo fazia ao país uma promessa!

É que, logo no início de sua administração, pedia ao Congresso, e este prontamente lhas outorgava, as necessárias autorizações legislativas para que sem demora pudesse pôr em prática o plano gigantesco.

A primeira dificuldade a vencer consistia, naturalmente, em encontrar o profissional dotado dos predicados que se impunham para o desempenho da tarefa ingente, como diretor geral dos serviços da Saúde Pública.

Eram de uma precariedade lamentável as condições do importante departamento a cujo cargo teria de ficar o desempenho de missão de tamanha preponderância na realização do vasto programa. O regime burocrático, mal inveterado de todos os nossos serviços públicos, atrofiava-lhe todos os movimentos, retardava-lhe toda a

ação. Incumbia-se sua própria organização de condená-la a uma completa ineficácia. Seu diretor geral, conselheiro Nuno de Andrade — um professor brilhante, espírito ático, escritor e intelectual de personalidade inconfundível — nada pudera fazer até então, não obstante todos os seus grandes e incontestados méritos. Objeto de uma intensa campanha jornalística em que intervinha quotidianamente, nas seções humorísticas dos jornais oposicionistas, a arma ferina do epigrama e da sátira, compreendeu que não devia permanecer no lugar que ocupava, e um dia apresentou ao governo, com a declaração de que se tratava de uma resolução irrevogável, seu pedido de demissão.

Inicia então desde esse momento o Sr. J. J. Seabra, ministro da Justiça, que se havia identificado por completo com o programa presidencial, as primeiras diligências para encontrar o futuro diretor da Saúde Pública. Buscava, naturalmente, um homem de ciência que pela simples enunciação de seu nome oferecesse uma garantia segura para o êxito da tarefa que tinha de lhe ser confiada. Já havia soado com insistência aos ouvidos do chefe do governo um nome até então ignorado, pois que era o de um estudioso retraído e modesto que vivia no retiro dos laboratórios e no recolhimento de seu gabinete.

Não bastava, porém, a opinião de um filho — o Sr. Oscar Rodrigues Alves, estudante de medicina — para convencê-lo de que sobre tal nome deveriam recair suas preferências.

Chegando um dia ao palácio do governo o ministro da Justiça, perguntou-lhe interessadamente se já havia pensado em algum nome.

Foi afirmativa a resposta. O Sr. Seabra já havia pensado no Dr. Sales Guerra, acrescentando que este resistia em aceitar a delicada comissão. Alegava, para a recusa, várias razões, entre as quais a de não se achar com forças nem autoridade para substituir um profissional da alta capacidade do que acabava de se exonerar do cargo.

— Indica, porém, o Dr. Oswaldo Cruz, como o homem que nos convém. É jovem, talentoso, dotado de de uma alta competência, e tendo em si mesmo uma confiança absoluta.

Perguntou-lhe o presidente:

— E V.Ex. o conhece?

— Não!

Mas o chefe da nação, numa daquelas manifestações, que tanto lhe marcavam o caráter, remata com decisão e presteza:

— Mande-o chamar e converse com ele!

Acompanhado do Dr. Sales Guerra, e pouco depois de haver recebido o convite do ministro da Justiça, apresentava-se no gabinete deste, na secretaria da praça Tiradentes — onde ainda não haviam começado os chás políticos, ornados de música vocal e instrumental, que deveriam dar ao casarão de aspecto burguês uns toques artísticos e mundanos de tão acentuado sabor — o jovem cientista que o Sr. Seabra avistava pela primeira vez.

Figura incisiva: cabeça de pensador adornada de basta cabeleira negra, bigodes frisados com certa insolência, *à kaiser*, olhar melancólico e profundo, falando com um certo ar de timidez, vestindo-se por forma a denunciar alguma preocupação com o alfaiate. Ao penetrar no gabinete, onde se reuniam sempre em grande número repórteres, deputados, senadores, altos funcionários amigos do ministro político, que era um grande centro de agregação, foi o quase desconhecido bacteriologista objeto de uma intensa curiosidade.

Entregaram-se, o Sr. Seabra e o Dr. Oswaldo Cruz, a uma troca de impressões bem definidas sobre as condições em que deveria ser exercida a comissão para que o convidava o governo, antecipando, desde então, uma resposta mais ou

menos afirmativa. Logo a seguir apresentava-se em palácio e era recebido pelo presidente.

Foi rápida e decisiva a conversa em que se entretiveram. Explicou-lhe aquele o motivo por que mandara chamá-lo: era ponto capital de seu governo extinguir a febre amarela, precisando, para isso, da colaboração de um profissional que o ajudasse a empreender a campanha. Reiterava-lhe, portanto, o convite que lhe havia feito o ministro da Justiça, e Oswaldo Cruz decidiu-se a dar-lhe uma resposta definitiva, mas com uma condicional.

— Fale com inteira franqueza!

Sentindo que havia conquistado por completo a confiança do chefe da nação, esclarece então:

— Preciso de recursos e da mais completa independência de ação. O governo me dará tudo de que necessite, deixando-me livre na escolha de meus auxiliares, sem nenhuma interferência política.

Sorriu Rodrigues Alves, perguntou-lhe:

— Quer que o nomeie presidente no seu departamento, não é exato? Pois bem — acrescentou — se é apenas do que necessita para triunfar, conte inteiramente comigo.

No mesmo dia era lavrado, e mandado publicar, o decreto que nomeava o Dr. Oswaldo Cruz diretor geral da Saúde Pública.

No dia seguinte, porém, apresentava-se de novo no gabinete do ministro da Justiça para lhe declarar que não o era mais. Todos os jornais haviam publicado o decreto pelo qual era também nomeado secretário do novo diretor o Dr. Afrânio Peixoto.

— Não lhe nego competência, mas o fato é que eu não o indiquei!

Desfeito o ato, removida a contrariedade passageira, ficou o dito por não dito...

Impunha-se a ditadura sanitária, não tardando que se estabelecesse, entre a energia e a tradicional indisciplina da população, o intenso conflito que uma imprensa drástica estimulava todos os dias.

Foi também resolvida a vacina obrigatória, como um processo científico indispensável para eliminar igualmente do Rio de Janeiro a mácula da varíola, flagelo que só tinham e têm direito de suportar os povos de cultura inferior servidos por maus governos.

Explodiu, então, na capital do país, um motim popular e de quartéis que deveria

constituir objeto de um dos mais tristes capítulos da história nacional.

Convencido de que o transmissor do mal era o mosquito — o “*stegomia fasciata*” — organizou o novo diretor da Saúde Pública o serviço de visitas domiciliares com as brigadas que deveriam tornar-se famosas na nova vida que se abria para a cidade.

Quase sem exceção, eram os modestos obreiros da campanha benemérita recebidos com manifestações de antipatia, e mesmo com certa hostilidade.

Cercado de auxiliares inteligentes e capazes, depositários de sua inteira confiança, lançou-se na árdua tarefa.

Em breve estava assegurado o êxito desta, e o Brasil ia ficar liberto do flagelo que durante meio século esgotara-lhe o crédito, arruinara-lhe o nome, e havia condenado a uma triste inutilidade todas as incalculáveis energias de sua vitalidade de país novo e pródigo de recursos naturais.

A doutrina de transmissão da febre amarela pelo mosquito tornou-se objeto de uma intensa e continuada propaganda. O hospital de S. Sebastião foi modificado por forma a proteger os doentes contra os mosquitos, tendo sido permitido e praticado sob os mesmos preceitos o

isolamento domiciliar. Foi suspensa a desinfecção das casas infeccionadas, pelos processos até então adotados. Foram igualmente substituídos todos os demais procesos anteriores, sendo no serviço da extinção das larvas dos mosquitos existentes nas galerias de águas pluviais, onde eram abundantes, aplicado pela primeira vez o gás Clayton, por meio de aparelhos próprios. O Congresso votou, sem demora, a lei que mandava observar o regulamento dos serviços sanitários federais, sendo organizadas com caráter definitivo a Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela e as dez delegacias de saúde em que foi a cidade dividida.

Estávamos em 1904. As inovações provocaram protestos sem conta. Os “velhos processos de desinfecção e isolamento, que não nos haviam libertado da epidemia, nem diminuído seus efeitos, encontraram defensores exaltados, sendo seu abandono atribuído ao governo como um verdadeiro crime.

Houvesse fraqueado um pouco, e a campanha formidável estaria sacrificada logo em seu prólogo.

Quando em abril daquele ano, ainda sem lei especial e sem os recursos necessários, foi iniciada a nova profilaxia, já haviam ocorrido na cidade mais de quinhentos óbitos pelo mal

terrível contra o qual se lançava a ciência, armada por um governo bem orientado, para dominá-lo e vencê-lo. Esse número chegou, até o fim do ano, a quinhentos e oitenta e quatro. No ano seguinte — em todo o curso de doze meses — declinou para cinquenta e três. 1906 deu, até 30 de setembro, apenas trinta óbitos.

Estava dominado o inimigo. Reunia-se nesse ano, no Rio de Janeiro, a 3a. Conferência Pan-Americana, e entre as numerosas personalidades científicas e políticas que compareceram ao certame figurava Elihu Root, secretário de Estado da União Americana. A esquadra americana, que fizera a volta do mundo, esteve ancorada durante vários dias no porto, desembarcando na cidade milhares de marinheiros, sem que se houvesse registrado um único caso de febre amarela.

Era, sem dúvida, um Brasil reabilitado e novo que se oferecia ao estrangeiro em visita a suas terras, e aos filhos de suas províncias, que aqui caíam ceifados, angustiando lares ausentes, torturando corações distantes, espalhando impiedosamente o luto por toda a parte.

Bastava, para se chegar a essa conclusão, considerar que somente no Rio de Janeiro a horrível epidemia havia subtraído de 1850 a 1903, 58.647 existências, sendo que suas vítimas preferidas eram sempre as pessoas em pleno

vigor da idade, e principalmente provincianos e estrangeiros recém-chegados.

A 30 de julho de 1906 assistia o presidente à sessão solene com que a Academia Nacional de Medicina celebrava o 77.º aniversário de sua fundação. Seu presidente, o professor Azevedo Sodré, enalteceu numa formosa oração a esplêndida obra, e recordando a campanha dos incrédulos, dos perversos, daqueles que, pelo simples prazer de o fazer, combatiam o governo que a realizara, exclamou:

“Destes-nos a bancarrota das moléstias evitáveis que dizimavam nossa população, ferindo-a de preferência em suas obras vivas, no que possuía ela de mais seletto, robusto e vigoroso! Destes-nos a bancarrota das quarentenas, da proibição de desembarque de passageiros em nosso porto e de outras medidas vexatórias, de eficácia problemática, prestando-se tão somente para agravarem os nossos brios de povo civilizado! Destes-nos a bancarrota do vilipêndio que pesava sobre esta bela cidade, acoimada de foco de pestilência e de ante-câmara da morte, e cuja fama exagerada por um contínuo pregão difamatório refletia sobre o Brasil inteiro, apontado ao mundo como um país inóspito, insalubre e refratário à imigração européia. Destes-nos, finalmente, a bancarrota da humilhação em que vivíamos e tanto nos

amargurava, do opróbio e da ignorância que se apegaram à nossa reputação como manchas indelévels, espalhando-nos o descrédito e opondo-se ao nosso progresso!”

Vitorioso o governo, logrou prestar com tranqüilidade ao país o serviço inapreciável que perpetuou, ao lado de seu chefe, que trouxera a decisão inabalável de realizar a obra insuperável, o nome do sábio higienista que foi o agente superior de seu pensamento.

O Brasil reconquistou a confiança do mundo, abrindo seus portos ao comércio com as demais nações, certo de que não mais espreitava o alienígena, que o buscava com o intuito de cooperar no esforço coletivo em bem de seu engrandecimento, o sinistro inimigo que parecia haver montado guarda no cais Pharoux, e nas estações das estradas de ferro, para colher as existências em flor de quantos ali desembarcassem, pisando os paralelepípedos do calçamento da cidade colonial.

O projetado regulamento da vacina obrigatória, que estava sendo elaborado por uma comissão de higienistas e de juristas, servia de objeto para uma agitação de rara violência, estimulada por uma parte da imprensa e por

algumas vozes isoladas que se erguiam da tribuna parlamentar. O Apostolado Positivista, pelo instrumento das pastorais do Sr. Teixeira Mendes, combatia tenazmente a medida no ponto de vista doutrinário, e seus argumentos impressionavam. A população estava envenenada pela exploração política, que já a tinha convencido de que não tardariam as casas de famílias a serem invadidas pelos vacinadores, acompanhados de soldados, a fim de imporem indistintamente a todos a medida vexatória. Restos do jacobinismo, manifestações doentias de indisciplina social.

Tinha entretanto aquela lei, que passou para morrer em seu nascedouro, impugnadores sinceros. Assim é que o Sr. Barata Ribeiro, homem de ciência, republicano da propaganda, prefeito do Distrito Federal que se notabilizou pela energia e pela firmeza de suas atitudes, sustentou que se a vacina contra a varíola era uma verdade científica, devia sua obrigatoriedade depender da consciência de cada um.

Numa quinta-feira à tarde — 10 de novembro — fazia um jovem uma espécie de comício, para um grupo que interessadamente o ouvia na rua do Ouvidor, de veemente combate à planejada medida. Foi detido. Na praça Tiradentes, onde já era grande o grupo que o acompanhava em protestos exaltados, tentaram arrebatá-lo à

autoridade que o conduzia. Um piquete de cavalaria, mandado prontamente ao local, era recebido a pedradas. Generalizou-se o conflito com que assim se iniciavam as ocorrências que teriam de seguir-se. As ruas centrais foram, desde aquele momento, patrulhadas por força numerosa, ficando de prontidão a Brigada Policial e todas as autoridades civis.

A noite correu sob ameaças, amanhecendo o dia seguinte sob as piores perspectivas. Havia sido convocado um comício para o largo de S. Francisco de Paula. A Liga Contra a Vacina Obrigatória, já com uma sede montada e contando uma legião de associados, alimentava a campanha. O comício não se realizou por falta de oradores, mas um homem do povo subiu ao pedestal da estátua de José Bonifácio e começou a gesticular como se estivesse pronunciando uma oração. O delegado que dirigia o policiamento do local mandou retirá-lo dali por inspetores e agentes. A multidão, já muito grande, prorrompeu então numa ruidosa assuada à força e autoridades. A cavalaria deu uma carga, estabelecendo-se o tumulto. Cafés e casas comerciais fecharam as portas, começando a partir do seio da turba exaltada, entre gritos e correrias, tiros e pedradas que visavam a força. Foi um começo de combate. Ao cair da noite, a turba exacerbada dominava a praça Tiradentes, as ruas do Teatro e Ouvidor, e largo de S.

Francisco de Paula, pontos onde se sucediam os choques com os contingentes de infantaria e os piquetes de cavalaria, armados de clavinotes e lanças. Às assuadas ensurdecedoras, juntava-se a ação. Passando nessa ocasião pelo local o superior de dia à guarnição — oficial a quem incumbia, todas as noites, o encargo de rondar a cidade — e que era, naquele momento, o major Sebastião Pirro, partiram dos grupos amotinados vivas ao exército e morras à polícia. A força era recebida a tiros e pedradas sempre que procurava dispersar um grupo mais exaltado, chegando a cada momento novos contingentes.

A esse tempo — 8 horas da noite — uma multidão de cerca de 3.000 pessoas reunia-se na rua do Espírito Santo, onde se realizava, na sede do Centro das Classes Operárias, uma sessão convocada pela nova associação agitadora. Presidiu a sessão o senador Lauro Sodré, que tinha à sua direita o deputado Barbosa Lima e à esquerda o conhecido agitador Vicente de Souza, médico de grande predomínio no seio das classes trabalhadoras. Um e outro, em discursos veementes, combateram a vacina obrigatória.

Finda a sessão, retirou-se a compacta multidão pela praça Tiradentes, rua do Teatro, largo de S. Francisco de Paula. A Avenida Central estava sendo rasgada. Vaiando estrepitosamente, no trajeto, as frações de força policial que ia

encontrando, seguiu pelas ruas do Ouvidor, Gonçalves Dias, Senador Dantas e largo da Lapa. Iam se sucedendo os conflitos, fechando estrepitosamente suas portas as casas comerciais, que funcionavam até 9 horas da noite. Dirigia-se a turba para o Catete, partindo de seu seio gritos de incitamento para um ataque à residência do ministro da Justiça, à rua Carvalho de Sá. Para ali foi mandada a todo o galope a numerosa força de cavalaria que se achava na Repartição Central da Polícia, situada num velho casarão da rua do Lavradio, sendo requisitados novos contingentes. Um esquadrão do 9.º regimento de cavalaria do exército partiu igualmente a todo o galope para guarnecer o palácio do governo. Ambos os contingentes alcançaram a multidão aquém da rua de Santo Amaro, sendo vaiada a força policial e aclamada a do exército. A grande vaga humana aproximava-se do Catete aos brados — “Abaixo a vacina obrigatória! Abaixo a polícia!” A força de cavalaria estendeu-se em linha em frente ao palácio, também protegido nos flancos e fundos por tropa federal e policial. O general Sousa Aguiar, chefe da casa militar do presidente, bem como os delegados presentes, falaram ao povo pedindo-lhe que dispersasse, pois qualquer ataque que tentasse seria repellido. Durante muito tempo ali permaneceu a multidão em gritos hostís, regressando afinal ao centro.

No gabinete do chefe de polícia reuniam-se naquele momento, em conferência com essa autoridade, o ministro da Justiça, o da Guerra, marechal Paula Argolo, e o comandante da Brigada Policial, dali saindo todos, às 10 horas, para o Catete. Este último, acompanhado de uma escolta de 12 lanceiros, foi ruidosamente vaiado na ida e na volta, sendo desfechados vários tiros sobre seu carro. No largo da Lapa, onde se renovou o desacato, saltou do veículo, ordenando que a escolta carregasse sobre a multidão. Travou-se um nutrido tiroteio, estabelecendo-se enorme tumulto. Caiu um homem morto, tombando numerosos feridos. Chegava pouco depois ao Catete a ala direita do 10º batalhão de infantaria, estendendo-se em linha, de armas ensarilhadas, na rua Silveira Martins. Foram, então, distribuídas sentinelas em toda a extensão das praias do Flamengo e do Russel. Às 11 horas começavam a ser apedrejados os bondes da companhia Jardim Botânico e apagados os combustores da iluminação pública de todo o bairro das Laranjeiras. E a noite decorreu num pesado e opressivo ambiente de ameaças e perigos, mantendo-se as autoridades numa vigília ininterrupta.

Da repartição da rua do Lavradio superintendia os serviços da ordem pública da Capital Federal um chefe de polícia enérgico e pronto na ação, dotado de uma coragem

irrefreável, temperamento nervoso, inteligência clara, coração de uma sensibilidade vibrátil — Cardoso de Castro. Era comandante da Brigada Policial um general que parecia, pelo seu destemor, como pela sua coragem pessoal, comprazer-se em desafiar o perigo. Ganhara fama e renome na revolução federalista, e sua cabeça de tigre era bem uma imagem da bravura — Silva Piragibe. Foram esses dois auxiliares da confiança imediata do ministro da Justiça, homem intrépido e afeito a toda a espécie de lutas, que suportaram o peso dos dias formidáveis que se desenrolavam.

Os jornais de domingo inseriam uma circular do chefe de polícia, já afixada em vários pontos da cidade, na qual observava que, como estivessem anunciadas reuniões públicas com o fim de impedir violentamente a execução de um regulamento ainda não expedido, e de ordens emanadas da autoridade legítima, mandaria dispersá-las nos termos dos artigos 111 e 118 do Código Penal, “procedendo-se em seguida contra quem de direito, na forma da lei.”

Mas os tumultos iniciavam-se ainda mais cedo, e com um caráter ainda mais alarmante, naquele dia de repouso. Às 2 horas estava literalmente tomada, pela multidão exaltada, a praça Tiradentes. Em vão tentavam as autoridades e as patrulhas convencê-la de que

deveria dispersar. É que estava anunciada para aquela hora, no gabinete do ministro da Justiça, uma reunião da comissão incumbida de assentar nas bases do regulamento da vacina obrigatória. Crescia o movimento de minuto a minuto, temendo-se acontecimentos graves. Vinha nessa ocasião da rua do Lavradio, num carro aberto ladeado pelo comandante da Brigada Policial, o chefe de polícia. Escoltava o veículo um piquete de cavalaria, e contornava a praça quando, ao passar em frente à Maison Moderne, rompeu intensa assuada. O carro começou a ser apedrejado. Cardoso de Castro, desassombradamente, de pé no veículo, ordenou, num gesto resoluto e enérgico, que o piquete carregasse. Os soldados, de lança em riste, avançaram contra a multidão. Outra força postada no lado oposto recebeu ordem idêntica. Trava-se, então, uma luta veemente, sibilando balas, cortando os ares pedras e toda a espécie de projéteis. Novos reforços acudiam tumultuosamente, entrando na refrega. A praça foi evacuada. Mas o que ali se desenrolava era uma cena de franca revolução. O povo reagia ferozmente a tiros e pedradas, fugindo, recuando, avançando de novo, caindo feridos, tombando mortos. Todas as entradas de ruas que desembocam na praça foram ocupadas pela força. A praça estava sitiada, vendo-se no centro apenas os pequenos grupos de autoridades. As janelas

dos sobrados estavam cheias de curiosos. De uma das janelas da secretaria da Justiça o general Piragibe dava ordens à força. A multidão fora se refugiar na rua do Sacramento, onde havia casas em ruínas, montões de madeiras e de pedras, início das obras da futura Avenida Passos. Do restaurante Criterium e de quase todas as casas daquele trecho, onde avultavam as proporções da luta, eram desfechados tiros e arremessadas garrafas, pratos, copos, calhaus e pedaços de madeira, sobre a força em constantes movimentos. Compacta, fremente, a multidão vaiava o governo, a polícia, aclamando o exército. O chefe de polícia ordenou que a força avançasse para desalojar os amotinados daquela via pública, onde já se erguiam trincheiras e barricadas. Rompeu a cavalaria a galope, descarregando clavinotes, espaldeirando quantos fugitivos alcançava. Descargas cerradas atroavam os ares, tombando vítimas sem conta. Um menino caía morto na calçada do Tesouro. Toda a rua estava cheia de manchas de sangue. Por trás de um montão de paralelepípedos e madeiras um grupo resistia em prodígios de coragem, tornando-se invencível a barreira que encontrava a força no trecho compreendido entre as ruas do Hospício e marechal Floriano Peixoto. Os combustores da iluminação pública, as vidraças do Tesouro e de outras casas eram espatifadas a pedradas. Os bondes eram virados, arrebetados e incendiados

uns, atravessados outros ao longo da rua para servirem de trincheiras. Outros veículos — carroças, tálburis, carros de praça — aumentavam as barricadas. Generalizava-se o tumulto, reproduzindo-se as mesmas cenas em quase todas as ruas centrais, como em vários bairros. Ouviam-se em toda a parte descargas atroadoras. No largo de S. Francisco, nas ruas dos Andradas, Teatro, Sete de Setembro e Assembléia, ardiam fogueiras simultâneas, alimentadas pelos bondes sobre os quais eram esvasiadas latas de querosene. Caía tragicamente a noite. Dos sobrados da rua de S. Jorge — estreita e sem campo para a liberdade de movimentos da força — armas certeiras despejavam tiros sobre esta. O general Piragibe desceu nessa ocasião — 6 horas — da secretaria de Justiça, e postando-se à frente de uma força de infantaria e cavalaria, ordenou-lhe que avançasse contra aquela via pública. Descarregando suas armas à meia luz crepuscular, avançavam os soldados debaixo de uma chuva de balas. O terrível reduto foi, afinal, abandonado pelos amotinados. Simultaneamente, travava-se um vivo tiroteio na rua Senhor dos Passos, quando grupos alucinados, munidos de ferros e paus, quebravam, um a um, os combustores da iluminação pública. Às 6:10 saía de seu quartel central o Corpo de Bombeiros para extinguir outras fogueiras alimentadas pelos

bondes assaltados. Meia hora depois, toda a Brigada Policial estava empenhada na ação, impotente para conter o motim. Saíam para a rua, a fim de auxiliá-la, as primeiras forças do exército. Os mortos permaneciam onde tombavam, sendo a custo removidos os feridos dos dois campos. Desembarcava daí a pouco no pátio do Arsenal o Corpo de Marinheiros Nacionais. Às 7 1/2 estava a cidade completamente às escuras. No meio da treva, travavam-se lutas sangrentas, entre a força e a turba, no largo da Carioca e na rua 13 de Maio. Todos os bondes que ali haviam chegado até aquela hora tinham sido virados e incendiados. Na praça 11 de Junho ardiam cinco desses veículos ao mesmo tempo. Todas as comunicações com o centro estavam cortadas, tendo sido suspenso o tráfego de todas as linhas de bondes e dos carros e tálburis de praça. A companhia do Gás, no Mangue, era atacada. As linhas telefônicas haviam sido cortadas, ficando as autoridades impedidas de transmitir e receber ordens e instruções. E ao som dessa polifonia feita de estrépito de patas de cavalos no calçamento, gritos, imprecensões e gemidos, retinir de espadas e entrechoque de armas, ao clarão das descargas e dos incêndios, passou a noite, chegou a madrugada.

Na segunda-feira seguinte — 14 de novembro — reencetava-se o mesmo trágico espetáculo, com

o mesmo cortejo de episódios, antes de meio-dia. Dir-se-ia que os combatentes de um e outro lado haviam eliminado a noite, feita para o repouso. Desde cedo estavam convulsionadas a praça 11 de Junho e todo o bairro da Cidade Nova. Todas as ruas centrais apresentavam os aspectos de um campo de batalha, cobertas de destroços: postes virados, paralelepípedos revolvidos, restos de bondes quebrados e incendiados, vidros espatifados, latas, madeiras. Os poucos combustores que restavam de pé, iam sendo destruídos. Não trafegava um único veículo em toda a cidade. Do alto de uma casa da esquina da rua do Hospício com a do Regente a figura sinistra de um preto ceifava os soldados a tiros certos, até que dali o derribou uma bala de carabina que lhe varou o crânio. Contingentes do exército saíam a cada momento do quartel-general para dispersar grupos de amotinados na praça da República e ruas circunvizinhas. Por toda a parte gritos, tiros, correrias. As delegacias de polícia, como as de saúde, eram atacadas e invadidas em todas as zonas conflagradas, sem que a força pública pudesse impedir essas cenas vandálicas. Uma circular do chefe de polícia, divulgada naquela manhã, convidava a população a desocupar as ruas, pois iam ser empregadas medidas do máximo rigor na repressão ao tumulto generalizado. O famoso bairro da Saúde, convertido num reduto inexpugnável, começava a

tornar-se lendário. Sob um tufão de balas havia sido assaltada pela manhã a delegacia policial ali existente. As casas do bairro eram tomadas à força aos seus habitantes, para se converterem em pequenas fortalezas de onde os contingentes militares eram impiedosamente hostilizados. Uma força de infantaria de marinha comandada pelo capitão de fragata Marques da Rocha não havia podido chegar à praça da Harmonia, na tentativa que fez com esse objetivo. Às barricadas ali construídas de carroças, bondes, colchões, sacos de areia, pedras, trilhos arrancados do solo, postes de iluminação e fios de arame, haviam-na repellido.

Uma reunião celebrada naquela mesma tarde no Club Militar, à qual haviam comparecido os Srs. Lauro Sodré e Barbosa Lima, os generais Olímpio da Silveira e Silvestre Travassos, o major Gomes de Castro e outros oficiais, tornava-se o índice político de toda aquela tremenda agitação. Seu presidente, o general J. V. Leite de Castro, ali chegando pouco depois, mandava fechar a sede social.

Pela manhã, vendo Oswaldo Cruz — de quem já então se fizera amigo o presidente — que a situação se agravava, correndo risco a vida do supremo magistrado da nação, dirigiu-se ao palácio e declarou-lhe formalmente e seguinte:

— Minha pessoa é o único obstáculo para que a paz reine na família brasileira. V. Ex. está ameaçado de ser a vítima da inconsciência de uma multidão envenenada por maus brasileiros. Dê minha demissão, e estará resolvida essa penosa crise, que pode culminar desgraçadamente no fracasso completo de nossa obra salvadora.

Respondeu-lhe afetuosamente o presidente:

— Bem conheço os perigos que nos ameaçam, mas estão tomadas todas as providências para dominar qualquer tentativa de revolução. Lembre-se do compromisso solene, que tomou comigo, de extirpar a febre amarela. Se receia não poder cumprí-lo, bem; dar-lhe-ei então sua demissão.

Replicou-lhe com firmeza o diretor da Saúde Pública:

— A febre amarela será extirpada; disso pode V. Ex. ter absoluta certeza.

— Nesse caso — objetou-lhe o presidente — siga seu caminho sem se preocupar com o que possa suceder. Se o governo cair, cairá bem, porque cairá com o senhor. Mas esteja certo de que, qualquer que seja a situação, havemos de vencer. A razão está conosco!

Sabendo embora que sobre Oswaldo Cruz caíam todos os ódios da população desenfreada, e não ignorando que os acontecimentos não tardariam a assumir um caráter de gravidade ainda maior, não o quis sacrificar. Resistiria até o fim, pois somente assim poderia realizar a obra que era o escopo principal de seu governo.

Num ambiente pesado de ameaças avançavam as horas para a noite.

Pronunciava-se um movimento militar, do qual as arruaças e as lutas da turba amotinada com a força pública não deveriam ser senão um sinistro prelúdio.

O general Olímpio da Silveira, grande figura militar, era apontado como o chefe principal da conjura que havia chegado ao conhecimento do governo, e naquela tarde deliberou o presidente admiti-lo em sua presença, concedendo-lhe prontamente uma audiência que ele lhe mandara pedir.

Murmurava-se, na intranqüilidade reinante, com a desordem campeando nas ruas, que ela ia impor ao presidente a demissão do diretor da Saúde Pública. Na entrevista que teve então com o chefe do governo — relatou-o depois numa carta que escreveu a um matutino — manifestou-lhe suas apreensões diante dos acontecimentos que se desenrolavam, sugerindo a conveniência

da substituição do Sr. Seabra na pasta da Justiça, como meio de se conseguir o restabelecimento da paz. Respondeu-lhe o presidente que o governo dispunha de forças suficientes para repelir qualquer agressão armada, acrescentando:

— O que eu mais lamentaria é que tivesse de lutar contra tropas regulares a cuja frente se colocasse imprudentemente qualquer general do exército...

O valoroso chefe parece ter compreendido a advertência. Não participou do movimento planejado para aquela noite, e apenas foi preso disciplinarmente.

Prosseguia desenfreada, em todos os pontos da cidade, a luta entre o povo e a força.

A rua do Regente, cheia de casas velhas, estava interceptada por barricadas feitas de montões de areia, veículos arrebentados, pedras e postes de iluminação. Também ali penetrou a cavalaria, travando com os defensores do terrível reduto um sangrento combate. Os mortos e os feridos eram amontoados dentro das casas em ruínas. As casas de armas haviam sido saqueadas. O necrotério cheio de cadáveres. Fabricas, as estações das barcas e da estrada de ferro, eram rudemente atacadas, ficando os vidros de todas as janelas reduzidos a estilhaços.

A Câmara dos Deputados, o Senado, os Telégrafos, os gasômetros, os bancos, os Correios, a Alfândega, estavam guardados por poderosos contingentes de força de marinha. Durante toda a noite haviam permanecido abertos e iluminados, com todo seu pessoal a postos, o palácio do governo, as secretarias, os gabinetes de ministros. No Campo de Marte, na defesa do gasômetro central, travou-se um renhido embate entre os amotinados e um grupo de duzentos guardas civis, tombando mortos e feridos. Os carros da empresa funerária viam-se impedidos de sair para recolher os cadáveres, temendo os assaltos que sofriam indistintamente todos os veículos. Para realizarem o triste serviço, era cada um escoltado por numerosos contingentes de cavalaria. À noite, uma força de cavalaria comandada pelo tenente-coronel Ribeiro da Costa, ia à rua Frei Caneca proceder a um perigoso reconhecimento. À chegada da barca de Petrópolis um grupo de mais de duas mil pessoas atacava a estação da Prainha(2) quebrando vidros, relógios, bancos, tudo destruindo. Pouco depois de 7 horas, quando as autoridades militares achavam-se absorvidas pelas providências que a cada momento reclamava aquela situação delicada, apresentava-se no gabinete do ministro da Guerra o general Bibiano Costallat. Ia acompanhado de todo o pessoal administrativo da Escola Militar do Brasil, de que

era diretor. Declara então ao marechal Argolo, sob a impressão de uma profunda prostração, que havia sido deposto de seu cargo pelo general Silvestre Travassos. Era o nexo da sublevação militar que se estabelecia com o motim das ruas. O ministro da Guerra partiu então, imediatamente, para o palácio do governo, atravessando seu carro fortemente escoltado as ruas convulsionadas e envoltas na treva. O presidente foi logo posto ao corrente da revolta, sendo tomadas com a necessária presteza todas as providências que as circunstâncias reclamavam. O comandante do distrito, general Marinho da Silva, expedia ordens para que todos os corpos da guarnição se aprestassem para sair, o mesmo fazendo o general Piragibe com a Brigada Policial. Esta chegava meia hora depois, completamente equipada, em frente ao palácio, ordenando-lhe o ministro da Guerra que partisse imediatamente para atacar a Escola Militar. O general Souza Aguiar, com uma força de oitenta homens, já tinha ido fazer um reconhecimento até o largo do Machado. Distribuíam-se forças com presteza para guarnecerem os fundos e todas as imediações do palácio. Logo a seguir ali chegavam duas unidades do exército: o 1.º de infantaria e uma bateria do 2.º de artilheria. Às 10 horas, fazia alto na área fronteira ao palácio — então chamada largo do Valdetaro — todo o Corpo de Bombeiros; trinta minutos depois, a

infanteria de marinha. O ministro da Viação, que parecia, desde muito, haver esquecido sua condição de oficial do exército, chegava ao palácio fardado de major. Todos os demais ministros — apenas com exceção do barão do Rio Branco, que se achava em Petrópolis, e do almirante Júlio de Noronha, que ficara no Arsenal de Marinha dando ordens — cercavam daí a pouco o presidente. A guarda do palácio fazia o serviço de baioneta calada, vedando a entrada a quem quer que fosse. Passavam-se as horas e nenhuma notícia chegava de Botafogo. Apenas rumores vagos e pouco tranqüilizadores. Falava-se em outras adesões, acrescentando-se que os alunos entrincheirados haviam recebido a tiros a força na pedreira da Saudade.

O perigo parecia maior à proporção que a noite avançava, e o estado de ânimos chegou a revelar uma tal depressão e uma incapacidade tal para a resistência, que começaram ministros, altas autoridades e amigos pessoais e políticos que cercavam o presidente naquela vigília angustiosa, a compreender a necessidade de afastá-lo daquele local tão exposto. Chegava a madrugada e nenhuma informação exata procedia de Botafogo. As que chegavam, eram vagamente aterrorizadoras. Anunciavam um recuo da tropa que havia sido mandada para combater os rebeldes.

Entraram todos, então, a aconselhar o chefe do governo a que se refugiasse a bordo de um navio de guerra. Era uma providência ditada pela prudência. Adotando-a, não praticaria fraqueza alguma, nem revelaria qualquer falta de coragem.

Mas não os ouvia. Ia dando a cada um a mesma resposta serena, inflexível, invariável. Não deixaria o palácio, fossem quais fossem os perigos a que estivesse exposto.

— Este é o meu lugar, e daqui só sairei morto! exclamou resolutamente, diante da insistência dos apelos.

Reanimaram-se, então, os espíritos abatidos, organizando-se a resistência. Oficiais entravam e saíam, transmitindo ordens. Ouviam-se em todos os recantos o tilintar de espadas e o rumor das esporas. Os telefones, funcionando com deficiências ainda maiores do que normalmente, não cessavam a atividade das mensagens para as repartições militares e nas comunicações da rua. Fora, no parque, na rua do Catete, na praia do Flamengo, de Silveira Martins até Bento Lisboa, movia-se a massa de soldados na escuridão. Fulguravam, em cintilações de relâmpagos, as lâminas das espadas e das baionetas. Picaretas e enxadas arrancavam paralelepípedos do calçamento, num rumor que cortava impressionantemente o silêncio pesado e

angustioso daquela longa expectativa. Sabia-se que somente às dez horas havia o corpo de alunos iniciado sua marcha sobre o Catete.

Vozes nervosas e incisivas de comando davam ordens no serviço de preparativos da defesa da casa do governo, onde a cada momento se esperava um ataque, que tanto podia ser da turba exarcebada, como da tropa revoltada. Todo o Corpo de Bombeiros estava ocupado em abrir trincheira na praia do Flamengo e no interior do parque do palácio.

Quais eram os intuitos daquela sublevação militar? Falava-se no propósito de depor o presidente para proclamar ditador o Sr. Lauro Sodré, aspiração da denominada corrente castilhista, formada no exército por aquela mesma mocidade que uma vez mais abria as portas da casa gloriosa da Praia Vermelha às solicitações da política, para sofrer uma nova e pungente desilusão. Estava o movimento marcado para o dia 15 de novembro, quando o general Silvestre Travassos deveria comandar as forças em parada, mas foi precipitado porque os acontecimentos que vinham perturbando a vida da cidade impediram a realização da revista militar destinada a comemorar a data da proclamação.

O corpo de alunos havia feito alto na rua da Passagem quando ali chegou a força comandada pelo general Piragibe. Eram 11 horas, e o local estava numa completa escuridão, apagada como havia sido toda a iluminação. Estacou a força, por ter ouvido o comandante o tropel de um cavalo. Era um oficial rebelde que fazia um reconhecimento, e que retrocedeu a todo a brida. Depois de um curto silêncio, dispararam os alunos quatro tiros, parecendo tratar-se de um sinal. Respondeu a brigada com três descargas intervaladas. Responderam os alunos, com vigor, as duas primeiras, seguindo-se um novo e pesado silêncio. Avançou então a força até o fim da rua General Severiano, e como nada encontrasse, retrocedeu.

Alto, decorativo, com seu porte marcial, foi o coronel Pedro Paulo, comandante da força do exército que se havia incorporado à Brigada Policial, o primeiro a aparecer no palácio do governo, onde reinava uma inquietação facilmente compreensível. Perguntou-lhe o ministro da Guerra pela sua tropa, pelos alunos amotinados, pelo resultado da expedição, e sua resposta foi uma narrativa constrangente, assinalada de reticências e vacilações, daquilo que se passara... Foi, então, urgentemente ordenada pelo ministro da Guerra a formação de uma nova brigada — essa mista, composta de unidades do exército e de contingentes de

infanteria de marinha e de marinheiros nacionais — a qual fazia alto em frente ao palácio às 5 horas da madrugada, sob o comando do coronel Caetano de Faria. Tomou a frente dessa força o marechal Argolo, que ia em seu carro, com seus ajudantes de ordens. Ao lado do veículo, montado a cavalo, dentro de seu quase inédito uniforme, o major Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas. Às 6 1/2 estendia-se a brigada em linha de atiradores na Praia Vermelha. Os alunos, com as armas ensarilhadas, formavam no pátio. Veio então ao encontro do ministro da Guerra, como parlamentar, o tenente Frutuoso Mendes, o qual declarou que os rebeldes depunham as armas. Penetraram então no estabelecimento “os dois ministros, indo visitar os feridos na enfermaria, onde se achava morto o alferes-aluno Silvestre Cavalcanti. Toda a munição e armamento foram logo retirados e mandados recolher à Intendência da Guerra; os alunos eram, a seguir, escoltados para o quartel-general, ficando a Escola Militar guardada por um contingente de infantaria. Eram apenas 175! Uma vez ainda, tiveram de sofrer a desilusão das adesões prometidas que falhavam... E os chefes que os sublevaram? O general Travassos, atingido por uma bala da segunda descarga, caiu ao solo com o cavalo que montava. Recolhido a uma casa da rua D. Marciana, era pouco depois transportado preso para o hospital

central. O senador Lauro Sodré, ferido na cabeça, havia-se recolhido a uma casa da rua da Passagem, onde durante alguns dias esteve oculto, sem que nenhuma notícia se conhecesse do seu paradeiro. Durante a marcha da primeira brigada, e até o raiar do dia, o encouraçado “Deodoro” havia iluminado com seus holofotes o litoral da praia das Saudades, ponto sobre o qual, na persuasão de que ali estivesse entrincheirado o corpo de alunos, fez a flotilha de torpedeiros várias descargas de metralhadoras e canhões-revólver. Às 9 horas — finda, afinal, a longa vigília — voltavam ao palácio os ministros da Viação e da Guerra, fazendo este ao presidente a comunicação do desenlace da sublevação. O chefe do governo assistia, logo depois, do balcão do palácio, ao desfile das forças que regressavam da Praia Vermelha.

O general Hermes da Fonseca, comandante da Escola Militar do Realengo, havia conseguido, permanecendo no estabelecimento durante toda aquela noite, evitar que seus alunos, postos em entendimento com os da Praia Vermelha, também se sublevassem, ali prendendo dois famosos agitadores da época — um de farda, outro de casaco: o major Gomes de Castro e o Sr. Pinto de Andrade.

No trecho fronteiro às ruas Ferreira Viana e Correia Dutra, na praia do Flamengo, havia o

Corpo de Bombeiros construído trincheiras de cerca de dois metros de altura, feitas de terra e paralelepípedos retirados do calçamento.

Mas não estava finda a agitação.

Dominado o movimento militar, recrudescia o tumulto nas ruas. O governo, por sua vez, alargava o círculo de ferro de sua ação, fazendo uma concentração de forças no Rio de Janeiro, onde começaram a desembarcar unidades do exército que tinham paradas em cidades mineiras, fluminenses e paulistas. Dois batalhões da Guarda Nacional chegaram a ser mobilizados, aquartelando sob o comando do coronel Leite Ribeiro, que como prefeito interino do Distrito Federal realizara, havia pouco, uma curta administração assinalada por um surto de iniciativas precursoras da transformação da cidade. Naquela mesma madrugada em que se consumava por forma tão desastrosa o motim da Praia Vermelha, já se reiniciavam, com dobrada violência, os choques sangrentos entre a turba agitada e os contingentes da força policial e do exército que por toda a parte se moviam em operações arriscadas. O tropel da cavalaria em cargas violentas, e o fragor dos tiroteios, iam-se tornando familiares ao ouvido. O mesmo espetáculo desolador do sangue correndo,

tombando seguidamente mortos e feridos. A força, que tentava aproximar-se dos vários redutos, recuava com freqüência sob saraivadas de projéteis de toda a natureza: balas, garrafas, latas vazias, pedras, pedaços de pau. Naquele dia uma nova arma entrava em ação, para aumentar ainda mais o terror dominante: começavam a explodir bombas de dinamite em vários pontos da cidade.

Na Gávea, o numeroso operariado das fabricas de tecidos entrava a participar ativamente do motim, entregando-se à prática de todo a sorte de depredações. Era uma conflagração geral. No centro urbano as casas comerciais indefesas eram assaltadas. Na praça da República ocorria um encontro de formidáveis proporções entre o povo e a tropa. Estivadores e foguistas declaravam-se em parede.

O bairro da Saúde parecia intangível, a partir da entrada da rua Camerino. As autoridades civis e militares realizavam reuniões freqüentes em que concertavam planos de ataque àquela posição inexpugnável.

A cidade havia sido dividida em três zonas militares, para maior eficácia do policiamento: a primeira, compreendendo todo o litoral, estava entregue à marinha, sendo à noite batida pela luz intensa dos holofotes, para que melhor pudessem

ser dispersados os agrupamentos que ali se formassem; abrangia a segunda as ruas Hadock Lobo, Frei Caneca, praça Tiradentes, ruas do Sacramento e Barão de S. Felix, e estava a cargo da Brigada Policial; sob a guarda do exército achava-se a terceira, que se estendia pela rua marechal Floriano Peixoto, praça da República, Estrada de Ferro, S. Cristovão e Vila Isabel.

Naquele mesmo dia dava o presidente conta ao Congresso das graves ocorrências, declarando em sua mensagem que eram geralmente considerados autores do movimento subversivo, que visava entregar o poder a uma ditadura militar, o senador Lauro Sodré e os deputados Alfredo Varela e Barbosa Lima. Em poucas horas estava votado e sancionado o projeto que estabelecia o estado de sítio por trinta dias no Distrito Federal e na comarca de Niterói.

Na quarta-feira, 16, reproduziam-se os tumultos, renovando-se os tiroteios, as cargas, as correrias, num ambiente de intranqüilidade geral.

Para o bairro da Saúde convergia todo o interesse das autoridades. Havia sido projetado, para a noite, um ataque geral ao formidável reduto a que haviam dado a denominação de Porto Artur, formado por trincheiras de mais de um metro de altura, feitas com sacos de areia, trilhos arrancados às linhas de bondes, veículos

virados, paralelepípedos, fios de arame, troncos de árvores, madeiras das casas em demolição. Seus defensores, armados de carabinas e revólveres, bem providos de munição e bombas de dinamite, ali permaneciam numa constante ameaça. Os morros do Livramento e Mortona haviam sido igualmente fortificados pelos amotinados, que dominavam todo o bairro. Retiravam livremente das casas comerciais tudo que precisavam, tudo quanto desejavam. Uma força de infantaria do exército comandada pelo alferes Jovino Marques, avançando até a rua da Imperatriz, havia conseguido destruir a primeira trincheira. Dali por diante começavam os postos avançados dos amotinados, que haviam se organizado militarmente. Em Porto Artur soavam cornetas transmitindo ordens. O calçamento de todo o bairro havia sido revolvido a picareta. Árvores, postes telegráficos e de iluminação, ralos de sargetas, haviam sido arrancados. Dentro das casas comerciais grupos comiam e bebiam fartamente. O leito das ruas estava coberto de montões de garrafas, colchões, esteiras, latas e restos de objetos incendiados. Nos morros, canos cheios de dinamite formavam estranhas baterias. No largo do Depósito, onde já chegavam as forças em seu avanço, travava-se um tremendo tiroteio. Numerosos mortos e feridos, Notabilizou-se pela sua bravura um negro de porte e musculatura de atleta — “Prata Preta”. Era o chefe da sedição no

bairro. Preso, foi conduzido, juntamente outros companheiros de aventura, numa dupla fila de 150 soldados de baionetas caladas, abrindo a coluna dez de cavalaria, e fechando-a outros dez. Atravessaram as ruas debaixo do intenso interesse de uma enorme multidão. O bairro fora atacado por mar e por terra, tendo tomado posição para bombardeá-lo o encouraçado “Deodoro”. Cooperando com a força naval, marchou sobre a praça da Harmonia o 7.º batalhão de infantaria.

Numa perfeita correspondência com esses acontecimentos, sublevava-se no mesmo dia na Bahia o 9.º batalhão de infantaria, morrendo seu comandante interino, major Fabrício de Matos, e o alferes Teodomiro de Queiroz, cabeça do movimento.

O regulamento da vacina foi modificado, desaparecendo a obrigatoriedade.

À noite, luzindo nas ruas centrais, aqui e ali, o frouxo clarão de um ou outro bico de gás, ouviam-se ao longo os últimos estampidos dos choques que ainda se desencadeavam nos bairros mais afastados.

Dias depois, sucumbia o general Silvestre Travassos, e sem maior demora uma nova anistia lançava o perdão e o esquecimento sobre os fatos.

E só naquele trágico ano de 1904, quase a terminar, registravam as estatísticas demografo-sanitárias na cidade do Rio de Janeiro 4.201 óbitos de varíola!

Eu era, naqueles dias, repórter policial do “Jornal do Commercio”. Cabia-me, pois, por força dessa minha função, toda a responsabilidade pelo perigoso noticiário. E este pálido resumo, que aqui tenta reproduzir as impressões daquela série de dias agitados, é extraído da coleção do grande órgão, já dilacerada na Biblioteca Nacional pela freqüência das consultas, na qual figura, cheia do colorido e da vivacidade que lhes imprimia o depoimento pessoal de um observador na colheita de notas, a crônica expressiva e minuciosa que daqueles acontecimentos traçou a mesma mão que aqui os evoca de mistura com um demorado e meditativo olhar sobre os anos que nos separam daquele passado.

Dominada a insurreição, esmagado o tumulto das ruas, pôde o governo encetar os empreendimentos que constavam de seu programa. Conseguido o saneamento da cidade, começavam a ruir casas, tombando quarteirões inteiros, para a obra da transformação da metrópole: alargamento de ruas congestionadas onde não entrava o sol, entravadas por velhos casarões lúgubres e sem estética, que eram sórdidas habitações coletivas, e a abertura de amplas e

arejadas avenidas. Desapropriavam-se casas, demoliam-se construções seculares; ruíam grandes e solenes paredes, levantando nuvens espessas de pó. Aos poucos iam desaparecendo, sob o olhar pasmo e ainda meio incrédulo da população, aspectos integrantes da velha cidade colonial, que iam cedendo lugar à reforma, sob as rajadas impetuosas do progresso. O centro urbano era uma colméia de obreiros que não paravam de trabalhar. As galerias do morro do Castelo, onde dormiam tesouros lendários, eram devassadas durante a noite por engenheiros em investigações, e profanadas no seu silêncio e no recolhimento de suas tradições, pelas picaretas de legiões de operários. Iam desaparecendo trechos completos das ruas comerciais que constituíam os pontos tradicionais da cidade. Um prefeito que era o dinamismo feito homem — Pereira Passos — tornara-se um ditador do progresso. Não se detinha diante de embaraço de espécie alguma, desde que pretendesse tolher-lhe os passos para a frente. Desrespeitava sentenças judiciais, negava cumprimento a mandados de manutenção de posse. E as picaretas lançavam-se irreverentemente sobre as casas que eles protegiam, desde que uma demora qualquer pudesse prejudicar-lhe a pressa com que precisava trabalhar. E parecia ter o dom da ubiqüidade. Viam-no em todas as partes e a todas as horas, inspecionando as obras da

remodelação urbana, dando ordens, ativando serviços. Um dia, depois de agradecer uma manifestação que lhe haviam preparado, por ocasião de uma inauguração, com foguetes e dinamite, multou o contraventor. A larga e radiosa artéria que se abria para comunicar Mauá com o mar, no Boqueirão, estava sem demora rasgada. Era a febre que se definia pela expressão — “fazer engenharia”. Superintendia a atividade reinante em outros setores, paralela à do prefeito Passos, a do ministro da Viação, que tinha em ação contínua, na construção das obras do porto, na abertura de avenidas, nos estudos de planos e traçados de estradas, na elaboração de orçamentos para iniciativas de amplas proporções, engenheiros que se chamavam Francisco Bicalho, Paulo de Frontin, Miran Latif, Del Vecchio. E a cidade vivia numa sucessão de dias festivos, marcados por uma inauguração, pelo lançamento de uma pedra fundamental, pela entrega de uma rua nova e de uma avenida recém aberta ao trânsito público. Surgiam as ossaturas de palácios que em breve eram monumentos de arquitetura. A todos esse atos comparecia com seus ministros o presidente, que o povo acolhia com manifestações de simpatia e respeito, esquecidos os dias amargos. Barcos empavesados partiam de vez em quando para dentro da baía, levando bandas de música e convidados graduados. Era um novo trecho de cais que se

inaugurava. E, daí a pouco, já os navios e transatlânticos que chegavam de outros mares iam encostando no novo cais, encerrando-se de vez o espetáculo dos escaleres rodeando-os no meio da baía, e o penoso desembarque dos passageiros pelo processo arcaico e primitivo, trazidos ao cais Pharoux em lanchas e outras pequenas embarcações que fretavam para esse serviço.

Iam desaparecendo as velhas práticas rotineiras, mudando a fisionomia da cidade, que surgia renovada e bizarra dos escombros do casario abatido. E em outros pontos era da mesma intensa atividades a ação do governo. Reorganizava-se a marinha de guerra, rasgava-se o solo das florestas para novos leitos de estradas de ferro, figurando na primeira plana desses empreendimentos a Noroeste do Brasil, que abria comunicações diretas entre S. Paulo e Mato Grosso. Realizavam-se as primeiras manobras do exército, fundava-se a fábrica de pólvora do Piquete, concluía-se e inauguravam-se as obras da fortaleza da Lage e as do ramal férreo de Lorena a Piquete.

Sendo o quadriênio mais fecundo em obras e iniciativas materiais, passou a seu sucessor um saldo de £10.789.771 e 84.846.819\$, papel. Convertido o saldo ouro ao câmbio do dia — 16 d.! que saudades deveria despertar um dia! —

realizava a soma de 164.845.565\$. Somada esta ao saldo papel, apresentava o saldo líquido de 248.886.284\$!

Dava Rodrigues Alves grande autonomia a seus ministros que eram, todos, homens de valor, de personalidades definidas, bastando citar estes nomes: Leopoldo de Bulhões, Seabra, Lauro Müller, Rio Branco. E uma vez, comentando uma observação que a propósito se fazia em sua presença, assim se manifestou:

— E nem podia ser de outra forma, porque qualquer deles poderia sentar-se na cadeira que eu ocupo!

Lauro Müller, com a graça permanente de suas observações, disse um dia:

— É verdade que os ministros do conselheiro Rodrigues Alves faziam tudo que queriam. O certo, porém, é que não faziam nada que ele não quisesse...

Rio Branco, grande visto de longe, tinha de continuar a ser grande, contemplado de perto.

Chegou ao Rio de Janeiro para vir assumir a pasta das Relações Exteriores quando já era o general vitorioso de duas notáveis campanhas

diplomáticas. E sua figura bizarra e curiosa — alto, ereto, hieráldico, andar pausado e majestoso, porte robusto, olhar cheio de doçura paternal, vestindo normalmente fraque e colete preto e calça de brim branco, cobrindo-lhe a larga calva um chapéu de Chile — tornava-se desde logo tão popular, quanto já era seu nome admirado e estimado.

Deixara seu lugar de ministro em Berlim, e a 3 de dezembro, quando o governo Rodrigues Alves já contava alguns dias de existência, montava no Itamarati a grande e fecunda oficina de suas atividades, começando a lançar sobre a política continental as projeções fortes e incisivas de sua ação.

E à sombra dela começava a crescer o Brasil em toda a amplidão do campo da política internacional.

Seu carro puxado por duas bestas — o veículo usual da época — rodava insolitamente aberto, numa inovação de que só ele poderia tomar a iniciativa, pelas ruas estreitas da cidade, seguido pelo olhar curioso e interessado da população. E era o único dos carros ministeriais que não andava escoltado pelas duas ordenanças de cavalaria que seguiam sempre todos os outros. E o boêmio incorrigível começava também a revelar-se nos seus hábitos chocantes.

Estranhava, a princípio, vê-lo sentado horas a fio, sempre na companhia de três e quatro jovens — secretários e oficiais de gabinete que ganhavam nome e influência a seu lado — e do indefetível e quase imóvel Sr. Pecegueiro do Amaral, em torno de uma mesa, almoçando ou jantando num restaurante, ou ingerindo sorvetes sobre sorvetes numa casa de gelados. Os restaurantes, honrados e desvanecidos com a preferência de tão graduado cliente, davam seu nome a salões, penduravam-lhe o retrato nas paredes, assinalavam para sempre as mesas em que comia. Num dia de calor, tirou o fraque para almoçar. E daí por diante circulava a informação, generalizada, de que ele comia em mangas de camisa nos restaurantes... Notívago, surgia a altas horas da noite dentro da redação do “Jornal do Commercio”, no velho casarão da rua do Ouvidor, e ali permanecia conversando sem noção do tempo, inteirando-se das novidades trazidas pelos telegramas que iam chegando, fumando maços inteiros de cigarros, narrando anedotas e episódios graciosos, traçando caricaturas, redigindo “várias”. A grande mesa em que trabalhava no Itamarati era o caos. Livros abertos, cartas geográficas estendidas, folhas esparsas de papel cheias de notas, xícaras onde bebera café atulhadas de pontas de cigarros, jornais marcados a lápis de cor, e não raro, estendendo-se também pelo soalho, pingos

seguidos de esparmacete, das velas retiradas de um grande candelabro de prata a cuja luz trabalhava. Divertia-se com gosto, muitas vezes interrompendo o estudo de uma questão de grande importância, em perseguir uma barata importuna, de vela na mão, ata immobilizá-la na sua fuga sob o peso e o calor dos pingos candentes que lhe tombavam sobre o corpo...

As vitórias de Washington e de Berna haviam consagrado por forma tal o conceito da habilidade diplomática do Brasil, que desde então começaram a afluir ao Itamarati os apelos para que interviesse, por uma mediação, ou pelos seus simples bons ofícios, nos mais sérios litígios continentais, com os instrumentos de sua autoridade, do peso de sua palavra, com seus conselhos oportunos.

Dominadora e grave, pairava nos horizontes do continente uma nuvem pesada. Havia sido a preocupação dominante do Itamarati durante todo o quadriênio Campos Sales, e ali estava num desafio permanente ao nosso interesse, a todos os nossos cuidados. Era uma ameaça à paz, não apenas nossa, mas de toda a América do Sul, tão estreitas eram as vinculações dos interesses em causa.

E vinha de muito longe a famosa questão do Acre. Por efeito do tratado de limites, comércio e

navegação, que firmara em 1867 com o Brasil, estava a Bolívia na posse de uma vasta extensão de terras que durante cerca de trinta anos foi quase ocupada e explorada por brasileiros — os cearenses que emigravam em massa para aquelas férteis regiões da borracha, sempre que os apossava a calamidade das secas do nordeste. Criaram-se assim, nas terras ferazes, os mais avultados interesses para o Brasil. Basta considerar que produziam tanta e tão boa borracha — exportando anualmente de dois e meio a três milhões de quilos — que era a região preferida para esse gênero de comércio. Aquele tratado apressado, feito sem estudos claros numa época em que o alto Amazonas era inteiramente desconhecido, havia posto sob o domínio da Bolívia, numa fixação precipitada de linhas divisórias traçadas ao acaso dos acidentes geográficos, uma vasta extensão de território que se tornara, pelo povoamento e pelos interesses, eminentemente brasileira. Haviam caducado as cláusulas referentes à navegação e comércio, subsistindo as que diziam respeito aos limites. Muito tarde se apercebeu o Brasil do erro que havia praticado, e quando, em 1895 — já sob o governo republicano do primeiro presidente civil — foi assinado o protocolo Carlos de Carvalho — Diez de Medina dando instruções para a demarcação das linhas divisórias pactuadas pelo velho tratado, não se pôde subtrair dos

compromissos que haviam contraído, e aos quais era forçado a adstringir-se, sem embargo de todas aquelas enormes modificações que havia sofrido a situação. Essa demarcação envolveu no grande problema lindeiro o Peru, atingido pela execução integral do protocolo, que além do mais — por um erro da primeira comissão incumbida da realização do trabalho — lesava o Brasil em mais de cinco mil léguas quadradas. Foi, então, ordenada pelo ministro das Relações Exteriores uma verificação exata das nascentes do rio Javari, que era o acidente físico que fixava a linha divisória, mas contra essa diligência protestou o governo boliviano. Estava aberto o litígio. Aquém da linha foi autorizado o estabelecimento de uma alfândega boliviana que entrou a sugar toda a renda fiscal da produção brasileira, sujeita ao pagamento de exportação em Manaus. Surgiram reclamações sem conta, até que o famoso aventureiro Luís Galvez levantou em Puerto Alonso a revolução contra a Bolívia, proclamando o Estado Independente do Acre. Foi essa a situação que encontrou o governo Campos Sales, e que se prolongou durante todo o seu quatriênio numa sucessão de tentativas de um acordo em torno do protocolo de 1895, de ameaças, conflitos e agitações perturbadoras. Logrou firmar com o governo boliviano um novo protocolo, o de 1899, pelo qual concordava aquele na exploração com o fim de demarcar com exatidão as cabeceiras do

Javari, mas tão grande já era a agitação — a que não tardaram a aliar-se a exploração política e o jogo de interesses em que se empenhava na pendência o Amazonas — que o conflito ficava sem solução. E foi quando a Bolívia, que realmente não podia manter sua autoridade, nem sustentar a efetividade de sua soberania na região, celebrou com um sindicato americano um contrato pelo qual concedia-lhe, entre outros poderes, o de manter ali força armada para as exigências de sua execução.

Rio Branco assumia a direção da política internacional do Brasil quando essa questão se achava no seu estado mais tenso. Forças bolivianas, tendo à sua testa o próprio presidente da nação limítrofe, o general Pando, marchavam para compelir os habitantes à obediência, submetendo-os à soberania virtualmente transferida para o sindicato americano. Tropas brasileiras foram expedidas para se postarem na fronteira, no intuito de prestarem à população ameaçada o socorro de que carecia. Eram os rebates da guerra iminente. Rio Branco enfrentou logo o problema ameaçador, e das longas, trabalhosas e pertinazes negociações diplomáticas a que se entregou, e nas quais pôs o cunho inconfundível de uma habilidade já suficientemente comprovada, e o concurso precioso dos profundos estudos e conhecimentos que tinha dos assuntos continentais, resultou a

dissolução amigável do sindicato, mediante a indenização de £116.000. Chegava, logo depois, a um feliz entendimento com o qual, ao mesmo tempo que removia as causas determinantes da grave discórdia que também quase já havia convertido em beligerantes a Bolívia e o Peru, punha termo ao conflito de interesses e ao litígio territorial que tanto perturbavam as nossas relações com aquela nação limítrofe. Celebrava-se, como feliz desfecho do prélio agitado, o inesquecível tratado de Petrópolis. Resumia-se nesta esplêndida síntese: em troca de 181.000 quilômetros quadrados de terras de farta e valiosa produção, povoadas por brasileiros, e dos quais disputávamos à Bolívia 142.900, sendo 48.000 reconhecidamente seus, dávamos-lhe 2.276 de terrenos quase improdutivos, e de população inteiramente sua, £2.000.000 e outras pequenas concessões. Incorporava assim o Brasil ao seu patrimônio territorial uma extensão maior do que a de qualquer um de muitos de seus Estados, como por exemplo o Ceará, Pernambuco, o Rio de Janeiro e Santa Catarina, e com uma produção de renda anual superior à de mais de metade de vinte unidades de nossa família federativa. A par destas de ordem material, avultavam as vantagens morais e de natureza política, firmando o domínio brasileiro em todo o sistema fluvial amazônico, e removendo de vez um fator de perturbação e de intranqüilidade que se havia

tornado o motivo permanente de todos os cuidados de nossa ação diplomática.

O tratado de Petrópolis foi combatido e foi brilhantemente defendido na tribuna parlamentar, como na imprensa. Aprovado, julgado afinal dentro da serenidade do tempo e diante de seus frutos, depressa passou a ser considerado o mais belo florão da glória de Rio Branco.

Dê-se à sua grande obra o complemento, que ainda lhe falta, da autonomia de um território que já tem a necessária capacidade para constituir um Estado como os demais que integram a organização política do Brasil normal, e ter-se-lhe-à posto um remate condigno.

Rio Branco, o deus Terminus das nossas fronteiras, na feliz designação de Rui Barbosa, não deixava de traçar para o Brasil, por vezes, atitudes um tanto perigosas, de caráter francamente imperialista. Era, por índole, um espírito de conquista, animado pelo amor exaltado que consagrava a seu país e à sua glória. Desejou-o, por isso, forte e bem armado. Daí suas tendências para o militarismo. Sua ação no Itamarati marcou uma época áurea para nossa política internacional. Sentia a América, compreendiam e sentiam as demais nações, que ali estava um homem de vontade e de saber, uma

organização diplomática completa. Seu nome e sua obra enchem de fulgurações e de orgulho a história de uma nação e a de todo um continente.

XI

O Jardim da Infância

Sem ter ostensivamente um candidato à sua sucessão, não ocultava o Sr. Rodrigues Alves as simpatias que manifestava pelo nome do Sr. Afonso Pena. São Paulo, porém, tinha um candidato ostensivo ao posto supremo, e mandava a lealdade do presidente sustentá-lo e fazê-lo seu.

Vinha o vice-presidente da República, como ele, das fileiras monárquicas. Eram ambos conselheiros, portanto suspeitos aos republicanos de coloração mais viva. Mas estes, felizmente, iam rareando... Havia-lhes dado a monarquia posição e renome. Foi ministro de três pastas e uma grande figura do partido liberal em Minas. Tendo aderido ao novo regime, foi o segundo dos presidentes constitucionais do Estado, notabilizando-se seu governo pela solução que deu ao velho problema da mudança da capital. Aproiada, pelo Congresso estadual, a resolução que a estabelecia, não hesitou em dar-lhe execução, mandando iniciar prontamente as

obras da edificação da cidade de Belo Horizonte, no local onde existiu o arraial do Curral d'El-Rei.

Cumpria com exatidão seus deveres de presidente constitucional do Senado. Morava na casa tradicional que foi, durante cerca de trinta anos, o quartel-general da política, e em cujo salão principal realizou-se o banquete em que Campos Sales procedeu à leitura de sua plataforma de governo — o Grande Hotel do largo da Lapa — e onde residiam na época, além de quase todos os membros da representação paulista, os Srs. João Pinheiro, Carlos Peixoto Filho, João Luís Alves, Bernardo Monteiro, David Campista, Sabino Barroso, Gastão da Cunha.

Tinham um cozinheiro particular que lhes preparava tutu de feijão com lingüiça e torresmos, autêntica couve à mineira, arroz em panela de pedra e outros pratos que lhes davam, ao menos quanto à cozinha, a impressão de se acharem em sua própria casa.

Não sorria absolutamente ao Sr. Pinheiro Machado a idéia de ter de ceder ao presidente a prerrogativa, que então entendia dever caber-lhe de pleno direito, de promover movimentos políticos daquela importância. Talvez já soubesse que houvera, na Inglaterra, um certo conde de Warwick que era, segundo os historiadores, um espírito nascido para aqueles tempos de

perturbação — de 1414 a 1471 — cheio de artifício, como também de altivez e coragem, próprio para uma campanha política como para um dia de batalha, fecundo em recursos, capaz de tudo, feito para dar e tirar o trono aos reis. Com sua espada faiscante, impeliu Ricardo d'York a reivindicar o trono de Inglaterra; ganhou batalhas, destruiu um partido, fez proclamar rei Eduardo IV, restabeleceu no trono Henrique VI. E depois, foi assassinado...

A chefia que havia ensaiado nos últimos meses do quadriênio de Prudente de Moraes firmou-se durante o período de Campos Sales, que lhe deu autoridade e força, implantando desde então seu domínio soberano no Senado, onde dispunha de aliados das proporções de Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Joaquim Murтинho, para lhes designar, como uma delegação confiante, a cadeira de vice-presidente daquela casa, da qual somente algum tempo depois deveria fazer seu posto de comando na política nacional.

Apoiado no Rio Grande, que consentia em fazê-lo, no centro, o órgão de sua orientação, de seu pensamento e ação, impugna a candidatura paulista que já se definia com cores fortes. Sustenta o princípio de que o presidente não pode ter candidato, e lança, para se opor ao de Bernardino de Campos, o nome de Campos Sales,

que carregava o peso de sua grande, posto que injusta, impopularidade, mesmo no retiro voluntário a que se recolhera.

A política paulista, porém, muito longe de apoiar essa iniciativa, e compreendendo que ela não visava senão dividi-la e enfraquecê-la, impugnou com firmeza a candidatura regional que assim lhe vinha de fora, e com a qual pretendia anular o movimento, já muito adiantado, com que anunciava o grande Estado o propósito de levar ao Catete seu ex-presidente. Insistindo neste nome o estado-maior do Partido Republicano Paulista, pois que era o de um de seus chefes principais, não quis Campos Sales oferecer-lhe a competição de sua candidatura, e nesse sentido escreveu uma carta formal ao senador rio-grandense. Não mais havia — considerava nesse documento — razão para sustentá-la, sobretudo porque, como paulista, desejava prestigiar o nome de seu velho amigo e companheiro de propaganda. Pinheiro Machado, porém, no empenho de não se desfazer tão depressa da arma poderosa que era, em suas mãos, o nome de Campos Sales, guardou cautelosamente a carta, subtraindo-a à publicidade, e mesmo ao conhecimento de seus mais graduados e fiéis amigos.

Funda-se então — isto em princípio de 1905 — o Bloco, que era uma aliança contraída entre

os chefes republicanos para acabar com o poder, reconhecido até ali aos presidentes, de instituïrem seus sucessores.

Recebe, com essa organização, o primeiro golpe, a candidatura Bernardino de Campos. Tão forte se afigurava ela até então, que o candidato já havia chegado a preparar a plataforma política usual, em que expunha seu programa de governo e solicitava os sufrágios da nação.

A política de S. Paulo, que sempre se recusara a aceitar nas fileiras do senador rio-grandense o lugar para que não cessara ele de atraí-la sem êxito, tornara-se o alvo sobre o qual voltava todo o poder ofensivo de sua artilheria pesada. A oposição ao nome de Bernardino de Campos era de uma agressividade brutal, e já havia conseguido torná-lo inteiramente inaceitável, pela hostilidade que lhe movia a opinião pública. E quando esse formidável trabalho de destruição podia ser considerado concluído, volve o senador rio-grandense o olhar sagaz para as montanhas daquela Minas desambiciosa, pacífica e cordata que era a maior força eleitoral do país.

Correu durante muito tempo, por conta de Campos Sales, uma frase irreverente que

simbolizava no solípede generoso e bom, que é o boi, a docilidade da bancada mineira de sua época.

Valia unicamente pelo peso numérico de seus trinta e sete votos, que ela dava ao poder com a mansuetude e a docilidade com que uma boiada obedece aos acenos de seu guia.

Havia, talvez, nessa imagem caricatural, alguns traços reais.

A política de Minas foi sempre, com efeito, muito moderada nos seus movimentos, muito discreta nas suas aspirações.

Repugnou sempre à sua índole forçar a conquista de posições, e nunca deixou de colaborar de bom grado, despretenciosa e modesta, no predomínio de outras unidades.

S, Paulo havia dado, seguidamente, três presidentes, e não foi por motivo da concorrência que por acaso lhe oferecesse naquela ocasião a maior expressão política do Brasil, que depois de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, deixou de ascender ao Catete o quarto, que já ensaiava.

Dentro de seu retraimento e de sua modéstia, contentava-se até então com uma ou outra posição que lhe davam, no concerto da política

federal, uma importância apenas relativa. Passara, sem ter tido confirmação, o fastígio efêmero da Constituinte.

Um de seus representantes — a figura expressiva e austera de Carlos Vaz de Melo — foi, durante algumas sessões legislativas, um presidente modelar da Câmara dos Deputados, onde deixou uma tradição viva de retidão e de justiça.

Sabino Barroso foi retirado um dia da grande bancada, pela mão de Campos Sales, para substituir, num resto de governo, um ministro da Justiça demissionário — o Sr. Epiácio Pessoa. Adalberto Ferraz foi um “leader” efêmero da maioria, e Silviano Brandão sucumbiu vice-presidente eleito da República, posto que foi provido por Afonso Pena, e somente quando Minas sentiu que tinha uma elevada missão política a desempenhar na vida do país, e do regime, foi que melhor e com mais intensidade começou sua ação a pronunciar-se.

Pinheiro Machado somente consagrava à grande unidade um pouco de suas atenções, porque tinha em Sabino Barroso um de seus melhores aliados.

Dominava em Minas, como resumo de todos os seus poderes e regulador supremo das manifestações de suas urnas, o sr. Francisco

Sales, que não revelava a mínima disposição para se rebelar contra qualquer vontade do centro, e nem, tampouco, para se lhe antecipar em qualquer iniciativa de caráter político.

Sucedeu, porém, que o boi — aceitemos a imagem de Campos Sales — apercebeu-se um dia de sua força dinâmica, e sem nenhuma reação violenta, e sem nenhum arremesso impetuoso, usando-a muito mais com sagacidade e prudência do que com a brutalidade que é, quase sempre, sua companheira inseparável, começou a ganhar terreno na grande arena onde não representava papel muito diverso daquele que têm a seu cargo os comparsas, sobre cujo dorso galgam outros as posições melhores e mais brilhantes.

A grande bancada já não permitia a figura da boiada.

Naquela fileira de cadeiras da direita do recinto da Cadeia Velha reuniam-se figuras intelectuais inconfundíveis, que enchiam de cintilações o âmbito histórico onde se abrigavam todas as nossas tradições parlamentares.

É certo que o meio político brasileiro da maior parte da República não se distinguiu por traços muito fortes de intelectualidade, e esta circunstância levava muita gente, reproduzindo inconscientemente um conceito infiel e errôneo,

sugerido a alguns velhos pela nostalgia do regime extinto, ou pelo despeito gerado por aspirações insatisfeitas, a repetir enfaticamente que somente no império havia estadistas dignos deste vocábulo, que sempre aplicámos, aliás, com grande abuso e notável impropriedade, somente nos tempos idos da monarquia havia grandes oradores, e assistíamos a elevados debates parlamentares. Estava muito longe de ser rigorosamente exato esse conceito, e se é certo que a eloquência vinha rareando nos últimos anos na tribuna parlamentar, tivemo-la, dentro do regime republicano, talvez mais admirável e florescente do que em toda a era do império.

A eloquência, como um dote humano que é, tendo sido embora considerado divino pelo paganismo helênico, é susceptível de declínios e de ruínas. Pois Tácito — ou se preferirmos outras versões históricas que lhe negam essa autoria, Quintiliano ou Plínio, o jovem — não escreveu um “Dialogo sobre as causas da corrupção da eloquência” talvez um século antes da era cristã? E não o escreveu na mesma época em que viveu Cícero, o mais célebre dos oradores romanos, o maior cinzelador das jóias da eloquência, contemporâneo do grande historiador latino, que só morreu entre os anos 117 e 120?

E não foi também na República que o verbo quase divino de Rui Barbosa, na plena madureza

de sua formidável potencialidade, mais soberanamente dominou nas justas da eloqüência e nos prélios da tribuna parlamentar?

Falando na eloqüência e no prestígio da oratória parlamentar brasileira, basta que evoquemos aquelas duas legislaturas áureas em que tinham assento na mesma bancada mineira onde Evaristo da Veiga levantava sua voz dominadora na tumultuosa sessão do final da primeira década da existência autônoma do Brasil, em 1831, as mais brilhantes figuras do cenário político republicano.

Como o foi no seu tempo o publicista da regência, ali se sentavam os oradores parlamentares do melhor quilate, os príncipes da palavra. E basta lembrar três nomes: Gastão da Cunha, David Campista, Carlos Peixoto Filho.

O primeiro, como um pássaro ferido na asa, que é o instrumento com que se move para voar até a altura das nuvens, jazia, ao cabo de uma das mais belas e fulgurantes trajetórias pela vida pública, como político, como diplomata, numa dolorosa invalidez, privado daquela palavra que era todo o encanto de sua personalidade.

A oratória é a diversidade. Aquele que não a puder usar em todos os seus registros, poderá ser um excelente orador, mas não o será completo e perfeito. Gastão da Cunha, Carlos Peixoto Filho,

David Campista, cada qual com seu feitio e suas modalidades, eram-no completos. Mais parecidos os dois primeiros na graça e na espiritualidade, tocada sua palavra a cada momento pelas cintilações metálicas da ironia e do chiste; mais perfeito o último nos seus aspectos de orador parlamentar por excelência. Cada um dos três passava, com elegância, com fluidez, com arte, de uma modalidade da oratória para outra. Carlos Peixoto falava doutrinariamente, defendendo seus pareceres de relator da receita, como se ocupasse uma cadeira. Mas era sarcástico, e apenas fazia sorrir. Gastão da Cunha, com a perfeição quase fotográfica de suas caricaturas, ia além: não raro convertiam-se em gargalhadas os sorrisos que despertava. Era, na tribuna, o mesmo conversador cheio das fagulhas que cultivava, com requintes de arte, o jogo floral da palestra. Pode-se dizer da oratória parlamentar do Brasil daquela época o mesmo que diz Azorin da espanhola, com a preciosa galeria em que figuram Emílio Castelar, Pi y Margal, Canovas del Castillo, Antonio Maura. O parlamento tem, entre outras eficácias que lhe não podem ser negadas, a de ser uma escola de oratória. Falava-se admiravelmente na antiga Câmara do Brasil. As gerações jovens de hoje, aquelas que não ouviram Rui Barbosa, nos grandes prélios da palavra em que pelejou e triunfou, e que não conheceram Pedro Moacir, Carlos Peixoto Filho, Belisário de

Souza, Augusto de Freitas, Gastão da Cunha, David Campista, não têm uma idéia muito exata do que seja a oratória. O orador que empolga seus auditórios deve ter alguma coisa de teatral. O auditório, por sua vez, tem qualquer coisa de uma platéia. É sensível aos lances, aos tropos de efeito, às imagens felizes. E há de ser por isto que as galerias da Cadeia Velha tinham sempre uma freqüência numerosa e de certo nível intelectual, como o demonstrava sua sensibilidade, e somente se animavam com a presença de expectadores as do Monroe, as da Ala Direita da Biblioteca Nacional, as do Palácio Tiradentes, muito mais por força do atrativo da natureza do debate e do episódio político do momento, do que pela qualidade e pelo vulto do orador.

Sem ser um orador, mas distinguindo-se por uma cultura variada e forte, que se assinalou nos seus estudos, projetos e pareceres, era a esse mesmo tempo deputado por Minas Estevão Lobo, que as insídias do mar impiedoso roubaram à vida, numa clara manhã de sol, nessa praia de infinita beleza que é Copacabana, desempenhando idêntico mandato João Luís Alves, parlamentar de inteligência poderosa e palavra cheia de seduções. Eram-no também o Sr. Melo Franco e o Sr. Calógeras, e basta este registro de nomes para mostrar como era grande o prestígio intelectual da bancada mineira.

Também nessa época ocupava uma das trinta e sete poltronas daquela representação, em cujo seio já sua palavra ponderada e serena era ouvida com acatamento, o Sr. Venceslau Brás, cuja ascensão aos postos mais elevados de direção e comando deveria abrir para sua província uma era de acentuada influência na política federal.

É uma evocação impregnada de saudades a daquela época política cheia de alvoroços sadios, em que cada dia trazia consigo um episódio novo e uma emoção empolgante, e que compreende a segunda metade do quadriênio Rodrigues Alves.

A cidade do Rio de Janeiro sofria as convulsões que deviam promover sua completa metamorfose, e um sopro de rejuvenescimento começava também a agitar a vida política da nação.

Imperavam no norte as oligarquias que constituíam o sólido alicerce do domínio de Pinheiro Machado.

O Amazonas estava, inteiro, nas mãos do Sr. Silvério Nery, como nas do Sr. Antônio Lemos estava o Pará. Imperava no Maranhão o Sr. Benedito Leite, no Piauí a família Pires Ferreira. O Ceará pertencia à família Acioli; em Pernambuco,

era vontade soberana e dominante o Sr. Rosa e Silva.

Este, numa rivalidade nunca convertida em beligerância declarada, mal suportava a influência do caudilho do sul numa região de que tinha motivos para se considerar a mais representativa das figuras e o chefe natural, e prometia sempre, nas suas atitudes tácitas, um rompimento que nunca se manifestava.

Era a ameaça permanente de um duelo que não se realizava, porque não tinha a necessária coragem para lançar-lhe o cartel de desafio.

Pedro Velho, que jamais soube oprimir nem exercer mandonismo absoluto, era o chefe supremo da política do Rio Grande do Norte. Era o da Paraíba monsenhor Walfredo Leal; em Alagoas, imperava a oligarquia dos Maltas, uma das mais odiosas da época; em Sergipe, dominava um outro sacerdote — monsenhor Olímpio de Campos, que pouco depois, e em consequência do triste episódio em que pereceu, em Aracaju, o ardoroso tribuno Fausto Cardoso, era abatido a tiros, nesta capital, numa sinistra manhã, na praça Quinze de Novembro. O Espírito Santo era uma suserania dos irmãos Monteiro — os Srs. Jerônimo e Bernardino Monteiro — Vicente Machado mandava discricionariamente no Paraná, e o Sr. Borges de Medeiros, que já havia

firmado no Rio Grande a era do seu domínio, comprazia-se, por uma questão de orgulho regional, em respeitar a dignidade de chefe da política nacional de que se revestia Pinheiro Machado, sobretudo porque, dentro das fronteiras de sua província, unicamente sua autoridade predominava.

O novo deputado mineiro, que recebia, logo depois de sua vitoriosa incursão no cenário da política federal, o bastão de “leader” de sua bancada, avultada cada vez mais entre seus pares, e ia se tornando o objeto de um porfiado cortejo de que participava o próprio Pinheiro Machado com um ardor em que os demais buscavam imitá-lo, ou excedê-lo.

João Pinheiro sucedia o Sr. Francisco Sales no governo de Minas e começava, do alto do palácio da Liberdade, a revelar ao país uma de suas personalidades mais sugestivas.

Aparelhada como se achava, compreendeu Minas que lhe havia chegado a vez de poder manifestar a aspiração de elevar um filho seu à cadeira presidencial, apressando-se então Pinheiro Machado a ir ao encontro de seus desejos. Torna conhecida a carta de desistência de Campos Sales, e toma a iniciativa de levantar a candidatura do vice-presidente.

A Bahia, que já se havia antecipado a todo esse movimento, levantando, no momento em que maior era a confusão, a candidatura de Rui Barbosa, dela desiste por solicitação de seu grande filho, para aceitar o nome de Afonso Pena. O senador Leopoldo de Bulhões empreendia, sem tardar, uma viagem a S. Paulo, com a delicada incumbência de aconselhar Bernardino de Campos a desistir de sua candidatura, no que aquiesce ele sem resistência.

Estava, assim, por caminhos indiretos, vitoriosa a candidatura das preferências de Rodrigues Alves!

O presidente que assumia o governo a 15 de novembro de 1906, num ambiente de paz e tranqüilidade, transformado e saneado o Rio de Janeiro, situação financeira folgada, índices econômicos lisonjeiros, organizou um ministério em que predominava a mocidade.

Desde então a luta que se pronunciara entre o domínio pessoal de Pinheiro Machado e as aspirações liberais do país, de que se fazia pioneira destemida a política mineira, ganhava terreno de dia para dia.

O novo presidente havia declarado incisivamente, num banquete que lhe fora oferecido em Belo Horizonte, dias antes de se empossar:

— Quem faz política sou eu!

O “leader” da grande bancada dilatara sua órbita de ação; era, já então, o diretor da maioria parlamentar, e o astro, que do alto do morro da Graça, iluminava com suas projeções violentas todo o vasto horizonte da política nacional, ia tombando num brusco declínio.

Pinheiro Machado, que nem mais relações pessoais entretinha com Carlos Peixoto, em quem via um rival temível prestes a derribá-lo de sua torre de comando, e aí tomar-lhe o lugar, sentia crescer cada vez mais o vácuo que se abria em torno de si.

A romaria que os políticos de todos os vultos e de todos os recantos do país faziam quotidianamente ao castelo da coluna da rua Guanabara, aos poucos mudava de direção. E os romeiros, na realidade, não mostravam sentir grande diferença na mudança, porque no mesmo bairro, e numa distância diminuta uma da outra, estava a casa do novo chefe, e o mesmo bonde das Águas Férreas que os conduzia, até bem pouco, às audiências do morro da Graça, levava-os à “república” de solteirões da esquina da rua das Laranjeiras com a rua Soares Cabral onde Carlos Peixoto vivia na companhia jovial do Sr. Afrânio Peixoto, que ainda não era nem deputado, nem homem de letras profanas, e aí trabalhava

no seu tratado de medicina legal; do deputado pelo Rio Grande do Norte Sr. Eloy de Souza, e do Sr. Primitivo Moacir, um belo espírito que nunca deixou de se comprazer com o retraimento de uma modesta condição de funcionário da Câmara, embora nunca lhe faltassem títulos e qualidades para ocupar as mais altas posições.

Ali aparecia também eu todas as manhãs, para não permitir que ficassem sem resposta as numerosas cartas que diariamente chegavam para o novo chefe que surgia projetando sua grande sombra sobre o domínio ameaçado do general dos pampas, e que nem as abria. E mais de uma vez lembrei-lhe que a razão principal do grande prestígio de Glicério consistia em não deixar uma única carta sem resposta. Fiz-me, por isso, seu secretário gracioso.

Minas empunhava, então, vitoriosamente, o bastão de “leader” da política nacional. A figura de João Pinheiro dominava cada vez mais o planalto brasileiro, e Carlos Peixoto só não se podia considerar vencedor do torneio em que se empenhava com Pinheiro Machado, porque este ainda dispunha de uma influência poderosa no Senado, cuja maioria acatava cegamente sua autoridade, sem embargo das tentativas que fazia para contrabalançá-la o Sr. Feliciano Pena, representante do grande Estado e órgão

autorizado, naquela casa legislativa, do pensamento do governo.

Florescia o Jardim da Infância. Do posto de “leader” da maioria alçava-se logo Carlos Peixoto à cadeira presidencial da Câmara, vaga com a promoção do Sr. Paula Guimarães ao Senado.

O Sr. James Darcy, representante do Rio Grande, que negava obediência a Pinheiro Machado para acompanhar o novo guia político que Minas dava ao Brasil, recebia, como legado de uma boa e fiel amizade, o bastão de chefe da maioria.

Triunfava a mocidade. Havia, naquela renovação de homens e de moldes políticos, que se tornava digna de nota porque se realizava sob as vistas patriarcais de um ancião, entusiasmo, iniciativas, interesse sincero pelas pelejas que se travavam na arena pública.

Predominavam no governo, ao lado de alguns velhos ilustres, inteligências jovens e sadias. David Campista, que se revelara, como deputado, um financista de sólido preparo técnico, sobraçava a pasta da Fazenda. Interrompendo o desempenho de seu mandato de governador, viera do Rio Grande do Norte para ocupar a pasta da Justiça o Sr. Tavares de Lira, cujo nome se firmara nos trabalhos da comissão parlamentar que se constituira para estudar o projeto de

reforma do Código Civil, elaborado pelo eminente Sr. Clóvis Beviláqua.

O Sr. Miguel Calmon, que ainda não tinha trinta anos, e já se havia firmado no apreço público pelos dotes da sua inteligência e pela capacidade de que dera demonstrações como secretário da Agricultura da Bahia, era o ministro da Viação.

O general Hermes da Fonseca, numa atividade fecunda, traçava, como ministro da Guerra, novos rumos ao exército.

Pinheiro Machado lutava com tanto maior tenacidade, firmando seu predomínio no Senado, quanto estava certo de que aquela situação que, já então, abertamente o combatia, tinha assegurada sua continuidade com a indicação natural, espécie de aclamação nacional, do nome de João Pinheiro, que de dia para dia mais crescia nas proporções que ganhara na política do país, para suceder no Catete o Sr. Afonso Pena.

Minas, dentro da corrente do seu liberalismo tradicional, empenhava-se numa campanha regeneradora, destinada a extinguir no país o domínio pessoal de um chefe onipotente que sobrepunha sua vontade a todas as manifestações da opinião pública, e despertava,

com essa atitude, um grande movimento de simpatias e adesões.

Entretanto, não permitiu o destino que a transformação, tão promissora iniciada, prosseguisse com os mesmos elementos de êxito que a fortaleciam.

É que, desde os primeiros dias da mutação que se operava em todos os setores, como resultante dos pactos que se ajustavam na “república” das Laranjeiras, produzindo no edifício do prestígio de Pinheiro Machado desagregações cada vez mais alarmantes, notando-se que até mesmo já o abandonavam alguns de seus correligionários que podiam ser comparados aos ratos dos navios — sempre os últimos a desertar de sua casa flutuante nas catástrofes que os submergem — o que se visava era o propósito de estabilizar a situação com uma nova presidência mineira contra a qual, por certo, nenhuma conjura lograria vingar. E esse trabalho preparatório acabava de ser brutalmente anulado pela morte.

XII

A campanha civilista

Com o desaparecimento de João Pinheiro perdia Minas, perdia o Brasil, perdia o regime, uma de suas mais completas figuras de democrata, de homem de doutrina e de homem de governo. Sua ação na propaganda, seu papel na organização republicana do país e do Estado, a pureza de suas convicções, a sinceridade de sua palavra, em que havia tanto de autoridade como de afirmações de um espírito superior, tinham-no imposto à admiração e ao apreço gerais, sendo desde logo de grande intensidade a projeção de seu vulto no cenário nacional.

E tão depressa fechavam-se seus olhos e assumia o governo de Minas seu vice-presidente, Sr. Bueno Brandão, tornou-se fácil compreender que a estrela do novo “leader” político do país não tardaria muito a começar a desmaiar.

Estávamos em fins de 1908. Últimos dias de novembro. Mal findara a primeira metade do quadriênio. Governo de trabalho e de espírito renovador, que em sua marcha progressiva não

havia querido abandonar a estrada iluminada e larga de seu antecessor. Lançara, de preferência, suas vistas para o aparelhamento da defesa nacional, instituindo, sob a influência do ministro da Guerra, o sorteio militar pela lei de 4 de janeiro daquele ano, e o voluntariado especial, e promovendo, com a aquisição dos encouraçados “Minas Gerais” e “S. Paulo”, cruzadores “Rio Grande do Sul” e “Bahia”, e caça-torpedeiras “Pará”, “Piauí” e “Amazonas”, a renovação do nosso material naval, facilitando por todos os meios ao almirante Alexandrino de Alencar, ministro da Marinha, os recursos necessários para que pudesse dar cabal desempenho ao seu programa de ação, consubstanciado no lema — Rumo ao mar!

No curto período desse governo foi a rede ferroviária do país acrescida de cerca de 2.200 quilômetros de linhas, iniciando-se e alargando-se obras de portos; aumentou e reformou o serviço de abastecimento d’água do Rio de Janeiro; instituiu o serviço do povoamento do solo, sendo de atividades incessantes o trabalho em todas as dependências do ministério da Viação, entregue à capacidade de um administrador adiantado e moderno. Iniciativa não continuada por outros governos, mas de alcance facilmente compreensível, foi a da propaganda externa de nossa expansão

econômica, que a irreverência popular denominou Embaixada de Ouro.

A reforma financeira em execução, constante da criação da Caixa de Conversão e da fixação do câmbio na taxa de 16 d., era uma iniciativa audaz a que se entregava com inteligência e devotamento o ministro da Fazenda. E foi, com efeito, nos debates da lei que instituiu esse programa financeiro do novo governo, que conquistou suas esporas de ouro de cavaleiro na tribuna parlamentar o Sr. David Campista, o ministro dileto do presidente.

Foi naqueles dias que começou a correr, com as reservas e a discrição de um segredo de Polichinelo, a notícia de que o presidente havia tornado conhecido o seu propósito de lançar, desde então, os fundamentos de um trabalho preparatório para sua sucessão, com o nome de seu ministro da Fazenda. Carlos Peixoto Filho foi, naturalmente, o primeiro a ser notificado dessa intenção, recebendo a incumbência de encetar a propósito as primeiras consultas. Sucediam-se, com efeito, daí por diante, na “república” das Laranjeiras e no gabinete presidencial da Cadeia Velha, cercadas do maior sigilo, as conferências em que começava a proceder-se à arregimentação de forças para o assalto decisivo aos arraiais pinheiristas, pactuando-se entre o “leader” do Catete, e da política mineira, e os deputados e

senadores investidos de credenciais que os habilitavam a falar em nome das situações estaduais que representavam, os compromissos de que deveria resultar o êxito da candidatura Campista.

Carlos Peixoto, no entanto, já podia perceber os rumores que dentro de sua própria bancada iam se levantando contra seu predomínio. Por um curioso paradoxo, tinha ele muito daquele ar autoritário e despótico do rival que pretendia abater, e com uma diferença: é que nem sabia temperar essa sua tendência e esse seu feitio com as maneiras um pouco paternais de Pinheiro Machado, e nem podia ainda, pela sua pouca maturidade e pelo quase inopinado de sua ascensão, mandar com a autoridade que ninguém discute, e tem prazer em obedecer.

Nas vésperas da renovação de uma legislatura, não havia de ser difícil a um governo forte, e animado por uma decisão como aquela, ir obtendo reféns de primeira qualidade para serem devidamente aproveitados em maio do ano vindouro, quando estivesse funcionando o aparelho da verificação de poderes nas duas casas legislativas. Os “leaders” de bancadas instruíam devidamente seus governadores, trabalhavam incessantemente os fios telegráficos, e a candidatura mineira já reunia tais elementos de êxito, que dificilmente se lhe poderia opor

qualquer resistência sem sair dos processos normais com que se resolviam tais problemas políticos.

Pinheiro Machado sentia a vizinhança do golpe, lavrando a inquietação no estado-maior de sua legião partidária, mas nenhum movimento ostensivo se pronuncia para se contrapor à marcha dos acontecimentos.

Apenas Rui Barbosa, como um audaz franco-atirador, lança aos ares o primeiro protesto. Não conhecia ainda as emoções da popularidade. Havia, pouco antes, regressado da missão triunfal de Haia, onde chegara em junho de 1907 como um palrador impertinente, animado pela pretensão arrojada de fazer sombra aos delegados das grandes potências do mundo, ouvido a princípio com indiferença e mesmo com uma certa irritação, e que acabara tornando-se a maior figura mental da Segunda Conferência da Paz, respeitado, admirado, cercado de todo o acatamento. Sabia admirá-lo o povo, mas não o compreendia. Deslumbrava com seu saber e com seu gênio, mas vivia como que encerrado numa torre de marfim, sem contatos com as multidões, e mesmo sem conhecer um calor muito intenso de suas simpatias, pois que ninguém se esquecia de que era ele o cérebro e o verbo da política opressora de que era Pinheiro Machado o chefe supremo.

Escreveu-lhe naquele momento uma carta — datada de 10 de dezembro — na qual declarava, inicialmente, que não era candidato à presidência, nem consentia que lho fizessem. E observava, numa profecia, que considerava o país na iminência de dias bem sombrios, acrescentando textualmente: “Alguma coisa extremamente grave de nós se aproxima, que a cegueira geral não enxerga”. Seis dias depois era ao próprio presidente que se dirigia numa outra carta, na qual declarava-lhe o seguinte: “Entendo que nenhum cidadão se deve considerar candidato, enquanto não designado por um movimento da opinião pública, por um partido político, ou por um Estado da União”.

Em outra carta, em que comunicava suas apreensões a um de seus amigos, assim se manifestava: “Nunca vi, nem concebo, combinação mais absolutamente afrontosa ao princípio donde se originou a candidatura do atual presidente e o seu triunfo”.

A verdade, porém, é que Pinheiro Machado, segundo o relatou o senador baiano em oração pronunciada a 13 de novembro de 1914, havia partido para o Rio Grande conforme com a candidatura Campista, levando o propósito de trabalhar ali em seu favor.

Movia-se ativamente o presidente em prol de seu candidato, e para se entender nesse particular com o Sr. Venceslau Brás, já indicado para presidente de Minas, mandou chamá-lo um dia ao Catete. Solicitou-lhe abertamente, não somente o seu apoio, como também uma cooperação em favor da candidatura do ministro da Fazenda, incumbindo-o de procurar atrair para ela os presidentes de S. Paulo e Rio de Janeiro, Srs. Albuquerque Lins e Alfredo Backer.

Falou com franqueza o Sr. Venceslau Brás, declarando-lhe:

— Vai nos dar muito trabalho essa candidatura...

O Sr. David Campista — explicou — sem embargo de seu grande valor, era um homem sem raízes na política de Minas, e ali muito pouco estimado.

Mas objetou-lhe logo o presidente:

— Esta é, antes, uma razão para tornar a candidatura mais aceitável. Tão grandes dificuldades esperam o futuro quadriênio, que melhor será, para governar o país nesse período, um presidente pouco popular e sem raízes políticas...

O Sr. Venceslau Brás partiu logo depois para Itajubá, passando por S. Paulo. Ali se entendeu, no desempenho de sua missão, com o Sr. Albuquerque Lins e com outros chefes, sem que entretanto conseguisse outro resultado além da promessa de uma resposta posterior. Do Sr. Alfredo Backer recebia, alguns dias depois, em resposta a uma carta que lhe havia escrito para Niterói, a segurança do apoio do Estado do Rio à candidatura Campista.

E já havia tomado posse de seu elevado cargo, e ocupava o palácio da Liberdade, quando foi um dia surpreendido com uma entrevista, publicada no “Paiz”, na qual o Sr. Bias Fortes, presidente da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, declarava-se abertamente contrário a tal candidatura. Despachou então para Barbacena seu secretário, com a missão de conhecer mais exatamente o pensamento do venerando chefe mineiro.

O presidente de Minas — declarou-lhe então o Sr. Teodomiro Santiago — não o havia consultado antes de se comprometer com a candidatura Campista, porque conhecia as velhas e cordeais relações que existiam entre ele e o conselheiro Afonso Pena.

— É porque ele ignora — objetou prontamente o Sr. Bias Fortes — certos fatos que

têm concorrido para nos afastar um do outro nestes últimos tempos. E porque adotarmos a candidatura do Sr. David Campista, e que interesse poderemos ter em fazer presidente um mineiro? Com seu eleitorado e sua bancada de quarenta membros — 37 deputados e 3 senadores — muito mais pode conseguir Minas, e com uma liberdade muito maior de ação, do que tolhida em torno de um presidente seu...

Objeta-lhe então o emissário do presidente de Minas que este absolutamente não poderia pretender uma retratação de suas declarações, mas que ficaria satisfeito se ele não passasse da palavra à ação.

— Nem isto posso prometer! contestou prontamente.

Acrescentou que considerava digna de admiração a atitude do Sr. Venceslau Brás, sustentando, por um dever de lealdade, aquela candidatura tampouco desejada pelo povo mineiro, estranhando ao mesmo tempo que dela tomasse a iniciativa o Sr. Afonso Pena, que fora escolhido candidato à sucessão do Sr. Rodrigues Alves como um protesto contra a intervenção do chefe do governo nesse problema. Se Minas adotasse oficialmente a candidatura Campista — concluiu, num recado que pediu fosse

transmitido ao Sr. Venceslau Brás — ele, e seus amigos, se lhe manifestariam contrários!

Dias depois, tinha o Sr. Venceslau Brás conhecimento da atitude que assumiam contra o Sr. Carlos Peixoto Filho alguns membros da bancada mineira que eram, precisamente, dos seus amigos mais dedicados.

Já estávamos em maio, e o trabalho da verificação de poderes, processado sob as vistas diretas do “leader” mineiro, que imprimia à solução dos casos litigiosos o critério rigorosamente político, achava-se quase concluído. Havia ficado para um dos últimos lugares a composição da bancada goiana. O deputado mineiro Sr. José Bento, relator desse feito na comissão de inquérito de que fazia parte, havia recebido ordem para elaborar um parecer que concluía pelo reconhecimento de três candidatos da facção do Sr. Xavier de Almeida, que estava com a candidatura Campista, e de um da corrente do Sr. Leopoldo de Bulhões, que havia ficado com o Sr. Pinheiro Machado, pois na renovação da Câmara os campos beligerantes estavam nitidamente definidos, tendo o senador rio-grandense aceitado a luta. Por ele havia sido o Sr. Alcindo Guanabara incumbido de apresentar a esse parecer uma emenda reconhecendo dois candidatos de cada facção, isto é, aplicando à composição da bancada a sentença de Salomão.

Esse caso eleitoral parecia ter sido destinado para servir de campo ao embate das duas forças antagônicas, e chegara ao conhecimento do presidente de Minas que os moradores da “república” da rua Barão do Amazonas, que eram os Srs. Carneiro de Rezende, Bernardo Monteiro, Francisco Bressane, Sabino Barroso e Alaor Prata, estavam trabalhando ativamente pela derrota do parecer, e conseqüentemente pela do chefe que era também o agente das negociações em prol da candidatura Campista. Despachou então para o Rio de Janeiro aquele que já começava a desempenhar as delicadas funções de seu plenipotenciário sempre que havia uma missão delicada a cumprir. Exonerou-se o Sr. Teodomiro Santiago do encargo com a necessária fidelidade, mostrando àqueles deputados como eles comprometiam o Sr. Venceslau Brás adotando tal atitude, conhecidos como eram os compromissos que havia assumido para com a candidatura Campista. Era sua própria lealdade que se tornava suspeita. Persistissem em tal propósito, e preferiria renunciar seu mandato, encerrando sua carreira política, a ter de romper com seus referidos amigos. Depois de já haver comunicado ao conselheiro Afonso Pena que o Sr. Venceslau Brás mantinha-se inteiramente fiel aos seus compromissos, foi se entender acerca do delicado ponto com o leader da política do governo.

Tornou-se então corrente que nessa ocasião revelou Carlos Peixoto Filho, numa rude expansão de franqueza, a má vontade com que trabalhava pela candidatura Campista.

E o certo é que, com efeito, eram de uma cordialidade muito duvidosa as relações existentes entre as duas brilhantes figuras da política mineira.

Observemos, a propósito, que não é somente entre as mulheres, ou entre os indivíduos de sexo diferente que se amam, que existe o ciúme. Sentem-no intensamente também, e vivem constantemente sob sua pérfida influência, os homens públicos. Na política, talvez tanto quanto no amor, produz grandes males, ou pelo menos ocasiona reservas e prevenções muito grandes entre os homens. Sentiam-no, intenso, um do outro, Campos Sales e Glicério. Paulistas ambos, ambos grandes figuras da propaganda, ambos ministros do governo provisório, por mais que o procurassem, nunca conseguiram dissimular muito a recíproca prevenção que se dedicavam. Não direi que por esse mesmo sentimento, mas por outro qualquer que o estudo psicológico dessas grandes figuras republicanas não logrou apurar, eram igualmente muito artificiais as relações que mantinham um com o outro Prudente de Moraes e Campos Sales. Era o que igualmente ocorria entre Rui Barbosa e Rodrigues

Alves. Cordialmente se detestavam, não se poupando alfinetadas, David Campista e Gastão da Cunha, e isso por uma razão muito compreensível: porque não permitia um que pudesse ser o outro a primeira figura intelectual da bancada onde se sentavam contemporaneamente... Carlos Peixoto Filho, por sua vez, não obstante ser, naquele momento, o campeão da candidatura palaciana, apenas tolerava, no trato de sua amizade, seu grande rival no talento e na própria política.

No dia 12 de maio, porém, ocorria um fato que não tardaria a exercer, em todo esse trabalho preliminar da grande batalha para que se preparavam os dois chefes rivais, uma influência fatal. Naquela manhã, ia quase toda a oficialidade da guarnição fazer, incorporada, em seu palacete da rua Guanabara, uma manifestação de apreço ao ministro da Guerra. O orador dos manifestantes, capitão Jorge Pinheiro, traduzindo a intenção daquela demonstração, lançou sem reservas a candidatura do prestigioso chefe militar à presidência.

De outra forma, com efeito, não podiam ser interpretadas expressões como estas: “... o exército estava desorganizado, e fostes vós que fizestes brotar a confiança onde apenas grassava o desalento...” “Vossa obra ingente, portentosa, não está por certo terminada ainda”. “... o povo

está cansado de uma política sem ideais e sem partidos...”. O esforço do ministro da Guerra — acrescentou entre aplausos — era um complemento da obra de Rio Branco. Aliás já havia o capitão Filadelfo da Rocha, sem nenhuma conseqüência de caráter disciplinar, apresentado numa ordem do dia, à força que comandava, o marechal Hermes como futuro chefe da nação,

Produziu-se, então, no nosso microcosmo político já tão agitado, um abalo indefinível.

Carlos Peixoto Filho havia sido reeleito presidente da Câmara na sessão de 5 daquele mês. Pela terceira vez conferiam-lhe seus pares aquela elevada investidura. Agradecendo, no dia imediato, a nova prova de confiança de que o faziam depositário, pronunciou um pequeno discurso que despertou sensação, porque foi considerado um prenúncio dos fatos que se avizinhavam. Recordando os vinte anos que já contava o regime, assim se exprimia: “temos, pelo menos, demonstrado que somos capazes de praticar a liberdade civil, impedindo que ela degenerasse na demagogia inconsciente que conduz à anarquia e abre assim caminho parcial a perigosas aventuras de violência, fonte e matriz do cesarismo e da tirania”.

Na sessão anterior ao dia em que se havia efetuado a alarmante manifestação ao ministro

da Guerra, era encerrada sem debate a discussão única do parecer referente às eleições de Goiás. As hostilidades surdas que vinha sofrendo no seio da sua bancada Carlos Peixoto explodiram sem reservas, e o plenipotenciário do presidente de Minas buscava uma solução menos chocante para o litígio eleitoral.

A Câmara, o Senado, a respiração coletiva da política, ficaram suspensos durante mais de quinze dias seguidos sob uma impressão de estupor. Riscavam-se nomes da lista da porta com o intuito de evitar as votações, porque o pânico ia determinando uma verdadeira debandada nas fileiras governistas.

Passaram-se dias de indefinível ansiedade entre duas expectativas: a de uma declaração do ministro da Guerra desautorizando qualquer movimento em prol de sua candidatura, que se apresentava como um verdadeiro golpe revolucionário mal dissimulado, e o seu pedido de demissão, que valeria por uma aquiescência à trama militarista.

Havia-se produzido aquele fenômeno, que tão bem definiu o patriarca da República, na colorida expressão que ganhou logo uma tão grande popularidade: deslocou-se o eixo da política.

Criou-se, então, uma situação de indefinível constrangimento, pois dentro do governo, entre os

ministros que o compunham, congregados pela confiança do presidente, defrontavam-se duas candidaturas rivais: uma, objeto de todas as simpatias e preferências do conselheiro Afonso Pena, e que acabava de sofrer um golpe mortal; outra, rubramente revolucionária, abrindo caminho a toques de clarim e cargas de baionetas.

Depois de uma pesada e dolorosa expectativa, envia afinal o ministro da Guerra ao presidente uma carta fulminante em que lhe apresentava seu pedido de demissão. Declarava que assim procedia unicamente como um protesto, uma justa reivindicação. Nada desejava para si; pretendia, unicamente, que não se negassem à sua classe os direitos que, clara e amplamente, havia-lhe reconhecido a constituição de 24 de fevereiro. Unicamente para reivindicá-los era que renunciava a pasta que lhe fora confiada.

O presidente, que já se achava sob o domínio de uma acabrunhadora impressão, recebe essa carta e cautelosamente a guarda; mas, muito antes de a dar a conhecer a quem quer que fosse, era o público posto ao corrente de seus termos integrais. Fornecida pelo seu próprio autor, naquela mesma tarde era uma cópia do documento afixada à porta do jornal que, situado no ponto de maior movimento da Avenida Central, era o órgão tradicional da facção

pinheirista, pois tinha como seu redator-chefe Quintino Bocaiúva.

E quando o emissário do Sr. Venceslau Brás foi ao Catete despedir-se do presidente, e pedir-lhe suas ordens para Belo Horizonte, respondeu-lhe, já dominado por um grande abatimento:

— Diga-lhe que, depois destes fatos, nem ele nem eu temos mais candidato. Os homens que fizeram isto, que escolham quem eles quiserem!

Tão delicada era a situação, que na sessão de 19 daquele agitado mês dizia no Senado o Sr. Severino Vieira, concitando o presidente a imitar o exemplo do Sr. Carlos Peixoto: “... ao conselheiro Afonso Pena estão faltando as condições mais rudimentares para exercer a alta autoridade em que foi investido”; cumpria que a deixasse, para que ela encontrasse, em quem o viesse substituir, “os ornatos e atavios de que necessita para guarda de seu recato”. E terminava aconselhando-o a tomar o trem e partir para Santa Bárbara, a cidade mineira onde nasceu e viveu longos anos. Dizia, ainda, que depois de todos aqueles acontecimentos, a República ficara sem governo.

Havia desmoronado todo o paciente trabalho de cinco meses no preparo da candidatura oficial. O chefe rio-grandense, emergindo de seu eclipse, tendo como aliados principais Quintino Bocaiúva

e o Sr. Azeredo, consegue, sem demora, lançar sobre os ombros nus daquela candidatura — com o argumento aterrorizador da ameaça de um pronunciamento militar — o manto que deveria emprestar-lhe as aparências civis que de todo lhe faltavam. Sob a invocação da “procissão na rua” logra trazer-lhe a adesão de Minas e de todas as demais unidades federativas, apenas com a exceção de S. Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

O ministro da Guerra acabava de atirar sua espada sobre a mesa de despachos do presidente — eis a imagem que fez época. Afonso Pena, dentro de um ambiente depressivo, não se animava a conceder a demissão pedida em termos tão insólitos, convencido — como aliás o estavam, e assim se manifestavam, quantos constituíam o círculo de sua maior intimidade — de que desse seu ato poderiam resultar conseqüências ainda mais graves. Com ele insistiu em vão, procurando levá-lo a um gesto de energia a que de todo não se mostrava disposto, Carlos Peixoto Filho.

Nos meios políticos imperava o pânico, procurando cada qual atender ao brado extremo do “salve-se quem puder.” Realizava-se, afinal, uma sessão da Câmara no dia 17, com aspectos impressionantes, repletas as galerias e tribunas,

inteiramente cheio o recinto. Carlos Peixoto não ocupou a cadeira presidencial, abrindo a sessão o 2.º vice-presidente, Sr. Torquato Moreira. Falando de sua bancada, numa oração de uma meia dúzia de períodos rápidos e nervosos, declara renunciar a presidência, devolvendo aos seus colegas a liberdade de escolherem quem o substitua naquele posto. “... não há quem, conhecendo-me, — acrescentava com voz firme e metálica — não saiba que não sou um acomodaticio, e que jamais pude ou poderia conservar-me em uma situação simulada, por um momento sequer.” Findo seu discurso, deixa o recinto e retira-se imediatamente para sua residência. O Sr. Cassiano do Nascimento improvisa-se “leader”, e aconselha a casa a que, numa demonstração de respeito à deliberação do presidente resignatário, não lhe recuse a renúncia. Declara a seguir o Sr. Josino de Araújo ter ouvido de seu colega que sua resolução era definitiva, firme e inabalável. Segue-se-lhe na tribuna o Sr. Seabra que declarava votar contra a renúncia, observando, entre aplausos, que “se quisesse tirar todas as conseqüências lógicas dos acontecimentos, então não seria somente S. Ex. que teria de renunciar.” A bancada paulista, pelo órgão do Sr. Galeão Carvalho, declara recusar a renúncia. Seguem-se, com iguais declarações, pelo Espírito Santo, o Sr. Bernardo Horta; o Sr. Júlio de Melo, pela representação pernambucana ; pela maioria da

bancada do Distrito Federal, o Sr. Barbosa Lima. O Sr. Sabino Barroso afirma a seguir, com veemência, que a bancada mineira “não aceita, não pode aceitar a renúncia,” acrescentando que a representação, em cujo nome se manifesta, só teve conhecimento de que o Sr. Carlos Peixoto Filho “não era mais seu diretor, no momento em que S. Ex. falou”. A renúncia é rejeitada em votação nominal, apenas contra o pronunciamento do Sr. Cassiano do Nascimento, que a concede. Na sessão de 19 assim define o Sr. Barbosa Lima a situação: “... e aqui nos achamos há quinze dias estarecidos, como que transviados, às apalpadelas e às tontas no meio de uma crise política que se projeta neste recinto conduzindo-nos a uma verdadeira depressão ou, quando não, ao esquecimento das nossas funções precípuas”, “... se é que ainda vive o regime presidencial, ou tenhamos de, em caso contrário, implicitamente que seja, confessar que assistimos a uma deplorável aurora ilegal do sistema parlamentarista.”

Era uma máscara fiel daquela hora crepuscular. “A crise — observa a seguir o Sr. Seabra, que arrebatara das mãos do Sr. Cassiano do Nascimento o bastão de “leader” — não foi aberta no parlamento, e sim lá fora, vindo repercutir aqui dentro.”

Agita-se a cidade, agita-se o país inteiro. Cessa por completo a romaria à “república” das Laranjeiras; reanima-se o morro da Graça. De lá partira o toque de reunir. Ouvem-no todos quantos já se mostravam surdos à voz de comando do general gaúcho, recompondo-se rapidamente suas fileiras. À frente de seu estado-maior — Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Urbano Santos, Azeredo, Nilo Peçanha — vai colocar-se ao lado do candidato armado, justificando-se essa atitude, nos conciliábulos de seus íntimos, como uma maneira hábil de evitar um surto militarista. Aceita pela política, adotada pelo partido, tornar-se-ia civil a candidatura abertamente militar.

O ministro da Guerra, porém, não se declara ostensivamente candidato sem primeiro tentar um lance teatral destinado a captar as simpatias da opinião pública e também, já sob a influência de conselhos políticos, apresentar-se aos olhos da nação como um candidato limpo de sua mácula original.

Dirige, para conseguir esse resultado, uma carta ao barão do Rio Branco e outra a Rui Barbosa. A um como a outro declara que sem seu assentimento não aceitaria a candidatura, que já então havia-lhe sido oficialmente oferecida por aquele diretório político. O ministro das Relações Exteriores, que nas suas expansões íntimas

manifestava-se inteiramente contrário à candidatura militar, torna-se desde aquele momento objeto de um assédio apertado. Enquanto, por todos os modos, procuram as sereias da política atraí-lo para a causa do candidato dos quartéis, não cessa a multidão de aclamá-lo nas ruas todas as vezes em que o vê passar em sua vitória aberta. E tão vivo se torna esse clamor público para que ele se negue a apoiar a perigosa aventura, ficando com a nação, que vigorosamente a repele, que se vê forçado a abster-se de fazer pela cidade seus passeios habituais à tarde. Encerra-se no Itamarati, e somente à noite sai à rua. Apavorava-o, sem dúvida, a idéia de que, com a recusa de seu apoio à candidatura militar, pois que ninguém alimentava dúvidas quanto à repulsa que lhe reservava o senador baiano, tornar-se-ia talvez inevitável a calamidade de um movimento subversivo, um pronunciamento de quartéis, a “procissão na rua” tantas vezes anunciada como uma ameaça à paz e à tranqüilidade pública, pondo em risco o prestígio internacional do Brasil, sua posição na política continental, promovendo sua equiparação às “republicuetas de má fama”. Adotou, então, como solução para a difícil situação em que se achava, um silêncio reservado. Não deu resposta à carta. Preferiu que interpretassem seu silêncio como uma aquiescência tácita à candidatura dos quartéis.

Os Srs. Glicério e Azeredo são incumbidos de procurar o senador baiano para lhe conhecerem a resposta que dá à consulta, e então aparece estampada na imprensa a carta de 19 de maio. É a voz de convocação a que logo acode a nação, dominada por um entusiasmo vibrante. Declara, no grande documento, que não é na farda do marechal que encontra objeção para o exercício da suprema magistratura. Nada exclui que o militar sirva ao país naquele posto. Era preciso, porém, que ela não fosse conferida ao militar, mas ao cidadão. “... se o honrado militar saísse do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado político para a situação de chefe do poder executivo, o fato seria natural” e sua candidatura teria tido seu imediato assentimento. Rememora as origens da crise, lembrando a carta de 16 de dezembro em que mostrou ao presidente o erro em que persistia, prevendo aqueles sucessos, que deixavam ver morta a candidatura oficial “na cabeça olímpica de seu progenitor.” E como se murmurasse que não havia nome algum para ser, no momento, oposto ao do ministro da Guerra, pergunta na carta de bronze: “Pois Mato Grosso não tem o Sr. Joaquim Murтинho? O Rio Grande do Sul, o Sr. Pinheiro Machado, o Sr. Borges de Medeiros, o o Sr. Carlos Barbosa? Santa Catarina, o Sr. Lauro Müller? S. Paulo, o Sr. Rodrigues Alves, o Sr. Campos Sales, o Sr. Bernardino de Campos, o Sr. Francisco Glicério, o

Sr. Albuquerque Lins e o Sr. Antônio Prado? Minas, o Sr. Bias Fortes e o Sr. Francisco Sales? O Rio de Janeiro, o Sr. Quintino Bocaiúva e o Sr. Nilo Pecanha? A Bahia, o Sr. José Marcelino, o Sr. Severino Vieira, o Sr. Araújo Pinho, o Sr. Seabra? Pernambuco, o Sr. Rosa e Silva? O Brasil, o Sr. barão do Rio Branco?” Lembra que Deodoro saiu de uma revolução, obra sua, e que Floriano encontrou a República numa crise de organização. “Daí para cá o governo civil parecia definitivamente estabelecido. Para que regressarmos?” “Seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional. Dêsemos nós rebate de uma campanha séria, no intuito de manter ao país o direito de eleger o chefe do Estado, e, ainda que os governadores dos Estados se achassem todos contra nós, uma candidatura verdadeiramente popular, uma candidatura verdadeiramente nacional, a candidatura de um nome sério, digno, benquisto, reunindo, nos Estados, todos os elementos dissidentes, e, no país, todos os da opinião, havia de se impor e prevalecer.”

Ao tempo em que se passavam tais fatos, já estava organizada e marcada para o dia 22 daquele mesmo mês a convenção formada de deputados e senadores, que deveria homologar a candidatura militar, e ao mesmo tempo imprimir-lhe a tão reclamada feição civil que não lograra adquirir no berço. O eterno e viciado “caucus”,

retardada imitação americana, já desde muito abandonado nos Estados Unidos. Os mesmos membros do poder verificador de amanhã, juizes do pleito, comprometendo-se hoje, como patronos da candidatura, pelo seu êxito eleitoral contra outra que se lhe opusesse.

Diante de ocorrência de tamanha gravidade, reuniam-se em S. Paulo o presidente, o vice-presidente, os secretários do governo, a comissão diretora do P.R.P., e todos os membros da bancada federal ali presentes, com o fim de estudarem a situação e adotarem a atitude que lhes parecesse mais aconselhada pelos altos interesses nacionais em causa.

Por uma expressiva unanimidade, concordam todos em que S. Paulo negaria seu apoio à candidatura do ministro da Guerra, oficializada pela convenção que efetivamente se realizava no dia fixado, sob a presidência de Quintino Bocaiúva, e asseguraria ao chefe na nação sua completa solidariedade. Nessa mesma reunião é investido o Sr. Cincinato Braga da incumbência de levar ao conhecimento do presidente da República aquela decisão, partindo na mesma noite para o Rio de Janeiro, para esse fim, o deputado paulista. Numa rápida troca de impressões a que se entregou na secretaria do palácio, enquanto aguardava o momento de ser recebido pelo presidente, prontamente

compreendeu que o estado de ânimo deste não aconselhava sequer a tentativa de pô-lo ao corrente dos termos integrais de sua missão. Atende-o, porém, a um apelo muito empenhado que naquele mesmo momento lhe foi feito por alguém que tinha um interesse muito legítimo em ver o chefe da nação sair fortalecido e respeitado daquela contingência, e desistiu do propósito de retirar-se.

Uma vez na presença do presidente, deu-lhe conta da atitude da política de S. Paulo, acentuando que seu Estado sentia-se feliz em trazer-lhe seu apoio decidido e firme naquele momento angustioso em que lhe faltava a solidariedade **de Minas**.

O presidente, muito comovido, significa todo o seu agradecimento ao Sr. Cincinato Braga, exclamando, com as duas mãos postas para o alto:

— S. Paulo, o Estado que fez a República!

O diálogo que então se seguiu tornou-se, por momentos, extremamente penoso:

— S. Paulo está decidido a prestar-lhe todo o apoio, pondo à disposição do governo federal todos os recursos de que seja capaz, estando certo de que toda sua população se acha, neste momento, inteiramente ao lado de seu governo e

dos chefes de sua política, mas estabelece como condicional dessa atitude que V. Ex. conceda imediatamente a exoneração pedida pelo ministro da Guerra...

— Não me sinto com forças para aceitar essa condicional — replica o presidente. A situação é de extrema gravidade, e temos que agir muito mais com cautela e prudência a fim de evitarmos conseqüências ainda piores. Sei, além do mais, que não encontrarei um único general que aceite a pasta. E se algum se decidir a aceitá-la, não o deixarão entrar no quartel-general para tomar posse...

Recusou-se a aceitar a sugestão de confiá-la interinamente ao almirante Alexandrino de Alencar, a fim de evitar que se criassem rivalidades entre o exército e a marinha.

Declara-lhe, então, o deputado paulista:

— Pois se V. Ex. me autoriza, irei buscar um general, aliás dos mais ilustres, que tanto para servir o país como S. Paulo, de onde é filho, não vacilará em aceitar a pasta, desde que V. Ex. o convide e lavre o decreto de sua nomeação...

E declinou o nome do general Luís Mendes de Moraes. Este comparece pouco depois no gabinete presidencial e declara aceitar o convite. O presidente concede, então, por carta que tem a

data de 29 de maio, isto é, sete dias depois da proclamação da candidatura do ministro da Guerra pela convenção que com tamanha rapidez se improvisara, o pedido de renúncia, e no mesmo dia era lavrado o decreto que nomeava para ocupar a pasta aquele ilustre chefe militar, o qual toma posse e assume sem nenhum incidente as funções de seu cargo.

A voz da carta histórica despertou no país inteiro uma vitalidade cívica de tamanha veemência, que talvez ninguém a pudesse suspeitar.

Rui Barbosa abandonava as más companhias de tantos anos...

De um lado, ia-se formando a resistência da cultura, ao sopro benéfico do espírito civilista. Era bem aquele abalo, aquele choque vigoroso de que tanto carecia a nação para interromper um letargo que parecia a morte, mas que era apenas um hiato aberto em suas energias. De outro lado, ia se formando a política utilitarista que se comprazia em aceitar o domínio da força, o império do tacão da bota e do rebenque, desde que não lhe fugissem as posições, uma vez que conservassem as complacências do poder.

S. Paulo, a Bahia, o Rio de Janeiro, com seus governos e suas populações, o Distrito Federal com seu Conselho Municipal, colocaram-se desde

logo sob a bandeira que o grande vexilário desfraldava à luz do sol brasileiro. Vibravam as multidões, em transportes de entusiasmo, nas ruas da metrópole. Em todos os pontos do país ia se revelando uma consciência nova, numa arregimentação consoladora de forças que se adestravam para o grande prélio em perspectiva.

A Câmara estava como que paralisada em seus movimentos, sem poder trabalhar. Somente na sessão de 24 é votada, para aceitá-la, a renúncia do presidente, à qual se segue a do 1.º vice-presidente, Sr. Arnolfo Azevedo. Mediante um requerimento de preferência do Sr. Alcindo Guanabara, é nesse dia submetida a votos, e aprovada, a emenda de sua autoria que divide ao meio a bancada de Goiás.

Já era de novo o morro da Graça que dirigia pensamento, palavras e ação da Câmara.

Por uma singular coincidência, que o destino deveria deixar vivamente assinalada, no dia em que a ordem civil sofria aquele rude colapso, ao peso da espada do ministro da Guerra, era também aprovado o parecer que reconhecia deputado por Minas um candidato de nome quase desconhecido, que havia defendido, numa ampla e exaustiva demonstração, a lisura de sua eleição e a legitimidade de seu diploma, da contestação que lhe oferecera o Sr. Francisco

Bernardino. Fazia sua aparição no cenário da política federal, e ocupava, tímida e discretamente, a cadeira que lhe fora reservada na bancada dos 37. Chamava-se Artur Bernardes.

Vozes altivas erguiam-se da tribuna parlamentar indicando Rio Branco para o supremo mandato. O ministro das Relações Exteriores, porém, esquivava-se cada vez mais a manifestações de qualquer natureza, não consentindo que seu nome pudesse ser lançado para alimentar qualquer agitação. Num dos discursos de apologia da candidatura militar que pronunciava o Sr. Seabra na sessão de 26, da Câmara, onde os debates relativos à sucessão já se animavam com calor, informava o “leader” da maioria que o barão do Rio Branco já havia ido à casa do marechal Hermes declarar-lhe que considerava ato de patriotismo apoiar sua candidatura. E o certo é que desde então começou a arrefecer a grande popularidade que cercava o ministro das Relações Exteriores.

Certas frases pronunciadas com espontaneidade desmascaravam de todo as aparências pacíficas daquela candidatura. Assim é que Quintino Bocaiúva dizia numa oração pronunciada naqueles dias no Senado, procurando justificar a pressa com que foi convocada a convenção de 22, que cumpria evitar

“conseqüências temerosas e impedir lamentáveis conflitos de ordem muito grave”.

Rui Barbosa, que não desejava, nem pretendia ser candidato, é o primeiro a escrever uma carta ao conselheiro Rodrigues Alves, concitando-o a aceitar a indicação de seu nome para a luta que se anunciava tão fortalecida por elementos materiais, como morais. O ex-presidente, porém, recusa-se a concordar com a lembrança, e então todas as vistas convergem para Rui Barbosa, tomando o Partido Republicano Paulista a iniciativa de lançar sua candidatura.

O conselheiro Afonso Pena, acometido de uma gripe, profundamente abalado, sucumbia pouco depois desses acontecimentos — no dia 14 de junho. Dá-se à causa de seu passamento um diagnóstico que tem alguma coisa de político — traumatismo moral. O Sr. Nilo Peçanha, em franca divergência com o centro e com o governo do Sr. Alfredo Backer, estava mergulhado numa espessa penumbra quando aquele golpe do destino fê-lo galgar o fastígio do poder, entregando-lhe, como vice-presidente que era, o governo do país. Tão longe estava ele de esperar a súbita e inopinada metamorfose, que foi uma grande dificuldade encontrá-lo na cidade, logo que cerrou os olhos para a vida o presidente, pronunciando nos seus derradeiros momentos,

para que bem as guardassem quantos lhe cercavam o leito mortuário, as últimas palavras com que se despediu do mundo, e com as quais quis resumir toda a ação de sua existência:

— Deus, pátria e família...

Neutralidade na contenda que já dividia fundamentalmente a nação — eis o que prometeu desde logo o novo chefe do poder executivo. Mas prometeu para não cumprir... Para dar uma impressão da sinceridade desse compromisso, convida para ocupar a pasta da Agricultura — criada por lei durante o governo passado, mas ainda não fundado o departamento, que somente o vice-presidente em exercício inaugura — uma figura representativa do Partido Republicano Paulista: o Sr. Cândido Rodrigues. Pouco depois, porém, era este forçado a apresentar sua renúncia, à vista da insinuação descortês de uma “vária” officiosa cuja inspiração, aliás, sempre contestou o Sr. Nilo Peçanha — vindo então ocupar aquele posto um hermista autêntico de S. Paulo: o Sr. Rodolfo Miranda.

Cercou de uma grande pompa o poder de que foi depositário, cultivando com um gosto muito pronunciado as exterioridades rumorosas. Comprazia-se com o sabor do inédito, e por certo soava-lhe bem aos ouvidos a frase caricatural que se consagrou a esse seu espírito novador, sempre

que se queria aludir a qualquer iniciativa sua desse feitio: “É a primeira vez...” Se foi suscetível de críticas e divergências a política que acoroçoou, e com a qual foi conivente, revelou-se, no terreno administrativo, um perfeito homem de governo, servido por aquela inteligência ágil e cintilante — posto que um tanto superficial — que por manifestações tão incisivas revelava-se desde o alvorecer do regime; e, se dispensou sempre uma grande preocupação a frivolidades estrepitosas como aquela carruagem a Daumont, que inaugurou para se arrastar com fausto através as ruas da cidade nos dias de cerimônia, nunca deixou de dar demonstrações fortes de um espírito de iniciativa sempre cheio de arrojo e de afirmações de capacidade.

A única mensagem que teve oportunidade de enviar ao Congresso dando conta de sua gestão, ficou para patentear, nuns mistos de artificialismo de que nunca se podia separar, todas essas suas características.

Foi duramente acusado, mas quando serenaram as paixões e estabeleceu-se a calma dentro da qual, e somente aí, são possíveis os julgamentos definitivos, foi-lhe feita a justiça a que tinha direito. Para auxiliá-lo em sua tarefa administrativa soube cercar-se, na formação de seu ministério, de um núcleo de homens de saber e experiência, conservando do governo de seu

antecessor Rio Branco e o almirante Alexandrino de Alencar.

A 3 de outubro realizava-se no teatro Lírico, constituindo uma demonstração cívica de rara e empolgante solenidade, a convenção das municipalidades que proclamava seus candidatos à presidência e à vice-presidência os Srs. Rui Barbosa e Albuquerque Lins.

O amplo e velho teatro estava literalmente cheio, e à formidável multidão, superior a 5.000 pessoas, que ocupava todas as suas localidades, somava-se uma outra postada na rua, não cessando aquelas consciências emancipadas, e ávidas de liberdade, de aclamar com verdadeiro delírio o formidável ancião que se colocava à frente da nação para conduzi-la, com sua palavra e com seu exemplo, à grande e arejada planície do ideal democrático onde deveria travar-se a luta gigantesca. Na oração demostênica que então pronuncia, já se refere, com emoção e caloroso entusiasmo, ao interesse que a causa despertava em todo o país. “A menos impetuosa das nossas populações — diz referindo-se a Minas — toma, na campanha, a vanguarda”. “O movimento persiste. O movimento vai, como as inundações, de monte a monte. Todo o Brasil vivo se levanta. A nação está de pé e em marcha. É o batismo do

povo na democracia. É o renascimento da nossa nacionalidade. É o futuro livre, que se começa a descortinar”. Mais fiel, com melhor colorido, com maior poder de expressão não podia, com efeito, ser descrito o panorama que naquele momento oferecia o país. O que na realidade se via era isto: “Sobre a extensão das consciências, ainda há pouco áridas, inerte, abandonada, nua, marulha agora o oceano de uma opinião, uma vontade, uma soberania, a alma revivente da nação. Águas do nosso gênese, por sobre as quais se libra o espírito de Deus”. A luta que então já animava todo o país, era o que logo a seguir definia: “Têmo-la presentemente vivaz, calorosa, renhidíssima, esperada com ansiedade a data eleitoral, voltadas para o escrutínio todas as atenções, envolvidas na porfia as camadas sociais de ordinário mais indiferentes”. O norte, o núcleo dos Estados insensibilizados pelas oligarquias em que se apoiava o poder do chefe onipotente da política dominante, mantinha-se na impassibilidade das células mortas de um organismo, mas da Bahia, para o sul era como que um delírio coletivo que se manifestava.

Do que foi essa campanha, sem dúvida a mais elevada e brilhante que já se tem travado no Brasil, encerram os nossos anais políticos, e guarda a lembrança nacional, um registro imperecível. Não importa que a vitória não coroasse a causa liberal — aquela, sim,

verdadeira e sincera, pois que se fundava num alto, num belo e sincero ideal — e que o próprio carvalho que, em lugar da couve, plantou a mão do grande evangelizador, não tivesse ganho ainda a fronde copada debaixo da qual é possível gozar uma sombra acolhedora e generosa. Basta que tenha ficado o exemplo do que é capaz um povo quando sabe despertá-lo uma causa patriótica e boa. Sem se arreçar da qualidade do adversário que se lhe defronta, aceita a luta, combate-o com ardor e veemência, sem arrefecer um minuto sequer no propósito de afirmar suas energias, no desejo e na deliberação de vencer.

Ao serviço da candidatura militar não tardou o governo do vice-presidente, agindo embora com dissimulação e com um certo respeito pelas aparências, a prestar o concurso invencível do poder, permitindo que pudesse ela, com desassombro, jactar-se sempre do apoio decisivo do verdadeiro eleitorado com que contava atingir a meta de sua ambição, e que eram as classes armadas, ou mais particularmente o exército.

O candidato civilista empreende logo depois sua esplêndida e radiosa jornada, ao mesmo tempo que no recinto da Câmara se travavam os mais belos debates políticos a que já assistiu aquele recanto tradicional, iluminando a tribuna com sua eloqüência oradores como os Srs. Pedro Moacir, Irineu Machado, Josino de Araújo, João

Mangabeira, Galeão Carvalhal, Barbosa Lima, Altino Arantes. Muito diverso era o aspecto daquela assembléia política. A vibração, o entusiasmo, a paixão elevada de uma causa boa, sancionada pelo apoio nacional, haviam sucedido à apatia, ao desinteresse, à indiferença. A cadeira presidencial tinha um outro ocupante, que era o Sr. Sabino Barroso. O bastão de “leader” estava nas mãos do Sr. Seabra, que tinha na bancada um único deputado de sua corrente política, e ensaiava então a organização daquele Partido Democrático a princípio tão ridicularizado e de tão minguada eficiência eleitoral, com o qual tentara seu combate à situação dominante na Bahia, de que era chefe natural o Sr. José Marcelino.

A primeira etapa da campanha eleitoral civilista foi S. Paulo. Ali se achavam completamente unidos em torno da grande causa o Partido Republicano e sua velha adversária, a Dissidência. Do seio desta saiu o “leader” autorizado de S. Paulo durante todo o prélio — o Sr. Cincinato Braga. A viagem do candidato civilista, feita durante o dia, deu lugar a manifestações incessantes em todo o trajeto, ocorrendo às estações marginais, no território do Distrito Federal, no fluminense e no paulista, as populações entusiasmadas. A todos os aglomerados que enchiam com o rumor de suas aclamações as estações, dirigia Rui Barbosa sua

palavra inflamada e arrebatadora, concitando-os ao alistamento e ao exercício do direito do voto. Morte ao analfabetismo! Era a reação da cultura em marcha para atingir e dominar a consciência nacional vigilante. O chefe rio-grandense destacava suas melhores figuras para a tribuna do Senado e da Câmara, na tentativa vã de atenuar o vigor dos golpes daquela palavra indomável. Quintino Bocaiúva, pagando seu penoso tributo à disciplina partidária, faz a apologia dos não preparados. Entre demonstrações transbordantes de entusiasmo, objeto de uma apoteose, realiza em S. Paulo o candidato civilista sua primeira conferência, pregando o evangelho da verdade republicana. As orações que fazem a série dessa peregrinação democrática são modelos de eloqüência, finos labores de linguagem, obras primas de arte. Responde-lhe em S. Paulo Alfredo Pujol, uma das mais formosas inteligências da Dissidência. Fala-lhe em nome do povo paulista. “Apóstolo sagrado de todas as liberdades, o teu apelo eloqüente soou nas nossas fileiras como o som agudo de um clarim aflitivo e desesperado; e nós, paulistas, unidos em um só bloco, com a República nos braços e a pátria no coração, marcharemos firmes à gloriosa batalha final!”

Visita depois, numa excursão que é um triunfo continuado, pronunciando para cada uma dessas cidades uma oração adequada, Santos e

Campinas. Fala na primeira sobre comércio e navegação, pronuncia na segunda seu discurso financeiro.

Termina 1909, e nos primeiros dias de janeiro seguinte parte para a Bahia, que o recebe em delírio. “Meu programa está na minha vida” — eis o tema da oração com que falou à sua terra e aos seus conterrâneos, que nunca assistiram a um espetáculo comparável àquele, nas proporções de seu entusiasmo.

Sua chegada ao Rio de Janeiro, dessa vez, como quando regressara de S. Paulo e como teria de suceder sempre que voltava de suas excursões eleitorais, congregava nos pontos de seu desembarque, na amplidão das praças públicas e das avenidas, as maiores, as mais impressionantes aglomerações humanas, que lhe faziam manifestações de um calor e de uma expressão indescritíveis, ficando marcadas para sempre na lembrança da cidade e na recordação de quantos as testemunharam. Eram espetáculos arrebatadores, consagrações populares que por certo nunca se repetirão.

Percorre depois as cidades de Minas, e o acolhimento que lhe fazem Juiz de Fora, Ouro Preto e Belo Horizonte, não é senão uma reprodução do que lhe haviam proporcionado os demais pontos do país que visitara, dando a

impressão de que sua presença e o prestígio irresistível de sua eloquência iam operando o milagre de uma fusão geral de todas as almas no interesse pela causa do civilismo, E quando, nas ruas da Capital Federal, ensaiavam os agentes do hermismo um comício ou uma manifestação com que pretendessem a veleidade de associar a população à sua causa, degenerava aquilo num conflito sangrento, ou num ridículo desconcertante. O estouro da boiada, tese de sua conferência de Juiz de Fora, é uma página de tanta formosura e de uma tal pureza de estilo, que ficou incorporada às mais belas da língua portuguesa, digna de figurar em suas melhores antologias.

O pleito de 1.º de março foi o mais empenhado e renhido de quantos comícios eleitorais têm se realizado no Brasil. Onde havia um pouco de civilização e cultura, uma noção de liberdade e uma compreensão mais clara do dever e do civismo, triunfou o candidato civilista. Pinheiro Machado, que acionava com suas mãos de mago a poderosa máquina eleitoral em poder das oligarquias, havia prometido ao seu candidato os famosos “quatrocentos mil redondos”, e as urnas, que com tamanha passividade serviam seus interesses e suas paixões, cumpriram suas determinações, não permitindo que falhasse o orçamento com que antecipava a vitória da chapa oficial. A chapa

civilista, sufragada à luz da mais rigorosa fiscalização, num pleito ao qual não havia partidário seu que não corresse com o mais vivo interesse, reuniu mais de trezentos mil votos autênticos, expressão insofismável de verdade eleitoral. A Capital Federal, cujo alistamento havia sido acrescido de mais de 15.000 eleitores novos — homens independentes, de todas as classes sociais, até então sistematicamente afastados dos prélios eleitorais, como uma medida acauteladora e prudente, tão aviltado se achava na principal cidade do país o exercício do voto — ofereceu naquele dia, sob as vistas diretas do governo Nilo Peçanha, tendo como ministro da Justiça um jurista como o Sr. Esmeraldino Bandeira, um espetáculo desolador. Consentiu o governo que deixassem de funcionar todas as seções eleitorais onde se poderia prever a vitória das candidaturas civilistas, e aquela multidão de homens classificados que haviam deixado suas casas para irem cumprir o dever e exercer o direito de votar num pleito que envolvia os próprios destinos nacionais, teve de voltar acabrunhada, sem poder fazê-lo, porque encontrava fechadas as portas de umas em seguida a outras! Foi o que Rui Barbosa chamou mais tarde, numa amarga reminiscência daquele fato, “a mais cínica exibição do roubo contra o voto popular”.

O Congresso, convertido em poder verificador, e tendo como “leader” de sua maioria o antigo general das 21 brigadas, senador por S. Paulo, que depois de um tão demorado colapso voltava a ocupar um posto de evidência política, funcionou durante todo o seu trabalho ouvindo os toques de clarins e os dobrados marciais dos corpos da famosa 2a. brigada estratégica, comandada pelo general Mena Barreto, que todos os dias desfilavam em exercícios sob as janelas do edifício do Senado, nas horas em que ali ecoava a voz de Rui Barbosa na defesa de seus direitos de candidato eleito, já irremissivelmente condenados pelo parecer da maioria que destruía, com quatro penadas, a argumentação e a documentação que faziam de sua exaustiva contestação um monumento de lógica e de elucidação, uma comprovação irresponsável do amontoado de fraudes e de vícios insanáveis sobre os quais fundava-se — sobretudo nos montões de atas procedentes do norte — a vitória da chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás.

O parecer estava aprovado, reconhecidos e proclamados estavam os dois candidatos, seis dias antes que Rui Barbosa houvesse terminado seu trabalho!

Quando o presidente do Congresso, que era Quintino Bocaiúva, proclamou eleitos os candidatos daquela clamorosa alquimia eleitoral,

prestou Barbosa Lima uma expressiva manifestação de respeito a tal resultado. Na primeira sessão preparatória daquela assembléia parcial e comprometida, já se havia conservado coberto no recinto, mantendo na cabeça seu chapéu de feltro desabado. Nesse encerramento da farsa constitucional, como um girondino no seio da Convenção, trepou numa cadeira e exclamou várias vezes, com sua voz solene, calorosamente secundado pela multidão que enchia as galerias:

— Viva a República civil! Viva o senador Rui Barbosa!

O Sr. João de Siqueira, levantando os braços para o ar, caminhando agitadamente pelas bancadas, gritava como um alucinado:

— Viva o marechal Hermes da Fonseca! Viva o presidente eleito!

Lá fora estouravam bombas e foguetes, rufavam tambores, soavam clarins. O recinto encheu-se de estranha animação, manifestando-se todos, caminhando de um lado para outro. Campos Sales, senador, barba e cabelos brancos, tendo substituído os trajes de cores garridas pela austeridade de uma invariável sobrecasaca negra, havia dado seu voto contra o vice chefe do governo provisório, de que fora ministro da

Justiça, reconhecendo o candidato não eleito que S. Paulo combateu.

Tudo se consumava com o apoio, o estímulo e os aplausos do Rio Grande, e com a sanção do chefe soberano de sua política, o benemérito Sr. Borges de Medeiros, de quem era um desdobramento e uma emanção direta, no concerto da política federal, o valoroso general Pinheiro Machado!

“A revolução está vencida, mas o governo está morto!” disse o senador Pizarro por ocasião do movimento que deu lugar, na Argentina, à renúncia de Juarez Celman. Era o que também se podia repetir naquele momento: a nação estava vencida, mas o governo que deveria inaugurar-se a 15 de novembro de 1910, nascia morto!

XIII

O fogo purificador das salvações

Rompendo por aquela forma com o presidente que o fizera depositário de uma soma tão grande de sua confiança, foi o marechal Hermes da Fonseca rude e brutal. Foi ingrato. Foi, porém, franco e desassombrado. Não violou os preceitos fundamentais da lealdade. Sob esse aspecto, não deixou de ser digno das tradições de um soldado de sua estirpe. Não se escondeu nas dobras da dissimulação e da hipocrisia. Se nada fez para pretender, na história, um lugar na galeria onde figura aquele marechal que se devotou ao sacrifício para salvar a existência que lhe cumpria defender e guardar, teve, pelo menos, a hombridade de não trair. A carta que escreveu ao presidente foi insólita e ousada. Nada continha, porém, de um documento pelo qual tivesse de corar um dia, quando viesse a proceder por forma inteiramente diversa daquela por que se comprometera. Não era uma perfídia destinada a iludir e a inspirar confiança, para melhor poder agir em sentido contrário no momento oportuno. Deve-lhe a história esse preito de justiça. “Acho

que a candidatura do Sr. David Campista não encontra apoio na opinião nacional, julgando inconveniente que se continue a sustentá-la.” Eram, sem dúvida, partindo de um ministro e de um soldado para o chefe constitucional a quem devia a obediência e o respeito impostos pelos princípios da hierarquia, palavras que valiam por um ato de subversão. Nada guardavam, porém, que pudesse dar a qualquer julgador, atual ou futuro, o direito de lhe emprestar o conceito deprimente de uma insídia. Esse aspecto de sua atitude é tanto para ser considerado na apreciação daquele episódio histórico, quanto não estava muito longe a hora em que a lealdade teria de ser proscrita da política, para erigir em seu lugar a traição.

E tinha, ainda, outras atenuantes.

Era seu autor, na ocasião em que o foi buscar o presidente para fazê-lo ministro da Guerra de seu governo, o chefe de maior prestígio e influência dentre os de sua classe. Naquela fase de sua vida profissional — um contínuo desdobramento de atividades — foi ele, sem dúvida, como muito bem o acentuou em sua resposta de 29 de maio o chefe da nação, o verdadeiro reorganizador do exército. Daquele pleito memorável que quebrou a apatia, a submissão e a indiferença em que vivia a nação, levantando as multidões num movimento

impulsionado pelo entusiasmo e pela esperança, não emergiu um anônimo, nem nenhum produto da complacência presidencial. E assinale-se que, se emergiu uma decepção, não foi ela para todos...

E se a vontade popular não o sagrou seu eleito, e foi sufocada pelo conluio de interesses da política, que desse modo comprometia e anulava toda a virtude que acaso pudesse conter uma candidatura militar para a obra restauradora que se lhe atribuía, de tudo isto não lhe coube grande parcela de culpa ou responsabilidade, pois que pela maior porção de uma e outra deveria responder o chefe civil, de longa e madura educação política, que acionou todo aquele movimento, e que, com a influência absorvente de seu poder pessoal, teria de dominar o quadriênio que, sob os piores auspícios, inaugurava-se a 15 de novembro de 1910.

Misto de qualidades e defeitos: homem de grande coração, desprovido de qualquer outra espécie de cultura que não fossem os conhecimentos técnicos de sua profissão, vontade débil e maleável, nenhuma experiência da vida pública nem dos perigos da política, tornou-se um verdadeiro instrumento dos enleios desta. Qualquer civil dotado de um pouco mais de argúcia teria sabido defender-se de seus ardis

com uma eficácia que nele nem chegou a ser uma tentativa de resistência.

Convencido de que seria fácil improvisar um partido com o qual governasse, estimulou a formação de uma dessas organizações que se têm sucedido efemeramente na vida do regime sem jamais aprofundarem suas raízes no solo. Tinha a acioná-la a vontade dominadora de Pinheiro Machado, e dispunha, para lhe adornar a fachada, de alguns nomes de maior ou menor tradição: Quintino Bocaiúva, o mais decorativo de todos, Francisco Glicério, Azeredo, Nilo Peçanha, Sabino Barroso, Urbano Santos. Formou-se, assim, a cobertura espessa e pesada que se lançava sempre sobre todos os abusos e sobre toda a vasta série de atentados que marcaram indelevelmente o período tumultuoso de sua administração. O Partido Republicano Conservador, na realidade fundado para coexistir com o poder, mas decorando-se com as aparências sedutoras de um órgão instituído para promover a defesa do princípio — origem confessada da candidatura triunfante — de que não cabia ao presidente da República intervir na escolha de seu sucessor, e também para salvaguardar os preceitos mais ou menos vagos e generalizados, como programa de uma entidade política, da constituição de 24 de fevereiro, tinha de viver como uma planta de estufa, apenas

enquanto lhe fosse propício o ambiente artificial dentro do qual fora gerado.

Candidatura nascida de uma aventura perigosa com que se forçou um resultado eleitoral que estava muito longe de corresponder à vontade nacional, mesmo pelos processos viciados por que se manifestava esta, não tardou o governo que resultou de tal aventura conhecer as asperezas do ambiente que ela própria criou no país.

Diante do golpe de um violento motim militar, teve de submeter-se a uma dolorosa situação. A revolta com que tão rudemente ameaçaram seu poder, de canhões voltados para a cidade, as duas mais potentes unidades de nossa marinha de guerra, secundadas pelo encouraçado “Deodoro” e pelo cruzador “Bahia”, criou-lhe alguns momentos de indefinível humilhação. É que os rebeldes arrancaram daquele governo que se instituiu sobre o prestígio da força, uma anistia singular, porque teria de lhes ser concedida em pleno motim, como uma condicional para que depusessem as armas fumegantes, e ainda com o sangue de suas vítimas fresco no convés onde tombaram na defesa do princípio da ordem e da disciplina, com o qual não podia transigir, porque lhes assistia o dever imperioso de mantê-lo e preservá-lo.

Tal foi o pungente episódio com que iniciou seu período governamental: o chefe militar aclamado e cheio da autoridade brilhante de sua espada e de seus bordados de marechal, marcando com uma pedra negra o último dia da primeira semana de seu quadriênio — 23, de novembro. E era, também, uma data cheia de reminiscências para as glórias militares de uma ilustre família de soldados...

Foi cheia de angústias a noite em que um tiro de canhão anunciou que explodiu aquela revolta. O presidente honrava com sua presença um baile do Club da Tijuca, e daí a pouco seu automóvel varava vertiginosamente as ruas com destino ao Catete. Os poderosos canhões das naus sublevadas sacudiam a cidade com os estrondos espaçados de seus disparos, que quebravam como clamores de uma tragédia o silêncio opressivo e pesado dentro do qual tudo parecia transido de terror. As granadas sibilavam no espaço, em tiros sem alvo nem objetivos certos, explodindo a esmo.

E durante toda a quinta-feira seguinte, quando a população compreendeu, logo ao amanhecer, a extensão dos perigos que a ameaçavam, guarnecido o litoral de tropas e de canhões enfileirados, continuava o fragor dos tiros, espalhando o pânico e o sobressalto. O deputado José Carlos, velho marinheiro sempre

identificado com os interesses de sua classe, foi incumbido pelo general Pinheiro Machado de ir a bordo das duas poderosas unidades sublevadas, de onde voltou para comunicar aos seus pares, da tribuna, na ocasião em que a Câmara em sessão examinava a gravidade da situação, que se até 5 horas não fossem deferidas as reclamações apresentadas ao governo na mensagem que lhe remeteram os rebeldes, os navios em seu poder bombardeariam a cidade.

É fácil compreender o pânico aterrorizador que propagou por toda a extensão da metrópole o conhecimento dessa informação. E todas as providências de caráter militar que o governo ia adotando com estrépito, anunciando que ia agir a flotilha de torpedeiros, concentrando forças navais no Arsenal de Marinha, artilhando e guarnecendo o cais e os morros, apenas serviam, diante de sua ineficácia, para ampliar ainda mais as proporções da submissão a que ficava sujeita sua autoridade.

Os navios rebeldes executavam, dentro da baía, transpondo a barra e regressando ao interior da enseada, manobras de uma precisão admirável, que fariam crer na presença de algum oficial de elevada patente e de grande capacidade técnica a bordo. Era a revelação daquele movimento o marinheiro rude que a lenda havia de perpetuar como o almirante negro, chefe

obsкуро que assombrava com sua capacidade imprevista — João Cândido.

E foi sob a pressão de tal situação que as duas casas legislativas discutiram e votaram na sexta-feira imediata, sancionando-a o presidente à tarde, a resolução que concedia anistia aos rebeldes.

Às 7 horas da noite voltava o deputado rio-grandense ao capitânia da sublevação, para comunicar aos chefes do movimento que estavam todos anistiados, e na manhã de sábado entravam garbosamente no porto os navios rebeldes, que durante a noite haviam saído uma vez ainda para o mar alto, dando-se então a rendição da maruja.

Para se chegar a essa solução sucumbiu um punhado de bravos. Essa anistia, que dois dias depois levava o Club Militar envergonhado a resolver, numa reunião de sua diretoria, que fosse hasteada em funeral a bandeira nacional em sua sede, era ao mesmo tempo um ultraje ao martírio a que se entregaram, como um exemplo de abnegação, aqueles que podem ser resumidos no heróico comandante do “Minas Gerais”, capitão de mar e guerra Batista das Naves.

Rui Barbosa, numa grande demonstração de patriotismo e de generosidade para com o adversário no poder, ocupava pela primeira vez a

tribuna do Senado depois da grande campanha, e fazia-o, apoiando o projeto de anistia, para exprimir sua aversão, sua repulsa, sua agonia diante dos fatos que uma vez mais, na vida do regime, visavam pôr em dúvida “o valor de nossas instituições e a segurança de nossa tranqüilidade”. Terminada a luta, declara que sua resolução, firme e inabalável, como a de seus amigos, era continuar a cumprir seu dever no terreno da legalidade. “A esquadra e o exército — acrescenta — são para nós duas coisas respeitáveis dentro da lei, que lhes traça sua órbita, e dentro da constituição, que lhes impõe essa subordinação inviolável ao poder constituído. Esta a grande expressão do civilismo, o princípio pelo qual se bateu: a manutenção das forças armadas no círculo insuperável da legalidade”.

Alguns dias depois — na noite de 9 de dezembro — era de novo a população despertada pelo estrépito de um tiroteio. Revoltavam-se os fuzileiros navais, rebelava-se o cruzador “Rio Grande do Sul”. Móvel confessado do primeiro motim dos vasos de guerra: castigos corporais infligidos à marinhagem; razão alegada do segundo: as prisões lúgubres e infectas a que eram recolhidas, no quartel da ilha das Cobras, as praças que incorriam em penas disciplinares.

Nova e aflitiva vigília. Outra vez o entrechoque das armas no meio do silêncio da noite, o tumulto, a intranqüilidade geral; de novo amanheceu o litoral tomado por batalhões e regimentos, outra vez o canhoneio lúgubre a bater como marteladas formidáveis sobre os nervos exaltados da população. Do alto do morro de São Bento e no ápice da colina do Castelo, obuseiros e peças de artilheria despejavam granadas sobre a ilha amotinada. Cercavam-na os navios, bombardeando-a. Foi ao rumor dessa orquestra que despertou a cidade. Câmara e Senado reuniam-se sob essa terrível impressão, para tomarem conhecimento da mensagem em que o presidente comunicava os novos e graves sucessos ao Congresso, pedindo-lhe o estado de sítio. Dessa vez era fácil combater o motim. À impunidade e à transigência a que o forçara o primeiro, sucedia-se a energia resoluta e pronta no combate ao segundo. Das janelas da Câmara, enquanto se discutia e votava o sítio, assistia-se ao espetáculo terrificante da luta. Num gesto dramático, o deputado paulista, Sr. Jesuíno Cardoso, depôs sobre a mesa um estilhaço quase fumegante. Era de uma granada que havia rebentado ali perto, na praça Quinze de Novembro. O fogo do canhoneio ia destruindo todas as edificações da ilha, levantando nuvens de poeira e fumo para o espaço enegrecido. Sob os escombros da destruição e nas chamas do

incêndio, iam morrendo os rebeldes, que respondiam aos tiros com outros tiros, enquanto tinham elementos para lutar. Um disparo certo que partira dos obuseiros em ação no alto do morro de S. Bento, sob o comando de um artilheiro que ganhava desde então um grande renome — o capitão Leite de Castro — atingia o último dos canhões com que ainda combatiam os amotinados, matando todos quantos o guarneciam. O cruzador “Rio Grande do Sul”, onde tombara morto, logo ao explodir o motim, um heróico oficial que tentara impedi-lo — o capitão-tenente Carneiro da Cunha — foi logo dominado pelas outras naus, que ficaram, dessa vez, fiéis ao governo. Estava pronto, na noite de 23 de novembro, a sublevar-se com os vasos que forçaram o governo a capitular, quando ali se apresentou seu comandante, o capitão de fragata Max Frontin, que concitou seus subordinados ao respeito à disciplina, sendo atendido. Na tarde de segunda-feira estava votado o sítio, com o concurso da minoria civilista. Esta, que oferecia ao poder o combate regimental da obstrução aos orçamentos, por motivo da questão do Conselho Municipal, compreendeu a gravidade da hora de provações que o país atravessava, e abriu mão de sua resistência, concorrendo para a votação desembaraçada de todas as leis de meios. Era a bela e elevada lição que dava ao governo a legião parlamentar ainda vigilante nos postos de

resistência que lhe restavam. E essa decisão era tanto mais para ser louvada, quanto já havia deliberado não mudar de atitude ao ter conhecimento de que, na reunião de “leaders” de bancadas que havia-se efetuado na véspera, convocada pelo Sr. Fonseca Hermes — a qual, por uma coincidência impressionante, terminara precisamente no momento em que, cerca de 11 horas da noite, ouviam-se os primeiros tiros da fuzilaria da ilha das Cobras — ficara resolvido a apresentação de uma moção da maioria, pela qual se declarava encerrada a sessão legislativa, enfeixando-se nas mãos do presidente todos aqueles poderes de verdadeiro ditador, que virtualmente já ele exercia. Era um meio de pôr termo à ação vigilante daquela minoria “facciosa e arruaceira”, como lhe chamara ele nas declarações de uma entrevista que concedera a um jornal alguns dias antes de assumir o poder.

O primeiro golpe político do novo governo foi desfechado contra a vítima indefesa que se achava inteiramente ao alcance de sua mão. Os trabalhos preliminares e a eleição para o provimento da sucessão do Sr. Alfredo Backer, que com o Estado do Rio havia formado galhardamente nas fileiras civilistas, processaram-se quando já os toques de caixa e os clangores dos clarins anunciavam a vitória da

candidatura militar, ocupando o palácio do Catete o vice-presidente, adversário daquela situação e interessado direto em sua destruição. Manteve-se, entretanto, numa atitude discreta depois que animou e dirigiu a manobra, aliás tão usual do outro lado da baía, de uma duplicata de poderes. Duas Assembléias Fluminenses e dois presidentes eleitos e reconhecidos — os Srs. Edwiges de Queiroz e Oliveira Botelho — eis a situação levada oficialmente ao conhecimento do Congresso na mensagem que lhe dirigiu a 2 de agosto de 1910. Espetáculo mais do que comum. Pedia para o conflito assim figurado o remédio normal que lhe prescrevia a constituição, na elasticidade de seu artigo 6.º, mas não permitiu a vigilância combativa da minoria que até o dia 31 de dezembro daquele ano fosse votado pela Câmara o projeto de lei, que lhe mandara pronto o Senado, prescrevendo tal medida. Mas como, na data em que deveria operar-se a transmissão de poderes em Niterói — exatamente o derradeiro dia do ano, em que se encerravam os trabalhos legislativos — já se achava o novo presidente no Catete, governando o país e traçando novas normas à política nacional, inspirou o Sr. Pinheiro Machado ao seu ministro da Justiça a fórmula que logo se apressou o Sr. Rivadávia Corrêa em pôr em prática. O Supremo Tribunal havia concedido uma ordem de “habeas corpus” à assembléia de que era presidente o Sr. Modesto

de Melo, sagrando-a, dessarte, o poder legítimo perante o qual deveria tomar posse de seu cargo o Sr. Edwiges de Queiroz, e os processos que se empregaram para anular os efeitos dessa decisão mostraram, desde os primeiros momentos da vida daquele governo, como eram realmente antagônicos um do outro o presidente que o chefiava, e o adversário que lhe disputara a investidura — um, emanção da força, expressão da incultura; outro, o espírito da lei, o servo do direito e da justiça. Por uma carta escrita ao Sr. Alfredo Backer nas vésperas da transmissão de poderes, comunicava-lhe o ministro da Justiça que o presidente havia resolvido fazer guardar por força do exército, nos dias 29, 30 e 31 de dezembro, e nos seguintes de janeiro, todas as repartições públicas federais, visto haverem chegado ao seu conhecimento informações de que a entrada do palácio do Ingá estava dominada por metralhadoras, cercadas suas imediações por minas explosivas, estando a ordem ameaçada naquela capital por grande número de assalariados. Tinha também informações de que a posse do novo presidente — não o nomeava, mas sabia-se qual era — estava ameaçada por todos esses elementos, convidando assim o chefe do governo fluminense a aquartelar a força militar. Respondeu-lhe no mesmo dia o Sr. Alfredo Backer que, a não serem as providências acauteladoras que havia tomado para a defesa do

palácio, ameaçado como se achava, desde muito, de ser deposto, tudo mais de que lhe falava a carta ministerial era para ele surpresa de que só com sua leitura tinha conhecimento. Lavrava seu protesto perante o governo, pois nos termos da constituição, somente mediante requisição sua poderia ele prestar-lhe o auxílio da força. Solicitava-lhe, pois, que tomasse as necessárias providências para que a posse do Sr. Edwiges de Queiroz se realizasse com tranqüilidade.

Vigorava, porém, o estado de sítio, e todo o plano com que iniciavam o governo e o chefe rio-grandense a remodelação política do país, poderia ter um desempenho fácil em Niterói, sem as perturbações da imprensa e sem os incômodos da tribuna parlamentar, que algumas horas depois estaria cerrada.

Na manhã de 30, apresentava-se no palácio do Ingá o comandante de um contingente militar que se postara na rua, e ali comunicou ao Sr. Alfredo Backer que o edificio ia ser ocupado pela força federal, ficando desde então impedida, no mesmo, a entrada de quem quer que fosse. E quem dali saísse — inclusive o presidente — não mais teria permissão para entrar de novo. Protestou o Sr. Backer contra sua deposição, que assim se consumava, e retirou-se para sua residência.

Niterói era, então, uma praça de guerra, toda tomada pela força federal, e no dia seguinte, à hora legal, quando se apresentou, seguido de todos os deputados, autoridades estaduais e numerosos amigos, para tomar posse de seu cargo o Sr. Edwiges de Queiroz, presidente eleito garantido na legalidade de seu mandato por uma sentença da mais elevada instância judiciária do país, encontrou interditada pela força a sede da Assembléia Fluminense.

Assim, tomou posse, e foi ocupar o Ingá, o presidente escolhido e apoiado pelo centro.

A 3 de janeiro aparecia o decreto que reconhecia legítima a assembléia presidida pelo Sr. Alves Costa, e conseqüentemente o mandato do Sr. Oliveira Botelho. O fundamento desse ato, aquilo com que se buscava revesti-lo de uma feição legal que absolutamente lhe faltava, era uma perfeita novidade, pois que se tratava de alguma coisa de inteiramente inédito. Justificava a intervenção extra-legal no fundamento de que já a tinha votado o Senado, e que a comissão de Constituição e Justiça da Câmara já havia assinado um parecer favorável à adoção do projeto do outro ramo legislativo. Não se tratava, pois, de uma lei, mas — no máximo — de uma simples intenção enunciada pelo poder que tinha capacidade para elaborá-la. Esse parecer, aliás, firmava a competência do Congresso para decidir

de dualidades de assembleias e, conseqüentemente, dualidades de presidentes. Autorizava a intervenção, mas não passando de uma fase preparatória de decisão que não chegou a ser convertida em preceito legal. Considerou-se, por isso, o poder executivo na obrigação de intervir para “resolver a anormalidade governamental que ameaçava a ordem e a forma republicana federativa”. E como a maioria parlamentar, sempre com a bancada rio-grandense à frente, era toda apoio e docilidade ao governo e à sua política, eram esses atos de puro arbítrio aprovados mais tarde (decreto legislativo de 3 de agosto de 1911) pelo Congresso, que reconheceu a legitimidade dos poderes litigiosos.

O mesmo presidente que por essa escada de corda havia logrado galgar o palácio do Ingá, desligava-se mais tarde do Partido Republicano Conservador, numa manifestação muito louvável de altivez, rompendo com o Catete, mas voltava logo depois a uma reconciliação com um e outro, aconselhada pelos interesses de sua sucessão. Pinheiro Machado sancionou com o seu aplauso, e com o apoio do poder central ao candidato, o nome desde muito acariciado pelas preferências do Sr. Oliveira Botelho, que era o do tenente Feliciano Sodré, E se ganharam esse novo aliado, perderam o Catete e o morro da Graça o concurso precioso da inteligência e da habilidade de Nilo Peçanha, que com ambos rompeu para concordar

em ser ele próprio o candidato com que a aguerrida falange de seus partidários resolveu oferecer combate ao chefe do governo fluminense e àquela sua arriscada aventura política.

Recordemos, incidentemente, que quando governava o país, já tinha tido o vice-presidente em exercício uma divergência bastante séria com o chefe supremo da política dominante. Foi um quase rompimento motivado por um ato que teve uma repercussão muito favorável no país inteiro. A 8 de outubro de 1910 a flotilha do Amazonas, sob o comando do capitão de corveta Costa Mendes, de colaboração com as forças de terra, às ordens do coronel Pantaleão Teles, bombardeava a cidade de Manaus para depor o governador, Sr. Antônio Bitencourt, que se havia alistado nas fileiras civilistas. Visava o atentado restituir o Estado ao domínio político dos partidários de Pinheiro Machado, alçando ao poder o vice-governador, Sr. Sá Peixoto. Tão veemente foi o clamor da indignação pública suscitado por aquele ato — exórdio da série de salvaçãoes insufladas pelo mago da coluna da rua Guanabara — que teve de dar-lhe ouvidos o chefe da nação.

O senador rio-grandense foi ao Catete na tarde em que o episódio dominava todos os espíritos, e sabia-se que o chefe do governo o examinava com o devido interesse e atenção.

Penetrou na ampla sala de despachos, onde o vice-presidente, que voltara apressadamente das manobras do exército, entretinha-se em conferência com os ministros da Guerra e Marinha, general Bernardino Borman e almirante Alexandrino de Alencar. Entrou com seu clássico Chile na cabeça, descobrindo-se ao avizinhar-se da mesa em torno da qual se reuniam os três. Depôs o chapéu e a bengala e foi informado de que Nilo Peçanha ditava-lhes os termos dos telegramas em que eram dadas ordens formais àqueles dois comandantes para que fizessem repor imediatamente o governador apeado do poder.

— Esta ordem — observou com gravidade — representa uma traição aos meus correligionários do Amazonas!

Replicou-lhe o vice-presidente:

— Dei-lhe, politicamente, todo o apoio, mesmo naquelas questões em que a princípio relutei. No caso presente, porém, não lhe posso dar meu assentimento, porque seria entregar-lhe, depois de toda a dedicação partidária, a honra de meu governo!

A resposta, já formulada com azedume, foi uma alfinetada!

— Isto é uma fita!

Trocaram algumas palavras de que já havia desaparecido quase toda a cordialidade, retirando-se o chefe do Partido Republicano Conservador sem disfarçar a indignação que lhe causara aquela desobediência.

O telegrama foi expedido e a ordem cumprida, começando então o senador rio-grandense a esperar por uma oportunidade para “pisar mais um coração amigo”. Com efeito, nos orçamentos que se elaboravam naquele ano foi eliminada, por uma emenda supressiva do Senado, a verba para o saneamento da baixada fluminense.

Também mandou o vice-presidente repor no governo de Sergipe, do qual fora deposto por dolo, o Sr. Rodrigues Doria. “Meu mano, Sr. presidente — exclamava da tribuna o deputado sergipano Sr. Pedro Doria — não renunciou!” Deu fiel cumprimento a decisões judiciárias proferidas em litígios políticos, e com tudo isto entrou a cooperar para o enfraquecimento de um domínio que se tornava cada vez mais soberano. Em discurso que pronunciava mais tarde, reavivando a lembrança dessa sua atitude, declarava que o P.R.C. “não podia ser um eito de escravos, senão um partido de homens livres”.

E avizinha-se de novo de Rui Barbosa, em quem encontrava, para a defesa de sua causa, o valoroso paladino sempre fiel aos apelos que se

apoiavam na justiça e no direito, e como uma nova manifestação das transformações políticas que esse episódio determinava, era logo depois o Sr. Edwiges de Queiroz investido nas funções de chefe de polícia do Distrito Federal!

Um padrão da justiça do governo: aquela anistia concedida aos marujos e fuzileiros navais rebeldes era grosseiramente violada. Metidos dentro de um navio cujo nome se tornou sinistro — o “Satélite” — foram desterrados para o Acre, o “inferno verde”, sendo oito sumariamente fuzilados em alto mar. A divulgação desse fato, do qual fez Rui Barbosa objeto de várias orações que eram libelos inflamados a clamar pertinazmente por uma justiça que jamais teria de chegar, causou uma impressão de horror.

O Sr. Urbano Santos declarou ao Senado que o governo iria promover a punição dos responsáveis por aquela monstruosidade, e o que na realidade se fez foi acobertá-la com a impunidade, pois nem sequer o simulacro de um inquérito se fez para esclarecer as circunstâncias que a rodearam. O presidente foi aconselhado a mandar submeter a conselho o comandante da escolta que praticara tal atrocidade, mas em vez dessa providência moralizadora, enviou ao Congresso uma mensagem em que justificava seu ato, referindo que se constituiu a bordo um conselho de três tenentes que condenou à pena

capital aqueles oito homens! Essa mensagem, cuja impressão não precisa ser recordada, foi atribuída à interferência de alguns tenentes precursores que exerciam, na época, uma certa influência nas esferas palacianas, com o generoso propósito de salvar seu camarada de armas responsável pelo fuzilamento num país onde não existe a pena de morte.

E quando, a 13 de janeiro, suspenso o sítio, puderam os jornais desvendar todos os crimes que haviam sido consumados naquela treva sinistra, apareceram, em toda a nudez de seu horror, as revelações do que se passara nas masmorras da ilha das Cobras, onde um número elevado daqueles infortunados vencidos perecia nas torturas de um ciclo do inferno dantesco, sufocados debaixo de sacas de cal despejadas do alto. Denunciado como responsável pela prática de tais atos, e diante do clamor público que levantaram, era submetido a conselho o comandante daquela praça, capitão de mar e guerra Marques da Rocha, e quando, sob sua impressão, agitava-se em estremecimentos a sensibilidade brasileira, sentava-se esse oficial à mesa presidencial como conviva de um banquete que se realizava no palácio do governo!

Encontrou no mesmo estado, preparado pela sua política, que fora a mesma de seu antecessor, a famosa questão do Conselho Municipal do Distrito Federal. Simulara-se uma duplicata do legislativo da cidade como meio de impedir que funcionasse livremente aquele que emanara do voto dominador do eleitorado civilista, sendo a administração da cidade entregue discricionariamente ao prefeito. Por duas vezes já a seus membros havia o Supremo Tribunal concedido a proteção do “habeas corpus”. Entregue ao Congresso pelo vice-presidente em exercício, desde 26 de novembro de 1909, o litígio artificialmente preparado para aquele fim político, haviam se encerrado duas sessões legislativas sem que a minoria civilista, forte pela pugnacidade e pela inteligência, houvesse permitido que a maioria desfechasse na assembléia municipal legítima o golpe destruidor que se lhe preparava.

Apareceu, então, o decreto de 5 de janeiro de 1911, baixado dentro do sítio, pelo qual mandava o governo proceder a novas eleições de intendentes. Bateram uma vez mais os conselheiros municipais que compunham o poder ameaçado às portas da suprema casa da justiça, e uma nova e incisiva sentença, concedendo-lhes pela terceira vez o remédio impetrado, não somente reafirmava a legalidade de seus

mandatos, como cancelava aquele decreto, considerando-o ilegal e insubsistente.

Em mensagem dirigida ao Congresso a 20 de fevereiro, criava o presidente, numa afronta sem par à consciência jurídica da nação, um intempestivo conflito de poderes, arrogando-se o direito de discutir e analisar aquele ato, e concluindo por declarar que não o respeitaria. E realmente assim procedeu, mandando, no dia 26, fechar a sede do Conselho Municipal, e fazendo-a guardar por força armada! Seguiram-se os protestos, platônicos nos seus efeitos, mas de intensa repercussão na sociedade, de vários membros daquela corte judiciária, até que um dia resolveu a maioria parlamentar, obedecendo aos acenos do chefe da política do governo, aprovar pura e simplesmente o parecer da comissão de Constituição e Justiça, de que era relator o Sr. Felisbello Freire, mandando arquivar a mensagem em qua o presidente, confessando seu ato, dava conta ao Congresso de seu desrespeito à sentença!

Havíamos entrado no prelúdio das salvaçãoes.

As salvaçãoes eram aquela arma terrível e destruidora, de dois gumes afiados, com que ora aniquilavam a golpes fulminantes seus

adversários o chefe do governo, o Sr. Pinheiro Machado e o Partido Republicano Conservador — três entidades distintas reunidas numa só e única vontade — ora recebiam feridas profundas que os deixavam impotentes e inaptos, para um revide condigno.

Por vezes, tomavam um caráter mais violento, assumindo proporções mais devastadoras. Varriam como tufões de fogo. O fogo purificador das salvaçãoes...

Começou no Amazonas, seguindo-se-lhe o Estado do Rio de Janeiro. Estendia-se, depois, por todo o norte — da Bahia ao Pará. O próprio Rio Grande, patrono e fiador do poder a cuja sombra se processava a transformação sumária de situações políticas, deveria, logo a seguir, conhecer a ameaça de uma candidatura ígnea — a do ministro da Guerra do governo com quem vivia na mais perfeita das identificações.

Iam tombando daí a pouco, umas sobre outras, levantando nuvens espessas de fumo que toldavam largas extensões do horizonte, governos oligárquicos e agrupamentos partidários que ruíam como se fossem grandes cátedras seculares...

A Bahia, vencida, parecia uma presa fácil sobre a qual poderia lançar-se o Sr. Seabra com boas probabilidades de êxito, apoiado no poder

central, que por forma alguma poderia faltar ao ministro da Viação.

E Pinheiro Machado? Com que ânimo assistiria a tais preparativos? Estavam os dois separados, guardando o Sr. Seabra ressentimentos muito fundos do chefe dominante. Reconciliaram-se na propaganda da candidatura que ambos abraçaram. Afinal, a mágoa que se seguiu ao episódio da senatoria por Alagoas, não havia de durar a vida toda. Eleito senador, com os votos a descoberto que mandou dar ao ministro da Justiça do governo Rodrigues Alves — tendo deixado para esse fim especial a pasta alguns meses antes de 15 de novembro de 1906 — a política dominante na então satrápia alagoana, foi seu diploma violentamente rasgado, anulado tddo o processo eleitoral em que uma por uma das formalidades intrínsecas e extrínsecas da lei haviam sido rigorosamente satisfeitas. O Sr. Seabra foi naquele transe de sua vida contemplado pelo país inteiro com as simpatias comovidas que todos nós guardamos sempre, no fundo da alma, para as vítimas indefesas das grandes iniquidades, mas o certo é que a vontade do chefe rio-grandense era, no Senado, uma força superior a todos os códigos e regimentos. Apesar da reconciliação, caminhando os dois numa tão perfeita harmonia como se não fossem o algoz e a vítima de bem pouco, o fato é que não foi sem um trabalho pronunciado do senador rio-grandense

para que tal não se desse que o Sr. Seabra conquistou uma pasta no governo. Guiando a organização do ministério, impondo candidatos a custo da preterição de outros já escolhidos e convidados pelo critério das preferências do chefe com quem teriam de governar, decidiu impugnar a inclusão do deputado baiano, com quem já tinha compromissos o presidente. O Sr. Seabra havia sido deposto da situação de “leader” pela própria maioria que conduzia, para entregar o bastão simbólico ao Sr. Torquato Moreira.

Exercendo já uma grande ascendência sobre o espírito do presidente, tornou-se sem demora o ministro da Viação o centro de uma conspiração, em que formavam, além de outros elementos domésticos, o tenente Mário Hermes, o general Percílio da Fonseca e o coronel Clodoaldo da Fonseca, com o generoso propósito de libertar o chefe do governo de uma influência que era, por todos os motivos, geralmente considerada funesta. Tinha aquela liga o propósito deliberado de demolir o prestígio do chefe soberano, contando com a cooperação secreta do Sr. Francisco Sales, ministro da Fazenda, e do Sr. Lauro Müller. Mas na verdade nada conseguiu, porque num dado momento preferiu o presidente romper os próprios laços do sangue, a ter de quebrar os daquela ascendência fascinadora. O Sr. Seabra parecia haver declarado guerra aberta ao senador rio-grandense, entrando a praticar em

sua pasta, sob o calor de muitas simpatias, certos atos de moralidade administrativa, como a rescisão de contratos bem amparados, com os quais ia contrariá-lo violentamente. Mas não tardou a recuar. Não somente assim lho aconselhavam os interesses da aventura que se avizinava, como também as advertências do começo de uma campanha jornalística e de alguns ataques da tribuna parlamentar, uma e outros de inspiração que não lhe foi difícil descobrir.

Logo depois, e como etapa inicial, negociava na Bahia um acordo com os partidos de que vivia, até então, inteiramente distanciado. Celebrou-se esse ajuste, pelo qual se fez, entre as facções José Marcelino-Araujo Pinho — que estava no poder — a do Sr. Severino Vieira e a do ministro da Viação, a mais minguada de todas, uma daquelas partilhas habituais de cadeiras de deputados e senadores e de outros postos eletivos, ficando com um quinhão de 14 lugares na Câmara estadual. Era pouco, como se vê, para poder chegar a ser governador pelos processos regulares. Ainda assim, somente logrou essa porção de cadeiras que o eleitorado livre teria de prover, porque o acordo já foi feito entre preparativos militares, e com a assistência solícita do inspetor da região. Por aqueles dias chegava à cidade do Salvador o coronel Rego Barros com a incumbência de fazer submeter a

reparos os canhões do velho forte de S. Marcelo que já haviam sido considerados, não apenas pela razão de faltar pólvora, mas pelas suas próprias condições, imprestáveis para o simples encargo de dar uma salva inofensiva...

Para garantia futura daquele tipo de acordos, em que os chefes incumbidos da função de praticar com a necessária fidelidade o regime democrático subtraíam ao povo todo e qualquer trabalho que não fosse a simples formalidade de sancionar nas urnas as eleições preliminares que eles assim realizavam, sentava-se pela primeira vez naqueles dias, numa das 37 poltronas da bancada mineira, um novo deputado. Recém chegado, era logo a seguir eleito membro da comissão de Finanças. Portador de um nome hieráldico, previa toda a gente que desde aquele momento se lhe abria uma larga estrada de fortuna política, e que uma habilidade prestimosa e disciplinada entrava a ser posta irrestritamente ao serviço de todos os governos. A data de seu ingresso no cenário da política federal devia ficar assinalada: 16 de maio de 1911. Chamava-se Antônio Carlos; era pálido, doce, mesureiro e amável. Precedera-o, muitos anos antes, com a decoração de uma agreste barba negra, mas ninguém se apercebia de sua presença porque era apenas uma inofensiva figura numérica, um outro galho da mesma árvore genealógica de que procedia. Chamava-se, esse outro, José Bonifácio.

O governador da Bahia, Sr. Araújo Pinho, não se iludiu com os intuitos daquele acordo, a que com grande repugnância deu sua aprovação. Presentiu os perigos que ameaçavam o Estado, e daí a pouco todos os esforços da política dominante convergiam para um nome respeitável que pudesse valer por uma fórmula conciliatória, bem visto pelo centro e pelas várias facções partidárias efemeramente ligadas pelo ajuste. Esse nome, que era o do deputado Domingos Guimarães, não tardava a ser adotado por todos para candidato à sucessão governamental. Por todos, menos pelo Sr. Seabra e seus partidários, que bem sabiam com que elementos podiam contar para o êxito da escalada cujos planos iam sendo desvendados.

Pinheiro Machado assistia a esses preparativos sem pretender, como também sem tentar, por qualquer forma hostilizá-los. O Sr. Seabra contava com o apoio dos elementos domésticos do Catete em que se firmara, e bem compreendia o chefe rio-grandense que, afastando-se do Rio de Janeiro para ir ocupar o posto cobiçado, deixava-o sozinho o ministro da Viação, e livre da conspiração dinástica que tinha por objetivo anular sua influência sobre o espírito fraco do presidente.

Também naqueles dias começava a pairar sobre S. Paulo, com a aproximação da escolha do sucessor do Sr. Albuquerque Lins, a nuvem negra e ameaçadora de uma intervenção militar. A política federal não podia desinteressar-se daquele problema, e ensaiava, desde então, uma candidatura sua.

Começava a sessão legislativa, e as casas do Congresso eram duas colméias rumorosas onde se fabricava com intensa atividade o mel da política. Mel que às vezes é fel...

Pois que o governo militar vinha moralizar tudo, reformar práticas e costumes, quis a política rio-grandense disputar ao Distrito Federal e ao território fluminense a honra insigne de eleger deputado o Sr. Fonseca Hermes, e iniciava-se, então, o grão-ducado do poderoso irmão. O Sr. Torquato Moreira, em cujas mãos vacilantes balançava o cajado de pastor da maioria, transferia-o logo ao seu detentor natural, Este, depois da formalidade de haver declarado que não era candidato ao cargo, tão depressa prestou o compromisso regimental, que leu com o pince-nez que lhe emprestou na ocasião o Sr. Sabino Barroso — simbólica alegoria da unidade da vistas que desde então deveria reinar entre a política de Minas e o Catete desocupado pelo conselheiro Afonso Pena — entrou garbosamente no desempenho da alta investidura. E porque a

minoria civilista houvesse resolvido negar número para a eleição das comissões permanentes, foram precisos dez dias para que ele, reunindo afinal no recinto o máximo regimental para aquele processo, lograsse firmar sua precária autoridade de condutor das bancadas governistas.

E o que se comentava na época é que parecia natural que o tenente Mário Hermes fosse ajudante de ordens do presidente, que fosse chefe de sua casa militar o general Percílio da Fonseca, comandante da 1a. brigada o general Olímpio da Fonseca, e que outros membros da dinastia estivessem exercendo excelentes comissões no país como no estrangeiro, mas era demais fazer o Sr. Fonseca Hermes líder da maioria!

A 12 de maio fazia anos o presidente. Era, também, o primeiro aniversário da manifestação militar da rua Guanabara. Naquele dia foi que se efetivou a alta investidura do novo deputado rio-grandense. O operariado das oficinas do governo, no cumprimento do seu triste fadário de fazer manifestações a todos os presidentes de que se afasta o povo, ia incorporado ao palácio do Catete à noite, carregando lanternas venezianas. E no meio do ruído das músicas e dos foguetes que subiam ao ar, e do concerto de vozes constrangidas que aclamavam aquele que não se podia denominar o “aniversariante” porque os jornais ainda não haviam inaugurado esse

horrível neologismo, uma voz calorosa erguia-se aqui e ali, partindo dos bondes, dos automóveis que corriam, e dos grupos que se formavam nas calçadas: — Viva Rui Barbosa!

Daí a pouco tempo empreendia o presidente uma viagem francamente eleitoral à Bahia. Ia levado pelo ministro da Viação como um urso amestrado de circo — na mordaz expressão do Sr. Severino Vieira, que por essa irreverência havia de pagar bem caro. O pretexto dessa excursão era assistir às festas da Associação Comercial, mas seu único e real intuito era impô-lo como candidato a governador. Era o ministro de sua predileção, e tão apaixonadamente se interessava por aquela aventura, que não se lhe dava lançar-se contra o partido a que devia a maior soma de votos que lograra na Bahia, e que naquele momento já se havia empenhado pela candidatura conciliatória do Sr. Domingos Guimarães — o do Sr. Severino Vieira. E foi no regresso do presidente que se formou a convicção geral de que a Bahia ia ser vítima de uma intervenção militar sumária e brutal, com o fim de assegurar ao Sr. Seabra a ascensão ao poder.

Caminhavam paralelamente os preparativos para a conquista militar de Pernambuco. Segundo se deduzia de suas manifestações exteriores, desejava o marechal Hermes apenas a intervenção na Bahia, mas ponderou-lhe um dia

Pinheiro Machado — numa visita que fazia o presidente à fazenda da Boa Vista — que se tal pretendia, estendesse essa medida tanto a Pernambuco como a S. Paulo. Sobretudo a S. Paulo! Deveria também o governo fortalecer a ação do partido nesses Estados. E por toda a parte — menos, é claro, no Rio Grande e em Minas — iam sendo fundadas sucursais do partido.

Iniciava-se a caçada aos Estados, e se o caçador da Bahia não era nenhum portador de uma espada, com outras, de grande valia no momento, sabia que contava. Não somente já havia sido resolutamente posta ao serviço de sua causa a do jovem tenente que era o *kronprinz* daquele domínio imperialista, como desde logo entrou a dar-lhe demonstrações inquietas de uma dedicação desassomburada, a da mais alta autoridade militar com sede na cidade do Salvador,

Estávamos em setembro, e a data da sucessão era 28 de maio de 1912, mas já por forma tal se caracterizava a ameaça, que todos se preparavam para o golpe.

Uma daquelas caçadas acabava de processar-se pacificamente. Sem necessidade de tiros nem de barulho, e apenas com o prestígio de suas estrelas e com o tilintar daquela espada que tão

bravamente se havia portado na campanha de Canudos, ascendeu ao governo de Sergipe o general Siqueira Menezes — o mesmo que, antes daquela militarização que ia sofrendo a política, havia pleiteado inutilmente, apesar de amparado por uma boa votação, o reconhecimento para ocupar uma cadeira de deputado como candidato da oposição local.

As oposições locais, cansadas do ostracismo, andavam buscando generais e coronéis para abrirem caminho ao poder, e iam se dando bem... O general Dantas Barreto, esse preparava o assalto ao poder à face dos agentes do governo, senão com sua conivência escancarada. Haviam se fundido os grupos oposicionistas que ali militavam em torno dos Srs. Ribeiro de Brito, José Mariano, barão de Lucena e Lourenço de Sá, constituindo a filial do P.R.C., que tomou a iniciativa de lançar sua candidatura. E o diretório central do partido do governo, do qual participava, como suplente do novo governador de Sergipe, aquele que fora o chefe poderoso do ministério que caiu com Deodoro no fragor do golpe de 23 de novembro, sancionava pouco depois no Rio de Janeiro, sob o influxo protetor do patriarca, do qual fizera o senador rio-grandense a figura de proa daquela organização, a incendiária iniciativa de Recife. Às primeiras notícias, havia mandado publicar uma nota contendo a declaração de que não aceitava a

candidatura. Continuando as adesões, foram pedir-lhe que telegrafasse para Recife recomendando que fizesse cessar aquele movimento. Não atendeu. E ei-lo, afinal, candidato oficialmente adotado!

Soava o toque de rebate nos arraiais rosistas. O chefe, até então indisputável da política pernambucana, ouviu de longe os apelos angustiosos de seus correligionários, e deixou apressadamente a Europa, onde se achava em demorada vilegiatura, partindo de regresso. Apenas tocou de passagem na capital já meio convulsionada de seus antigos domínios, vindo diretamente para o Rio de Janeiro. Prometeu-lhe o presidente todo o seu apoio. O mesmo, porém, não cessava de fazer confidencialmente ao ministro da Guerra, de modo que este, a 10 de setembro, pedia demissão da pasta, e achava-se face a face com o chefe pernambucano, cujo nome, por ser o mais forte e resistente que se lhe podia opor, igualmente já havia sido indicado para candidato de seu partido. O Sr. Herculano Bandeira, homem inofensivo e pacífico, portanto pouco indicado para receber com a necessária energia o choque iminente, renunciava o mandato de governador nos primeiros dias de setembro. Afastado da substituição o presidente do Senado, naturalmente por motivos de igual natureza, assumiu o poder o Sr. Estácio Coimbra. Era o

presidente da Câmara e era o homem de confiança do Sr. Rosa e Silva.

Pinheiro Machado acoroçoava o movimento, divisando com essa atitude dois objetivos: concorria para abater seu adversário tradicional no norte, ao mesmo tempo que colaborava para afastar de junto do presidente um outro rival que lhe fazia sombra e era capaz de causar-lhe danos futuros bastante apreciáveis.

Também Alagoas, berço dos marechais, a terra pequenina e gloriosa onde nasceram Deodoro e Floriano, precisava ser quanto antes submetida ao domínio da família, e então, com o sopro cáldo do Catete e a submissão que Pinheiro Machado sabia oferecer a alguns golpes, sempre que era preciso transigir um pouco para obter conquistas maiores, tomava a seu cargo a espada do coronel Clodoaldo da Fonseca a tarefa de uma nova salvação, que consistia em destruir a famosa oligarquia dos irmãos Malta, para lhe arrebatara das mãos o poder. E o assalto ia se preparando num estrépito de armas e numa sucessão de arruaças que a nação escutava sob uma impressão indefinível. S. Paulo edificava com a energia de sua atitude, preparando-se vigorosa e desassombradamente para opor à audaz tentativa que se concertava no centro uma resistência condigna. Agitava-se seu território, sob a animação intensa, vibrátil, calorosa de um

formidável movimento de defesa coletiva. Não havia um município em que não se formasse uma liga anti-intervencionista, e cada paulista se preparava para empunhar uma arma na defesa da autonomia, dos brios e da dignidade de seu torrão natal. Nunca S. Paulo ofereceu, e por certo jamais oferecerá, exemplo mais belo de vitalidade e de civismo.

Enquanto se passavam esses fatos, vozes cheias de eloqüência clamavam, nas duas casas legislativas, pela ação da justiça no crime inominável do “Satélite” — no Senado Rui Barbosa, na Câmara os Srs. Pedro Moacyr, Barbosa Lima, Irineu Machado.

Nos primeiros dias de setembro começavam em Recife os conflitos entre soldados do exército e da polícia militar. Sucediavam-se no Rio de Janeiro as conferências políticas, enchendo-se a opinião pública de apreensões cada vez maiores, diante das perspectivas do quadro sombrio que se lhe apresentava ao olhar. O presidente, comprimido entre os elementos antagônicos que o disputavam, havia assegurado ao Sr. Estácio Coimbra que, homem leal que era, nada decidiria em relação a Pernambuco sem o regresso do Sr. Rosa e Silva. É que o chefe pernambucano havia sido um dos mais poderosos esteios políticos da candidatura de maio, depois de ter sido o principal sustentáculo da malograda aventura

Campista, a arma sob cujos golpes acreditou toda a gente que tombaria fulminado o domínio político do seu rival do sul. Nas duas basílicas da rua Guanabara — o antigo palácio Isabel, que o presidente havia inaugurado como residência do chefe do governo, e o castelo do morro da Graça — jogavam-se os destinos do Brasil. Pinheiro Machado insistia pela intervenção em S. Paulo. O presidente, que às vezes parecia disposto à afirmação de uma personalidade, procurava afastar o perigo, esboçando uma tentativa de resistência. Também já se murmurava que o Sr. Borges de Medeiros era contrário às intervenções. O general Carlos Pinto havia sido nomeado inspetor da região de Pernambuco e partira para Recife — afirmavam os comunicados do gabinete da praça da República — levando instruções para manter no litígio político uma completa neutralidade. A política de S. Paulo, compreendendo que precisava pôr à frente do governo estadual uma grande figura nacional à sombra de cuja autoridade arregimentasse todas as suas energias, unificou-se por completo com o concurso eficaz e direto da Dissidência, em torno do conselheiro Rodrigues Alves, cuja candidatura à sucessão do Sr. Albuquerque Lins era então adotada.

O ministro da Guerra demissionário partia nos primeiros dias de outubro para Recife, e logo à sua chegada àquela capital registrava-se um

tremendo conflito em que tombaram seis mortos na rua da Imperatriz. Era o prólogo... A cidade começava a ser policiada por força federal, e no Rio de Janeiro, onde cada vez mais se adensava o ambiente de inquietação, fazia Rio Branco um apelo caloroso ao presidente para que evitasse o derramamento de sangue em Pernambuco. O presidente prometia; o chefe riograndese reclamava a intervenção para S. Paulo; os generais com comissões de direção e comando reuniam-se em conferência com o ministro da Guerra e resolviam que o que estava em causa com a candidatura Dantas Barreto era o próprio exército; continuava-se a sussurrar que o Sr. Borges de Medeiros era contra...

As eleições pernambucanas eram a 9 de novembro. Tornava-se preciso ativar as manobras. Os encontros entre os contingentes do exército e da força policial tomavam feições de verdadeiras batalhas nas ruas de Recife. A cidade havia sido invadida por um bando de cangaceiros importados do sertão. O povo, embriagado pelo delírio coletivo, ou assistia como simples expectador àqueles acontecimentos alarmantes, ou neles tomava participação mais direta, fatigado como se achava do domínio aristocrático do Sr. Rosa e Silva, que havia implantado em Pernambuco uma oligarquia política antipática e opressora com a qual nada tinha feito, até então, para poder aspirar um pouco do apoio público na

hora do perigo. Na tarde de 6, realizava-se seu enterro simbólico, sendo as edições dos jornais de sua parcialidade arrebatadas das mãos dos vendedores e queimadas na via pública. A cidade caía, então, sob o domínio de uma convulsão generalizada, cerrando suas portas todo o comércio, paralisando todas as manifestações de sua atividade normal. O palácio do governo era atacado pela força federal, acometendo outros contingentes desta os quartéis da força policial, que haviam sido pichados durante a noite. Num só dos numerosos tiroteios que se travaram, morreram doze pessoas. Os dias e as noites de 10 e 12 haviam sido infernais. Do alto dos sobrados, através as janelas das casas, tiros certos ceifavam os soldados de polícia que tentavam dominar a agitação sem freios. O Sr. Rosa e Silva ia ao Catete conferenciar com o presidente acerca dos sucessos, declarando-lhe este que tudo quanto se passava em Recife era contra sua vontade. Havia recomendado que o exército não interviesse no pleito... E ocupando a tribuna do Senado informava o chefe pernambucano, àquela hora já inteiramente perdido, que o forte do Brum tinha seus canhões voltados para a cidade, ameaçando bombardeá-la se o general Dantas Barreto não fosse eleito... Nesse ambiente se realizou o pleito livre. E a conquista do poder era assinalada por episódios como o assalto à seção eleitoral de Bom Conselho, levado a efeito a

bomba de dinamite, onde morreram instantaneamente vinte eleitores, saindo feridos muitos outros que pereciam depois.

A 29, recomeçavam os tumultos. Soldados do exército deitados na rua visavam com suas armas a guarda do palácio. Autoridades locais eram presas e levadas para o quartel general. As residências dos políticos situacionistas eram atacadas. Continuava, do alto dos sobrados, a caçada aos soldados de polícia. Renovavam-se os assaltos aos quartéis desta, não existindo na cidade medida alguma de garantia. Resolveu então o Sr. Estácio Coimbra requisitar a intervenção federal. Em ofício à Câmara comunicava-lhe a 1.º de dezembro o ministro da Justiça que a situação era de quase franca revolução, sendo a força policial impotente para dominá-la. O governo havia autorizado o inspetor da região para que se entendesse com o Sr. Estácio Coimbra, ao mesmo tempo que ordenava a remessa de novos contingentes de força federal para Recife.

Era a resposta que dava o governo a um requerimento de informações da bancada pernambucana. Num discurso que pronuncia, observa o deputado Anibal Freire que o governo tem a audácia de afirmar que a guarnição federal guardava uma atitude imparcial naqueles fatos. Lê, da tribuna, uma carta escrita pelo marechal

Hermes ao Sr. Rosa e Silva, na qual declarava que preferia dar um tiro na cabeça a ter de praticar um só ato que lhe fosse contrário!

Tudo quanto se fazia nesse nova etapa de perturbações não tinha senão um objetivo imediato, que consistia em preparar o poder verificador das eleições. E no dia em que este se reuniu, só tinham ingresso na sede da assembléia os deputados e os senadores opositoristas, sendo violentamente afastados do local todos os da facção Rosa e Silva que acaso ali tivessem o arrojo de se apresentar.

O Sr. Estácio Coimbra havia abandonado o governo, diante da carência absoluta de garantias que lhe proporcionou a intervenção legal que requisitou. Muito mais poderosa era a força da extra-legal que se consumava.

O Congresso, com efeito, apurou que o general Dantas Barreto havia sido eleito por dezenove e tantos mil votos, e que seu competidor havia conseguido dezoito mil e fração.

A 19 de dezembro assumia o poder o novo governador. Era a vitória final do triunvirato militar que ele constituía, até então, com os generais Mena Barreto e Vespasiano de Albuquerque, o qual conseguiu, ao menos para aquele efeito, subtrair temporariamente o

presidente ao domínio hipnótico do castelão do morro da Graça.

Ia seguir-se a esse episódio a conquista da Bahia.

Dir-se-ia que o governo, dispondo dos atributos da salamandra, não temia queimar-se naquele fogo. E, por isso, alimentava-o com os estímulos fortes do aplauso tácito, da impunidade, com as instruções hipócritas para que a tropa se mantivesse neutra. Criavam-se novos casos, esboçavam-se outros assaltos. Havia soado para o domínio de Pinheiro Machado a mais amarga de suas horas. O coronel Clodoaldo da Fonseca, que havia substituído o general Percílio da Fonseca nas funções de chefe da casa militar do presidente, exonerava-se desse cargo e partia para uma nova cruzada igual à que trinfara em Pernambuco. Apoiava o governo as aspirações de todas aquelas reduzidas oposições locais até então destituídas de toda e qualquer significação e importância como forças partidárias, desde que soubessem escolher candidatos militares bem vistos pelo Catete. Seguindo Recife e Maceió, começavam a agitar-se Fortaleza e Vitória. O tenente-coronel Franco Rabelo, secretário do governo cearense que apoiou o golpe de Estado, era por esse motivo

particularmente grato ao marechal Hermes. Outro não foi o fundamento sentimental que o levou a sustentar, em Pernambuco, a política oposicionista de que era um dos chefes o barão de Lucena. Com aquele candidato, pretendia a oposição local salvar o Ceará, derrubando a oligarquia Acioli. Estavam sob séria ameaça o Sr. Nogueira Acioli, o Sr. Euclides Malta, o Sr. Jerônimo Monteiro. O candidato espiritosantense era o médico militar Getúlio dos Santos, que receitava para doentes da família Fonseca. Pinheiro Machado tentou um golpe heróico, mandando ao presidente, por intermédio do Sr. Rivadávia Corrêa, uma nota em que a comissão executiva do partido fundado para governar com o governo fazia-lhe uma advertência cominativa. Observava-lhe que as oposições locais não deviam, sequer, contar com a indiferença do governo para suas agitações partidárias. Ao contrário do que sucedera em Pernambuco, deveria dali por diante o exército apoiar a autoridade constituída. O presidente ficou impressionado com a nota. Deu ordens, expediu instruções. Ia ser exonerado o chefe de polícia, Sr. Belisário Távora, aparentemente o único elemento de apoio com que contava no centro a aventura de que as agitações de Fortaleza eram seguro prenúncio para o Ceará. Ia mudar o aspecto das coisas. Nesse momento, porém, convoca o ministro da Guerra — já um quase

candidato declarado ao governo do Rio Grande — uma reunião dos generais com funções na região, e o que estes deliberam e fazem sentir ao presidente é que ele não podia continuar sob o domínio de Pinheiro Machado, contrariando os interesses de seus camaradas, submetendo o exército a humilhações.

Doloroso contraste: nunca outro qualquer presidente tanto se submeteu às influências da política! Entretanto, havia sido escolhido como uma necessidade para afastar da administração pública os civis em falência porque, como mandatários da política, faltavam-lhes a energia, a independência, a liberdade de ação indispensáveis a um bom governo.

Passaram, então, a dominar temporariamente, os oito generais que exerciam cargos administrativos e altas comissões no ministério da Guerra. Era o “partido generalista”. O P.R.C. não conseguia outra coisa mais do que simples declarações. O verdadeiro chefe da política dominante passara a ser o general Mena Barreto.

À vista disso, e diante do exemplo de Recife, o Sr. Natalício Camboim, numa famosa forma de acordo que tomou seu nome, retirou sua candidatura ao governo de Alagoas. Deixando sozinho em campo o coronel Clodoaldo da

Fonseca, não corria o partido o perigo de ser derrotado. No dia seguinte, o chefe rio-grandense reunia num almoço em seu castelo inexpugnável o ministro da Guerra e o candidato único à ocupação do palácio de Maceió...

Continuavam os municípios de S. Paulo a aprovar, entre manifestações de entusiasmo, moções de solidariedade ao governo estadual. O Sr. Coelho Lisboa chamava ao marechal Hermes, num artigo, “Napoleão de cera...” Rio Branco, apreensivo, ora aconselhava, ora transigia, ora apoiava, pela forma tácita do silêncio, tudo quanto se passava.

E como as conveniências aconselhavam acomodar S. Paulo dentro daquele quadro já tão perturbado por agitações perigosas, celebrava-se um acordo político pelo qual o P.R.C. desistia de pretender dar um sucessor ao Sr. Albuquerque Lins, deixando sem competidor o conselheiro Rodrigues Alves, para se contentar apenas, na renovação da legislatura, com algumas cadeiras de deputado. O presidente mandava visitar o candidato oficial em sua residência, e a 11 de janeiro partia para S. Paulo o Sr. Fonseca Hermes, a fim de firmar o convênio da paz...

Mas já no dia seguinte soava a hora da Bahia. Tratava-se, evidentemente, de um plano diabólico para deixá-la sozinha em sua dura

provação, subtraindo-lhe a preciosa solidariedade de seu grande aliado da campanha civilista.

A recente experiência de Pernambuco, e o êxito que a coroou, ditaram um processo mais fulminante e sumário para a Bahia, por isso mesmo que o governo local, desde muito ciente dos preparativos e do ânimo de seus adversários, dispunha-se para a resistência. Havia decretado, como medida preliminar, que o Congresso estadual, cujas sessões preparatórias se avizinhavam, celebrasse suas reuniões na cidade sertaneja de Jequié. Essa providência tinha se tornado tanto mais aconselhável, quanto o marechal Hermes, diante da atitude ostensivamente partidária que havia tomado pouco antes o general Sotero de Menezes, por ocasião da instalação da junta apuradora das eleições para intendente municipal, havia-lhe expedido um telegrama no qual declarava que era para ele questão de honra manter o respeito devido à autonomia dos Estados... A 21 de dezembro havia renunciado seu mandato o governador, e na ausência do presidente do Senado, cônego Leôncio Galvão, assumiu o poder o da Câmara, Sr. Aurélio Viana. Havia o propósito de fazer coincidirem com as de S. Paulo as eleições de governador, e já o Sr. Domingos Guimarães, sentindo que seu nome não tivera a virtude de promover uma conciliação geral, nem lograra afastar os perigos de uma luta, havia

retirado sua candidatura. As eleições iam ser adiadas para março, e o candidato em vias de ser apresentado era o Sr. João Santos. Aquele acordo, aceito por todas as facções com propósitos tão elevados, visando uma composição conciliatória e harmônica para as divergências partidárias, não passara de uma cilada. Os deputados e senadores de facção do ministro da Viação constituíram um núcleo com o qual pretenderam formar o poder verificador, e como encontrassem por parte do governo a resistência natural a essa pretensão, impetraram do juiz federal, Sr. Paulo Fontes, que a concedeu, uma ordem de “habeas corpus” para o fim de poderem reunir-se na sede habitual, criando assim uma estranha dualidade de poder verificador.

Não somente porque, pela lei, deveria o juiz prolator recorrer de seu despacho para o Supremo Tribunal, a quem competia, no caso, pronunciar a última palavra, com porque subsistia o ato da mudança da sede do poder legislativo estadual para aquela localidade, negou-se o governo a prestar obediência à ordem. Como medida de segurança, fez guardar por numerosos contingentes de força policial o palácio do governador e o da Câmara. Na manhã de 12 mandava o general Sotero de Menezes, munido de uma autorização de que fora veículo um telegrama do Rio de Janeiro, resposta de uma consulta que fizera ao presidente, sibilamente

firmado “M. Hermes” — assinatura que, numa precipitada manifestação interpretativa, foi logo traduzida como “Marechal Hermes” — intimar o governador interino a dar cumprimento à ordem de “habeas corpus”, retirando do edificio da Câmara a força que o occupava, sob pena de, no fim de uma hora. fazê-lo a bala. Não mandou fazer esse serviço por força de infantaria — explicava-o depois — porque não a tinha sufficiente, e temia uma emboscada. E findo aquele prazo de uma hora, ordenava que os canhões do forte de S. Marcelo — aqueles mesmos canhões que pouco antes nem uma salva podiam dar — e os do forte do Barbalho abrissem fogo sobre os dois palácios. Se se tratasse de uma esquadra estrangeira que ali houvesse chegado, por certo não teria seu comandante concedido à cidade apenas o prazo de uma, mas de muitas horas, antes de a submeter ao duro castigo de um bombardeio. Daria, assim procedendo, cumprimento a um preceito humanitário e comum de direito internacional. Mas para que essa cerimônia, se se tratava de uma simples operação destinada a submeter uma cidade brasileira para entregá-la, manietada e indefesa, a um conquistador também brasileiro, membro do governo federal, e baiano que tanto amava sua terra natal? O palácio do governo foi destruído. A explosão das granadas ateou um incêndio na Biblioteca Pública, que foi igualmente destruída.

A população, aterrorizada, tinha a impressão de estar assistindo a um cataclisma. E, passado aquele momento, decorrida aquela fase inacreditável do assalto desde muito planejado, debandando a força que guarnecia o palácio, para ali se dirigiu logo um bando enfurecido ao qual já esse papel havia sido previamente distribuído, e realizou a deposição do Sr. Aurélio Viana. As notícias dessas ocorrências causaram à capital do país uma sensação de estupor. O governo, como providência mais pronta e como remédio que se lhe afigurou mais eficaz para aquela situação, ordenava nesse mesmo dia — pois que outras notícias traziam a informação de que a polícia estava lutando heroicamente na defesa da autonomia do Estado — que duas naus de guerra zarpassem imediatamente para aquele porto. Foi, então, que o ministro da Marinha, almirante Marques de Leão, num movimento de altivez que causou a todo o país uma viva emoção, renunciou sua pasta. A carta em que dá conta ao presidente dessa sua resolução é um documento cheio de altivez, no qual observa que o bombardeio é “uma iniquidade que atenta menos contra a constituição brasileira do que contra a civilização e a dignidade humana”. Constituirá — acrescenta em sua linguagem incisiva, franca e desassombrada — uma nódoa indelével em nossa história, um opróbio para seus responsáveis.“ Recorda que se manifestou contrário à

intervenção no Estado do Rio, insistindo pelo respeito à autonomia dos Estados, e conclui declarando que a ordem de enviar navios para o porto da Bahia só poderia ser transmitida pelo seu sucessor.

E seu sucessor, o almirante Belfort Vieira, foi que ordenou a partida dos navios. Na Bahia continuavam as lutas. O esquadrão de cavalaria da polícia militar abria fogo sobre o quartel do 50.º de infantaria do exército, sucedendo-se os encontros sangrentos nas ruas. Era a reprodução, com o aspecto novo do bombardeio, que assim lhes ampliva ainda mais as proporções, dos sucessos de Recife.

Rui Barbosa impetrava ao Supremo Tribunal uma ordem de “habeas corpus” em favor do Sr. Aurélio Viana. O governo federal mandou repô-lo, e o pedido foi julgado prejudicado. Mas da tragédia passava-se à farsa. Diante das ameaças prementes da segunda deposição, escreveu o senador baiano uma carta ao marechal Hermes denunciando-lhe tais preparativos e lavrando perante o governo o mais solene protesto de sua indignação “como brasileiro, como senador e como membro da espécie humana, contra a anarquia selvagem que, por obra exclusiva das autoridades federais” enlutava sua terra “com assombro geral e irreparável descrédito para o Brasil.” E foi sustentar um novo pedido de

“habeas corpus”, proclamando indignado, diante da consumação da projetada deposição, que o Brasil era, naquele momento, “o país mais desonrado do continente.”

O cônego Leôncio Galvão, que assumiu o poder, tinha a seguir o mesmo destino, e assim se alternaram algumas vezes no posto mal fadado, sucedendo-se as ordens de “habeas corpus” e o ludíbrio de seus respeito simulado. A sentença do juiz federal havia sido reformada. Havia servido, porém, para coonestar momentaneamente a violenta caçada militar da Bahia, e era quanto bastava. Ninguém, por certo, iria imaginar que aquele mesmo governo que negara obediência, nos primeiros dias de sua existência, a três sentenças do mais elevado órgão da justiça brasileira, permitindo-se o presidente a licença de discutir a constitucionalidade e a propriedade do último desses arestos, houvesse consentido no bombardeio da Bahia pelo simples fundamento de fazer cumprir uma decisão emanada de um membro do poder judiciário!

Efeitos e resultados da conquista: no dia seguinte realizava-se a primeira sessão preparatória do Congresso. Unanimidade repousante: apenas os deputados e os senadores da facção vitoriosa, de que eram chefes o Sr. Seabra e o Sr. Luís Viana. O governo federal expedia para a Bahia, quando já a mãe amorosa

de seios titânicos estava completamente subjugada aos pés do ministro da Viação, o general Vespasiano de Albuquerque, interventor que partiu, como um mensageiro retardatário, incumbido da missão generosa e humanitária de promover a pacificação, harmonizar as correntes em luta, restabelecer a concórdia perturbada...

O Sr. Seabra, saltando por cima dos cadáveres e dos escombros da destruição, já podia caminhar livremente em direção ao poder. O bravo general Sotero de Menezes, que bem conhecia as intransigências que punha aquele governo no respeito às sentenças judiciárias, comunicava-lhe logo depois que estava tudo pronto. A ordem do juiz federal havia sido fielmente cumprida. A assembleia seabrista marcou a eleição de governador para o dia 28 daquele mesmo mês, permitindo a abstenção dos partidos adversos que o Sr Seabra se encontrasse sozinho no campo eleitoral. Sagraram-no as urnas livres governador sem concorrente!

Pagava assim a Bahia civilista a conta que com ela tinha a justar o presidente. E pagava-lhe o Sr. Severino Vieira, sustentáculo de sua candidatura, a imagem do urso amestrado de circo...

A candidatura do general Mena Barreto ao governo do Rio Grande sorria a muita gente como um clarão de justiça vingadora. Chegavam-lhe todos os dias, de camaradas de armas, de políticos empenhados em atizar-lhe a aspiração e lançá-lo na liça, mensagens de congratulações e de estímulo que ele mandava inserir nos jornais. Corporificava-se a ameaça. Pinheiro Machado fez um apelo heróico à sua autoridade de chefe, e criou uma crise de que resultou o pedido de exoneração, prontamente deferido pelo presidente, do ministro da Guerra que se prestava àquela manobra audaz. E veio substituí-lo, então, no gabinete da fortaleza política da praça da República, o general Vespasiano de Albuquerque, correligionário certo e leal. Um deputado da maioria, áulico do morro da Graça, não podendo conter seu entusiasmo, proclamava naquele momento o general Pinheiro Machado o “chefe das forças de terra e mar”.

Assim se libertou o território rio-grandense de uma daquelas salvações cujo fogo estava purificando todo o norte. Ministro da Guerra que deixa a pasta é leão a que se amputa a juba... Errou o tiro a carabina com que o bravo ex-comandante da inesquecível brigada estratégica da campanha civilista alvejava aquela caça apetitosa. As pontarias certas, para casos como aqueles, eram apanágios dos ministros que permaneciam à testa das forças militares na

plenitude de suas funções, e não dos que se exoneravam quando a trama ainda não estava bem urdida. Por isso a desfez a espada do general paisano...

De outros golpes de sua arma bigúmea é que não logrou subtrair-se o chefe, e as bancadas que se constituíam sob suas vistas diretas não podiam deixar de ser o reflexo de situações novas que se formavam ao clarão das salvaçãoes. Se lhe foi possível, por exemplo, fazer figurar naquela legislatura teratológica, composta de espécimes políticos que surgiram como verdadeiros acidentes, para submergirem de novo no ignoto, um amigo devotado como o Sr. Flores da Cunha, a quem dava, como ponto de partida para uma afortunada carreira na vida pública, uma cadeira de deputado pelo Ceará — terra que não conhecia, e que, por sua vez, jamais tinha visto o delegado de polícia da Capital Federal — teve de aceitar com boa cara todos os candidatos que lhe vieram de Pernambuco, todos os que lhe mandou da Bahia o Sr. Seabra, os que remeteram, de Sergipe, o general Siqueira Menezes, de Alagoas, o coronel Clodoaldo da Fonseca, e ainda os democratas do Ceará.

Duplicatas de diplomas em quase todos os setores. Pernambuco timbrava em eliminar de sua bancada, para lhe dar uma feição exclusivamente dantista, todos aqueles políticos

cheios de tradição e de passado que o representavam sob o domínio do Sr. Rosa e Silva. Sem resultado haviam pleiteado seu reconhecimento portadores de nomes da maior expressão, tais como os Srs. Estácio Coimbra, João Elysio, Júlio de Melo. Enchiam-lhe a bancada os adventícios. Surgiam, aqui e ali, os tenente produzidos pelas salvaçãoes. Da bancada do Ceará levantava-se um dia, para pronunciar um discurso de estréia que foi, até hoje, a mais divertida de quantas orações parlamentares já têm ecoado no recinto daquela casa legislativa, o tenente Gentil Falcão. Pernambuco apresentava o capitão Augusto do Amaral, a Bahia os tenentes Mário Hermes e Propício da Fontoura, e mais o capitão Felinto Sampaio.

Quem, afinal, ordenou o bombardeio da cidade do Salvador? Quem era M. Hermes? Foram interrogativas que ficaram sem resposta, uma vez que o presidente se recusava a assumir a responsabilidade do ato, e não podia tê-lo ordenado seu jovem herdeiro e ajudante de ordens, mas bastava que o soubesse o Sr. Seabra. E este dava, naquele começo de legislatura, uma demonstração de que sabia ser grato, fazendo do novo deputado que arrancara do seio da casa militar do presidente, o “leader” da bancada baiana.

— Terminada a legislatura, toda esta Câmara voltará para o café Jeremias!

A frase, que tinha a expressiva eloqüência de uma fotografia falada, era do Sr. Alfredo Pinto, o chefe de polícia do governo Afonso Pena.

Ainda não houve, com efeito, casa que no Rio de Janeiro tanto se recomendasse pela má freqüência, como o saudoso café Jeremias...

Minas afirmava sua repulsa por aquela situação elegendo deputado o Sr. Irineu Machado, a quem o Distrito Federal conferia, simultaneamente, igual mandato. Como produto do acordo que havia libertado S. Paulo da ameaça intervencionista, surgiam em sua bancada quatro deputados hermistas.

A comissão “dos cinco”, constituída com o habitual critério de seleção político-geográfica, funcionava uma vez mais, naquele momento, como uma espécie de corte marcial investida do ofício de condenar à morte — apenas com as exceções necessárias impostas pela própria prudência — todos os diplomados cuja política não prestasse vassalagem ao Sr. Pinheiro Machado que, liberto da competição que ofereciam ao seu império os generais Dantas Barreto e Mena Barreto, o Sr. Seabra e os elementos domésticos do Catete em que se apoiava, restabelecia sua ascendência sobre o

presidente. Dava-se bem com sua velha norma, que consistia em não contrariar os governos. Por sua vez, raramente o contrariavam os governos...

Os deputados que lhe mandava o Ceará, e cujo reconhecimento não lhe pareceu prudente perturbar nos concílios do diretório do Partido Republicano Conservador e nas reuniões celebradas no palácio do governo em que se decidiam tais assuntos, foram os da corrente chefiada por aquele coronel Franco Rabelo cujas atividades políticas tanto se pronunciavam desde o advento do quadriênio.

Durante três dias estive a cidade de Fortaleza sob o domínio de um motim de natureza análoga à dos demais que vinham caracterizando as salvasões, isto é, pelos conflitos em que intervinham a força policial e a tropa federal, e logo generalizados com o caráter de movimentos francamente revolucionários. O Sr. Nogueira Acioli, o chefe secular da oligarquia que dominava o Estado, foi deposto, sendo assaltadas pelos amotinados em armas as repartições públicas e o palácio do governo. Consumou-se a deposição a 1º de janeiro, seguindo seu curso normal os acontecimentos: realizaram-se as eleições para presidente no mesmo ambiente revolucionário, apresentando-se como legitimamente eleitos o candidato da reação e o da corrente no poder,

amparada no centro pelo Sr. Pinheiro Machado, que era o coronel Bezerril Fontenelle.

Diante da incerteza dos resultados da luta, e sob a impressão das recentes aventuras consumadas em Recife e na Bahia, pareceu mais aconselhável procurar uma fórmula com a qual se conseguisse, pelo menos, evitar uma perda total das posições. E um dia partiu para o Ceará, como delegado do centro incumbido de promover um acordo pelo qual fossem pacificamente reconhecidos o coronel Franco Rabelo e os dois vice-presidente da facção Acioli, o coronel Thomaz Cavalcanti. Uma bomba de dinamite arremessada por um sargento do exército dentro da sala onde realizava o emissário conservador a primeira conferência destinada a chegar àquele resultado, e que foi explodir quase sobre seu peito, ferindo-o gravemente, apenas serviu para retardar um pouco a tentativa...

Compunha-se a Câmara estadual de trinta deputados, e foi uma simples fração de oito que constituiu o poder verificador que reconheceu e proclamou presidente o coronel Franco Rabelo. Os membros da maioria, apavorados sob a ameaça de novas bombas, envolvidos num pesado ambiente de terror, desertaram no momento oportuno.

Em agosto, estremecia numa nova convulsão Belém do Pará, por ocasião da chegada do Sr. Lauro Sodré. O Sr. Antônio Lemos, que no ano anterior havia partido para a Europa sob o clamor de um intenso motim popular, regressara aos seus antigos domínios. E no dia 29 daquele mês, diante do olhar complacente da polícia do governo do Sr. João Coelho, ardiam incêndios, estrugiam tiroteios, tombavam mortos e feridos na cidade, presa de um tumulto infernal. Uma das casas incendiadas foi a do chamado Rei Bárbaro, o chefe da oligarquia; outra, o edifício do jornal de sua política. Aproximava-se o dia da reunião do Congresso estadual, e o chefe deposto ensaiava uma duplicata para a qual havia conseguido uma ordem de “habeas corpus” do juiz seccional. Como se destinasse a favorecer amigos, apressou-se o governo em mandar que a força federal assegurasse-lhe o cumprimento. Daí o motim. Tentou levá-lo mais além o chefe supremo, mas conseguiu dessa vez o marechal Hermes resistir. Temeu as conseqüências de uma intervenção do estilo de outras, como tanto convinha aos interesses do Sr. Pinheiro Machado, limitando-se a animar a celebração de um acordo de que resultou a escolha do Sr. Enéas Martins para governador. Era já muito grande o acervo de cuidados que lhe havia trazido, e teria ainda de trazer-lhe, a tarefa de defender nos Estados, contra a caçada militar ou contra a fúria popular,

o programa, a vida e a conservação daquele partido que se fundou para coexistir com seu governo...

O próprio exército começava a dar demonstrações manifestas de que estava fatigado. Sentia-se que não mais seria fácil continuar a manejá-lo como um instrumento dócil e passivo ao serviço da política.

Encerra o necessário interesse para um capítulo especial em que se fixem com cores bastante vivas todos os seus aspectos, a agitação política que animou os primeiros meses do ano de 1913, metade da jornada marechalícia, provocada pela tentativa ousada com que pretendeu o Catete impor um candidato à sucessão de seu ocupante. Era o início da estação legislativa.

Iam se produzindo, dali por diante, transformações sensíveis e interessantes no vasto tabuleiro político onde se agitavam tantas figuras conhecidas de nossa galeria de homens públicos, enriquecida pelos marionetes que haviam surgido, ao estranho fulgor das salvações, nas bancadas das duas casas legislativas.

O Sr. Seabra formou ostensivamente, com a Bahia oficial, no campo onde se travava o combate contra o poder pessoal do chefe do

Partido Republicano Conservador. E desde que tinha resolvido ir buscar Rui Barbosa para fazê-lo seu candidato à sucessão presidencial, tornaram-se seus aliados, não somente o Sr. José Marcelino e seu partido, como a corrente de que era chefe o Sr. Severino Vieira. Embora tivesse de ser transitória, era uma reconciliação completa!

O Sr. Mário Hermes tomou posição nos arraiais hostís ao morro da Graça e ao Catete, estando toda a bancada baiana incorporada à coligação. Haviam-no colocado as circunstâncias entre os adversários políticos do pai, dentro daquela minoria que disputava o terreno à maioria de que era “leader” o tio, no mais vigoroso e consciente dos combates.

À luz de todos aqueles inconceptíveis sucessos que se desenrolavam diante do olhar atônito da nação, recordava-se a cada momento o compromisso que havia tomado o presidente em seu manifesto inaugural, pronunciando-se nestes termos: “Comigo não surgirá o sol do cesarismo; mas, sob a égide de um soldado, o país há de ver firmar-se de vez a mais civil das Repúblicas, pela abrogação das práticas e dos hábitos contrários ao regime e de tudo que tem servido para deturpar o espírito e a inteligência da constituição de 24 de fevereiro”.

Confrontadas com a realidade, o que representavam estas palavras era, muito mais do que uma deplorável manifestação de inconsciência humana, uma ironia pungente.

Rui Barbosa, exprimindo com sua eloquência, na Conferência de Haia, o ideal político do Brasil, havia sustentado, como se fosse um lema a que se subordinasse este país sul-americano quase desconhecido, mas que se impunha, por esse conceito superior, à admiração geral, um formoso princípio: a supremacia da força do direito sobre o direito da força...

O governo que submetia o país àquela tremenda hora de provocação, havia-se tornado ainda mais fundamentalmente rio-grandense do que o era antes. Rio-grandense era o presidente. Além do pensamento e do braço que o guiava como se se tratasse de um autômato, lá estavam, desde que deixaram as pastas os ministros que foram tomar de assalto a Bahia e Pernambuco, novos rio-grandenses escolhidos e designados por aquele que era, na incontestável demonstração dos fatos, o verdadeiro chefe do poder executivo: o Sr. Barbosa Gonçalves e o general Vespasiano de Albuquerque. Rio-grandense era o Sr. Rivadávia Corrêa, rio-grandense o Sr. Herculano de Freitas, embora político militante em S. Paulo, rio-grandense o prefeito do Distrito Federal, general Bento Ribeiro, rio-grandenses todos os diretores

de repartições e chefes de serviços. Era um governo acentuadamente regionalista, marcado pelo cunho rigidamente pessoal do Sr. Pinheiro Machado. Era, enfim, um governo de responsabilidade rigorosamente rio-grandense.

Nunca, como nesse domínio, no qual se deveria presumir que se fizesse ouvir em conselhos uma palavra de ponderação e de ordem, foi vítima de tão cruéis desrespeitos a dignidade da toga, a suprema majestade da lei que o poder judiciário encarna. Vigoravam, e eram cumpridas, apenas as sentenças proferidas a favor dos interesses políticos da Partido Republicano Conservador, sendo sistematicamente desacatadas aquelas que se destinavam a proteger direitos lesados, ou ameaçados, de seus adversários. Atribuía-se o governo, em tais ocasiões, a faculdade insólita de discutir a competência constitucional do Supremo Tribunal para se manifestar nos casos políticos. Por um decreto lavrado ao sabor das flutuações ocasionais, tranferia para si o chefe do poder executivo a atribuição inalienável que havia conferido ao judiciário, de intérprete de seus textos e de seu espírito, a carta fundamental de 24 de fevereiro.

Naquela mesma hora tão turva que atravessava o país, desfechava-se sobre a verdade eleitoral um dos golpes mais clamorosos que ela

já havia sofrido, para exclusiva satisfação dos ódios e dos interesses partidários em jogo. Foi a depuração do Sr. Gonçalves Maia, deputado diplomado por Pernambuco. Era um candidato da política dominante naquele Estado, e o general Dantas Barreto havia rompido com o partido do governo. Tanto bastava para que ao respeito à honestidade de um diploma se opusessem aquelas famosas “injunções” com que o senador rio-grandense enriqueceu o vocabulário político do Brasil. Para se chegar ao preciso resultado, e reconhecer o candidato conservador em lugar do diplomado, foi vitoriosa, contra a evidência do mapa e das cifras aritméticas do trabalho do relator, uma emenda que estava num completo desacordo com essa demonstração. Não havia meio honesto e digno de concluir de outra forma, que não fosse pelo reconhecimento do Sr. Gonçalves Maia, cuja vitória emergia incontestável de tais cifras, não podendo a última conclusão do parecer deixar de propor, perante a clareza numérica, solução que não se harmonizasse com a primeira, mas ainda assim foi o que fez a emenda. Eram ordens do morro da Graça! Nestes termos concluiu seu protesto contra esse atentado eleitoral o Sr. Pedro Moacir:

— A maioria de hoje será, se a nação reagir, a minoria de amanhã! Nós, que hoje somos vencidos, não saudamos César vencedor, porque não somos moribundos; somos a vida, somos a

esperança, somos a garantia da República no dia de amanhã contra a tirania que ainda nesta hora zomba de todos os nossos generosos esforços em prol da verdade, da pureza do regime republicano!

Pobre visionário! Quando poderia entrever tua púpila azul e brilhante que de dentro daquela própria tirania teria de partir, um dia, a arrancada de uma insurreição para promover pelas armas a regeneração dos costumes e das práticas que ela, mais do que nenhuma outra, tanto corrompeu e viciou!

Lavrava uma revolta surda dentro de cada consciência. Um homem culto e independente, o Sr. Coelho Lisboa, hermista exaltado da véspera, formulou uma denúncia contra o presidente que se entregava à prática de tantos atentados e de tão negros delitos contra a nação e contra o regime. Apresentada à Câmara, devidamente fundamentada, serviu apenas para animar alguns debates parlamentares de interesse doutrinário e político. Uma comissão especial de nove membros cuidadosamente recrutados nas fileiras daquela dócil e passiva maioria que o levita do Alcorão guiava como melhor lhe aprazia, isentou o chefe do governo da responsabilidade de todos os atos que haviam inspirado a denúncia, e com os quais, pelo menos, violou por forma insofismável a lei de 8 de janeiro de 1892, que comina sanções

para aquilo que consiste em “tolerar, dissimular ou encobrir os crimes de seus subordinados, não procedendo ou não mandando proceder contra eles”.

E era já muito grande o número de tais atos. Inicialmente, havia sido desrespeitado o da anistia. O presidente, no momento de sancionar aquele decreto, exclamou, com a fisionomia marcada por um assomo de cólera:

— Assino, mas aqueles cachorros me pagam depois!

E pagaram, com efeito, o temor que criaram para o governo, e com o qual conseguiram arrancar do poder público aquela medida. Ficaram impunes os autores dos fuzilamentos consumados a bordo do navio fantasma; foi deposto pela força federal o Sr. Alfredo Backer, dissolvido o Conselho Municipal, e naqueles dias estava o general Torres Homem, como emissário do governo federal, intervindo pública e ostensivamente na vida política do Ceará, fazendo apelos, sugerindo formas de acordo, aconselhando e rejeitando alvitres.

O parecer, sem coragem para levar tão longe sua condescendência, concordou em considerar “reprovável” o bombardeio da Bahia, mas por aquele ato não tornou responsável o chefe do governo, nem apontou criminoso algum que por

sua prática tivesse de sujeitar-se às sanções da lei. O bombardeio, ato de guerra que somente justificam os tratadistas como imposição de uma necessidade absoluta, levado a efeito contra uma cidade brasileira desprotegida de quaisquer fortificações ou obras de defesa que garantissem e abrigassem a força policial, teria de ficar impune! Naquele momento, além do mais, ainda não havia Estado algum brasileiro em guerra com o governo federal!

Discutindo o parecer, ainda assim fazia Carlos Peixoto Filho uma calorosa profissão de fé presidencialista, no ponto de vista doutrinário, enquanto Pedro Moacir reafirmava seu antagonismo com o sistema dominante de governo, que permitia a prática impune de crimes como aqueles, para renovar suas convicções parlamentaristas. Mas ambos votavam contra o parecer da comissão especial que concluía por não julgar objeto de deliberação a denúncia.

A maior parte do país estava discricionariamente entregue ao despotismo da política pinheirista. O presidente, num sistema que concentrava em suas mãos a maior soma de poderes, era muito menos do que um daqueles pobres reis constitucionais que reinam mas não governam...

E enquanto a nação, com a ponta das baionetas intervencionistas nos flancos, gemia sob a opressão, entregavam-se as duas casas legislativas, numa verdadeira ironia, ao trabalho da elaboração do Código Civil. E era no meio das orações com que se encaminhava, na Câmara, a votação das emendas oferecidas ao parecer da comissão “dos vinte e um”, que se erguia uma ou outra voz para se ocupar daquele episódio político com que o Ceará se preparava para envolver na flama comburente de sua agitação as próprias mãos que iam lançando achas na fogueira.

O coronel Franco Rabelo já havia perdido a companhia de muitos dos comparsas mais veementes de sua aventura, mas ia avultando na simpatia pública à proporção que a política central o erigia em vítima de sua conjura destruidora. Aquele mesmo governo federal que tanto havia animado a salvação cearense, e aquele chefe do partido dominante que não se atrevera a formular um único protesto contra a legalidade de seu mandato, começavam a tratá-lo como um usurpador sem direito a nenhuma espécie de proteção e amparo, a quem cumpria negar pão e água.

É que os democratas cearenses, coerentes com a orientação de seu chefe, haviam cooperado, como elementos que participaram da coligação,

para o insucesso da candidatura planejada pelo presidente para sua sucessão.

Não importava também, para que contra sua autoridade se desencadeasse a ofensiva em preparo, que com a sanção do chefe do governo e com a aprovação do senador rio-grandense, houvessem sido reconhecidos juntamente o coronel Franco Rabelo, pelo mesmo poder irregular, os vice-presidentes da facção aciologista que figuravam como companheiros do coronel Bezerril Fontenelle na chapa do Partido Conservador, isto como produto de um acordo para o qual não seria possível encontrar um qualificativo bastante adequado.

E nem como uma homenagem de coerência com a doutrina anti-intervencionista de Júlio de Castilhos, protestava o chefe e protestava qualquer dos ministros rio-grandenses, ou mesmo aquela voz austera e cheia de autoridade que lá de Porto Alegre acostumou-se a falar à nação nas suas horas de aflição, contra todas aquelas intervenções violentas que iam estrangulando impiedosamente a autonomia dos Estados. Apenas como uma confiança discreta e mal sussurrada, recolhiam alguns ouvidos a notícia de que o Sr. Borges de Medeiros era contra...

Oito deputados aciologistas haviam convocado a Assembléia Legislativa para funcionar na cidade sertaneja de Juazeiro, criando assim uma duplicata de inconcebível arrojo, pois que com aquela que com todas as suas irregularidades funcionava em Fortaleza, correspondiam-se todas as autoridades estaduais e federais. Ia-se preparar o instrumento idôneo que deveria justificar e coonestar o assalto.

Processava-se num ambiente de intensa exaltação partidária a elaboração orçamentária naquele pesado fim de ano.

O espírito público, numa contínua trepidação, sofria naqueles dias um grande abalo com a notícia de um desastre doloroso. O território do Contestado, convertido num campo de beligerância, porque num país como o Brasil, que sofre do excesso de terras para as quais não tem povoações nem encontra aplicação útil, duas de suas unidades federativas defrontavam-se como dois inimigos encarniçados na disputa de uma nesga territorial tornada litigiosa na demarcação de seus limites, havia sido teatro de um encontro fatal para os soldados da ordem e da lei. Um contingente de forças paranaenses havia-se empenhado num choque sangrento com um bando de fanáticos que viviam sob a influência

mística de um monge de nome João Maria, sofrendo uma derrota completa e de intensa repercussão, pois que no embate havia sucumbido o valoroso oficial do exército que em comissão comandava a milícia estadual — o coronel João Gualberto. Uma visão de Canudos...

O deputado paranaense Sr. Corrêa Defreitas reclamava da tribuna parlamentar, a propósito do episódio, a única providência que na realidade se lhe tornava mais aplicável, posto que de efeitos tardios — o combate ao analfabetismo. O presidente do Paraná, porém, solicitava do governo central, e este lha concedia, uma medida mais prática e mais imediata — o auxílio da força federal para debelar a insurreição. Esta, porém, não ficava circunscrita às fronteiras onde o Paraná e Santa Catarina, cada qual com maior veemência, pleiteavam por aquilo que se lhes afigurava seu direito, ao mesmo tempo que atribuía, um ao outro, a responsabilidade pelas lutas que ensangüentavam o território litigioso. A insurreição espraiava-se pelas duas bancadas onde tinham assento as representações federais daquelas unidades. Deputados e senadores paranaenses e catarinenses entretinham, a propósito do litígio, debates tão cálidos e exacerbados, que pareciam parcelas desagregadas do campo da luta armada para

virem entrechocar-se dentro da civilização da metrópole, em pleno recinto das casas legislativas da nação.

E enquanto todos esses fatos iam-se desenrolando num tumulto de impressões, persistia o mentor político do governo em converter também os textos das leis de meios, que se votavam para a futura administração, em campo de atividade partidária.

Eram as famosas caudas orçamentárias o veículo preferido para toda a espécie de medidas contrárias ao interesse público, a maior parte de mero interesse partidário, ou simplesmente privado, com que se violentava à última hora, a golpes de força, a minoria combativa e vigilante. Esta encontrava ainda algum refúgio dentro das franquias de um regimento mais ou menos liberal, e lutava. A daquele final de legislatura, reduzida em seu número, mas forte e vigorosa pelo valor de seus homens, oferecia à maioria, nesse terreno, um combate sem tréguas. A obstrução era a arma regimental de que se servia, e quando se aproximavam as últimas horas do ano e verificava o general do partido do governo, por trás das amuradas da cidadela do Senado, que os orçamentos perigavam, providenciava para que transitasse com rapidez pelas duas casas legislativas uma prorrogativa. Era o recurso extremo. Era, também, a confissão da

incapacidade do Congresso para cumprir o principal de seus deveres constitucionais. O deputado rio-grandense Sr. Joaquim Osório indicava como responsáveis pela obstrução de que resultava a falta dos orçamentos, na sessão de 29, três únicos deputados que haviam logrado anular a ação de toda aquela força numerosa e compacta que constituía a maioria governamental: o Sr. Pedro Moacir, o Sr. Irineu Machado e o Sr. Maurício de Lacerda.

Mas a patrulha vigilante não era intransigente. Concordaria em abrir caminho à ação legislativa, desde que fosse eliminada da cauda que o Senado pejava de emendas, tudo aquilo que não fosse matéria exclusivamente orçamentária. E lá se encontravam exemplares exóticos, e incompatíveis com a natureza transitória de tais leis, como uma reforma eleitoral, autorizações para créditos e para um empréstimo externo, a remodelação da força naval e várias surpresas restritivas da liberdade. No orçamento do interior figurava uma emenda elevando a embaixada a legação do Brasil em Lisboa!

Votada a prorrogativa, e assegurada assim ao governo do futuro presidente a dilatação legal dos orçamentos em vigor, não havia inconveniente em tentar o emprego da força numérica.

Havia, para isso, necessidade de apresentar um requerimento de encerramento — o recurso clássico da “rolha”. Em vez do “leader” da maioria, foi para o desempenho dessa missão antipática escolhido um deputado mineiro que lhe deu fiel desempenho. E fê-lo como sempre: sorrindo. Observou uma voz, do seio da minoria, que nenhum dos antepassados daquele deputado, com assento na Assembléia Constituinte das cortes portuguesas, jamais procedeu assim. Era um golpe nas tradições liberais de família.

— E havia naquela assembléia — comentava num aparte Pedro Moacir — canhões em derredor. E Antônio Carlos, ao sair, enfrentando com um deles, tirou o chapéu e disse que saudava a soberania do mundo!

Mas o requerimento, que valia por um excelente serviço ao governo, foi aprovado. Era o essencial. E, por isto, contiuiu a sorrir o deputado por Minas... Excelente ensaio para um futuro “leader”!

No Ceará, continuava a crescer a fogueira, dilatando-se seu trágico clarão pelo espaço. A maioria da Assembléia Legislativa, sob a ameaça de uma coação já manifesta, impetrou uma ordem de “habeas corpus” que lhe foi concedida, sendo confirmada pelo Supremo Tribunal. Não se

preocupou o governo em lhe assegurar o cumprimento. Disso se encarregaria a revolução sertaneja...

E era, então, o próprio exército que começava a rebelar-se contra o governo daquele que, sendo duas vezes seu chefe, nada mais era, na realidade, do que um subordinado político da caudilhagem. Não tardou a instalar-se a duplicata de Juazeiro. Destituiu do governo o coronel Franco Rabelo, arvorou em chefe do executivo estadual seu presidente, Sr. Floro Bartholomeu, encarregando-se o padre Cícero Romão de levantar as hostes sertanejas que tinham a seu cargo promover a revolução oficial. Para tanto estava devidamente aparelhada pelo governo federal. O presidente que ocupava o palácio da Fortaleza governava apenas o litoral. Todo o interior estava sob a ação do motim federal. O padre Cícero, o caudilho sertanejo de poder incontrastável na região onde impera, desafiava a força policial, para combates sucessivos, derrotando-a. Suas legiões eram reforçadas todos os dias, sem que lhes faltassem armas, munições, nem nenhum dos demais elementos indispensáveis à guerra que havia desencadeado. Nem os efeitos da calamidade periódica das secas conheciam naquele verão!

As notícias desses fatos eram recebidas com emoção e revolta.

Encerrava-se o Congresso, findando a legislatura numa atmosfera saturada de apreensões. Boletins espalhados pela cidade concitavam as classes armadas a deporem o chefe do governo.

A assembléia sertaneja, uma vez pronunciado aquele estado de convulsão, e obedecendo ao combinado, pediu a intervenção federal.

O padre Cícero, de facção à cinta, espingarda a tiracolo, guerrilheiro e confessor, apóstolo e chefe de motim, emergia daquele tumulto de fumo, lama e sangue, como uma figura singular que deveria perpetuar-se na história. Nunca houve, com efeito, chefe mais acatado e de maior esfera de influência nos sertões brasileiros. A irradiação de seu poder e de sua autoridade é ilimitada. Projeta-se do Cariri à orla do oceano, onde brilham os lampejos de civilização. Domina as multidões incultas, e fez-se respeitado nas cidades pela força de que é expressão. Sua palavra é ouvida e obedecida como se emanasse do próprio evangelho. Não têm poder sobre ele as autoridades espirituais, nem as temporais. Acima dele, para o sertanejo cearense, ninguém! Duas vezes foi condenado pela Santa Sé. Suspendeu-o de ordens, mas em vão. Pretendeu fundar sua igreja, mas não teve necessidade de fazê-lo, porque para seu rebanho inumerável ele é como se fosse um outro Deus. Descobriu uma vez um

milagre. Obra sua, sem dúvida. Acreditou o sertão inteiro — pois que era ele quem o dizia — que na boca de uma mísera mulher do povo viu converter-se em sangue a hóstia com que lhe ministrou a comunhão!

Tal era o chefe da revolução oficial de 1924 — sacerdote vestindo a clâmide de herói. Tal era, no sertão cearense, o delegado do Partido Republicano Conservador. Era esse o lugar-tenente do general Pinheiro Machado, investido do comando das forças libertadoras que deveriam arrebatrar o Ceará das mãos do coronel Franco Rabelo, para acorrentá-lo de novo a seus pés!

4 de março. O exército sentia-se humilhado e ferido em sua dignidade. Era um sentimento que se generalizava pela classe inteira, que contemplava seu chefe manietado, convertido num instrumento passivo ao serviço dos interesses partidários e da política de ajuste de contas que Pinheiro Machado estava realizando com toda a fúria destruidora, naquele momento, no pequeno e indefeso Ceará. E toda a guarnição da Capital Federal estremecia de revolta ao ver seu camarada, presidente daquela unidade, encurralado dentro da cidade de Fortaleza, na iminência de ser deposto por uma sedição resolvida e concertada sob as vistas diretas do

governo federal. Aquele mesmo Sr. Floro Bartholomeu que figurava no movimento subversivo como o presidente que com sua investidura já lhe havia cassado o mandato, confessava sem reboços ter vindo recentemente ao Rio de Janeiro com o único fim de buscar o apoio federal para a revolução planejada, tendo-o obtido franco e decidido.

O presidente do Ceará, na iminência do ataque das legiões sertanejas que marchavam para depô-lo, telegrafou angustiosamente ao chefe do poder executivo, pedindo-lhe o auxílio da tropa federal para, juntamente a milícia estadual, por si só impotente para tal missão, enfrentar o assalto. Negou-lho. Negou-lho sob o fundamento de que não lhe era lícito conceder tropa federal para se incorporar à polícia a fim de auxiliar lutas locais, não somente por não poder ser esse papel reservado ao exército, como também porque devia a União conservar-se neutra nessas lutas “até caracterizar-se o momento da intervenção”. Foram os termos de sua resposta.

E o exército revolucionário que o caudilho do Cariri, o quase canonizado padre Cicero Romão, conduzia de roldão pelas terras do sertão ressequido e afogueado na plenitude do verão, batia às portas da capital, onde o povo e a tropa federal se identificavam com o presidente

ameaçado, cercando-o com uma solidariedade cheia de entusiasmo.

Era indefinível o estado de ânimo com que o país inteiro acompanhava o desenrolar daqueles acontecimentos, e tão intensa exaltação dominava os quartéis que parecia, na realidade, inevitável a eclosão de um motim militar a que sem dúvida se associaria todo o povo carioca, inteiramente irmanado, naquele momento, com o exército ultrajado.

É que, contra a convicção geral, de nada valia ao coronel Franco Rabelo, naquela fase do quadriênio de força que se escoava, a imunidade dos galões que carregava nos punhos, porque acima de sua classe, acima das influências afetivas, acima dos conselhos e do próprio instinto de conservação, colocava o chefe da nação o supremo dominador daquela política sem ideais e sem princípios, que não obedecia a outro programa senão o de reduzir adversários, submeter o país ao seu império, satisfazer ódios, paixões, interesses partidários. E como o presidente do Ceará tinha tido a audácia de insurgir-se contra tal política, de nada lhe valiam a solidariedade do general Dantas Barreto, a do Sr. Seabra, a do coronel Clodoaldo da Fonseca!

Para aquela noite havia sido convocada uma assembléia extraordinária do Club Militar. A

oficialidade da guarnição de Fortaleza, ao avizinhar-se a hora em que a cidade teria de ser atacada e dominada pela rebelião, telegrafou à diretoria do grêmio da classe, pedindo-lhe instruções e conselhos.

O que teria de se passar naquela reunião, já previamente se sabia. Uma moção que reunia a grande maioria das assinaturas reprovava a atitude do governo, combatendo sua intervenção no Ceará, e asseguraria seu apoio, que era também o da oficialidade da 1a. região, ao coronel Franco Rabelo. O governo procurou reunir elementos para dominar a assembléia, fazendo apresentar uma moção favorável à sua ação. Verificando, à tarde, que não conseguiria a desejada vitória, tratou de impedir sua realização. A diretoria, com efeito, não compareceu à hora da convocação, Foi, então, aclamado para presidí-la o marechal Mena Barreto, que levava o propósito de manter o Club naquela noite em sessão permanente “até que o governo resolvesse a situação anárquica em que tinha colocado o país”. Oficiais trepados nas cadeiras erguiam morras a Pinheiro Machado e ao marechal Hermes, e vivas à revolução. Os oficiais, em número muito reduzido — entre os quais todos os membros da casa militar do presidente e os do gabinete do ministro da Guerra — que divergiam da maioria, respondiam aclamando o chefe da nação. Estabeleceu-se, assim, dentro do salão,

um tumulto que impossibilitou a realização da assembléia. A maioria veio então para a rua, onde a acolheu com aclamações, numa atitude de completa solidariedade com sua atitude, a grande multidão que ali se postava.

Daí a algumas horas caía sobre a cidade a mão de ferro do estado de sítio. Cinco dias depois — a 9 do mesmo mês — era essa medida estendida ao Ceará.

A acefalia do governo e a adulteração da forma republicana, com a agravante de não poder o mísero coronel Franco Rabelo dar execução às leis federais, eram as razões legais com que se teria de justificar sua deposição, nomeando-se interventor para o Ceará e general Setembrino de Carvalho. Foi uma intervenção diluviana. Ao fogo costumam suceder as grandes inundações, conseqüentes à destruição dos diques e comportas. Foi um ato indefensável que subverteu todos os poderes constituídos do Estado, sem que para apoiá-lo pudesse o governo invocar qualquer disposição de lei. Por isso mesmo, nem o tentou. Era, porém, o desenlace natural de um movimento que com esse único propósito, com esse único objetivo, havia obedecido, em todas as suas articulações, desde sua formação inicial, às ordens e instruções emanadas do centro.

Teria de ir muito longe aquele sítio, inspirado pelo assombro. Estabeleceu-o por trinta dias no Distrito Federal, em Niterói e em Petrópolis. Dilatou-o até 30 de abril um novo decreto, e quando se esgotou essa segunda prorrogação, outra se lhe seguiu com o caráter de uma completa e inacreditável novidade, pois estendeu à medida de exceção pelo período quase integral de toda a sessão legislativa a iniciar-se em maio. Para o Ceará, onde a situação, conseqüente à intervenção, ia se ajustando às conveniências do Partido Republicano Conservador, foi dilatado apenas até 31 de maio. Para o Distrito Federal, Niterói e Petrópolis, porém, estendeu-se a prorrogação até o dia 30 de outubro, numa completa usurpação de uma prerrogativa indelegável e privativa do Congresso. Este, porém, dócil e submisso ao poder, e apenas com a resistência da minoria, sancionava o abuso, concedendo-lhe a indenidade de uma aprovação global de todos os seus atos.

Prevalencia aliás, desde muito, a convicção de que o marechal Hermes não conseguiria permanecer muitos dias no governo sem a proteção do sítio, certo como se achava de que teria de sofrer humilhações acerbadas desde que a população e a imprensa, libertas da gargalheira, pudessem manifestar-se para julgá-lo. No entanto, nunca um chefe de Estado lisonjeou tão grosseiramente as classes proletárias, nem tanto

desvalorizou a dignidade de seu mandato, na obsessão de passar por um modelo de presidente democrata.

Com que roupagem de aparências apresentou-se o presidente perante o Congresso para lhe pedir aquele “bill” de impunidade? Em sua mensagem atribuía, sem a menor cerimônia, aos adversários vencidos, a 1.º de março de 1910 a situação de temor sob a qual agiu, acusando-os de haver empregado meios reprováveis “pela imprensa facciosa e por turbulentos contumazes” para arredar as classes populares e as forças armadas “do nobre terreno do cumprimento do dever cívico e da obediência às leis”. Lançava a culpa de tudo a “agitadores populares e a alguns militares esquecidos de seus grandes deveres para com a pátria e a República, os quais ensaiaram um golpe audaz que lhes entregasse o governo federal”. Explicava que com o sítio tinha conseguido defender a ordem “tão seriamente ameaçada”. E sob a alegação de que não amorteceram os intuitos da sublevação, prorrogou o sítio. Quanto ao Ceará, informava que “elementos políticos que contestaram sempre a legitimidade dos poderes do presidente do Estado e da Assembléia Legislativa, declarando esgotados todos os meios regulares de assegurar seus direitos políticos e civis”, “apelaram para o emprego da força”. E confessava, sem nenhuma espécie de reserva, que se o exército sertanejo não

tomou de assalto a capital cearense, foi porque “o deteve somente o respeito às ordens por mim transmitidas ao comandante das forças federais ali destacadas”. Foi diante desse concerto de circunstâncias que, no intuito de assegurar o império da constituição e a paz pública, interveio para pôr termo à luta. A revolução estava à espera de suas ordens! E terminava sua mensagem dando conselhos de obediência aos textos e ao espírito das leis...

Triunfara a revolução oficial! A ordem de “habeas corpus” concedida por unanimidade de votos, pelo Supremo Tribunal, ao tenente Corrêa Lima, reconhecia como únicos poderes legítimos do Ceará a assembléia que funcionava na Fortaleza e o governo do coronel Franco Rabelo. E firmava a exclusiva competência do Congresso para resolver duplicatas de governos e de assembléias.

A intervenção arrasou tudo, tudo devastou! Citemos, ainda, um novo conceito do deputado fluminense, o grande tribuno rio-grandense, sobre essa triste época:

— É um quatriênio fatal. Dentro deste período o Brasil retrogradou em sua evolução econômica, política e administrativa, mais de cinqüenta anos!

E aquele marechal Mena Barreto até bem pouco tão poderoso e tão forte — por onde andava? Estava foragido, oculto em lugar onde o não descobriram os beleguins policiais em diligências para encontrá-lo. Nem pôde defender seus direitos de candidato a uma cadeira de deputado pelo Distrito Federal, para a qual o sufragou, no preenchimento de uma vaga, um núcleo avultado de eleitores independentes.

Apanágio da incompetência, não podia ser esse governo, no terreno administrativo, diverso do que foi nos seus aspectos políticos. O ensino público sofreu, com a famosa reforma a que ligou seu nome o Sr. Rivadávia Corrêa quando ministro da Justiça, a mais perniciosa das desorganizações. Sob o regime de uma liberdade ampla, industrializou-se. Surgia uma escola em cada canto, caindo numa desmoralização sem precedentes. A lei orgânica de 5 de abril de 1911, que outorgou aos institutos de ensino superior personalidade jurídica, dando-lhes completa liberdade para organizarem seus programas e autonomia em sua disciplina, visava abolir privilégios, estendendo à iniciativa privada aquilo que cabia, cabe e deve caber exclusivamente aos poderes públicos; eliminava o ensino secundário, ou fundamental, como meio preparatório para ingresso nas academias superiores. Pretendia, em síntese, abolindo privilégios, afastar o mais possível, até eliminá-la de todo, a intervenção do

Estado nas questões do ensino. Era a anarquia. O primeiro governo consciente que se lhe seguisse teria de destruir de alto a baixo essa perigosa construção experimental, para repor o ensino nos seus antigos fundamentos, anulando por completo a reforma audaz que por essa maneira o desorganizava.

Uma grande perda sofria o país logo no início do segundo ano desse governo: o barão do Rio Branco cerrava para sempre os olhos a 10 de fevereiro de 1912, penetrando para sempre na esfera luminosa de uma glória imortal. Afastou-o a morte de um posto onde talvez não pudesse permanecer quando tivesse de emprestar sua solidariedade moral, como membro proeminente do governo para cujo advento tanto concorreu, a todo aquele cortejo de atentados políticos que no seu sinistro tropel tripudiou sobre a nação durante todo o seu quatriênio. Não sofreu grande solução de continuidade a orientação de nossa política internacional, porque Rio Branco teve como sucessor um ministro esclarecido e capaz — o Sr. Lauro Müller. Sob sua gestão realizou-se um ato inteligente e de efeitos benéficos sobre as relações do Brasil com a República Argetina: Campos Sales foi nomeado ministro plenipotenciário e enviado extraordinário em Buenos Aires, vindo numa cordial correspondência, ocupar temporariamente a legação de seu país no Rio de Janeiro, no mesmo

caráter, o general Julio Roca. Era um feliz complemento daquela visita que num momento delicado trocaram os presidentes das duas nações limítrofes e amigas. Dotou o governo o aparelhamento da defesa do porto do Rio de Janeiro de um melhoramento apreciável, construindo o forte de Copacabana e iniciando a construção da bateria do morro do Vigia. No mais, como não sobrasse muito tempo à pasta da guerra, inteiramente absorvida com a solução dos problemas políticos, limitou-se a não ficar inteiramente parada a ação desse departamento. Nos vários serviços subordinados à pasta da Viação, houve uma certa atividade, tendo sido concluídos e entregues ao tráfego 3.403 quilômetros e 935 metros de redes ferroviárias, e construídos 8.487 quilômetros e 719 de linhas telegráficas. Empréstimos externos, o esgotamento dos “stocks” de prata e níquel lançados na circulação, a agravação crescente dos déficits e, por fim, a moratória interna e a emissão de papel-moeda (150.000.000\$ para o Tesouro e 100.000.000\$ para os bancos, a títulos de auxílio) e a negociação de um novo “funding loan” nas mesmas condições do de 1898, foram as características principais da gestão financeira desse governo — uma das mais desastrosas e de mais extensos e depressivos efeitos para o futuro do país.

E foi como se tivesse saído de um aflitivo e angustioso pesadelo que viu o Brasil extinguir-se esse quadriênio funesto. O marechal Hermes da Fonseca não teve sequer o consolo de suscitar o ódio público. Não o julgou o povo digno desse sentimento viril e forte. Preferiu consagrar-lhe o sorriso desdenhoso do motejo.

Para um militar, para um homem que subiu ao governo como a expressão da força, não se podia conceber epílogo mais humilhante!

XIV

O quadro político da sucessão do presidente governado

Em abril de 1913 circulava, nas rodas das duas colméias políticas que eram a Câmara e o Senado, uma versão capaz de incendiar o país.

Atribuía-se ao marechal Hermes o propósito de adotar como candidato à sua sucessão o general Pinheiro Machado.

Um dia chegou, afinal, em que a versão perdeu o caráter vago de um simples rumor sem consistência, para adquirir a expressão de uma notícia positiva.

A indiscreção de um membro da casa militar do presidente pôs um deputado fluminense ao corrente do que se havia passado numa das salas do palácio do Catete, onde o chefe do governo comunicou ao ministro da Justiça aquele propósito formal. Ficou este, desde então, encarregado de uma missão particularmente delicada, que consistia em iniciar as comunicações daquela decisão, a qual se

anunciava como uma deliberação de caráter rigorosa e acentuadamente governamental, a que só faltava a formalidade de um decreto devidamente fundamentado.

Para assegurar o êxito da tentativa no terreno material, ali estava o chefe do governo, marechal e, por força de seu cargo, comandante das forças de terra e mar. Para a ação política complementar, bastava a dedicação do ministro da Justiça, designado para servir de escoteiro da candidatura daquele sob cujo protetorado político vivia ostensivamente o presidente, que parecia desvanecer-se com a humilhante subordinação.

O Sr. Rivadávia Corrêa deveria iniciar sua tarefa pelo palácio do Ingá. Para esse fim, havia decidido transpor no dia seguinte a baía e honrar Niterói com uma visita ministerial.

Bem se descobre nesse passo inicial o dedo estrategista que traçava rumo aos destinos da nação, por trás das ameias do poder supremo que se abrigava no palácio do Catete.

A capital fluminense está ali, do outro lado, e tão ao alcance da mão de ferro do poder central, que bastaria estendê-la e fazê-la cair, com todo o seu peso, sobre a invicta cidade de Araribóia, para reduzir sem maior esforço qualquer resistência que acaso tivesse o Sr. Oliveira

Botelho a veleidade de tentar opor à candidatura oficial.

Pois que tão preponderante teria de ser, daí por diante, o papel do Sr. Cincinato Braga nos acontecimentos que entravam a desenrolar-se no cenário político, o mais acertado é seguirmos os passos do deputado paulista desde a hora em que deixou, num daqueles dias, a Cadeia Velha onde funcionava em sessões preparatórias o ramo legislativo de que era membro dos mais ilustres, alcançando na rua da Assembléia um deputado fluminense cujo nome se obstina em conservar oculto, sempre que faz a crônica desse episódio tão colorido e cheio de interesse.

Esperavam-no em uma casa comercial da Avenida Rio Branco umas jaboticabas que havia encomendado. E com tamanha volúpia se preparava para ir ao seu encontro na casa onde as tinha encomendado, que ele, deputado paulista, “leader” de sua bancada, portanto com grandes interesses num consumo maior do café, havia dispensado, naquela tarde, a xícara do precioso líquido que habitualmente bebia na salinha consagrada da Cadeia Velha.

Assim é que, quando se lhe deparou aquele parceiro — por certo um dos membros mais graduados da representação fluminense, dado o conceito em que tão empenhadamente

demonstrou tê-lo — procurou conservá-lo em sua companhia, convidando-o para o repasto.

— Não! Sinto não poder aceitar... Não tenho tempo... E tirando o relógio do bolso do colete: — Estou na hora...

Insistiu o “leader” paulista. Que pressa era aquela?

— Vou lhe contar, mas sob a maior reserva... Sigilo rigoroso!

Comprometeu-se o Sr. Cincinato Braga a respeitar a recomendação, e ouviu, meio boquiaberto, a revelação do que se passara na véspera, à noite, entre o presidente e o ministro da Justiça.

Explicou, então, que precisava ir com urgência a Niterói a fim de prevenir o Sr. Oliveira Botelho da visita que ia fazer-lhe o Sr. Rivadávia Corrêa, e prepará-lo para a resposta com que deveria recebê-lo.

Era de tamanha importância a informação, e continha uma ameaça de tal gravidade para S. Paulo que, segundo parece, o próprio Sr. Cincinato Braga desistiu das jaboticabas...

Mediu bem a situação. Inteirou-se, com certa tranqüilidade, da segurança, que lhe deu o deputado fluminense, de que o presidente do

Estado do Rio recusaria qualquer apoio à intimação do Catete, e informado também de que ao Sr. Rodolfo Miranda seria entregue em seu Estado o trabalho em prol da candidatura do chefe do Partido Republicano Conservador, e que ao Sr. Francisco Sales caberia, por incumbência direta do marechal Hermes, a missão de conseguir para a fórmula palaciana a adesão de Minas, vacilou um pouco para acabar decidindo partir naquela mesma noite para S. Paulo.

Foi dali a um telefone, e pediu comunicação para a residência do ministro da Fazenda, onde este se achava na ocasião.

Começou pedindo-lhe perdão, ao ouvir-lhe a voz na outra extremidade do fio. Não era seu compadre Afrânio de Melo Franco quem o chamava, mas Cincinato Braga, que se serviu do nome desse amigo comum para lhe poder falar com a urgência de que tinha necessidade... Pedia-lhe, naquele mesmo dia, dez minutos de atenção para uma conversa reservada. Não! À noite não podia ser, porque àquela hora deveria estar deitado numa cama do noturno paulista...

Fosse, então, imediatamente.

Não constituía segredo para ninguém que o Sr. Francisco Sales, chefe absoluto da política mineira, aspirava a cadeira presidencial. Tinha-se na conta de um bom candidato. Duas vedetas de

sua política — o Sr. Francisco Bressane e o Sr. Ribeiro Junqueira — dias antes já haviam feito, a propósito, declarações muito significativas a um matutino. Observava o primeiro que “o nome do Sr. Francisco Sales vai surgindo como um nome nacional”. Adiantava o segundo que “Minas e vários Estados querem o Sr. Francisco Sales”.

É de imaginar, pois, a impressão com que o ministro da Fazenda ouviu a exposição que com inteira lealdade foi lhe fazer o Sr. Cincinato Braga.

S. Paulo, que se mantinha sozinho em sua posição de antagonismo ao governo federal e ao chefe do Partido Republicano Conservador, absolutamente não aceitaria tal candidatura. Aceitaria, sim, com prazer, qualquer candidato mineiro. Ia se entender com o conselheiro Rodrigues Alves acerca do assunto, e promover um entendimento imediato entre S. Paulo e Minas. Cumpria, pois, um dever de lealdade pondo-o ao corrente desses fatos.

Mostrou-se surpreso com a comunicação o ministro da Fazenda, que tudo ignorava. De nada o havia incumbido ainda o chefe do governo. Este, porém, havia-o informado de que precisava falar-lhe dentro das vinte e quatro horas que estavam correndo. Também nessa primeira conversa mostrou-se o Sr. Francisco Sales

infenso à planejada candidatura, reconhecendo que em Minas era igualmente muito grande a impopularidade do onipotente senador rio-grandense.

Antes de tomar o noturno paulista, avistou-se de novo o Sr. Cincinato Braga com o incógnito representante do Estado do Rio, o qual confirmou-lhe a decisão, em que deixou em Niterói o Sr. Oliveira Botelho, de declarar formalmente ao Sr. Rivadávia Corrêa — o que na realidade cumpriu — que recusava seu apoio à candidatura do Sr. Pinheiro Machado, numa perfeita unidade de vistas com o Partido Republicano Fluminense.

O “leader” paulista foi conduzido diretamente da estação da Luz para o palácio dos Campos Elísios, no carro presidencial que ali o aguardava, e uma vez diante do Sr. Rodrigues Alves, fez-lhe uma exposição minuciosa da situação, encarecendo o alcance de uma aliança imediata de S. Paulo com Minas a fim de, unidas as duas grandes unidades ao Estado do Rio, a Pernambuco e a outras que não podiam deixar de se lhes agregar para a pugna, oferecer uma resistência tenaz à candidatura com que se ameaçava o país,

Pernambuco, aliás, já nesse mesmo sentido havia-se pronunciado, tendo o general Dantas

Barreto mandado um emissário ao Sr. Oliveira Botelho com o fim de lhe declarar que aceitaria a candidatura Nilo Peçanha para a sucessão que tão cedo começava a agitar os centros políticos. A atitude do chefe do governo fluminense, portanto, já havia recebido um estímulo bastante vigoroso.

Os chefes do Partido Republicano Paulista foram logo convocados para uma reunião, e diante do perigo que pesava sobre o grande Estado, certo como estava o Sr. Rodrigues Alves de que aquela candidatura traria como conseqüência inevitável sua própria deposição, foi a sugestão do Sr. Cincinato Braga unanimemente aprovada. Recusada, como igualmente foi, a lembrança de qualquer outro mensageiro de S. Paulo para ir a Ouro Fino entender-se com o presidente de Minas, que no dia seguinte deveria regressar a Belo Horizonte, recaiu no próprio “leader” da bancada a escolha geral.

Foram imediatos os resultados de sua missão. Ao ouvi-lo, declarou-lhe prontamente o Sr. Bueno Brandão que Minas recusaria seu apoio à candidatura do chefe do Partido Republicano Conservador. Não lhe importavam as possíveis conseqüências desse seu ato, sendo que a mais imediata teria de ser a retirada do Sr. Francisco Sales do governo.

Informado de que este deveria ir encontrá-lo na estação de Cruzeiro para lhe fazer, no trajeto até à Barra do Piraí, a comunicação de que aquela hora já o havia incumbido o chefe do governo, declarou sem vacilação que lhe daria, de pronto, uma resposta negativa.

Firmou-se, então, o pacto famoso com que Minas e S. Paulo lograram subtrair o Brasil à nova calamidade, e que assim pode ser resumido:

Minas, de acordo com S. Paulo, não aceitaria para presidente, nem o Sr. Pinheiro Machado, nem o Sr. Nilo Peçanha, nem o general Dantas Barreto. Minas, em nenhuma hipótese, aceitaria a vice-presidência. Firmava-se a combinação de que nenhum político mineiro ou paulista, que para isso fosse convidado, aceitaria a candidatura à presidência. Os termos da resposta que com delicadeza seria dada ao marechal Hermes ou ao chefe do P.R.C., impugnando a candidatura deste, seriam combinados no dia seguinte, entre o presidente do Estado e o ministro da Fazenda. Essa decisão resultava da convicção de que tal candidatura era repelida pela opinião pública mineira, mesmo sem exceção do senador Bernardo Monteiro, seu afeiçoado político. O Partido Republicano Mineiro, bem como o Sr. Bueno Brandão, fariam política nacional de acordo com o Partido Republicano Paulista, estando prontos para uma luta eleitoral em prol

de uma candidatura que ambos aceitassem, ainda que de tal atitude resultasse a retirada do Sr. Francisco Sales do ministério. Todos os esforços seriam empregados para se evitar essa luta, pela adoção de uma candidatura de conciliação que trouxesse o apaziguamento político do país, e para a qual pudessem concorrer com Minas e S. Paulo os demais elementos da política nacional, o que parecia fácil desde que este Estado não alimentava intuítos de combater fosse como fosse. Parecia-lhes evidente que nenhum daqueles três nomes conseguiria reunir em torno de si o apoio geral. O Sr. Bueno Brandão não compreendia como poderia governar o país um presidente que não contasse com o apoio de S. Paulo, Estado que, por sua civilização, por sua riqueza, como por sua administração, considerava o melhor expoente do progresso do Brasil. Acrescentou que a atitude de São Paulo procurando, tanto quanto possível, suavizar a agitação da opinião pública prestando ao governo, como o fazia, seu concurso dentro das leis e do interesse nacional, era muito correta e muito patriótica.

O Sr. Cincinato Braga, que celebrou com o Sr. Bueno Brandão esse tratado na noite de 25 de abril, levantou-se na madrugada seguinte e foi à casa do presidente de Minas, no momento em que este se preparava para ir tomar o trem em que deveria voltar para Belo Horizonte, a fim de

lembrar-lhe a conveniência de retardar por alguns dias a resposta que pretendia mandar ao marechal Hermes por intermédio do Sr. Francisco Sales, isto para evitar que por um movimento precipitado pudesse ser desalojado da presidência da Câmara, onde se iniciavam as eleições para a composição de sua mesa, o Sr. Sabino Barroso. Tal fato produziria grande perturbação no funcionamento daquele ramo legislativo, onde ia em meio a votação do Código Civil. Concordou o Sr. Bueno Brandão, declarando que retardaria a resposta sob o fundamento de precisar consultar alguns de seus amigos, já que não podia adiar sua viagem. A 4 de maio deveriam estar presentes na Câmara todos os deputados mineiros e paulistas.

Essa aliança, que durante longos anos deveria assegurar no Brasil a paz e a tranqüilidade de que gozou enquanto ela subsistiu, produziu naquele fase agitada da política nacional todos os benefícios esperados.

Precisamente no dia em que se iniciavam os trabalhos ordinários do ano legislativo — 4 de maio — reunia-se em Belo Horizonte a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, e resolvia negar seu apoio à candidatura Pinheiro Machado.

O Sr. Cincinato Braga, “o sacripante” a quem o chefe ferido atribuía sem vacilar, num dos concílios do morro da Graça, a autoria de toda aquela conjura, saboreava com um prazer ainda maior do que se tivesse diante de se um samburá cheio de jabuticabas, a esplêndida vitória que assim consagrava sua habilidade na arte da estratégia política.

Vinte e quatro horas depois exonerava-se o Sr. Francisco Sales. Deveria tê-lo feito com um certo prazer íntimo, porque de qualquer modo se vingava da atitude do chefe do P.R.C., que havia considerado, em declaração feita a um jornal, “o movimento de Minas em torno de um mineiro um ato de indisciplina”. Os maiores do partido com que governava o presidente, Srs. Azeredo, Urbano Santos, Nilo Peçanha, Tavares de Lira e Sabino Barroso, haviam se reunido a 14 de fevereiro, quando era mais pronunciado o trabalho em favor de suas aspirações, para resolverem não tomar conhecimento de candidaturas à presidência com tamanha antecedência, e na ausência do Sr. Pinheiro Machado, então no Rio Grande, em férias parlamentares.

Não vacilou o chefe do governo em praticar a descortesia chocante de impor ao próprio Sr. Francisco Sales o papel humilhante de ser o negociador do apoio de Minas à candidatura de suas preferências. Mais ou menos o mesmo que

um homem ser encarregado de pedir, para o rival, a mão da mulher que ama e pretende...

Nilo Peçanha, que parecia não ter tomado muito a sério a sinceridade com que o general Dantas Barreto sugeriu seu nome ao Sr. Oliveira Botelho, não se manifestou ostensivamente contra a candidatura oficial. Propôs, apenas, para que o candidato fosse indicado, uma convenção dos presidentes de municipalidades. Era levantar empiricamente uma questão de princípios onde só se cogitava de uma solução prática.

Mas manteve-se, até o fim do conflito, na mesma atitude, batendo-se sempre por aquela fórmula. E quando se reuniu uma convenção que não a satisfazia, negou-se a participar da assembléia. Recordando mais tarde esse episódio, observou, num discurso pronunciado da tribuna do Senado, que o governo saiu fora da lei, “com a atitude menos refletida” do ministro da Justiça “disputando e ameaçando governadores”, demitindo funcionários públicos, “fazendo ronda sinistra à autonomia dos Estados”. E as demissões de funcionários foram, com efeito, tão iníquas, baseadas num simples delito de opinião, que muitos anos depois ainda as deveria estar reparando o poder judiciário.

O Ceará, negando-se a apoiar o nome do Sr. Pinheiro Machado, preparava o trágico destino que não tardaria a torturá-lo.

E o cronista que mais tarde deveria contemplar, tão distanciados dentro do tempo, esses episódios que de modo tão triste caracterizaram o patriciado político do Rio Grande na República, não poderia deixar de assinalar a estranha coerência de que dava provas Pinheiro Machado: o mesmo homem que animava, em 1908, o ministro da Guerra de Afonso Pena a lançar sua espada sobre a mesa de despachos do presidente, como um protesto contra a atitude deste ao pretender impor à nação, para seu sucessor, o Sr. David Campista, surgia em 1919, sem nenhuma espécie de rebuços, como candidato ostensivo do chefe do governo à cadeira à sombra de cujo prestígio se concertavam, dentro do palácio do Catete, todos os entendimentos para essa imposição! O “leader” desse movimento era o ministro rio-grandense, portador da pasta política do governo, o qual, sem dúvida para oferecer ao êxito da aventura uma garantia mais sólida, transferia-se pouco depois da secretaria da praça Tiradentes para o gabinete da travessa Bárbara de Alvarenga, desocupado com a renúncia do Sr. Francisco Sales.

Formava-se então, logo no dia seguinte, a coligação constituída pelas bancadas de Minas, S.

Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará — um contingente tão apreciável de deputados que, durante cerca de dois meses, mantém a Câmara numa crise para a qual parecia não haver solução possível.

Havia sido tranqüilamente eleito seu presidente o Sr. Sabino Barroso, reconduzido à cadeira majestática de onde dominava o recinto da Cadeia Velha, pois a nova organização política ainda não estava formada quando se iniciou a composição da comissão de polícia. Era o que havia visado a madrugada do Sr. Cincinato Braga em Ouro Fino. Coligados e conservadores defrontaram-se, porém, dias e dias seguidos, para elegerem o 1.º vice-presidente, sem o conseguirem. Era candidato da maioria àquele posto o Sr. Soares dos Santos, sendo o dos coligados o Sr. Simões Barbosa. Rio Grande contra Pernambuco...

Seguiram-se, paralelamente a essa parede quotidiana, que constituía uma disputa das mais empolgantes, acompanhada pela galeria com um vivo interesse, as negociações para a escolha do candidato que deveria ser oposto a Pinheiro Machado.

A coligação, com Minas e S. Paulo à frente, formara-se exclusivamente para dar combate à candidatura governamental.

Verificando, então, o senador rio-grandense que se expunha a um revés sem remédio, decidiu apelar para uma retirada estratégica. E numa reunião celebrada no palácio do Catete, para que foram convocados todos os generais do partido que havia sido fundado e vivia exclusivamente à sombra do governo militar, com o qual tinha também que morrer, pediu aos seus amigos que não insistissem no trabalho, que se fazia com febril atividade, de agregação de forças em torno de seu nome. Sentia que toda aquela luta tinha por único motivo sua pessoa, e retirava-se do prélio, sugerindo para candidato do partido Campos Sales, que se achava num completo retraimento no retiro de sua fazenda do Banharão.

Mas a origem dessa indicação, como ainda os termos de sua apresentação, constituíram motivo para que também a recusasse a coligação.

Pois que Pinheiro Machado pretendeu, ao lembrá-la, comprometer S. Paulo e diminuir a eficiência da nova agremiação partidária, voltou esta suas vistas para Rodrigues Alves.

Mas nem seria lícito ao presidente de S. Paulo infringir o dispositivo principal do pacto de Ouro Fino, nem tampouco concordar em que seu nome fosse oposto ao do ex-chefe da nação, seu amigo e conterrâneo.

Para este, aliás, entrou seu espírito a evoluir favoravelmente, dependendo tudo de vir a tornar-se uma candidatura de conciliação.

O intermediário do convite do Partido Republicano Conservador a Campos Sales havia sido o Sr. Rodolfo Miranda. Recusou o ex-presidente a candidatura, pois que também ele só a aceitaria como uma solução conciliatória que evitasse perturbação e luta. O Sr. Rodrigues Alves Filho, em telegrama endereçado ao Sr. Cincinato Braga, a quem pedia que comunicasse seu conteúdo aos Srs. Francisco Glicério e Galeão Carvalhal, informava-o a 10 de maio de que S. Paulo receberia com prazer a candidatura Campos Sales, desde que tomasse aquele aspecto.

Em reunião que celebraram os “leaders” da coligação, tinha sido examinada essa candidatura, sendo aquele deputado incumbido pelos seus colegas de bancada de partir imediatamente para S. Paulo, a fim de buscar orientação para uma decisão definitiva e segura.

O Sr. Pádua Sales informava-o, naquele mesmo dia, de que Campos Sales, recebendo o convite que lhe mandou a comissão executiva do P.R.C. para aceitar a candidatura que se lhe oferecia, havia-o recusado antes que o fato se tornasse público. Desejava mesmo que seu nome

não fosse objeto de qualquer discussão. Os Srs. Rubião Júnior e Albuquerque Lins estiveram durante o dia com o ex-presidente, aplaudindo os motivos de sua recusa, e declarando-lhe o prazer com que o tradicional partido aceitaria sua candidatura como conciliadora das divergências que tanto agitavam o problema, congraçando os vários elementos discordantes.

Nestes termos resolveu a coligação aceitar a candidatura Campos Sales, e uma vez que assim se desatendia o pacto de Ouro Fino, deliberou completar a chapa com o nome do Sr. Bueno Brandão para vice-presidente.

Novo embaraço, novas e sucessivas reuniões, novas negociações. Rejeitou essa fórmula Pinheiro Machado, propondo em substituição do nome do presidente de Minas o do Sr. Venceslau Brás. Este, que já o era, continuaria a ser o vice-presidente.

Foram então convocados os “leaders” coligados para examinar a nova composição, e como era demasiadamente transparente a falta de sinceridade com que já haviam dado, forçados pelas circunstâncias, seu apoio à candidatura Campos Sales, criaram, durante uma série de dias, um novo e febricitante estado de inquietação, marcando para aquele fim uma reunião que nunca chegava a efetuar-se.

Foi quando os círculos políticos sofreram um súbito estremecimento produzido pelo telegrama, que chegou uma tarde de Itajubá, endereçado ao Sr. Teodomiro Santiago, o qual se apressou em levá-lo ao conhecimento dos “leaders” da coligação. Declarava formalmente nesse despacho o Sr. Venceslau Brás — ele, um coligado daquela categoria! — que diante das más disposições que revelavam os “leaders” da corrente a que pertencia, para aceitarem a nova fórmula oferecida pelo Sr. Pinheiro Machado, procrastinando indefinidamente uma decisão, deliberou não mais consentir em que seu nome continuasse a figurar em tal combinação, retirando-o por aquele modo de quaisquer cogitações.

Nilo Peçanha, por seu lado, havia-se insurgido contra qualquer das duas fórmulas, entendendo que aceitar a candidatura Campos Sales depois das resistências vitoriosas opostas ao nome do Sr. Pinheiro Machado, era admitir que toda aquela agitação “não passava de uma questão pessoal contra o chefe do P.R.C.”.

Foi quando sobreveio a morte do ex-presidente da República, cujo estado de saúde já constituía, talvez, o fundamento principal para se recusar a ser um candidato de luta. Era 28 de janeiro. Esse acontecimento de intensa

repercussão, vinha repor a questão no terreno agitado e movediço em que se achava.

A nau de que era piloto o general dos pampas, parecia desarvorada e sem rumo. Havia perdido seu derradeiro ancoradouro.

Emergia uma vez mais, numa nova hora sombria da política como a que corria, a figura de Rui Barbosa. Alguns dos “leaders” da coligação manifestaram uma acentuada inclinação pelo seu grande nome. Era um candidato com que naturalmente se resolveriam todas as dificuldades que se amontoavam. Não tardou, porém, que o general Dantas Barreto e o Sr. Oliveira Botelho oferecessem-lhe uma séria impugnação, apoiando-se o governador de Pernambuco, pelo menos aparentemente, no revisionismo do senador baiano. O nome deste, aliás, continuava a ser sustentado pela Bahia, que o tinha levantado desde os primeiros momentos da agitação, conservando-se, por isso, fora da coligação.

Francisco Glicério foi numa daquelas noites ao palacete de S. Clemente, acompanhado do Sr. Galeão Carvalho, comunicar-lhe que aquela efêmera organização política havia resolvido fazê-lo seu candidato. Da chapa organizada faria parte o senador paulista como candidato à vice-presidência, faltando apenas, para que tal

combinação fosse definitivamente aceita, a aprovação da comissão diretora do P.R.P. Esta se reunia no dia seguinte, com a presença de Glicério, e aceitava em princípio a chapa por três votos contra dois, mas quando Rodrigues Alves foi notificado dessa decisão, informou à comissão de que já havia dado seu apoio à candidatura do Sr. Venceslau Brás, mostrando nessa ocasião o telegrama que havia trocado com o Sr. Bueno Brandão.

O olhar do Sr. Sabino Barroso, sempre frio e calculado, já se havia voltado para outro lado, fixando-se naquele com que deveria ser definitivamente resolvida a pendência. Sugeriu o Sr. Venceslau Brás. Começaram, então, dentro de uma reserva sempre muito grande, umas idas e vindas particularmente significativas que indicavam ter-se escolhido Belo Horizonte para base das derradeiras manobras.

Para lá partiu uma noite o Sr. Francisco Sales. Com um pequeno intervalo, um outro noturno conduziu para o alto da Mantiqueira o presidente da Câmara, que desde aquele momento havia assumido a direção das operações, e o Sr. Bernardo Monteiro.

O ex-ministro da Fazenda, que muito mais com o intuito de anular o êxito da proposta do Sr. Sabino Barroso, do que por outro qualquer

fundamento superior — pois que alimentava para com o Sr. Venceslau Brás sentimentos bem pouco cordiais, não pertencendo este e seus amigos ao grupo de que era chefe — levava ao Sr. Bueno Brandão, no propósito de o tornar aceito por Minas, o nome do senador baiano, chegou lamentavelmente tarde ao antigo arraial do Curral d'El Rei.

A correspondência que lhe exibiu no palácio da Liberdade o Sr. Bueno Brandão já havia posto termo definitivo às competições que convulsionavam o cenário nacional.

A 9 de julho, com efeito, expediu ao Sr. Rodrigues Alves o seguinte despacho: “Acreditando ser ainda possível um acordo para a solução da questão referente à sucessão presidencial em torno do nome do Sr. Venceslau Brás, peço a V. Ex. a gentileza de responder-me, caso não julgue inconveniente, como o Estado de S. Paulo, de cuja política é V. Ex. o mais autorizado expoente, receberá essa solução”.

A 12 respondia-lhe Rodrigues Alves: “O Estado de S. Paulo deseja sinceramente que os elementos políticos do país encontrem uma forma conciliadora que, pondo termo às agitações do momento, nos garanta contra possíveis perturbações. O nosso esforço tem sido invariável nesse sentido. Desde que V. Ex., em nome do

grande Estado de Minas, acha possível um acordo para a solução da questão referente à sucessão presidencial em torno do ilustre Sr. Venceslau Brás, venho dizer a V. Ex. que o Estado de S. Paulo receberá bem essa solução. É este o pensamento dos chefes que dirigem a política do Estado de S. Paulo e o meu pessoalmente”.

Todos os Estados que compunham a Coligação aceitaram a candidatura do vice-presidente. Este havia-se colocado tão discretamente à margem dos acontecimentos, recolhido à tebaida de sua Itajubá, pescando os peixes imaginários do rio silencioso a cujas margens viveu a fase despreocupada de sua juventude serena, que deixou ao abandono a cadeira de presidente constitucional do Senado, não oferecendo ao domínio soberano do Sr. Pinheiro Machado naquela casa nenhuma forma de concorrência. Nem mesmo a de sua simples presença...

O senador rio-grandense resolveu, prudente e acertadamente — davam-lhe, por atitudes como essa, a denominação de ordenança da vitória — aceitar a candidatura pacificadora.

A 9 de agosto uma assembléia mista, em cujo seio sentavam-se coligados e conservadores, tendo como seu presidente o Sr. Sabino Barroso, proclamava como “aptos a regerem os destinos de

nossa cara pátria” o Sr. Venceslau Brás e o Sr. Urbano Santos, candidato à vice-presidência.

A inclusão do chefe maranhense na chapa servia, de certo modo, para adoçar um pouco a derrota que veio ferir de morte o prestígio, até então incontrastável, do poderoso senador rio-grandense.

Pois não bastaria essa heróica resistência ao poder, num movimento realmente exemplar de insubmissão que acabou firmando a vitória da opinião pública contra um domínio político de verdadeiro despotismo, para impor a República ao respeito e à estima daqueles que um dia teriam de negar-lhe toda e qualquer virtude?

Naquele momento, sim, Minas era a batalhadora invencível e galharda da liberdade e da emancipação da consciência nacional!

XV

O Partido Liberal

O espírito do civilismo, que durante todo o tumulto do quadriênio Hermes conservou-se mais ou menos vigilante em torno de seu grande chefe, e que parecia haver congregado no país elementos capazes de se constituir numa grande força partidária, tocou a reunir. Acudiu Rui Barbosa ao seu apelo com a galhardia de sempre, e outra vez pareceu que ia a nação ser convocada para uma grande campanha eleitoral.

Estavam, é certo, sensivelmente desfalcados os quadros dos combatentes, mas nem por isso tornou-se menor o entusiasmo no dia em que ficou decidido que Rui Barbosa oporia sua candidatura à do Sr. Venceslau Brás. Se lhe faltava S. Paulo, contava ainda com a Bahia, torrão natal a que consagrava o culto de um amor exaltado. Contava, além do mais, com grandes e respeitáveis núcleos eleitorais que se dispunham a reagrupar-se disciplinadamente nas várias unidades do país para virem enfileirar-se de novo à sombra da bandeira gloriosa. E a 27 de julho, quando já formavam em torno dos candidatos da

convenção de 9 de agosto todas as situações estaduais, assegurando-lhes, portanto, um êxito indisputável que não podia permitir qualquer espécie de ilusões, reunia-se no Parque Fluminense uma assembléia política de grande e bela solenidade. Era a segunda Convenção Nacional dos civilistas que se efetuava para nomear e indicar aos sufrágios do país os candidatos com que pretendia disputar a cadeira presidencial, a vagar-se com a terminação do mandato de seu ocupante.

“O civilismo deve lutar” — havia declarado Rui Barbosa logo que surgiu a questão das candidaturas que acabava de ficar resolvida. “Da outra vez, no pleito passado, não tínhamos para convencer a opinião pública e abrir uma propaganda eleitoral irresistível, os elementos que teríamos agora”. Divina ilusão que o peso das situações oficiais de Minas e do Rio Grande, sempre fiéis às combinações urdidas pelo espírito das conveniências partidárias para a conservação do poder, havia de se incumbir de desfazer uma vez mais na dureza da realidade! “Da outra vez — juntava àquelas suas palavras — nos limitávamos a profecias, agora argumentaríamos com os fatos”. Para conjurar o perigo da candidatura Pinheiro Machado havia ele próprio levantado, em entrevista pública a 25 de janeiro, a do Sr. Rodrigues Alves. Em carta que logo lhe dirigiu, declina dessa indicação o presidente de S. Paulo,

sob o fundamento de que já lhe ia faltando o vigor para as grandes responsabilidades da administração, estando, além disso, convencido de que seu nome “conhecida a delicada situação política do país, não viria acalmar, como era necessário, a agitação que estava perturbando a vida nacional”. Contestou-lhe Rui Barbosa deplorando sua resposta, e pedindo-lhe licença para não a considerar como definitiva. Em sua apreciação — dizia-lhe em tal missiva — outra coisa não fez que render justiça ao seu mérito, assim como, na indicação de sua candidatura, limitara-se “a ser eco do sentimento geral”.

“Com o civilismo nos agitamos, para não apodrecer” — observava nos dias inquietos que haviam passado. “Tem sido esta a salvação do país. Se o querem sossegar, é removerem-lhe do horizonte a hipótese de um governo aparentado com o atual. O Partido Republicano Conservador se agita, para imprimir à presidência vindoura o cunho da mesma influência sua, com que carimbou a atual”. Celebrado o acordo, outra se tornou sua linguagem. “... pela minha parte não sou candidato à presidência — declarava três dias depois — nem me julgo capaz de assumir as responsabilidades de um cargo que as circunstâncias vieram tornar agora o mais arriscado de todos”. “O que faremos, eu e os meus amigos, é favorecer a corrente nacional que se esforça para restabelecer a ordem e a

legalidade dentro da República. Neste sentido é que entraremos na luta, e deste propósito é que não havemos de sair”,

A essa segunda candidatura, pois, tanto quanto à primeira, não o levavam a ambição nem nenhum sentimento inferior. Para candidato da grande corrente nacional, que sua voz e sua resistência convocaram em maio de 1909, tomou a iniciativa de lembrar o nome de Rodrigues Alvas. E é de novo para esse mesmo nome que volve sua lembrança quando a candidatura Pinheiro Machado se apresenta em 1912 como uma outra afrontosa ameaça para o país, e essa revestida de piores aspectos, porque era a certeza da continuidade da dura experiência que fora o quadriênio para que se buscava sucessor tão adequado.

Mas o apelo de seus amigos chegava-lhe, uma vez mais, imperioso e irrecusável, e ele não pôde subtrair-se ao posto de combate que de novo lhe era designado.

A convenção das municipalidades sufragou-lhe o nome com 562 votos, designando para seu companheiro de chapa, como candidato à vice-presidência, o senador paulista Alfredo Elis, sugestiva figura de republicano aureolada pela propaganda.

O discurso que então pronunciou terminava com uma invocação que suscitou um clamor de aplausos. “Como os três Estados da França, em 1789, no jogo da Pela, levantemo-nos todos aqui, agora, num movimento unânime, e, estendendo as nossas mãos, juremos a queda da opressão, juremos e havemos de vencer!”

Nessa mesma assembléia política, “a maior solenidade popular registrada, até hoje, na história brasileira”, segundo sua própria expressão, ficou deliberada a fundação do Partido Republicano Liberal, tentativa elevada que pretendia reunir em torno de um programa de ideais e princípios definidos os elementos que haviam dado aos candidatos em vésperas de deixar o poder o combate formidável que ficou marcado na história republicana como o mais belo e honroso de seus capítulos. Rui Barbosa ficou encarregado de elaborar esse programa, que deveria ser uma síntese dos princípios constantes da memorável plataforma com que entrou naquela gigantesca peleja eleitoral.

A nova luta, que devido, em grande parte, ao caráter sereno e tolerante do candidato, não prometia grandes choques, reunia de um lado a coligação e o Partido Republicano Conservador, unificados pela adesão que se apressara este em levar às combinações vitoriosas encabeçadas por S. Paulo e Minas, e a nova organização idealista

que acabava de lançar seus fundamentos no solo esterilizado pelo utilitarismo. “Sou candidato da nação e não meu” — dizia pouco depois num documento político.

E foi por isso mesmo, sem dúvida, que ao verificar, em dezembro, e quando já tinha pronta uma nova e admirável série de orações — dez conferências — com que deveria empreender a campanha eleitoral, pelas capitais e cidades do país, que a situação deste era de uma gravidade crescente, sofrendo no terreno financeiro as conseqüências deploráveis de uma administração inconsciente, e oprimido por um domínio político que lhe estiolava todas as energias cívicas, resolveu poupá-lo a uma nova agitação. De acordo com os chefes e amigos que lhe sustentavam a candidatura, deliberou afastá-la da arena onde estava lançada, dirigindo com esse propósito à nação um manifesto que pelo seu valor, como pelo alevantado nível de seus conceitos, deveria ter uma intensa repercussão em todas as consciências liberais, Essa decisão foi motivada pelas circunstâncias que ninguém imaginava chegassem a ser o que se revelaram “com as declarações oficiais confidenciais, na Câmara dos Deputados, à comissão de Finanças e com as confissões de toda a ordem arrancadas pelo desespero ao ministério, seus amigos, seus órgãos parlamentares”. “Mas, devassando agora o fundo à voragem, na qual nos precipitaram,

entramos, queiram ou não queiram, abertamente, numa crise revolucionária do pior caráter, crise de esfacelo dos elementos da nossa vida nacional em que a eleição de 1.º de março desaparece, e só o país se poderia salvar a si mesmo, tomando nas mãos a sua causa, sem comoções materiais, tranqüila, mas decisivamente, mostrando-se em toda a sua força, e afirmando a sua vontade nos termos próprios de uma nação, que se não quer extinguir”.

Era — lembrava-o com tristeza — a confirmação do prognóstico de sua carta de 19 de maio de 1909, endereçada aos Srs. Glicério e Azeredo, dos discursos que pronunciou na campanha, dos artigos que escreveu, e do manifesto que lançou depois do esbulho que sofreu do Congresso Nacional, com o qual antepôs o Partido Republicano Conservador “ao velho republicano eleito pela nação a inexperiência e a incultura de um marechal não eleito e inelegível”.

Duzentos e treze mil contos despendeu aquele governo — sustentado e apoiado sem reservas pelo Rio Grande e por Minas desde a candidatura de seu chefe até o derradeiro de seus erros, de seus desvarios e de suas violações à lei, ao direito e à justiça — sem autorização legislativa, e para corrigir essa situação insustentável do erário público havia pedido, na

referida reunião secreta da comissão de Finanças de 19 de dezembro, autorização para contrair um empréstimo externo de dez ou onze milhões esterlinos — lastro considerável para a carga da República que aqueles dois Estados, seus cúmplices e associados diretos, deveriam destruir um dia — e se não lhe fosse outorgada essa faculdade, teria de “bater moeda”. Somente dentro daquele quadriênio a dívida fundada, interna e externa, havia crescido em um milhão e onze mil contos, o que importava num aumento, apenas em quatro anos, quase igual ao total daqueles encargos acumulados em todo o longo período anterior. Eram, pois, os fatos que forçavam aquela decisão, na qual havia uma inspiração patriótica de tamanha elevação, que não há necessidade de encarecê-la. Não existia, além do mais, com efeito, o objeto da campanha eleitoral. O que se disputaria “não era um governo, mas o espólio de uma casa roubada”. O que então havia “era uma falência, econômica e financeira, política e institucional, por liquidar”.

As conferências que deveria realizar nessa nova campanha eleitoral para que se preparava com indomável destemor cívico, foram posteriormente publicadas pela imprensa, e lidas e ponderadas pelo país inteiro com o interesse que despertavam sempre os labores daquele cérebro vulcânico. A última era entregue ao conhecimento público exatamente no dia em que

as urnas republicanas recolhiam as chapas oficiais que continham os nomes dos Srs. Venceslau Brás e Urbano Santos. Era 1.º de março de 1914.

A convenção que fez a indicação dos nomes que a compunham havia obedecido aos mesmos processos viciados e impuros que deveriam fazer do mesmo deputado e do mesmo senador que iriam, alguns meses depois, compor o poder verificador, juízes e partes do processo eleitoral no qual já estavam, por essa forma, tão gravemente comprometidos.

Era mineiro o candidato, rio-grandense o chefe do partido que uma vez mais inspirava e dirigia o processo, marcado com o selo indelével de um ato rigorosamente oficial em que a nação não intervinha senão como uma dourada e sedutora figura de retórica destinada a dar aparências de legalidade ao produto de um conluio de interesses e de conveniências de simples política epicurista...

Dessa vez houve apenas a atenuante da reação com que se tornou possível, embora sem mudança alguma de processos, substituir por um candidato aceitável e simpático à nação, a odiosa imposição concertada nos desvãos do palácio do governo, e da qual, para favorecer o chefe supremo da política nacional, que desempenhava

esse mandato inquisitorial fervorosamente amparado pelo Rio Grande, de cuja política era o segundo chefe, havia sido incumbido o ministro rio-grandense que era o Sr. Rivadávia Corrêa.

E como, dentro de uma estufa como aquela a que estava reduzido o país, não podia germinar nem dar frutos uma árvore de ideais como era a organização política que emanara da convenção de 27 de julho, tão depressa nasceu como morreu o Partido Liberal!

XVI

O quatriênio da paz que levou o Brasil à guerra

Uma jaca arremessada de dentro do parque foi cair sobre o carro aberto que rodava na cadência de um cerimonial solene, escoltado por um regimento de cavalaria na pompa de seus uniformes vistosos, lanças de pontas eriçadas, sob as vibrações do hino nacional e os clangores dos clarins. Ao longo de todo o itinerário do cortejo, batalhões perfilados apresentavam armas em continência, enquanto a multidão assistia indiferente, mas tomada de uma grande curiosidade, àquele espetáculo de tanto brilho exterior, que se renovava de quatro em quatro anos. Produziu-se um começo de pânico, de rápida duração. Policiais vigilantes corriam para o local do incidente, imaginando alguns observadores mais afastados que se tratasse de uma bomba que não havia explodido.

O novo presidente acabava de prestar, no recinto venerando do paço do conde d'Arcos onde se reunira solenemente o Congresso, o

compromisso constitucional da pragmática, e sua carruagem descoberta passava pela praça da República com destino ao palácio do Catete, quando se registrou o fato.

Podia parecer, assim à primeira vista, uma demonstração com que se pretendesse marcar a impopularidade do novo presidente no momento exato em que ele acabava de receber a elevada investidura, iniciando o desempenho de seu mandato.

O Sr. Venceslau Brás, com efeito, havia partilhado de uma porção não pequena de responsabilidade pelo advento do governo que naquele dia encerrava seu ciclo desastroso. Deveria, por isso, carregar com uma parte apreciável da impopularidade com que entrou para o Catete, e dele saía, o marechal Hermes da Fonseca.

O certo, porém, é que tal não se dava. Seu nome, que surgiu no meio daquela agitação como uma bandeira de paz, deveria valer pela segurança de uma sucessão de dias tranquilos para a comunhão brasileira. E não foi por outra razão que em torno do candidato de conciliação haviam se congregado quase todas aquelas chamadas forças políticas da nação, formando depois uma unanimidade repousante.

As feridas da áspera peleja haviam cicatrizado; encerradas estavam todas as dissensões; adversários que se bateram com ardor no prélio inesquecível estavam, de novo, harmonizados e mais ou menos unidos.

Aquela agressão, portanto, nada mais podia significar do que um ato individual de qualquer exaltado que não se houvesse conformado com o insucesso da aventura que havia ensaiado o presidente cujo mandato cessava, pretendendo vingar-se da decepção que acaso lhe tivesse trazido o advento pacífico do Sr. Venceslau Brás.

Uma expectativa simpática formava o ambiente do começo daquele quadriênio, e logo na organização de seu ministério deveria o novo presidente patentear as características políticas de seu governo: ou a continuação do domínio do chefe rio-grandense, ou uma completa liberdade de movimentos, atitude que lhe facilitavam as simples circunstâncias em que nasceu e triunfou sua candidatura.

Correu, com efeito, que o Sr. Venceslau Brás trouxera de Itajubá um ministério, e que aqui, sob as vistas do chefe indomável, havia composto um outro. A verdade, porém, é que tal não se deu. A organização esteve, de fato, durante alguns dias, embaraçada diante de aspirações do chefe do Partido Republicano Conservador, que no

entanto pareciam limitar-se à conservação, na pasta da Fazenda, do Sr. Rivadávia Corrêa. Bateu-se com empenho para que o Sr. Venceslau Brás o conservasse, e a melhor saída que encontrou este para não desgostar o vice-presidente do Senado, evitando um rompimento que não podia estar nem nos seus propósitos, nem no seu interesse, foi confiar àquele político rio-grandense, responsável pela péssima gestão financeira do quadriênio que expirava, a prefeitura do Distrito Federal. Seu primeiro ministro da Fazenda foi o Sr. Sabino Barroso, e deste partiu a lembrança do nome do Sr. Carlos Maximiliano para ocupar a pasta da Justiça.

No mais, limitou-se o senador rio-grandense a lembrar três nomes para a pasta da Guerra, onde parecia querer de novo firmar sua posição: os dos generais Bento Ribeiro, Souza Aguiar e Carlos Pinto. O ministro escolhido foi o general Caetano de Faria. A pasta da Agricultura ficou desprovida de um titular efetivo no dia em que se iniciou o governo porque, convidado o Sr. Altino Arantes para ocupá-la, resolveu o Sr. Rodrigues Alves que S. Paulo não daria ministro. A pasta pareceu insignificante para a importância da grande unidade, de modo que somente depois de 15 de novembro foi ela provida pelo Sr. Calógeras.

O grande episódio político que era, no momento, o objeto permanente de todas as

cogitações, tinha de ser resolvido sob a influência direta do novo presidente, logo nos primeiros dias de seu governo. Era o da sucessão fluminense. O candidato oficial à herança do Sr. Oliveira Botelho, a quem tanto se desdenhava sua qualidade de tenente, havia sido eleito por grande maioria e contava, no centro, para seu êxito final, com todo o apoio de Pinheiro Machado, o que importava no amparo decidido do governo federal, pois que a reconciliação do Ingá com o Catete e o morro da Graça tinha sido selada como se fosse um pacto de sangue. Era para a vida ou para a morte, fosse contra quem fosse. Nilo Peçanha, com a contribuição de todos os recursos de sua inesgotável habilidade, fortalecido pela sólida estima pública que desfrutava no Estado, preparou a figura de dualidade de mesas da Assembléia Fluminense, fazendo desse núcleo o poder verificador que o reconheceu presidente, embora sabidamente não eleito, porque não era de acreditar que um governo local assim tão amparado pelos poderes federais chegasse a perder normalmente um pleito naqueles tempos. Contra a causa do então tenente, porém, tinha de prevalecer a circunstância de ser sob o governo do Sr. Venceslau Brás que deveria ter solução final, com a transmissão de poderes a 31 de dezembro, aquele litígio que durante mais de um ano havia sido fonte de uma agitação ininterrupta nos arraiais da política fluminense, com uma

intensa repercussão sobre a federal. Dir-se-ia que ali estava a etapa decisiva, da qual teria de depender o destino que o futuro reservava ao domínio de Pinheiro Machado. O Supremo Tribunal amparou com uma ordem de “habeas corpus” o funcionamento da assembléia constituída pelos elementos que se agregaram à mesa da legislatura anterior, assim legitimada, e naquele dia desembarcava em Niterói a força federal encarregada de assegurar a posse de Nilo Peçanha, que se efetua com todas as garantias prestadas a esse ato pelo governo do Sr. Venceslau Brás, o qual, para esse fim, expede para aquela cidade o próprio ministro da Guerra.

Era a queda ruidosa de todo um castelo edificado na areia movediça da Praia Grande pelo formidável arquiteto político.

Rui Barbosa, num telegrama ao Sr. Venceslau Brás, com este se congratula “pelo ato de firmeza e dignidade com que, respeitando a decisão do Supremo Tribunal, acaba de cumprir o dever do governo começando a tranqüilizar a opinião pública inquieta”.

Pinheiro Machado, que tudo havia tentado para impedir que o governo desse cumprimento à ordem, consegue do presidente a convocação extraordinária do Congresso para, mediante a requisição que lhe fez a outra facção da

Assembléia Fluminense que reconheceu e platonicamente empossou naquele mesmo dia o Sr. Feliciano Sodré, decretar a intervenção federal no Estado.

A mensagem presidencial dando conta de tal requisição foi lida no último dia da sessão legislativa ordinária, de modo que somente na reunião extraordinária de 9 de janeiro iniciaram-se os debates que suscitou o assunto. Era a última grande tentativa do chefe rio-grandense, que teve de se conformar com a inteira ineficácia de seu esforço, pois a sessão extraordinária não lhe daria o que tão ardorosamente pleiteava: a deposição de Nilo Peçanha, como conseqüência natural de uma lei que reconhecesse ilegal seu mandato, assegurado pela decisão da mais alta corte judiciária do país, para mandar empossar em seu lugar o Sr. Feliciano Sodré. Era o que consubstanciava o Senado no projeto que elaborou e enviou à Câmara, onde se arrastou durante todo aquele ano até os últimos momentos de dezembro, quando afinal aprovou o parecer da comissão de Constituição e Justiça que concluía considerando legal e definitivamente resolvido o caso fluminense — vitória inegável conseguida pela aliança das bancadas mineira e paulista na defesa da autonomia do Estado e do respeito devido ao poder judiciário.

Pinheiro Machado não logrou continuar a fazer valer seu predomínio; não lho permitiu o Sr. Venceslau Brás. Sem conflitos e sem choques, conseguiu ir neutralizando aos poucos aquela influência e aquele mando que se exerciam paralelamente com a autoridade presidencial. Os vínculos que prendiam o governo ao chefe onipotente afrouxavam de dia para dia, e quando este desfechou sobre o Sr. José Bezerra, senador eleito e diplomado por Pernambuco, o golpe memorável que tamanha impressão causou no espírito público, fazendo com que em seu lugar fosse reconhecido o contestante, Sr. Rosa e Silva, seu aliado desde que o general Dantas Barreto tomou de assalto aquela unidade, julgou de seu dever o presidente proporcionar uma reparação àquela vítima do terceiro escrutínio, confiando-lhe a pasta da Agricultura, vaga em conseqüência da transferência do Sr. Calógeras para a da Fazenda, a que o Sr. Sabino Barroso havia renunciado.

Na tarde em que, por um recado telefônico, teve conhecimento, no morro da Graça, daquele ato do Sr. Venceslau Brás, respondeu ao deputado que lhe dava essa notícia:

— Pois está muito bem! O Senado usou de sua prerrogativa escolhendo Rosa e Silva, e o presidente da República usou da sua, nomeando

José Bezerra seu ministro da Agricultura. É o jogo regular dos poderes constitucionais!

E nunca deixaram de ser muito cordeais as relações de amizade existentes entre um e outro.

Quando, pois, o punhal traiçoeiro e sectário de Manso de Paiva, num golpe que sacudiu num grande abalo de emoção a nação inteira, eliminou, no saguão do hotel dos Estrangeiros, na serena tarde de 8 de setembro de 1915, a vida preciosa do homem forte, fadado pelo destino para as funções de mando, e a quem os homens dignos combatiam com fervor, mas sempre tocados de um grande respeito por aquele adversário gigantesco, seu prestígio sofria um novo e profundo delíquio, outra vez empalidecia num intenso desmaio a estrela luminosa que lhe guiava a existência agitada de lutador não raro triunfante.

Ainda assim, porém, seu inopinado desaparecimento como que desarticulou a estrutura política da República.

Não mais tinha ele rival, porque seu domínio pessoal extinguiu-se aos poucos, apenas porque lhe faltava aquele apoio irrestrito que lhe emprestavam todos os governos — o federal como os estaduais — e que nada mais eram, aliás, do que uma projeção de sua vontade até então onipotente.

Do princípio do arbitramento, inscrito com tão grande sabedoria na constituição de 24 de fevereiro, fez o Sr. Venceslau Brás o suave instrumento com que deveria conseguir uma solução harmônica para quantos litígios fosse chamado a decidir. Tornou-se, pois, no posto supremo que lhe confiou a nação, um grande juiz de paz que tanto conseguia pôr termo, com uma mediação oportuna, a um conflito de interesses que surgisse na política de um Estado, como a uma divergência entre patrões e operários que houvesse determinado numa fabrica uma parede de perspectivas ameaçadoras. As agitações proletárias produziram, aliás, durante seu quatriênio, algumas perturbações de caráter um tanto grave, que só não chegaram a afetar a ordem pública devido àquela sempre oportuna intervenção calmante. Governo inexpressivo e de características incolores, é certo, mas benéfico pela sua índole pacifista.

Uma conspiração militar — a projetada revolta dos sargentos — a que não era aplicável aquele princípio, foi punida sem grande rigor, mas com eficácia disciplinar: fez enviar cada um daqueles inferiores para os Estados de sua origem, e ali os expulsou das fileiras do exército.

Teve de realizar algumas intervenções, notadamente a de Mato Grosso, onde um movimento sangrento depôs o presidente, alternando-se várias vezes este com o vice-presidente no poder, por efeito de sucessivas ordens de “habeas corpus” concedidas, ora a um, ora a outro, pelo Supremo Tribunal. E quando a situação tomava um aspecto mais grave, aplicou-lhe a sedosina de um acordo, renunciando ambos para que se procedesse à eleição de um candidato neutral e pacificador. E para não sair de sua lógica, foi buscar esse terceiro nas altas esferas espirituais, onde não deve haver paixões nem entrechoques de interesses. Resolveu-se o conflito com o bispo de Cuiabá, D. Aquino Corrêa.

Foi igualmente com o remédio de uma mediação suasória, representada por um apelo veemente ao presidente do Paraná e ao governador de Santa Catarina, que conseguiu pôr termo à contenda do Contestado, que se havia tornado um foco perigoso de agitações, ocasionando uma verdadeira guerra sem termo e sem tréguas durante um longo período de tempo, ora entre bandos irregulares, que exigiam a interferência continua da tropa federal, ora entre forças das duas unidades litigantes.

Em sua mensagem de 3 de maio de 1914 pareceu-lhe possível informar o Congresso de que estavam terminadas as operações militares

naquela região vulcânica, mas somente no dia 20 de outubro de 1916 punha remate final à luta inglória, que ali se travara, o feliz acordo assinado no palácio do Catete como fruto de sua iniciativa, entre os chefes dos governos daquelas unidades, Srs. Afonso Camargo e Felipe Schmidt.

Foi sob esse governo de paz e concórdia que um estranho paradoxo levou o Brasil a tornar-se um país beligerante, fazendo companhia às nações em armas na peleja gigantesca em que se empenhavam quase todos os povos do mundo.

Rui Barbosa, nomeado embaixador especial para o fim de levar ao governo argentino, numa elevada missão de concórdia e fraternidade, as homenagens do Brasil por motivo do primeiro centenário da promulgação da constituição que completou, a 9 de julho de 1814, com a assembléia de Tucumán presidida por Laprida, a grande obra da independência realizada pelos exércitos libertadores de San Martín, não se limitou a empreender em Buenos Aires, com o prestígio de seu nome ilustre, e com a autoridade de sua palavra dominadora, o trabalho benéfico de que resultou a completa extinção de uma corrente a que se atribuíam, ali, sentimentos pouco amistosos para com o nosso país. Aliás — assinalemos incidentalmente — nunca cessou o chefe dessa corrente, o grande internacionalista e notável argentino Estanislao Zeballos, de

assegurar a perfeita cordialidade que alimentava para com o Brasil, tendo feito a Rui Barbosa uma longa e demorada exposição, devidamente documentada, dos termos em que se defendeu de tal argüição perante o Congresso de sua pátria, reunido durante três dias seguidos em sessão secreta para ouvir o então ministro das Relações Exteriores a propósito da delicada situação internacional existente entre os dois países, tão acirrada pelo episódio do famoso telegrama n.º 9. O que na realidade se deu foi um fenômeno muito explicável: entre Rio Branco e Zeballos, quando os dois defendiam, perante o presidente dos Estados Unidos, árbitro da questão de limites entre o Brasil e a Argentina, os direitos pelos quais se batiam as duas nações litigantes, nasceu uma rivalidade pessoal que bem depressa confundiu-se com os interesses da grande causa lindeira. E quando, cada um dos dois adversários, exercia em seu respectivo país, como ministros das Relações Exteriores de seus governos, a grande soma de influência, o prestígio considerável que lhes dava o seu caráter de nacionalistas extremados, a rivalidade dos homens passou a ser das nações...

O embaixador brasileiro extinguiu as últimas prevenções que ainda subsistiam, como um fermento mau, ao desaparecimento de um dos dois grandes contendores.

E Zeballos foi de um carinho inexcedível com todos os brasileiros que participavam da embaixada, tornando-se inesquecíveis o encanto de seu convívio e a hospitalidade de sua casa na “calle” Libertad.

Rui Barbosa, que era um partidário caloroso e consciente da causa dos países aliados, escolheu a Faculdade de Direito de Buenos Aires, na recepção que lhe deu esse instituto de ensino, para realizar a inesquecível conferência, de tão viva repercussão em todos os círculos intelectuais do mundo, que foi como que a palavra decisiva da nova atitude do Brasil. Sua atitude era a de um expectador neutro. Combateu o grande embaixador a neutralidade, sustentando que, com a internacionalização crescente dos interesses nacionais, “com a permeação mútua que as nacionalidades exercem umas nas outras, com a interdependência essencial em que vivem umas das outras as nações mais remotas”, a guerra já não se podia insular nos Estados entre os quais se estabelecera o conflito.

Encontrou e manteve o Sr. Venceslau Brás, enquanto pôde, uma neutralidade que em dado momento chegou a parecer excessiva, mas a conferência de Buenos Aires condenou, em conceitos tão altos e modernos, esse estado contemplativo, que a opinião pública compreendeu e sentiu que numa outra atitude é

que estavam os verdadeiros interesses do Brasil. Sobrevieram os torpedeamentos dos nossos navios mercantes, atentado brutal com que se comprazia a Alemanha, que para perturbar a navegação dos mares enchia-os com a insídia e a fúria destruidora de seus submarinos. Estávamos já em 1917. A 4 de abril submergia, ferido no seu casco por uma daquelas máquinas mortíferas, o paquete “Paraná”, da Companhia Comércio e Navegação. Ao clamor da indignação pública, decidiu o governo declarar rotas as relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, mandando entregar os passaportes ao ministro plenipotenciário do poderoso império no Rio de Janeiro, e fazendo retirar-se de Berlim, com o pessoal da legação, o nosso agente diplomático ali acreditado. Lauro Müller, suspeito em sua ação na política internacional naquele momento delicado, pela razão de sua origem, havia deixado a pasta das Relações Exteriores, sendo substituído no Itamarati por Nilo Peçanha, que assim se viu forçado a interromper sua presidência tão porfiadamente conquistada. A 20 de maio era torpedeado o vapor “Tijuca”, fato a que se seguiu o decreto legislativo, solicitado em mensagem pelo presidente, autorizando a ocupação e utilização dos navios alemães imobilizados nos portos brasileiros desde o início da conflagração. Dois dias depois um novo torpedo afundava o paquete “Lapa”, criando em

todo o país um estado de grande exacerbação. Foram, então, revogados todos os decretos de neutralidade em relação aos países em guerra com os impérios centrais, sendo ordenado o patrulhamento das costas brasileiras por unidades navais. O torpedeamento de um outro navio nacional, o “Macau”, levou o presidente a solicitar do poder legislativo a autorização e as medidas que eram, em seguida, consubstanciadas no decreto de 26 de outubro. Constava de um único artigo: “Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o presidente da República a adotar as providências constantes da mensagem de 25 de outubro corrente e a tomar as medidas de defesa nacional e segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações de crédito que forem convenientes para esse fim.”

Dois novos navios eram torpedeados em novembro, baixando então o governo o decreto, datado de 16 daquele mês, pelo qual cessava as relações comerciais, bancárias, industriais e colonizadoras dos poderes públicos do Brasil com súditos alemães. Sem se achar em situação de poder prestar um concurso militar eficaz aos países aliados, ainda assim procurou ser-lhes útil o novo beligerante, fazendo preparar a divisão naval que, sob o comando do almirante Max

Frontin, auxiliou na medida do possível o policiamento do Atlântico Sul, a cargo de uma esquadra americana, e expedindo para os hospitais de sangue da França a missão médica sob a direção do professor Nabuco de Gouvêa.

O Brasil saiu engrandecido do choque formidável, participando dos conselhos internacionais que firmaram a paz e criaram o direito novo que se fundou para a vida da humanidade, cessada a fogueira em que ardeu, purificando-se no sofrimento.

Durante a inesquecível calamidade pública que foi a epidemia da gripe espanhola, soube o governo prestar à população uma assistência vigilante e solícita.

E quando se encetaram as negociações para a escolha de seu sucessor, procurou o Sr. Venceslau Brás manter-se numa atitude reservada e discreta, que se enquadrava nesta norma: o presidente não pode intervir; o presidente não se pode desinteressar do problema. Realizou, com efeito, ouvindo, aconselhando, o verdadeiro papel de coordenador. Parecendo-lhe que o nome do Sr. Rodrigues Alves não preteria nenhum outro, considerou-o escolha acertada, e assim se manifestou.

Naquele seu fim de governo já parecia, com efeito, alimentar com sinceridade o propósito de

trocar de bom grado o fastígio do poder pela tranqüilidade de seu canto, para onde pouco depois voltava com a consciência de haver fielmente sabido cumprir seu dever.

Foi sua gestão de não pequenas dificuldades financeiras, e por isso mesmo teve de recorrer à medicina dos empréstimos externos e ao tônico ilusório das emissões. O governo anterior havia abusado do primeiro, e usado do segundo desses expedientes. Não lhe ficou muito atrás, o seu, nesse terreno. Somente na vigência do quadriênio de 1914 a 1918 as emissões de papel-moeda somaram a importância de 907.900.000\$. O último dos ministros da Fazenda desse governo emissionista contiuiu a ser, felizmente, depois que deixou o casarão precioso da Avenida Passos para voltar ao desempenho de suas funções de executor das sentenças dos governos e de negociador de acordos eleitorais e políticos, um homem fisicamente íntegro. Não perdeu membro algum essencial de seu corpo, e pôde continuar a saudar os amigos e a traçar destinos à política dos conchavos de bastidores, servindo-se das duas mãos, e mantendo ao mesmo tempo, estabilizado na sua nobre face de marfim, aquele famoso sorriso público de bailarina.

Correu mundo naquela época, com efeito, e os jornais a registraram e comentaram com uma impressão de horror, uma frase a que mercê de

Deus, como aliás sucedeu sempre a tantas outras emanadas de seus lábios, envolvendo compromissos de maior ou menor gravidade, segundo a qual o Sr. Antônio Carlos preferiria cortar uma mão, a ter de assinar um decreto emitindo uma nota, na fecunda e coerente gestão da pasta que lhe foi confiada nos restos daquele governo inofensivo e tranqüilo — o governo da paz que levou o Brasil à guerra...

Que destino haviam tomado, depois de todos aqueles acontecimentos de que foram figuras centrais, Carlos Peixoto Filho, o chefe poderoso da época em que floriu o Jardim da Infância, o estrategista que quase levou de vencida o general inderrotável do Partido Republicano Conservador, e David Campista, o candidato quase triunfante que ocasionou o deslocamento do eixo da política?

Não pôde nem soube dissimular Carlos Peixoto a amargura que provou quando lançou o olhar sobre o grande vácuo que depois de sua renúncia abriu-se em torno de si. Toda aquela visão sagaz, toda aquela inteligência percuciente, não lhe haviam permitido estabelecer distinção alguma entre os cortesãos que o circundavam. Não percebeu que o cortejo estonteante dentro do qual vivia visava o poder, a influência, o mando, a

situação privilegiada, e apenas em parcela muito reduzida o homem com seus predicados próprios, na sua simples expressão individual. Sofreu com isso. Tornou-se um quase cético. Desinteressou-se pela campanha civilista, na qual não tomou nenhuma parte ativa. Conservou-se, ao contrário, durante toda a grande refrega política, numa atitude de discreto retraimento. Reeleito deputado porque foi incluído na chapa oficial mineira, empreendeu logo depois uma demorada viagem à Europa. De lá voltou para intervir de novo, com o prestígio fascinador de sua palavra e com a única credencial da autoridade de seu talento, nos debates parlamentares de maior interesse. Jamais transigiu com o novo estado de coisas, que resultou da adesão de todos aqueles que sob suas ordens haviam combatido pela causa oposta. Em Paris, foi informado por um médico seu amigo, ligado por estreitos laços de parentesco ao marechal Hermes, contemporaneamente naquela capital, de que este lhe reservaria um acolhimento simpático, se quisesse ir fazer-lhe uma visita. Recusou-se. Na sessão de 2 de agosto de 1910 fazia o Sr. Barbosa Lima à Câmara esta declaração: “O honrado, o integérrimo representante de Minas manda por meu intermédio reafirmar aos seus concidadãos que é absolutamente falsa a notícia telegráfica para aqui enviada e insidiosamente arquitetada, visando colocá-lo mal perante a opinião

republicana, notícia que pretendeu dá-lo como presente em uma reunião na Sorbona, a que compareceu o então candidato (aliás já reconhecido) à presidência da República, o marechal Hermes da Fonseca”. “Carlos Peixoto — acrescentava — é daqueles que não vergam; sua integridade é inacessível a semelhantes botes partidos de uma campanha menos digna; há de se manter de pé, tão alto e tão rijo quanto se encontrava e surgiu aos olhos do país inteiro no momento em que renunciou essa cadeira que V. Ex., Sr. presidente, tanto honra.”

O presidente que honrava aquela cadeira havia-se tornado o líder natural de Minas nos coselhos da política federal desde que se produziu a grande mutação. Trocava mais tarde aquela posição pela pasta da Fazenda do governo do Sr. Venceslau Brás, da qual foi portador por pouco tempo porque não lho permitiu sua saúde, já bastante alterada. Fez uma viagem à Europa, de onde voltou para reocupar a cadeira presidencial em que temporariamente o sucedera o Sr. Astolfo Dutra, também deputado por Minas.

A palavra do Sr. Sabino Barroso foi sempre moderada, conciliatória e prudente. Muitas vezes impediu que se consumassem atos pouco defensáveis de ódio e vingança partidária, sobretudo em épocas memoráveis de verificação de poderes. Poucos homens públicos têm sido, no

Brasil, cercados de tão grande e bem conquistado respeito; poucos tiveram, até hoje, tão bem dosado, o senso do equilíbrio. Faleceu deixando um grande claro no nosso quadro de valores. Sem grande demora um do outro, e quando ainda não havia dado a seu país metade do que tinha o direito de esperar de tão formosa mentalidade, sucumbia numa chácara de Jacarépaguá, para onde o haviam conduzido os poucos amigos devotados que nunca deixaram de encerrá-lo dentro do círculo de seu afeto e no calor de sua admiração, Carlos Peixoto Filho.

David Campista, que o golpe de maio havia posto num completo retraimento, era nomeado em junho de 1911, pelo adversário venturoso que lhe destruiu o futuro político, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário do Brasil junto ao governo da Suécia. As cintilações do espírito, a graça harmônica do porte, a palavra fluente e cheia de colorido, a elegância, a correção habitual do traje, aquele monóculo irreverente entalado no olho esquerdo — lembrando a fisionomia mordaz e distinta de Eça de Queiroz — pareciam tê-lo talhado para a diplomacia, para a representação, para o brilho das cortes, para os torneios das assembléias internacionais. E quando Rio Branco havia-lhe designado um posto que reclamava uma figura dotada de seus atributos, e que era o teatro natural onde melhor poderia ele representar com brilho o seu papel de

homem mundano por excelência — Paris — arrebatou-o a morte. Sucumbiu a uma pneumonia quase fulminante, contraída nas insídias glaciais daquela Escandinávia tão imprópria para um filho dos trópicos, nascido sob as fulgurações irradiantes do sol brasileiro. Por um decreto simultâneo, lavrado na mesma data, deixava a política, entrando para a carreira diplomática pela mão de Rio Branco, o relator do tratado de Petrópolis, a voz brilhante que da tribuna parlamentar o justificou e defendeu, e que depois, como membro dos tribunais arbitrais que teriam de resolver todos os litígios e todos os conflitos de interesses resultantes daquele convênio que pôs termo à nossa velha lide fronteiriça com a Bolívia e com o Peru, tanto cooperou naquela tarefa com o grande ministro das Relações Exteriores. Gastão da Cunha, o orador aristocrático que tão alto elevou a tribuna parlamentar de sua época, morreu embaixador aposentado, sem haver recuperado a palavra de que o privou em Paris uma hemiplegia.

XVII

A delegação do Brasil à Conferência de Versailles e a morte de Rodrigues Alves

Extinguira-se a formidável fornalha da guerra. As nações que haviam participado da hercúlea peleja, entre as quais colocara-se o Brasil com sua modesta contribuição material, foram convocadas para a conferência internacional que em Versailles deveria ajustar e firmar o tratado da paz entre os dois grupos de países beligerantes.

O conselheiro Rodrigues Alves, já reconhecido mas não empossado nas funções do supremo mandato que pela segunda vez havia-lhe confiado a nação, e isso por motivo da enfermidade de que tinha sido acometido, achava-se em Guaratinguetá em condições que pareciam admitir seguras esperanças de um restabelecimento não muito demorado.

Embora sem querer intervir nos atos do vice-presidente em exercício, Sr. Delfim Moreira, tanto

por uma questão de escrúpulos e de delicadeza, como ainda para lhe não criar embaraços à administração, acompanhava com um interesse muito compreensível a marcha de seu governo. E quando a escolha dos nomes que haveriam de constituir a delegação com que o Brasil tinha de comparecer àquele solene congresso começava a interessar vivamente a opinião pública, esta, numa convergência geral de vistas, entrou a dar manifestações inequívocas de que considerava Rui Barbosa o advogado natural a quem deveria ser confiada a defesa dos direitos que nos cabia pleitear perante aquele concílio, onde deveriam ter solução problemas de vulto como o relativo aos antigos navios alemães aprisionados nos portos brasileiros durante a guerra e incorporados à nossa frota mercante, e o dos cafés paulistas armazenados em Hamburgo, que o governo germânico tinha requisitado logo no começo da beligerância.

E foi nesse momento que toda a gente leu numa manhã, com surpresa, uma daquelas “várias” visivelmente officiosas do “Jornal do Commercio” — ainda na posse de um pouco do grande prestígio que lhe dava, em outros tempos, capacidade para demitir gabinetes e indicar a porta da rua a ministros que haviam perdido a confiança do governo — veiculando a notícia da possível designação do Sr. Domício da Gama para a chefia da missão que se constituísse para

aquele fim. E acrescentava parecer-lhe aquela escolha tanto mais natural quanto todas as nações que se preparavam para comparecer ao congresso de Versailles já haviam designado os ministros das Relações Exteriores de seus governos para chefes das missões que deveriam participar do grande conclave internacional.

Lendo essa nota, não procurou o presidente eleito dissimular a estranheza e a contrariedade que lhe causou, e logo se apressou em escrever uma carta, endereçada a Rui Barbosa, em que o convidava, num caloroso apelo ao seu patriotismo, para ser o chefe da delegação brasileira em Versailles.

Confiando essa carta ao novo ministro plenipotenciário, pouco antes designado para chefiar a legação brasileira na China, Sr. J. de P. Rodrigues Alves, filho que tanto já o honrava pelo critério e inteligência, encarregou-o de partir imediatamente para o Rio de Janeiro com o fim especial de a entregar pessoalmente ao eminente destinatário, e junto deste reiterar, em seu nome, o convite que lhe fazia por aquela mensagem. Incumbiu-o também de se entender, antes de a entregar, com o vice-presidente em exercício para lhe declarar, em resumo, o seguinte:

Não lhe cabia, e sim ao Sr. Delfim Moreira, que estava no exercício da presidência, fazer

aquele convite. Sua carta, portanto, não obedecia senão ao intuito de reforçar o convite que lhe seria agradável fosse feito, em nome do governo, àquele grande vulto nacional para aceitar o desempenho de tal missão, na qual teria oportunidade para ser, uma vez mais, de inestimável utilidade ao Brasil.

O mensageiro do presidente eleito deu cabal execução aos delicados encargos de que fora incumbido. Para tanto, logo que chegou ao Rio de Janeiro, pediu a Rui Barbosa que lhe fosse marcada uma entrevista para lhe dar conhecimento de uma comissão do conselheiro Rodrigues Alves, sendo-lhe fixada para quarenta e oito horas depois. Transmitiu com inteira fidelidade a mensagem verbal de que o havia feito portador junto ao Sr. Delfim Moreira, para quem trazia também esta insinuação: se fosse ele, no momento, o chefe efetivo do governo, iria pessoalmente levar o convite a Rui Barbosa.

Ouviu-o atentamente o vice-presidente e fez-lhe, a seguir, esta observação:

— O conselheiro Rodrigues Alves, com seu grande nome e os serviços que já prestou à nação, descendo as escadas do Catete para esse fim, subiria ainda mais no conceito público. Eu, não: se as descesse, desceria mesmo!

E acrescentou resolutamente:

— Não irei! O ministro Gama irá levar o convite do governo ao conselheiro Rui Barbosa.

O ministro das Relações Exteriores, na conversa que naquele mesmo dia entreteve com o mensageiro presidencial a propósito do assunto, negou que tivesse tido qualquer interferência na publicação da referida “vária”, que absolutamente não exprimia a verdade. Observou-lhe o secretário do presidente eleito que não poderia entrar na intenção deste investí-lo na chefia daquela missão, pois se assim fosse não o teria retirado de seu posto de embaixador do Brasil em Londres para lhe confiar a pasta das Relações Exteriores de seu governo. Tão pouco era exato, como acentuava a “vária”, que as missões de todas as nações que teriam de comparecer em Versailles eram chefiadas pelos ministros das Relações Exteriores de seus governos, e bastavam, para defazer tal informação, o exemplo dos Estados Unidos e o da Grã Bretanha. A missão americana tinha por chefe o presidente Woodrow Wilson, sendo o da inglesa o primeiro ministro Lloyd George, que não era o titular do Foreign Office.

O Sr. Domício da Gama, que fora realmente o inspirador da “vária” — e nem se compreenderia que a inserisse o grande órgão, sempre tão cauteloso naquele gênero de informações, se ela não emanasse de origem tão segura — e desejava

vivamente ser o chefe da delegação brasileira, inteirou-se com mal disfarçada contrariedade dos objetivos da missão do jovem diplomata, e só muito trabalhado por influências domésticas, solicitadas a intervir no caso, aquiesceu em ser o portador do convite ao senador baiano para aceitar a delicada e importante comissão.

O futuro embaixador foi recebido com grande cordialidade no palacete de S. Clemente, onde era bastante estimado, pois que havia sido um dos auxiliares do grande chefe da delegação brasileira na inesquecível 2a. Conferência da Haia.

Tomando em suas pequenas e delicadas mãos a carta que lhe foi entregue, abriu-a tranqüilamente, cortando as extremidades do envoltório com uma tesoura que tinha ao seu alcance, e pondo nessa operação minúcias de movimentos.

Leu-a, dobrou-a de novo, e com voz segura e pausada começou a expor as razões que o levavam, com muitos agradecimentos pela honra de que assim o fazia objeto o presidente eleito, a declinar do convite.

Aludiu, inicialmente, à “vária” considerada officiosa, e diante da declaração formal de que o governo era inteiramente alheio a tal publicação, e nem jamais cogitara da escolha do Sr. Domício da Gama para o desempenho de uma comissão

que assim mandava espontaneamente oferecer-lhe, passou a outras razões. Sabia que a documentação em que se apoiava a defesa dos interesses do Brasil na conferência estava muito mal orientada, constituindo um sério embaraço para o êxito de nossa causa.

Objetou-lhe, então, o secretário do presidente eleito que se tal ocorria, deveria essa circunstância constituir um motivo a mais para que a defesa daqueles interesses não prescindisse de um advogado com o vulto de seus méritos, fazendo-lhe, por isso, um novo apelo para que não recusasse ao governo a preciosa colaboração que lhe solicitava. E anunciou-lhe, então, que o ministro das Relações Exteriores deveria levar-lhe o convite oficial do governo, pois que ali estava apenas como um emissário dos desejos e do apelo do conselheiro Rodrigues Alves.

O Sr. Domício da Gama comparecia, com efeito, na tarde do dia seguinte, no palacete de S. Clemente para se exonerar do encargo que lhe havia confiado o vice-presidente em exercício, e conforme se pôde deduzir do resultado de sua comissão, fê-lo com tamanha infelicidade que a resposta de Rui Barbosa foi uma recusa formal e definitiva.

O governo — disse-o mais tarde — aparentou por aquela forma um convite de que ele apenas

recebeu a intenção, “envolvida em circunstâncias ludibriosas”. E foi franco, na justificativa de sua recusa, feita nas cartas que escreveu — uma ao vice-presidente em exercício, outra ao presidente eleito.

Havia, no convite, além do mais, restrições tácitas a que não podia se submeter, sem embargo de todo o seu desejo de ser, uma vez ainda, útil ao Brasil, a que sempre procurara servir devotada e desinteressadamente. Queria ficar com a liberdade de escolher seus auxiliares e companheiros de missão, e ao convite já havia também precedido a notícia — essa não contestada — de que dois ou três nomes que ele não indicara, e nem tinha o direito de recusar, se tanto lhe parecesse conveniente, estavam incluídos na relação das futuras nomeações do governo.

Compreendeu, assim, que não havia no convite do governo sinceridade alguma, sendo um ato de simples satisfação à opinião pública. E nem o governo manifestou desejo algum de remover aquela desinteligência, sendo, além do mais, muito frias e despidas de cordialidade as relações existentes entre o senador baiano e o presidente eleito, vindo esse retraimento das campanhas políticas do império, em que militaram os dois invariavelmente em campos opostos. Assim, a designação imediata do Sr.

Epitácio Pessoa para chefiar a delegação brasileira da paz foi por ele considerada uma verdadeira preterição.

O desenvolvimento dos fatos veio demonstrar a influência que esse episódio estava destinado a exercer na escolha do futuro presidente da República.

A morte do conselheiro Rodrigues Alves, nem por ser esperada, deixou de produzir em toda a nação, e sobretudo nos círculos políticos, uma profunda impressão;

Houvesse ocorrido esse fato quando o ilustre vulto do império, tendo aceitado o novo regime, viera prestar-lhe sua cooperação como ministro da Fazenda dos governos de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, e o povo amontoar-se-ia da mesma forma nas ruas, mas acionado apenas por um simples movimento de curiosidade, para assistir a um funeral pomposo.

Nessa época, Rodrigues Alves, um adesista que ia se apossando, aos poucos, das posições que deveriam estar reservadas apenas para os republicanos de sinceridade comprovada pelo seu passado e pelos serviços com que se houvessem associado à obra da propaganda, era apenas respeitado. Mas nem assim o poupavam as

irreverências da ironia e da sátira, que o pintavam como um inerte, muito mais dado ao sono do que às atividades do trabalho.

Embora não a houvesse cortejado em nenhuma época de sua vida, e preferisse sempre o julgamento sereno e desapassionado do dia seguinte, que é, no conceito de Carlos Pellegrini, o da reflexão e o da justiça, era visto com uma certa prevenção pelas correntes mais exaltadas no credo do regime novo.

Seu feitio, sua índole um tanto aristocrática, mantiveram-no sempre afastado dos contatos das multidões. Nunca foi um tribuno, jamais teve pendores para o papel de agitador. Homem de gabinete, administrador de orientação segura e larga visão das coisas sob os seus aspectos práticos — eis a essência dessa grande figura nacional.

É de Oliveira Martins a afirmação de que não pode haver pensamentos sem órgãos. Rodrigues Alves era, nos seus postos de governo, simultaneamente pensamento e órgão, idéia e ação.

Agindo mais do que falando, dava de sua reserva e do sua prudência uma demonstração muito expressiva com as cautelas que usava para não se comprometer quando entendia que não devia ou não podia fazê-lo. Demonstrava-o

escrevendo raramente uma carta. Era das coisas mais difíceis obtê-la dele para uma recomendação ou para um compromisso. Mesmo tendo de dar ao país o mais fecundo de quantos governos tem tido este, declarou-se, num documento em que falava à nação, “por índole avesso a promessas exageradas.”

Não a popularidade ruidosa, a que se esquivava sem artifício, porque realmente não a estimava, e por certo nela não confiava muito, mas uma estima e uma veneração sem reservas, ganhou do país inteiro depois que realizou o grande governo que ficou — bem se pode dizê-lo numa imagem de justa propriedade — perpetuando sua memória com um bronze imortal de incalculáveis proporções em suas formas materiais, como nos contornos de sua significação e de seu símbolo.

Foi por isto que a população assistiu, consternada, ao espetáculo da trasladação de seus despojos. Imobilizado dentro da urna funerária que desfilou através as avenidas que seu governo rasgou na cidade primitiva, e quando, com as garantias dessa credencial, prometia-lhe um novo quatriênio, seguiu-o em silencioso recolhimento a multidão compacta, ao deixar o palacete da rua Senador Vergueiro, num melancólico crepúsculo. Ia embarcar no comboio especial que deveria conduzi-lo para a sepultura

em que Guaratinguetá, sua amada terra natal, teria de guardá-lo para sempre.

Vulto de larga projeção no cenário brasileiro, aureolado pelo prestígio de um passado longínquo em que ressaltava, como etapa inconfundível de sua trajetória pela vida pública, a época áurea em que se produziu a transformação do Rio de Janeiro, convertendo a velha e insalubre metrópole colonial na cidade saneada e moderna que teria de ser o motivo constante do nosso envaidecimento, e eliminando da face do país a mácula de uma epidemia humilhante, parecia-me revê-lo no momento histórico em que sua atitude desassomburada, de tão impressionante energia, constituiu-se ao mesmo tempo num exemplo e numa surpresa.

Eu evocava naquele momento a noite trágica de 14 de novembro, e com essa reminiscência, outras que se prendiam a Rodrigues Alves avivavam-se diante de meu olhar nas visões enevoadas pelos anos que já decorriam.

O palácio do Catete, durante seu governo, foi um centro social de grande brilho. Sendo embora viúvo, tinha nas filhas quem alimentasse, com propriedade, o interesse das recepções e das festas que ali se realizavam com freqüência relativa.

E era nos contatos desse convívio que se ofereciam as melhores oportunidades para conhecer um das aspectos mais atraentes do então presidente: sua afabilidade e seu bom humor.

A cidade ainda não era a colméia rumorosa para que apenas se preparava, e a vida interior era muito mais interessante, e objeto de uma solicitude muito maior, do que deveria ser vinte anos depois. No jardim do palácio realizava-se, duas vezes por semana, uma retreta em que se revezavam, executando programas interessantes, as melhores bandas militares, as quais encontravam, nessa prática, um estímulo permanente para o ideal do aperfeiçoamento. O presidente animava de modo particular esse desenvolvimento artístico, e do interesse que lhe consagrava deu uma vez uma demonstração mais afirmativa fazendo vir ao Rio de Janeiro a banda integral da Força Pública de S. Paulo, que gozava de uma fama bem conquistada.

Os concertos que realizou em vários logradouros públicos — o único teatro de que dispunha a cidade para tal gênero de espetáculos — alcançaram um êxito que ficou assinalado.

Guardo do bom humor de Rodrigues Alves um gracioso episódio.

Como representante do “Jornal do Commercio” fiz parte de sua comitiva quando o presidente foi inaugurar o ramal férreo de Pirapora, da Central do Brasil. Governava Minas o Sr. Francisco Sales. A excursão fora alegre e festiva. Com um sorriso jovial e franco, vi-o recordar-se uma vez, muitos anos depois, de um orador que o saudou na estação de Palmira iniciando seu discurso com esta invocação:

— Excelentíssimo e reverendíssimo senhor conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves!

Na visita que fizemos à mina de ouro de Morro Velho, bem poucos se animaram a descer à última das galerias em exploração.

Entre esse poucos corajosos estava ele.

Quando regressávamos, propus aos demais jornalistas de comitiva que fôssemos, incorporados, na parada que fez o trem especial na estação de Belém, agradecer-lhe todas as gentilezas com que tão pródigo se havia mostrado para com todos nós durante a excursão.

Uma vez reunidos no carro presidencial, interpretei em poucas palavras o nosso sentimento coletivo, perguntando-lhe cada um de nós que coisa lhe aprazia ordenar-nos.

— Que seja o seu jornal o intérprete de meus agradecimentos ao governo e ao povo de Minas pelo acolhimento que nos dispensaram...

Chegou a vez do representante do “Malho” — Oscar Rosas.

— E a mim, Sr. presidente?

Fitou-o por momentos e respondeu-lhe, numa voz em que parecia haver acentos de uma súplica:

— A única coisa que lhe peço é que os senhores não me pintem tão feio!

A caricatura que mais comumente se fazia então do presidente era, com efeito, exageradamente burlesca. Numa meia dúzia de linhas carregadas traçavam-se seu *pince-nez*, uma circunferência, uns fios de bigode e um punhado de barba no queixo. Havia mesmo sido ensinada, para traçá-la, uma fórmula em que apenas entravam quatro ou cinco fósforos...

A última vez em que vi Rodrigues Alves, e com ele troquei algumas palavras, foi num daqueles domingos em que ainda subsistia o curso da praia do Flamengo, a graciosa iniciativa de Figueiredo Pimental, que começou mobilizando duas vezes por semana os carros de quase todas as cocheiras do Rio de Janeiro, e acabou quando

os primeiros automóveis já haviam eliminado das ruas da cidade os veículos antiquados em que encontravam uma compensadora aplicação para sua atividade os cavalos e as bestas inteiramente anulados, na vida moderna, pelo motor e pela força elétrica.

Viveu bastante a iniciativa do saudoso cronista mundano, depois de haver sofrido uma interrupção mais ou menos escandalosa. Foi reatada quando já era completo o domínio do automóvel. Tinha sucedido que um dia resolveram os proprietários das cocheiras matar o belo *sport* mundano. Conseguiram-no, ao menos por algum tempo, expondo ao público quanto lhes custava em sacrifícios aquele hábito elegante. Para esse efeito mandaram a alguns jornais, que o divulgaram de bom grado, um extrato das somas avultadas que lhes estava devendo a fina flor da sociedade carioca em contas não pagas de alugueis de carros!

Era uma das incomparáveis tardes do outono carioca e Rodrigues Alves, já eleito e reconhecido, assistia de dentro de seu automóvel, parado junto à calçada da praia, no ângulo fronteiro à rua Silveira Martins, acompanhado de uma de suas filhas, ao desfile animado do corso.

Ao ver-me, fez um discreto sinal para que me aproximasse. Ordenou que me cobrisse.

Estendeu-me afetosamente a mão e perguntou-me o que queria para S. Paulo, para onde partia no dia seguinte.

Quis saber, então, quando regressaria. E ele, com um sorriso muito sereno, respondeu-me numa perfeita lição de filosofia:

— O mais perto possível de 15 de novembro! Sei, por experiência própria, o que representa para um presidente que está para deixar o governo a presença, na capital, do presidente eleito que daí a pouco terá de assumir o poder...

E evocámos juntos, então, aqueles últimos dias de seu último quadriênio em que ele, já tendo deixado de residir no palácio do Catete, havia-se transportado para sua casa particular, onde apenas apareciam, para vê-lo, um ou outro amigo dos mais fiéis que contava.

O presidente eleito — Afonso Pena — que dentro em pouco deveria ocupar o poder, havia-se instalado, de regresso de sua excursão ao norte do país, numa dependência do hotel dos Estrangeiros, situada naquela mesma rua — Senador Vergueiro.

E a romaria de visitantes era tão grande — oferecendo ao abandono a que ficara condenado o palacete situado mais adiante o contraste que ele recordava, e que queria evitar ao Sr. Venceslau

Brás — que se tornou necessário um policiamento severo com o fim de estabelecer ordem à entrada e à saída...

A escolha do ex-presidente do grande quatriênio para sucessor do Sr. Venceslau Brás foi um ato pacífico que não suscitou o mínimo movimento de oposição. Bem poucos homens públicos do país poderiam pretender disputar-lhe um mandato em cujo desempenho, por forma tão eloqüente, já se havia imposto à confiança e ao reconhecimento da nação inteira.

A única restrição que surgia, por acaso, neste ou naquele comentário a propósito de sua recondução à cadeira presidencial, tinha por fundamento sua idade avançada e seu estado de saúde. Este, com efeito, pouco tempo antes de sua escolha, já havia inspirado sérios cuidados, tendo-o forçado a deixar, durante um ano e alguns meses, o exercício de sua segunda presidência de S. Paulo, governando todo esse tempo seu substituto legal, o Sr. Carlos Guimarães.

Tão veementes e calorosas eram, porém, as reiteradas declarações autorizadas com que se oferecia contestação formal a tais impressões, que se formou em torno desse assunto, de uma importância capital para a vida nacional, uma controvérsia constante. Para uns, era

extremamente precária a saúde do venerando homem público, virtualmente seqüestrado com o intuito de se evitar que pudesse seu verdadeiro estado ser ajuizado por impressões pessoais, talvez uma repetição da situação que já se havia criado por ocasião da enfermidade que acabou eliminando a vida preciosa de João Pinheiro, quando no presidente de Minas repousava toda a estabilidade da política dominante no país, nas vésperas da agitação que se prenunciava para a escolha do sucessor do conselheiro Afonso Pena. Para outros, necessitava apenas Rodrigues Alves completar sua convalescença num repouso absoluto, e não tardaria em assumir o governo

Foi na intercorrência dessa situação inquietante que apareceu uma tarde, afixado às portas dos jornais, um boletim contendo a informação de que o presidente não empossado se encontrava em estado desesperador, seguindo-se-lhe, em menos de quarenta e oito horas, a nova fulminante de que no palacete da rua Senador Vergueiro, onde havia meses o immobilizava grave e estranha enfermidade nunca diagnosticada com firmeza e precisão pela medicina, extinguiu-se aquela existência fecunda.

Estávamos a 16 de janeiro de 1919.

Trazendo para seu segundo governo a grande soma de experiência que lhe havia proporcionado o conhecimento exato de certos assuntos de natureza delicada como, por exemplo, a prática das subvenções clandestinas à imprensa, firmou nesse particular uma decisão que já tratava de pôr em execução.

Bem sabia que, durante seu primeiro quatriênio, alguns jornais haviam sido largamente subsidiados. Não podia ignorar que Rio Branco, sobretudo, era pródigo em generosidades dessa natureza, não o sendo menos outros ministros seus.

Reconhecia, porém, que não tinha sido pequena a cooperação que deram ao governo tais órgãos de publicidade para a solução satisfatória que coroou o velho litígio lindeiro do Brasil com a Bolívia. Durante a campanha de hostilidades sistemáticas que alvejou a administração de Oswaldo Cruz nos serviços de saneamento do Rio de Janeiro, notadamente no combate à epidemia da febre amarela, foi igualmente reconhecido como conveniente aos interesses nacionais um entendimento reservado com que se conquistasse um apoio inteligente e bem orientado da imprensa para a ação do governo — mal necessário lealmente confessado por Campos Sales sem nenhum arrependimento e sem propósito algum de penitenciar-se...

Repugnavam-lhe, porém, os abusos que passaram a ser praticados, e daí o propósito, que trazia, de pedir ao Congresso um crédito de mil contos — ninharia que deverá despertar muitos sorrisos quando esta revelação ignorada se tornar conhecida — destinada exclusivamente a esse serviço de defesa da ação do governo, sempre que fosse reputada necessária para orientação da opinião pública.

Esse crédito seria dividido pelos ministérios. Estes, pagando as publicações a tanto por linha, ficariam habilitados a alimentar, por processos legais e confessáveis, a defesa de todos os atos de sua gestão que acaso houvessem sido criticados, justa ou injustamente.

Não lhe foi possível executar esse projeto, com o qual, sem dúvida, nunca pensou muito na expansão que iria ganhar o exercício da crítica aos atos do governo...

E quando se achava em seu palacete, esperando illusoriamente que suas condições de saúde lhe permitissem assumir o governo, foi ali procurado por um jornalista estrangeiro, intimamente vinculado à política, diretor de um glorioso matutino que havia feito a campanha republicana e a da abolição.

Ia pleitear a continuação de uma subvenção que recebia do governo do Sr. Venceslau Brás por

várias vias — ministérios, polícia, estrada de ferro, prefeitura, e de uma empresa de navegação que era fornecedora da marinha, e que assim procedendo cumpria ordens diretas do almirante Alexandrino de Alencar. O secretário do presidente eleito, que já conhecia seu pensamento acerca do assunto, declarou com franqueza ao referido jornalista que o conselheiro Rodrigues Alves não autorizaria a continuação de tais subvenções. Não somente achava irregular semelhante prática, que devia terminar, como a situação do erário público não permitia tais dispêndios, aconselhando, antes, rigorosas economias. E essa política de restrições de gastos ia ser inflexivelmente executada.

Retirou-se o jornalista, e ao ser o presidente eleito informado da resposta que lhe foi dada, aplaudiu-a sem reservas.

— De quanto era a subvenção? indagou curioso.

— De sessenta contos.

— Anuais?

— Não; mensais!

E manifestando sua repulsa por aquela prática, encontrou na informação que acabava de receber um novo argumento para realizar o

projeto com que contava pôr termo ao mal inveterado e realmente incurável.

Não se deixou intimidar pela ameaça velada que esboçou o jornalista, o qual pintou com cores carregadas a situação: um presidente enfermo e um vice-presidente em exercício com o espírito abalado. Os sessenta contos que recebia eram apenas para não atacar... Fossem-lhe mantidos, e passaria e defender...

O Sr. Delfim Moreira secundou resolutamente a recusa. Dias depois, começavam as primeiras alfinetadas no presidente enfermo e no vice-presidente com o espírito abalado...

XVIII

A forja de onde saiu a surpresa de uma candidatura inesperada

Ia se produzir, sem dúvida, uma nova e grave crise política no país.

Além das dificuldades naturais que surgiam para a escolha de um nome que inspirasse a necessária confiança à nação, e pudesse receber, condignamente, herança tão pesada como a que ficava sem sucessor imediato, faltava, no momento, um espírito de direção, uma vontade que soubesse e pudesse impor-se no comando das forças a quem a carência de um chefe colocava, por isso mesmo, num estado de desconcertante perturbação.

Pinheiro Machado, combatido, hostilizado pelos seus processos de absorção pessoal, ainda assim havia habituado o país, em momentos como o que se apresentava, com a segurança de que podia contar com um chefe que era, por assim dizer, um centro coordenador permanente, dotado da precisa capacidade para orientar as correntes partidárias — tanto aquela que dócil e

disciplinadamente o seguia, como a que o combatia sem tréguas — na solução de todos os seus problemas políticos.

Formulou-se, então, a primeira tentativa para a adoção de um candidato. Algumas mãos esboçaram na tela em branco o nome do Sr. Altino Arantes, presidente de S. Paulo. Dali procedia, naturalmente, a sugestão. O Sr. Álvaro de Carvalho, senador, que como “leader” de S. Paulo continuava no desempenho dos delicados encargos em que tão bem se houvera firmando a candidatura Rodrigues Alves, da qual fora o hábil negociador junto das principais situações estaduais, empreendeu uma viagem a Belo Horizonte incumbido da missão de tentar um trabalho de agregação do palácio da Liberdade com o dos Campos Elísios, mas de lá voltou com uma recusa formal. O Sr. Artur Bernardes, presidente de Minas, como os demais chefes da grande unidade central — todos, na realidade, meros satélites do poder — sem deixarem de reconhecer no Sr. Altino Arantes, apesar da pouca madureza de sua idade e experiência, títulos e qualidades para a investidura, negaram-se a apoiar-lhe a candidatura.

Ficou ainda assentado, nessa missão do “leader” da corrente Rodrigues Alves ao alto das montanhas da terra que ainda era o abrigo

inviolável e seguro da liberdade, que nem Minas nem S. Paulo teriam candidato àquela sucessão.

Também Rui Barbosa, em carta que escreveu a Nilo Peçanha, impugnou a candidatura do presidente de S. Paulo, “destituído totalmente de serviços ou qualidades que o recomendem à nação”, prevendo que ele dividiria o país de norte a sul, encetando “uma época de perspectivas bastante sérias para assustar com os seus perigos os espíritos mais desabusados.”

O Sr. Borges de Medeiros, por sua vez, falando em nome do Rio Grande, impugnou formalmente, e mesmo com uma veemência pouco natural, a lembrança daquele nome, o qual, desse modo, parecia ficar desde logo excluído de qualquer combinação, como também o fora o do Sr. Artur Bernardes, embora já aparecesse como uma hipótese, ou mesmo como alguma coisa mais do que isto, conforme as impressões que de sua viagem a Belo Horizonte atribuíram ao Sr. Álvaro de Carvalho certas indiscrições jornalísticas, ao mesmo tempo que se entregava à publicidade um telegrama confidencial seu de intensa e um tanto escandalosa repercussão.

Nilo Peçanha, outra vez a vontade predominante no Estado do Rio, à testa de cujo governo havia colocado o Sr. Raul Veiga, e que

nunca deixou de calcular previamente o alcance e o possível efeito de todas as suas frases, como de todas as suas atitudes em política, estendeu sobre aquele panorama confuso o olhar penetrante, utilitário e sagaz, e planejou desde logo um golpe que, se falhou nos resultados previstos, não foi, sem dúvida, porque lhe faltassem habilidade e audácia. De tanto, com efeito, não havia carência na mente atilada do chefe fluminense.

A falta de um chefe para o momento, como a de um grande nome que nucleasse tantas vistas dispersas, levavam-no a uma iniciativa a que não faltava um quer que fosse de teatral: lançou num manifesto, cobrindo-a com o manto de seu patrocínio e de sua responsabilidade, que importavam também nos da unidade onde dominava, a candidatura Rui Barbosa. Seguiu-o logo depois, nessa iniciativa, o Pará.

Assim ficou sozinho em campo, durante mais de um mês, aquele grande nome.

Desde que recusou o convite para chefiar a delegação brasileira à Conferência de Versailles, achava-se entregue a um completo retraimento. Em suas expansões percebiam-se travos de amargura e de pessimismo. Alheava-se propositadamente da política e de todas as suas misérias, consagrando-se exclusivamente ao trato

de seus livros, ao afeto da família — sempre transbordante de carinhos, cheio de doçura e meiguice, para as netinhas que adorava — e ao convívio dos amigos fiéis que jamais o abandonavam.

Era verão — janeiro de 1919. Tinha ido, com a família, e como habitualmente fazia, passar a estação calmosa em sua casa da avenida Ipiranga, em Petrópolis. Amando profundamente a cidade dos jardins olentes, e conhecendo-a em todas as suas minúcias topográficas e históricas, fazia a pé, e de automóvel, demorados passeios pelos seus arredores, ia com freqüência aos cinemas onde havia um programa novo, e deleitava-se em longas e despreocupadas palestras.

Tão grande era a confusão reinante naquele momento no nosso microcosmo político, e tão difícil se afigurava a escolha de um candidato, dos muitos que surgiam como possíveis — entre os quais, além do Sr. Altino Arantes, contavam-se os Srs. Albuquerque Lins, Pádua Sales, Tavares de Lira, Borges de Medeiros, Assis Brasil, continuando pacientemente a esperar por sua vez o Sr. Lauro Müller — que para o único dos nomes de maior peso e autoridade, amparado por duas unidades federativas de não pequena importância, por um chefe como o Sr. Nilo Pecanha, ex-presidente da República, deputado,

senador, duas vezes responsável pelo governo de seu Estado, e até bem pouco ministro das Relações Exteriores, começaram a convergir todas as vistas, parecendo que dessa feita não deixaria de contar, como complemento do grande movimento de opinião que, com o entusiasmo e o ardor habituais, já se manifestava em favor de sua candidatura, com o apoio de todos aqueles elementos que antes lhe falharam sempre.

Com a iniciativa dessa candidatura deveria ter em mente o chefe fluminense duas intenções ocultas: uma, a de um golpe que não poderia deixar de trazer-lhe, num movimento reversivo, uma porção poderosa da imensa popularidade que acompanhava Rui Barbosa, conquista para a qual tinha constantemente voltados os olhos; outra, a de ficar como uma reserva natural para uma solução menos idealista, e mais prática, do problema em foco.

Dir-se-ia, entretanto, que o momento, tão vivamente desejado pela nação, de elevar Rui Barbosa ao posto culminante, sem dúvida inferior às proporções de seu valor, para o qual tantas vezes o indicara a opinião pública por manifestações sempre de uma grande expressão, havia finalmente chegado, sem embargo da obstinada tenacidade com que a Bahia oficial, entregue ao domínio dos inimigos irredutíveis do grande brasileiro — o Sr. Seabra e os Srs. Antônio

Moniz e Moniz Sodré — criava ao seu êxito toda a espécie de obstáculos.

Eram os próprios “leaders” em atividade no momento que assim pensavam. O Sr. Álvaro de Carvalho e o Sr. Carlos de Campos, por S. Paulo; os Srs. Vespúcio de Abreu e Vitorino Monteiro, com credenciais do Rio Grande; por Minas, seu secretário das Finanças, Sr. João Luís Alves, intérprete do pensamento de sua política, num concerto de vistas com os Srs. Azeredo, Nilo Peçanha, Lauro Müller e outros chefes de menor gradação, chegaram a considerar inevitável a vitória final dessa candidatura.

Do Rio Grande, se não tinha chegado em seu favor qualquer palavra decisiva, não viera, tampouco, nenhuma inapugnação irretratável. O Sr. Borges de Medeiros voltou, apenas, a manifestar suas restrições quanto às convicções revisionistas de Rui Barbosa, e operava-se já em torno deste um grande trabalho de amigos para que aquiescesse em ir ao encontro de tais reservas, fazendo algumas declarações com que se harmonizasse um pouco com o espírito conservador rio-grandense.

Coube-me, nessa ocasião, um papel que teria sido de não pequena importância se não fosse a conjura, já em trabalho adiantado, contra tal candidatura.

Fui um dia incumbido por alguns de seus mais devotados amigos para lhe reiterar essa insistência, com a capacidade que me conferia a estima de que me fazia desvanecido objeto desde a campanha civilista, e com minhas modestas credenciais de jornalista inteiramente devotado à causa que nos era comum, pois nenhum partidário mais sincero contava sua candidatura, tanto dessa, que deveria ser a última, como nas duas vezes anteriores em que foi lançada por solenes imposições da vontade nacional.

Cheguei a Petrópolis antes da hora do almoço. Recebido com a afabilidade que havia sempre naquela casa para os amigos da família ilustre que tinha chefe tão eminente, não me animei, sem grandes vacilações, à tentativa em que já outros haviam fracassado.

Fazia uma linda manhã e saímos, por iniciativa sua, para realizarmos um passeio antes do almoço. Num automóvel guiado pelo Sr. Rui Bandeira, tomámos lugar Rui Barbosa, o desembargador J. J. da Palma — um de seus amigos mais íntimos, a quem eu já havia advertido do propósito que ali me levava — e eu. Numa grande expansão, despreocupada e alegre, encaminhava a conversa para assuntos inteiramente estranhos à política. À proporção que íamos passando pelas casas mais antigas da cidade, ia recordando capítulos cheios de

interesse de sua história, numa crônica colorida e graciosa dos homens e das coisas do passado que elas avivavam. Aproveitei um hiato que se abriu no encanto da palestra, e enchendo-me da necessária coragem, lancei-me no prélio em que me deveria empenhar com o gigante pequenino e frágil que tinha a meu lado.

E mal esbocei a frase:

— É inútil insistirem! Não farei declaração alguma! Para que?

Mal julgado, mal conhecido na imensa delicadeza de sua sensibilidade, era aquele homem muito diverso do que imaginava muita gente. Se tinha razões para confiar no afeto e na sinceridade de um amigo, não havia ser mais acessível e mais fácil de se deixar convencer. Nunca deixou de aceitar qualquer argumento sensato com que acaso buscasse um destes — sobretudo nas campanhas políticas em que nos lançáramos todos, cheios de uma fé ilimitada em tão grande chefe, e quando disso poderia depender o êxito de qualquer providência — desviá-lo de um rumo menos seguro, modificar-lhe um ponto de vista susceptível de alteração, mas fazendo-o sempre dentro do maior respeito e da discrição mais comedida, quase como uma homenagem à sua autoridade.

Bem poucos de seus amigos, aliás, gozavam do privilégio de falar-lhe transigindo um pouco com tais preceitos.

Estudem-lhe outros as manifestações catapúlticas da mentalidade genial, que comporta as mais amplas monografias, tratados de larga e magnífica psicologia; eu, ao contrário, prefiro traçar-lhe o perfil puramente humano, pois nele tanto atraía o coração, como o cérebro.

Ponderei-lhe, diante daquela sua expansão com que mostrava quanto se sentia incompreendido pela política sem ideais que então se fazia, e tinha de continuar a ser feita, aspirando chegar sempre, por não importa que caminhos e por que processos, a custo de que espécies de transigências e de sacrifícios morais, às posições de domínio e de mando, que em torno de seu nome congregavam-se já, naquele momento, elementos que poderiam bastar, pela qualidade como pela simples quantidade, para assegurar o êxito de sua candidatura. Em S. Paulo já era avassaladora a corrente de adesões, parecendo que ia se realizar, pela primeira vez depois da campanha civilista, um novo e perfeito consórcio entre a opinião pública, eletrizada por um grande entusiasmo, e a tradicional organização política que ali tinha a inteira responsabilidade do poder. Dissidência e Partido Republicano Paulista irmanavam-se no mesmo

objetivo. Minas, em virtude do acordo que havia firmado com S. Paulo, não impugnaria sua candidatura, desde que a adotasse seu poderoso aliado, como tudo estava indicando que sucederia.

Tenho ainda muito viva na lembrança a interrupção com que Rui Barbosa, até então muito atento em escutar-me, atalhou-me nesse ponto da exposição que lhe fazia. E em sua voz metálica pude perceber uns acentos de pronunciado azedume.

— Entretanto ninguém me procura para me ouvir, nem para me fazer qualquer comunicação. Os Srs. Álvaro de Carvalho e Carlos de Campos mandam me pedir uma entrevista, e não aparecem. O Sr. Vespúcio de Abreu, e em seguida o Sr. Vitorino Monteiro, telefonam comunicando que me querem falar, e aqui não vêm. Mandam-me idêntico aviso o Sr. João Luís Alves e o Sr. Francisco Sales, e também cá não aparecem...

Ganhei novo alento e prossegui:

— O entusiasmo popular é enorme em toda a parte...

— O entusiasmo popular... — repetiu com um sorriso. Mas que valor tem em nossa terra o entusiasmo popular? De que é que nos tem servido em nossas campanhas?

Perdoasse-me o senhor conselheiro — continuei — mas todos quantos, seus amigos devotados e sinceros, estávamos trabalhando empenhadamente para que dessa vez se convertesse em realidade nossa velha aspiração, que Sua Excelência bem sabia ser a do país inteiro, nunca nos conformaríamos em perder essa oportunidade somente porque ficaria ao Rio Grande o direito de declarar que não fora satisfeita a única condicional que opunha à adoção de sua candidatura...

A resistência ia cedendo, e quando regressámos do esplêndido passeio, e fomos nos sentar à mesa, já eu me envaidecia com a vitória. Seriam feitas as tão desejadas declarações. Não queria que o acusassem de teimoso. Pois que esse era o desejo de todos os seus amigos, não seria ele quem se obstinaria em contrariá-lo. Iria escrever a entrevista para mandar-ma. Podia eu esperá-la para a manhã seguinte. Concordou em conceder-ma para um matutino de Porto Alegre de que era eu correspondente,(3) deixando cópias para serem publicadas nos jornais cariocas.

Eu voltava radiante. Guardava, porém, como uma advertência que me pesava, pois que deveria avivar sempre a grande parcela de responsabilidade que me ficava cabendo por aquela sua transigência, estas palavras com que me estendeu a mão no momento de me despedir:

— Mas saiba que tudo isto é inútil... Não passará de tempo e trabalho perdidos...

Entretanto, nosso entusiasmo se justificava. Assentava em bases que tinham, pelo menos, todas as aparências de muito boa solidez.

A comissão diretora do Partido Republicano Paulista ainda não havia celebrado uma reunião formal para esse fim especial, porque se tornara conhecida a oposição que ofereciam ao grande nome nacional dois de seus chefes. Todos os demais, porém, já haviam firmado um entendimento pelo qual se podia considerar fora de dúvida que a poderosa agremiação partidária adotaria sem vacilações sua candidatura. Essa troca de impressões havia sido feita a 30 de janeiro, e no dia seguinte aparecia publicada uma nota oficiosa redigida em termos que não permitiam dúvidas quanto àquela solução.

No palácio do governo, rodeando o Sr. Altino Arantes, haviam se reunido os chefes de todos os matizes políticos em que se dividia o mosaico partidário de S. Paulo, com o fim de ouvirem a exposição que das negociações em andamento havia ido fazer-lhes o Sr. Álvaro de Carvalho, e acordar numa atitude uniforme. Os dois únicos diretores do velho partido dominante que naquela ocasião se mostraram infensos à candidatura considerada, por todos os motivos,

eminentemente nacional, foram o Sr. Lacerda Franco e o Sr. Rodolfo Miranda. Este sugeriu a do Sr. Borges de Medeiros, repugnando àquele formar, em companhia dos antigos dissidentes paulistas, dos quais era adversário tradicional e intransigente, ao lado do grande chefe liberal.

A indicação do nome ilustre foi feita pelo Sr. Albuquerque Lins, não se lhe mostrando hostís os elementos da corrente Rodrigues Alves, que apenas se retraíram um pouco pela necessidade de preservar o Sr. Álvaro de Carvalho, pelo menos momentaneamente, da má posição em que o colocava seu referido telegrama, indiscretamente divulgado.

Mas o próprio senador paulista já havia dado um passo em favor da candidatura do senador baiano, enviando a Minas uma consulta de que se esperava, como resposta, a adesão do Sr. Artur Bernardes às combinações quase concluídas.

De Minas, pois, parecia estar dependendo a solução, e foi quando surgiu no grande seenário federal, cheio de uma timidez provinciana, falando pouco, com atitudes de uma gravidade quase incompatível com sua mocidade, cauteloso e reticente, o mensageiro que o palácio da Liberdade despachava para substituir o Sr. João Luís Alves nas negociações entabuladas,

interrompidas, fracassadas pela falta de nexos, de coesão e de um pensamento uniforme.

No tabuleiro político moviam-se então, como fatores da solução que teria de ser dada ao problema, os Srs. Antônio Azeredo, Urbano Santos, Seabra, Lauro Müller, Álvaro de Carvalho, Carlos de Campos, Altino Arantes e Vitorino Monteiro. E o certo é que nada decidiam.

Chegou uma manhã de Belo Horizonte, e logo entrava a celebrar conferências sucessivas com os chefes ou delegados com credenciais dos grandes Estados, o Sr. Raul Soares, secretário do Interior do governo mineiro.

E quando, naquela manhã em que tive em minhas mãos o original da entrevista que me veio por um portador, eu corria a procurar meu velho amigo, o economista rio-grandense major Euclides Moura, que havia feito questão de ser quem me acompanhasse à casa do Sr. Vitorino Monteiro para lhe dar a grata nova, eu ia certo de que nenhum poder estranho teria capacidade para conter a corrente que levava no ímpeto e na força de sua caudal, inundando com seu fluxo pujante toda a superfície do Brasil, a candidatura daquele que desde muito era seu verdadeiro eleito.

O senador rio-grandense, que se declarava, ainda na véspera, seu partidário intransigente, e

era dos que mais se empenhavam pelas declarações que eu havia conquistado e ia presuroso mostrar-lhe como um troféu de vitória, residia na rua Marquês de Abrantes. A sala de jantar da casa comunicava-se com um alpendre, do qual a separava um frágil biombo, quase transparente.

E foi dali, enquanto eu esperava o regresso de meu gentil introdutor, que entrou para lhe ir comunicar, na mesa do almoço, de onde me chegava aos ouvidos o rumor dos talheres e da louça, a nova de que eu era portador, que escutei a voz, tão minha conhecida, do Sr. Vitorino Monteiro.

— Diga-lhe que já saí... Procure-me no Senado...

Compreendi de súbito, na rapidez de um relâmpago, que tudo tinha sido realmente inútil. Nunca mais troquei sequer um cumprimento com o Sr. Vitorino Monteiro, e de quem mais penalizado fiquei foi do major Euclides Moura...

Felizmente não havia, na entrevista, transigência alguma que importasse em qualquer incoerência com o conhecido programa revisionista do candidato civilista de 1909. Apenas um esclarecimento maior dos pontos capitais a que era conveniente atender.

Os princípios continuavam a ser a única força a que prestava obediência, e a cujos ritmos caminhava invariavelmente para a frente.

Em seu retiro de Petrópolis, havia recebido uma mensagem do Sr. Azeredo, que já lhe falava na apresentação de sua candidatura por uma convenção de deputados e senadores — aquele “caucus” que ele tanto condenava. Em resposta, numa edificante manifestação de coerência com seus conhecidos pontos de vista, sustentados sempre com tamanha galhardia, declarou que jamais aceitaria uma indicação que promanasse de tão viciosa assembléia. Recusava-lhe formalmente qualquer colaboração.

De quem partiu a lembrança do nome do Sr. Epiácio Pessoa?

Em viagem pela Itália, quando se achava na Europa no desempenho de sua grande missão, encontrou quem lhe fizesse o vaticínio que dias depois deveria ter a confirmação de um telegrama procedente do Rio de Janeiro.

O empresário Giovani Sanzone, que em épocas verdadeiramente áureas do Rio de Janeiro antigo proporcionou à cidade, no velho e glorioso teatro Lírico, tantas e tão belas estações de ópera, teve uma visão: — o Sr. Epiácio Pessoa seria, por

morte do conselheiro Rodrigues Alves, o futuro presidente. Viajava em sua companhia, e com a mais harmoniosa das mesuras e o mais expressivo dos sorrisos, aproximou-se repetidamente do chefe da delegação brasileira no momento de se separarem, e deu-lhe conta de sua intuição. Sorriu com ar descrente, e quando de novo se avistaram em Roma, já as urnas tinham confirmado a profecia, ganhando assim uma grande e preciosa amizade.

Também pareceu ao Sr. Domício da Gama, na constância de sua animosidade para com Rui Barbosa, que seria de boa lógica a escolha do Sr. Epitácio Pessoa, que já o havia substituído em Versailles, para lhe ser também oposto como candidato à cadeira presidencial vaga. Para tanto não cessava de enaltecer-lhe os méritos, a significação e o prestígio que naquele momento tanto realce davam ao seu nome no cenário internacional.

A comissão diretora do P.R.P. ainda não se havia reunido para oficializar a candidatura Rui Barbosa, informada como se achava de que Minas tinha deliberado impugná-la. Mandando então o Sr. Altino Arantes conhecer as disposições do Sr. João Luís Alves para com a candidatura Epitácio Pessoa, recebeu como resposta que Minas a impugnaria. E foi então que o nome do presidente de S. Paulo, já afastado do

prélio, ressurgiu no campo confuso das negociações, nas quais continuava a sentir-se que faltava um mão forte capaz de imprimir um movimento orientado e seguro às manifestações dispersas, que pusesse ordem e método na desarmonia reinante.

Mas desde que começou a exercer-se a ação do novo emissário de Minas, firmou-se no caos reinante a impressão de que ali estava um “leader” dotado de autoridade, senhor de uma vontade disciplinada e de excelentes predicados para o desempenho de tão delicadas funções. Essa revelação causava aos velhos políticos, vacilantes e frouxos, a quem as indecisões daquela hora traziam angústias indefiníveis — pois que o vice-presidente em exercício mantinha-se indiferente a tudo, colocando-se à margem dos acontecimentos no firme propósito de não abandonar a neutralidade e o alheamento que adotou diante das negociações para a escolha do candidato à cadeira que interinamente ocupava — e que mal conheciam aquele nome ainda circunscrito às fronteiras de sua província natal, uma grande surpresa.

Na realidade, não trazia o novo plenipotenciário de Minas nenhum nome concertado. Vinha, sim, coordenar as opiniões e verificar qual o que merecia as preferências da política mineira. Lançou, como era natural que o

fizesse, suas vistas sobre a candidatura Rui Barbosa, dirigindo acerca da mesma uma consulta à Bahia. Desejaria harmonizar em torno do grande nome todas as correntes, mas respondeu-lhe o Sr. Seabra num telegrama de tal modo veemente em sua impugnação à candidatura do filho dileto da Bahia, que não mais era possível insistir em qualquer esforço naquela direção. De Porto Alegre, num telegrama do Sr. Borges de Medeiros que por si só não havia bastado para pôr termo ao desconcerto, tinha chegado a indicação do nome do senador paraibano. Mas foi a hábil intervenção do Sr. Raul Soares que pôs remate definitivo às dúvidas, às incertezas e vacilações do momento, centralizando, com energia digna de nota, o trabalho dispersivo dos “leaders” em campo, tornando-se assim o fator decisivo do êxito de todas as combinações de que resultou a escolha triunfante, como também o responsável ousado e franco pela recusa que assim se opunha ao glorioso nome nacional.

Uma vez mais funcionava Minas como fiel da balança, decidindo um litígio político da mais difícil solução, e influindo, com a força de seu prestígio, para a escolha de um candidato procedente de um pequeno Estado do norte, que por certo nunca imaginou alcançar tão vertiginosa culminância.

Rui Barbosa, porém, não se arreceava de uma nova campanha eleitoral, e aceitou o apelo com que, pela terceira vez, concitavam-no as aspirações nacionais, seus numerosos amigos, os órgãos mais legítimos e expressivos da opinião pública. Também pela terceira vez ia ser, contra sua vontade, um candidato de combate à cadeira presidencial. Fora-o, sempre, como antagonista de candidatos oficiais. Era um novo mandamento do dever a que não podia nem queria negar obediência. Impunha-lho sua nunca desmentida coragem cívica. Ardia-lhe dentro da alma, além do mais, a chama vivaz que anima os gladiadores do ideal. Dir-se-ia o herói de Cervantes feito gênio, armado outra vez de lança e escudo para se arremessar numa nova peleja em defesa de quantos clamavam por sua ajuda. Em vez do braço, era o cérebro e era o verbo que iam brandir a arma formidável do herói inquieto para quem não havia repouso.

De novo se preparava para partir, pois que conclamava a nação pelo grande légionário do liberalismo verdadeiro e sadio que a corrupção da hipocrisia ainda não havia desfigurado. Era um batalhador para quem a peleja só deveria cessar com a morte. A luta era a própria razão de sua vida. Seduzia-o. Atraía-o. Arrastava-o sem que soubesse opor qualquer espécie de resistência ao seu chamamento. Ia de novo evangelizar para um futuro que talvez nunca chegasse a ser presente.

Pois não visava o apostolado de sua existência o império da lei, da justiça e do direito?

Realizava-se a 25 de fevereiro uma nova reunião a que se dava a pomposa denominação de Convenção Nacional. Precedendo-a, já todas as situações estaduais haviam se empenhado nas combinações concluídas. Já havia funcionado a forja de que saiu a surpresa, e o que tal assembléia tinha a fazer consistia, pura e simplesmente, em homologar a escolha em que haviam intervindo todos os governadores, pelo órgão autorizado de seus “leaders”. Lá estavam, altivos e impando de princípios, os representantes do Rio Grande; Minas avultava no concílio, levando no bolso a fórmula concertada pelo emissário do palácio da Liberdade; fornecia dessa vez o candidato a Paraíba. Como Minas havia sido o fator decisivo das combinações em que aqueles sete ou oito homens escolheram o candidato que a nação deveria eleger, foi convidado para vir presidí-la o Sr. Artur Bernardes. O presidente mineiro, porém, alegou o impedimento de “motivos de ordem particular”, e quem ocupou a cadeira que lhe havia sido designada naquele conclave foi o Sr. Azeredo. Dessa, como das muitas outras vezes em que tinha a seu lado, como associados trabalhando pela mesma causa, e pela vitória dos mesmos interesses, todos os

homens que constituíam, misturados e indistintos, o autêntico sindicato que geria os destinos da nação, não havia olhos que enxergassem no Sr. Azeredo senão virtudes, serviços ao regime, um passado glorioso de parlamentar e de jornalista republicano. A voz de resistência, o protesto contra as deturpações da verdade eleitoral e contra as práticas viciadas da política, quem os erguia era Rui Barbosa. Os revolucionários que pelejavam, dentro da lei e da ordem, pela regeneração dos costumes corrompidos de que aquela convenção bem podia servir de padrão, eram os correligionários que o seguiam na larga estrada de sua predicação. Éramos nós, os civilistas de 1909; éramos os liberais de 1913; éramos todos aqueles que de novo nos congregávamos para a luta eleitoral em 1921. Os demais, nunca se preocuparam com princípios. Eram a grande e invariável constelação de satélites do poder. Nada mais aspiravam, por nenhuma outra conquista se batiam. Ali estavam para dar corpo e forma, legalizando-a com as grosseiras aparências de uma decisão espontânea, aquilo que tinha ficado assentado, a decisão que havia sido tomada pelos governadores. Durante cerca de quinze anos obedeceram passivamente a um chefe supremo, de um domínio estreitamente pessoal, que tinha atrás de si o poder. E se lhe negaram, numa rápida temporariedade, a obediência que assim

lhe prestavam, foi porque se operou uma mudança passageira de delegado do poder. Outro passou a ser o porta-estandarte do Catete. Havia um atentado eleitoral a ser consumado, um diploma legítimo, ou com boas aparências de legítimo, a ser sumariamente rasgado, em cumprimento de ordens emanadas do alto? Uma medida odiosa, uma lei opressora, uma má causa a defender? Um ajuste imoral em que tudo tivesse de ser sacrificado, mas com o qual se satisfizesse uma conveniência da política dominante, e se acudisse aos seus interesses? De onde emanava essa ordem, a que vontade se dava cumprimento na prática de tais atos? Do Catete? do chefe do governo? Aparecia então, maneiroso e sagaz, ocupando a tribuna, concedendo entrevistas aos jornais, empreendendo viagens sucessivas a Belo Horizonte e a S. Paulo, reunindo em conferências reservadas os “leaders” de bancadas, telegrafando aos governadores, incansável, ativo, diligente, portador fiel de todas as mensagens verbais do Catete e do palácio da Liberdade, lá estivesse o Sr. Artur Bernardes ou o Sr. Venceslau Brás, o Sr. Raul Soares ou o Sr. Melo Viana, o Sr. Epitácio Pessoa ou o Sr. Washington Luís — desde que enfechassem em suas mãos o poder — o “leader” indefectível, de nome fixo e permanente no cartaz. Servindo com um devotamento insuperável a todas as situações, inexcedível no zelo, na inteligência, na habilidade com que tudo

justificava, com que tudo defendia, com que tudo coonestava, aparecia na hora certa. Os anais parlamentares que contêm a história das verificações de poderes, oprimida pelo penoso espetáculo, pelo cortejo de vergonhas, pela bacanal que foi a renovação da legislatura em 1915, hão de servir um dia de pedestal condigno da estátua que a posteridade não poderá deixar de consagrar a esse “leader”, que não tardaria muito a surgir como o campeão nacional do liberalismo, o chefe da campanha regeneradora do Brasil corrompido. Honra ao Sr. Antônio Carlos!

Pois que tão perto, nesta altura da história da República, vamos chegando da realidade brasileira, cumpre também ir fixando as responsabilidades, assinalando o papel de cada um, gravando nitidamente os tipos, focalizando diante da luz crua da crítica, da análise e da verdade, os personagens que desfilaram nesse cenário e que nele permanecem com as mesmas máscaras, com os mesmos vincos, com as mesmas máculas indelévels, carregando todas as culpas e todos os pecados irresgatáveis pelos atos maus com que incompatibilizaram o povo e a nação com um regime e com uma forma de governo — um e outro excelentes — mas que deveriam surgir de súbito, sob a influência de um inexplicável e incompreensível passe de mágica, como reformadores e como iluminados a quem o

destino teria de confiar a missão sagrada de destruir toda uma obra má de que foram eles próprios os construtores principais!

Que é que sustentava Rui Barbosa naquela sua entrevista? Qual era a preliminar da política rio-grandense? Insistiam os arautos do Sr. Borges de Medeiros, sustentava este num telegrama em que respondia, a 16 daquele mesmo mês, a uma consulta dos Srs. Vitorino Monteiro e Vespúcio de Abreu: não se deveria tocar nas três bases da constituição em vigor — governo republicano, sistema federativo, regime presidencial. Ora, essas três bases já estavam resalvadas na plataforma do candidato civilista, lida na Bahia em fevereiro de 1910, e eram pelo mesmo reiteradas na entrevista, na qual se declarava que “não poderiam ser” nem objeto de proposta da reforma as disposições constitucionais: “1.º, as que declaram a forma republicana: 2.º, as que instituem o princípio federativo”; e acrescentava, explanando a cláusula 9a., que mantinha o regime presidencial, “pondo fora de todas as minhas cogitações o parlamentarismo como pretensão de atualidade”. Pois naquela convenção declarava o Sr. Soares dos Santos, fixando para sempre a sinceridade dos princípios com que o Rio Grande oficial exercia suas atividades intervindo como cooperador da solução dos problemas nacionais, falando em seu nome próprio como no dos seus companheiros de

representação, os quais negaram seu voto a Rui Barbosa para dá-lo ao Sr. Epitácio Pessoa, o seguinte: “Mantenho as restrições resultantes das instruções recebidas, segundo as quais o candidato preferido deve ser uma garantia para a estabilidade do regime presidencial vigente”. Considerava indispensável a defesa da constituição, “de modo a impedir que seja vitorioso o surto das doutrinas subversivas” no país. É que ainda não havia chegado a hora de ser a revisão constitucional, o grande perigo, a tremenda ameaça que levava o espírito conservador do Rio Grande do Sr. Borges de Medeiros a impugnar uma vez mais a candidatura eminentemente liberal de Rui Barbosa, sugerida por uma mensagem presidencial apresentada ao Congresso num 3 de maio qualquer...

Mas ali estavam, felizmente, para defender um espírito liberal e independente que também se abrigava no Rio Grande, sofrendo embora o mais duro e intolerante dos combates do poder, os Srs. Venceslau Escobar, Pedro Moacir e Rafael Cabeda, os quais, juntamente as maiorias das representações fluminense e paraense, a do Distrito Federal e os delegados de várias minorias estaduais — ao todo 42 votos, contra 139 dados ao candidato oficial — sufragaram o nome de Rui Barbosa.

Este, que na pacífica companhia de seus legionários — os quais eram, em síntese, toda a nação ansiosa por um verdadeiro regime liberal e jurídico — nunca pretendeu apossar-se do poder pelo processo subversivo de um apelo às armas, encetou um novo apostolado, difundindo pelo instrumento persuasivo da palavra aquela educação política de que nunca cogitaram outros, e com a qual, desde que se desassociou do sindicato que explorava industrialmente a República, ia congregando em torno de si o povo das capitais, o povo dos campos, as multidões cada vez mais empolgadas pelo doutrinamento de ideais e princípios com que lhes ia indicando horizontes novos, mais amplos e claros para o futuro brasileiro.

Empreendeu novas viagens. Foi a Minas, foi a S. Paulo. Afrontando todos os perigos que lhe oferecia essa excursão, foi à Bahia — a mãe carinhosa convertida naquele momento em madrasta oficial. E em toda a parte, e talvez mais ainda na velha e tantas vezes ilustre cidade do Salvador, que não cessava de exaltar aquele filho, abriu-lhe os braços o povo, abriu-lhe a alma em transportes de entusiasmo, acorrendo para ouvi-lo e afluindo depois às urnas, no dia do comício eleitoral, onde lhe permitiram exercer esse direito sem o receio de todas as conseqüências usuais que nunca deixou de trazer a desobediência às

ordens dos governos locais, para sufragar o candidato de suas preferências.

Foi vencido o candidato, vencido o povo, vencida a nação.

O Sr. Delfim Moreira, que no impedimento do presidente havia assumido o poder a 15 de novembro de 1918, vagava a esse tempo dentro dos salões do Catete. Homem atrasado, de uma simplicidade de maneiras inteiramente natural, porque provinha de seu feitio, pouco adaptado ao próprio meio onde vinha exercer funções tão elevadas, governava como podia. Sua gestão de oito meses e alguns dias foi, segundo uma irreverente observação da época, o consulado Melo Franco. O ministro da Viação era o verdadeiro chefe do governo. Mas esse governo não podia ser mais do que um simples encarregado de responder pelo expediente que lhe cumpria assinar enquanto esperava por uma destas duas soluções: ou o restabelecimento, ou a morte do presidente que não havia podido tomar posse de seu cargo no dia da transmissão de poderes.

XIX

Do cortejo real ao tiro precursor das incoerências revolucionárias

Sempre lisonjeou muito a sensibilidade nacional o êxito de uma representação no exterior. Representar bem o Brasil lá fora, concorrer para o seu conceito nos congressos internacionais, elevar-lhe o nome em afirmações de inteligência, cultura e capacidade, foram sempre, para um povo como nós, que vive na ânsia natural e insatisfeita de conquistar um lugar em que possa se emparelhar com as grandes nações do mundo, serviços considerados dos de maior e mais preciosa valia. Daí a razão mais forte da auréola de Rui Barbosa. Daí, numa outra esfera de atividade, a admiração e o apreço públicos por Santos Dumont. Falando com facilidade línguas, servido por uma vasta cultura, vivendo sempre dentro da luz intensa da civilização e da vida moderna, era o Sr. Epitácio Pessoa, em sua expressão mais real, aquilo que com propriedade se chama um homem mundano. Foram-lhe sempre familiares a casaca e o “smoking”; tinha uma bela casa onde recebia com

distinção; freqüentava o Municipal, assinando uma frisa na ópera e na comédia francesa. A vida na cidade da província, as preocupações absorventes dos alistamentos eleitorais e o trato com as miudezas partidárias, nunca permitiram que o político brasileiro, em sua generalidade, consagrasse qualquer espécie de interesse à arte elevada e pura. Não aprendeu a compreendê-la. Por isso não a sabe amar. Daí a ausência quase completa de deputados e senadores nos espetáculos de arte que o representante da Paraíba cultivava com tamanho interesse, numa manifestação que mais ainda lhe completava a figura de perfeito homem de sociedade. Com todos esses atributos, foi-lhe tarefa fácil dar um desempenho brilhante e cabal à comissão em que o foi surpreender sua escolha para presidente.

Terminados os trabalhos da Conferência de Versailles, e já como presidente eleito, visitou as principais capitais da Europa e fez, em seu regresso, uma visita aos Estados Unidos. Acolhido com honras e deferências especiais, tornou-se, em todos os grandes centros, um embaixador de irradiante prestígio pessoal ao serviço de sua pátria. O discurso que pronunciou em Roma, perante o Senado — reunido em sessão especial para recebê-lo — num italiano “sem nenhum acento exótico”, como observava no dia seguinte um grande jornal, teria sido bastante para lhe assegurar um triunfo.

Portador de tais credenciais, não podia o povo brasileiro deixar de receber com grandes demonstrações de confiança e simpatia seu novo presidente. Nenhum outro, sem dúvida, dotado de tão brilhantes atributos, havia subido, até então, as escadas do Catete para governar o país. E ficava-lhe a certeza — numa confiança que de certo modo acariciava-lhe a vaidade — de que ali estava, a partir de 28 de julho de 1919, para o trato com os embaixadores e com os estrangeiros ilustres que nos visitassem, uma figura eminentemente representativa a que não faltava, além do mais, um longo tirocínio de experiência dos negócios públicos. Fora, na sua juventude, uma das melhores figuras intelectuais da Constituinte; como ministro da Justiça do governo Campos Sales, tantas demonstrações deu de capacidade como de energia, nos momentos mais delicados para a conservação da ordem pública, e igualmente de desprendimento e altivez na hora em que uma imperiosa razão de natureza moral aconselhou-lhe a renunciar a pasta. Foi deputado, senador, chefe de partido, ministro do Supremo Tribunal Federal. Havia feito uma trajetória completa pelos postos da vida pública, afirmando-se em todos — como acabava de fazê-lo no solene congresso internacional da paz — o mesmo homem superior, a mesma inteligência poderosa e forte.

Trouxe para o governo, com o propósito de evitar o predomínio de grupos que abriam nas duas classes separações causadoras de descontentamentos e divergências, o propósito de entregar a civis a gestão das duas pastas militares. Foi mal recebida a iniciativa. Deveria ocasionar-lhe os primeiros perigos, produzir o esboço das primeiras ameaças. Afastou-os o prestígio dos dois ilustres generais a quem foram confiadas as funções de chefes do estado-maior do exército e da armada. O primeiro ministro civil da Guerra, na República, na continuação de uma velha prática adotada pelo império, teria sido o Sr. Washington Luís se este não houvesse declinado do convite que lhe foi feito, como igualmente deixou o Sr. Cardoso de Almeida de aceitar a pasta da Viação, que lhe fora reservada pelo novo presidente. É que um e outro aspiravam a sucessão do Sr. Altino Arantes no governo de S. Paulo, criando-lhe essa dupla recusa tais dificuldades para ultimar a organização de seu ministério, que o forçaram a retardar de três dias o ato de sua posse. Houvesse o Sr. Washington Luís aceitado aquele convite, e quem sabe se não teria o destino modificado a rota dos acontecimentos? Toda aquela segunda metade de 1919, que foi o início de sua gestão, correu para o Sr. Epitácio Pessoa na doce tranqüilidade de uma lua de mel.

Da tribuna parlamentar, como da imprensa, não partia nota alguma que viesse perturbar o concerto de simpatias e da harmonia confiante com que foi acolhido seu advento. Conformando-se com a derrota e acatando a solução constitucional do pleito, haviam cessado sua ação combativa todos quantos divergiram da candidatura da maioria para apoiar a do senador baiano. Nilo Peçanha não tardou a encontrar um caminho por onde pudessem todos atingir honrosamente uma conciliação geral. O Senado, desde que perdeu seu pastor, tornara-se um colégio disciplinado, incapaz de ocasionar qualquer dissabor ao governo. O critério sentimental havia elevado o Sr. Azeredo à cadeira de vice-presidente da casa, e o recinto venerável do paço da rua do Areal era um verdadeiro seio de Abraão. A Câmara, completamente serena. Havia reconquistado o sorriso do Sr. Antônio Carlos, que de novo se sentava em sua velha poltrona da bancada mineira. Relator da receita, defendia da tribuna todas as medidas, sobretudo as mais antipáticas, de iniciativa governamental. Nos últimos dias do ano sofria a diminuição de ver uma emenda orçamentária da comissão de Finanças, da qual fora relator, rejeitada pelo plenário, com os votos de vários deputados mineiros e de toda a bancada baiana, a que pertencia o “leader” geral — pois que não havia minoria nem maioria, mas unanimidade integral

— o Sr. Torquato Moreira. Naquela mesma sessão, ao iniciar-se o novo período governamental, e quando o Sr. Antônio Carlos guardava um pouco do perfume da pasta da fazenda e do seu fastígio de diretor político da casa, houve quem se lembrasse de reconduzí-lo a esse posto, mas formalmente o recusaram as grandes bancadas, com a solidariedade tácita da mineira. E foi o “leader” desta, Sr. Bueno Brandão, quem tomou a iniciativa de propor a recondução do Sr. Torquato Moreira, quando este, por motivo de uma grave divergência com o relator da receita, renunciou a elevada comissão política.

E aquele pálido e inexpressivo fim de ano político só se animava um pouco com a perspectiva de uma nova e grave agitação na Bahia, e com uma série de episódios de prática consuetudinária e antiga. Eram movimentos semelhantes àquelas marcas das quadrilhas francesas que enchiam de tamanha animação os salões familiares de trinta anos passados. Assim é que o Sr. José Bezerra deixava de ser senador para ir ser governador de Pernambuco, deixando o Sr. Manuel Borba de ser governador de Pernambuco para vir ser senador. Deixava de ser senador para ir governar o Rio Grande do Norte o Sr. Antônio de Souza, e vinha ocupar a cadeira que assim se vagava o governador cujo período terminava, Sr. Ferreira Chaves. Deixava o Sr.

Seabra sua cadeira senatorial para ir escalar de novo a íngreme ladeira do governo da Bahia, e vinha substituí-lo na nossa Câmara dos lords o governador cessante, Sr. Antônio Moniz. Renunciava o mandato senatorial para ir governar o Espírito Santo, o Sr. Nestor Gomes; vinha ser senador o presidente do Espírito Santo, Sr. Bernardino Monteiro.

“Changez de places!” — era a marca movimentada e vivaz da quadrilha desterrada dos salões pelas danças modernas...

Agitava-se o microcosmo político no começo de janeiro do ano seguinte. Aquele 1920 já não sorria tanto ao presidente, porque vinha quebrar insolitamente toda a serena tranqüilidade reinante.

Nos domínios da administração, parecia haver o Sr. Epitácio Pessoa traçado uma orientação inflexível. Seu governo seria de rigorosa economia. Sem dar ouvidos aos rumores dos descontentamentos que partiam das casernas e dos navios, provocados pela novidade dos ministros civis nas pastas militares, negou seu apoio a um projeto de lei, já apresentado à Câmara, aumentando os vencimentos de todos os oficiais, inferiores e praças de terra e mar. Na

mensagem que enviou a 3 de setembro ao Congresso, fez do estado financeiro do país uma descrição impressionante, diante da qual parecia não haver lugar para nenhuma outra política que não fosse a de uma completa restrição de despesas públicas. Dir-se-ia que íamos ter um novo governo a Campos Sales. Já não era pequeno, portanto, o número dos descontentes quando se definiu o novo caso baiano.

O Sr. Seabra havia feito eleger seu sucessor o Sr. Antônio Moniz, e outra vez disputava o apoio da força para voltar ao poder. Os partidos oposicionistas, unificados sob a chefia de Rui Barbosa, haviam levado às urnas o nome do Sr. Paulo Fontes, e proclamavam sua vitória, arguindo de nulas e fraudulentas as eleições em que se apoiava o apregoadado êxito da candidatura oficial.

Na iminência de um novo governo que firmasse aquele revezamento de compadrio, estabelecendo na Bahia um domínio oligárquico que até então ali não havia medrado, sublevou-se o sertão. Milhares de homens em armas, conduzidos pelos chefes sertanejos de maior valor e de mais comprovada bravura — notadamente o coronel Horácio de Matos — marchavam para a capital nos últimos dias de fevereiro, desbaratando as expedições policiais que iam ao seu encontro. Levavam o propósito de impedir a

posse do Sr. Seabra. Pleiteava a oposição uma intervenção federal que tivesse a virtude de restabelecer a ordem assim tão gravemente perturbada, anulando a farsa de que resultou a vitória do Sr. Seabra, e procedendo-se a uma nova eleição num ambiente que fosse uma garantia da livre manifestação das urnas. Já essa requisição havia sido feita pelo presidente do Tribunal da Relação. Negou-se o Sr. Epitácio Pessoa a decretar a medida.

Enquanto isso, tornava-se cada vez mais alarmante, para o governo expirante do Sr. Antônio Moniz, a situação que lhe criava o movimento revolucionário. O general Cardoso de Aguiar, inspetor da região, numa mediação conciliadora, mandara emissários conferenciar com os chefes do movimento, ao qual reconhecia, dessarte, a condição de uma beligerância jurídica. Firmou-se então, em documentos tornados oficiais, um armistício para o fim de permitir a negociação de um acordo de que resultasse uma solução amigável para o litígio. Entretanto, nenhum daqueles chefes havia deposto as armas, e na vigência da suspensão das hostilidades mandaram notificá-lo de que, caso fosse novamente empossado o Sr. Seabra, reencetariam as operações e prosseguiriam em seus objetivos.

Foi quando o Sr. Antônio Moniz tomou a deliberação de solicitar a intervenção com o fim

de assegurar ao portador daquele mandato suspeito, conquistado contra a vontade do povo, que para obstar esse ato chegou ao extremo de pegar em armas, sua posse no governo. Tendo fracassado toda e qualquer tentativa de acordo, concedeu-a o presidente “em favor do governo constituído”, em vez de o ser para o restabelecimento da ordem, profundamente alterada, e foi novamente apoiado nas baionetas federais que o Sr. Seabra uma vez mais se apossou da Bahia.

Com essa sua atitude começou o Sr. Epitácio Pessoa a perder uma porção preciosa da simpatia pública que o cercava. Iniciava-se, com esse episódio, a agitação de seu governo.

E seu governo teria de viver, daí por diante, dentro do contraste singular das pompas, do rumor das festas, no deslumbramento das luminárias, na febre das iniciativas, ao mesmo tempo que da treva das conspirações e das conjuras não tardavam a partir as ameaças mais sérias, que enchiam de preocupações e de sobressaltos a sociedade, forçando-o a ter constantemente voltado para o problema da ordem pública um cuidado sempre vigilante e atento, mas mostrando-se sempre, nesse ambiente singular, um homem enérgico, resoluto

e forte que, se não desdenhava do perigo, tampouco mostrava temê-lo.

Ia o Brasil receber a visita do rei dos belgas. As negociações diplomáticas que promoveu logo no começo de seu governo justificavam essa deliberação do soberano como uma retribuição da visita que lhe fez quando presidente eleito, e os preparativos que começaram a absorver o interesse do poder público para a recepção de Alberto I e sua comitiva estavam muito longe de traduzir a verdadeira situação financeira do país, que sua primeira mensagem descreveu. Pôs-lhe inicialmente nas mãos o Congresso, apenas com a desarmonia de algumas impugnações isoladas e sem eco, a outorga, cheia de elasticidade, de um crédito ilimitado. Comprazia-se assim o poder legislativo em abdicar do exercício, não de um simples direito, mas do dever constitucional de fixar ao executivo as limitações a que teria de ficar subordinado para atender as despesas exigidas por aquele acontecimento de tão grande significação política, e que impunha ao país, sem dúvida, a elevada obrigação de proporcionar aos visitantes uma hospitalidade condigna, mas para cujo desempenho tornava-se aquela franquia uma verdadeira tentação. E, no propósito de deslumbrar aqueles olhos já tão fatigados do espetáculo das recepções festivas, vivendo como vivia o soberano que se havia tornado, pelo seu heroísmo, pelo martírio que padeceu com sua

valorosa nação, subjugada pelo invasor, depois de lhe haver oposto uma resistência de titã, uma das maiores figuras da história, emergindo da grande guerra aureolado por um prestígio quase lendário, em excursões erradas pela terra, em visitas sucessivas a quase todos os países do globo — êmulo do príncipe de Gales — dir-se-ia que já não se lembrava o presidente da situação financeira diante da qual preceituou para sua administração uma política de inflexível economia, incompatível com toda e qualquer despesa que não correspondesse a uma necessidade imediata e inadiável.

Intenção louvável, sem dúvida, que se inspirava em sentimentos patrióticos dignos de respeito, mas demasia dispensável que não podia trazer compensação alguma apreciável para tantos sacrifícios. O rei e a rainha dos belgas, que chegaram com seu séquito ao Rio de Janeiro a 18 de setembro, deveriam ter tido uma impressão de deslumbramento do país sul-americano que visitavam, e que converteu numa realidade todas aquelas fantasias que enchem de cintilações, pedrarias e luzes, os contos orientais. Saímos do comedimento que nos impunham as circunstâncias, para nos entregarmos ao mais hiperbólico dos exageros.

O cortejo real, que a multidão apinhada nas avenidas empavesadas contemplava num misto

de admiração pelo rei-soldado, de simpatia e curiosidade, parecia trazer consigo, entre as fulgurações de sua pompa exterior, a virtude de nos afastar da realidade. Encontrávamo-nos, de súbito, dentro do sonho... Víamos pela primeira vez, caminhando sobre o asfalto de nossas avenidas, tomando banho nas águas de nossas praias, penetrando o interior brasileiro para conhecê-lo, um rei que era, ao mesmo tempo, um grande guerreiro, uma notável figura do mundo. E sentíamos um desvanecido orgulho quando líamos, divulgados pelos jornais, os conceitos honrosos, as frases admirativas, as expressões lisonjeiras que seus lábios discretos consagravam ao nosso progresso, à nossa civilização, ao esplendor do nosso presente, às soberbas perspectivas do nosso futuro. E somente esse envaidecimento parecia-nos uma recompensa bastante para o emprego sem limites do crédito ilimitado que os deputados e os senadores haviam concedido ao governo para custear aquelas festas de fausto e esplendor nunca vistos. Era tudo para o rei Alberto ver...

E somente mais tarde, quando se extinguiram as fontes de luz que haviam suprimido as noites para converterem a cidade numa apoteose de cenografia; quando cessaram os rumores das festas incomparáveis que foram um torneio invencível de luxo, uma porfia de pompas, um contínuo desfile de maravilhas,

começaram as notas desconcertantes da crítica e das censuras.

E caminhávamos, sem uma grande transição, para o contraste que se avizinhava.

No começo de 1921, um pouco antes das primeiras sessões preparatórias, entre os alvoroços que trazia sempre a renovação de uma legislatura, estabelecia-se entre os “leaders” das situações estaduais presentes no Rio de Janeiro para os trabalhos que se avizinhavam, e que eram os delegados naturais dos governadores, um entendimento com o qual se assegurava, desde então, uma solução sem dúvida pacífica e harmônica, dada a uniformidade de vistas com que a encaravam todos, para a sucessão presidencial. Convergiam as preferências gerais para um nome que aparecia, desde muito, como a melhor das probabilidades, tanto sob o critério político-geográfico, como pela expressão de que já se revestia, para o quadriênio presidencial seguinte. Dados os precedentes, dos quais era o mais recente o da escolha da chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira, assentada no penúltimo interregno parlamentar do governo do Sr. Venceslau Brás, não havia grande precocidade naquele movimento, se bem que pudesse, sem inconveniente algum, ser promovido mais tarde.

Era perfeita a consonância com que agiam S. Paulo e Minas, indo logo o Sr. Carlos de Campos sugerir ao Sr. Epitácio Pessoa, em nome das duas grandes unidades, a conveniência de se efetuar sem demora a convenção que deveria fazer a escolha do candidato à sua sucessão, lembrando-lhe ao mesmo tempo o nome do Sr. Artur Bernardes, objeto de combinações muito adiantadas, Não impugnou o presidente, nem a idéia da convenção imediata, nem o nome do candidato, geralmente muito bem acolhido. O Sr. Artur Bernardes realizava um grande governo em Minas, afirmando notáveis predicados de administrador. Encerrava exercícios financeiros com saldos que valiam por documentos de uma excelente administração: um, superior a 19.000:000\$; outro, de 21.000:000\$. Submetia a política do Estado a um audaz movimento de renovação, eliminando com golpes certos, que revelavam uma vigorosa capacidade de chefe, um domínio pessoal secular e retrogrado.

O primeiro apoio que havia recebido aquela candidatura tinha sido o do Estado do Rio, empenhado em compromisso que assumiu Nilo Peçanha antes de partir para a Europa, onde se achava no momento, e solenemente reafirmado pelo Sr. Raul Veiga, seu presidente, que assim cumpria instruções formais do chefe do partido de que era delegado no poder.

Faltava completar a chapa, que deveria ser levada à convenção, começando os “leaders” em atividade a procurar estabelecer, também, uma harmonia de vistas em torno de um nome para vice-presidente. O primeiro para o qual convergiu a maioria das preferências foi o do governador da Bahia. Levou-o ao palácio do Rio Negro, em Petrópolis, o Sr. Raul Soares, a fim de o submeter à aprovação do Sr. Epitácio Pessoa, que o impugnou. O Sr. Seabra havia cerrado ouvidos a todos os apelos que lhe dirigiu o presidente no episódio da recente sucessão baiana, em prol de uma solução harmônica e pacífica, sendo então muito pouco cordeais as relações que mantinha um com o outro. Se em alguma coisa, porém, manifestou-se pertinaz e constante o Sr. Seabra em toda sua longa e agitada existência de homem público, foi na aspiração de vir a ser, um dia, vice-presidente da República. Ficasse para outros a presidência. Nesse desejo, na perene aspiração de atingí-la, nunca faria concorrência a Rui Barbosa, nem aos Srs. Nilo Peçanha, Lauro Müller, Pinheiro Machado e tantos outros candidatos malogrados. Quanto ao segundo posto, esse não deixaria de pleitear enquanto vivesse, ou enquanto não viesse um terremoto político eliminar o objeto de sua cobiça. Desejou-o desde a escolha do conselheiro Afonso Pena para presidente. Nos chás políticos que dava como ministro da Justiça, revelou sempre essa

aspiração. Aceitá-lo-ia com qualquer presidente. Mesmo que o príncipe D. Luís, que durante o governo forte de um marechal chegou a oferecer um perigo menos vago às instituições, viesse um dia realizar no Brasil a aventura de Napoleão III na França, fazendo-se eleger presidente da República, uma vez que no continente americano não mais havia ambiente para uma dinastia de privilégios imperiais. Continuou, portanto, a ser candidato. Mas nem por ser mais recente, era menos forte, no Sr. José Bezerra, a mesma aspiração. Homem de estreitos horizontes visuais, dotado de uma grande vivacidade, mas desprovido de qualquer espécie de cultura, que entretanto supria inteligentemente com um senso prático muito bem dosado, alcançou o governo de Pernambuco depois de um longo e áspero estágio nas regiões polares do ostracismo. Via naquela oportunidade um complemento natural da era de fortuna política que afinal parecia firmar-se em sua carreira pública, depois do revés que lhe infligiu o senador rio-grandense eliminado no saguão do Hotel dos Estrangeiros, e que o Sr. Venceslau Brás tanto suavizou com a compensação da pasta da Agricultura. E se a Bahia tinha um candidato à vice-presidência, tinha-o também Pernambuco. Irredutíveis, pertinazes, insensíveis a quaisquer apelos, sem que nenhum se mostrasse disposto a ceder ao competidor um palmo do terreno onde haviam se

colocado para conquistar o mesmo posto, mantiveram-se os dois, um em face do outro, durante uma série de dias angustiosos. Os “leaders” que imprimiam rumo ao delicado episódio, em vez de o resolverem pronta e decisivamente com a escolha de qualquer dos dois competidores tolhidos diante do Sr. Seabra pela impugnação presidencial, e certos de que a escolha do Sr. José Bezerra traria o rompimento da Bahia com a candidatura assentada, quedaram-se vacilantes diante da contenda, esperando, talvez, que o tempo pudesse auxiliar sua solução. Aquilo que parecia um simples incidente, e que acabaria por se tornar o aspecto principal da questão, foi posto momentaneamente de lado, para se ir cogitando da convenção. Assim é que os Srs. Raul Soares e Bueno Brandão — aquele já no desempenho de um transitório mandato senatorial, depois de haver renunciado a pasta da marinha — expediam a 19 de maio um telegrama ao Sr. Borges de Medeiros comunicando-lhe que o Partido Republicano Mineiro havia deliberado adotar a candidatura do Sr. Artur Bernardes, bem como propugnar pela reunião de uma convenção nacional para resolver o assunto. E pediam, para a candidatura como para a idéia da convenção, o apoio do chefe do governo rio-grandense, bem como das forças políticas do Estado.

A resposta que a esse despacho deu o Sr. Borges de Medeiros foi, sem dúvida, o clangor a cujas vibrações teria de produzir-se, logo depois, o grande movimento reacionário que tanto deveria agitar o país, arrancando da atmosfera carregada a centelha elétrica que iria acender a flama inicial da rebelião contra a ordem de coisas dominante.

Queixava-se depois o Sr. Borges de Medeiros, em orações de incitamento que eram verdadeiras encíclicas às forças enfileiradas no terreno da pugna, que o Rio Grande não tinha sido previamente consultado a propósito do assunto, mas apenas solicitado a dar sua adesão a um entendimento já firmado pela maioria dos Estados. E era exato, mas nenhuma outra significação poderia ter esse procedimento dos chefes mineiros em questão, senão a de uma hábil manobra política, habitual e muito de acordo com os processos sempre aprovados pelo venerando chefe rio-grandense e por sua organização partidária, pois que como delegado de um e outro normalmente as executava o general Pinheiro Machado. Em sua contestação ao referido despacho, acentuou a necessidade de programas em que os candidatos ao posto supremo do governo do país expusessem com a precisa antecedência seu pensamento acerca dos negócios administrativos e políticos, explicando a ação que pretendiam exercer. No momento difícil

que atravessava a nação, considerava aquela condição uma verdadeira necessidade.

E foi naquele momento nebuloso, em que já se ia produzindo uma desagregação lenta e perigosa nas chamadas forças políticas que haviam deliberado adotar a candidatura Bernardes, que chegou ao Rio de Janeiro, de regresso de sua viagem à Europa, o chefe da política fluminense com as responsabilidades do poder em sua província. Desembarcou, e uma vez mais apreendeu, num rápido relancear de olhos, a delicadeza da situação. Percebeu, pelo estado de ânimos da multidão que o aguardava na praça Mauá, que daquela confusão poderia resultar um imprevisto capaz de satisfazer suas conhecidas aspirações, e então, para esconder com habilidade o intuito que desde logo entrou a animar-lhe o pensamento, ergueu um viva ao presidente de Minas.

A convenção pleiteada, que se realizava em junho, levava para candidato à vice-presidência um terceiro nome: o do Sr. Urbano Santos. A Bahia e Pernambuco haviam feito uma aliança consonante, e formavam ao lado do Rio Grande, constituindo, na companhia do Estado do Rio, a Reação Republicana, que lança a seguir, como seus candidatos à sucessão, os Srs. Nilo Peçanha e Seabra.

Mas a convenção que os indicava aos sufrágios da nação nada tinha de diversa da que havia feito a escolha de seus competidores. Uma como outra, compostas dos mesmos senadores e deputados que deveriam ser os juizes do pleito, haviam limitado sua ação a homologar, pura e simplesmente, os candidatos previamente escolhidos pelos governadores que lhes haviam dado seu apoio, e pelos partidos dominantes em seus Estados. Tanto quanto o Sr. Artur Bernardes, não apresentou Nilo Peçanha nenhum programa prévio, nem o convenção que o adotou para seu candidato se entregou a nenhum estudo preliminar de seus princípios e idéias.

Tudo aquilo não passava, uma vez mais, e sem embargo da grande respeitabilidade do chefe rio-grandense e da pureza de seus sentimentos republicanos, de um vistoso jogo de palavras que mal encobria o eterno e imutável móvel dos interesses partidários em causa.

Mais tinha a lucrar a política rio-grandense tomando a iniciativa de um candidato, do que em aceitar um que lhe apresentaram já vitorioso, e ao qual teria de se limitar a aderir sem o direito de estabelecer nenhuma condição.

Aquela legislatura que se formava sob as ameaças de tamanho temporal político não prometia, no entanto, grandes ensejos para ajustes de contas, nem para represálias partidárias, tão freqüentes nos processos de verificação de poderes. O Sr. Epitácio Pessoa não havia sido hostilizado na campanha eleitoral, e nem a educação política de seu grande contendor poderia permitir que a luta saísse do terreno elevado e digno em que nunca deixou de se colocar. Não trazia, portanto, nenhum lastro de ódios para lançá-lo naquele processo. A única depuração mais clamorosa que se consumou foi a do Sr. Nicanor Nascimento, declarado inelegível, por inspirações diretas do Catete, sob o fundamento de exercer, no momento em que foi eleito, as funções de comandante de uma guarda noturna. E uma publicação inserta na seção livre do decano de nossa imprensa, emanada da mesma fonte, sustentava a doutrina de que ao poder verificador assiste o direito de examinar a qualidade do voto conferido a um candidato, para o fim de apurá-lo, ou não.

Presidiu os reconhecimentos aquilo que se podia designar a “falta de critério”, pois vigorou em todo o processo a velha e circunspecta fórmula constante desta sonora expressão: — “a verdade eleitoral”. Onde havia litígio, aplicava-se o critério político de uma divisão com a qual se procurasse contemplar equitativamente os grupos

partidários em causa. Entre as figuras chocantes que se apresentavam pleiteando o reconhecimento, como candidatos eleitos e diplomados pela política situacionista da Bahia, estavam o Sr. Bráulio Xavier e o cônego Leôncio Galvão — aquele, um dos maiores animadores da revolução sertaneja, o mesmo presidente do Tribunal da Relação que pediu a intervenção para o Estado com o fim de destituir do poder o Sr. Antônio Moniz, e que beijou a chapa contendo o nome de Rui Barbosa na eleição presidencial; o segundo, o presidente do Senado deposto do governo pelas arruaças conseqüentes ao bombardeio, e que àquela hora já havia aderido ao Sr. Seabra...

Esboçava-se com aspectos alarmantes a campanha que não tardaria a desencadear-se no país. Todos os governadores, todo o seu séquito de deputados e senadores, todas as agremiações partidárias locais, estiveram de perfeito acordo até que a grave discórdia da vice-presidência abriu probabilidades de afastar com êxito a candidatura por que já haviam empenhado os mais solenes compromissos. Imperava nas ruas cariocas o regime do terror; não ficou ao abandono arma alguma que pudesse produzir uma ferida no candidato ainda na véspera aceito por todos; sucediam-se os apelos à revolução, renovavam-se a cada momento da tribuna parlamentar, nos comícios da praça pública e na

imprensa, os incitamentos à subversão da ordem. O nome do presidente de Minas era coberto de convícius, não se lhe respeitando nem os sentimentos mais rudimentares da dignidade humana, nem o recesso do próprio lar. Atribuíram-lhe a autoria de uma carta injuriosa ao exército, e não lhe quiseram dar crédito à palavra, quando ele, formal e solenemente, a repudiou. O Club Militar, entrando na liça da contenda partidária, pretendeu lançar o exército contra o candidato.

Pretendeu, embora com o protesto de um número elevado de oficiais dos mais ilustres de terra e mar, investí-lo do caráter de órgão revisor de atos que constituíam atribuições privativas dos órgãos políticos naturais da nação. Pretendeu, portanto, deslocá-lo de sua nobre e elevada função social, que é a de servir a pátria dentro dos mandamentos dos códigos da disciplina, do respeito aos poderes constituídos e ao princípio da autoridade — instrumento ao serviço permanente da segurança e da integridade nacionais, corporação que a pátria armou e mantém para preservação de sua defesa e da paz coletiva — no torvelinho convulso da política e das porfias partidárias. Nada valiam os deputados, os senadores e os governadores que apoiavam o Sr. Artur Bernardes, mas desde que corresse que este ou aquele ia abandonar seus compromissos para apoiar, daí por diante, as

candidaturas da Reação Republicana, passavam a ser chefes aclamados e cheios de atributos. O Sr. Artur Bernardes era estridentemente vaiado na tarde de novembro em que atravessava a principal artéria da cidade, onde chegava para proceder à leitura de sua plataforma no banquete tradicional, sendo rudemente desacatados os homens mais respeitáveis que o acompanhavam. Seguiam-se os atentados materiais, os conflitos sucessivos em que a força policial tinha de intervir com rigor, criando-se na capital, com uma irradiação sobre todo o território do país, um ambiente carregado de ameaças e de apreensões. O laudo com que o Club Militar, em sua memorável sessão de 29 de dezembro, concluiu pela autenticidade da carta atribuída ao Sr. Artur Bernardes, ato que representava a última das esperanças da Reação Republicana, se nasceu desmoralizado pelo espírito da parcialidade que o ditou, teria de servir para lançar um germe duradouro de desconfianças no seio do exército, sem embargo dos protestos com que o acolheram os portadores de nomes mais ilustres da classe, notadamente o general Tasso Fragoso. Produziu algumas defecções que aguardavam um pretexto com que coonestar a quebra de compromissos irretratáveis, mas que não passaram de pequenos incidentes de ordem moral.

Os candidatos reacionários percorriam o país de norte a sul, realizando uma campanha

eleitoral à americana, que despertava para a causa um interesse realmente muito grande. Foi o momento culminante da vida de Nilo Peçanha, que conquistou uma popularidade de grandes proporções, levantando no seio da população carioca, sempre propensa a aplaudir as atitudes combativas e a apoiar com o calor de suas simpatias as campanhas oposicionistas, um entusiasmo de intensa vibração que eqüivalia, por outro lado, a um pronunciamento cheio de injustiça para com o presidente de Minas, contra o qual se formava um ambiente cada vez mais carregado de prevenções.

A luta, que no começo mantinha-se dentro de uma certa elevação, pois que se decorava com a ficção dourada de princípios e ideais que sorriam ao povo, acabou degenerando numa agitação de caráter militar, alimentada daí por diante, sem dificuldade, pela “carta de insultos às classes armadas”. Mas nem por ser alimentada com o emprego dos mais ousados recursos da inteligência e da imaginação, conseguiu essa exploração abater o espírito de disciplina, nem enfraquecer de modo sensível a coesão das classes armadas em torno do poder constituído. Ao “custe o que custar” do candidato da Reação Republicana, opunha o da maioria conservadora, na serenidade de sua atitude inflexível, a divisa com que anunciava o seu propósito de não recuar: — “haja o que houver”. Foi raquítico e

mirrado o fruto imediato daquela agitação. Produziu apenas a deposição do governador do Maranhão, prontamente reposto, não sem uma chocante decepção dos agitadores, pela guarnição federal ao serviço da ordem constitucional. Aproximava-se o dia 1.º de março, e apesar das deserções ocorridas, não havia sombra de temor quanto à vitória. A nação, a que a moção Frutuoso Mendes, aprovada por 493 votos contra 90, pelo Club Militar, havia resolvido entregar o julgamento da questão, por faltar àquela agremiação de classe qualidade jurídica para promover uma ação judicial em desafronta das ofensas dirigidas ao exército pela carta famosa, ia acudir àquele convite com a consciência de quem tinha um elevado dever a cumprir.

A ampla ribalta política do país oferecia, nas vésperas daquele pleito, aspectos particularmente animados. As oposições locais colocavam-se, pela força da lógica e da tradição, no campo oposto ao dos partidos dominantes. Assim é que o velho partido federalista rio-grandense empenhava-se com todo o vigor no prélio, esposando as candidaturas da maioria. No Estado do Rio arregimentava-se a minoria — governo da véspera com o Sr. Oliveira Botelho — e preparava, para o futuro que aguardava confiante, o velho e tão freqüente recurso de uma dualidade de assembléia legislativa. Suscitava sorrisos de desdém, mas quem sabia o que poderia vir a dar?

Por uma generosa indicação de seu grande chefe, resolveu a minoria baiana — composta de todos os partidos afastados do poder desde o bombardeio — sufragar o nome do Sr. Seabra para vice-presidente, e ficando com inteira liberdade de ação quanto ao presidente. Chefiava ali a corrente favorável à candidatura Bernardes uma ilustre figura da antiga e tradicional corrente severinista — o Sr. Aurelino Leal. Nas unidades cujas situações sustentavam a chapa da convenção de 8 de junho, observava-se o inverso: todas as oposições, ardendo por uma oportunidade para reconquistar o poder perdido, batiam-se pela fórmula Nilo-Seabra.

Foi grande a vitória, mas honrosa a derrota, diante do vulto de sufrágios que reuniu a fórmula dissidente. Seria inútil prosseguir na agitação propriamente política, e o certo é que o senador fluminense nunca animou com o concurso de sua palavra e com o assentimento de seus conselhos qualquer subversão de quartéis como meio de corrigir o pronunciamento adverso das urnas. Pois que vivíamos num regime de maioria, tinha de prevalecer a vontade da maioria.

Enquanto convulsionava o país essa formidável campanha eleitoral, senão a mais intensa pelas suas proporções, pelo menos a mais

ameaçadora de todas, e aquela que conheceu e empregou os processos de maior violência como meio de abrir caminho no seio das multidões, ou então em direção aos quartéis, entregava-se o governo aos preparativos das celebrações do primeiro centenário da independência nacional.

Já estávamos em 1922, e a metrópole de novo se animava em atavios com que melhor pudesse hospedar as numerosas embaixadas, missões especiais e membros dos governos de várias nações amigas que anunciavam sua presença por ocasião das cerimônias que deveriam marcar de modo festivo a grande efemeridade. E ampliou-lhe logo um programa que ia estabelecer um novo e berrante contraste com as inquietações do espírito público e as precárias condições do Tesouro.

Conquistava-se terreno ao oceano, apressavam-se os trabalhos do desmonte do morro do Castelo, arrasavam-se casas para dar espaço à Exposição Internacional, marcando o termômetro das iniciativas os mais altos índices da febre em que ardia o governo.

Havíamos, com efeito, mesmo nas esferas normais da administração, penetrado numa estrada movimentada e ampla de realizações. O presidente revelava-se um homem dinâmico, e parecia animado do propósito de dar execução a

um programa de tal modo grandioso, que ninguém sabia como poderia enquadrar-se dentro do período de sua gestão, já reduzido pela mutilação dos oito meses em que governou o país o vice-presidente. Filho da região martirizada pela calamidade periódica das secas, trouxe para o poder o propósito de dotá-la de todas aquelas obras complexas, vastas e grandiosas que nem o império, nem todos os governos republicanos que se sucederam até o seu advento, haviam tentado enfrentar, embora animados pelo justo interesse de acudir os clamores das populações que sofriam as torturas do fenômeno impiedoso, salvando ao mesmo tempo de sua ação esterilizadora as terras ferazes que durante os estios tórridos ficavam condenadas a uma completa improdutividade. E imaginou — com que nobre e alevantada intenção! — realizar a construção de açudes, portos, estradas de ferro, rodovias, barragens, e todos os demais trabalhos de um formidável e complexo plano cuidadosamente elaborado, de acordo com os mais modernos e avançados processos científicos conhecidos e empregados no mundo, destinados a promover a irrigação sistemática das terras da região, fertilizando-as e dando ocupação às suas populações miseráveis. Foi solenemente assinado o “decreto de ouro”, numa reunião a que compareceram, no palácio do Catete, todas as bancadas parlamentares dos Estados

interessados, tornando-se o presidente alvo das mais expressivas demonstrações de júbilo por aquela grande iniciativa, garantia da emancipação econômica do nordeste, empreendimento humanitário e generoso que ia redimir do mais pungente suplicio climatérico as populações torturadas de quatro unidades brasileiras. Votadas pelo Congresso as dotações necessárias ao grandioso empreendimento, iniciaram-se desde logo, com a imediata importação do material preciso e a organização dos serviços — tudo sob as vistas do ministro da Viação, o Sr. Pires do Rio, profissional de comprovada capacidade, com um perfeito conhecimento da região e de suas necessidades, e que por inspiração desse critério tinha sido escolhido para o cargo — a execução do programa gigantesco.

A tarefa orçamentária, para o exercício financeiro de 1922, processada dentro da agitação política da sucessão presidencial, não mereceu a sanção do chefe do poder executivo. O veto que lhe opôs foi um golpe de intensa repercussão, sobretudo pelos termos das razões com que justificou seu ato, e que eram de uma veemência de libelo contra a obra do Congresso. Este foi convocado extraordinariamente em 22 de março daquele ano, mas encerrou suas sessões sem dar solução ao fim especial da reunião, exercendo o presidente uma daquelas chamadas

ditaduras financeiras tão freqüentes na vida do regime.

Seu feitio pessoal, que evocava, não raro, muito mais um “leader” opositorista do que um chefe de governo, ia abrindo sulcos profundos na harmonia das relações do executivo com aquele poder político. Continuava, no entanto, a manter uma completa neutralidade no litígio presidencial, mas desde que a agitação começou a envolver seu governo, entrou a praticar atos de franco apoio à causa da maioria. Quatro “leaders” sucederam-se na Câmara até aquele começo do último ano de sua gestão: o Sr. Torquato Moreira, substituído pelo Sr. Carlos de Campos — o qual renunciou quando o presidente abandonou o primeiro projeto da valorização do café — o Sr. Estácio Coimbra, que considerou mais lógico transferir o bastão a um deputado mineiro desde que se definiu a questão presidencial com a candidatura Bernardes, e por último o Sr. Bueno Brandão.

Minas, pouco depois das eleições que confirmavam a vitória do chefe de seu governo, parecia ir lançando desde logo os fundamentos de um futuro remoto, que a tanto aconselhava uma previdência política bem inspirada. Não interviesse a morte, como já havia feito quando João Pinheiro começava, pelo consenso geral, a ser apontado como o presidente que deveria suceder no Catete Afonso Pena, e por certo o ato

que se realizava a 7 de março havia de ter uma grande significação para o porvir nacional. Naquele dia era eleito presidente do Estado, como sucessor do Sr. Artur Bernardes, o Sr. Raul Soares.

Tudo havia sido inteligentemente calculado: deixara a pasta da marinha para ser eleito senador. Se por um acaso fracassassem os planos da política mineira, e das urnas de 1.º de março não tivesse surgido a vitória do candidato da maioria, dar-se-ia a permuta das práticas em uso: viria para o Senado o ocupante do palácio da Liberdade, iria o senador para o solar rodeado de roseiras e árvores frondosas de Belo Horizonte.

E toda a gente se preparava para estar no Rio de Janeiro a 7 de setembro, menos o Sr. Raul Soares, que naquele dia teria de assumir o governo de Minas, derradeira etapa de sua inquieta e vertiginosa travessia pela estrada da vida pública...

A minoria, depois de toda aquela campanha cheia de ímpetos e de lances dramáticos, tinha inevitavelmente que deixar o campo da pugna, mas não quis fazê-lo sem primeiro recorrer a uma tentativa para impedir que o Sr. Artur Bernardes gozasse com tranqüilidade a vitória tão duramente conquistada.

Quando se reunia o Congresso para iniciar os trabalhos da apuração das eleições presidenciais, dirigia o Sr. Nilo Peçanha ao Sr. Azeredo — datada de 24 de maio — uma carta em que propunha a organização de um tribunal de honra que tomasse a seu cargo, pelo processo do arbitramento, o exame das atas do pleito, pronunciando sobre o mesmo a sentença final que todos acatariam. Não o dizia a carta, mas tornou-se sabido que a idéia partiu do Sr. Borges de Medeiros. Para Belo Horizonte foi enviada uma cópia do documento, a fim de que sobre o alvitre se pronunciasse o Sr. Artur Bernardes, vindo sua resposta, sem demora, pôr termo final àquele novo ensaio de agitação. Declarava, em resumo, o seguinte; a idéia deveria ser proposta, discutida e decidida no seio do Congresso, como matéria de ordem legal e jurídica que era, e nunca entre os organizadores da convenção de 8 de junho, corpo de vida transitória cujas funções haviam cessado. O Congresso, na soberania de sua competência constitucional e no exercício da verdadeira judicatura a que era chamado, diria acerca do assunto a última palavra. Acrescentava ver os mais graves perigos, presentes e futuros, no abandono das soluções legais sobre as consciências honestas, para se adotar quaisquer processos arbitrais ao sabor de interessados de ocasião. Deslocada assim a questão para o terreno movediço das opiniões controvertidas,

nunca mais convalesceria a autoridade privativa do Congresso para a apuração dos pleitos futuros. Sendo o Congresso composto de políticos militantes, voltaria a suspeita em todas as eleições disputadas para subtrair ao poder competente uma indelegável função constitucional, e confiá-la a uma organização de acaso. Desligava seus amigos de quaisquer compromissos partidários, certo de que não teriam outro empenho senão o de investir do mandato aquele que a nação houvesse elegido.

A minoria deliberou abster-se de participar do processo da apuração, recusando todos os lugares para que foram sorteados seus membros nas comissões de inquérito.

E o senador fluminense telegrafava aos governadores de sua parcialidade comunicando-lhes que, diante da recusa da idéia do tribunal de honra, não assumia a responsabilidade, pela ordem civil. Um desses governadores — o Sr. Frederico Costa, que substituíra o Sr. Seabra na Bahia — fornecia à imprensa cópia desse despacho.

E quando toda a agitação política parecia serenada, e a atenção e o interesse gerais voltavam-se para as festas do centenário, que prometiam um deslumbramento compatível com os refinamentos do bom gosto do Sr. Epitácio

Pessoa, cerrava os olhos à vida o Sr. Urbano Santos, que assim não lograva ocupar pela segunda vez a cadeira de presidente constitucional do Senado.

Novo motivo para uma nova tentativa. Batia logo depois às portas da justiça federal o Sr. Seabra para lhe pedir que, por meio de uma ordem de “habeas corpus”, assegurasse-lhe o mandato de vice-presidente, na sua condição de candidato imediatamente mais votado. Concedeu-lhe a ordem o juiz federal a quem a impetrou, mas reformou a sentença, para denegá-la em grau de recurso, o Supremo Tribunal. No terreno legal, era o epílogo.

Pernambuco estava, em maio, numa nova e perigosa ebulição partidária por motivo da sucessão governamental, aberta pelo falecimento do Sr. José Bezerra. Dois candidatos antagônicos haviam se defrontado no pleito: o Sr. José Henrique, sustentado pela política que conservava o poder, e da qual era chefe o Sr. Manuel Borba, e o Sr. Lima Castro, apoiado pelos elementos oposicionistas que se congregavam em torno do general Dantas Barreto e do Sr. Estácio Coimbra — já unidos como dois bons e velhos amigos — constituindo uma coligação em que

tinham postos evidentes de atividade os Srs. Pessoa de Queiroz.

Nos últimos dias daquele mês, foi a atenção pública despertada pelas graves notícias procedentes de Recife, onde se repetiam os conflitos entre o exército e a polícia, estando as ruas da cidade, independentemente de qualquer requisição do governador interino, e antes com o seu protesto e o dos demais órgãos políticos do Estado, patrulhadas por forças federais.

O Sr. Epitácio Pessoa era veementemente acusado de estar intervindo no pleito com o intuito de favorecer a causa que consultava os interesses políticos daqueles membros de sua família, tendo-se tornado manifestas suas simpatias pelo candidato oposicionista. Aquele chefe situacionista afirmou da tribuna do Senado que, além da força federal que, em cumprimento de instruções do comandante da região, havia adotado uma atitude de franca hostilidade para com os poderes estaduais, tinham sido importados da Paraíba numerosos cangaceiros que cooperavam nos ataques e agressões que sofria a milícia estadual. A denúncia formulada pelo Sr. Manuel Borba incluía nessa importação de elemento perturbador até autoridades policiais da Paraíba, onde imperava sem contraste a política de que era, desde muito, chefe supremo o Sr. Epitácio Pessoa. Depois de três dias seguidos

de lutas nas ruas, cessou a anormalidade com a simples providência de se fazer aquartelar a força federal, mas quando se aproximava o início dos trabalhos da apuração das eleições, de que havia saído vitorioso o candidato situacionista, renovaram-se os choques violentos e sangrentos, prevalecendo a impressão de que outra não era a causa determinante de tal estado senão a intervenção armada que o governo central exercia no Estado. E, segundo a linguagem uniforme dos partidários da situação estadual, era o povo que se levantava para defender, de armas na mão, a autonomia assaltada de sua terra.

As notícias de tais sucessos criavam no Rio de Janeiro, como era natural que acontecesse no ambiente superexcitado dentro do qual já vivia, uma inquietação crescente, defendendo-se o Sr. Epitácio Pessoa das acusações de que era objeto com o fundamento de que, segundo informações chegadas ao seu governo, elementos políticos de Pernambuco, “de combinação com outros desta capital, pensavam em utilizar como pretexto uma suposta intervenção federal no caso da apuração, para porem em prática o plano tantas vezes anunciado” de conflagrar aquele, como outros Estados, “com o fim de anularem pela força o voto da nação relativo à eleição do presidente da República”, conforme declaração que fez em seu telegrama de 25 de junho, expedido ao Sr. José Henrique.

A cidade estava inquieta, dominada a população pelas mais sérias apreensões. Prevalencia a convicção de que não tardaria a produzir-se algum fato de indissimulável gravidade, falando-se abertamente na possível desobediência de unidades do exército ao cumprimento de ordens do governo. Anunciava-se a existência de uma conspiração articulada com o fim de depor o presidente, e assim impedir a posse do Sr. Artur Bernardes. O dia marcado para a explosão desse movimento seria o do regresso do presidente, que se achava em Petrópolis. As providências de caráter policial e militar adotadas por essa ocasião eram de um rigor excepcional, numa perfeita correspondência com as proporções do perigo que pairava sobre a pessoa do chefe do governo. E naquele dia, que pareceu à população uma excelente oportunidade para fazer ao supremo representante da lei, detentor do poder constitucional e expressão do princípio da autoridade, uma calorosa e expressiva demonstração de apoio e solidariedade, deveria uma alta e respeitável figura da igreja começar a prestar o concurso valioso e oportuno de sua presença como um meio de tornar menos aflitivas e penosas as horas de angústia e de crise que as circunstâncias acaso criassem para a ordem, para a segurança das instituições e dos governos ameaçados... Ia se iniciar a suave interferência do poder espiritual

como força mediadora ao serviço da paz e da concórdia, ou mesmo — se tanto viesse a tornar-se necessário — de quaisquer transformações políticas que reclamassem o concurso hábil, suasório e oportuno de um pastor de almas. A história de todos os povos está cheia de grandes bispos e cardeais políticos. Nem há necessidade de lembrá-los...

O presidente da República fez naquela tarde, falando ao povo que se aglomerava em frente ao palácio do Catete, um vigoroso discurso de oposição! Seus adversários — declarou com voz inflamada — só faziam revolução “de boca”, escondidos atrás das classes armadas!

Mas a atmosfera estava impregnada de electricidade, permanecendo em seus postos, dia e noite, todas as autoridades, e de sobreaviso todas as forças da região.

O Club Militar, que desde o laudo que considerou verdadeira a carta famosa — obra de um hábil e conhecido falsário em colaboração com um notável profissional da chantagem, ambos autores confessos da trama — havia-se tornado no mais perigoso dos centros de agitação politica, foco permanente de conspirações e de planos subversivos, preparava-se para aproveitar devidamente aquele episódio tão propício à concretização da idéia esparsa nos ares. Reuniu-

se então sua diretoria, e no penúltimo dia de junho tornava-se conhecido o seguinte telegrama que o marechal Hermes da Fonseca, seu presidente, expediu ao inspetor da região: “O Club Militar, contristado pela situação angustiosa em que se encontra o Estado de Pernambuco, narrada por fontes insuspeitas, que dão ao nosso glorioso exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano, venho lembrar-vos mediteis nos termos dos artigos 6.º e 14.º da constituição para isentardes vosso nome e o da nobre classe a que pertencemos da maldição de nossos patrícios. O apelo que ora dirijo ao nosso ilustre consócio é para satisfazer pedidos de camaradas nossos daí no sentido de apoiá-los nessa crítica emergência, em que se procura desviar a força armada do seu alto destino. Confiante de vosso patriotismo e zelo pela perpetuidade do amor do exército ao povo de nossa terra, vos falo neste grave momento. Não esqueçais que as situações políticas passam e o exército fica”.

Foi de verdadeira sensação a impressão causada por esse despacho. Desde que regressou da Europa, e sobretudo depois de um grande e ruidoso banquete de caráter ostensivamente político que lhe foi oferecido, tornou-se de novo o ex-chefe da nação a figura central de uma agitação de intuits que se patenteavam à observação geral.

Aquele despacho — ninguém se iludia — era a centelha que se desprendia como prenúncio de uma descarga elétrica que todos pressentiam iminente. Para Petrópolis foi logo expedido um telegrama em que o chefe do Departamento do Pessoal, cumprindo ordem do ministro da Guerra, interpelava-o acerca da autenticidade do despacho, e como para a cidade serrana não houvesse subido naquele dia — 30 de junho — foi-lhe entregue à tarde, no Palace Hotel, uma carta daquela autoridade militar contendo a interpelação. Na manhã de 1.º de julho reunia-se de novo a diretoria do grêmio da classe, ficando então combinados os termos da resposta que resolveu dar o marechal Hermes ao aviso, Assinou a carta, e subiu tranqüilamente para o seu florido retiro da montanha. A carta era incisiva e atrevida. Declarava que desde a véspera estava sendo interpelado por insistentes recados telefônicos pelo Departamento do Pessoal, por ordem do ministro da Guerra, acerca da autoria do despacho que expediu ao inspetor da região de Pernambuco, acrescentando: “não deve pairar a menor dúvida sobre a veracidade de tal documento, do qual assumo inteira responsabilidade”. Ao mesmo tempo inseriam os vespertinos uma nota da secretaria do Club Militar na qual se informava os consócios de que o telegrama “resultou de deliberação unânime tomada na sessão realizada a 28 de junho.”

Nessa mesma tarde recebia, em Petrópolis, a cópia do aviso do ministro da Guerra, expedido ao Departamento do Pessoal, contendo a censura feita ao presidente do Club Militar, e que era inserto no boletim do dia seguinte. Observava o aviso que o militar, pelo fato de estar associado, não se exonera dos deveres de subordinação e da disciplina, previstos na legislação que rege as forças armadas; acrescentava que o marechal havia dirigido um telegrama sobre assunto de serviço atinente ao cumprimento de ordens do governo, que para isso tinha competência legal; insinuava, assim, que o governo, contra solenes e inequívocas declarações do presidente, estava intervindo em Pernambuco e tinha expedido atos ilegais, pondo portanto em dúvida a palavra de seu superior hierárquico, chefe das forças de terra e mar. Por esses e outros fundamentos, havia resolvido repreendê-lo severamente.

Comentando a atitude do marechal observava uma “vária” do veterano do jornalismo que não havia os “recados insistentes” a que aludia, mas apenas um, seguido de uma carta. E lembrava que o quadriênio Hermes estava cheio de intervenções indébitas contra a autonomia dos Estados. Referia que o telegrama lhe havia sido apresentado pelos seus companheiros de diretoria, tendo se limitado a assiná-lo. Nenhuma assembléia havia autorizado a diretoria a tomar

tal deliberação, mas o certo é que nenhum protesto se formulou para exautorá-la.

Depois de uma série de conferências de que participaram todos os membros do governo e as altas autoridades civis e militares, foi assinado a altas horas da noite o decreto pelo qual era fechado o Club Militar. Constava esse ato de vários fundamentos. Considerava que o grêmio, desviando-se da missão que seus estatutos lhe determinam, estava intervindo em questões políticas, arrogando-se um direito que compete indistintamente a cada um de seus membros, mas que não pode ser exercido por eles reunidos em associação, sem grave coação para a liberdade civil. Acrescentava que de nada tinha valido a tolerância do governo, que durante longos meses procurou, por todos os meios de convicção, afastar os militares das lutas políticas. Em vez da defesa dos interesses legítimos da classe, convertera-se em centro de indisciplina militar. Apoiava-se o decreto na lei n. 4.260, de 17 de janeiro de 1921, pela qual pode o governo ordenar o fechamento, por tempo indeterminado, de associações, sindicatos e sociedades civis, quando incorram em atos nocivos ao bem público. Resolvia, por isso, mandar fechá-lo pelo prazo de seis meses, e proibir seu funcionamento, salvo no tocante ao serviço especial de assistência.

O fechamento da sede social foi feito, com satisfação de todas as formalidades legais, por autoridades policiais incumbidas da diligência, e nessa mesma tarde era entregue em palácio ao presidente uma carta do marechal Hermes na qual declarava considerar-se, como chefe do exército, no direito de aconselhar e encaminhar “na senda honrosa” sempre trilhada pelas forças armadas, os oficiais porventura mal orientados. Assinalava a gravidade dos acontecimentos de Recife, recebendo o Club Militar constantes reclamações de sócios indignados pelos apodos atirados ao núcleo de jovens oficiais que haviam se deixado arrastar por um dos partidos contra o governo do Estado, Por isso submeteu à diretoria o teor do telegrama. E concluía declarando que não podia aceitar a pena “injusta e ilegal”. O presidente, num impulso de enérgica decisão, mandou imediatamente chamar com urgência o marechal Gabriel Botafogo, ordenando-lhe que prendesse por vinte e quatro horas o ex-chefe da nação, fazendo-o recolher ao quartel do 3.º regimento de infantaria. A ordem foi cumprida, mas antes de esgotado aquele prazo, mandava restituí-lo à liberdade.

Entre as visitas que recebeu no estado-maior do quartel da praia Vermelha figuravam o senador Nilo Peçanha e o capitão Euclides da Fonseca, comandante do forte de Copacabana e filho do preso.

O estrondo de um tiro de canhão rolou surdamente dentro do silêncio calmo da noite estrelada e fria. Vinha de longe; talvez do mar, talvez de uma daquelas baterias que do alto das montanhas velam pela segurança da metrópole. Sucedeu às doze badaladas que de um campanário ereto na luminosa claridade de um luar sereno e melancólico marcavam a meia-noite. Surpresa para o governo? Não! Desde que começara a descer o crepúsculo, entrou a definir-se a impressão que assim se confirmava. Assim o faziam crer as providências em que se agitavam todos os departamentos da administração. Sabia-se que estava iminente aquele golpe militar tantas vezes planejado, tantas vezes concertado e desfeito, tantas vezes adiado. Forças de sobreaviso; autoridades policiais e militares em seus postos; gabinetes ministeriais acesos, a secretaria da casa do governo iluminada, estavam indicando a expectativa angustiosa. Pouco depois de 10 horas chegava o ministro da Viação à repartição da praça Quinze de Novembro para inspecionar as linhas telegráficas; os telefones transmitiam advertências cautelosas; nas redações dos jornais aguardava-se como coisa certa um movimento com ramificações por quase todos os corpos da guarnição e pelas fortalezas da barra. Todos os fatos dos dias anteriores, aos

quais tinha vindo juntar-se a sentença que concedeu a ordem de “habeas corpus” impetrada pelo Sr. Seabra para lhe serem reconhecidos os direitos ao cargo de vice-presidente — pública na véspera — tornavam a atmosfera política excepcionalmente carregada, parecendo impossível evitar aquilo que já a custo de esforços hercúleos vinha sendo apenas protelado. Sublevara-se o forte de Copacabana. Uma vez mais se insubordinara a Escola Militar. Da Vila Militar, acantonamento da maior parte das forças da guarnição, mesmo nos primeiros momentos de incerteza e de confusão, chegavam notícias pouco tranqüilizadoras. Algumas tentativas foram logo sufocadas. A Escola de Aperfeiçoamento foi cercada por tropas legais, quando aderiu à sublevação. Também aderiu parte da aviação. Um contingente de infantaria aumentou as proporções do movimento, lutando com tropas fiéis. Abandonado pelo comandante, prestou sua solidariedade ao motim, acudindo ao apelo do tiro da meia-noite, o forte do Vigia. E a alvorada de 5 de julho surgiu dentro do concerto sinistro de um canhoneio tonitroante. Vasos de guerra, fortalezas, artilheria de assédio arrastada de seus quartéis, antes que despontasse o dia, para ir sitiar a praça sublevada, abriam contra o forte, às 5 horas, o fogo impetuoso que deveria colocá-lo dentro de um círculo infernal de metralha. Durou todo aquele dia o bombardeio. Estalavam

granadas levantando nuvens de fumo, sufocando e amortecendo ímpetos, colhendo vítimas. Resistia heroicamente o forte. Sibilavam projéteis cortando o espaço, sob o olhar aflito da população postada no litoral e nos pontos elevados de onde era possível descortinar o cenário da luta. Viam-se os clarões que abriam relâmpagos lúgubres nas bocas dos canhões. O forte do Vigia não chegou a empenhar-se na ação. Sublevou-se com a oficialidade que ali permaneceu, mas logo pela manhã franqueava a entrada a um contingente de forças legais, na suposição de que se tratava de rebeldes que o iam ajudar na peleja, sendo assim ocupado. Somente à noite foi interrompido o bombardeio, para recomeçar com a mesma veemência na manhã seguinte. O corpo de alunos da Escola Militar havia deixado sua sede para empreender uma marcha em que contava — na mesma ilusão de todos os tempos — com adesões suficientes para lhe assegurar a vitória daquele ideal indefinível, imponderável e vago que o trazia inquieto e febril desde os primeiros dias de regime que tanto ajudou a fundar — mas encontrou também, para interceptar-lhe os passos, a resistência legal de todas as ocasiões. Lutou com heroísmo e denodo. Combateu com as forças legais até 10 horas da manhã. Foi dominado, vencido. E a mocidade que o constituía dispersou uma vez mais, despojada de sua farda e das armas com que fazia o aprendizado para a defesa

das instituições e da pátria. O forte foi por igual dominado. Cercavam-no, por mar e por terra, legiões aguerridas. Pretendeu condições para uma capitulação. Foram-lhe negadas. Hasteou a bandeira branca na manhã de 6, depois de uma hora de fogo. Finda a luta, ia o presidente visitar nos hospitais os feridos, comovendo-se diante de tanto denodo, de tantos rasgos de heroísmo. O chefe, que deveria descer à frente das forças da Vila Militar para depor o governo constituído, havia desaparecido. Muito depois de passada a refrega, era preso numa casa longínqua do subúrbio, abrigo filial a que se recolhera.

Teria de ser grande imprudência discordar, alguns anos mais tarde, daquele tiro que no fulgor de um clarão, dentro da treva da noite, iniciou a longa série de todos os outros que deveriam suceder-se como elos de uma corrente, abalando aos poucos a sólida estrutura do edifício constitucional do país, aluindo as bases de sua fundação, rasgando fendas em suas muralhas, numa preparação lenta que um dia teria de tornar exequível o assalto definitivo à cidadela até então inexpugnável.

Naquele momento, porém, faltou-lhe por completo o ambiente. Nem encontrou concordância, nem nenhuma espécie de solidariedade. Foi um toque de rebate que ficou sem eco, porque todos quantos o escutaram

deram-lhe uma interpretação muito diversa daquela que através o tempo, e somente à luz deslumbrante e cegadora de uma vitória, deveria ser-lhe atribuída. Para o que ele serviu foi para um movimento muito diverso. Foi para que todos — políticos, governos estaduais, forças armadas indistintamente, e mesmo com o concurso de muitos adversários da véspera — corressem a fortalecer com seu apoio, com sua cooperação material, com o calor de sua solidariedade, o poder contra o qual se voltavam os canhões do forte sublevado. Serviu para levar ao governo a convicção de que não lhe faltava o apoio moral de toda a sociedade na ação repressiva e pronta que opôs à sublevação. E ninguém descobria nesta qualquer outro ideal que não fosse uma nova ilusão daquela mocidade militar sempre arrojada e audaz nos seus sonhos de patriotismo, uma vez mais seduzida pelas tentações da política. Era uma manifestação esporádica, mas de certo modo coerente, daquele espírito de partidarismo que envenenava as classes armadas, infatigável no esforço de convertê-las em fator decisivo do prélio presidencial, capaz de afastar o problema das limitações da órbita constitucional, para lançá-lo no terreno instável e perigoso das aventuras militares. E se se observavam nas ruas agitadas e convulsas umas certas afinidades com o motim, como que exprimindo um anelo coletivo para que aquele estampido fosse um sinal convencional

para uma insurreição de que resultassem a deposição do governo e a conseqüência, tão desejada pelos vencidos nas urnas, que era evitar a ascensão do presidente eleito, as classes que formam o espírito conservador da nação, quantos tinham qualquer soma de interesse a defender e preservar, e sobretudo os homens que, no desempenho ou não de um mandato, militavam no campo febril da política — esses condenavam com a maior veemência a sublevação que vinha abrir um hiato violento na tranqüilidade pública, interrompendo o ritmo da ordem e do trabalho pacífico, e corriam, numa romaria incessante, a levar os protestos de sua solidariedade ao chefe da nação. E acotovelavam-se no palácio do governo com os oficiais de terra e mar, dos de maiores aos de menores gradações, que para o cumprimento do mesmo dever ali se encontravam. É que, “se a juízo dos opositoristas os governos são maus, a limitação de sua vida no tempo por prazo fixo, resolve o problema”. “O erro dos rebeldes consiste, sendo eles uma pequena minoria, em sair de sua função simplesmente fiscalizadora, pretendendo impor pelas armas, em um regime de opinião, o que só as urnas podem decidir”. Tal era o pensamento geral, que por estas palavras tão cheias de exatidão deveria definir mais tarde, num discurso que pronunciava da tribuna parlamentar, um deputado rio-grandense que falava com a

autoridade de “leader” de sua bancada. Era esse deputado o Sr. Getúlio Vargas. Traduzindo a condenação formal da política rio-grandense à sublevação, pronunciava-se logo no dia seguinte aquela “Federação” que foi sempre sua voz e o órgão fiel de seu pensamento. Colocava-se decididamente ao lado da autoridade constituída “na defesa da ordem e das leis”. Num segundo editorial, inserto na edição de 7, renovava sua reprovação — isto é, a reprovação do Rio Grande, a de sua política, a do Partido Republicano e a de seu chefe supremo, Sr. Borges de Medeiros — ao motim militar, e condenando embora, como atos inconstitucionais, o fechamento do Club Militar e a prisão do seu presidente, negava toda e qualquer solidariedade dos elementos políticos que haviam combatido a candidatura Bernardes com aquele movimento. “Para a desordem civil — exclamava com veemência, e por certo interpretando um sentimento geral, porque a oposição federalista mantinha-se toda no campo adverso à Reação Republicana — não contribuirá o Rio Grande. Se ela houver de vir, será contra nossos conselhos, e apesar dos apelos da inconspurcável consciência do nosso partido”. A política rio-grandense “não pode ser, não é solidária com tais processos”. “Dentro da ordem sempre; nunca pela desordem, parta de onde partir, tenda para onde tender” — “lema supremo e inderrocável”.

E quando os dezoito sobreviventes da sublevação, admiráveis naquele momento, como sempre, e em todos os tempos, pela bravura e pelo destemor alucinante com que partiram para o épico remate da luta, vieram oferecer combate às forças que ocupavam o bairro de Copacabana, o adversário que encontraram, o inimigo com o qual tiveram de bater-se, e sob cujos tiros tombaram em lances de heroísmo, encharcando com seu sangue generoso, estuante de mocidade, a brancura das areias daquela praia deslumbrante, foi toda a guarnição militar do Rio de Janeiro, foi todo o exército nacional na expressão coletiva dos seus regimentos e batalhões destacados na capital do país, que no cumprimento de um penoso dever, mas fiéis aos princípios da disciplina e aos mandamentos da lealdade, ali se achavam, de armas em mira, para fazerem respeitada a lei, assegurar a ordem jurídica, manter o domínio da autoridade constituída.

Conseguido esse resultado, e dentro de um sítio de inegável tolerância, do qual serviu-se apenas o governo para apurar responsabilidades e promover a punição dos culpados pela sublevação, sem nenhum sentimento subalterno de vingança ou de perseguição política, voltou-se o interesse geral para as festas do centenário da independência, cujos preparativos entraram a absorver todas as preocupações da

administração. Surgiu, então, naquela vasta faixa de terreno conquistado ao mar, a cidade maravilhosa dos palácios. E cada um destes era um esplêndido mostruário das riquezas industriais, das manifestações da arte, das atividades comerciais, das afirmações do progresso de todas as nações do universo. A exposição internacional do centenário criou um mundo novo dentro da metrópole. A Avenida das Nações, na febre de suas festas, no esplendor de sua iluminação, no deslumbramento feérico de seu conjunto espetacular, transportava para o domínio ponderável da realidade toda a imaginação e toda a fantasia dos contos das mil e uma noites.

Mas no meio daquele rumor de alacridade, rompendo a polifonia daquele tumulto festivo, chegavam aos ouvidos do governo ameaças novas, o sussurro de conspirações que se reatavam, de planos de subversão que se coordenavam com o propósito de impedir pela força das armas o ato constitucional da posse do Sr. Artur Bernardes. Reuniu então o presidente uma noite, num concílio de grande e solene gravidade, todos os membros do governo e os “leaders” políticos que chefiavam a corrente da maioria, com o fim de submeter a delicada situação a um exame que valesse por uma advertência. As informações claras e francas que prestaram nessa reunião os dois ministros das

pastas militares — o Sr. Calógeras, da Guerra, o Sr. Veiga Miranda, da Marinha — foram verdadeiramente alarmantes. Nenhum dos dois julgava-se habilitado para poder responder pela fidelidade das corporações de que eram chefes. Conseqüentemente, nenhum dos dois sentia-se habilitado a responsabilizar-se pela integridade da ordem. O exército, como a marinha, eram em sua grande maioria inteiramente infensos ao advento do presidente que deveria assumir o poder a 15 de novembro daquele ano. O Sr. Epitácio Pessoa, diante daquele quadro inquietante, sugeriu uma composição. Tentou o afastamento do Sr. Artur Bernardes por meio de uma renúncia, para dar lugar à eleição de um candidato que conciliasse as classes armadas. O Sr. Álvaro de Carvalho deixou a sala da reunião e foi ao telefone comunicar-se com o Sr. Washington Luís, que dos Campos Elísios deu-lhe uma resposta inteiramente contrária à sugestão. Não mais havia em causa um candidato, mas um presidente eleito e reconhecido. A atitude de S. Paulo — numa frase sua que fez época — era, naquele episódio, “definida e definitiva”. Foi rejeitada a lembrança. O sítio, já prorrogado até o dia 31 de dezembro, facilitaria a posse. O presidente havia tido escrúpulos em servir-se da autorização, que lhe fora outorgada no primeiro decreto legislativo, para estender a medida além do primeiro período de trinta dias em que ela

deveria vigorar, e pediu ao Congresso que tomasse a iniciativa da prorrogação, tirando desse modo ao ato qualquer suspeita de inconstitucionalidade.

Conformou-se o Sr. Epitácio Pessoa com o insucesso de sua planejada mediação, e uma vez que as conjuras envolviam por igual o governo vindouro como o seu próprio, limitou-se, daí por diante, a cumprir o dever de assegurar por todos os meios a conservação da ordem, aceitando com a corrente política que representava o futuro uma solidariedade que se manifestou por um ato de inequívoca significação.

A política pernambucana havia entrado num período de calma, tendo-se harmonizado, dentro de um acordo honroso, todas as correntes em campo. O Sr. José Henrique renunciou o mandato que já lhe havia sido conferido, aquiescendo todos em adotar um novo candidato de conciliação que foi o Sr. Sérgio Loreto, juiz seccional.

Vaga como se achava, em consequência do desaparecimento do chefe maranhense a quem fora renovada a investidura, aquela vice-presidência que se tornara o pomo de discórdia que quase havia convulsionado o país, resolveram os líderes da corrente vitoriosa outorgar ao Sr. Epitácio Pessoa a iniciativa de indicar um nome

de sua simpatia, depositário de sua confiança, para ser submetido ao apoio geral. Esse nome foi o do Sr. Estácio Coimbra.

Era o alvo pendão da paz e da concórdia que se alçava nos campos da política, até bem pouco crepitando no fogo aceso das competições e da disputa de interesses.

E daí por diante, sob o olhar vigilante da polícia do desembargador Geminiano da Franca, que para ir vestir a toga de ministro do Supremo Tribunal era substituído em seu posto, pouco antes do findar aquele período governamental, pelo 1.º delegado auxiliar, Sr. Faria Souto, continuou na Avenida das Nações a série de noites maravilhosas, ao mesmo tempo que fervia nos quartéis o fermento da agitação partidária.

Não quis o Sr. Epitácio Pessoa deixar o poder sem expor ao exame de alguns olhos insuspeitos, submetendo o grande empreendimento à observação de alguns técnicos cuja opinião valesse por um julgamento respeitável, as obras já tão malsinadas pelas críticas, empreendidas no nordeste contra as secas.

A 22 de dezembro, quando já não era governo o responsável pela grande iniciativa, regressou de sua inspeção aos lugares onde se executava o vasto plano de trabalhos a comissão nomeada para aquele fim. Apresentou seu relatório ao

governo, mas já numa breve entrevista jornalística havia o general Cândido Rondon, um de seus membros, sintetizado em poucas e expressivas palavras as impressões que trouxe da região, que havia visitado pela primeira vez, e das obras que viu. Manifestava-se admirado de uma como de outras. Interrompê-las, seria grave erro. Se se tratasse, apenas, de salvar as populações flageladas pelo fenômeno climatérico, seria mais aconselhável removê-las para outros pontos. Tratava-se, porém, de salvar também uma região prodigiosa. Maravilhou-se diante de sua fecundidade quando banhada pelas chuvas, citando a facilidade com que germinava e produzia o algodão, da melhor qualidade. Considerava, pois, as obras não apenas de um grande alcance humanitário, mas também de inapreciável valor reprodutivo. Estavam muito adiantadas, e precisavam prosseguir. Dos sete grandes açudes projetados, estavam prontos cinco, e dois muito adiantados. Abriam-se estradas, ativavam-se trabalhos de barragens. As críticas feitas aos dispêndios avultados que já custavam, somente num ponto poderiam parecer procedentes: no fato de se ter atacado de uma só vez obras de tamanha importância, trazendo portanto sua extensão despesas proporcionais.

Nenhuma defesa melhor, nem mais digna de ser acatada, e se tudo aquilo tinha de vir a constituir fundamento para a condenação de um

governo, por certo não caberia nesse resultado a maior soma de responsabilidade àquele que se lançou em empreendimento de tal vulto, mas aos que teriam de deixá-lo ao abandono.

O grande e antigo mal do Brasil: a falta de continuidade na ação administrativa dos governos que se sucedem. Dir-se-à que já se firmou, como um hábito, a prática de desfazer um governo novo tudo quanto fez seu antecessor, e como um quadriênio é um período relativamente curto e insuficiente para a execução integral de um programa, temos vivido, em todos os domínios da administração pública, de experiência em experiência. Parece, por outro lado, fazer parte do programa de todos os governos, o propósito de não cooperar nunca para a glória do poder que se extingue...

Não podia deixar de ter despendido muito um governo que teve de acudir a tantas solicitações de caráter representativo. O Rio de Janeiro foi um centro para onde convergiu o interesse universal durante as celebrações do centenário. Recebeu e hospedou missões diplomáticas especiais numerosas e brilhantes, homens de governo, figuras de grande projeção internacional como, por exemplo, o Sr. Charles Hughes, secretário de Estado da União Americana, e o Sr. Antônio José de Almeida, presidente da República de Portugal, vasos de guerra estrangeiros, a Escola Militar do

México, o legado de Sua Santidade o Papa, e bastariam as necessidades impostas pelo acolhimento devido a todas essas personalidades para aumentar por forma considerável as cifras de tais dispêndios.

Foi, nos aspectos normais da administração, um governo de grandes realizações e de iniciativas inteligentes. Acudiu com incessante solicitude a vários problemas de real interesse nacional, como os que mais de perto se referiam à defesa militar, ao saneamento das populações do interior, aos serviços de transportes. Fez, para custeá-los, emissões de apólices e contraiu empréstimos que representam somas de vulto e encargos pesados para o erário público. Transmitiu-os ao futuro, e nem poderia deixar de fazê-lo. É uma defesa de que se incumbe a própria transitoriedade do poder. Disse-o no documento em que fez a exposição final de sua administração: “Algumas dessas despesas não era justo que ficassem a cargo de uma só geração, desde que muitas gerações iriam delas beneficiar”. Contraiu, em dólares, um empréstimo de 50 milhões sem destino especial, outro de 9 milhões para a liquidação da valorização do café, e um terceiro de 25 milhões, para um fim que nunca se objetivou — o serviço de eletrificação da Central do Brasil. Os cuidados que dispensou ao café trouxeram para esse produto, de tão acentuada preponderância nos índices da riqueza

econômica do Brasil, uma situação de grande prosperidade, tornando-se sua administração, nesse particular, das mais benéficas. Duas construções valiosas para a capital do país fizeram-se na vigência de seu governo: o palácio da Justiça e a nova sede da Câmara dos Deputados, uma e outra solicitadas, desde muito, pelo próprio decoro dos dois poderes que tinham de abrigar. O material adquirido para o exército, os sessenta e um quartéis construídos para a tropa em vários pontos do país, e os numerosos serviços e melhoramentos que assinalaram as atividades da pasta da Guerra, marcaram com traços inapagáveis a gestão do ministro civil a cuja capacidade foi ela confiada. Foi por igual das mais fecundas a ação com que assinalou seu governo o departamento da Viação e Obras Públicas. Foram construídos 1.200 quilômetros novos de estradas de ferro, ficando muitos outros centenares com trilhos já assentados ou com o leito preparado. Por encampação ou compra foram adquiridos mais de 1.150 quilômetros, e antecipada a incorporação de 1.530, o que equivale a um acréscimo, durante esse período governamental, de 4.800 quilômetros de linhas em tráfego na rede das vias férreas nacionais. Além de uma série de empreendimentos de imediato interesse, foram construídos cerca de 4.000 quilômetros de linhas telegráficas, realizando-se obras de melhoramentos nos portos

do Rio de Janeiro, Florianópolis, Laguna e Itajaí; foram acrescentados 82 quilômetros de canalizações adutoras d'água na Capital Federal; construídas sedes novas para os serviços postais e para agências telegráficas em várias cidades. As obras contra as secas já apresentavam, dois meses antes da terminação do governo, um acervo de serviços em que se incluíam 492 quilômetros de vias férreas em tráfego, 205 açudes, 14 tanques, 220 poços perfurados, e vastas extensões de estradas. Foi criado na pasta da Agricultura o serviço de algodão, construíram-se vários patronatos agrícolas, numerosos silos, estabelecimentos de proteção aos índios.

Dentro dos contrastes em que se moveu, foi um governo de empreendimentos, animado por um espírito de renovação e de atividades. Sacudido por um vendava! político, gravitando dentro de um campo trabalhado pelas paixões partidárias de maior exaltação, hostilizado e aplaudido, objeto de críticas veementes, de louvores e apodos, serviu também para a afirmação de uma figura singular de homem de governo, pois com ele nunca deixou de coexistir o esgrimista da palavra, o dialeto para quem uma nota da secretaria do Catete ou uma mensagem ao Congresso ofereciam ensejos excelentes para uma polêmica com o adversário, para um revide incisivo, para uma réplica vigorosa e combativa. Enfim: um estadista nascido e formado para

chefiar uma oposição! E teve sempre, por isso, em alta conta a opinião pública. Nenhum outro homem público com suas responsabilidades tanto se preocupou em dar, quer durante seu governo, quer na sua situação de simples cidadão, explicações dos atos que praticou, e das acusações que se lhe argüiam, defendendo-se com veemência, com clareza de minúcias, não permitindo jamais que, com seu silêncio e sua indiferença, corressem por sua conta fatos que pudessem, sob qualquer aspecto, prejudicá-lo no conceito geral.

E, se nem sempre conseguiu o resultado desejado, nunca deixou, pelo menos, de manifestar a firme e honesta intenção de o alcançar...

XX

Fora da lei, para defender a legalidade

Estava desbravada a estrada que deveria romper, em direção ao poder, o automóvel triunfal do novo chefe da nação.

Mas antes que soasse aquela hora de fastígio, quanta conjectura, quanta fantasia, quanta versão inquietante!

Não manteria sua candidatura diante da fúria destruidora daquela oposição de tão rara veemência. Manteve-a! Não viria ao Rio de Janeiro para ler sua plataforma. Veio! Não seria eleito, Foi! “Não será reconhecido”. Foi! “Não desembarcará”. Desembarcou! “Será assassinado”. Não foi! “Não tomará posse, porque nem o povo nem o exército o permitirão”.

Daquele momento em diante teria de variar, mas nunca extinguir-se, a fecundidade das conjecturas. Não governaria; seria deposto; não iria até o fim do quadriênio; renunciaria e partiria para a Europa antes de terminar o mandato.

O ato que se realizava a 15 de novembro de 1922 reclamava, por todos os motivos conhecidos, providências excepcionais, destinadas a preservar devidamente a pessoa do Sr. Artur Bernardes, em torno da qual tumultuavam paixões, rugiam ódios, fervilhavam despeitos, ardências de vingança, instintos destruidores. A providência que se havia afigurado como a mais recomendável era a de transferir do edifício do Senado para a sede provisória da Câmara a cerimônia do compromisso, que desde o começo do regime se efetuava no antigo paço da rua do Areal. Restringir-se-ia, assim, a extensão da área por onde deveria desfilar o cortejo presidencial, tornando mais prático e eficaz o policiamento.

O Sr. Alfredo Elis prosseguia, com a tenacidade de sempre, na campanha que alimentava para que se desse ao Senado uma sede condigna. Era uma preocupação obsedante. A Câmara, desde que uma fenda em começo entrava a indicar, em meados de 1914, que a argamassa da Cadeia Velha pagava seu tributo à ação destruidora do tempo e prenunciava um perigo, senão imediato, ao menos remoto, para a integridade física da soberania nacional, havia arrumado sua bagagem e mudara-se para o Monroe. O Monroe, construído sobre a estrutura metálica do antigo pavilhão brasileiro na exposição de São Luís, nos Estados Unidos, era

uma casa sem aplicação nem destino certo. E quando se aproximava a exposição do centenário, dali resolveu o governo retirar a assembleia legislativa provisoriamente instalada em seu recinto, para convertê-lo num dos pavilhões do certame internacional. Os deputados foram legislar naquele retiro de meditação e estudo que é a Biblioteca Nacional, ocupando toda sua ala direita, enquanto se começava a pôr em execução o plano de edificar no mesmo local da prisão colonial da rua Misericórdia o palácio suntuoso que lá teria de plantar a iniciativa do Sr. Arnolfo Azevedo.

Não era o sonho do Sr. Alfredo Elis, mas era igualmente muito grande a necessidade de se proporcionar um pouso certo à assembleia legislativa que pela segunda vez teve de pôr as malas às costas para se mudar... O Senado encontraria, mais tarde, depois de uma remodelação toda marcada com os traços do bom gosto do Sr. Estácio Coimbra, uma casa definitiva — pelo menos para o tempo que lhe restasse de sua longa existência — dentro daquele mesmo palácio Monroe que não tinha utilidade nem aproveitamento certos...

Foi na Ala Direita que se efetuou a solenidade da posse do novo presidente. Entre fileiras de tropa constituída pelas unidades mais dignas da confiança do governo, e dentro de uma vigilância

policial que vinha sendo ensaiada nos últimos meses com rigores inflexíveis, saiu o cortejo do palacete da rua Senador Vergueiro onde se hospedava o presidente eleito, desfilou pela amplidão descortinada da avenida Beiramar, transpôs o pequeno trecho da artéria principal da cidade, até a casa dos livros, e dali voltou no seu ritmo solene, sob a hipertensão da curiosidade pública, recebendo as continências da tropa, entre as vibrações do hino nacional, nas fulgurações dos sabres nus e das espadas desembainhadas, no tropel dos corcéis dos dragões da escolta, para penetrar, afinal, naquele lendário Palácio das Águias onde as irreverências de uma canção vulgarizada viviam clamando que ele, o “Seu Mé”, não havia de pôr o pé...

A maior das dificuldades da organização ministerial do Sr. Artur Bernardes estava, sem dúvida, na pasta da Guerra. O quartel-general teria de ser, muito mais do que os palácios dos governadores e as bancadas da maioria parlamentar, o apoio e o sustentáculo de seu governo, por isso mesmo que a agitação de caráter militar fomentada e alimentada pela carta falsa representava, para ele, o mais sério e imediato dos perigos. Dos políticos nada poderia haver a temer. O desejo maior dos mais rubros adversários da véspera era encontrar um atalho qualquer por onde pudessem chegar a uma

reconciliação, animados todos pelo propósito de aderir. Era, afinal, o poder nascente!

O presidente havia, desde muito, escolhido o general que teria de ser seu ministro da Guerra. Era o comandante da 4a. região, sem dúvida um dos chefes militares de mais brilhante fé de ofício, com prestígio na classe e a tradição de uma grande habilidade política. Mas tinha o general Setembrino de Carvalho um competidor muito sério no comandante da 1a. região. O general Carneiro da Fontoura tinha sido a alma da resistência nos momentos mais perigosos para a candidatura do presidente de Minas. Oficial sem cultura, mas um chefe de autoridade real sobre a tropa que comandava, sua preterição poderia trazer perigos muito sérios para o novo governo. Era o candidato dos inferiores do exército à pasta, e no seio dos corpos da guarnição era corrente que se produziria uma revolta de grandes proporções caso não fosse ele o escolhido.

Viu-se então o presidente na contingência de incorrer no grande erro inicial: interromper a velha prática de entregar a um magistrado com tirocínio no trato do direito e das leis a gestão dos serviços policiais da capital do país, para confiá-la ao soldado a quem devia sua causa todos aqueles assinalados serviços que ninguém desconhecia.

O futuro teria de demonstrar a extensão de tal erro.

Esperava-se que o Sr. Artur Bernardes trouxesse para o poder os propósitos de conciliação que anunciou em sua plataforma, ao declarar que o presidente esqueceria os agravos recebidos pelo candidato, e daí a impressão de que se apressaria em suspender o estado de sítio sob cuja vigência se empossou, e que deveria estender-se, no Rio de Janeiro e em Niterói, até o último dia daquele ano.

Encontrou o novo governo o país em condições particularmente delicadas. Péssima a situação cambial, o “déficit” elevado ao seu máximo, ultrapassando de 200.000:000\$ com o gravame que trouxe para o desequilíbrio da receita com a despesa o acréscimo de cerca de 140.000:000\$ decorrente do aumento dos vencimentos do funcionalismo civil e militar — a chamada “gratificação da fome” — resolvida, afinal, pelo governo anterior depois da recusa inicial. Mas foi o setor político que monopolizou todo o interesse público logo nos últimos dias de dezembro. Todos os olhares voltavam-se para o outro tado da baía. Niterói ia, uma vez mais, representar seu papel. Ali estava, talvez, a condicional da suspensão ou da prorrogação do sítio. E no dia 24 de dezembro pronunciava-se um sintoma de grande expressão para o

momento. Enviava o presidente ao Congresso uma mensagem na qual o informava de que havia no Estado do Rio duas assembleias legislativas disputando o caráter de legitimidade. Recebera um documento firmado pelo Sr. Horácio de Magalhães, presidente de uma, e secretários, pedindo-lhe providências para o seu funcionamento sem coação por parte do governo, que amparava a perturbação causada pela outra, presidida pelo Sr. Arthur Costa. Também recebeu do Sr. Feliciano Sodré, e o juntava à mensagem, um ofício em que invocava ele sua qualidade de presidente do Estado, reclamando contra a perturbação de sua posse pela “de outro cidadão que o partido situacionista intentava colocar no governo”. Competindo ao Congresso o exame da questão — concluía a mensagem — entregava-o ao seu julgamento, pois somente em sua ausência poderia o executivo resolvê-la.

Comunicava pouco depois, numa segunda mensagem, que o Supremo Tribunal havia concedido uma ordem de “habeas corpus” ao presidente de uma das parcialidades — o Sr. Raul Fernandes — a fim de poder tomar posse de seu cargo livre de qualquer constrangimento, declarando que o governo faria cumprir a decisão judiciária, embora continuasse a pendência afeta à deliberação definitiva do Congresso.

Estava, nestes termos, e com todas as suas presunções constitucionais, exposta a trama do destino político que se preparava, ainda dentro da campanha presidencial, para a província do Sr. Nilo Peçanha. Estava definida, com todas as aparências legais e jurídicas, a figura da duplicata de poderes. Daí por diante, era fácil compreender qual seria o desenlace daquele novo capítulo da agitada história da política fluminense. Não havia, no processo, nenhum sinal de novidade. Era velho. Inaugurava-se em 1893 em Goiás, onde se estabeleceu uma dualidade de governos, considerando-se cada qual o legítimo. Seguiu-se, no mesmo ano, uma duplicata de assembleias legislativas em Alagoas — berço de Deodoro e de Floriano, berço da República... Na Bahia, em 1895, funcionava a Câmara estadual numa duplicata curiosa: ambas no mesmo edifício; uma numa sala, noutra sala a outra!

Era, pois, um velho instrumento que uma vez mais ia funcionar como um recurso usual de ajuste de contas partidárias. A oposição fluminense, vitoriosa com a causa que abraçara, tinha de ganhar a partida também no terreno local. O Sr. Artur Bernardes, álgido no preparo de suas decisões, animou aquela tentativa, feita dentro do reduto de seu adversário, e já agora precisava aproveitar-lhe os resultados. Trazia ressentimentos que a dureza da peleja e a

brutalidade de seus processos por certo não permitiam que amortecessem. Conquistaria, com o complemento do plano, uma garantia que sem a posse do território fluminense, e daquela preciosa chave estratégica que é Niterói, tornar-se-ia sempre deficiente e precária, e aniquilaria uma política que fora a usina geradora de toda a formidável agitação dentro da qual redemoinhou, como se estivesse sob o domínio de um furacão infrene, sua candidatura a tanto custo vitoriosa.

E no derradeiro dia daquele ano, era a cidade invicta teatro de uma outra cena parecida com aquelas que ali se tinham desenrolado como epílogos de outras agitações políticas suscitadas pela conquista do palácio do Ingá. Garantida pela força federal posta pelo governo à disposição do juiz seccional encarregado de fazer respeitada a decisão judicial que o protegia, tomava posse do cargo de presidente do Estado perante o Tribunal da Relação, num ato cercado de toda a solenidade, o Sr. Raul Fernandes. No mesmo dia, e à mesma hora, declarava-se empossado nas mesmas funções perante a assembléia em que se apoiava seu mandato, para esse fim reunida no edifício particular onde se nucleara como dualidade do poder legislativo fluminense, o Sr. Feliciano Sodré.

O mandato em que se investia o Sr. Raul Fernandes era, porém, tão precário como o do seu

competidor. Envolvido na conjura que o governo federal acariciava e alimentava, e que se concertara demorada e pacientemente como um programa friamente calculado, o poder que ele representava teria de perecer de inanição. Empossado pela simples necessidade de se ter de prestar obediência ao ato judicial que o amparava, e dispensada por aquele magistrado, logo a seguir, a força que o tornava efetivo, viu-se inteiramente incapaz de exercer seu governo, diante da completa carência de elementos indispensáveis para fazê-lo por forma real. Mandava, e não encontrava quem lhe cumprisse as ordens. Abandonou-o a força policial, campeando nas ruas a desordem. Câmaras Municipais caíam no interior, umas em seguidas a outras, como castelos de cartas que um sopro derrubasse. Os funcionários e agentes que nomeava, não logravam tomar posse de seus cargos.

Na mensagem de 23 de fevereiro, que redigia para enviar ao Congresso, descrevia-lhe o Sr. Artur Bernardes essa situação, informando-o de que a ordem judicial havia sido fielmente cumprida. Empossara-se o presidente sob a proteção do remédio judicial, mas não tinha meios nem recursos de espécie alguma para se fazer respeitar, nem tornar efetiva sua investidura. Não conseguiu que a força policial prestasse-lhe o acatamento e a obediência

indispensáveis, não podendo servir-se dela como instrumento destinado a manter a ordem e impor sua autoridade àqueles que se recusavam a reconhecê-la.

Assim sendo, não era lícito ao governo federal assistir como expectador impassível ao espetáculo de desprestígio do poder público, numa franca dissolução do regime federativo. E como o poder a quem fora entregue a solução do litígio houvesse encerrado seus trabalhos sem tempo de dá-la, resolveu intervir no Estado anarquizado pela pendência política, nomeando um agente de sua confiança para restabelecer ali a ordem constitucional e material perturbada, governando provisoriamente o Estado enquanto não fosse aplicado um remédio definitivo à anomalia.

Falava-se vagamente, naquele começo de ano, e quando se aproximava a hora de se reabrirem as portas das duas casas legislativas, na fundação de um partido em que o Sr. Nilo Peçanha congregasse, para combater o governo, todos os elementos que haviam constituído a Reação Republicana, mas o fato é que já muito antes de 15 de novembro havia a política rio-grandense feito sentir que negava todo e qualquer apoio a tal iniciativa, sendo o Sr. Borges de Medeiros e todos os seus correligionários os primeiros a abandonar os arraiais da Reação Republicana — pela palavra de ordem emanada

de um artigo da “Federação” — sem embargo de ter sido seu nervo, seu cerne, a própria razão de sua existência.

E no começo daquele 1928, de toda aquela oposição que parecia preparada para cair como um ciclone sobre o governo, nenhum sinal existia.

O chefe fluminense contemplava, dentro de um completo abandono, os escombros de seu velho edifício...

A 1.º de março daquele ano extinguiu-se em Petrópolis a grande luz que durante mais de meio século iluminou a estrada do direito, da justiça e da liberdade, num esforço infatigável e contínuo para orientar os passos da nação na claridade desse rumo.

Extinguiu-se num crepúsculo sereno, quase sem desmaio, e sem transição para a treva perpétua. Com o seu nome rutilante, que parecia emanar do céu como uma dessas faíscas cegadoras que traçam sulcos de fogo na escuridão e descem para fender o tronco do carvalho na floresta, confunde-se e identifica-se toda a história pátria desde o momento em que surgiu no campo onde se ferem as justas da política e da inteligência, naquela velha e gloriosa província que deu ao Brasil o primeiro Rio Branco,

Cotegipe, Dantas, Amfilóquio, Zama e tantas outras cerebrações inconfundíveis de estadistas, parlamentares, oradores e publicistas, o adolescente que assombrou o país com as primeiras manifestações de seu gênio. Todas as campanhas que se travaram no Brasil desde os últimos anos do segundo império, até à hora em que o imobilizou no leito a enfermidade que deveria arrebatá-lo à vida, e que pretendessem a vitória de uma idéia elevada de interesse nacional ou da humanidade, tiveram a orientá-las a palavra evangelizadora e oracular de Rui Barbosa, com quem, por isso mesmo, integrou-se a pátria de modo tão completo, que ele se tornou, por vezes, sua própria imagem personificada e viva.

A emancipação dos escravos; a educação do povo no amor e no respeito ao direito e à lei; a verdade do voto, o predomínio do regime civil, a elaboração dos códigos e de toda a nossa legislação, a começar por esse monumento de liberalismo e de sabedoria que é a constituição de 24 de fevereiro; o combate à prepotência e ao arbítrio, partisse de onde partisse; a defesa empenhada e calorosa de todos os oprimidos: o apostolado constante da justiça: a coragem cívica como norma permanente de ação na prática de todas as virtudes que formavam a essência de sua individualidade — eis as etapas sucessivas e constantes, eis os traços principais daquela

existência incomparável, que acabava de finar-se numa agonia de pássaro.

As paixões que seu espírito de incansável combatividade suscitou nos momentos mais acesos das campanhas de que foi gladiador invencível — pois mesmo naquelas de que saiu vencido nunca deixou de ganhar a vitória moral, que era sempre a que mais o interessava — serenaram por completo desde aquele momento, para serem substituídas por um sentimento de unânime admiração e universal consternação. Não mais podia haver, desde a hora de luto em que partia para a grande e derradeira viagem de onde ninguém regressa, nem reticências nem restrições no julgamento de seus atos, na apreciação de sua obra doutrinária, do valor perseverante para servir de um modo elevado e nobre sua pátria.

E serviu-a e honrou-a no próprio exílio, no momento de lutas e convulsões intestinas em que teve de emigrar para outras terras. Em Buenos Aires, em Lisboa, em Londres, em todos os lugares por onde peregrinou por ocasião da revolta da esquadra de 1893, foi um admirável mensageiro da inteligência e da cultura de seu país. Suas famosas “Cartas da Inglaterra” ficaram imperecivelmente ligadas a um dos mais célebres processos da história, porque foi, ao escrever a primeira, datada de 7 de janeiro de 1895, a

primeira voz que se ergueu em defesa de Dreyfus, associando perenemente seu nome ao de Zola na cruzada humana, generosa e sublime que tinha por escopo arrancar da ignomínia o grande inocente que uma condenação de clamorosa e iníqua injustiça arremessara ao inferno da ilha do Diabo.

Para definir seu devotamento, sua nobre paixão pela justiça, basta lembrar que a maior emoção de sua vida — conforme o confessou uma vez — foi quando, defendendo perante o Supremo Tribunal a ordem de “habeas cor pus” em favor dos presos que Floriano encarcerou ou desterrou em consequência dos fatos de 7, 10 e 12 de abril, encontrou-se diante da figura veneranda de Pisa e Almeida, o único voto favorável que logrou seu apelo. Tentou, perturbado, beijar a mão ao homem que naquela ocasião salvou de soçobrar sua esperança na justiça, e aquele instante fez-lhe lembrar o que disse Henrique de Guise quando, ao expulsar de Paris Henrique III, foi por esse seu ato severamente exprobadado pelo primeiro magistrado de França, Aquiles de Harlay: “Tenho me achado nos combates, nos assaltos, nos encontros mais perigosos do mundo; e nunca me senti comovido como em presença deste personagem!”

Não se mostrou Rui Barbosa decadente em nenhuma situação de sua velhice gloriosa.

Grande atravessou a existência, grande morreu. Ouví-lo falar, ler o que escrevia na fase derradeira de sua vida, era sentir as mesmas emoções que sua palavra, os períodos lapidares que eram a revelação de sua genialidade, comunicaram em todas as épocas às almas sensíveis às criações da beleza suprema e perfeita.

Não arrefeceu nunca sua ânsia insatisfeita de cultura, de conhecimentos novos, de aperfeiçoamento; era, por isso, ininterrupto e contínuo seu convívio com os livros. Na última e grave enfermidade que um ano antes de morrer prostrou-o no leito, burilou duas jóias: a saudação que dirigiu aos jangadeiros que numa frágil e rústica embarcação cortaram a superfície do oceano e vieram do Ceará à baía de Guanabara, e a carta com que agradeceu ao Sr. Epitácio Pessoa o convite, que lhe mandou quando presidente, para receber a seu lado as embaixadas e missões especiais que deviam apresentar suas homenagens ao Brasil na data do centenário da independência.

Pretender que um artífice mental como esse fosse compreendido por todos, e desfrutasse uma popularidade que vivesse a rebentar em manifestações atordoadoras pelas ruas, sempre que de sua presença se apercebessem as turbas, seria um absurdo e seria, para ele, um supremo incômodo. Deu-se isso por ocasião da campanha

civilista. Produziu esse estado d'alma no povo a causa política que ele defendia com os ardores de uma combatividade inexcedível, e com a força dominadora de sua palavra.

A admiração popular serena, respeitosa, cultual, essa nunca o deixou, e quem se propusesse a deduzir dessa cessação de rumores festivos à sua passagem que ele já não era o mesmo homem amado, a mesma expressão dos anelos e dos ideais de todo um povo, ou falseava a verdade, ou não sabia observar.

Durante a guerra, quando soube traçar com aquela visão oracular o rumo que a índole, as afinidades e os interesses do Brasil estavam a indicar-lhe, a popularidade estrugiu em torno do grande varão com os estos de apoteoses indescritíveis.

Faziam-lhe bem essas demonstrações. Traziam-lhe sorrisos doces e suaves que lhe iluminavam a fisionomia, animavam-lhe o espírito, provocavam-lhe expansões jubilosas.

Quando era alvo de manifestações memoráveis como as que lhe tributaram, por exemplo, Juiz de Fora e São Paulo na última campanha política em que disputou a eleição ao Sr. Epitácio Pessoa, transformava-se. Transmitindo suas impressões a amigos que o não haviam acompanhado nessas excursões e

não haviam testemunhado esses espetáculos magníficos, falava com vivacidade, lamentando que não tivessem estado a seu lado em tais ocasiões. “Não pode imaginar o que foi...” E invocava testemunhos de pessoas que tudo viram e a tudo assistiram, como que para provar que não exagerava, não deturpava a verdade.

Vaidade? Não. Apenas a satisfação natural e humana de quem se sentia amparado e apoiado por essa força poderosa que é, nas democracias, a opinião pública, o povo nas expansões exuberantes em que pode exprimir com liberdade suas preferências, seus sentimentos, sua vontade suprema.

Quem não o conhecia senão através de versões mais ou menos lendárias, em que o traço verdadeiro de sua personalidade era substituído por traços caricaturais desfigurados, imaginava-o completamente diverso do que era no trato íntimo, no convívio afetivo.

Dir-se-ia que a simplicidade da linguagem, a quase timidez para falar por forma a deixar seu interlocutor em situação inferior, o propósito constante de nunca fazer praça de sua erudição onímoda nas suas palestras com amigos e com personalidades de todos os vultos, nacionais e estrangeiras, que recebia em sua casa, em audiências pedidas e previamente marcadas com

proporções a que talvez não atinja, por vezes, o palácio de um chefe de Estado, não se poderiam conciliar com um homem como Rui Barbosa, mas esse era precisamente um dos aspectos mais insistentes de seu feitio.

Tanto sabia ser atento e solícito com o homem modesto e singelo do interior que exprimira o desejo de ir vê-lo e cumprimentá-lo em sua casa, sentir o perfume daquele vasto relicário que era a sua biblioteca, como com o estrangeiro eminente que não queria deixar o território brasileiro sem ter ido levar suas saudações e suas homenagens ao portador do nome rutilante que o mundo inteiro conhecia e admirava,

Nas ruas, em caminho das livrarias que visitava todos os dias, ou em busca de um programa de cinematógrafo que lhe parecesse mais sugestivo ou em que figurasse algum artista de sua predileção — pois que todos conhecia e de todos sabia os méritos na arte então muda de representar para a tela — detinha-se bondosamente nas calçadas para receber as homenagens de quantos o faziam parar para saudá-lo, não consentindo jamais que ninguém mantivesse a cabeça descoberta.

Por seu lado, tantas eram as saudações a que tinha de acudir que seu gesto, para correspondê-

las, tinha de se limitar a um pequeno movimento ascensional do braço direito, até tocar ligeiramente o chapéu com o indicador e o polegar. Mais não lhe seria possível porque a fadiga teria de dominá-lo pouco depois de começar a caminhar pelas ruas...

Como político militante que sempre foi, não poderia pretender esse homem, sem dúvida a expressão mais forte e poderosa de opinião pública que o país já reconheceu, e que só em Venizelos, na Grécia, teve num dado momento um paralelo, estava sujeito às oscilações a que as circunstâncias e as eventualidades subordinam situações como a sua; mas a realidade é que, sem reunir em torno de si uma unanimidade absoluta de opiniões, combatido hoje por aqueles que ontem o alçavam às culminâncias de um altar, nenhuma atitude que porventura assumisse deixou nunca de ter uma repercussão intensa em todas as camadas sociais, servindo invariavelmente suas opiniões e sua palavra para abrir caminhos novos nas consciências, desfazendo dúvidas, restabelecendo a verdade sacrificada, redimindo vítimas de injustiças, iluminando os espíritos julgadores, castigando lesadores de direitos, orientando a nação, fazendo-se escutar sempre com a autoridade de um patriarca e de um evangelizador que não tem outro móvel a inspirá-lo senão servir com lealdade seu país e seus concidadãos. Deu de

tudo isto uma nova e grande prova com o último ato mais hostilizado de sua vida, e que foi uma revelação a mais de sua coragem cívica. Fazendo ouvir sua palavra desapaixorada e serena, cheia de uma firmeza que só dimanava da sinceridade e da convicção, sem se preocupar com particularidades como a de saber se ia agradar ou desagradar, suscitar aplausos ou agressões, e certo, ao contrário, de que estas viriam em maior número do que aquelas, tendo em vista apenas o dever moral de satisfazer a um apelo endereçado à retidão de sua consciência, manifestou sem restrições, com aquele poder de lógica e de persuasão que impregnava todas as suas palavras, que era falsa a carta atribuída ao Sr. Artur Bernardes.

Esse ato, que foi uma de suas últimas intervenções numa contenda de caráter partidário particularmente violenta, não podia reduzir a popularidade, nem o respeito, nem a veneração e nem o culto que lhe consagrava a nação. Veio, ao contrário, demonstrar quanto era digno de todos esses sentimentos, e como crescia cada vez mais, na perspectiva que o crepúsculo da noite infinita já começava a enegrecer, essa figura incomensurável de apóstolo e de semeador de idéias, de guia e orientador, de espiritualismo feito homem, de criador de belezas que hão de viver eternas como aquela obra que Homero

comparou ao bronze que não fenece nem morre através dos séculos.

Vivesse Bossuet, que foi o maior orador e o maior escritor de seu tempo, e por certo se sentiria atraído para pronunciar, à beira daquela sepultura em que se recolheram seus despojos, uma daquelas formidáveis orações fúnebres que consagrou a Henriqueta de França, à duquesa de Orléans, a Condé, a Miguel le Tellier, a Ana de Gonzaga. E só aquele que foi, pelo fulgor de sua mentalidade, denominado a Águia de Meaux, seria digno de fazer o elogio fúnebre desse outro que, pelo mesmo fundamento, mereceu o cognome de Águia de Haia!

O governo do Sr. Artur Bernardes honrou devidamente o morto redivivo, tornando-se, com as homenagens excepcionais que lhe consagrou, um intérprete fiel e consciente do sentimento nacional.

Seguiu o curso normal que lhe havia sido traçado pelos homens e pelo destino político o episódio da sucessão fluminense. O Sr. Raul Fernandes, na sua condição de presidente despojado de seu mandato, havia deixado ao abandono sua cadeira de deputado. O Sr. Feliciano Sodré, indiferente ao desconcerto das

versões que punham em circulação os nomes mais imprevistos como solução para a hipótese, que num dado momento pareceu vitoriosa, de serem afastados do terreno da contenda os dois pretendentes ao palácio do Ingá, esperava tranqüilamente, dentro de uma grande reserva, a hora afortunada que não podia deixar de soar-lhe. Por proposta vitoriosa do Sr. Raul Soares, a figura central em torno da qual gravitava todo o microcosmo político, havia ficado resolvido, desde maio, que seriam anuladas as eleições efetuadas, devendo, portanto, resultar da intervenção, uma renovação completa de todos os poderes. O presidente de Minas deixara temporariamente Belo Horizonte e achava-se entregue à tarefa de orientar aquela como outras questões de palpitante atualidade. Entre estas figurava a luta rio-grandense, esboçando-se com cores carregadas — uma vez mais! — a sucessão do Sr. Seabra no governo da Bahia. E foi como resultado de sua indicação que logo no começo daquela sessão — a última da legislatura — emergia da planície da bancada, onde se achava nívelado aos demais deputados mineiros, despojado de suas antigas divisas, o Sr. Antônio Carlos. Durante a refrega eleitoral, manteve-se sempre recolhido e mudo. Não podia deixar de se considerar lesado naquilo que se lhe afigurava um direito seu... Foi-lhe, por isso, quase hostil. Separavam-no do presidente, naquela ocasião, fronteiras de gelo.

Tão pobre de homens era, porém, no momento, a grande e poderosa bancada, que buscando em seu seio um substituto para o Sr. Bueno Brandão, elevado à dignidade senatorial, foi naquela habilidade melabarística que se fixou o decantado olhar metálico do Sr. Raul Soares. E ei-lo novamente “leader” da maioria, pronto para todo o serviço! Pedisse-lhe o governo não importasse que medida, e sob sua direção dar-lha-ia a Câmara sem nenhuma vacilação!

O sítio havia sido prorrogado de 31 de dezembro até 30 de abril. A 23 desse mês, quando geralmente se esperava e supunha que, resolvido o litígio fluminense, reconduzido o Estado do Rio à disciplina partidária de que se havia apartado para ir lutar pela regeneração nacional, não mais precisaria o governo daquela medida odiosa e antipática, apareceu o decreto que a estendia — consagrando como prática digna de exemplo o precedente abusivo — por todo o período da sessão legislativa, até 31 de dezembro, “a contragosto, mas em defesa dos altos interesses nacionais,” conforme o declarou em sua mensagem o presidente, “Não seria possível — aditava a propósito — que as forças produtoras do país, seu crédito interno e externo, a obra benemérita da reorganização das forças armadas, a necessidade de nossa reorganização financeira, as exigências do nosso progresso econômico e a nossa cultura política,

continuassem à mercê dos perturbadores contumazes, confiados na excessiva benignidade das nossas leis e no visceral sentimentalismo de nossa raça”.

Em mensagem especial deu conhecimento ao poder político, a quem já havia entregue o exame da questão, dos acontecimentos com que terminara o ano findo em Niterói. Informou que fora posta a força federal à disposição do juiz seccional incumbido da execução da ordem, e que com as garantias dadas tomou posse o Sr. Raul Fernandes. “Ao mesmo tempo o presidente da outra parcialidade tomava posse perante uma das assembléias e entrava em exercício. A dualidade de assembléias e presidentes, atribuindo-se cada qual a legalidade do exercício de suas funções, criou um sério conflito, pelo que reclamava providências imediatas. Daí o incêndio das paixões que se alastrou pelo interior, sendo várias Câmaras Municipais depostas pelas populações. A Força Policial desertava do quartel para se apresentar ao comandante do 2.º de caçadores, desconhecendo a autoridade dos governos rivais”. Nessa emergência, “urgido pela necessidade de garantir a ordem no Estado” resolveu intervir. “Decretada a intervenção, cessou de pronto a anarquia, acalmando-se os ânimos, restabelecendo-se a ordem com a autoridade do interventor”.

Assim, o que restava ao Congresso, como um dever constitucional de correligionário do governo que durante sua ausência praticou tal ato, era apenas legalizar com sua aprovação aquela situação de fato.

Paralelamente com esse episódio, corria o do Rio Grande do Sul.

Para o quadriênio 1923-1928 havia o Partido Republicano resolvido reconduzir à cadeira presidencial o Sr. Borges de Medeiros. Seria sua quarta reeleição. Os grupos oposicionistas, fatigados de tão duro e demorado domínio, e animados pelas esperanças que não poderia deixar de trazer-lhes o advento do Sr. Artur Bernardes ao poder, fundiram-se na Aliança Libertadora e lançaram-se no prélio eleitoral com a candidatura do Sr. Assis Brasil.

Travara-se o pleito a 25 de novembro do ano findo, numa atmosfera de grande exaltação. Foi proclamado eleito o Sr. Borges de Medeiros, mas com esse resultado não se conformaram o Sr. Assis Brasil e seus correligionários, apelando para um tribunal especial, sob o fundamento de considerar suspeita para proceder ao julgamento das eleições a Assembléia dos Representantes, toda constituída de partidários da política situacionista. Aceitou o alvitre o chefe do Partido Republicano e candidato à reeleição. Exigiu,

porém, seu antagonista, que além de se encarregar da revisão do resultado eleitoral fosse também conferida ao exótico instituto competência para interpretar o artigo 9.º da constituição estadual, que admitia a reelegibilidade do presidente mediante o sufrágio de três quartas partes do eleitorado. Malograda a tentativa, desencadeou-se a revolução. Acendeu-se a luta armada, encharcando uma vez mais o solo rio-grandense o sangue que os choques dos entreveros espargia sem tréguas. Em plena intensidade da pugna, convocou o Sr. Borges de Medeiros um congresso político que se realizou a 12 de outubro, resolvendo reafirmar, num manifesto dirigido à nação, a continuidade da chamada política republicana que ali se praticava, e a inteira solidariedade entre o chefe e os demais órgãos do partido, aplaudindo também a conduta do presidente do Estado na defesa da ordem. Declarava o mesmo documento político que haviam sido chamados às armas, não para salvaguardar vantagens partidárias, mas para a defesa da República, “que já nos custou um prolongado batismo do sangue imposto por estes mesmos que hoje mais uma vez ofendem os interesses gerais do país com a violenta eclosão de seus ódios remanescentes”.

A luta rio-grandense empolgava o país, criando-se um ambiente de intensa simpatia para a causa revolucionária. Parecia a cada momento

iminente a intervenção federal, diante da gravidade crescente da situação. Ouvindo “leaders” e adeptos graduados de uma e outra facções, era o Sr. Artur Bernardes uma esfinge. Em sua mensagem, porém, havia reconhecido e proclamado que no Rio Grande havia um único governo, reconhecido pelo poder competente. A refrega prosseguia encarniçada, ora com resultados favoráveis aos revolucionários, ora às tropas governistas. Tentou o Sr. Artur Bernardes promover uma conciliação que restabelecesse a paz e a concórdia, e despachou para Porto Alegre, como emissário de seus desejos, no começo de maio, o Sr. Tavares de Lira. A missão conciliadora fracassou. Em outubro partia como plenipotenciário federal, para renovar a tentativa, o ministro da Guerra.

A 1.º de novembro, depois de haver percorrido uma grande parte do território rio-grandense, chegava àquela capital o general Setembrino de Carvalho.

Eram de sobra conhecidas as suas simpatias pela causa revolucionária. Enquanto, no seio do governo, sustentava resolutamente o ministro da Justiça o Sr. Borges de Medeiros, mostrando-se sempre infenso à idéia de uma intervenção federal no Rio Grande, era seu colega da Guerra uma voz permanente em favor dessa medida, que num

dado momento pareceu vitoriosa na vontade pouco clara do presidente.

Assim sendo, sua chegada a Porto Alegre no momento em que ainda ia acesa a luta entre as duas facções beligerantes, pareceu de mau agouro para o governo do Sr. Borges de Medeiros. Deu este, então, uma grande demonstração de sua coragem pessoal.

Desprezando avisos cautelosos que lhe davam conta de um atentado planejado contra sua vida, tomou seu automóvel à noitinha e dirigiu-se para o Grande Hotel, onde estava hospedado o ministro. Ia retribuir a visita que este lhe mandara fazer por um de seus ajudantes de ordens.

Durante sua visita explodiu na praça onde está o hotel um rude conflito. Os ânimos exaltados haviam deflagrado. A polícia interveiu com energia. O tiroteio foi intenso e uma bala atingiu a janela a que momentaneamente chegara o ministro, passando-lhe alguns centímetros à altura da cabeça.

Voltando-se para o Sr. Borges de Medeiros exclamou exaltado:

— Sua polícia está matando o povo!

Respondeu prontamente o presidente, com serena energia:

— A polícia está cumprindo seu dever, e defenderá a ordem, seja contra quem for!

Esta frase foi interpretada como um aviso à idéia intervencionista, à qual, sabia-se, estava o Sr. Borges de Medeiros disposto a oferecer a mais tenaz resistência.

Finda a visita, retirou-se. A praça estava cheia; o conflito ainda não havia cessado por completo.

O velho carro presidencial sofreu, logo ao deixar o hotel, um pequeno desarranjo, e foi cercado pela multidão. Durante essa curta parada não sofreu alteração alguma a serenidade do presidente.

Iniciavam-se, no dia seguinte, as negociações com que o Sr. Artur Bernardes oferecia a medicação amistosa do governo federal para a solução pacífica do prélio, promovendo-se o acordo que entrou para a história com a designação de pacto de Pedras Altas. Procedeu-se à revisão constitucional.

Proibindo as reeleições, foi essa reforma além. O vice-presidente tornou-se eletivo, em vez de ser um delegado de escolha individual e nomeação do

presidente, em substituição do qual podia governar o Estado por longas interinidades, como sucedeu com o general Salvador Pinheiro, exercendo assim, sem ter sido eleito, um cargo puramente eletivo. Desapareceram os intendentess provisórios, prevalecendo desde então, sem mais recurso à chicana dos interesses partidários, o respeito às eleições que elevassem a esse posto os candidatos que lograssem conquistá-lo nas urnas.

Em menos de dois meses, numa manifestação comovente de liberalismo tardio, promulgou o presidente reeleito contra a vontade de uma parte ponderável do Estado em armas, a reforma constitucional, e mais tarde a nova lei eleitoral que adaptou o alistamento e o processo federais às eleições estaduais.

A bancada rio-grandense ficou deserta durante todo aquele ano.

A 3 de maio do ano seguinte realizavam-se as eleições para sua constituição, registrando-se então o milagre de conquistar em seu seio sete cadeiras aquela oposição que até então vivia num círculo fechado dentro do qual não havia lugar nem para um pouco de direito, nem para um milagre de liberdade.

Temendo para a Bahia, que tanto lhe custara conquistar, um destino igual ao que fulminou o domínio do Sr. Nilo Peçanha em sua amada província, tratou o Sr. Seabra de precaver-se por meio de uma fórmula que lhe pareceu de efeito seguro.

A advertência fluminense encerrava, com efeito, uma grande eloqüência. O interventor federal, Sr. Aurelino Leal, dando à sua investidura o desempenho que lhe cumpria, arrasou em poucos dias a política nilista. A 13 de agosto subiu à sanção presidencial o projeto de lei, elaborado pelas duas casas legislativas com uma celeridade que nenhuma impugnação séria da minoria tentou tolher, aprovando a intervenção e legitimando todos os atos decorrentes da medida. A primeira emenda substitutiva oferecida ao projeto, anulando as eleições que se realizaram no território fluminense desde 18 de dezembro de 1921, foi aprovada em votação nominal. Entre os que lhe deram seu voto figuravam os deputados rio-grandenses Srs. Otávio Rocha, Lindolfo Collor e Getúlio Vargas. Vinha este preencher a vaga, aberta em sua bancada, pela morte do Sr. Rafael Cabeda.

Ficava assim afastada a possibilidade de vir a ser reconhecido como legal o efêmero mandato do Sr. Feliciano Sodré, mas com essa solução nada

perdia este. Era uma simples maneira de mostrar que não havia em tudo aquilo nada de pessoal... Legalizava-se apenas, sem preocupação de indivíduos, uma situação litigiosa, dando-se solução a uma controvérsia de natureza constitucional, que também perturbara a ordem material. Mas lá teria de chegar. Era uma simples questão de processo, que importava em caminhar um pouco mais, por uma estrada mais longa. Era, em compensação, de uma travessia inteiramente suave... A 28 de outubro, com efeito, realizavam-se em todo o território fluminense as eleições que numa expressiva unanimidade, sem a nota discordante de nenhum competidor, conferiam ao tenente, já naquela ocasião elevado à hierárquica de major, o tão suspirado mandato presidencial — isento de qualquer eiva, conquistado mansa e pacificamente.

Aquela própria revolução rio-grandense, na qual persistia muita gente em querer ver o dedo oculto que desde 15 de novembro estava traçando rumos novos à política, deveria servir de aviso ao governador da Bahia.

As águias daquele palácio onde o Sr. Artur Bernardes havia posto o pé e tudo o mais, cobriam com sua sombra toda a vastidão do panorama político nacional, e também tentou o Sr. Seabra, por uma via indireta, mas bem planejada, encontrar debaixo delas uma nesga

que fosse de abrigo... A sucessão baiana era a 29 de março do ano que se aproximava, e não havia tempo para vacilações. Foi ao Banco Evolucionista, onde trabalhavam juntos, unidos pelos liames de uma amizade fraternal, o opositor irreductível que era o Sr. Vital Soares, e o Sr. Góis Calmon, um simples observador das contendas partidárias de sua terra, nas quais jamais se imiscuira, e sobre este fez recair a escolha do Partido Democrático. O partido era o governador. A oposição baiana, por sua vez, já se havia aparelhado devidamente para a luta que pretendia oferecer ao adversário nato, vencido no prélio federal, e tinha, para tanto, preparado uma duplicata de Câmara e um esqueleto de dualidade de Senado. Ora, uma das figuras proeminentes dessa oposição era o Sr. Miguel Calmon. Como poderia o Sr. Artur Bernardes, como poderia aquela oposição impugnar um candidato — do qual teve a habilidade de tomar a iniciativa — que era irmão do ministro da Viação e Obras Públicas? Assim raciocinou também a própria oposição, que por isso resolveu fazer do presidente o árbitro da situação. E decorreram alguns meses de um jogo assaz divertido, nos quais esperou em vão o Sr. Seabra pelo efeito que calculara com tão segura confiança, quedando-se a oposição numa atitude de inércia absoluta, sem se dispor a tomar iniciativa alguma naquele particular. Era o

fracasso do plano do Sr. Seabra, o qual, por isso mesmo, não vacilou em praticar uma saturnal quase inconcebível: devorou a própria filha, repudiando a candidatura Góis Calmon que a oposição, segundo os conselhos que lhe deu o Sr. Artur Bernardes, aceitava em outubro!

Em sua plataforma de candidato, lida numa noite tempestuosa no Club dos Diários, enquanto o largo da Lapa e as imediações do Passeio Público eram a cada momento varridos pela cavalaria, numa sucessão de choques violentos com a multidão enfurecida, declarou o Sr. Artur Bernardes que a revisão constitucional seria, em seu governo, uma questão aberta. E em julho de 1923 já o Sr. Azeredo anunciava o propósito de apresentar no Senado um projeto propondo a grande reforma.

Falar, até bem pouco, em revisão constitucional, equivalia a lançar no seio da comunhão brasileira um germe perigoso de agitação. Os governadores, os presidentes, os deputados, os senadores, os prefeitos, os vereadores municipais, os chefes regionais, toda aquela gente que constituía peças principais da engrenagem das máquinas eleitorais, considerava a idéia um grito de revolta. Rui Barbosa, seu grande precursor, era tido como um visionário cujo contato cumpria evitar. Combateram-no por isso em 1909, com grande veemência, preferindo

à sua a candidatura de um soldado generoso e honesto mas inculto e sem nenhum passado político. Enquanto um desdobrava perante a nação aquele formidável programa de governo — um monumento de sabedoria humana — declarava simplesmente o outro que o seu era a constituição. Esse outro, o marechal Hermes da Fonseca, que a reforma foi colher em junho daquele ano na condição de preso sujeito a julgamento, expirava pouco depois — a 9 de setembro — na tranqüilidade do retiro em que converteu Petrópolis, a cidade que o viu na fastígio do poder e nos declínios de adversidade.

Em 1919, por ocasião da sucessão de Rodrigues Alves, o Sr. Borges de Medeiros, atalaia da corrente nacional que se batia pela intangibilidade do estatuto de 24 de fevereiro, opôs-lhe seu veto formal sob o único fundamento de seu revisionismo. Mas, na verdade, esse horror à idéia revisionista nunca passou de uma defesa contra possíveis vitórias que exprimissem alguma coisa de mais republicano e de mais democrático do que a perpetuidade do poder. Não importava, por exemplo, que entre certas constituições estaduais e o estatuto federal existisse uma antinomia como a da permissão da reeleição de governadores, que este nunca permitiu, abandonando nesse particular, aliás, o modelo americano que inspirou os legisladores constituintes. Eram, por isso, verdadeiros

escárnios as reeleições que mantinham no poder em períodos sucessivos o Sr. Borges de Medeiros, o Sr. Fernandes Lima em Alagoas, o Sr. Munhoz da Rocha no Paraná, o Sr. Hercílio Luz em Santa Catarina.

Em meados daquele ano já começava a circular a notícia de que a revisão constitucional ia ser iniciativa do próprio governo, devendo constituir a tarefa principal da legislatura que teria de se constituir em maio vindouro à sombra poderosa daquelas mesmas águias quase imperiais.

E no meio das ansiedades que aquelas duas perspectivas — a de renovação da legislatura e da reforma constitucional — iam criando nos meios políticos, registrava-se um fato a que deveria estar destinada, no futuro nacional, uma grande e preponderante importância.

Entrava no seu último ano de governo o presidente de S. Paulo, e parecia tempo de se ir cogitando do problema de sua sucessão. E antes que do palácio dos Campos Elísios partisse a indicação formal de qualquer nome, surgia como candidato da maioria do Partido Republicano Paulista o Sr. Álvaro de Carvalho. Uma estatística que exprimia compromissos formais e solenemente empenhados, não deixava dúvidas de nenhuma espécie a respeito da situação. Sustentavam-lhe a

candidatura elementos numéricos que lhe asseguravam a vitória em toda e qualquer hipótese. Era sua a maioria dos membros da Comissão Diretora — o conclave cardinalício do partido — e por igual o sustentava a maioria dos senadores e deputados que constituíam o poder verificador; maioria favorável ao seu nome era também a dos diretórios, das câmaras municipais e dos chefes regionais de mais acentuada influência, o que tudo somado significava que nenhuma força estranha poderia impedir que fosse o Sr. Álvaro de Carvalho o candidato vitorioso. Em prol dessa solução estavam comprometidos todos os grandes fatores eleitorais do Estado. E quem vibrou o golpe mortal nessa candidatura assim tão fortemente couraçada foi precisamente o chefe que devia levar ao Sr. Washington Luís a notícia oficial do movimento que se produzira, e tomara aquelas proporções, inteiramente à sua revelia.

De muito se havia tornado sabido que o candidato das preferências presidenciais era o Sr. Carlos de Campos, mas S. Paulo, com sua cultura, com seu progresso material e mental, e sua educação política, bem podia comportar o prodígio da vitória de uma maioria de vontades contra os desígnios do poder.

O poder, porém, uma vez mais triunfou contra essa conspiração leal que pretendia

subtrair-lhe a iniciativa de lançar um candidato seu, obrigando-o a aceitar o que lhe indicava a maioria do seu partido, e para tanto bastou que o Sr. Lacerda Franco transferisse para a causa do Sr. Carlos de Campos o apoio que empenhava em favor do Sr. Álvaro de Carvalho.

Como se vê, um fato da política doméstica de São Paulo que teria de ser a articulação inicial de uma série de acontecimentos destinados a comprometer todo o futuro nacional.

Desde que, com esse deslocamento de forças, passou a ser da candidatura Carlos de Campos a maioria que até a véspera era do Sr. Álvaro de Carvalho, este, como todos os seus amigos, rendeu-se à situação. No dia da convenção que homologou a candidatura do “leader” da bancada paulista, já adotada igualmente por unanimidade pela Comissão Diretora, foi o Sr. Álvaro de Carvalho o primeiro a dar-lhe o seu voto. Realizava-se depois o banquete com que o partido prestava sua homenagem ao candidato escolhido, e quem fez o brinde de honra ao presidente da República, num discurso em que predominava um acentuado espírito de concórdia, foi o Sr. Altino Arantes, isto é, um dos chefes da rebelião fracassada.

O Sr. Washington Luís, administrador de notáveis predicados, cujo governo ficou

assinalado como um dos mais progressistas e honestos de S. Paulo, sempre foi um político pouco maneiroso que não sabia transigir, nem conhecia e praticava a tolerância, que é uma das virtudes principais de um chefe de partido.

Aceitando a adesão do Sr. Álvaro de Carvalho e dos seus amigos à candidatura vitoriosa, nem por isso deixou de aproveitar o momento que se lhe apresentou para o castigo.

Esse momento chegou com a organização da chapa para as eleições federais. O Sr. Álvaro de Carvalho terminava seu mandato senatorial, e a inteligência e a atividade com que o exerceu não conseguiram preservá-lo de ser substituído em sua cadeira pelo Sr. Lacerda Franco.

Produziu-se a cisão. O Sr. Altino Arantes e o Sr. Olavo Egydio, chefe de influência na capital, renunciaram os lugares que ocupavam na Comissão Diretora e desistiram da indicação para a reeleição de deputados.

Seis senadores e vinte e três deputados estaduais, vários diretórios e câmaras municipais acompanharam-nos nessa atitude, tornando essa cisão a de maior importância que já se produziu na política de São Paulo.

Prestou-lhe desde logo seu apoio o Sr. Júlio Mesquita, que os caprichos do destino aliavam

dessa vez aos elementos avançados da política do Sr. Rodrigues Alves, seu tradicional adversário enquanto vivo.

Esse apoio teria de irradiar para além das fronteiras de S. Paulo os efeitos da cisão, porque o Sr. Sampaio Vidal, ministro da Fazenda, como o Sr. Cincinato Braga, presidente do Banco do Brasil, pertenciam ao grupo de escol que obedecia à chefia do diretor do “Estado de S. Paulo”.

Seria, porém, demasiado idealismo arrastar nessa luta, pela causa do homem que se tornou o chefe da facção Rodrigues Alves — em cujos dois governos em São Paulo produziram-se as duas dissidências dirigidas pelo Sr. Júlio Mesquita — todos os seus amigos que desde então se congregaram sob suas ordens, e assim entendendo deliberou tornar bem claro que essa sua atitude era estrita e rigorosamente pessoal, sem envolver o compromisso nem a solidariedade de ninguém mais.

Deste modo se evitou que a cisão de S. Paulo impusesse aos dois homens que executavam com a conhecida superioridade o programa financeiro do governo federal, o dever moral de abandonar os postos que ocupavam.

Era transparente o que tudo aquilo visava. Enquanto, por seu lado, ia o Sr. Artur Bernardes, num trabalho a que se entregava antes de

ascender ao poder, coordenando, com a escolha de candidatos às sucessões estaduais e aos mandatos legislativos, uma situação que lhe assegurasse um completo predomínio na hora em que houvesse de preparar sua própria sucessão, explicava-se aquela atitude do Sr. Washington Luís como um intuito de ir eliminando do seio do partido e da bancada certas influências que poderiam pretender criar qualquer dificuldade a uma aspiração que parecia resumir a única razão que levou o Sr. Carlos de Campos — a negação mais completa para um homem de governo — a ir enclausurar-se dentro da prisão dourada e rígida da presidência de S. Paulo.

Os deveres de uma boa amizade, porém, impunham-lhe aquele sacrifício. Aquilo que, por certo, nunca o Sr. Álvaro de Carvalho facilitaria, ia constituir sua missão principal no posto que lhe designava seu partido em outubro.

O mês de dezembro, com que se extinguia a legislatura republicana, ficou marcado por três fatos de grande importância política: a assinatura do pacto da pacificação rio-grandense, a 14, num ato em que figuraram, de um lado, o ministro da Guerra, como delegado especial do presidente da República, e de outro lado o Sr. Assis Brasil; a posse do Sr. Feliciano Sodré no governo fluminense, efetuada no dia 23, e a suspensão do

estado de sítio, resolvida por decreto da mesma data.

Não serviu essa primeira longa suspensão das garantias constitucionais para a prática de nenhum ato de vingança nem para qualquer abuso de poder. Foi sem dúvida nenhuma benigno, sem embargo de um número bastante elevado de prisões de militares e civis pelo tempo que se afigurou ao governo necessário privá-los da liberdade para melhor segurança da ordem pública, continuamente ameaçada por conspirações sucessivamente descobertas pela vigilância policial. A imprensa e a correspondência postal e telegráfica sofreram, nesse período, a censura usual, mas o certo é que não seria ainda dessa vez que a polícia do marechal Carneiro da Fontoura teria de entregar-se à prática dos excessos que tanto deveriam malquistar o governo com a opinião pública. Tinha-se a impressão de que nenhuma necessidade real justificava uma prorrogação tão dilatada daquela medida de exceção, e que muitas daquelas conjuras que descobria a polícia tinham por único objetivo recomendá-la à gratidão do governo.

O certo, porém, é que, restabelecidas as garantias constitucionais e voltando a imprensa ao regime daquela liberdade absoluta de todos os

tempos, começou o Sr. Artur Bernardes a ser dura e impiedosamente agrilhado.

A nova legislatura, que se constituía ao completo sabor de suas preferências, não lhe trouxe senão uma ou duas vozes discordantes. A bancada fluminense, por exemplo, tão deserta se achava de qualquer palavra divergente — toda plasmada à nova vontade que dominava no palácio do Ingá — que o necrológio de Nilo Peçanha, arrebatado à vida durante o interregno parlamentar, no epílogo daquela peleja em que o abateu para sempre a adversidade, teve de ser feito por um dos pioneiros do movimento que destruiu seu domínio no Estado — o Sr. Manuel Duarte.

Na mensagem de 3 de maio sugeria o Sr. Artur Bernardes a conveniência da revisão constitucional, por inspirações da prática de mais de um ano de governo. Fundava-se o primeiro dos pontos dessa reforma em que “a garantia do equilíbrio orçamentário e a boa ordem das finanças públicas é a primeira das condições para que a nação possa viver e prosperar”. “Sem preceitos constitucionais expressos e terminantes que impeçam as denominadas caudas orçamentárias, cancro dos orçamentos, que os corrói e aniquila, nada de estável poderá ser obtido nas finanças públicas”.

Manifestava, pois, a necessidade imperiosa de sua completa supressão, indicando mais os seguintes pontos: proibição da reeleição dos governadores, o veto parcial, a criação de juizes e tribunais regionais, a limitação do instituto do “habeas corpus”.

Entregue a idéia à deliberação do Congresso, que só não se podia considerar uma força de integral unanimidade ao serviço da política do governo por motivo das reduzidas notas dissonantes que lhe quebravam a harmonia desde aquele início de legislatura, não tardaria a ser lançada no terreno prático das realizações.

Do Senado havia sido eliminado o mais temível de quantos adversários contavam o governo e sua política — o Sr. Irineu Machado. Vitorioso num pleito em que o terreno era disputado palmo a palmo; portador de um diploma que deveria ser considerado a expressão insofismável da verdade eleitoral, porque fora conquistado contra um adversário ostensivamente amparado pela força oficial que o poder encerra nas mãos, deu esse golpe brutal e desnecessário uma cadeira de senador a um amigo ocasional, mas aumentou de modo considerável, como expressão eleitoral no Distrito Federal, o poder ofensivo do inimigo que pretendia aniquilar. Mostrá-lo-ia um futuro não muito remoto. Foi grande a impressão com que a

opinião pública recebeu essa depuração, mas justificou-a com um poder tão persuasivo e tão forte de lógica — necessário por se tratar de uma causa má — e soube defender com tamanha eloqüência a soberania do Senado, como aliás de todas as câmaras legislativas, na verificação de poderes de seus membros, o representante do Piauí naquela casa, Sr. Pires Rebelo, que a leitura de seu discurso, largamente divulgado pela seção paga de todos os jornais por iniciativa do governo, produziu uma modificação sensível no julgamento do caso, atenuando, de muito, a severidade dos conceitos com que o comentava a opinião pública... E se o Sr. Pereira Lobo se notabilizou como matemático na demonstração numérica com que concluiu, em seu parecer de relator do feito, pela vitória do candidato que o governo mandava reconhecer, não menos se distinguiu na esplêndida manifestação de sua habilidade, como tratadista de direito eleitoral, no trabalho de provar que não podia ser reconhecido o candidato eleito cujo regresso ao Senado o governo havia proibido, o embaixador piauiense e professor da Escola Politécnica, que com aquela retumbante oração, encomendada pelo Catete por intermédio do Itamarati, fazia sua verdadeira estréia na tribuna parlamentar.

Aquilo que era, durante o longo período do domínio do Sr. Pinheiro Machado no Senado, um espetáculo mais ou menos comum, bem podia

inspirar defesas calorosas como aquela, muito embora o fato tivesse de ser invocado, mais tarde, como uma das causas determinantes da continua agitação que ia formando o ambiente revolucionário. Pelo menos duas vezes — sem contar uma como deputado — e sempre pelo mesmo pecado de sua origem política, apresentou-se em vão perante o Senado, como portador de um diploma isento de mácula, expressão de eleições verdadeiras e honestas efetuadas naquela predestinada Alagoas, o Sr. Clementino do Monte. E nem por isso conseguiu emocionar ninguém!

Trabalhava o governo, com devotado interesse, no empenho de reerguer o crédito do país, pôr ordem nas finanças públicas, desobrigar-se das responsabilidades que o oneraram. Sentiu a necessidade de bem definir a situação em que o encontrou, e por isso havia dela feito o Sr. Artur Bernardes, nos últimos dias de outubro, uma exposição nada tranqüilizadora numa reunião para que convocou a comissão de finanças dos dois ramos legislativos — espécie de conferência médica que se realizava de tempos em tempos à cabeceira do doente incurável que nunca deixou de ser o Brasil — referindo-se, em termos que soaram mal aos ouvidos do Sr. Epitácio Pessoa, às cláusulas do empréstimo externo efetuado para custear a valorização do café. Ocupou-se também da letra de quatro

milhões descontada pelo Banco do Brasil que o governo, desprevenido de recursos porque ignorava sua existência, teve de pagar logo nos primeiros dias de seu advento.

Estabeleceu-se então, acerca dessa situação, em publicações pela imprensa, uma veemente controvérsia entre o governo, tendo como seu veículo o ministro da Fazenda, Sr. Sampaio Vidal, e o Sr. Epitácio Pessoa. O público acompanhava com grande interesse a contenda, mas logo se apercebeu de que dali não resultaria um rompimento. Notava-se, em sua linguagem, um cuidado muito grande para se evitar qualquer azedume que pudesse determinar tal desenlace.

Dentro do primeiro ano de sua gestão, entrou o governo do Sr. Artur Bernardes numa política de inflexível economia, num esforço continuado de promover o acréscimo da exportação e a eliminação gradual do papel moeda por meio de incinerações, objetivando, com o aparelho emissor em atividade, o saneamento do mercado monetário do país.

Trazia para o governo, sem dúvida, um programa financeiro bem inspirado que teria produzido os melhores resultados se acaso fosse integralmente executado até o fim. Havia sido instalada no Banco do Brasil a Carteira de Emissão. A 3 de julho era feita a primeira

emissão lastreada de 2.000.000\$ em cédulas de 1.000\$. A 31 de dezembro atingia a 389.000.000\$. Convertido em banco emissor, ficou o governo, por força de seu contrato com o instituto, tolhido de emitir papel moeda sob qualquer forma.

De acordo com a proposta do governo, os orçamentos elaborados para o exercício de 1924, apesar das gratificações proporcionais da tabela Lira, que figuravam absorvendo cerca de 75.000.000\$, acusavam apenas um “déficit” de pouco mais de 10.000.000\$. Era o caminho para o desejado equilíbrio. A receita proposta foi aumentada de 733.096.000\$ para 921.898.000\$ papel. A receita ouro subiu de 97.090.600\$ para 102.898.000\$, diminuindo a despesa papel de 1.009.891.874\$ para 928.332.000\$. A despesa ouro, orçada em 88.569.839\$, decresceu para 87.374.931\$, verificando-se assim um saldo papel de 63.386.510\$000.

Na proposta de orçamento apresentada para o exercício de 1925, observava o ministro da Fazenda que desde muito nossa política financeira girava em torno do reencetamento da amortização de nossa dívida externa.

Outra não podia ser, com efeito, a constante preocupação dos governos conscientes de seus deveres e da missão superior, que lhes compete,

de resguardar o crédito e a honra do país, empenhados nos seus compromissos.

Um outro fato que também deveria servir para as justificativas dos arremessos revolucionários contra o governo do Sr. Artur Bernardes: permaneceu no país durante dois meses a missão britânica chefiada pelo Sr. Edwin Montagu. Convidada para vir observar as condições econômico-financeiras do Brasil, deu à incumbência o desempenho que lhe cumpria, e ministrou em seu relatório alguns conselhos que foram considerados, por alguns, simplesmente irritantes e impertinentes, por outros, muito oportunos e acertados...

Numa tarde de janeiro daquele ano havia o governo recebido a grave comunicação — essa autenticada por indícios denunciadores de um quase começo de execução — de que se planejava um movimento revolucionário de grande envergadura. O Sr. Artur Bernardes recebeu a informação pelo veículo de um seu amigo pessoal que por acaso havia tido conhecimento da conjura, convocou imediatamente o ministério e as altas autoridades civis e militares, e verificou que a sublevação iria surpreender com um golpe violento e inesperado o governo, porque nenhum de seus auxiliares sequer o suspeitava. Consistia

o plano em deter o ministro da Guerra no território paranaense, em sua viagem de regresso de Porto Alegre para a Capital Federal, revoltando-se então todas as guarnições militares daquela regiões e os corpos que tinham sede em S. Paulo, com uma repercussão imediata no Rio de Janeiro.

O presidente ouviu a informação numa grave e serena impassibilidade, sem que se lhe contraísse um músculo da face. Não ordenou providência alguma, limitando-se a expor aos auxiliares de sua imediata confiança o que acabava de saber. E todos, cada qual na alçada de suas atribuições, foram adotando as medidas prontas que se tornavam necessárias. O ministro da Viação foi se comunicar diretamente pelo telégrafo com o da Guerra. O general Setembrino de Carvalho guarneceu de tropa o trem especial em que viajava, prosseguindo este, da cidade de Castro, com o máximo de velocidade. E o movimento foi conjurado, sendo surpreendidos nesta capital todos os oficiais que partiam num trem suburbano para ir sublevar a Vila Militar, pouco depois de 11 horas da noite.

Não arrefecia o ânimo das conjuras, que ia aproveitando com inteligência a trégua que lhe ofereciam aqueles meses em que imperava sob o governo Bernardes, numa vez que era a primeira

e teria de ser a última, o regime das garantias constitucionais.

Murmurava-se, com impressionante insistência, que estava organizada uma conspiração que não tardaria a explodir. Chegaram ao conhecimento do governo informações positivas, que indicavam São Paulo como local escolhido para sua eclosão. Uma conhecida autoridade policial do Distrito Federal chegou a apresentar ao marechal Carneiro da Fontoura, que o transmitiu ao ministro da Justiça, um relatório em que dava conta minuciosa de quanto havia apurado nesse sentido, e que era a confirmação completa de todas essas denúncias. De tudo foi cientificado o general Abílio de Noronha, inspetor da região que ali tem sua sede, e na noite de 4 para 5 de Julho, numa estrepitosa comemoração do acontecimento que dois anos antes havia marcado o início dos motins militares, estalava a sublevação anunciada.

As guerras civis — disse há dois séculos um sacerdote piedoso que era também um clássico — são, de ordinário, o açoite com que Deus castiga os povos.

E o povo brasileiro, sem dúvida, começava a purgar a punição que lhe infligiam as sentenças do destino.

Mas não era, aquele movimento, uma revolução como a de 1842, que de Sorocaba irradiou para um grande número de outras cidades paulistas até Campinas, visando o governo do valoroso e intrépido Feijó, que o barão de Caxias dominou com suas tropas. Não se assemelhava, tampouco, nem à revolução que proclamou na província do Rio Grande a efêmera República de Piratini, nem mesmo a um movimento verdadeiramente popular, de incontestável caráter cívico, como foram a rebelião dos maranhenses chefiada por Beckman, e a que Feiipe dos Santos levantou em Vila Rica.

O que estalava em S. Paulo naquela noite, numa rude confirmação de todos os avisos a que cerrou ouvidos o governo ou, se os escutou, não pôde ou não soube conjurá-lo, foi um simples motim militar, uma sublevação de quartéis de amplas proporções. E, se tinha de despertar as simpatias e uma quase solidariedade da grande maioria do povo paulista, somente mais tarde seria possível observar essa tendência, que era uma nova manifestação da índole tradicionalmente oposicionista das capitais, que nunca deixaram de exercer, com um prazer doentio, o direito tradicional de ser contra...

As primeiras informações com que foi a população carioca notificada do movimento eram de uma exiguidade aflitiva. As ruas encheram-se

de gente logo pela manhã, quando um breve comunicado oficial afixado às portas dos jornais transmitia a notícia da grave ocorrência, criando um indefinível estado de angústia. O desejo para que aquele movimento triunfasse dominava o sentimento quase geral, pois não havia logrado nem procurado o governo conquistar as simpatias da população; seus adeptos e partidários, confiando embora na energia do Sr. Artur Bernardes, que em cada ato e em cada decisão diariamente se reafirmava, não podiam dissimular as apreensões que aquelas próprias deficiências de informações iam aumentando de momento a momento. Sentia-se que era o desdobramento do mesmo espírito, a insistência nos mesmos propósitos que haviam inspirado a sublevação de dois anos passados, visando o mesmo homem, numa continuidade de ação que parecia não querer esmorecer. Era o prosseguimento do combate, deslocado agora para o terreno puramente militar, com que se pretendia destruir o candidato de ontem, agora o chefe da nação, a suprema autoridade constituída da República. A vida da cidade sofreu um colapso, cessando todas as suas atividades normais, dominando-a uma intensa emoção, o espírito voltado para S. Paulo e todas as suas cogitações entregues aos acontecimentos. O governo entrou logo numa fase febril de providências de caráter militar. Antes de meio-dia

já os ministros da Guerra e Marinha, o chefe de polícia e cada um dos altos funcionários e autoridades a quem cabia ordenar uma medida que fosse, para ir de encontro àquela situação alarmante, haviam articulado sua ação sob as vistas imediatas do presidente, cuja calma em tão delicada emergência ia constituindo para todos uma verdadeira revelação.

Esperava-se a mensagem em que deveria ele dar conta dos fatos ao Congresso, e para a Câmara convergia daí a pouco todo o interesse público.

A 1.º de julho haviam sido ocupadas, com o reconhecimento de seus deputados, as quinze cadeiras da bancada rio-grandense. As necessidades da paz impuseram ao partido situacionista o sacrifício de mais duas dessas cadeiras, sendo anulados os diplomas de que eram portadores os Srs. Sérgio de Oliveira e Joaquim Osório. Os libertadores tinham sede, e não se contentavam com a migalha de cinco lugares que lhes haviam sido reservados. Entre os novos deputados dessa corrente figurava um candidato do ministro da Guerra. A Câmara vinha trabalhando num ritmo mais ou menos normal, estando já bastante adiantada a elaboração dos orçamentos, alguns dos quais recebiam emendas em 2.º turno; iniciada dois dias antes, prosseguia a discussão única — a

matéria de maior importância da ordem do dia — do projeto de resolução que estabelecia normas para os debates da revisão constitucional.

Abriu-se a sessão, naquele dia, num ambiente pesado de preocupações e vincado de nervosismo. Dominava uma intranqüilidade que ninguém procurava dissimular, despendendo o Sr. Antônio Carlos e outros deputados mineiros dos círculos da maior intimidade do governo, uma soma formidável de esforços para manter os ânimos num estado de equilíbrio. No meio de um silencioso recolhimento, cheio o recinto, ocupadas todas as tribunas e galerias, foi ouvida a leitura da mensagem, na qual comunicava o presidente que durante a noite uma parte de forças do exército havia-se sublevado em S. Paulo, prendendo autoridades militares e sitiando o palácio do governo. “O governo — acrescentava — está senhor do plano donde surgiu essa tentativa criminosa; sabe donde procede a conspiração, cujo foco principal está na capital da República, e que pretende alastrar-se por outros Estados”. Estava, no entanto, aparelhado para sufocá-la e defender a ordem constitucional, “fortalecido pelo apoio das forças militares, do Congresso e da nação”. Pedia, concluindo, que o habilitasse com a faculdade de decretar o sítio para o Distrito Federal, S. Paulo e todos os pontos do território nacional onde se tornasse precisa essa medida, e

pelo tempo correspondente às necessidades da defesa da ordem pública.

Levanta-se então, produzindo-se um daqueles movimentos de atenção que suscitam sempre, nas assembleias políticas, os portadores da palavra autorizada e os intérpretes do pensamento do poder, o “leader” da maioria. Em virtude dos termos daquele documento — declara com sua palavra sempre pausada e cautelosa o Sr. Antônio Carlos — “é que eu me levanto impelido pela maior indignação, sentimento sem dúvida partilhado por toda a Câmara (apoiados, muito bem) para corresponder aos ditames de meu patriotismo” — e sua voz ganhava inflexões novas, de uma exaltação inédita e desconhecida — apresentando um projeto “que ao mesmo tempo assinale nossa firme solidariedade com o Sr. presidente da República na atuação que terá de desenvolver em face das novas tentativas de desordem, nossa firme confiança, nosso decidido propósito de entregar ao seu elevado critério e ao seu acendrado patriotismo os precisos meios para que possa S. Ex., combatendo os elementos subversivos que uma vez mais tentam contra a ordem pública, assegurar a nossa pátria os dias felizes que os interesses do Brasil e dos brasileiros não cessam de reclamar”.

Tinha felizmente o governo, naquela delicada emergência, um “leader” à altura da situação, e

não tardariam a ver os agitadores e seus adeptos que formidável diretor havia sido dado à maioria, pelo tino e pela sagacidade do Sr. Raul Soares, para lhes contrariar e destruir os planos criminosos!

Em poucas horas estava aprovado pelas duas casas legislativas o projeto declarando em estado de sítio por sessenta dias a Capital Federal, o território fluminense e o Estado de S. Paulo, ficando o presidente autorizado a prorrogá-lo, estendê-lo a outros pontos do país e suspendê-lo no todo ou em parte. Entre as numerosas assinaturas que se seguiam à do “leader”, autor do projeto, figuravam as dos deputados rio-grandenses Srs. Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Antunes Maciel, Pinto da Rocha, Wenceslau Escobar, João Simplicio, Domingos Mascarenhas, Simões Lopes, Barbosa Gonçalves, Batista Luzardo, Lafayette Cruz, Nabuco de Gouvêa e Artur Caetano, e mais as dos Srs. Solano da Cunha e Tavares Cavalcanti.

Era a solidariedade integral do Rio Grande ao governo e às palavras de veemente indignação com que a maioria repelia aquela sublevação militar.

E quando, numa nota deconcertante, ergueu o Sr. Adolfo Bergamini um insólito “viva a revolução!” levantou-se uma vez mais o Sr.

Antônio Carlos para reclamar que ficasse bem acentuado o sentimento da Câmara, de franca repulsa por aquele movimento. Assinalou em períodos incisivos que nenhuma ligação podia haver entre aquela frase e o movimento armado que então se verificava. “... ninguém pode acreditar — disse textualmente — que dentro da Câmara haja surgido algum deputado capaz de, remotamente sequer, pronunciar palavras, dizer coisas, em suma, tendentes a animar, estimular revoltas contra o poder constituído.”

Não eram das mais tranqüilizadoras as notícias que chegavam de S. Paulo, dentro de uma nebulosidade que mais concorria para aumentar a impressão depressiva, acerca da marcha dos acontecimentos. Das unidades que partiam das várias cidades paulistas para o teatro das operações, companhias inteiras confraternizavam com o motim e iam avolumar ainda mais suas hostes. Não eram somente forças federais, mas também uma parte considerável da milícia paulista — daquele pequeno exército instruído por uma missão francesa, disciplinado e forte — que haviam se amotinado num golpe de surpresa que facilitou, passada a resistência dos primeiros dias, a conquista militar da grande cidade, o maior centro industrial do país, a notável usina de produção e de atividades multiformes, foco irradiante de civilização e cultura que é o mais alto florão do Brasil. Preso o

general Abílio de Noronha, obrigados o presidente e os membros do governo estadual, no fim do quarto dia de tenaz e firme resistência improvisada com os elementos que se tornou possível reunir para a ação, a buscarem refúgio num vagão protegido pelas tropas legais em formação, longe do perímetro urbano, na estação de Guaiúna, estava S. Paulo sob o completo império da sublevação. À frente desta, como chefe supremo das forças em armas contra a ordem legal e contra o poder constituído, achava-se um oficial reformado apenas conhecido nos círculos limitados da classe a que pertencia — o general Isidoro Dias Lopes, cujo nome soava pela primeira vez à maioria dos ouvidos. Eram seus companheiros mais graduados de aventura o general Odílio Bacelar, igualmente reformado, o coronel João Francisco e os capitães Juarez Távora e Joaquim Távora,

Sem que se conhecessem, nos primeiros momentos, os móveis e intuitos do movimento, não era admissível que se tratasse de uma tentativa de caráter puramente local, que visasse o governo do Sr. Carlos de Campos. Este havia encetado seu quadriênio a 1.º de maio. Contava, portanto, apenas dois meses e quatro dias. O objetivo da sublevação era o poder central. Visava exclusivamente o Sr. Artur Bernardes, e era a continuação natural daquela série de agitações de quartéis que nunca deixaram de se revelar pelas

conjuras sucessivas que vinham desde o primeiro 5 de julho.

Ia se nucleando a resistência nas cercanias da cidade, desembarcando em Vila Mariana, já na manhã seguinte, as primeiras forças que deveriam estabelecer o cerco às posições ocupadas pelos rebeldes. Uma divisão naval sob o comando do almirante J. M. Penido zarpava para Santos conduzindo tropas de desembarque que, formando uma divisão de mil homens, entre marinheiros nacionais e fuzileiros, galgavam a serra do Mar e iam, cerca de 11 horas da noite, entrar em contato com as forças amotinadas, no Ipiranga. E as informações, muito vagas e imprecisas, de um choque dessa expedição com as tropas revoltosas, travado na Várzea do Carmo, não eram igualmente das mais tranqüilizadoras para os partidários da legalidade. Troava na cidade a artilharia sublevada; havia trincheiras nas ruas e praças, travando-se embates violentos; uma granada explodiu na secretaria da Justiça; no palácio dos Campos Elísios, como no da cidade, era insustentável a situação. Apesar disso, porém, nenhuma vantagem de vulto havia logrado o movimento até o seu quarto dia, quando o governo deixou a cidade. No dia 8 também a abandonavam, numa retirada em ordem para aquela estação, as forças com que o governo estadual estava promovendo sua defesa,

disputando aos assaltos rebeldes as repartições públicas, os quartéis e todas as posições que estes acabaram dominando, num efêmero triunfo.

Na manhã de 9 já se achavam em Vila Matilde, à frente das forças legais, o general Eduardo Sócrates e seu estado-maior. Faziam-se os primeiros reconhecimentos.

Nas duas casas legislativas prosseguiram com calor os debates políticos, animados pela sublevação. Denunciavam-se, da tribuna, abusos e violências que iam tornando o sítio particularmente rigoroso e pesado. E continuava o Sr. Antônio Carlos a dar expansões à sua indignação cívica, no mais caloroso dos desempenhos de suas funções de diretor da maioria. Mas não era somente sua voz que condenava a sublevação de S. Paulo. Um dos poucos deputados opositoristas que começavam a oferecer seu combate veemente ao governo — o Sr. Adolfo Bergamini — partidário da revolução, não o era daquele movimento. E exclamava, na sessão de 8: “Este movimento não passa de um motim: não pode ser classificado como uma revolução”. “Seria uma vergonha o Brasil arrecear-se dum motim daquela ordem, que não vale nada!”

Aos protestos contra as prisões, opunha o “leader” argumentos incisivos e prontos: “São

fatos que freqüentemente se dão na vigência do sítio, e diante dos quais não se pode censurar o governo.”

Na sessão de 10, tomava a iniciativa de justificar uma moção da mais elevada expressão. “A Câmara dos Deputados julga-se no dever de, traduzindo o sentimento geral do país, de que é reflexo e órgão, aplaudir a serena energia e imperturbável intrepidez com que na atual emergência, e em face do odioso levante de que está sendo teatro a capital do Estado de S. Paulo, está agindo o eminente Sr. presidente da República, e de significar-lhe sua integral solidariedade. Ao mesmo tempo cumpre-lhe expressar sua admiração pelo denodo cívico e bravura patriótica que estão caracterizando a ação do ilustre presidente Carlos de Campos na heróica resistência àquela rebelião, e a das forças legais do exército e da marinha que estão defendendo a República.”

Já lhe era difícil encontrar adjetivos. Justificando esse requerimento, falava no “condenabilíssimo levante”. Entusiasmava-se com a “atitude patriótica e por todos os títulos digna de ser engrandecida de todos os governadores” e de todas as classes condenando aqueles que, “esquecendo seus mais elementares deveres e faltando com o amor que devem ao seu país” acabavam de criar ao desenvolvimento de nossa

vida social aquele “grave embaraço”. Não queria se referir “aos aspectos maus do movimento”. Cada brasileiro sentia, no fundo, “os malefícios que daí podem resultar para nossa pátria”. Os aspectos bons — ele os assinalava devidamente — eram a correção do exército e da marinha, “certos de que o interesses deles, para não falar nos seus deveres, estava em servir à ordem e às autoridades que os brasileiros escolheram para sua direção”. Reiterava sua reprovação cabal ao movimento “limitado a um número relativamente pequeno de ambiciosos”. Felizmente — acrescentava com ênfase — “este país está vivo e sabe como defender seus direitos em se governar livremente pelas normas representativas que a constituição dos povos cultos estabelece.”

Um outro membro da grande e poderosa bancada, falando esse em nome de Minas, arremetia com igual veemência contra o movimento. Era o Sr. Francisco Campos. Referindo-se às reincidentes tentativas “de plebiscito de quartéis” exclamava, na sua linguagem confusa: “eis de novo que reaparece a mesma brotoeja; eis que de novo ressurgue, no reino das sombras, este fantasma de sedição militar já inteiramente banido do espírito da confiança pública para tentar de novo subverter, não apenas a ordem material, o que seria um simples caso policial, mas a ordem moral e política, recomeçando essa tentativa de saque ao

patrimônio nacional nos seus mais altos valores”. Afirma seu apoio ao projeto do sítio como a todas as medidas “ainda as mais extremas” que o Congresso julgar necessárias, “indo mesmo até a delegação de plenos poderes ao presidente da República para exercer, durante o tempo que fosse preciso, uma ação discricionária”. (Muito bem, muito bem; palmas; o orador é cumprimentado). O Sr. Plínio Casado, falando pela bancada libertadora, vota pela moção “de alma aberta, sem restrições mentais” porque aqueles que a constituíam eram, “antes de tudo, defensores das leis da República e da constituição federal”. Vinham de lutar, por um caminho “espapaçado de cadáveres, ensopado de sangue”. Outros poderiam prestar mão forte “a esse motim de quartéis, a essa mazorca”; “nunca os libertadores do Rio Grande do Sul, que têm por bandeira a própria lei básica da República”. “Não estamos diante de uma revolução, mas duma revolta de quartéis, que não pode vencer, que não há de vencer”. Seria descrer dos próprios princípios fundamentais da sociedade admitir, por um instante, que a rebeldia que afligia a alma da pátria “conseguisse derrubar as instituições brasileiras, vencer o Brasil contra a consciência nacional”. “... era preciso que ao eco dos estrépitos e das aclamações que se levantam de todos os cantos do Brasil pela ordem, pela legalidade, pelo governo da República, pela

constituição federal, eu viesse também juntar a palavra do Rio Grande libertador”. “... nós, os libertadores do Rio Grande, estamos dispostos a verter a última gota de nosso sangue em defesa da lei e da autoridade legítima”. “... o exército é quem está defendendo a legalidade”; as classes armadas, em nome do povo, defendem a ordem, a constituição, as leis federais, “contra a prepotência, contra a anarquia, contra a ilegalidade”. Os “leaders” de todas as bancadas, sem exceção de uma — inclusive a da pequena e ainda não heróica Paraíba, pela palavra do Sr. Tavares Cavalcanti — apoiados e aplaudidos por sucessivos apartes do Sr. Simões Lopes, sendo que o Rio Grande, além de o fazer pelo verbo do chefe de sua bancada, Sr Nabuco de Gouvêa, reforçou sua atitude pelo do Sr. Flores da Cunha, numa manifestação de harmônica e completa unanimidade, combateram com os mais inflamados adjetivos o motim, dando sua integral solidariedade à moção. Acentuou o Sr. Flores da Cunha, em seu discurso, que quase todos que dirigiam o movimento eram de “filiação opositora do Rio Grande”, citando o coronel João Francisco. A representação rio-grandense — acrescentou — fossem quais fossem as mágoas que tivesse do Sr. presidente da República, alimentava o propósito de amparar e apoiar o governo, “porque somos pela ordem, pela República, pelo Brasil.”

À proposta para que uma comissão de 21 membros fosse levar o apoio da Câmara ao presidente, juntou o “leader” da Paraíba uma outra. Evidentemente parecia-lhe exíguo esse número, e então propôs, e foi aprovado, que a comissão se constituísse de todos os oradores que haviam falado acerca da moção, e mais dos membros da mesa. Somente os oradores haviam sido 26!

Na sessão de 19, diante da denúncia, da acusação formulada com veemência contra o governo, de que a polícia varejava casas de operários, e que estavam sendo presos jornalistas só porque há dois anos passados haviam escrito contra a situação dominante, ergue-se o Sr. Antônio Carlos e defende-o com calor. E declara: “confesso, para louvá-lo, que o governo tem agido com rigor no Distrito Federal, como tem agido com rigor por toda a parte onde supõe poder existir contaminação do vírus revoltoso”. Tais rigores — aditava — são uma conseqüência natural da suspensão das garantias constitucionais. “O rigor é um direito do governo, praticando a legítima defesa: é um direito, até a última conseqüência da suspensão das garantias constitucionais”. “A moderação, tão própria do caráter mineiro, está sendo neste instante a nota predominante da conduta do Sr. presidente da República em face de um dos mais graves, senão

o mais grave movimento que os brasileiros puderam testemunhar.”

E avançou, então, esta proposição que foi ouvida entre aplausos e arrepios: “... a polícia do Distrito Federal tem o dever de recolher à prisão todo indivíduo suspeitado, por palavras que enuncia, ou por atos que comete, de que não mantém a mais rigorosa solidariedade com o governo da República (apoiados, muito bem), em o nobre propósito da salvação da nação brasileira”. (Muito bem).

Tão longe, nunca ninguém tinha ido até aquele momento!

Na sessão de 25 era o Sr. Agamenon de Magalhães que falava na “triste sedição de S. Paulo, que a esta hora agoniza sob o cerco, sob a muralha forte das forças legais do Brasil.”

A luta em S. Paulo, com efeito, ia se desenrolando com lentidão e segurança. A aviação legal entrara em atividade, procedendo a reconhecimentos e hostilizando os rebeldes. Estes bombardeavam, com a artilheria que se incorporara ao movimento, os pontos ocupados pelas forças legais, que replicavam com vigor. Havia-se estabelecido o êxodo, buscando as localidades do interior quantos podiam fugir àquele pungente espetáculo. Os canhões legais visavam, principalmente, o quartel da Luz, reduto

principal da rebelião. De dia para dia acentuava-se o progresso do avanço das forças da divisão que operava sob o comando em chefe do general Eduardo Sócrates. Forças estaduais do Rio Grande, de Minas, do Espírito Santo, da Bahia, do Rio de Janeiro e de outras unidades, cooperavam eficazmente com o exército e a armada na ação contra o motim. A cidade estava ao desamparo de qualquer policiamento. Constituiu-se um governo provisório sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes, que mantinha no desempenho de suas funções o prefeito, Sr. Firmiano Pinto. A grande capital estava isolada do resto do país, ecoando lugubrememente o canhoneio de dia e de noite. As tropas legais apertavam-na dentro de uma linha formando uma vasta meia lua, cuja base de desenvolvimento era a Penha. Sobre a cidade passou, como um tufão desenfreado, um sopro de anarquia: foram saqueados vagões de mercadorias, pilhados e incendiados armazéns.

No dia 16 a Associação Comrcial escreveu ao general Abílio de Noronha, prisioneiro dos rebeldes, uma carta em que pedia sua interferência junto ao chefe da nação para que fizesse cessar o bombardeio. A 17, em carta àquele chefe militar, apresentava o general Isidoro Dias Lopes os “aspectos da revolução”, expondo os pontos pelos quais se batia, e que declarava serem, entre outros, a formação de um

governo republicano federativo; a proibição da reeleição dos presidentes da República e dos Estados, dos deputados e senadores federais e estaduais, salvo quando reunissem o sufrágio de dois terços do eleitorado; o voto secreto e a unificação da magistratura e do processo. Recusou-se o inspetor da região a transmitir tal programa ao governo, renovando-se outras tentativas para a cessação do bombardeio que igualmente não tiveram êxito porque estabelecia o chefe do movimento, como condição para depor as armas, a renúncia do Sr. Artur Bernardes. Aparecia, depois, um programa revolucionário que se enquadrava dentro das fórmulas vagas e sempre mais ou menos empíricas: a republicanização da República, a restauração do verdadeiro regime democrático.

A 18 já a luta se travava à entrada do Brás, e quando as forças legais imaginavam que iam encontrar o adversário em suas posições para lhe oferecerem o combate decisivo, já estavam estas desocupadas, tendo os rebeldes operado uma retirada em perfeita ordem para o interior paulista, em fuga para a direção da fronteira argentina.

Na manhã de 29, segunda-feira, propagava-se na cidade a notícia alviçareira. Rejubilavam-se os

amigos do governo e os partidários da legalidade. A Câmara e o Senado palpitavam de alegria. Enchia-se o palácio do governo; sucediam-se as manifestações de solidariedade, repassadas de espírito cívico e de amor exaltado pelo poder triunfante.

O Sr. Antônio Carlos justificava, da tribuna, duas moções: propunha, uma, a nomeação de uma comissão de 25 membros que levasse as congratulações da Câmara ao presidente; outra, que se constituísse de 10 deputados para expressar ao ministro da Guerra os mesmos sentimentos, que se tornavam extensivos à oficialidade e praças dos batalhões patrióticos e policias estaduais que haviam cooperado com as forças legais “na repulsa a tão impatriótica sedição”. Novo florilégio de “leaders”. Um novo orador erguia-se na bancada rio-grandense para associar sua palavra e seus sentimentos àquelas demonstrações. Era o Sr. Getúlio Vargas. “Desde ontem, Sr. presidente, os clarins da vitória e os sons vibrantes das músicas patrióticas sacodem a alma popular em uma vibração uníssona, anunciando-lhe o regresso à segurança, à tranqüilidade, ao sossego, pela reintegração da ordem legal”. De todos os pontos do país — observava com sua palavra meditada, serena e pausada — chegam manifestações de alegria “da mesma forma que no momento aflitivo vinham brados de revolta, protestos indignados contra a

sedição, aplausos ao poder público e ofertas espontâneas de auxílio para debelar a revolta”. A sedição que acabava de ser jugulada — continuava o orador — “não tinha um fim construtor, um intuito de nobreza, nem a flama justificativa de um ideal. Nada disso. Era, pela sua natureza, pelos seus fins, puramente negativa. Um dia, esses homens que iludiram a nação, conspirando para assaltar os poderes públicos, ludibriando a confiança que neles depositara, como encarregados da manutenção da ordem pública” violaram o seu pacto de honra, “para voltarem as armas contra essas próprias instituições, amatulados em uma revolta de quartéis, unidos apenas sob a base comum do instinto de destruição”. Era, sem dúvida, forte demais para um movimento que havia desdobrado perante o país um programa de reformas políticas, e que acabou conquistando as simpatias de quase toda a população de S. Paulo, mas o deputado rio-grandense assim o sentia, e cumpria o dever de expor livremente seu pensamento. E, por assim pensar, prosseguiu referindo-se à “sedição que fora combatida por todas as forças vivas da nacionalidade, em meio da indignação e do desprezo público”. E, por isso, a manifestação que de sua solidariedade deu ao poder público o governo rio-grandense “foi completa e integral, prestando o benéfico auxílio de todos os recursos do Estado, quer moral, quer

materialmente”. “Essa atitude se corporificou no auxílio dessa briosa milícia cívica que veio combater em São Paulo, e que trouxe, como características do torrão nativo, no meio de seus bravos irmãos de armas, o ímpeto e o arremesso sul-rio-grandenses”. E em sua peroração afirmava: “Por isso, a derrota dos rebeldes que, em S. Paulo, ergueram o eólio da revolta, tem para nós o significado, de uma profunda lição.”

Não foi menos eloqüente o júbilo do Senado. Entre transportes de entusiasmo, votou uma moção inspirada nos mesmos sentimentos. Uma comissão de 21 membros foi ao Catete expressar ao presidente as congratulações daquela casa, o que fez pelo órgão do Sr. Azeredo. Faziam parte da comissão os Srs. Pires Rebelo, Tomás Rodrigues, o representante da Paraíba Sr. Venâncio Neiva, o do Distrito Federal, Sr. Mendes Tavares, os senadores mineiros Srs. Bueno Brandão e Bueno de Paiva, e o Sr. Vespúcio de Abreu, pelo Rio Grande.

E na sessão de 31 de novo se erguia na Câmara a voz do Sr. Francisco Campos, inflamada e clangorosa, intervindo no concerto: “... não representa esta vitória da ordem sobre seus inimigos e seus vencedores apenas a vitória dum regime, dum credo, dum sistema político, mas a vitória da própria civilização e da cultura sobre essa mentalidade elementar e primitiva sob

cuja permanente ameaça se encontraram bens superiores à vida...”

Havia durado vinte e três dias o domínio da rebelião em S. Paulo, tendo sido a retirada que lhe pôs termo uma conseqüência inevitável das circunstâncias. Era, com efeito, muito precária a situação das forças amotinadas, contra as quais se amontoavam elementos de ação procedentes de todos os quadrantes. Era preciso aproveitar quanto antes o momento, pois se para o centro urbano marchavam os vários destacamentos que operavam às ordens dos generais Tertuliano Potiguara, Vila Lobos, Florindo Ramos, Pantaleão Teles e Carlos Arlindo, não estava ainda completo o cerco, sendo as guarnições ralas e descontínuas. Mas de outros pontos afluíam outras forças que não tardariam a modificar essa situação. A brigada sul, do comando do general Azevedo Costa, não tardaria a cerrar as aberturas à direita e a oeste. A junção dessas forças com a coluna do general Martins Pereira asseguraria um ataque combinado e harmônico de sul para o norte, de oeste para leste, e de noroeste para sudeste, impondo uma rendição. No intuito de embarçar essa marcha, haviam sido ocupadas várias cidades do interior, que se achavam sob o governo militar de oficiais rebeldes. Contra a coluna Martins Pereira foi mandada uma força sediciosa, ecoando dentro de uma impressão desoladora as informações dos resultados desse

encontro, e que constituíam uma recomendação muito pouco abonadora da capacidade e da própria coragem daquele chefe legalista.

Era de contínua intranqüilidade a situação do país. Sucessivas rebeliões haviam secundado o movimento de S. Paulo, depondo governos locais, tomando de assalto o poder. No Amazonas, no Pará, em Sergipe e em Mato Grosso registravam-se tais ocorrências. Naquele Estado setentrional imperou por muitos dias um governo revolucionário, sendo a ordem constitucional restabelecida pela ação de uma forte expedição militar sob o comando do general João de Deus Mena Barreto. A sublevação de Sergipe, que igualmente depôs e prendeu o presidente do Estado, foi dominada por uma coluna ao mando do general Marçal de Faria, constituída de contingentes das policias militares da Bahia e de Alagoas, do exército e da marinha. O do Pará foi sufocado pela própria milícia estadual, e o de Mato Grosso pela maioria da guarnição federal, auxiliada por civis armados, sob o comando do general Nepomuceno Costa.

Destruindo pontes e grandes trechos de estradas de ferro, requisitando dinheiro, gêneros e viaturas, incendiando, prendendo, devastando, seguiram as forças rebeldes, em sua retirada, em direção de Mato Grosso, onde tiveram de lutar com as tropas federais que ali operavam sob as

ordens dos generais Nepomuceno Costa e Malan d'Angrogne. Desceram, então, o rio Paraná e suas margens, indo deter-se na foz do Iguaçu. Para ali seguia a expedição legalista ao mando do general Cândido Rondon, quando se pronunciou uma nova e grave rebelião no Rio Grande. Foram dois movimentos de sérias proporções, dando-se o primeiro a 29 de outubro, e o segundo a 4 de novembro. Sublevaram-se várias unidades do exército, sendo o território rio-grandense novamente invadido por uma coluna, a cuja testa se achava o cabecilha Honório de Lemos, em sua quase totalidade composta de elementos da revolução de 1923.

O Rio Grande havia reafirmado, numa manifestação de alta eloquência, a 29 de setembro, sua repulsa pelo motim e sua solidariedade com o governo com que coexistia a legalidade. Naquele dia chegava a Porto Alegre, de volta de S. Paulo, o destacamento da Brigada Militar que havia operado com as forças legais contra os rebeldes. Era seu comandante o coronel Lúcio Esteves. Saudando de uma das janelas do palácio do governo os soldados rio-grandense que a população acolhia em transportes de entusiasmo, disse-lhes o Sr. Borges de Medeiros:

“Fostes inexcedíveis ao combater pela ordem, tão seriamente conturbada. Mas outra glória maior vos tem aureolado para sempre, e é a de

haver contribuído para salvar do terremoto revolucionário a constituição e o princípio da autoridade, que um desvario anárquico ousou afrontar diretamente com todas as agravantes dum crime monstruoso”. “Confiai na justiça da história e da legenda!”

A 4 de novembro era a Capital Federal, que conhecia as horas aflitivas de uma nova sublevação. Na baía de Guanabara amotinava-se pela manhã o encouraçado “S. Paulo”, assestando seus canhões sobre o palácio do Catete. Cada brasileiro — observava da tribuna, naquela tarde, o Sr. Antônio Cralos — havia de perguntar que rumo procuraria aquele movimento. E haveria de se convencer de que esse rumo “é o da anarquia”. Falava, a seguir, na “repercussão tristíssima, para o nome do Brasil, que causará no estrangeiro ao se saber que uma unidade de nossa marinha de guerra assestou seus canhões contra o palácio do presidente da República”. “O Brasil — completava, com justa indignação — corre o risco de passar a ser inscrito no número das nações a quem a humanidade não conceitua, porque no meio delas florescem os pronunciamentos que são a véspera da anarquia.” E concluía apresentando uma moção pela qual a Câmara, “diante do novo e odioso levante” reafirmava sua inquebrantável solidariedade ao chefe da nação, “intrépido depositário e símbolo da ordem legal” e de

aplausos “à nobre fidelidade das bravas forças de mar e terra que se mantêm na defesa da constituição e das leis, manifestando sua indignação patriótica contra os autores, promotores e incitadores dessas periódicas e funestas explosões de indisciplina”.

Nova poliantéia oratória. De novo todos os “leaders” de bancada na tribuna. Outros oradores reforçavam a manifestação daquela indignação coletiva pelo motim. Entre estes os Srs. José Bonifácio, Agamenon de Magalhães, Tavares Cavalcanti, Antunes Maciel, Simões Lopes e Lindolfo Collor, e outra vez os Srs. Francisco Campos e Getúlio Vargas.

Os libertadores, com o olhar voltado para a nova revolução rio-grandense, já não estavam com o governo que lhes havia assegurado as cadeiras de onde podiam falar à nação. É que o Sr. Artur Bernardes tornara-se um aliado do Sr. Borges de Medeiros. Devendo-lhe a cooperação rio-grandense no combate à sublevação paulista, defendiam-se juntos, agora, do inimigo que se lhes tornara comum. No novo motim que outra vez convulsionava o sul, ressurgia o tenente Siqueira Campos, e aparecia a figura incisiva do capitão Luís Carlos Prestes.

A voz do Sr. Plínio Casado quebrou a harmonia daquela nova sinfonia de aplausos ao

governo e de repulsa pela sublevação. Seu partido — declarava num breve discurso — estava com a revolução, desde que seus amigos invadiram o território rio-grandense. Em vez de moções, reclamava a anistia como medida política. E o Sr. José Bonifácio convidava-o a ler o discurso que havia pronunciado dois meses antes. O Sr. Batista Luzardo acusava a situação rio-grandense de haver rompido o pacto de Pedras Altas com atos de violência, perseguições e sofrimentos, que impediam eleições livres.

O encouraçado sublevado, depois de haver despejado seus canhões em alguns tiros sem alvo, e de haver ameaçado durante um dia inteiro a cidade com o poder destruidor de suas armas, transpôs a barra sob o fogo das fortalezas, e seguido pelo “Minas Gerais”, a cujo bordo ia o almirante Alexandrino de Alencar, ministro da Marinha.

As forças do Rio Grande estavam de novo em luta com a rebelião. Para combatê-la improvisavam-se generais civis valorosos e bravos: entre eles o Sr. Flores da Cunha e o Sr. Firmino Paim Filho.

Daí por diante estava quase toda a bancada libertadora em franca oposição ao governo do Sr. Artur Bernardes. Erguiam-se, a cada momento — daquela tribuna que era a única a funcionar

dentro do sítio, e ainda assim com uma liberdade apenas relativa, sujeita às restrições impostas à divulgação dos discursos de oposição — as mais severas acusações ao governo, pela prática de atos de perseguição e violências, cheias as prisões, jornais suspensos. E o Sr. Antônio Carlos, solícito, pronto e sorridente, encontrava explicação e justificativa para tudo: “Conseqüências do estado de sítio... É natural, diante das revoltas...”

O Sr. Artur Caetano, deputado libertador, pronunciava naqueles dias um discurso em que formulava contra a situação rio-grandense uma série de acusações sensacionais. Depois do pleito de 8 de maio — informava com a documentação dos fatos — “desapareceram do Rio Grande todas as liberdades. Não há a liberdade de discussão, não há a liberdade de imprensa, não há a liberdade das urnas, e até mesmo existe coação sobre o exercício da liberdade profissional.” “Nós, os representantes da oposição, nos preparávamos para descrever ao país todos estes crimes, quando fomos surpreendidos com a formidável sedição que irrompeu em S. Paulo”. E citava este fato: “Reuniu-se a comissão para apurar o pleito a portas fechadas. Foi um dos trabalhos mais escandalosos de fraude que se conhecem, uma das maiores afrontas feitas aos brios do Rio Grande”. “... foram roubados ao Sr. Assis Brasil

cerca de 6.000 sufrágios”. “A paz foi firmada no papel, mas não nos espíritos”.

Na sessão de 24 de novembro falava novamente o Sr. Getúlio Vargas. Prestando informações acerca do movimento do sul, declarava-se certo de que “a ação convergente das forças dos governos federal e estadual vencerão, dentro de pouco tempo, esta revolta impatriótica, porque elas têm a seu lado, além da força material, inegável superioridade moral, porque elas defendem os bons interesses da pátria, defendem nossa nacionalidade contra a empreitada sinistra dessas verdadeiras arrancadas do caudilhismo que sobrevivem de quando em quando, e que precisam ser aniquiladas de vez, porque são focos contínuos de erupção!”

De prorrogação em prorrogação, havia sido o sítio estendido até o último dia daquele ano tumultuoso, iluminado pelos clarões sinistros da guerra fratricida e pelo embate violento e sem tréguas dos ódios e paixões. Em agosto havia sido concedida à imprensa uma pequena aberta de liberdade, suspendendo-se a censura para a crítica ao programa do governo e à administração pública...

Aquela segunda metade de 1924 ficava marcada por outros fatos: A 24 de agosto perdia a

situação o mais sólido de seus esteios: falecia em Belo Horizonte, sem haver logrado preencher nenhuma das etapas de sua carreira ascencional, vertiginosa, inquieta, o Sr. Raul Soares. E uma vez mais era Minas forçada, pela imperativa contingência da morte, a anular um vasto e amplo programa que havia traçado para um futuro remoto...

O Sr. Góis Calmon havia sido eleito governador da Bahia e tomara posse de seu cargo, não passando de uma tentativa frustrada o esforço, que empreendeu o S. Seabra, para fazer vingar, com a candidatura do Sr. Arlindo Leoni, a duplicata de poderes que lançou no terreno instável e aventureiro por onde estava caminhando. E incumbiu então o Sr. Moniz Sodré de relatar ao país, da tribuna do Senado, que só não ofereceu à posse do Sr. Góis Calmon a resistência que anunciou em suas proclamações, porque para tanto lhe faltaram oficiais, soldados e armas. A Polícia Militar da Bahia tinha-o traído!

Dominada que foi, afinal, a nova revolução do sul, pelas forças federais fiéis à legalidade e pela Brigada Militar, puderam novos efetivos ir se incorporar à expedição que marchava no encalço das forças rebeldes em fuga, batendo-as afinal na foz do Iguaçu e impelindo-as para o território argentino.

E o ano terminava sem que o Congresso ultimasse a elaboração dos orçamentos. Toda sua atividade se desenvolvera no campo exclusivo das agitações políticas, vencendo na tenaz obstrução oposta à ultimação da receita, o pequeno grupo oposicionista, remanescente da campanha presidencial, que ali se obstinava em criar todo o gênero de dificuldades à ação do governo. À sombra das franquias liberais do regimento tornara-se possível esse resultado apenas a quatro senadores!

Foi possível, sim, concluir a votação da lei que autorizava o governo a intervir no Amazonas. E este assim o fez, nomeando interventor o Sr. Alfredo Sá, que a 2 de dezembro ocupava o palácio de Manaus para se entregar ao desempenho das funções de seu cargo, só o deixando quando pôde o governo anunciar que a ordem constitucional estava inteiramente restaurada na longínqua província do extremo norte.

1925 alvorecia sob um horóscopo menos escuro e menos sinistro. A coluna Prestes começava a varar o norte, agitando a região, lançando os governos locais nos preparativos para a defesa de seus territórios, mas não representava perigo algum imediato para a ordem geral. Eram apenas entretidas pelos elementos com que partiram do Rio Grande, depois da

vitória legalista, os arrojados oficiais rebeldes capitão Luís Carlos Prestes e tenente Siqueira Campos, e que iam sendo, em sua trajetória pela dureza dos sertões, engrossados em seu número por novos combatentes nômades, guerrilhas inquietantes que somente reclamavam uma vigilância maior porque nunca manifestaram o propósito de enfrentar num encontro decisivo as forças ao serviço da ordem constitucional.

Outra vez prorrogado, estendia-se essa nova dilação do sítio pelo ano inteiro, invadindo o período integral da sessão legislativa.

No terreno administrativo encontrava-se o governo em uma situação embaraçosa, privada como se achava da lei da receita para aquele exercício financeiro. Foi, por isso, compelido a ordenar a suspensão de todas as obras públicas em andamento. Prorrogada, como havia sido, a receita do ano anterior, não mais podia contar com várias providências fiscais de grande alcance, que deveriam proporcionar-lhe os recursos indispensáveis ao desenvolvimento progressivo do país e à realização de um plano de iniciativas de grande alcance para o interesse coletivo.

A polícia praticava excessos que o simples estado de suspensão das garantias constitucionais estimulava. Era um regime de

irresponsabilidade coletiva que gerava abusos condenáveis e criava para o governo uma impopularidade crescente. Vivia a população numa inquietação permanente, que muitas vezes tornava-se ainda mais aguda ao suspender-se, de súbito, o tráfego de veículos pela rua do Catete e pela praia do Flamengo, como pelas imediações do quartel-general, lugares onde o trânsito de pedestres era, às vezes, quase inteiramente proibido, na necessidade de deixar isolados a sede do governo e o ministério da guerra. Detinham-se automóveis para que seus passageiros fossem revistados; pessoas que buscavam à noite suas residências em ruas vizinhas do palácio do Catete sofriam vexames injustificáveis, sendo não raro presas aquelas que pretendiam fazer valer o que em épocas normais seria um direito. Mas o governo estava fora da lei. Fora da lei, para defender a legalidade...

Abertas, em maio, as câmaras legislativas, recrudesciu a oposição, sofrendo um combate veemente o decreto da prorrogação do sítio e a proposição que mandava aprovar os atos praticados pelo governo durante o primeiro período da suspensão das garantias.

Em julho era corrente nos chamados círculos políticos que somente em setembro “seria resolvido” o problema da sucessão do Sr. Artur Bernardes, que toda a gente presumia calmo e

pacífico, sendo desde muito considerado o candidato natural da política dominante o Sr. Washington Luís, que fazia em S. Paulo um governo de realizações, afirmando-se um grande administrador. Protelar sua solução era uma maneira de proteger o Sr. Artur Bernardes contra a diminuição a que a volubilidade dos homens condena sempre, diante do presidente do futuro, o presidente cessante.

Já se havia, aliás, estabelecido um entendimento entre o Sr. Antônio Carlos e o Sr. Carlos de Campos pelo qual Minas e S. Paulo procederiam numa perfeita harmonia de vistas no exame da solução do assunto, certos de que todos os demais Estados acompanhariam, guiados pelo dedo indicador do Catete, a marcha dos dois astros de primeira grandeza do sistema planetário da política brasileira.

E é muito simples a história da candidatura do Sr. Washington Luís. Além da expressão de seu nome, deveria caber de novo a S. Paulo a presidência, numa continuação histórica daquele revezamento com que o Brasil tanto já se havia acostumado, e que vinha desde o Sr. Afonso Pena, tendo sofrido apenas os hiatos abertos pelos governos Hermes e Epitácio. A seqüência Minas-S. Paulo ia continuar por força do prestígio político e geográfico das duas poderosas unidades, como ainda pelo valor de seus homens.

Eram as duas melhores escolas de governo e de educação política, e essa verdade teria de transparecer com uma claridade ainda maior quando um terremoto viesse remover das soluções quatrienais do país esses dois fatores benéficos da paz e da concórdia do Brasil, ainda não perturbadas pela ambição enfermiza que deveria armar um presidente de Minas em incendiário e destruidor do grande edifício que se apoiava nos fundamentos da ordem jurídica e no espírito constitucional da nação.

Um dia chamou o Sr. Artur Bernardes ao Catete o presidente de Minas que havia sucedido o Sr. Raul Soares no palácio da Liberdade — secretário do interior que fora de seu governo e continuador natural de sua ação reconstrutora no Estado — e anunciou-lhe o desejo de que a política mineira adotasse aquela candidatura. Pediu a opinião do Sr. Melo Viana, dando-lha este em termos formais e positivos. Não tinha motivo algum para deixar de aceitar com prazer aquela indicação.

E quando, mais tarde, foi o Sr. Antônio Carlos incumbido de partir para S. Paulo com o fim de comunicar essa decisão ao Sr. Carlos de Campos, não levava, executando com a fidelidade habitual o mandato que lhe conferia o detentor do poder, outro encargo que não o de informá-lo de que aquela era a resolução tomada por Minas. O

presidente de S. Paulo ainda quis discutir a questão, pretendendo o direito de opinar no assunto — fosse embora para não contrariar a indicação — mas não lho permitiu o emissário do Catete.

— Vim apenas informá-lo de que Minas resolveu lançar essa candidatura...

O Sr. Washington Luís aguardava na Europa a notificação dessa decisão.

Mas houve, embora sem seguimento, um prelúdio de agitação.

Um dia, em Belo Horizonte, foi o Sr. Melo Viana solicitado pelo Sr. Ataliba Sales para conceder uma entrevista a um emissário que para esse fim havia mandado a Belo Horizonte um matutino carioca de grande vigor combativo. A resposta foi negativa. Não concederia entrevista alguma de caráter político. Se pretendia conversar sobre assuntos gerais, referentes à administração mineira, poderia aparecer à noite, no palácio, ocasião em que se entregava às palestras habituais com seus amigos. À noite, com efeito, ali apareceu o jornalista. Presentes os Srs. Ataliba Sales, Carneiro de Rezende e Teixeira de Lima, advogado em Belo Horizonte, generalizou-se a palestra, sem que o presidente houvesse absolutamente concedido entrevista alguma ao emissário do referido diário. Este,

porém, publicava dois dias depois uma sensacional entrevista política que lhe havia concedido o chefe do governo mineiro, e na qual atribuía-lhe a declaração formal de que era contra a candidatura Washington Luís, e que a impugnaría. Apressou-se o Sr. Melo Viana em expedir-lhe um telegrama no qual contestava formalmente a exatidão da referida entrevista, acrescentando que de todo não a tinha concedido. Conseqüência: foi o presidente de Minas duramente atacado, ficando exposto como um homem que se retrata de declarações formais que havia feito, como um volúvel, destituído de qualquer firmeza, sem ponderação.

A exploração que então se fez em torno do Sr. Melo Viana foi enorme. As três testemunhas citadas escreveram-lhe uma carta confirmando sua contestação, mas nunca se decidiu ele a dá-la à publicidade. A oposição que ardia por devorar o Sr. Artur Bernardes, julgou que ali estava um ótimo instrumento para lhe facilitar a satisfação desse apetite, e alimentou, durante dias seguidos, a ilusão de que acabaria por levá-lo a atirar Minas contra o presidente da República. Tornou-se corrente, na época, que tais manifestações haviam chegado ao Sr. Melo Viana que, se este o quisesse, poderia contar com as mais poderosas adesões no seio do exército para apoiar um movimento de insurreição contra o chefe da nação, fosse aceitando a indicação de seu nome

para candidato à sua sucessão constitucional, fosse por um golpe extra legal.

O Sr. Washington Luís regressava da Europa naqueles dias agitados, e era recebido com todas as honras pelo Sr. Artur Bernardes. Passou quase todo o dia de sua chegada no Catete, e logo depois sabia-se que havia declarado ao presidente que, se sua candidatura pudesse, por alguma forma, vir a criar-lhe qualquer dificuldade, pedia-lhe que não vacilasse em desobrigar-se de seu compromisso, dela desistindo livremente. Respondeu-lhe o presidente que, com luta ou sem luta, mantê-la-ia até o fim. E estava certo — acrescentou — de que se tivesse de haver luta, dela sairia vitoriosa sua candidatura.

O Sr. Melo Viana, destruindo afinal todas as intrigas que se faziam em redor de sua atitude, e desautorizando por essa forma a continuação da agitação reinante, deu o apoio formal de Minas à candidatura do Sr. Washington Luís, que num discurso pronunciado em Santos, num almoço ali oferecido dias depois ao recém-chegado, o Sr. Carlos de Campos levantava e logo depois a comissão diretora do P.R.P. oficializava, seguida sem demora nesse pronunciamento por sua congênere do P.R.M., reunida em Belo Horizonte.

E a 1.º de março as urnas sancionavam — no único hiato que se abria dentro do sítio — a

escolha da convenção que havia dado corpo e forma à chapa Washington Luís-Melo Viana.

Entre as votações das emendas à reforma da constituição e os debates políticos em que cada vez mais se acirrava a minoria, chegava dezembro. E uma vez mais vencida a obstrução, impedindo a patrulha oposicionista que se ultimasse, dessa vez, a elaboração da despesa.

Outorgava então o Congresso ao poder executivo a tarefa que resumia o principal e o mais importante de seus deveres constitucionais. De então em diante — e antes que entrasse em vigor a constituição reformada — ficaria anulada a antiga e tradicional manobra. Não mais poderia uma minoria fazer dos orçamentos, nos últimos dias de uma sessão legislativa, e sob a pressão angustiosa do tempo, uma espécie de refém com o fim de poder conquistar das majorias intolerantes e fortes pelo número e pelo apoio do governo — prática condenável, mas às vezes perfeitamente compreensível e justificável — algumas concessões que de outro modo se lhes tornavam de todo inacessíveis. Dispunha a resolução aprovada que no caso de não serem elaboradas as leis orçamentárias até o dia 31 de dezembro, vigorariam as do exercício anterior até que as votasse o Congresso.

Em vários finais de ano, agitados por violentos embates políticos, mais de uma tentativa foi feita para se votar uma prerrogativa, habilitando o governo a prover legalmente às necessidades do aparelhamento administrativo sem exercer a chamada ditadura financeira. Nos últimos momentos tornava-se sempre possível uma composição. Assim, o que dessa vez se fazia ultrapassava tudo, porque era o Congresso votando uma lei preventiva contra o próprio Congresso!

Iam surgindo, sob as projeções da luz do momento, os figuras do futuro que o destino armava para o Brasil.

Indicado pelo Sr. Artur Bernardes e aceito sem nenhuma restrição pelo Sr. Melo Viana, era no princípio de 1926 eleito presidente de Minas o Sr. Antônio Carlos. A 7 de setembro assumia o poder. Um dos secretários de seu governo saía, como os demais, da bancada federal, e deixava vago o posto de “leader” da maioria. Era o Sr. Viana do Castelo. E foi então que entrou no desempenho das funções daquela investidura política o Sr. Júlio Prestes que, por ser o depositário mais imediato da confiança do presidente eleito, e um de seus mais devotados amigos, tendo vindo para a bancada depois de

haver sido o “leader” da Câmara estadual durante seu governo em S. Paulo, estava naturalmente indicado para o desempenho dessa comissão naqueles meses que restavam à sessão legislativa. E, na realidade, já tão acentuada ascendência exercia sobre a maioria, que somente com sua interferência conseguiu o Sr. Viana do Castelo mantê-la dentro dos preceitos da disciplina, obtendo número para as votações sempre que havia alguma matéria de importância na ordem do dia a ser submetida ao plenário.

Tornou-se, pois, oficialmente, aquilo que na realidade mais ou menos já era. E sobre o novo “leader” da maioria — moço, enérgico, cheio de autoridade — fixava-se o olhar interessado e curioso de toda a política. As “várias”, refletindo os ressentimentos do Sr. Felix Pacheco, senador eleito e diplomado pelo Piauí que não fora reconhecido para que pudesse voltar a sentar-se em sua antiga cadeira, até onde o conduzia a mão do Sr. Washington Luís, o marechal Pires Ferreira, começavam daí a pouco a chamar ironicamente ao Sr. Júlio Prestes “futuro presidente da República”.

Não podia um governo, assim perturbado por tantas comoções, realizar, no terreno propriamente administrativo, uma obra que valesse, ao menos, pela confirmação dos atributos

que o Sr. Artur Bernardes havia revelado em Minas.

Tínhamos, no fim da primeira metade de seu quatriênio, a impressão de que havíamos saído definitivamente do regime das emissões imoderadas e sem lastro, que eram o remédio usual do Tesouro para todas as suas crises periódicas. Dessa funesta política inflacionista, íamos evoluindo, a passo firme e seguro, para o saneamento desejado. O presidente trazia um programa financeiro bem orientado, e parecia que ia ter uma realização integral. As primeiras experiências da nova política, que tinha seus alicerces no aparelho emissor, regulador da circulação, em que foi convertido o Banco do Brasil, pareceram um pouco audazes. Provocou então o próprio governo um incidente parlamentar de que resultou a retirada dos Srs. Sampaio Vidal e Cincinato Braga da pasta da fazenda e da presidência daquele instituto de crédito. As emissões que tinha feito o novo aparelho, e que buscavam atender às necessidades da produção e do trabalho, foram reduzidas ao mínimo, com graves danos para o interesse coletivo — talvez piores do que aqueles que com esse procedimento procurava o governo corrigir.

Na proposta orçamentária elaborada pelo novo ministro da Fazenda, Sr. Anibal Freire —

“leader” da bancada pernambucana e sucessor lógico do Sr. Sampaio Vidal como autor que foi do incidente parlamentar determinante da crise — para o exercício financeiro de 1927, já figurava a verba destinada ao pagamento da primeira prestação semestral correspondente às amortizações da dívida externa suspensa em virtude dos acordos de “funding” negociados nos anos de 1898 e 1914, e que montava a 13.346:244\$978 ouro. Compreendia essa dívida os empréstimos contraídos em libras nos anos de 1883, 1888, 1889, 1895, 1901, 1903, 1906, 1908, 1910, 1911, 1913 e 1924, e em francos os de 1908, 1909, 1910 e 1911.

Quando faltavam apenas menos de dez meses para a terminação de seu governo, que teve de consagrar quase todo o seu interesse e a maior parte de suas preocupações aos problemas da ordem pública, e quando para o palácio da rua da Relação voltava-se o olhar carregado de toda a população, tomou o Sr. Artur Bernardes uma providência acertada, mas tardia: — exonerou de suas funções o chefe de polícia, fazendo substituir o velho soldado por um jurista. Tais eram, com efeito, os excessos, os abusos e os atos maus que se praticavam à sombra daquela administração, que houve necessidade de submeter a polícia a um policiamento vigilante e severo...

O motivo determinante dessa substituição foi a tolerância excessiva que a polícia estava dispensando ao jogo, mas se os fundamentos de caráter político, que desde muito deveriam tê-la inspirado, tivessem sido tomados pelo presidente na consideração que reclamavam, por certo teria ele removido, ainda em tempo, a causa principal das incompatibilidades da população com o seu governo.

Novas fantasias, novos vãos arrojados de conjecturas.

Aproximava-se o termo da espera jornada, e de novo se assoalhava, com a mesma constância na insistência, que o presidente não transmitiria o poder ao seu sucessor, devendo renunciar antes de 15 de novembro. Eleito governador de Pernambuco e não tendo ido assumir o poder na época constitucional, porque desejava terminar seu mandato de vice-presidente, explicava-se a presença do Sr. Estácio Coimbra no Rio de Janeiro pela necessidade de ocupar o Catete nessa interinidade.

Mas ali permaceu o Sr. Artur Bernardes até o último momento.

A proposta da revisão constitucional, que se processara com a colaboração consciente da bancada rio-grandense, em reuniões celebradas no Catete, sob as vistas diretas do presidente,

pela comissão especial incumbida da grande reforma, foi considerada prudente porque não indicava nenhuma modificação que afetasse as linhas gerais do regime, nem o futuro e os destinos da nação. Como foi o Sr. Artur Bernardes o primeiro presidente que a propôs, é oportuno lembrar que sete presidentes dos Estados Unidos tomaram idêntica iniciativa e que nem um, sequer, conseguiu ver triunfantes as emendas que sugeriram. Caíram todas. A reforma Artur Bernardes, da qual só teria de prevalecer, para o futuro, o que ela continha de simples boa intenção, quase que se limitou aos pontos que retardavam ou perturbavam a administração.

Exerceu o Sr. Artur Bernardes o poder na fase mais difícil e delicada da história do Brasil contemporâneo. Pouco inclinado a transigência, considerou-se tão estreitamente vinculado ao princípio da autoridade, que a missão de defendê-lo e preservá-lo afigurou-se-lhe alguma coisa de messiânico, assim como uma tarefa ditada e iluminada pelo céu e pelo destino. Permitiu, por isso, que se criasse a falsa impressão de ser um espírito empedernido e uma alma insensível à dor e ao sofrimento alheios. Deu, como ninguém o esperava, um desempenho radical ao papel de quem se defende. O sítio, dentro do qual muitas vezes sequer sem sua ciência, praticaram-se de fato tantos crimes, e fantasiou-se a existência de tantos outros, pareceu-lhe um mal necessário

que lhe não era possível evitar. Mas mesmo numa grande parte da vigência desse regime de exceção, tornou-se livre a manifestação do pensamento. A discussão de todos os problemas nacionais, como por exemplo a da reforma constitucional e a da lei de imprensa, que apenas se ultimou sob seu governo, fez-se sem nenhuma limitação. Considerou o sítio como uma medida preventiva, uma espécie de arma defensiva que precisou ter na mão para amparar a sociedade contra os golpes dos motins e das revoltas. Encurralaram-no seus adversários dentro de um círculo de ferro. Lá dentro defendeu-se com intrepidez e uma energia inflexível. E não obstante todos os embates formidáveis que se lhe antepuseram, e que o forçaram a renunciar a parte mais preciosa de seu programa, realizou uma administração de bons resultados. Restabeleu o crédito nacional e promoveu uma elevação salutar do câmbio; opôs remédio eficiente aos males a bem dizer crônicos do desequilíbrio orçamentário, suprimindo com a reforma constitucional as famosas caudas, em que parecia residir a causa principal de toda nossa desorganização financeira; e apesar de uma dívida flutuante de vulto compatível com as necessidades imperativas a que teve de acudir, deixou em condições relativamente favoráveis a situação do Tesouro.

Exagerou, talvez, o Sr. Washington Luís dizendo, no discurso que pronunciou quando

visitou Belo Horizonte, que se não fosse o Sr. Artur Bernardes não existiria o Brasil.

Traçou, porém, com essa hipérbole, um perfil que resume com fidelidade o predicado principal, a maior das virtudes que transparece de toda a ação desse homem férreo: haver instituído no Brasil uma verdadeira escola de coragem e de dever cívico.

XXI

O lenço vermelho, epílogo incruento da hora H

Entre palmas e aclamações que o novo presidente recolhia nas ruas e ia levar ao Sr. Artur Bernardes no Catete, onde este o esperava para lhe transmitir as insígnias do poder, e retirar-se, no meio das providências acauteladoras da polícia, para ir esperar no hotel Glória a hora de tomar o trem especial em que deveria embarcar para a tranqüilidade de sua plácida Viçosa, realizava-se a 15 de novembro a cerimônia da posse do Sr. Washington Luís.

O novo chefe da nação, que o povo via pela primeira vez, estava risonho e sentia-se feliz. Inspiravam confiança aquela máscara varonil, aquele porte cheio de autoridade. O Sr. Melo Viana recebia, de sua popularidade, uma nova consagração. A população, que via chegar a seu termo, numa sensação de alívio, o pesado e tormentoso quatriênio que findava naquele dia, dava largas expansões ao seu júbilo.

Realizava-se a cerimônia dentro do esplendor do palácio Tiradentes, e o cortejo desfilava pelas ruas congestionadas do centro urbano sem que tivesse sido necessário adotar qualquer medida de caráter excepcional para resguardar a pessoa do supremo magistrado.

O Sr. Washington Luís havia organizado um ministério pouco expressivo, é certo, mas nem por isso deixou seu governo de se iniciar numa expectativa de acentuado otimismo. Eram de sobra conhecidas suas intransigências em questões de moralidade administrativa, e tidos na devida conta seus títulos de homem de governo, ainda mais valorizados pela soma de conhecimentos novos, observações e estudos que não podia deixar de ter capitalizado na viagem que empreendeu na Europa, onde permaneceu por mais de um ano em contato com a civilização avançada, com os homens e os problemas de atualidade internacional.

Trazia para o governo um programa um tanto audaz de reforma financeira, que havia exposto no banquete com que o distinguiram as classes conservadoras, quando já eleito e reconhecido, e que havia sofrido um amplo e arejado debate. Convencera-se de que a causa determinante da desorganização do nosso aparelhamento econômico residia, principalmente, na instabilidade do câmbio e na falta de uma moeda

sã, que só o padrão ouro pode assegurar, e ideou uma reforma que tivesse por base esses dois pontos capitais.

Como orientação, nada de mais acertado e de alcance mais prático. Eqüivaleria, além do mais, a realizar no Brasil aquilo que vinha sendo adotado como uma reforma necessária imposta pelas solicitações do progresso e da vida moderna, por quase todas as nações bem organizadas do mundo, e que se tornara como que uma conseqüência natural das transformações universais que se seguiram à guerra.

Eram sem conta os exemplos, valendo cada qual por uma lição de maior eloqüência. Basta lembrar alguns. A estabilização do franco foi aclamada como o acontecimento de maior importância ocorrido na Europa no terreno econômico, desde que a Alemanha estabilizou sua moeda sobre uma base saneada. A Alemanha, a Suécia e a Rússia efetuaram essa reforma em 1924; conseguiram-na em 1925 a Grã Bretanha, a Holanda, a Confederação Suíça, a Hungria e a Finlândia; em 1926, seguia esse exemplo a Bélgica. Estabilizaram sua moeda: em 1927, a Itália, a Dinamarca, a Polônia; em 1928, a Noruega e a França. No continente sul-americano, realizou idêntica reforma o Chile. Esses cinco anos, portanto, presenciaram a

estabilização definitiva, aos tipos anteriores ou a outros novos, das moedas da maior parte dos países europeus, e a real, ainda que não oficial, das dos demais.

Era o fim do capítulo da história da restauração do meio circulante que realizavam, fixando numa base comum o valor de suas moedas, de acordo com as recomendações das conferências de Bruxelas e Gênova.

O Sr. Washington Luís começava, daí a pouco, a ser combatido por haver estabilizado a moeda brasileira ao chamado câmbio vil —“ 5 29/32. Pois bem: dentre todos os países europeus, foram a Grã Bretanha, a Alemanha, a Suíça e a Suécia os únicos que volveram ao padrão ouro na base do valor que tinham suas moedas antes da guerra. O valor da lira italiana foi fixado na quarta parte do anterior; na quinta, o do franco francês, não alcançando a décima terceira o da moeda rumaica.

Efeitos práticos dessa transformação, também instruídos apenas com alguns exemplos: a Alemanha cancelou, de fato, todas as obrigações que contraiu no interior antes da criação do chamado marco de renda. Se se prescindir das reparações, é completa a liberação do país. A França anulou quatro quintos de suas dívidas internas, e três quartos das suas a Itália.

Já não existem as dívidas da Áustria e da Rússia. “Todo o continente europeu — disse Lloyd George a propósito — arremessou suas cargas num abismo, do qual surge com grande rapidez”.

Naqueles poucos dias que restavam, sob o novo governo, à sessão legislativa expirante, foi convertido em lei o projeto, de iniciativa do Sr. Júlio Prestes, consubstanciando a grande reforma cujo fim principal era estabelecer a circulação metálica por meio de notas conversíveis ouro, à vista, ao portador, imediatamente à sua apresentação. Criava-se, para o desempenho dessa função, o novo instituto que era a Caixa de Estabilização. Sob o número 5.108, era essa proposição sancionada a 18 de dezembro de 1926.

Prenunciou-se uma impugnação séria ao projeto, quando em discussão. Era-lhe contrário o Sr. Antônio Carlos. A bancada mineira, em cumprimento de instruções suas, ia negar-lhe sua aprovação. Era o esboço de uma crise a que uma velha e tradicional submissão ao poder emprestava qualquer coisa de sensacional. Expectativa pesada de alguns dias. Quando, porém, chegou o momento oportuno do esperado pronunciamento, o que se verificou foi que o ato de rebeldia não passava de uma simples e inofensiva manifestação platônica: o Sr. José Bonifácio, sobre o qual incidiam, como uma luz

refletindo num vidro, as projeções da auréola do poder que iluminava o irmão, e por isso surgira “leader” da bancada e membro da comissão de Finanças depois de quase vinte anos de lamentável vulgaridade, limitava-se a subscrever com restrições o projeto governamental da reforma.

E pôs mãos à obra o presidente. Adotando, na constituição de seu governo, o critério político da escolha dos “leaders” de bancadas para ministros, coube a pasta da Fazenda, isto é, aquela a que tocava a árdua tarefa de dar execução a um plano de tão grande transcendência, ao Sr. Getúlio Vargas. Foi uma das razões mais consistentes da crítica que começou a sofrer a reforma. Pouco conhecido, e acompanhado da recomendação desfavorável de haver recusado um lugar na comissão de Finanças sob o leal e franco fundamento de não entender dos assuntos que constituíam a especialização daquele órgão técnico da Câmara, não logrou inspirar aquela confiança pública que não podia deixar de ser considerada um fator moral de importâncias para o próprio conceito da reforma.

Um governo de completa e imperturbável tranqüilidade em todo aquele primeiro ano de sua existência. O sítio, extinto a 31 de dezembro, não foi prorrogado. Uns restos de agitação militar,

ainda em ebulição nos primeiros meses, desapareciam por completo. A coluna Prestes, finda a rota erradia que deve ter proporcionado a seus membros uma soma preciosa de conhecimentos de corografia brasileira, foi igualmente dissolver-se além da fronteira, em território estrangeiro, seguindo-se as formalidades da internação. E diante de tudo isso parecia ao presidente poder anunciar, em sua primeira mensagem, que “a paz desceu sobre a nação”.

Com os seus velhos hábitos de *sportman*, cultivando, no seu carro descoberto, os longos percursos automobilísticos pelas circunvizinhanças da cidade, e entregando-se a freqüentes passeios pelas ruas centrais, num completo despreendimento pelas formalidades protocolares, não tardou o Sr. Washington Luís a conquistar uma situação de bonança, objeto de uma simpatia generalizada.

Sua paixão pela estrada de rodagem, de que é o verdadeiro precursor no Brasil, despertava-lhe desde logo duas iniciativas que teriam de ficar como dois marcos indelévels de sua ação nesse particular — a rodovia Rio-S. Paulo e a que liga a Capital Federal a Petrópolis. Não eram somente duas magníficas vias para excursões automobilísticas, estímulo permanente para o turismo e para a vida salutar ao ar livre.

Tornaram-se, também, dois padrões e duas emulações para um desenvolvimento cada vez maior da rede rodoviária do Brasil, e com ela o do intercâmbio das cidades, a valorização das zonas que cortam e servem, o aumento progressivo da riqueza pública, decorrente dessas novas rotas para o escoamento de sua produção, dessa nova facilidade de meios de transporte.

No terreno administrativo, como nos domínios da política, adaptava-se com a mais justa propriedade ao governo do Sr. Washington Luís a imagem de um possante e moderno automóvel deslizando sobre uma larga e bem pavimentada estrada de rodagem...

A própria Bahia, tão regular no fornecimento de litígios periódicos, motivados pela sua sucessão quatrienal, teve de se inclinar à passagem da máquina imponente. Foi o primeiro acordo político que patrocinou o presidente, incumbindo da delicada missão o Sr. Viana do Castelo — o ministro geográfico que lhe deu Minas para servir de liame político entre o governo que findara e o que surgia na plenitude do poder nascente — o qual conseguiu acomodar com a candidatura do Sr. Vital Soares à sucessão do Sr. Góis Calmon a corrente de amigos do Sr. Otávio Mangabeira, que entendia ter-lhe chegado a vez de governar sua terra.

Era evidente que o presidente não queria privar-se da cooperação, que já começava a revelar-se preciosa, de seu ministro das Relações Exteriores. Era, ao menos, um consolo para a próxima perda do da Fazenda, que o governo do Rio Grande não tardaria a solicitar, com a aproximação da terminação do mandato do Sr. Borges de Medeiros, obrigado, tanto pelas conseqüências do pacto de Pedras Altas, como pelo próprio preceito proibitivo das reeleições introduzido na constituição federal revista, a abandonar em outras mãos o poder que monopolizava.

Na segunda metade do primeiro ano do governo do Sr. Washington Luís, já a reforma financeira caminhava a passo seguro para seus objetivos práticos. Assim, antes de transferir ao seu sucessor a pasta, podia o Sr. Getúlio Vargas apresentar um balanço lisonjeiro da dedicação e da inteligência com que encetou sua realização, desmentindo o juízo imperfeito dos críticos apressados que punham em dúvida sua capacidade.

Em três fases dividia-se a reforma: a da estabelecimento, a do resgate do papel e a da circulação metálica.

Estava sendo executada a primeira. E era o ministro da Fazenda quem observava, numa entrevista concedida ao próprio autor destas impressões para o “Estado de S. Paulo”, serem inegáveis as vantagens já conseguidas pela estabilização, que imprimia às transações um cunho de firmeza e de confiança, ao mesmo tempo que valorizava a produção. “Isso está se notando — observava com rigorosa propriedade — no comércio, nas indústrias, na economia nacional”. Os especuladores de câmbio — comentava com graça — estavam mudando de profissão, porque esta já não rendia... São também seus estes conceitos: “Paralelamente ao problema financeiro, o governo, com medidas acertadas, ia realizando outro grande problema que se reflete intensamente sobre o primeiro — a manutenção da ordem pública. Ao mesmo tempo que ativava a perseguição dos últimos rebeldes, saneava o ambiente nacional pelo restabelecimento das franquias liberais”. Depoimento um tanto suspeito na época, mas precioso para o futuro!

O valor do mil réis mantinha-se nas proximidades da taxa de 6 pence, pela ação do Banco do Brasil, que passava a exercer seu verdadeiro papel de regularizador do câmbio, em vez do de seu especulador. E acrescentava que aquele instituto conseguia mantê-lo sem o menor sacrifício, o que provava que “o governo não criou

taxa, não a aumentou, nem a diminuiu”. Tomou a média das oscilações cambiais, e fixou-a. Tanto foi natural e acertada essa escolha, que quase não sentíamos que se estava realizando uma grande reforma. “Os mais insofridos queriam ver logo o desaparecimento do papel moeda, e o cruzeiro luzente circulando sem contraste. Uma reforma desta ordem não se realiza como um passe de mágica”. O presidente — informava com sincero entusiasmo — estudou acuradamente o assunto, esmiuçou-o em todas as suas particularidades, previu as dificuldades e impecilhos, e a reforma estava se operando “com segurança e com firmeza”.

Quanto às duas outras fases, não se podia determinar com segurança seu início, uma vez que a aparelhagem da primeira não estava completa. O papel da Caixa de Estabilização, segundo um feliz conceito seu, era evitar a alta do câmbio, que a baixa evitaria o Banco do Brasil.

E ia o governo tomando as providências reputadas indispensáveis à perfeita execução da reforma. Mandou, por isso, incinerar em novembro de 1928 o saldo orçamentário do exercício do ano anterior, apurado na importância de 21.000:000\$ segundo os balancetes fornecidos pela Contadoria Geral da República, que não podiam ser postos em dúvida. Anunciou esse saldo na mensagem de 3 de maio, dando o ato da

incineração lugar a louvores irrestritos, porque marcava uma etapa adiantada para o saneamento financeiro do país. E quando o governo e a nação gozavam com tranqüilidade a impressão de tal operação, índice lisonjeiro da situação geral, pois demonstrava que havíamos saído da situação artificial dos “déficits” para entrarmos no caminho seguro dos saldos orçamentários — condição indispensável ao plano em execução — eis que o Sr. João Lira, relator da despesa da fazenda no Senado, lança a dúvida onde havia a certeza, substituindo a confiança pela desconfiança. O “saldo negativo” foi o eufemismo com que denunciou a continuação do “déficit”. O contador, cooperando para essa ação demolidora, declarou que não podia considerar definitivas as cifras de suas informações, porque o balanço do Tesouro só estaria concluído a 30 de novembro. Pareceu ao governo que esse funcionário dava, com tal procedimento, prova de pouca capacidade para o perfeito desempenho das funções de seu cargo, e por isso o exonerou. Nomeou, então, uma comissão pela qual mandou proceder a um exame atento na escrita do Tesouro, chegando à conclusão de que andou com acerto procedendo à incineração daquela massa de papel, ato da maior importância para os objetivos do programa.

As leis orçamentárias para o exercício de 1928, acusando um “déficit” de 151.990:288\$,

foram parcialmente vetadas, como meio de afirmar que o governo estava decidido a cumprir o dever de promover o equilíbrio do exercício financeiro que ia se iniciar. Obteve, assim, um saldo de 198.354:196\$. Duvidar de sua autenticidade seria pôr em dúvida a própria probidade da nação, que em nenhum tempo e em nenhuma circunstância pode pretender crédito nem respeito para seu nome desde que encontre quem se empenhe em demonstrar que os números de seus mais solenes documentos oficiais não são dignos de fé pública.

Durante aqueles primeiros dois anos manteve-se a ordem cambial entre o mínimo de 5 27/32 e o máximo de 5 31/32. As reservas de ouro quase duplicaram na Caixa de Estabilização.

Em sua última mensagem informava o presidente que seria declarada a conversibilidade desde que houvesse quantidade de ouro depositado em determinada relação com a circulação, a fim de que pudesse ser feito o troco imediato das notas.

E declarava também, sem que nenhum fato pudesse ser invocado como prova de que não enunciava uma verdade rigorosa: “A ordem tem sido mantida com absoluta garantia em todas as manifestações dos direitos individuais, e uma perfeita segurança para todas as liberdades

comuns”. Não era possível, com efeito, pretender governo mais legitimamente liberal que com tamanho respeito pelos direitos alheios praticasse a virtude da tolerância. E era por ser assim que também declarava que as medidas extraordinárias autorizadas por leis como o fechamento de sedes, a interdição do funcionamento de associações perigosas e a suspensão de jornais nocivos por tempo indeterminado, não eram utilizados. “Os homens pensam como podem, as associações se reúnem quando querem, os comícios se realizam quando convocados, os jornais escrevem como entendem”. Registro enunciado em linguagem um tanto pitoresca, mas profundamente verdadeiro!

Uma das leis a que se refere foi uma iniciativa sua, veementemente combatida no momento de ser elaborada. Deram-lhe o qualificativo de “celerada”, já que “infame” pertencia à lei de limitações à liberdade de imprensa. A invocação do perigo do comunismo era, naquela ocasião, considerada um simples pretexto para coonestar o apelo, que fazia o governo ao Congresso, para armá-lo com uma medida de caráter tão opressivo e odioso. Destinava-se, entretanto — e somente o tempo poderia encarregar-se, uma vez mais, de lhe dar razão e justificá-lo em suas intenções — a armar o poder público dos recursos necessários a amparar por forma enérgica e segura os altos interesses coletivos ameaçados pela propaganda

de doutrinas avançadas. É que, naqueles tempos ominosos, somente autorizado por lei podia um governo honesto e consciente ser enérgico... Já no governo manso e tranqüilo do Sr. Venceslau Brás uma grave tentativa dessa mesma natureza foi surpreendida no momento de seus últimos preparativos. A lei foi achincalhada, a polícia acusada de forjar conspirações, como se isto — no caso de ser exato — fosse uma novidade. Revolução que não tem, pelo menos, um começo de execução, não merece crédito. Nunca mereceu. Foi, e há de ser sempre considerada uma conspiração arranjada pela própria polícia para se fazer valer aos olhos dos governos. Vem de longe. Balzac, que me fez sempre uma tão boa companhia, põe na boca da astuta mulher do juiz de instrução Camisot, na “Última encarnação de Vautrin”, este conselho: “Em vez de imitares as crianças, imita os ministros da Polícia dos países absolutos, que inventam conspirações contra o soberano para terem o mérito de as desmanchar, e tornarem-se necessários”. Assim, o que o Sr. Washington Luís preferiu fazer, foi prevenir, em vez de remediar.

Renunciando o Sr. Getúlio Vargas a pasta da Fazenda em fins de 1927, para ir desempenhar, no desdobramento de sua rápida carreira ascensional, o novo mandato que lhe conferia o Rio Grande, ficou este sem nenhuma situação no governo, sem embargo de todos os infatigáveis

esforços que empregou o inteligente Sr. Lindolfo Collor para convencer o presidente de que deveria manter o critério da escolha dos “leaders” de bancadas, mesmo para o provimento das vagas que ocorressem no seu ministério.

Foi mantido, é certo, mas com uma diferença: em vez do “leader” da representação rio-grandense, posto que aquele deputado ocupava, recaiu a escolha no da bancada fluminense, Sr. Oliveira Botelho.

Nem podia imaginar o amigo precioso, seu e de sua política, que perdia com aquela preterição! O Rio Grande, porém, em vez de perder, ganhou consideravelmente com a situação de liberdade em que transitoriamente ficou. Sem pasta no governo, conquistou tudo quanto pretendeu, realizou tudo quanto quis, e não havia conseguido dos governos anteriores.

Nas imediações de 25 de janeiro de 1928 Porto Alegre regorgitava. De todos os quadrantes do Rio Grande procedia gente que ia assistir ao espetáculo, de tão rara reprodução em sua vida, do advento de um presidente que não fosse o Sr. Borges de Medeiros... E o Sr. Washington Luís, que com o adeus comovido de um banquete no palácio do governo havia-se despedido do Sr.

Getúlio Vargas, deveria estar ufano por ter revelado ao país e ao próprio Rio Grande, indo tirá-lo da penumbra em que vivia, o homem a quem estava reservada aquela magna missão social e política.

Num navio que se inaugurava com aquele fim especial, haviam partido da Capital Federal, formando uma numerosa e brilhante caravana, o “leader” da maioria, senadores, deputados, governadores eleitos, jornalistas, homens ilustres de representação social e política, convidados para assistirem à posse do novo presidente. O governo rio-grandense, compreendendo que precisava cercar aquele ato de uma pompa necessária, entendeu que não devia preocupar-se com o vulto do dispêndio que tinha a enfrentar, nem se deter diante de sutilezas legais como indagar se dispunha de verba para fazê-lo. E foi, por isso, generoso e realmente liberal no desempenho de seus deveres de hospitalidade.

O Sr. Oswaldo Aranha declarava aos jornalistas, no momento em que os recebia no cais de Porto Alegre, comunicando-lhes o desejo de que não limitassem sua visita à capital, mas estendessem também seu olhar observador pelo interior: “ — Queremos abrir-lhes o Rio Grande!”

Não estava, talvez, na intenção do secretário do Interior do governo a inaugurar-se, emitir uma

frase de duplo sentido, mas o fato é que o Rio Grande viveu, durante quase três décadas, encerrado dentro do círculo estreito da visão do Sr. Borges de Medeiros.

E quantos nos achámos então em Porto Alegre, logo nos informámos de que não era coisa comum ver o Sr. Borges de Medeiros. De muita gente ouvimos a declaração de que o viu pela primeira vez na festa cívica que se realizava no teatro da cidade dois dias antes da transmissão do governo.

Não era somente ao Sr. Artur Bernardes que se podia aplicar a frase popular e irônica...

Tinha-se a impressão de que tudo ia mudar no Rio Grande. Era como se ali houvesse ocorrido um episódio da significação histórica da queda de uma dinastia, ou da substituição de um regime. A própria República como que ia nascer ali sob um outro aspecto. Dir-se-ia que éramos chamados a testemunhar um acontecimento inacreditável, que precisava ser divulgado por depoimentos pessoais inteiramente idôneos...

Tanto pelas projeções daquela grande figura, como pela sua substituição no poder onde parecia destinado a perpetuar-se, convertia-se a posse do Sr. Getúlio Vargas num ato de excepcional significação.

É que, ao fim desse domínio pessoal tão prolongado, o Sr. Borges de Medeiros perdeu todo o estímulo, tornando-se seu patriciado uma sucessão de anos estéreis e vazios de qualquer iniciativa progressista. Habituará-se por tal forma à função de governar, que já a exercia como que automaticamente. Limitava-se a ser honesto. Contentava-se em ser um homem e um governo de mãos integralmente limpas.

Era, sem dúvida, alguma coisa de muito apreciável, mas outros são os deveres que, com esses, assistem a um governante adiantado e moderno.

O povo se mostrava fatigado. Dentro daquela própria agremiação onde ele parecia ser objeto de um culto idólatra, ouviam-se murmúrios mal abafados. Também até lá chegara o cansaço geral. Produzira-se no espírito coletivo do Rio Grande uma saturação de tanto governo Borges de Medeiros.

Que sentimentos despertava, individualmente, esse homem excepcional?

Respeitam-no, pode-se dizer que universalmente. Não há quem não preste conscientemente essa justa homenagem à sua perfeita integridade moral. Viveu sempre num completo retraimento, inteiramente avesso a exhibições. Nunca freqüentou festas. Jamais as

deu em palácio, ou em sua casa. Nunca foi fácil falar-lhe. Além de pouco acessível, não raro recebia de pé quem admitia em sua presença, e também não raro recusava-se a atender a pedidos de audiência. Deixou intacta a verba de representação incorporada ao subsídio presidencial; nunca lhe deu destino.

Hábitos invariáveis. Residindo muito perto do palácio, fazia a pé o trajeto que o separava de sua casa particular, e mesmo nos momentos mais agudos da revolução, quando sua vida parecia estar sob uma ameaça constante, não quebrou essa norma, como também nunca deixou de andar inteiramente desacompanhado.

Registremos as conquistas principais que logrou do governo federal o Rio Grande, depois de haver deixado de figurar nos seus conselhos. Datados de 3 e 16 de novembro de 1928, eram assinados dois decretos da maior relevância para seus mais altos interesses: pelo primeiro, dava-lhe o governo a concessão, a construção e a exploração dos portos de Torres e Pelotas, de acordo com a autorização legislativa de 26 de outubro do mesmo ano; por um outro ato, esse de 21 de dezembro, era feita a modificação do contrato existente para a exploração e tráfego da Viação Férrea Rio-grandense, introduzindo-se na novação várias cláusulas de grande importância. Esses atos, como ainda o da nacionalização do

charque, de valor capital para a principal das indústrias rio-grandenses, levaram a bancada ao cumprimento do dever de significar ao presidente da República todos os agradecimentos que lhe devia o Rio Grande pelos serviços inapreciáveis que acabava de prestar-lhe.

Mas, nos últimos meses daquele ano, já o problema da sucessão começava a constituir o objeto de todas as cogitações. Todo e qualquer fato de natureza política que ocorresse naqueles dias, tinha de ligar-se, direta ou indiretamente, próxima ou remotamente, àquilo que parecia ser a única coisa por que realmente se interessava o país. E o assunto, preocupação ebuliente de todos os políticos militantes, como de todos os jornais, invadia com seu grande poder de irradiação todas as outras esferas.

A questão do “saldo negativo”, por exemplo, parecia um excelente ensejo para enfraquecer a autoridade do Sr. Washington Luís, podendo refletir na candidatura a que se atribuíam todas as suas preferências, para enfraquecê-la, ou mesmo condená-la a um fracasso. É que esse fato seria um passo adiantado para a ruína do plano financeiro, e a insistência do governo em afirmar, com demonstrações incisivas, que o saldo era real, amortecia o júbilo de seus adversários francos ou dissimulados, para dar lugar a uma indisfarçável decepção.

O momento se avizinhava, de fato, e de ouvido em ouvido era diariamente lançada a confiança de que o Sr. Antônio Carlos, do alto do palácio da Liberdade, oporia seu veto ao nome do Sr. Júlio Prestes, em favor do qual ainda não se conhecia pronunciamento algum do Sr. Washington Luís, que se mostrava, a propósito, inteiramente reservado.

A sessão legislativa estava a expirar. E quando, encerradas as câmaras, vários senadores e deputados tentaram, no momento de apresentar suas despedidas ao presidente, penetrar no íntimo de seu pensamento com o intuito de poderem partir para seus Estados, nas férias parlamentares, habilitados a prestar a propósito uma informação segura a seus governadores, o que dele receberam foi um pedido formal para que antes de setembro do ano vindouro não pronunciassem sobre a matéria uma única palavra.

Naquele momento, já não era o Sr. Júlio Prestes apenas o “leader” da maioria. Ocupava posto mais elevado.

Avivemos, a propósito, uma reminiscência que tem alguma coisa de interessante.

Era uma peça do Sr. Cláudio de Souza. Uma noite calma e cariciosa de agosto. No Trianon. Estávamos numa frisa. Antes de terminar o segundo ato, já havíamos concordado em que aquilo de todo não nos interessava. E decidíamos nos retirar, quando entrou na frisa o autor. Ia saber de nós — principalmente de meu companheiro — se estávamos gostando.

— Muito! concordámos a um tempo.

E só deixámos o teatro quando o pano caiu sobre o último ato. Saímos, numa troca despreocupada de impressões repousantes. É que não faltava ao meu companheiro — inteligência sutil e cultura variada — o divino atributo do espírito.

Fui deixá-lo à porta do Palace Hotel, e quando ali chegámos, nem tempo lhe deu para se despedir de mim, e trocamos os augúrios de uma boa noite, o rápido episódio que se seguiu. Varando numa corrida o “hall”, tomou-o pelo braço um dos chefes paulistas de maior notoriedade — o Sr. Ataliba Leonel — e arrastou-o para o elevador, desaparecendo os dois na luz que subiu para o alto. E só no dia seguinte eu tive a explicação que no momento não encontrei para o fato, que apenas me permitiu imaginar que alguma coisa de sério ter-se-ia passado.

Meu companheiro, que era o Sr. Júlio Prestes, acabava de pisar o limiar de um castelo majestoso, cujas portas começavam solenemente a descerrar-se para deixá-lo penetrar em seu sólio... Enquanto estávamos iludindo o autor daquela comédia com uma impressão que não era verdadeira, informava um telefonema de S. Paulo que o Sr. Carlos de Campos havia sido ferido de morte por uma congestão cerebral. Daí a dias sucumbia, assumindo o governo de S. Paulo — várias vezes a antecâmara da presidência da República — o Sr. Dino Bueno, presidente do Senado. Não faltou quem observasse, procurando descobrir-lhe desde logo a explicação, o fato de não o ter feito o vice-presidente, coronel Fernando Prestes. Não podia permitir a lei das incompatibilidades que o filho sucedesse ao pai no cargo de chefe do governo estadual...

Começava também a avolumar-se no horizonte a sombra do Sr. Antônio Carlos. E logo nos primeiros dias de maio, quando se reabria, com o reinício dos trabalhos legislativos, a grande estação política do ano, prenunciadora, daquela vez, de acontecimentos de tão marcada importância, ouviu-se uma voz de mau agouro. Até então, prevaleciam as evasivas, a dissimulação, a dourada convenção das mentiras permitidas. Dessa feita, era o aviso quase sem disfarce, quase franco.

O Sr. José Bonifácio tomou um dia o Sr. Manuel Vilaboim pelo braço no palácio Tiradentes, e levou-o para um canto. No desempenho de suas funções de procurador dos interesses domésticos, fez-lhe uma insinuação. Seria de bom efeito que a um presidente paulista sucedesse um presidente mineiro. O Sr. Júlio Prestes, moço como era, podia esperar. Excelente chapa para ser apoiada pelo Sr. Washington Luís: Antônio Carlos-Júlio Prestes. Novamente unidos Minas e S. Paulo! E quando terminasse o quadriênio do Sr. Antônio Carlos, chegaria a vez do Sr. Júlio Prestes... Mas o “leader” da maioria, risonho, encarando a sugestão com o encanto de seu bom humor, recusou-se a tomar a sério aquele padrão de prática democrática que lhe esboçava o solícito mensageiro do palácio da Liberdade, e ponderou que o melhor seria seguirem-se duas presidências paulistas, vindo depois duas mineiras...

E da recusa do apoio do Catete à candidatura embrionária é que iam nascer os princípios e os ideais de uma grande campanha liberal, investida da alta missão de promover o saneamento moral e a necessária regeneração dos costumes viciados do regime.

É que o Sr. Washington Luís já havia preparado, para que não se interrompesse dentro do curso de dois quadriênios seguidos, a grande

estrada de rodagem para o tráfego vitorioso que ligava o palácio aristocrático da residência dos presidentes paulistas à casa histórica que se tornou a imagem do poder supremo do Brasil!

Vieram as cartas famosas para a história. Na primeira, datada de 10 de maio, declarava-lhe o Sr. Getúlio Vargas: “Pode V. Ex. ficar tranqüilo que o Partido Republicano do Rio Grande não lhe faltará com o seu apoio no momento preciso”. Esse momento chegava logo a seguir. Antecipava-se Minas ao Catete, tomando o Sr. Antônio Carlos a iniciativa de lançar no terreno das decisões imediatas o problema das candidaturas. Uma incoerência a mais? Era uma questão de nonada. Em declarações recentes, constantes de sua ruidosa entrevista inserta pelo “Correio da Manhã”, havia manifestado o chefe do governo mineiro, referindo-se à oportunidade daquele movimento, que o momento devido “dirá o atual presidente da República qual seja ele”. E acrescentava, definindo um compromisso: “Não precipitaremos a solução de um grave problema como é o da sucessão na direção suprema da República, sem o estudarmos com a maior cautela, levando sempre em conta a necessidade de prestigiarmos o sr. Washington Luís.”

Minas católica quebrava, naqueles dias, sua velha e benéfica aliança com S. Paulo, para celebrar uma outra com o Rio Grande comtista.

E numa outra carta, datada de 11 de junho, comunicava o Sr. Getúlio Vargas ao Sr. Washington Luís que a política de Minas pretendia apresentar seu nome à presidência da República. Consultado a propósito o Sr. Borges de Medeiros, observara este que, “na ausência de partidos, cabe ao presidente da República encaminhar as negociações sobre sua sucessão, não devendo desinteressar-se pelo assunto”. Em cartas anteriores — juntava o presidente do Rio Grande — havia expressado seu pensamento “no sentido de aguardar a iniciativa de V. Ex., mas como homem de partido, tive de submeter-me à decisão deste, pela voz de seu chefe.”

E em carta de 20 de julho dava o Sr. Antônio Carlos conta ao Sr. Washington Luís da iniciativa, que tomara, de encaminhar com o nome do Sr. Getúlio Vargas a solução do problema. O Sr. Washington Luís, por sua vez, usando da prerrogativa que solene e formalmente legitimavam, como um direito que lhe assistia, tanto o Sr. Borges de Medeiros e o Sr. Getúlio Vargas, como o Sr. Antônio Carlos, incumbiu o “leader” da maioria parlamentar de consultar os outros Estados a propósito do problema, e estes “pelas suas situações dominantes, pelas direções partidárias, exceto a Paraíba, que ainda não se manifestou (carta ao presidente de Minas, datada de 26 de julho) e os diretores das correntes políticas nacionais, responsáveis pelos destinos

do Brasil, que se acham no país, todos eles, sem desconhecer os méritos do Sr. Getúlio Vargas, indicam e aceitam o nome do Sr. Júlio Prestes, presidente do Estado de S. Paulo, igualmente digno, que também se tem destacado no apoio firme e na completa solidariedade à política e à administração deste quadriênio, nome para o qual não existem motivos de recusa neste momento, em que as forças políticas da nação reconhecem caber ao presidente da República o encaminhamento e coordenação para solução do problema presidencial, nome que, da mesma maneira, não tenho motivo para recusar.”

Desencadeou-se a luta. Luta feroz, veemente, encarniçada. E o apoio do Sr. Washington Luís à candidatura do Sr. Júlio Prestes só se revestiu das características de uma imposição; só se apresentou como um abuso de poder e de autoridade em benefício de um amigo íntimo, de um válido, porque o favor dessa proteção, disputado com tamanho empenho para o nome do Sr. Antônio Carlos, como para o do Sr. Getúlio Vargas, não se pronunciou por qualquer destes dois. Se assim se desse, seria um direito, seria o uso de uma prerrogativa legítima. É Coolidge, investido de uma autoridade tão poderosa para se manifestar na hipótese, quem declara em suas memórias: “Compreendo que haja situações em que um presidente possa justificar o exercício da influência de seu cargo para que seja eleito seu

sucessor. Sem embargo, tal contingência não se apresentou em meu caso. O partido contava com abundância de material, e o candidato deveria ser realmente eleito pelo próprio povo.”

E como no Brasil não havia partidos organizados, de um lado como de outro, marcados com os mesmos vícios, assinalados pelas mesmas impurezas de origem, tanto a candidatura do presidente de S. Paulo, como a do Sr. Getúlio Vargas, processavam-se dentro da esfera do poder, sob o amparo direto e ostensivo dos governos que as sustentavam, e que alimentavam, com todos os recursos de que dispunham, a campanha que visava levá-los à vitória.

E como, dentro do regime de autonomia em que viviam os Estados na vigência da constituição de 24 de fevereiro, muito mais podiam em seus territórios os governos locais do que o federal, em Minas, como no Rio Grande e na Paraíba, estava a candidatura Júlio Prestes quase inteiramente desamparada, de muito pouco valendo dentro dos limites de suas fronteiras o apoio que lhe dispensava o governo central. Era o oficialismo e eram as máquinas do poder lutando uns com os outros, sem que ao povo coubesse outra interferência no problema senão a de sancionar as decisões dos governos — fosse o federal, fosse o estadual. No fim, tudo se equivalia. Ao Sr.

Washington Luís não restava senão uma destas duas alternativas: ou aceitar o candidato que lhe impunham dois Estados fortes e poderosos, depois de lhe haverem reconhecido o direito de tomar a iniciativa das negociações para a solução do problema, tanto no que propriamente dizia respeito à questão de nomes, como ao momento em que o mesmo deveria ser posto no terreno público dos debates, ou trabalhar abertamente pelo das suas preferências.

Adoptou esta segunda alternativa, e talvez o justificasse Coolidge considerando que a necessidade de assegurar a continuidade de uma reforma financeira que já comprometia todos os interesses vitais do presente, como do porvir brasileiro, constituía um fundamento para empregar sua influência na eleição de seu sucessor.

O Sr. Antônio Carlos, ao verificar que fracassavam suas velhas aspirações presidenciais, entregou-se de corpo e alma ao sentimento inferior do despeito, e lançou o país na aventura perigosa que desde então começou a ser propagada da tribuna parlamentar, nas orações dos comícios, nos conciliábulos secretos e na publicidade dos jornais da Aliança Liberal, que Minas alimentava com uma magnanimidade talvez ainda mais larga do que o governo conservador de S. Paulo.

Em nome de razões que mal encobriam a única verdadeira, e que era o coeficiente eleitoral invocado por uma famosa carta do Sr. Melo Franco ao Sr. Epitácio Pessoa, na qual expunha seu autor, com cores carregadas, o perigo da desintegração nacional como uma das conseqüências da candidatura Júlio Prestes, e já que ela desaconselhava para isso a do Sr. Estácio Coimbra, hasteou a bandeira rubra em que estava inscrito o nome do presidente do Rio Grande, com a qual deveria o povo reivindicar o direito de escolher livremente o supremo magistrado da República.

Começaram, então, de envolta com a agitação para o recurso extremo, as aparências da campanha dos princípios. O voto secreto, que daquele admirável centro de receptividade e de expansão de idéias elevadas e boas que é S. Paulo, havia irradiado, como objeto de uma campanha elevada, para o resto do país, converteu-se em arma contra o governo. A idéia generosa e humanitária da anistia, formalmente repelida antes pelas bancadas mineira e rio-grandense, foi lançada no terreno da campanha eleitoral como um objeto útil destinado a indispor com a opinião pública o governo e a corrente política que continuavam, coerentes com sua atitude anterior, a reputá-la inoportuna.

A campanha eleitoral foi riscada com o sangue de vítimas que tombaram sacrificadas pela fúria das paixões desenfreadas. Os alistamentos eleitorais atingiam, em toda a parte, escalas astronômicas. O interesse para fazê-los crescer, avolumando cada vez mais o número de eleitores, generalizava-se por todo o território nacional.

O povo, a princípio indiferente, acabou intervindo com apaixonado interesse no prélio, certo de que ia lhe ser dado, afinal, um ensejo de belo feitio democrático, para fazer prevalecer nas urnas suas preferências. O Sr. Antônio Carlos anunciava, em Minas, um alistamento formidável. Interviria no pleito com uma massa de 800 mil eleitores. Era a reprodução da avalanche moscovita dos primeiros dias da guerra...

A primeira ameaça apareceu num tropo.

O orador era eloqüente e feroso, e talvez nem tivesse em mente proferí-la com essa intenção. O Rio Grande foi sempre uma terra de guerreiros para quem a imagem das pontas de lanças e das patas de cavalos bem poderia ser uma invocação despida de propósitos hostís. Mas, por isso mesmo que essa era a sua mentalidade, deveria estar previsto que um candidato rio-grandense não entraria facilmente num prélio eleitoral com o ânimo de ser derrotado. Isto ficava bem para Rui

Barbosa ou para Nilo Peçanha, que não tinham atrás de si nenhuma legião aguerrida pronta a penetrar, no galope de suas cavalhadas, no campo feito para a peleja das idéias, trocando estas pelo embate das armas, sufocando sob as ferraduras de seus ginetes impetuosos, no fumo dos canhoneios, no estrépito sinistro das metralhadoras e dos fuzis, no embate das espadas e das lanças, o pronunciamento pacífico das urnas, desde que lhes fosse contrário...

E nas imediações do pleito, sacudido o país inteiro por um vendaval de paixões, que a todos os seus centros nervosos levavam as chamadas caravanas liberais, entregues a uma propaganda de intensa e febril atividade, seguros, apesar disso, da derrota inevitável que os coeficientes eleitorais em jogo não podiam deixar de reservar aos candidatos da minoria, arguiu o “leader” rio-grandense de suspeito o poder a quem a constituição em vigor conferia a prerrogativa da apuração das eleições e do trabalho do reconhecimento, e propôs a criação de um órgão estranho — uma comissão extra-parlamentar de vinte e um varões de Plutarco — para funcionar paralelamente com o Congresso no desempenho daquela tarefa. A mesma tentativa feita por ocasião do reconhecimento do Sr. Artur Bernardes. É que, também dessa vez, a maioria de seus membros, em vez de ser de partidários da Aliança Liberal, constituía o “apoio das

candidaturas dos dezessete Estados e das forças políticas preponderantes no Distrito Federal.”

Na surdina das ameaças e das conjuras que corriam paralelamente com as atividades eleitorais, ergueu-se a 10 de setembro a voz serena e tranqüilizadora do Sr. Borges de Medeiros. “Não pensamos aqui em revolução — disse-o solenemente numa entrevista sensacional. Os rio-grandenses aceitarão o resultado das urnas”. Havia por certo — acrescentou — quem afirmasse o contrário. Mas eram “vozes jovens, mas ardentes, sem grande expressão”. “Não iniciaremos nem auxiliaremos nenhum movimento contra a ordem constituída”. Ficasse tranqüila a nação...

A pequena Paraíba, que se aliou às duas grandes unidades do sul, criava, seis dias antes do pleito, um episódio interno a que estava reservada pelo destino uma importância de notável preponderância na história desse período tumultuoso. Já todos os Estados haviam organizado suas chapas de candidatos à renovação da legislatura. As oposições, que em harmonia com a velha tradição brasileira — apenas com a exceção da frente única que o milagre da miragem do poder conseguiu abrir no Rio Grande, unindo num só núcleo político as duas forças partidárias que por mais de uma vez já haviam pleiteado nos campos da luta armada

pelos princípios antagônicos de suas bandeiras — haviam se colocado do lado contrário àquele onde se achavam as situações locais, tinham em toda a parte seus candidatos para com eles pleitear pelo direito à representação das minorias. Era o que também se dava na Paraíba. Rompendo com a comissão executiva do partido que o elegeu e ali achou organizado, e dissolvendo-a em seguida, tomou o Sr. João Pessoa a iniciativa de assinar o boletim de apresentação dos candidatos oficiais à renovação da bancada. Dessa lista — espécie de decreto — foram excluídos todos os antigos membros da representação, seus companheiros na própria campanha em que estava empenhada a Paraíba, apenas com a exceção de um, pertencente à sua família. O deputado estadual Sr. José Pereira, chefe sertanejo cuja lealdade e valor eram, naquele momento, calorosamente enaltecidos por um telegrama consagrador do Sr. Epitácio Pessoa, de larga divulgação, ofendido nos seus melindres e diminuído em sua ação política pelo sacrifício a que eram condenados por aquele ato alguns de seus amigos, insurgiu-se contra o presidente do Estado. Este, homem enérgico e impetuoso, arrancou então à cidade de Princesa, reduto político do correligionário e amigo da véspera, em cuja casa se hospedara poucos dias antes, escolas, autoridades e todos os elementos de vida. Rebelou-se o chefe sertanejo num movimento armado, mas sem deixar sua cidade.

Tentou, então, tomá-la de assalto o governo paraibano. E assim se nucleava o movimento insurrecional que ali tinha de perdurar durante todos os meses restantes daquele ano, como um foco de perigosa e irradiante agitação.

Comunicando ao governo federal a perturbação da ordem, declarava-se o presidente da Paraíba aparelhado dos elementos necessários ao seu restabelecimento, o que contava fazer dentro de alguns dias.

Disputadas e renhidas como nunca se realizaram outras, e reunindo cada qual dos candidatos antagônicos uma votação igualmente sem precedentes — índice do interesse nacional que despertou o pleito — a vitória dos Srs. Júlio Prestes e Vital Soares [*NE] foi logo assinalada por uma maioria superior a quatrocentos mil sufrágios. Era a confirmação, clara e sem surpresas, das estatísticas meditadamente levantadas em previsões bem calculadas. Mas nem porque guardassem para os grupos em luta, cada qual se apoiando em um número de Estados em que figuravam os mais poderosos e de maior coeficiente eleitoral da federação, as proporções justas e esperadas, deixaram as cifras que asseguravam a vitória dos candidatos da maioria de ser sumariamente acoimadas de falsas e

fraudulentas. E com essa argüição, que muito antes do grande prélio já era todos os dias instilada na alma popular como um veneno sutil de lenta mas segura propagação, invertiam-se os resultados, convertendo em vencedores aqueles que eram os vencidos. Para se chegar a essa conclusão, eram boas, honestas e sãs todas as eleições em que haviam triunfado os candidatos liberais, e impuras e viciadas, produto da corrupção e da violência, as que conferiam a vitória a seus antagonistas.

No reconhecimento de poderes para a renovação da legislatura prevaleceu, como regra geral, o critério do diploma, sempre tido como uma boa presunção de verdade eleitoral. Teria sido fácil e prudente evitar, nesse processo, que se consumasse o sacrificio integral de todos os candidatos da situação paraibana, para serem reconhecidos apenas os que uma junta suspeitada de espírito partidário havia diplomado, e que eram todos adversários da política do Sr. João Pessoa, embora amigos e correligionários da véspera alguns.

Mas o fato é que no dia do reconhecimento da bancada paraibana, não puderam os contestantes contar ao menos com o consolo da assistência de seus correligionários gaúchos. Por ocasião da votação do parecer, só se encontravam no recinto o Sr. Ariosto Pinto, de cujo poderoso diafragma já

não saíam brados tão veementes, e o Sr Nicolau Vergueiro. A bancada, sem “leader” e sem rumo, estava também deserta.

O Sr. Borges de Medeiros, lançando um jato d’água no fogo dos jovens sem responsabilidades próprias que persistiam em alimentar a campanha, havia declarado em palavras solenes, e de intensa repercussão no país, que com o pleito de 1.º de março estava esta encerrada, reconhecendo e proclamando a vitória do Sr. Júlio Prestes. O Sr. Firmino Paim Filho, que chegava investido de um mandato senatorial, considerado o órgão mais autorizado e fiel do pensamento do chefe supremo do Partido Republicano do Rio Grande, reafirmava com grave eloqüência esse conceito, e os espíritos entravam, afinal, numa fase de repouso e de tranqüilidade que desde muito desconheciam.

No Senado, limitava-se o Sr. Vespúcio de Abreu a apresentar, juntamente o Sr. Artur Bernardes, no seio da comissão de poderes, um voto em separado em que propunha o reconhecimento do candidato contestante à renovação do terço na representação paraibana naquela casa, Sr. Tavares Cavalcanti, em lugar do diplomado. Reconhecido o Sr. José Gaudêncio, também se restabelecia no seio daquela assembléia a serenidade que já ia dominando o setor geral da política.

A bancada mineira na Câmara sofria, pela primeira vez, uma mutilação sensível. Quatorze de suas trinta e sete cadeiras eram ocupadas pelos candidatos da Concentração Conservadora, que também pela primeira vez quebrava, como força partidária organizada, a unanimidade mansa e serena que era uma tradição da política do grande Estado central. Não houve, entre os pleiteantes, candidatos diplomados, mas simples contestantes uns dos outros. Também reciprocamente se consideravam com igual fervor, uns e outros, produtos da fraude e da corrupção — aqueles, emanados do oficialismo estadual, estes, do federal. E, se o direito da representação das minorias era um dos postulados por que mais se batiam os pregoeiros do liberalismo instituído pelo Sr. Antônio Carlos, não podia ser objeto de estranheza que assim ficasse ele preservado e respeitado em Minas.

A luta na Paraíba ia se tornando de dia para dia mais acesa, e diante dos insucessos das armas governistas, entrou a oposição a responsabilizar o Sr. Washington Luís pelo que se passava. Acusavam-no com veemência, a princípio, por não querer fornecer armas nem outros elementos de ação para que pudesse o Sr. João Pessoa continuar a luta; depois, por pretender intervir na Paraíba; mais tarde, por estar auxiliando ocultamente a insurreição sertaneja — tudo isto ao tempo em que já

circulavam, com impressionante insistência, novos rumores dos preparativos da tão anunciada revolução. E tomavam parte ativa nessa campanha contra o Sr. Washington Luís, baseados em tais fundamentos, todos aqueles que ganharam posições e renome na política pegando em armas no Rio Grande contra o governo legítimo do Sr. Borges de Medeiros.

Nunca, da argüição de estar o governo federal auxiliando a rebelião sertaneja, foi exibida qualquer espécie de prova. Nem o foi jamais das fraudes, da compressão, do suborno, da transformação do Banco do Brasil em carteira eleitoral, da acusação de estarem todos os serviços públicos empenhados na campanha, de haver o presidente da República despido sua toga de magistrado para intervir ostensivamente no pleito, em favor de seu candidato; — mas, nem por isso, deixou de ser contínua e reiteradamente esta síntese de argumentos todos os dias invocada para indispor com a opinião pública, tão fácil de ser suggestionada e iludida, o chefe do governo federal. E aqueles que de todos esses feios pecados o acusavam, mal sabiam em que situação vantajosa se encontravam dentro de Minas, do Rio Grande e da Paraíba, cujos governos puseram ostensivamente todo o seu aparelhamento oficial ao serviço da causa de seus candidatos, e como os correligionários do Sr. Júlio Prestes tinham motivos para se queixar da

tolerância excessiva do Sr. Washington Luís, que os deixava inteiramente ao desamparo contra as violências e os abusos de autoridade e poder que sofriam naqueles territórios, onde lhes faltava toda e qualquer espécie de garantias para poderem gozar do simples direito de manifestar suas preferências e trabalhar um pouco pela vitória de seu ideal político.

E porque essa era uma atitude de que nunca demonstrou pretender realmente o Sr. Washington Luís sair, jamais se decidiu a pedir ao Congresso a medida constitucional da intervenção para a Paraíba, e nem a quis exercer em Minas no momento em que de lá partiu o mais arrojado dos desafios ao poder federal, expresso pelo atentado de Montes Claros, onde uma numerosa missão política de que faziam parte o vice-presidente da República e o chefe da Concentração Conservadora, dentro de uma indefinível impressão que dominou o país inteiro como um brado de alarma, foi recebida por uma sinistra e mortífera tocaia, preparada e levada a efeito pelos amigos da maior intimidade do governo mineiro naquela localidade sertaneja. E esse atentado brutal e selvagem ocorria a 2 de fevereiro, portanto nas férias parlamentares, quando poderia o presidente, por um ato de sua iniciativa — se realmente quisesse praticá-lo — decretar a intervenção em Minas.

Constituído o Congresso, processados os reconhecimentos pelo critério do diploma, graças ao qual puderam ser pacificamente reconhecidos vários adversários do governo e de sua política, e dos mais veementes no seu combate a um e a outro, iniciava-se o trabalho da apuração do pleito presidencial.

E observava-se, então, pela primeira vez no Brasil, e por certo em qualquer outro país onde vigorasse o sistema representativo, o espetáculo original e curioso que consistia em fazer-se a análise de um pleito eleitoral que se travou em toda a extensão do território nacional, adquirir o direito de argüí-lo de fraudulento e viciado, sem que um único procurador do contestante se apresentasse perante as comissões auxiliares para examinar as atas e os livros, e acompanhar de perto os trabalhos dessa fase preparatória do processo verificador, como se fez para defesa dos direitos de Rui Barbosa quando pleiteava seu reconhecimento no final da memorável campanha civilista.

E os deputados e os senadores que argüiam de nulos e fraudulentos os resultados daquela eleição, que não haviam assegurado a vitória aos candidatos do consórcio liberal, não se lembravam de que das mesmas urnas cujo pronunciamento soberano condenavam como insubsistente, havia surgido o mandato que lhes

permitia falar à nação naquele momento como seus legítimos representantes!

E enquanto tais fatos se passavam, os jovens turcos rio-grandenses, empenhados em salvar aquilo que consideravam a honra e a dignidade “do seu rincão”, recusavam-se a prestar obediência à palavra ponderada e serena do Sr. Borges de Medeiros e iam, na penumbra dos conluios, organizando a reação armada que deveria suprir as deficiências eleitorais.

Cresciam os rumores inquietantes, repetiam-se os cruzeiros aéreos dos mensageiros políticos que vinham do Rio Grande a Minas, e que de Minas demandavam o Rio Grande, cada vez mais extenso o cortejo de ameaças, mas acima de tudo pairava, felizmente, como uma garantia permanente para a ordem e para a paz, a autoridade suprema do sumo pontífice da política rio-grandense.

E mesmo dentro daquela formidável agitação que abalava o país inteiro, realizava o governo uma administração proveitosa, prosseguindo, com êxito manifesto, na execução da reforma financeira. O exercício de 1929 encerrou com o saldo de 381.906:188\$, portanto muito maior que o do ano anterior, que fora de 294.351:190\$. Por intermédio do Banco do Brasil, auxiliou com cerca de 200.000:000\$ o comércio e a lavoura de

café, indo à praça de Santos levar-lhe seu socorro imediato quando se produziu, logo no começo das agitações da campanha presidencial, o grande abalo que sofreu o produto principal do nosso comércio internacional. Era, sem dúvida, o reflexo de uma outra crise maior, verdadeira catástrofe universal que ocorrera alguns dias antes — a da Bolsa de Nova York. Não podia esse fenômeno, por certo, deixar de exercer um influxo depressivo imediato sobre um produto que tem como verdadeiro regulador de seus preços a grande metrópole financeira do mundo. Sentiu seus efeitos o universo inteiro e foi, para os Estados Unidos — estranho paradoxo econômico! — uma crise de prosperidade. A tanto equivalia, com efeito, pois que foi uma crise de especulação!

A campanha liberal já esmorecia quando ocorreu a crise que tanto deprimiu as energias do hercúleo organismo econômico de S. Paulo, e as conhecidas propriedades estimulantes e tônicas do café manifestaram-se uma vez mais, ativando e reerguendo energias combalidas.

Aparece, então, no campo debilitado pela aproximação da derrota inevitável, sugestivo e animador, como um novo e inesperado aliado. Sagraram-no, por isso, o General Café!

Tantas vezes se marcava a data para a revolução, tantas se adiava sua eclosão. Esperava-a toda a gente, menos o presidente da República. Recusava-se sistematicamente a dar crédito a qualquer informação que lhe fosse levada, como uma advertência amiga, acerca dos preparativos que se urdiam. Classificava de derrotistas e propagadores de boatos os melhores de seus amigos que a tanto se animavam. Confiava por completo, além do mais, na lealdade do exército... E toda aquela atoarda, de tão insistente, já ia perdendo o prestígio de uma coisa séria, para ganhar os aspectos de um torneio desportivo, quando um fato inesperado e brutal veio quebrar de modo insólito a calma relativa que dominava o país.

A 26 de julho era assassinado em Recife o presidente da Paraíba. Tombava, assim, o lutador varonil que ainda permanecia ereto no campo da peleja de onde os aliados da véspera iam desertando aos poucos, buscando a vereda das transigências e das acomodações. A rude notícia foi acolhida com indefinível emoção, porque a sensibilidade da alma brasileira não sanciona crimes, repugnando-lhe sempre o espetáculo dos desforços sangrentos. Servia o doloroso episódio para estimular os ânimos e o espírito revolucionários mais ou menos entibiados, e então iniciou a oposição, mesmo prescindindo de um conhecimento exato das particularidades do

crime, ou intencionalmente as desprezando para os efeitos que convinha explorar, uma tremenda e infernal campanha destinada a convencer a opinião pública de que o malogrado chefe do governo paraibano tombara vítima por um conluio político de que eram responsáveis o Sr. Washington Luís, o Sr. Estácio Coimbra e a polícia pernambucana, o Sr. Juvenal Lamartine e os chefes da corrente partidária local, contrária ao Sr. João Pessoa. Tão veementes e exaltados foram os debates travados na sessão de 29, consagrada ao morto pela Câmara, que nenhum dos membros da minoria conseguiu um pouco de serenidade para solicitar da casa uma homenagem, um preito de reverência a sua memória. Foi o “leader” da maioria, Sr. Cardoso de Almeida, quem tomou essa iniciativa. E registram os anais este oportuno aparte com que o deputado fluminense Sr. Faria Souto comentou uma de tais orações: “Por ocasião da morte do Sr. Souza Filho não veio aqui manifestar seu sentimento um só deputado da minoria!” Em Porto Alegre realizava-se um banquete em homenagem ao Sr. Oswaldo Aranha, quando chegou a notícia do crime de Recife. Inflamou-se de novo, então, o entusiasmo pela revolução. A palavra dos oradores que falaram ao povo foi um incitamento uniforme e harmônico ao apelo às armas.

Marcado o movimento para agosto — revelava-o mais tarde uma declaração cheia de autoridade — só foi adiado pela necessidade de ajustar com os generais com os quais estava sendo feita uma articulação, a adesão das forças da guarnição do Rio de Janeiro à conjura.

Renovavam-se todos os dias, daí por diante, os incitamentos à vingança pública contra todos os homens com responsabilidades no governo ou na política da maioria — sobretudo o chefe da nação, sem embargo de toda sua grande austeridade — que não souberam ou não puderam evitar que um inimigo pessoal do Sr. João Pessoa, saturado de ódios que já constituíam um trágico legado de famílias, prostrasse-o morto num rude ajuste de contas que nenhuma outra expressão tinha, nem podia ter, senão a de um ato caracterizado de vindita pessoal, sem nenhuma outra intenção oculta.

Mas estava escrito que aquela tragédia teria de exercer nos destinos do Brasil a mesma influência que o crime de que resultou a eliminação do arquiduque Francisco Ferdinando, a 14 de junho de 1914, teria de projetar sobre o universo. Recife tinha de ser a Sarejevo brasileira.

Que importava que a seu lado, naquele momento, ninguém mais se achasse? Marchavam, tudo todos, para uma transigência

geral que se teria convertido numa realidade pacificadora se não fora, em grande parte, a pouca ductilidade do fator decisivo do problema político dominante, que era o Sr. Washington Luís. Enfrentava desacompanhado, com sua fibra inextinguível de batalhador — animado por uma centelha em que havia qualquer coisa de uma alucinação — o motim cada vez mais grave e mais ameaçador de Princesa, e suscitava, pelas suas manifestações de energia, o respeito dos mais veementes adversários. Converteu-os, pois, esse crime numa nova arma política com a qual se iniciou o trabalho de reanimar os espíritos abatidos e reacender uma solidariedade quase extinta. Prosseguia-se, por isso, na tarefa de descobrir criminosos onde os não havia, lançando-se à cólera popular como estimulantes revolucionários que não poderiam falhar dessa vez, vítimas que deveriam passar por associados de um conluio inexistente. E a revolução apareceu de novo como uma sombra enegrecendo os horizontes. Por vários avisos foi o governo advertido de que 7 de setembro seria a data para a explosão. Realizou-se então, no Rio de Janeiro, uma revista militar em que formavam cerca de 15 mil homens para comemorar a data da independência. A força apresentou armas em continência ao chefe da nação; aclamou-o nas ruas o povo. O ministro da Guerra lançou uma imagem: “A cobra, mata-se na cabeça!” E no

mesmo dia, em S. Paulo, ao lado do comandante da região, assistia o presidente eleito, Sr. Júlio Prestes, cercado de todas as deferências, acompanhado de todos os membros do governo, seguido de um cortejo brilhante, à formatura de cerca de 3 mil conscritos que prestavam o compromisso à bandeira. Também nas ruas o aclamou a multidão.

O governo federal imaginava ter conjurado qualquer perigo, mandando que um contingente de tropa federal fosse estacionar em Princesa e em duas outras localidades circunvizinhas. E fez proceder ao desarmamento imediato dos guerrilheiros do coronel José Pereira.

Um outro fato significativo ocorria, precisamente naquele mesmo dia, mas esse capaz de representar, por si só, um fundamento da maior solidez para a paz: extinguiu-se o mandato presidencial do Sr. Antônio Carlos, e passava a ocupar o palácio da Liberdade um varão prudente e sereno que se havia conservado à margem de toda a intensa agitação da campanha presidencial, sequer sem ter chamuscado um dedo na chama crepitante... E, como que para melhor confirmar a confiança que sua simples ascensão ao poder bastava para inspirar, expedia no mesmo dia o Sr. Olegário Maciel ao Sr. Washington Luís, restabelecendo assim as relações de simples cortesia interrompidas entre o

governo federal e o mineiro, um telegrama de manifesta cordialidade em que lhe comunicava o fato auspicioso.

O Sr. Antônio Carlos, o agente da convulsão política, tinha se arreçado de seu complemento. De evasiva em evasiva, fugiu sempre à execução do plano que animou, declarando Minas desaparelhada para a luta armada.

Entregava a seu sucessor os cofres inteiramente vazios. O grande estadista lançou na voragem de seu despeito, desde que formou a Aliança Liberal até a tentativa revolucionária que fracassou em junho, dando lugar à renúncia do Sr. Oswaldo Aranha do cargo de secretário do Interior do governo rio-grandense, 160 mil contos — soma exata a que então se elevava a dívida daquela Minas prudente e econômica, virtuosa, pacífica e cheia de bom senso, que seu presidente converteu em tesoureira de aventuras políticas. Compreende-se que uma campanha daquele vulto não possa ser feita, no Brasil como em qualquer outro país, sem o dispêndio de muito dinheiro. Nunca, porém, com tão excessiva liberalidade! E tanto assim é que no manifesto que dirigiu ao Rio Grande e à nação, declara o Sr. Paim Filho(4), ao mesmo tempo que relata, numa rigorosa precisão de minúcias, as propostas de acordo feitas pelo Sr. Getúlio Vargas para a desistência de sua candidatura nos momentos de maior desânimo

da luta eleitoral — uma em cartas endereçadas aos Srs. Washington Luís e Júlio Prestes, outra em missão de que foi incumbido o próprio então secretário das Finanças de seu governo, e que fracassou, essa não por qualquer intolerância do presidente, mas pela irredutibilidade dos chefes da política mineira — que foram enviados para atenderem a despesas da campanha liberal “acima de 2.000 contos de réis”. E por esta migalha assim confessada em público, pode-se também deduzir da importância do concurso do erário rio-grandense no financiamento da campanha.

3 de outubro. Sexta-feira. Caía o crepúsculo. A cidade andava inquieta e nervosa. O boato movia-se, naqueles dias, numa ronda incessante. A cada momento circulava nas artérias centrais, multiplicando-se nos agregados febricitantes da Câmara e do Senado, sempre portador de uma nova sensacional. Os prenúncios, daquela vez, pareciam caminhar para uma realidade próxima, e o mundo político andava numa exaltação ebuliente.

As primeiras notícias que entraram a circular timidamente, murmuradas de ouvido em ouvido naquela hora melancólica, com ares confidenciais pontuados de reservas e cautelas, eram recebidas com uma certa incredulidade. É que nada podiam conter de positivo, como informação, pois que se

referiam a um movimento que havia explodido naquela tarde em Belo Horizonte, acrescentando alguns que também no sul havia-se registrado qualquer coisa de anormal.

Desde, porém, que começaram a ser postas em execução certas medidas policiais de caráter excepcional, passaram também as notícias correntes a ser tomadas na devida consideração, Havia sido varejada a Delegacia do Tesouro de Minas, que ficou, ao mesmo tempo que o Banco de Crédito Real, guardada por força policial. Autoridades policiais haviam visitado inopinadamente as redações dos jornais ligados ao governo mineiro, e que eram órgãos da facção liberal, levando presos seus redatores. A atmosfera da cidade tornava-se, daí por diante, opressiva e angustiosa. Por toda a parte fisionomias aflitas, indagadoras, ardentes. As casas de diversões ficaram sem concorrência. Enchiam-se os cafés e as calçadas, nos pontos de mais vida do centro urbano. Todas as dependências do governo a que competia qualquer serviço reclamado pelas circunstâncias entravam desde logo numa atividade febril, abertos e iluminados os gabinetes ministeriais, encetando-se no palácio Guanabara um movimento incessante de conferências com o presidente. Ali chegavam, dali partiam automóveis vertiginosos conduzindo generais, almirantes, chefes de serviços a quem coubesse

qualquer providência, das que ia adotando com urgência o governo, para a repressão ao movimento revolucionário que naquela tarde, com efeito, havia-se desencadeado no Rio Grande, em Minas e na Paraíba. Todas as forças de prontidão, preparativos para a formação de trens especiais e de navios para o rápido transporte de tropas, ordens telegráficas transmitidas com urgência para todos os pontos do país, eram medidas que absorviam todo o interesse e toda a atividade das autoridades naquelas primeiras horas de sofreguidão.

Na manhã seguinte, já a censura pesava sobre a imprensa. Iam-se divulgando, porém, as notícias mais ou menos exatas de quanto se passava. A resistência que o 12.º regimento de infantaria opôs ao movimento em Belo Horizonte era a grande nota desconcertante do alvoroço dos partidários da revolução. Também se confirmava a informação de que várias guarnições rio-grandenses lutavam com as forças assaltantes. O golpe não fora fulminante, e havia confiança na ação do governo.

Num ambiente de grave solenidade reuniam-se, à hora regimental, Câmara e Senado, para tomarem conhecimento da mensagem presidencial que lhes dava conhecimento dos fatos. Acentuava esse documento que “a gravidade da situação cresce pelo fato de ser essa

comoção interna dirigida e amparada pelos próprios governos dos respectivos Estados”. Pedia a decretação do sítio para Minas, Rio Grande, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal, com autorização para estender a medida, se necessária, a outros pontos do país. Pedia também autorização para realizar as operações de crédito necessárias para ocorrer às despesas extraordinárias exigidas pelas circunstâncias. O projeto do “leader” da maioria consubstanciando todas essas providências era logo aprovado, depois de uma veemente resistência oferecida pelos poucos deputados da minoria presentes, em discursos inflamados que teriam de ficar sem o eco da publicidade. Três deputados rio-grandenses davam-lhe seu voto — os Srs. Barbosa Gonçalves, Domingos Mascarenhas e Carlos Penafiel. No Senado, apenas o Sr. Bueno Brandão recusava seu apoio à proposição, aprovada com a cooperação dos representantes do Rio Grande, Srs. Paim Filho e Vespúcio de Abreu.

No palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, reunida desde 3 horas da tarde toda a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, esperava-se o momento combinado. O Sr. Artur Bernardes, de relógio em punho, acompanhava o movimento dos ponteiros. E quando faltavam apenas alguns minutos para as 5, toda a força policial saía dos quartéis. A capital mineira estava

quase desguarnecida de tropa federal. Numa demonstração de confiança pelos sentimentos pacíficos e pela concórdia de que parecia ser garantia o Sr. Olegário Maciel, havia o governo feito retirar todas as unidades até então aquarteladas ali, ficando apenas em sua parada habitual o valoroso regimento que tão alto, desde aquele momento, começava a elevar a honra e os brios do exército, dignificando sua lealdade e seu culto pelo cumprimento do dever. Oficiais que ainda puderam mover-se livremente, correram para o quartel e prepararam a resistência. Iniciado o fogo contra a posição, reagiu a tropa com intrepidez e bravura, entrincheirando-se no alto da colina onde está situado. Deveria durar seis dias aquela resistência heróica e admirável, que só cessou com a rendição quando já não havia, dentro da praça, nem alimentos, nem água para seus defensores. Depois de se haver adicionado creolina ao abastecimento, foi pelos sitiantes cortada a canalização! A milícia mineira estava inteiramente desaparelhada de munições, apesar dos preparativos que com os recursos financeiros do Estado facilitou ao Rio Grande o governo do Sr. Antônio Carlos, e foi com o material retirado do quartel ocupado que se lhe tornou possível prosseguir na revolução! Tão grande era o desânimo decorrente daquela resistência inesperada, que já se achavam prontos os automóveis em que o presidente e os

demais membros do governo e chefes graduados da política estadual deveriam fugir para a longínqua cidade de Diamantina!

Cessada a luta, afastado o pavor daqueles primeiros dias, partiu para Barbacena a primeira coluna para estender a revolução ao resto do Estado. Ali se havia instalado o quartel-general revolucionário. Informados os chefes do movimento de que o 10.º de caçadores tinha deixado sua sede, em Ouro Preto, e marchava contra a cidade, partiu ao seu encontro uma força. Travou-se uma rápida luta nas imediações da Lafayette. O corpo vinha estropeado. Metade havia debandado, metade foi destroçada. Foram presos cem soldados. Proseguiu a coluna para S. João d'El Rei. Entregou-se sem resistência o 11.º regimento, ali estacionado, abastecendo-se a força revolucionária de copioso material. Dali voltou a coluna em direção a Barbacena, de onde se moveu com rumo a Juiz de Fora, sede do comando da região, ponto de concentração das forças confiadas ao general Azevedo Costa, a quem o governo entregou a delicada missão de reprimir o movimento revolucionário em Minas.

No norte, iam caindo capitais à simples notícia da aproximação da coluna encabeçada pelo capitão Juarez Távora. Muito mais por meio de radiogramas do que como consequência de qualquer luta, ia tomando uma por uma. Recife,

chave do vasto setor, ofereceu ao invasor uma resistência tenaz na sua primeira investida. E teve, por isso, de retroceder para a Paraíba, a fim de buscar reforços. Desde, porém, que as contingências daquela hora aflitiva obrigaram o Sr. Estácio Coimbra — uma vez mais! — a abandonar seu posto, estava Recife, e conseqüentemente a maior parte do norte, em poder da revolução.

Não pode uma crônica, que seja o registro fiel das impressões daquele momento histórico, deixar de assinalar o penoso espetáculo que iam proporcionando à opinião pública, abalada por tantas emoções, todos aqueles governadores a abandonar sucessivamente seus postos sem um rasgo de bravura, sem uma demonstração de desprendimento e de coragem pessoal, por forma a oferecer — um só que fosse — um exemplo que se tornasse digno de ser equiparado à atitude varonil com que deveria resgatar muitos de seus erros o Sr. Washington Luís, quando chegasse o momento supremo de sua provação.

No extremo norte, o Sr. Eurico Vale, governador do Pará; no sul, o Sr. Fulvio Aducci, presidente de Santa Catarina — eis os dois únicos chefes de Estado que naquela contingência souberam dar alguma demonstração de valor pessoal e de fortaleza de ânimo, organizando na hora do perigo uma resistência

compatível com as circunstâncias, resolutamente o afrontando, em vez de se entregarem ao pânico inconsiderado em que prevalecem os nervos mal contidos, que aconselham a fuga e a deserção, e nunca o calmo e sereno cumprimento do dever.

Florianópolis era a parada do 14.º batalhão de caçadores, e Porto União do 13.º. Era toda a força federal estacionada em Santa Catarina. Dos 600 homens da Força Policial, a maior parte estava no interior. Na noite de 3, mais ou menos às 9 horas, a estação do palácio presidencial interceptava um radiograma do general Azevedo Costa, comunicando ao ministro da Guerra a revolta da Polícia Mineira. Uma hora depois, começou a interceptar sucessivos rádios do Sr. Oswaldo Aranha expedidos às várias guarnições rio-grandenses, convidando-as a render-se, e declarando que já o tinham feito as demais. Foi logo posta de prontidão a Força Policial, ordenando-se o recolhimento imediato dos destacamentos do interior. A 5 começava a invasão do território catarinense pela fronteira de Araranguá (litoral) efetuada pela coluna do coronel Waldomiro Castilho de Lima, e pela S. Paulo Rio Grande, realizada pelo grosso das tropas gaúchas (vanguarda do major Miguel Costa). Estava no porto de Florianópolis a divisão de torpedeiros, composta do “Maranhão”, do “Santa Catarina” e do “Paraná”. Era quase toda composta de revolucionários a oficialidade do

14.”, mas não se sublevou devido aos esforços de seu comandante, e também pelo receio que lhe inspirava a milícia catarinense, muito bem aparelhada. Dois dias depois ali chegavam, de avião, o general Nepomuceno Costa, que ia assumir o comando da região, em substituição do general Monteiro de Barros, que com toda a tropa estacionada no Paraná havia aderido à revolução, e a bordo do cruzador “Bahia” o contra-almirante Heráclito Belfort. Acompanhavam-no mais dois destróieres. Esses navios iam com a função de policiar o litoral sul até a barra do Rio Grande, e o litoral norte até o porto de Santos. A luta que sustentou Florianópolis — único ponto do território catarinense que num dado momento não se achava sob o domínio da revolução — foi porfiada e renhida. Os destróieres bombardearam durante seis dias os pontos do litoral onde se reuniam forças rebeldes, dispersando-as, e o 14.º, mandado para Itajaí, aderiu ao movimento.

O Paraná, consumada a deposição do Sr. Afonso Camargo, já no dia 5 se achava sob a ação do governo provisório do general Mário Tourinho. A 6 transpunha a vanguarda Miguel Costa o rio Iguaçu, e penetrava no território paranaense.

Em Porto Alegre rompia o movimento à hora combinada com os conspiradores dos demais pontos do país, produzindo-se um ataque tão inopinado ao quartel-general que o comandante

da região, apesar de reiteradamente advertido dos preparativos para o movimento, foi colhido de surpresa, sem poder oferecer resistência alguma aos assaltantes, e preso. O tenente-coronel Góis Monteiro, que havia sido mandado para o sul como delegado de confiança do governo federal, investido da delicada missão de informá-lo do estado de ânimo da tropa da região, era o chefe do estado maior da revolução. E o verbo “despistar” não era conjugado apenas para o governo federal. Datadas de 2 daquele mês — portanto, vinte e quatro horas antes da eclosão do movimento — eram recebidas no Rio de Janeiro duas cartas do Sr. João Simplício, secretário das Finanças, procedentes de Porto Alegre: uma para um seu filho, outra para o ministro da Fazenda. Dizia, numa, que muito se continuava a falar ali em revolução, mas que nada temia. Seria esmagada, se se manifestasse. Declarava, noutra, que os jovens turcos queriam destruir o Partido Republicano para se aliarem aos libertadores.

Ignorava o graduado auxiliar do Sr. Getúlio Vargas que o Sr. Borges de Medeiros, mais de um mês antes, rendido, afinal, à sedução daqueles mesmos jovens turcos, havia começado a escrever cartas de seu próprio punho a vários oficiais da guarnição federal do Rio Grande, como da do Paraná, convidando-os a participar da revolução.

E no Rio Grande decretava-se a mobilização geral para a guerra de princípios contra o governo federal, que deveria corrigir pela força das armas o insucesso eleitoral do pleito de 1.º de março, e levar o Sr. Getúlio Vargas ao poder!

A 10 de outubro dirigia o presidente uma manifesto à nação. Observava, em resumo, num balanço assaz sugestivo da ação de seu governo, que se tinha restabelecido a paz interna, restaurando-se o crédito no estrangeiro, graças à pontualidade no cumprimento de todas as obrigações da nação; robustecia-se seu organismo financeiro com a verificação anual de saldos orçamentários e a estabilização do valor da moeda “apoiada por todas as opiniões e aceita mesmo por aqueles que se declararam em oposição ao governo, e agora o combatem pelas armas. Cresciam o volume e o preço das produções nacionais “num surto magnífico de vitalidade econômica.” Fazia-se o reajustamento dos vencimentos e operava-se o barateamento do custo da existência. Todos os direitos respeitados, todas as liberdades sob uma ampla garantia “evidenciada em toda a parte nas livres manifestações dos comícios e dos jornais.” “E tudo renascia; já a taxa cambial se alteava; já os nossos produtos de exportação tinham maior saída e alcançavam melhores preços; já a

confiança reanimava os centros produtores; já o comércio ampliava suas transações; já a indústria revigorava todas as suas modalidades; já todos encontravam trabalho — quando inopinadamente rompeu esse brutal movimento sem ideais que só o rancor anima e a ambição conduz”. Mas estava certo de que ele não prevalesceria. As guarnições da 1a., da 2a. e da 4a. regiões, a circunscrição militar de Mato Grosso, a artilheria de costa sob o comando do general Leite de Castro, a marinha de guerra, a moderna aviação nacional, a Polícia Militar do Distrito Federal e as dos Estados, os batalhões patrióticos — eram “elementos já mobilizados e aplicados na defesa da ordem.” Amparado pela opinião pública e sustentado por essas forças, debelaria a perturbação.

Vigoravam medidas de tempos de guerra: o sítio, o feriado bancário, a convocação dos reservistas — providência de péssimo efeito moral que encheu de aflição um sem número de lares — uma tabela de preços para os gêneros de primeira necessidade, a censura para a imprensa, a vigilância policial rigorosa e ativa, prisões cheias, e o espírito público sob o domínio de uma contínua inquietação, alvoroçado pelas notícias derrotistas que irradiavam pelo seio da população por todos os meios possíveis de propagação, anulando a cada momento as informações tranqüilizadoras do boletim oficial quotidiano, e a cidade mergulhada numa tristeza impressionante

e profunda. As duas casas legislativas, depois de haverem votado todas as medidas que lhes pediu o governo, somente se abriam para pontos de reunião onde deputados e senadores entregavam-se, numa meia voz de câmara mortuária, à troca de impressões que em cada dia que se passava revelavam um desânimo maior.

Restavam apenas, no norte, em poder da legalidade, a Bahia e o Espírito Santo. Nomeavam-se, para substituir os governadores depostos, interventores militares que não assumiam seus cargos porque não conseguiam chegar aos territórios entregues à sua jurisdição. Forças mineiras invadiam municípios fluminenses e espírito-santenses limítrofes, e ninguém confiava numa reação, desde que desta fossem encarregados contingentes do exército porque era fatal sua adesão ao movimento. O Sr. Aristeu Aguiar, muito antes que o perigo se materializasse na vitória, abandonava o governo e tomava um cargueiro que o conduzia para a Europa. O interventor, coronel José Armando, que ia substituí-lo, recebia no dia seguinte à sua posse uma intimação para não oferecer resistência às forças invasoras, e vinte e quatro horas depois regressava ao Rio de Janeiro... Entretanto a milícia espírito-santense lutava bravamente no baixo Guandu, onde resistiu entrincheirada, de 4 até 16, a um vigoroso ataque da coluna revolucionária, o mesmo se dando —

auxiliada nesses dois pontos por elementos fiéis do exército, pertencentes ao 8.º de caçadores — próximo a Cachoeiro de Itapemirim.

Sobre S. Paulo, e mais particularmente sobre Itararé, fixava-se o olhar aflito, mas confiante, de todos quantos, animados pelo espírito conservador que bem sabia a que perigos estava exposto, naquele momento, todo o precioso patrimônio moral e material da nação, conquistado e acumulado durante mais de quarenta anos de experiências e de adaptações, em que no meio de erros e adulterações de toda a espécie, muito se havia salvo de proveitoso, de acertado e de bom que precisava ser preservado, acompanhavam inquietos o desdobrar dos acontecimentos, ardendo pela vitória da lei e pelo triunfo da ordem.

Naquela orla do território nacional, no extremo da extensa garganta que parte de Marcelino Ramos e vem terminar ali, no reduto onde se estabeleceu a base da defesa da ordem jurídica, da lei e da constituição periclitantes, iam se resolver os destinos do Brasil. Era o vasto tabuleiro onde teria de se decidir, nos seus lances finais, arrojados e cheios de intrepidez, a partida em que estavam empenhadas todas as forças da nação. Itararé salvaria S. Paulo. E S. Paulo salvaria o Brasil dos riscos de um aventura que não tinha, não podia ter outro objetivo, outra

finalidade, senão a conquista violenta do poder. Não tinha, não podia ter aquele movimento, próxima ou remotamente, qualquer espécie de identificação moral ou política com os que o precederam em épocas anteriores, marcando para sempre na história brasileira a data de 5 de julho.

Nunca poderiam, com efeito, os ideais atribuídos aos rebeldes do forte de Copacabana, aos revolucionários de 1924, e a quantos secundaram a sublevação de S. Paulo, ser convertidos em realidade, em 1930, por aquele mesmo Rio Grande e por aquela mesma Minas que lhes recusaram toda solidariedade, negaram-lhes toda e qualquer espécie de apoio, condenaram-nos com a maior veemência pela palavra e pela ação, ajudando a esmagá-los com o concurso vigoroso e entusiástico de suas forças militares, matando com suas armas os heróis que mais tarde teriam de glorificar, unindo-se integralmente, na companhia dá Paraíba, em torno do poder constituído, naquelas ocasiões concretizado nos governos que tinham por chefes o Sr. Epitácio Pessoa e o Sr. Artur Bernardes, para defendê-lo e sustentá-lo com todo o fervor de seu civismo e de sua fé republicana. Não havia, não podia haver nenhum gênero de afinidade entre aqueles dois 5 de julho que o exército disciplinado e a grande maioria política da nação, apoiada no sólido sustentáculo que lhe ofereciam aquelas duas grandes unidades, e com a

colaboração sempre presente da Paraíba, combateram com todas as suas energias, fortalecendo por todos os modos, no terreno material como na esfera moral, o poder e o regime contra os quais se alçavam. Aquele tiro da meia-noite, com que o forte de Copacabana convocou o espírito revolucionário da nação, e que morreu sem eco sob a ação repressiva, pronta e eficaz das forças ao serviço da lei, nunca poderia, lógica e coerentemente, ser invocado pelo movimento armado de 3 de outubro, e pelo de 24, que dentro dele se produziu para lhe completar a ação, como o primeiro elo de uma cadeia regular e harmônica que se ligava para culminar na convulsão de que teria de resultar a grande transformação política e social do Brasil republicano.

A propaganda que o preparou, soube iludir. Iludiu com inteligência e com persuasão. O povo estava descontente. Nunca poderia entrar em suas previsões, porém, que prestando a cooperação de sua simpatia a uma convulsão que anunciava como propósito principal de seu programa restituir-lhe uma liberdade que de fato não lhe faltava, e assegurar-lhe direitos de que não o privava aquele, como não o privara nenhum dos dois governos que o antecederam — pois que nem o Sr. Epitácio Pessoa, nem o Sr. Artur Bernardes, nem o Sr. Washington Luís, entregaram-se jamais à prática criminosa de punir com a pena da exoneração funcionários de

fé de ofício limpa e honrosa cujo único delicto consistisse em pensar livremente dentro de uma nação e de um regime livres — ia concorrer para mergulhar num longo e penoso eclipse todo um patrimônio precioso de franquias liberais que acumulou durante quase meio século. Ia assistir, entristecido e humilhado, ao garroteamento de todas as liberdades — a começar pela da manifestação do pensamento, sob a forma ampla e moderna da imprensa; a cessação do exercício da crítica e da análise dos atos públicos, sem restrições e sem peias; ao sacrifício frio e consciente dos direitos mais respeitáveis e legítimos, criados à sombra da lei, assegurados por preceitos de caráter universal. Cooperava, enfim, para conhecer uma situação que nunca lhe proporcionaram, mesmo nos hiatos abertos no império soberano da constituição pela medida de exceção do estado de sítio, os governos mais enérgicos e mais fortes.

À boa fé e ao excesso de confiança que havia reservado para o nobre sentimento da lealdade, pretendeu o Sr. Washington Luís, um pouco tardiamente, opor toda aquela energia e firmeza com que tanto se recomendou à admiração e ao apreço públicos o secretário do Interior do governo Albuquerque Lins quando S. Paulo lutava pelo império da ordem civil e, mais tarde, quando se entregava aos preparativos para opor às ameaças intervencionistas uma resistência

compatível com o valor e a intrepidez dos bandeirantes do passado.

Suas ordens de comando, ou não eram ouvidas, ou eram falseadas em sua execução. Chegavam ao seu conhecimento informações oficiais de feitos que nunca se praticaram, como por exemplo as que davam notícias minuciosas, acompanhadas da documentação de fotografias, do bombardeio aéreo de Belo Horizonte, com o palácio da Liberdade quase destruído pelo efeito demolidor das bombas lançadas pelos aviões que haviam partido do Campo dos Afonsos no desempenho daquela missão.

As forças da 4a. região pareciam chumbadas ao solo de Juiz de Fora. Belo Horizonte, banhada pela luz dourada de seu esplêndido sol sertanejo, respirando a plenos pulmões, no seu dossel de cordilheiras, o ar oxigenado em que há frescuras de fontes cristalinas e aromas de jardins e de florestas, repousava lá no alto como uma cidade inatingível.

E quando aquela coluna que partiu, consumada a rendição do heróico 12.º, para levar a agitação revolucionária aos núcleos populosos do interior mineiro, avizinhou-se do grande empório industrial, cidadela da legalidade, para forçá-la a um pouco de atividade militar,

atacando-a para que se defendesse ou aderisse de vez, era tarde...

Pelo menos dois avisos, feitos em termos positivos, dos acontecimentos que se avizinhavam, chegaram ao Guanabara na manhã de 23. O “leader” da maioria parlamentar, Sr. Cardoso de Almeida, ali esteve com o fim especial de fazer ao presidente a comunicação do que havia sabido a propósito da conspiração dos generais. Ao retirar-se, declarou a um seu colega de representação, com quem se encontrou, que reputava perdida a situação.

— Nada mais tenho a fazer aqui, e parto hoje à noite para S. Paulo...

O Sr. Washington Luís almoçou melancólico e preocupado. Pouco depois, subia com o Sr. Roberto Moreira para o mirante, situado nos fundos do palácio. Ali tentou o deputado paulista encaminhar a conversa para o assunto, e verificou que o presidente se obstinava em recusar crédito às advertências.

— Já interpelei o ministro da Guerra. Diz ele que não há nada...

À noite, dentro da sua hora habitual, chegou o general Sezefredo Passos. Teve uma breve

conferência com o presidente, finda a qual declarava este:

— As operações vão tomar, daqui por diante, um caráter decisivo. Nunca esteve tão clara a situação...

E informou, em resumo:

Os destacamentos da Força Pública de S. Paulo que haviam invadido Minas pela fronteira, prosseguiram com êxito nos seus objetivos; várias cidades tinham caído em seu poder, tendo sido também franqueado o túnel da Mantiqueira. Por aquele lado, portanto, estava aberto o caminho para Belo Horizonte. O encouraçado “S. Paulo” navegava naquele momento em direção a Recife; havia chegado à Bahia, onde começava a organizar a resistência, o general Santa Cruz; os chefes sertanejos coronéis Horácio de Matos e Franklin de Albuquerque, com cerca de quatro mil homens, ocupavam a margem do S. Francisco, estando detida em Sergipe a pequena coluna do capitão Juarez Távora. O general Leite de Castro havia percorrido a zona fluminense, trazendo informações satisfatórias; no dia seguinte, pela manhã, deveria partir para Minas uma nova coluna chefiada pelo general João Gomes; em Itararé, era boa a situação. Informava o Sr. Júlio Prestes que estavam sendo feitos numerosos prisioneiros que davam uma má

impressão do estado das tropas revolucionárias, mal alimentadas, sem recursos.

E como, até aquela hora, não houvessem chegado as notas para o boletim oficial que deveria ser redigido para o dia seguinte, foi o próprio ministro da Guerra quem as reclamou pelo telefone, assegurando que não demorariam. Um pouco mais tarde do que de costume, é certo, mas o fato é que chegaram. E os elementos que constituíam o material para aquele famoso boletim que todos os dias ministrava ilusões tão suaves ao povo, e que o Sr. Roberto Moreira, instalado no Guanabara para melhor poder desempenhar sua comissão, redigia com toda a inteligência de que é dotado, não emanavam de nenhuma fonte que não fosse rigorosamente idônea. Provinham da única repartição capaz de fornecê-los seguros, autorizados, inteiramente dignos de fé. Era o estado-maior do exército quem os fornecia! E se continham inexatidões e fantasias, era sem dúvida porque aquele estado-maior a quem o avisado e cauto ministro da Guerra, no intuito de afastar melindres e susceptibilidades, havia confiado a direção das operações em defesa da legalidade e do governo constituído, tornara-se também o centro de maior prestígio da conspiração militar. Compondo-se de três membros — o chefe e o 1.º e o 2.º vice-chefes — estes dois, os generais Firmino Borba e Malan d'Angrogne, eram das figuras de maior

preponderância da conjura contra o poder que lhe havia confiado sua preservação!

Naquela noite, porém, fazia o ministro da Guerra ao Guanabara uma segunda visita que estava, de todo, fora de suas normas. Ali chegou cerca de 10 horas, portador de notícias da maior gravidade. Levava ao presidente um exemplar da ordem de operações em que o general Mena Barreto e o coronel Bertoldo Klinger concitavam seus camaradas do exército a negar obediência às autoridades constituídas, e que deveriam culminar na deposição do Sr. Washington Luís, ao mesmo tempo que o certificava da extensão do movimento prestes a desencadear-se, e dos elementos de que dispunha.

Ainda assim manifestou o presidente, sem nenhuma vacilação, o firme propósito de resistir. Ciente dessa sua decisão, saiu logo o general Sezefredo Passos para adotar as providências que lhe coubessem. Ia com ordem para prender os generais rebeldes. E um deles, com efeito — o general Andrade Neves — chegou a ser detido por algumas horas. Convocados com urgência, achavam-se daí a pouco cercando o presidente todos os ministros e altos funcionários. Também se retirou para voltar mais tarde, depois de haver ordenado várias medidas ditadas pelas circunstâncias, o almirante Pinto da Luz. Da própria estação do palácio foi expedido um

radiograma ao comandante do “S. Paulo” recomendando-lhe que regressasse prontamente ao porto.

Lá fora, seguiam os fatos o curso fatal do irremediável. Desde as primeiras horas da noite estavam os chefes da rebelião dirigindo de seu quartel general, instalado no forte de Copacabana, a perfeita execução das ordens de operações, que já haviam sido entregues a todos os corpos.

A ação conjunta, que deveria ser o golpe final, estava fixada para a hora H — 9 da manhã seguinte.

No quartel do 3.º regimento — a verdadeira vanguarda da revolução pacificadora dos generais — reunia o comandante às 8 1/2 todos os oficiais, e comunicava-lhes o teor daquela ordem, da qual mandava dar conta aos sargentos. Logo depois, já uma patrulha ia até a junção das avenidas Pasteur e Venceslau Brás, exercendo uma severa vigilância sobre todos os veículos, praças de polícia e grupos suspeitos. O mesmo movimento se operava nos quartéis de S. Cristovão, como nos da Vila Militar e outros pontos. Os túneis que ligam a cidade ao bairro de Copacabana eram, pouco depois, guarnecidos a fim de ficarem aquele forte, bem como o do Vigia, ao abrigo de qualquer surpresa.

Às 3 horas, ia uma companhia estabelecer-se defensivamente na praia de Botafogo, nas proximidades do pavilhão Mourisco, com a missão de garantir o grosso do regimento contra qualquer ataque da Polícia Militar, com que não contava o movimento. Seções de metralhadoras e uma de canhões, da fortaleza de S. João, tomavam posições na avenida Pasteur. Outros contingentes ocupavam as ruas transversais à de S. Clemente, onde está situado um quartel da Polícia Militar.

Todos esse fatos chegavam sem demora ao palácio Guanabara, onde já se achava, prostrado e inerte, o ministro da Guerra. Voltara pela madrugada em companhia do general Azeredo Coutinho, que também revelava um completo desânimo. Reuniram-se ao presidente, declarando-lhe o comandante da 1a. região que não contava com tropa alguma para uma resistência. Pouco depois o comandante da guarda, pertencente àquele corpo, ciente de quanto ocorria, entregava as armas aos oficiais da casa militar do presidente, e era mandado preso, com seus homens, para o quartel-general da região, fugindo antes de ali chegar.

O presidente havia ditado ao Sr. Roberto Moreira seu último documento oficial: um manifesto em que declarava que enquanto lhe sobressem meios para tanto, o governo resistiria,

“salvaguardando o regime e a vida da nacionalidade.”

Era uniforme sua linguagem. Não renunciaria. Prendessem-no. Renovava ordens sucessivas para se organizar a resistência, recebendo a cada momento, transmitida pelo chefe de sua casa militar ou pelo ministro da Guerra, a comunicação de que uma por uma das unidades para que se apelava negavam-se a obedecer, Foi requisitada às 3 horas uma força policial para guarnecer o palácio, e que se compunha de oitocentos homens. Era a única que ainda recebia ordens do governo, e as executava; o único inimigo provável contra o qual se mobilizava toda a guarnição...

Às 6 horas já uma parte do 3.º regimento marchava pela praia de Botafogo, em direção à rua Farani, ao tempo que começava a afluir ao quartel da praia Vermelha um número considerável de civis pedindo armas. Dali partia uma aluvião de veículos transportando sacos de areia, fardos de alfafa, colchões e toda a espécie de material, para trincheiras e remuniciamento da frente. Às 7 horas já chegava uma companhia à embocadura das ruas Voluntários da Pátria e S. Clemente, onde era repelida a tiros uma patrulha de cavalaria,

A população despertava sob a intensa impressão daqueles sucessos. Animavam-se as ruas, iniciando-se as manifestações populares. Às 9 horas, — a hora H — troavam os canhões das fortalezas. Voavam no alto, na trepidação de seus motores, dentro do horizonte cinzento de uma manhã funérea, os aviões que lançavam no espaço exemplares da proclamação dos generais.

Os generais, no intuito de restabelecer “a unidade e a paz do Brasil”, convidavam o presidente a afastar-se do posto que já não podia ocupar “sem que a perturbação nacional continuasse.” Assim, o meio mais prático que se lhes afigurava para que cessasse a luta e a paz voltasse “a todos os lares”, pois o “desfecho da atual guerra civil não pode ser a violência, porque dest’arte não seriam satisfeitas as aspirações de liberdade e subsistiriam os germes de novas lutas”, era depor o poder constituído, anular por um golpe fulminante o mandato que a nação consciente havia conferido àquele que era o chefe supremo das forças de terra e mar, recusando-lhe o concurso das tropas que lhe deviam obediência, para dominar a subversão. Manietavam o poder agredido, privando-o dos meios de defesa para os quais tinha o direito de apelar naquela contingência, para fortalecer o agressor por forma a assegurar-lhe uma vitória para a qual estava ele pelejando ainda em condições absolutamente precárias.

A cidade tomava aspectos imprevistos. Grupos compactos iam se formando por toda a parte, buscando inteirar-se da verdadeira significação dos acontecimentos. No centro urbano, numa simultaneidade inopinada, desencadeavam-se demonstrações violentas. À multidão exaltada, que não tardou a dominar por completo a cidade inteiramente despolicuada, entrou a apedrejar os jornais filiados à política do governo, passando à prática de depredações de inédita violência.

Iniciavam-se os incêndios. Subiam ao ar as chamas de enormes fogueiras, e os carros rumorosos dos bombeiros varavam a multidão desenfreada, entregue à inconsciência do delírio coletivo. Na rua, sobre a civilização do asfalto, outras fogueiras ardiam no mesmo ímpeto, formadas pelos móveis, coleções, bobinas de papel, arrancados dos escritórios e das oficinas dos pobres jornais que presumiam interpretar o sentimento da maioria da nação. Os contingentes da força policial que guarneciam vários pontos da cidade, iam se retirando de seus postos, para confraternizar com a revolução. E as repartições do governo, as delegacias policiais e todas as dependências públicas iam sendo assaltadas e tomadas pela turba, ocupadas pelos mais audazes que primeiro chegavam e se instituíam seus chefes e diretores, sem que se lhes

deparasse nenhuma espécie de resistência. Era a anarquia precedendo a desordem organizada...

Começavam a aparecer os caminhões ruidosos cheios de gente a agitar flâmulas rubras; aqui e ali, um grupo mais compacto com uma bandeira nacional desfraldada, cantando o hino em vozes desconcertadas, empunhava paus e pedaços de ferro, erguendo vivas à revolução.

E o lenço vermelho amarrado ao pescoço pontilhava, como uma nota de sangue muitas mil vezes repetida, aquele oceano revoltado de gente congestionada e alucinada a gritar, a querer lutar, a buscar um adversário que não encontrava para lhe aceitar o desafio...

O palácio Guanabara seria bombardeado às 9 horas se o presidente persistisse na intenção de resistir e não renunciar. E o presidente, que já não tinha soldados para resistir, declarava que se considerava prisioneiro, mas que não renunciava, nem abandonaria a casa que era a residência do chefe da nação. O cardeal-arcebispo havia mandado pedir ao ministro das Relações Exteriores, por um recado telefônico transmitido pouco depois de 5 1/2 da manhã, que lhe fosse falar no palácio de S. Joaquim. Lá chegou cerca de 6 horas o Sr. Otávio Mangabeira, sendo informado por D. Sebastião Leme de que havia recebido num envelope fechado, sem saber

mandado por quem, a intimação dos generais ao Sr. Washington Luís para que se rendesse. Acrescentou que se recusava a ser portador daquele documento. Informou-o então o Sr. Otávio Mangabeira de que o presidente já estava ciente de tudo, retirando-se.

No Guanabara, para onde voltou, foi novamente chamado às 9 horas ao telefone. Comunicava-lhe Sua Eminência que havia recebido do forte de Copacabana o aviso de que, se o presidente renunciasse, poderia recolher-se ao palácio cardinalício. No caso contrário, seria o Guanabara bombardeado às 11 horas.

Limitou-se o Sr. Washington Luís a dar esta resposta:

— Podem bombardear!

Vinha Sua Eminência em águas pernambucanas, de regresso de sua viagem à Europa, quando recebeu, a 17 de outubro, um radiograma do governo provisório, fazendo-lhe uma exposição da situação, e dirigindo-lhe um apelo para que procurasse evitar a continuação da luta. A luta era incerta e melhor seria assegurar por aquele meio as posições conquistadas pelo golpe inicial... Chegando ao Rio de Janeiro, foi D. Sebastião Leme recebido por

numerosos oficiais que o proclamavam o pacificador. Os oficiais não queriam lutar... Pretendiam que Sua Eminência obtivesse a renúncia do Sr. Washington Luís. E foi, por isso — é Sua Eminência mesmo quem o relata numa entrevista pública — procurar o presidente. Não pôde, entretanto, falar-lhe acerca do assunto em sua primeira visita, de “tanta pompa” cercou-a, recebendo-o em companhia de todo o ministério. Voltou à sua presença no dia 23, disposto a aconselhar a renúncia. Logo, porém, que começou a falar no objeto de sua visita, teve a impressão de que o Sr. Washington Luís desconhecia por completo a gravidade da situação.

Perguntou-lhe ele nessa ocasião:

— Como! Então V. Em. duvida da lealdade de meus generais?

Já que S. Ex. não queria a paz, — observou-lhe — faria uma apelo às forças em operações para que celebrassem um armistício. Os oficiais do exército “em ligação comigo” — adiantou o ilustre prelado — haviam se oferecido para auxiliar o armistício. E o presidente impassível! Tentou, então, outro recurso: a renúncia do Sr. Júlio Prestes. Conseguiu que um emissário capaz se prestasse a ir a S. Paulo com o fim de se entender com o presidente eleito e apresentar-lhe

a sugestão. Foi, porém, advertido de que o não fizesse partir, porque seria preso.

Como resultado da mediação, que desde então interpôs, conseguiu que do Guanabara não partisse ato algum contra o povo, como também que ali fosse pacificamente recebida uma força revolucionária, para lhe montar guarda.

A rua Paissandu enchia-se, naquela manhã, de aspectos que jamais havia conhecido. Às primeiras horas, estava completamente interditada, guarnecida por numerosos contingentes da Polícia Militar, que a ocupavam em toda sua extensão. Vitorioso o movimento, pela falta de resistência, foi essa força recuando até deixá-la inteiramente entregue à turba exaltada, que numa maré montante, vindo do centro, depois de consumados os autos de fé contra a imprensa governista, ia, ululante, quebrar-se contra os portões cerrados do palácio.

O presidente fez retirar do palácio as senhoras. Reuniu os ministros e pediu-lhes que se retirassem. Pelo menos os civis. Recusaram-se todos, declarando que não o abandonariam. E esperou que se confirmasse a ameaça do bombardeio.

Dentro, na amplidão de seu esplêndido parque, espalhavam-se os soldados da milícia policial, numa atitude que nada tinha de marcial.

Alguns já começavam a mutilar as plantas onde houvesse um flor ou uma folha da coloração daquele dia, rubro mas felizmente sem sangue, para guarnecer, como um símbolo de sua adesão aos generais pacificadores, a boca de suas carabinas ou o peito de seus uniformes...

E mesmo diante daquele espetáculo, persistia o Sr. Washington Luís em revelar-se um homem...

As ordens de operações iam sendo tranqüilamente executadas. Um ou outro esboço de desobediência, esta ou aquela tênue tentativa para o cumprimento do dever de se manter fiel ao compromisso de defender a autoridade constituída, cediam sem demora diante da voz eloqüente do espírito de classe, e sob a pressão invencível de um pronunciamento quase unânime...

Às 10 horas, seguido de uma formidável legião de civis de lenço vermelho amarrado ao pescoço, misturando-se nas aclamações as vozes dos homens, das mulheres e das crianças, dos moços e velhos, dos funcionários e doutores, dos operários e patrões, todo o regimento avançava em direção à rua Farani. À entrada daquela via pública, que vai terminar nas grades do Guanabara, havia sido armada pela madrugada

uma trincheira que foi abandonada pelo pelotão da Polícia Militar que a guarnecia.

Temia-se, porém, que a força policial que se mantinha no morro do Mundo Novo, a cavaleiro do palácio, onde havia montado uma seção de metralhadoras pesadas, pudesse oferecer qualquer resistência ao avanço do regimento, e já se preparava um destacamento para ir desalojá-la daquele local quando foi essa providência sustada por ordem do general Mena Barreto. Já lhe havia chegado a comunicação formal de que também a Polícia Militar aderira ao movimento.

Cerca de 1 hora da tarde chamava o presidente ao telefone, falando do palácio dos Campos Elísios, o Sr. Júlio Prestes. Comunicava-lhe que em S. Paulo ia tudo bem. Ia remeter-lhe forças para sua defesa. Respondeu-lhe o presidente, com voz firme, ouvido por vários circunstantes:

— Guarde as forças para V.! Aqui está tudo perdido! Além do mais, seria impossível mandá-las, pois a estrada de ferro está em poder dos revolucionários...

Daí a pouco nenhum dos telefones que ligavam o Guanabara com S. Paulo falava mais. Estavam cortados.

Triunfara a revolução brasileira.

A revolução francesa, especialmente na conquista jacobina, não exprime nenhuma mudança essencial na concepção do absolutismo do poder. Se o sofreu debaixo do domínio de Luís XIV, continuou a conhecê-lo sob o governo absoluto de Napoleão I. Destruiu um despotismo, para cair noutro maior. A Rússia contemporânea, quebrando os grilhões do cativo a que a submeteu o absolutismo dos *tzars*, sepultou-se no cárcere impenetrável e escuro do bolchevismo...

Que destino preparava para o Brasil aquela revolução que, para se justificar perante a história e isentar-se da mácula de seus verdadeiros propósitos, converteu num tirano e num déspota um dos mais tolerantes e liberais de seus presidentes?

Desde aquele momento estava deposto o Sr. Washington Luís. Ruía fragorosamente o regime instituído pelos legisladores que deram ordem e forma jurídica à revolução de 1889. Eram quarenta anos que desabavam ao fragor de um movimento militar sustentado e aplaudido por uma ilusão popular.

O que dali por diante se passou foi apenas o desenlace do que já estava virtualmente consumado. Reunidos num consulado situado na praia de Botafogo, próximo à rua Farani, dali se

comunicaram os generais pelo telefone com o palácio Guanabara, saindo em seguida para ordenarem o avanço do regimento. Precederam-no alguns oficiais com a missão de melhor conhecer as disposições da força policial, e evitar qualquer surpresa. O avanço iniciou-se então muito cautelosamente através a rua deserta, caminhando pela calçada do lado esquerdo os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Malan d'Angrogne, e no centro, à frente da tropa, o coronel José Pessoa. Voltando, afinal, aqueles oficiais com uma resposta tranqüilizadora, colocaram-se os generais à testa da coluna, e esta começou a desfilar gravemente. Os soldados ergueram um viva à revolução; impôs-lhes silêncio, com um gesto, o general Tasso Fragoso. Arrombado, a golpes de martelos e alavancas, e pelos braços possantes de alguns oficiais e soldados, o primeiro portão do parque, por ali penetrarem os generais, seguidos da tropa. Acolheu-os a soldadesca policial agitando ramos, e com aclamações sem entusiasmo. Fechou-se de novo o portão, seguindo uma outra parte da coluna para ir postar-se em frente ao palácio, na embocadura da rua Paissandu, para onde foi afastada a multidão que ali se aglomerava em expansões ruidosas, divertindo-se com o espetáculo novo, ao qual não se furtou ao prazer de emprestar um pouco daquele cunho carnavalesco tão do sabor carioca.

Penetrando no palácio, logo subiram ao pavimento superior os generais. O presidente, encerrado na sala da biblioteca, que se seguia àquela onde se achavam os ministros e os altos funcionários de sua imediata confiança, advertido pelo chefe de sua casa militar de que ali se encontravam os generais, declarou energicamente que se negava a recebê-los. Foram reunir-se-lhe nesse momento todos aqueles seus auxiliares. No grupo figurava também o vice-presidente. Os generais e oficiais que os acompanhavam permaneceram cerca de dez minutos à espera, num ambiente de grande constrangimento. Pouco passava de 2 horas. Afinal, num gesto resolutivo, decide-se o general Tasso Fragoso a adiantar-se. Abre resolutamente a porta e penetra na sala. Seguem-no os generais Mena Barreto e Malan d'Angrogne e outros oficiais de várias patentes. O Sr. Washington Luís, de pé junto a uma secretaria, mãos para trás, expressão abatida mas cheia de energia, fixa o ex-chefe do estado-maior. Este avança, perfilado, fazendo-lhe uma saudação militar a que o presidente correspondeu com um ligeiro aceno de cabeça. Momento angustioso e opressivo.

— Sr. presidente, V. Ex. compreenderá quanto é penosa minha missão neste momento. Venho oferecer a V. Ex. todas as garantias...

Numa resposta pronta, com voz grave e segura, declara-lhe o presidente:

— Não as pedi, nem preciso dessas garantias!

— Não as mandou pedir? inquires, como que surpreendido.

— Não, senhor! A coisa que menos prezo agora é a vida!

Depois de um pequeno e penoso silêncio:

— Então não se submete?

— Não me submeto!

Todos os corações palpitavam forte naquele momento; respiravam todos a custo, ofegantemente. A atitude varonil daquele homem a lutar sozinho, debatendo-se sem nenhum laivo de esperança dentro de um oceano revolto que já o havia tragado, tinha qualquer coisa de admirável e de superior.

— Então V. Ex. arrostará com as conseqüências! E, pronunciando estas últimas palavras, fez o general Tasso Fragoso uma nova continência militar, a que de novo correspondeu com um leve aceno a cabeça encanecida e altiva sobre a qual rugia um vendaval de adversidade; e acompanhado de todo o seu séquito, retirou-se.

Uma sentinela foi postada em cada porta das duas salas.

Encaminhando-se para a escada, disse o chefe do movimento vitorioso ao general Teixeira de Freitas:

— Queira cientificar o presidente de que ele está deposto e preso!

E foram, reunidos no rés do chão, examinar a situação, e resolver.

Ali era chamado momentos depois o Sr. Otávio Mangabeira, que voltava, decorridos alguns minutos, para aconselhar o presidente a medir bem a gravidade das circunstâncias, e considerar na inutilidade de sua atitude. A mesma tentativa fazia a seguir o Sr. Antônio Prado Júnior. Esbarravam ambos numa atitude inflexível.

— Estou preso... Façam de mim o que quiserem. Não tenho soldados que me obedeçam... Mas não renunciarei!

Às 8 1/2 despachava a junta militar — já presente o almirante Isaías de Noronha — dois oficiais com a incumbência de pedir ao cardeal-arcebispo que ali comparecesse para convencer o Sr. Washington Luís a retirar-se para o palácio de S. Joaquim. Pouco antes das 5 horas

apresentava-se Sua Eminência que, numa rápida conferência com os generais, foi por estes notificado de que não mais convinha a ida do prisioneiro para seu palácio; o único lugar seguro “contra agressões populares” era o forte de Copacabana.

Um debate um tanto veemente de que participaram vários oficiais, interessados por uma atitude mais enérgica dos generais, havia-os levado a reconsiderar a decisão anterior de que deram conhecimento ao Sr. Otávio Mangabeira.

Subiu o chefe da igreja brasileira. O presidente deposto, atravessando as duas salas guardadas pelas sentinelas, foi ao seu encontro. Sua Eminência estava um tanto nervoso.

— Já não há tempo a perder... Desde 9 horas estou insistindo inultamente com V. Ex. para que se retirasse para o palácio de S. Joaquim...

— Já não tenho soldados — responde-lhe serenamente. Vou para onde quiserem... Peço a V. Em. que comunique aos generais que cedo à violência, à força... Já os soldados tudo invadiram. Sou um prisioneiro. Queira dizer-lhes ainda que para mim não peço garantias, mas quero e peço todas para os ministros e meus amigos presentes naquela sala...

Subiram os generais. De novo desceram seguidos do prisioneiro e do pastor que os oficiais haviam proclamado o pacificador.

Um automóvel fechado rodava daí a pouco em direção ao forte de onde saíram para o sacrifício e para a glória os dezoito do primeiro 5 de julho.

A multidão, ainda sob a ação daquele entorpecente ao mesmo tempo doce e violento que é a ilusão, iniciou uma assuada.

Impôs-lhe silêncio o general Tasso Fragoso, exclamando com energia:

— Respeito!

Caía a noite. As ruas, fatigadas embora, voz enrouquecida, ébrias de sensações fortes, delirantes de civismo, continuavam a gritar.

Da hora H restavam os montes fumegantes dos incêndios e o lenço vermelho como aurora de uma nova era...

Junta Pacificadora? Não!

Aquele documento não pode figurar na história como a límpida expressão da verdade dos fatos.

Pacificadora seria se intervisse no conflito para afastar os contendores em armas, neutralizando o campo da peleja com a implantação de um governo que harmonizasse, conciliasse, restabelecesse a concórdia. Seria, nesse caso, um terceiro fator, uma força moderadora que teria a virtude de amortecer as paixões em choque, entrando na luta com o propósito real de fazer cessar com seu peso decisivo no momento extremo, correspondendo, dessarte, os anseios gerais pelo regresso da paz e da tranqüilidade pública, uma situação angustiosa que já se definia com todas as pungentes características de uma guerra civil.

Esse, porém, não foi seu papel. Tivesse sido, e sua ação destruindo o regime da lei, arrebatando pela imposição das armas o poder à autoridade legítima, teria a justificativa de seus nobres intuitos, pois que teria sido um movimento inspirado num alto e digno ideal de humanidade, que acima de tudo colocava os supremos interesses da coletividade, a causa impessoal e sagrada da pátria.

O que fez a benemérita revolução de 24 de outubro, a missão consciente de que se investiram os generais do exército brasileiro, foi anular pela força dois mandatos que a nação havia solenemente conferido pela forma e pelos processos até então em vigor, numa prática que

as leis prescreviam, para a qual traçavam normas e diretrizes regulares. Anulou o do presidente que chegava ao termo de seu mandato constitucional — exercido com dignidade e com honra — e anulou o daquele que era, pelo pronunciamento de todos os órgãos legítimos da soberania popular, seu incontestável sucessor no poder.

O exemplo da revolução desceu dos Andes para a vastidão da planície argentina, donde irradiou para as terras convizinhas do Brasil. Tínhamos de aceitá-lo como uma lei fatal do destino, fazendo companhia aos povos do continente que iam ficando, esses por um curto hiato, sob o domínio de governos absolutos, privados da proteção das leis, desamparados pela ação normal e benéfica da justiça, sem liberdade e sem direitos, mas o desenlace daquele golpe, objeto, nos seus primeiros momentos, de uma tão grande simpatia pública, havia de criar para este grande país uma situação sem par no panorama revolucionário do continente.

Colocando-se entre as duas facções em luta, realizando aquela tarefa tão grave e tão cheia de responsabilidades, o que alguns dias depois fazia a honrada Junta Governativa superava todo o imprevisto. Cedendo aos telegramas cominativos dos Srs. Oswaldo Aranha e Olegário Maciel, que a intimavam a definir seus intuitos sob pena do prosseguimento da luta, ao mesmo tempo que

declaravam que o supremo objetivo da revolução era levar ao poder o Sr. Getúlio Vargas, franqueava as portas do Catete ao candidato derrotado nas urnas, conferindo-lhe por essa forma um mandato original e estranho que a nação não havia ratificado, e separando o Brasil — ela que se anunciou a mensageira da paz e da concórdia — em vencedores e vencidos, em triunfadores e oprimidos, em dominadores e perseguidos, em acusadores e réus, situando apenas em Minas, no Rio Grande e na Paraíba os administradores honestos, os homens públicos de mãos limpas, para indicar à execração nacional todos quantos não exerceram mandatos e parcelas do poder nessas unidades privilegiadas, como depositários infiéis da confiança coletiva, indignos e sem probidade no cumprimento de seus deveres, e por isso amarrados, desde então, ao pelourinho da lapidação e do descrédito! Entre aquele que se colocava à frente de uma revolução oficial, de iniciativa dos governos de três Estados federados, com o intuito de haver pelas armas o mandato que lhe recusaram as urnas, e o poder legítimo a que devia obediência, e que na força de suas armas tinha de apoiar sua defesa contra aquela agressão, preferiu aliar-se ao primeiro...

Mas eis que aparece, pouco depois, quando já se havia consumado esse desenlace chocante, um conceito que nem permite à Junta Governativa o direito de poder figurar na história da República

com os intuitos generosos e altruísticos definidos em seu manifesto: “A revolução devia deflagrar no mês de agosto. Resolvemos, porém, dar alguns passos aqui, no Rio, junto a vários generais”. “O nosso emissário (o Sr. Lindolfo Collor) entendeu-se com os generais, articulando o movimento aqui”. “A cooperação da guarnição do Rio consta até do plano que submeti ao exame do Sr. Borges de Medeiros”.(5)

É o deus Marte da revolução quem o afirma; é o Sr. Oswaldo Aranha quem destrói, com esta denúncia feita à nação, e a que nenhuma contestação foi jamais oposta, o conceito de que os generais, a rebelião militar de 24 de outubro, tenham intervindo na luta no único intuito de lhe pôr termo para se restabelecer a paz, estancar o sangue irmão que corria, mas sim como um fator previamente concertado, como um elemento poderoso e forte que deveria entrar no terreno da peleja para lhe assegurar a vitória quando se avizinhasse a hora solene da grande batalha de Itararé, manietando o presidente da República, privando-o dos recursos indispensáveis para continuar a defender-se e pondo — só assim — remate ao prélio gigantesco...

E o que transluz na claridade meridiana deste histórico é que ao Rio Grande, a Minas, à Paraíba, faltavam por completo autoridade, títulos e direitos para tomarem um dia, no Brasil,

a iniciativa de um movimento armado que se inspirasse em princípios, em intuitos de regeneração, impulsionado por um programa de reformas saneadoras de práticas viciadas e costumes políticos corrompidos.

Que é, com efeito, essa República que o movimento revolucionário de outubro destruiu, para se lançar numa nova construção que só teria de ser iniciada quando houvesse sido desfeita toda a obra desse passado? Não é senão o Rio Grande, carregando às costas todo o peso formidável de responsabilidades pela obra de represálias políticas que se consumou sob a direção fria e calculada do Sr. Pinheiro Machado, que erigiu como programa eleitoral, como norma dos reconhecimentos, como critério inspirador da ação das duas câmaras legislativas que se moviam aos seus acenos, como diretriz da vida dos Estados, o princípio de sua vontade soberana. Não é senão Minas, na fidelidade inquebrantável à política de todos os governos, colaboradora eficiente e valiosa de todos os erros e de todas as realizações úteis, boas e más, do regime que tanto ajudou a construir e a conservar. Não é senão a Paraíba, unidade que nunca deixou de somar com todos os outros fatores para os resultados bons e maus da experiência democrática que o Brasil realizou durante todo esse longo período, animado sempre pelas agitações que são, nos organismos novos, a

manifestação persistente da energia e da vitalidade. Não é senão o conjunto de todos esses homens, ontem “leaders”, ministros, governadores, deputados, senadores — presos pelo vínculo de uma solidariedade perene, invariável e constante, ao poder dominante, formando uma maioria que só deixou de ser força compacta, homogênea e submissa ao serviço permanente da política do Catete, na hora em que um jogo mais forte de ambições, sacudido pelo estímulo da visão da cadeira presidencial, cindiu-a e desassociou-a. Participavam todos da mesma política, vivendo dentro de uma mesma e única sociedade partidária, comprometidos com parcelas iguais em todos os fatos que constituem a história dessa larga fase do regime, culpados dos mesmos delitos, cúmplice conscientes das fraudes eleitorais, dos desvirtuamentos do ideal republicano e da moral política, artífices com quinhões iguais na obra comum.

E o governo contra o qual se armaram, era por igual uma emanção de responsabilidades comuns; se errou, fê-lo como os demais, sem poder nem capacidade para modificar nem extinguir práticas e costumes que encontrou com a força de uma tradição.

A cidade que exultou com a revolução triunfante, começou a conhecer, com o advento da situação rio-grandense, as sensações

dolorosas de uma praça dominada por uma invasão! Não a domina o gaúcho pacífico e cordial que com suas roupas civis enche de aspectos amáveis, civilizados e francos, as ruas da encantadora Porto Alegre, nem mesmo o vaqueiro de Bagé com os trajes pitorescos e característicos que denunciam o rude mas garboso e cavalheiresco lidador das estâncias, que no trato do gado converte-se num dos obreiros mais eficientes da riqueza e da prosperidade econômica daquele torrão que ele tanto ama, e de que é o tipo de mais fiel expressão representativa.

Daquele soldado arrogante que trazia na cinta um revólver, na mão um chicote, e presa no cano da bota uma faca; que riscava com a roseta de suas esporas tilintantes o arabesco das calçadas das avenidas; que na cabeça ostentava um largo chapéu de couro com insígnias e letreiros insólitos; que se decorava com o ponche das campanhas e com o símbolo guerreiro do lenço vermelho na plenitude da civilização do Rio de Janeiro e de São Paulo — por certo nem Porto Alegre, nem Bagé, nem Pelotas conheceram jamais a presença afrontosa.

E foi então que a população carioca, já com o olhar liberto da venda com que o velara a ebridez do delírio coletivo e da alucinação fugitiva, voltou a contemplar enternecidamente seus jardins floridos, a beleza fascinadora de suas fontes

luminosas, a harmonia do panorama de seus parques, de suas estradas, e todos os vestígios indeléveis da administração que a dotou de tantos e tão preciosos benefícios, assinalando para sempre a capacidade realizadora do grande prefeito que lhe deu esse governo — o Sr. Antônio Prado Júnior. E o Brasil, que saudou com os alvoroços festivos de uma aurora de redenção o dia em que ia começar a era de sua submissão a um poder sem outro mandato que o da força, só por alguns instantes pôde olvidar que aquele governo, pela ação esclarecida e superior de seu ministro das Relações Exteriores, liquidou todo o seu acervo de litígios fronteiriços, no mais belo complemento da obra inacabada de Rio Branco, ao mesmo tempo que lhe restituiu todo o prestígio que havia perdido no concerto internacional.

Vivíamos, até aquele dia, num regime de maioria e minoria. Governava a maioria, mas gozava a minoria de todas as prerrogativas conferidas pela lei, participando das atividades da vida nacional pela palavra e pela ação de seus representantes nas assembléias legislativas, pelos seus órgãos de publicidade, por todas as manifestações do pensamento. Negar que existia em toda sua plenitude essa liberdade no exercício de tais direitos, seria pretender apagar da memória da nação um capítulo vivo e recente da sua história.

Àquela maioria de ontem, que talvez não se tenha tornado minoria só porque foi vencida, privou-se de todos os seus direitos, asfixiados pelo poder ditatorial. É que em torno das ditaduras não há senão lugar para a unanimidade...

Tapando a boca àquela ampla tribuna que era a própria voz da nação, e que foi o instrumento mais eficaz de que se serviu para sua propaganda, para poder, quando na posse de seus objetivos, viver livre da companhia importuna que fez ao governo deposto; cassando àquela mesma imprensa que tanto a ajudou nos seus desígnios quando ministrava à credulidade pública o veneno lento de suas promessas, as franquias de liberdade com que lhe era dado exercer, sem nenhuma espécie de constrangimento, o desempenho de sua alta missão social; destruindo o edifício político que tinha por base um estatuto justamente considerado um monumento de saber humano, e que bastaria, interpretado com fidelidade, executado com respeito, para assegurar a completa felicidade de um povo e o porvir de uma nação, o que fez a revolução triunfante foi dar ao Brasil uma ditadura.

Não lhe deu, é certo, nem uma daquelas ditaduras fulgurantes de olhar de águia, nem uma daquelas ditaduras lívidas e oblíquas, de

olhar de hiena, de que nos fala um grande poeta português. Deu-nos, apenas, uma ditadura inexpressiva, amorfa e sem autoridade própria, reflexo de outras autoridades que sobre ela se projetavam em clarões de fogo fátuo, e que se contentaria apenas em que a deixassem gozar tranqüilamente, pelo mais tempo que lhe fosse possível, os júbilos e as sensações do poder.

Se é certo que não se improvisam estadistas, não é menos exato que não se criou ainda uma escola para ditaduras. “Os povos — disse em 1877 Nicolau Avellaneda, o grande estadista argentino — precisam ensaiar por muitos anos seus homens para suportarem o peso duma nação”.

Os homens de saber e de experiências, que fizeram do Brasil uma nação esclarecida e organizada, foram, pela ditadura que se apossou do poder, encerrados dentro das muralhas de um campo de concentração, prisioneiros de suspeitas infamantes e das ameaças das sanções das juntas punitivas, o maior vilipêndio que se teria de lançar um dia sobre as tradições de um país que tem vivido na ânsia contínua de se aperfeiçoar nas práticas do direito, integrando-se cada vez mais nos seus ideais de justiça e em sua consciência jurídica.

As promessas liberais que uma campanha porfiada lançou no espírito da nação, teriam de trazer-lhe, como realidade, esse triste donativo.

Roma, que criou a ditadura, limitou-a às necessidades da segurança pública nos tempos de crises cívicas, ou durante guerras perigosas. Confiava à prudência do Senado a tarefa de designar o ditador. Enquanto dominava a ditadura, os demais magistrados ficavam apenas suspensos; o ditador, porém, não podia conservar o poder por mais de seis meses, sob pena de ser marcado como sacrílego e ficar com a vida em perigo. Nunca as ditaduras romanas abusaram de seus poderes, tão grande era a sinceridade de suas virtudes cívicas. E define-a Bossuet como uma magistratura especial organizada segundo as necessidades, mas nunca uma forma peculiar de governo. Surge na vida das nações como um acidente; não raro, como uma calamidade.

A ditadura brasileira, sem dúvida a mais original de todas as ditaduras da história, ergueu-se sobre os destroços fumegantes de um edifício que seus próprios homens ajudaram conscientemente a construir, e que jamais poderiam repudiar.

E à revolução que tão bem soube destruir, faltou a capacidade necessária para construir...

Dentro dessa República cheia de erros, desfigurada pelos desvirtuamentos do ideal democrático, o Brasil cresceu, progrediu, desenvolveu suas riquezas, ampliou as atividades de seu comércio, de suas indústrias, de sua produção; educou-se; aparelhou-se de meios de transportes e de vias de comunicações; desbravou florestas para cobrir novos tratos de terra com culturas e cidades florescentes; aformoseou e saneou sua grande metrópole; multiplicou escolas, fundou universidades, alargou a área das usinas onde a inteligência juvenil se apresta para as lutas do porvir; eliminou endemias humilhantes e devastadoras; construiu portos e arsenais; levou aos sertões, com o fumo das chaminés da locomotiva, lampejos de civilização e progresso; aumentou, numa progressão compatível com os índices gerais de seu crescimento, as cifras de seus orçamentos; realizou conquistas apreciáveis em todos os domínios da esfera moral; importou missões que ministraram instrução técnica moderna às classes armadas, elevando o nível de sua educação, enriquecendo a soma de seus conhecimentos e identificando-as inteiramente com a sociedade civil, de que pela sua organização tornaram-se emanção direta; adquiriu um elevado prestígio de capacidade científica, fazendo de seus laboratórios, de onde

saíram inventos preciosos, fontes de benefícios para a humanidade.

Para os delitos que constituem o libelo dessa República, cooperaram todos aqueles que passaram a malsiná-la, empunhando a picareta com que se entregaram à faina ingrata de sua demolição; sua defesa, surge luminosa e convincente de sua própria história.

E dentro da luz fugidia e serena desse passado, avultam cada vez mais no respeito e na admiração todos aqueles homens que foram os fatores da obra que palpita no seu radioso presente.

Ensaiou-os o povo que carrega o peso desta nação, e que mais os admira e os ama porque o tempo e a cultura puseram ritmo em sua ação construtora, que se exerceu com os instrumentos pacíficos de inteligência, do saber e da capacidade, proscrevendo para as sombras de um passado mais remoto os entreveros das lutas civis, em que à falta de leis e de institutos jurídicos em plena função, os homens querelavam a botes de lança e a clarões de descargas...

E um ano depois de sua vitória, trazia ainda a revolução amarrado ao pescoço o lenço vermelho da luta e das vinditas, quando a nação, vagando pelo campo fumegante o olhar

melancólico e triste, buscava em vão as cores suaves da paz e da esperança...

E esperava ainda que findasse a demolição, para que começasse a reconstrução prometida!

F I M

Acabado de ser impresso aos dois dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e trinta e dois, nas oficinas gráficas do MUNDO MÉDICO — Borsoi & Cia. — Rua do Senado, 277 — Telefone 2-8806 — Caixa Postal 2477 — R. de Janeiro

Notas

(1) — A cúpula do recinto do palácio da Câmara dos Deputados reproduz este aspecto, figurando a alvorada de 16 de novembro.

(2) — Hoje Praça Mauá.

(3) — O “Correio do Povo”.

(4) — Publicado no “Paiz” de 9 de outubro.

(5) — “Correio da Manhã”, de 7 de dezembro de 1930, transcrição do “Correio do Povo” de Porto Alegre.

[*NE] — Júlio Prestes é reconhecido, oficialmente, como tendo sido o eleito, dentro das normas republicanas vigentes, quando foi dado o golpe. Os dados abaixo são, para comodidade do leitor, reprodução das informações constantes do website da Presidência da República. Maiores detalhes sobre a Junta Governativa que assumiu podem ser encontrados na fonte citada.



“JÚLIO PRESTES DE ALBUQUERQUE

Nascimento: Itapetininga - SP, em 15.03.1882

Falecimento: São Paulo - SP, em 09.02.1946

Profissão: Advogado

Período de Governo: 1930

Tipo de eleição: direta

Votos recebidos: 1.091.709 (um milhão noventa e um mil setecentos e nove)

Posse: Não houve

Observação: Eleito, proclamado mas não empossado, tendo em vista a eclosão do movimento revolucionário de 24.10.1930, quando a Junta Governativa assume o poder” [Fonte: www.planalto.gov.br]

Proibido todo e qualquer uso comercial.
Se você pagou por esse livro
VOCÊ FOI ROUBADO!
Você tem este e muitos outros títulos GRÁTIS
direto na fonte:
eBooksBrasil.org

©2002 — Sertório de Castro

Versão para eBook
eBooksBrasil.com

Julho 2002

Edições em iSilo, pdf e eBookLibris
eBooksBrasil.org

Fevereiro 2006